UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
Escola de Arquitetura

Paula Bruzzi Berquó

A OCUPAÇÃO E A PRODUÇÃO DE ESPAÇOS BIOPOTENTES EM BELO HORIZONTE: entre rastros e emergências

Belo Horizonte

2015

Paula Bruzzi Berquó

A OCUPAÇÃO E A PRODUÇÃO DE ESPAÇOS BIOPOTENTES EM BELO HORIZONTE: entre rastros e emergências

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo do Núcleo de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Minas Gerais, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Arquitetura e Urbanismo.

Área de concentração: Teoria, Produção e Experiência do Espaço.

Orientadora: Profa. Dra. Natacha Silva Araújo Rena

Belo Horizonte

2015

FICHA CATALOGRÁFICA

B482o Berquó, Paula Bruzzi.
A ocupação e a produção de espaços biopotentes em Belo Horizonte [manuscrito] : entre rastros e emergências / Paula Bruzzi Berquó. - 2016.
507 f. : il.

Orientadora: Natacha Silva Araújo Rena.

Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Minas Gerais, Escola de Arquitetura.

1. Espaço urbano – Aspectos políticos - Teses. 2. Espaço urbano – Participação do cidadão - Teses. 3. Espaços públicos – Aspectos sociais - Teses. 4. Territorialidade humana - Teses. 5. Movimentos sociais – Teses. 6. Belo Horizonte (MG) - Teses. I. Rena, Natacha Silva Araújo. II. Universidade Federal de Minas Gerais. Escola de Arquitetura. III. Título.

CDD 711.13

Dissertação defendida junto ao Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo - NPGAU – da Escola de Arquitetura da Universidade Federal de Minas Gerais, e aprovada em 12 de dezembro de 2015 pela Comissão Examinadora:

Professora Dra. Natacha Silva Araújo Rena (Orientadora - EA-UFMG)

Professora Dra. Jupira Gomes de Mendonça (EA-UFMG)

Professor Dr. Eduardo Antônio de Jesus (PUC MG)

Professor Dr. Ricardo Fabrino Mendonça (FAFICH-UFMG)

A minha mãe, Isabela, pelo exemplo de generosidade e *coragem*;
Ao meu pai, Glauco, pelo apoio e amor *incondicionais*.

AGRADECIMENTOS

À Natacha, *orientadora*, não apenas por ter acolhido de forma tão intensa e generosa este trabalho; e por ter, ao longo desse labiríntico percurso, tantas vezes traduzido em palavras muitos dos meus pensamentos; mas, sobretudo, por ter sido para mim, durante todos esses anos, exemplo concreto de que é na potência dos encontros, dos afetos e das paixões alegres, que as experiências vividas encontram real sentido. A você, todo o meu carinho e gratidão.

Ao Edu, pela generosidade com que co-orientou os primeiros passos desta pesquisa e pelas valiosas (e prazerosas) conversas, sem as quais muitas das ideias aqui surgidas não teriam se concretizado. Este trabalho é também fruto de sua preciosa contribuição.

À querida Bel, pelo apoio fundamental ao longo desses dois anos.

A todos os companheiros *indisciplinares* por darem sentido concreto (e afetivo) às ideias de *co-pesquisa* e *produção comum*. Em especial à Simone, pelas contribuições precisas no Exame de Qualificação; ao Alemar, ao João, ao Guilherme e ao Joviano pelas profícuas conversas à época em que este trabalho ainda tomava forma; à Marcela, pela presença fundamental em muitos dos processos aqui relatados; e à Marília, por ter, com tanto empenho e competência, co-produzido os diagramas incluídos neste texto.

À Jupira e ao Daniel, pelos apontamentos realizados na Banca de Avaliação da minha Monografia, fundamentais para o desdobramento do referido trabalho na presente pesquisa. À Carmen Aroztegui, pela generosa contribuição na Banca de Qualificação, e aos demais professores da pós-graduação, Luís Alberto Brandão, Renata Marquez e César Guimarães, por terem inspirado muitas das reflexões aqui apresentadas.

Aos organizadores e colaboradores do Festival VAC Verão Arte Contemporânea 2014 e 2015, à equipe do Espaço do Conhecimento UFMG, aos participantes do evento Cartografias do Comum; e aos integrantes da pesquisa Cartografias Emergentes, pelos intensos momentos de partilha. Ao CNPq/MinC/SEC, por ter me contemplado com uma Bolsa para a realização desta última.

Aos alunos das disciplinas UNI 009 2013-1 e UNI 009 2014-2, pela produção conjunta de muitos dos conteúdos aqui expostos; e àqueles das disciplinas ACR 030 e ACR 031 por terem tão bem me acolhido como professora neste semestre.

*

A todos os que se dispuseram, de forma tão solícita, a compor o *Grupo de Conversa* criado no *Facebook* para rastrear pistas sobre os processos envolvidos em A Ocupação: Silvia Andrade, Ludmila Ribeiro, Roberta von Randow, Gabriel Murilo, Cléssio Cunha, David Narvaez, Marcia Maria Cruz, Flora Rajão, Francisco Cereno, João Paulo Prazeres, Paola Abreu Xerente, Gustavito Amaral, Drica Mitre, Pedro Cambraia, Camila Bastos, Thálita Motta, Igor Pola e Isabela Sturzeneker; e a todas as demais pessoas que me auxiliaram nos percursos aqui realizados por meio de inúmeras conversas *online* e *offline*: Raissa Galvão, André Veloso, Ana Alvarenga, Bruno Figueiredo, Barnabé, Betto Fernandes, Paulo Rocha, Igor Oliveira, Rafael Barros, Priscila Musa, Abu Jamra, Tiago Monge, PDR, Joanna Ladeira, Ludmilla Zago, Talles Lopes, Marcelo Castro e Gustavo Bones.

Em especial aos que participaram das três *Rodas de Conversa* promovidas no âmbito deste trabalho – Silvia Andrade, Gabriel Murilo, Thálita Motta, Cléssio Cunha, Drica Mitre, Francisco Cereno, PG, João Paiva, Isabela, Juliana, Glauber e Pedro – por terem se disponibilizado a embarcar de maneira tão intensa no exercício de co-produção aqui proposto; e ao David Narvaez e Anselmo Junior, pelos registros em vídeo e imagem.

A todos os demais envolvidos na construção de A Ocupação, na esperança de que este trabalho possa, de alguma forma, contribuir para novas e continuadas experimentações.

*

Aos queridos Gabs, Laurinha, Dé, Nanda, Bibi, Nat, Pauli, Ciça, Lucas, Aninha, Camilinha, Nena, Tetê, Julia e Julinha, pela amizade sincera e por terem acompanhado de perto muitos dos conflitos aqui transcritos; e em especial aos *Dobras*, pela alegria do nosso encontro no *Museu do Instante* e por todas as demais parcerias, sempre tão intensas.

Ao André, pela ajuda gráfica inicial e à Ana Cecília pelo precioso auxílio com a Linha do Tempo e a diagramação deste trabalho.

Ao Márcio, por ter compartilhado muitas das descobertas surgidas ao longo do caminho.

Aos avós, tios, primos e *famille d'accueil*, pela presença e apoio mesmo distantes.

Ao querido Felipe, por ter vivenciado comigo outras tantas e fundamentais cartografias.

Ao Stefano.

Fugir é traçar uma linha, linhas, toda uma cartografia. Só se descobre mundos através de uma longa fuga quebrada.

(Gilles Deleuze e Claire Parnet)

RESUMO

Com esta dissertação buscamos investigar possíveis contribuições do acontecimento *A Ocupação* para o engendramento, no contexto de Belo Horizonte, de espaços *biopotentes* – ou modos de espacialização singulares, alternativos àqueles calcados na mera reprodução dos modelos de sujeição capitalísticos. A Ocupação ocorreu em julho de 2013 na área do Viaduto Santa Tereza. Articulada em rede, de forma colaborativa e autônoma, o acontecimento compôs-se a partir de um emaranhado de processos, alimentados tanto pelas experimentações políticas e estéticas já historicamente presentes na área em questão, quanto pelas novas táticas surgidas em meio às manifestações de rua ocorridas na cidade em junho do mesmo ano. De forma a nele buscar pistas para o traçado de *outros espaços possíveis* na cidade, um desafio metodológico se impôs logo de início: era preciso encontrar caminhos que não o esvaziassem de sua vitalidade e multiplicidade – características nas quais apostávamos residir, justamente, o seu caráter *biopotente*. Para isso, utilizamos como parâmetro a ideia de *cartografia*, tal como proposta por Felix Guattari e Gilles Deleuze em sua obra "Mil Platôs" (1995), e dividimos o trabalho em três eixos. Estes, apesar de sucessivos, foram construídos de forma a configurarem planos entrecruzados. Se no primeiro fez-se um estudo a respeito da ideia de cartografia e foram apontadas possíveis pistas investigativas a serem utilizadas ao longo do percurso, no segundo procedemos a um trabalho de *rastreio* dos diversos atores e dinâmicas que, de forma conjunta e atravessada, configuram o multifacetado ambiente de A Ocupação. Com isso, o intuito foi construir uma narrativa processual, permeável e diagramática por meio da qual a espessura da experiência pudesse se fazer presente. Do campo de ressonâncias assim gerado, emergiram uma série de conexões, que apesar de efêmeras e continuamente negociadas, pareceram-nos configurar possíveis nós entre e a tessitura do fenômeno e o engendramento de possíveis caminhos para a conformação de espaços *biopotentes* na cidade. Tais emergências foram retomadas de forma mais detida no terceiro e último eixo.

Palavras-chave: Cartografia; Espaço urbano; Biopotência; Táticas estético-políticas; Construção comum; Viaduto Santa Tereza; Praça da Estação; A Ocupação.

ABSTRACT

With this dissertation we sought to investigate possible contributions of the event *The Occupation* in engendering paths to the emergence, in the context of Belo Horizonte, of *biopotent spaces* - or modes of spacialization that potentially escape urban logics grounded in the reproduction of capitalistic accumulation modes. The occupation took place in July 2013 in the area of the Viaduto Santa Tereza. Articulated in networks, collaboratively and independently, the event set a tangle of processes, fed by both the political-aesthetic experimentations that have historically occupied the area, and the new tactics arisen within the street protests that took place in the city in June 2013. To seek clues, within the act, to the emergency of such type of urban spaces, a methodological challenge was imposed at the outset: it was necessary to find ways which wouldn't empty the act of the multiplicity and permeability in which we bet precisely resided his *biopotent* character. For this, we used the idea of *cartography*, as proposed by Felix Guattari and Gilles Deleuze in their "Thousand Plateaus" (1995), and divided the work into three axis. Though successive, these were constructed to configure intersecting planes. If the first included an investigation about the idea of cartography and highlights possible investigative tracks to be used along the route, the second proceeds to a screening work of the various actors and processes that, crosswise, set the complex and multifaceted environment of A Ocupação. With that, our aim was to build a procedural, diagrammatic and crossed narrative, whereby the thickness of the act's experience could be present. From the resonance field then generated, emerged a series of connections, that although ephemeral, changing and continuously traded, seemed to present themselves as possible *nodes* between the composition of the phenomenon and the engendering of *biopotent* spaces in the context of the city. Such emergencies were retaken in a more detailed form in the third and final axis.

Keywords: Cartography; Urban space; *Biopotency*; Aesthetic-political tactics; Common construction; Viaduto Santa Tereza; Praça da Estação; A Ocupação.

RÉSUMÉ

Dans cette dissertation, nous avons cherché à enquêter sur les contributions possibles de l'événement *A Ocupação* à l'engendrement des chemins, dans le contexte de Belo Horizonte, à l'émergence des espaces *biopotents* - ou modes de production de l'espace qui échappent aux processus urbains strictement basés sur la reproduction de modes d'accumulation capitalistes. *A Ocupação* a eu lieu en Juillet 2013 dans la région du Viaduto Santa Tereza. Articulé en réseaux, en collaboration et de façon indépendante, l'événement a été constitué à partir d'un enchevêtrement de processus, alimentés à la fois par les essais esthético-politiques historiquement présents dans la zone, et par les nouvelles tactiques découlant des manifestations de rue qui ont eu lieu dans la ville en Juin 2013. À la recherche des indices, parmi cet événement, sur des possibilités de conception *d'autres espaces possibles* dans la ville, un défi méthodologique s'est imposé dès le départ: il était nécessaire de trouver des moyens qui ne le vident pas de sa multiplicité et de sa perméabilité – caractéristiques sur lesquelles résident, selon nous, son caractère *biopotent*. Pour cela, nous avons utilisé le concept de *cartographie*, tel que proposé par Félix Guattari et Gilles Deleuze dans leur "Mille Plateaux" (1995), et nous avons divisé le travail en trois zones. Celles-ci, bien que successives, ont été construites pour configurer des plans qui se croisent. Si la première est une étude à propos de la *cartographie* et vise détacher des pistes d'enquête a être utilisés sur la route, la deuxième configure un travail de dépistage des différents acteurs et dynamiques qui, de manière conjointe et traversée, compose l'environnement multiple de *A Ocupação*. Ainsi, notre objectif était de construire un récit procédural, schématique et traversé, dans lequel l'expérience de l'acte pourrait être présent. Du champ de résonances ainsi généré, émergent une série de connexions, qui, malgré leur caractère éphémère, nous semblent se présenter comme possibles *nœuds* entre la composition du phénomène et l'engendrement des espaces potentiellement *biopotents* dans la ville. Ces emergences ont eté reprises sous une forme plus détaillée dans le troisième et dernier axe.

Mots-clés: Cartographie; Espace urbain; *Biopotence*; Tactiques esthético-politiques; Construction commune; Viaduto Santa Tereza; Praça da Estação; A Ocupação.

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 01 - Roda de Conversa #1.....65

FIGURA 02 - Roda de Conversa #2.....66

FIGURA 03 - Roda de Conversa #3.....67

FIGURA 04 - Trecho da primeira publicação realizada na Fanpage “A Ocupação” no Facebook.....71

FIGURA 05 - 6o Grande Ato da Assembleia Popular Horizontal na Câmara Municipal.....74

FIGURA 06 - Ocupação da Câmara Municipal.....75

FIGURA 07 - Pedido de doações para a Ocupação da Câmara.....76

FIGURA 08 - Ocupação da Câmara.....77

FIGURA 09 - Bloqueio policial na Câmara Municipal de Belo Horizonte e ação do coletivo “Nós Temporários”.....78

FIGURA 10 - Chamada para o Sarau Vira Lata e para o Duelo de Mc’s na Ocupação da Câmara.....80

FIGURA 11 - Sarau Vira Lata na Ocupação da Câmara.....80

FIGURA 12 - Jam Session na Ocupação da Câmara.....81

FIGURA 13 - Cozinha temporária na Ocupação da Câmara.....81

FIGURA 14 - Intervenção do coletivo Nós Temporários.....83

FIGURA 15 - Bandeirão “ônibus sem catraca” na Câmara Municipal de Belo Horizonte.....84

FIGURA 16 - Reunião do Comitê Popular de Arte e Cultura na Ocupação da Câmara em 2 de julho de 2013.....85

FIGURA 17 - Mapa de Belo Horizonte com a área da Praça da Estação em destaque.....88

FIGURA 18 - Conjunto Arquitetônico e Paisagístico da Praça da Estação.....94

FIGURA 19 - Centro Cultural UFMG (antiga Escola de Engenharia da UFMG).....96

FIGURA 20 - Cronograma da reestruturação da Praça da Estação.....97

FIGURA 21 - Projeto Centro de Referência da Juventude (CRJ).....99

FIGURA 22 - Serraria Souza Pinto após restauração.....102

FIGURA 23 - Museu de Artes e Ofícios (antiga Estação Central).....103

FIGURA 24 - Praça da Estação após restauração.....106

FIGURA 25 - Sede da FUNARTE (Casa do Conde de Santa Marinha).....107

FIGURA 26 - CentoeQuatro (antigo Prédio da União Brasileira de Tecidos).....108

FIGURA 27 - Equipamentos Culturais Institucionais localizados nas imediações da Praça da Estação.....108

FIGURA 28 - Síntese da dinâmica urbana (Período diurno) com destaque para a Área da Praça da Estação.....109
FIGURA 29 - Síntese da dinâmica urbana (Período noturno) com destaque para a Área da Praça da Estação.....110
FIGURA 30 - Rua Aarão Reis entre o Viaduto Santa Tereza e a Praça da Estação.....114
FIGURA 31 - Manifestações Culturais de Resistência.....116
FIGURA 32 - Flyer de divulgação Domingo Nove e Meia.....117
FIGURA 33 - Duelo de Mc's no Viaduto Santa Tereza.....119
FIGURA 34 - Família de Rua Game of Skate.....120
FIGURA 35 - Real da Rua no Viaduto Santa Tereza.....123
FIGURA 36 - Convocatória para a primeira Praia da Estação.....125
FIGURA 37 - Praia da Estação (dezembro de 2010).....126
FIGURA 38 - Convocatória para o primeiro Eventão de Qualquer Natureza.....129
FIGURA 39 - 3o Eventão de Qualquer Natureza (22/01/2011).....130
FIGURA 40 - Reportagem "Até parece a Lapa" (Revista Encontro).....132
FIGURA 41 - Convocatória para a Rotatória Praia da Estação.....135
FIGURA 42 - Fachada do Espaço Cultural Nelson Bordello.....136
FIGURA 43 - Calçada lindeira ao espaço cultural Nelson Bordello.....137
FIGURA 44 - Fachada da sede do grupo de teatro Espanca!.....139
FIGURA 45 - Sarau Vira-Lata no teatro Espanca!.....140
FIGURA 46 - ACTO III Encontro de Teatro no teatro Espanca!.....141
FIGURA 47 - Bloco da Praia da Estação no teatro Espanca (Carnaval de 2013).....143
FIGURA 48 - BAixo BAhia na Praça da Estação.....144
FIGURA 49 - BAixo BAhia em A Ocupação (7 de julho de 2013).....145
FIGURA 50 - Convocatórias para as primeiras edições do Sarau Vira-Lata.....146
FIGURA 51 - Convocatória para o Sarau Vira-Lata no baixio do Viaduto Santa Tereza.....147
FIGURA 52 - Sarau Vira-Lata no baixio do Viaduto Santa Tereza (21 de agosto de 2012).....148
FIGURA 53 - Sarau Vira-Lata na entrada do Nelson Bordello (10/04/2012).....150
FIGURA 54 - Sarau Vira-Lata na Praia do Trabalhador (01/05/2012).....150
FIGURA 55 - PopNique na Praça da Estação (1o de abril de 2012).....151
FIGURA 56 - Cortejo Poético: "A Gangue das Bonecas Ataca Novamente".....153
FIGURA 57 - LavAção no Viaduto Santa Tereza.....154

FIGURA 58 - Samba da Meia Noite no baixio do Viaduto Santa Tereza.....156
FIGURA 59 - Workshop Atlas da Diversidade Festival Cidade Eletronika 2012.....157
FIGURA 60 - Workshop Unidade autônoma: energia e som, no Festival Cidade Eletronika 2012.....158
FIGURA 61 - Workshop Arquibancadas Multifuncionais Modulares no Festival Cidade Eletronika 2012.....159
FIGURA 62 - Workshop Pista de Skate no Festival Cidade Eletronika 2012.....160
FIGURA 63 - Rolê Fotográfico na área do Viaduto Santa Tereza.....161
FIGURA 64 - Invasão das Sombrinhas da Praça da Estação.....162
FIGURA 65 - Antologia da árvore (Coletivo LIO).....163
FIGURA 66 - Bloco da Praia da Estação (Carnaval de 2013).....165
FIGURA 67 - Cartazes produzidos em meio ao Carnaval de Rua de Belo Horizonte.....166
FIGURA 68 - Pôster-Cartilha Carnaval de Rua Belo Horizonte.....167
FIGURA 69 - Parada do Orgulho LGBTS na Praça da Estação.....169
FIGURA 70 - Mapa síntese apresentado pela Fundação Municipal de Cultura a respeito do Programa Corredor Cultural da Praça da Estação.....171
FIGURA 71 - Instituição da Comissão de Acompanhamento pelo Diário Oficial do Município de Belo Horizonte.....177
FIGURA 72 - Esquema do Projeto Corredor Cultural Praça da Estação tal como apresentado pelos arquitetos responsáveis.....181
FIGURA 73 - Reunião Pública convocada pela Fundação Municipal de Cultura no CentoeQuatro em 28 de maio de 2013.....184
FIGURA 74 - Reunião da Real da Rua em 8 de março de 2013.....188
FIGURA 75 - Cartografia das táticas dos Vendedores Ambulantes atuantes na área entre o Viaduto Santa Tereza e a Praça da Estação.....191
FIGURA 76 - Cartografia do cotidiano do Morador de Rua Sr. Aparecido da Silva.....192
FIGURA 77 - Cartografia a respeito das inscrições superficiais localizadas na área entre a Praça da Estação e o Viaduto Santa Tereza.....193
FIGURA 78 - Mapeamento colaborativo “O Corredor Cultural já existe!”.....194
FIGURA 79 - Cartazes no protesto do dia 20 de junho em Recife (PE).....198
FIGURA 80 - Expressões mais twittadas sobre as manifestações entre 15 de junho e 30 de outubro de 2013.....198
FIGURA 81 - Flyer de divulgação da Copelada (junho de 2013).....202
FIGURA 82 - Flyer de divulgação do 1o Avance do COPAC (junho 2013).....204
FIGURA 83 - Protestos no dia 17 de junho de 2013.....205

FIGURA 84 - Primeira “agenda” publicada na Fanpage da Assembleia Popular Horizontal no Facebook.....207

FIGURA 85 - 2a Sessão da Assembleia Popular Horizontal no Viaduto Santa Tereza.....208

FIGURA 86 - Segunda “agenda” publicada na Fanpage da Assembleia Popular Horizontal no Facebook.....209

FIGURA 87 - Grupos Temáticos da Assembleia Popular Horizontal.....213

FIGURA 88 - 5o Grande Ato da Assembleia Popular Horizontal.....215

FIGURA 89 - Bandeirão Unfair Players em Protesto ocorrido no dia 30 de junho de 2013 no Rio de Janeiro.....216

FIGURA 90 - Convocação da Assembleia Popular Horizontal para Reunião Extraordinária na Ocupação da Câmara.....217

FIGURA 91 - Planilha compartilhada (5 de julho de 2013).....223

FIGURA 92 - Primeira peça gráfica realizada no âmbito de A Ocupação.....226

FIGURA 93 - Convocação para o Banquete de A Ocupação.....227

FIGURA 94 - Convocação para a Oficina de Cenografia e a Troca de Mudas de A Ocupação.....228

FIGURA 95 - Segunda publicação realizada na Fanpage “A Ocupação” no Facebook.....232

FIGURA 96 - Terceira publicação realizada na Fanpage “A Ocupação” no Facebook.....233

FIGURA 97 - Imagem publicada na Fanpage “A Ocupação” em 6 de julho de 2013.....234

FIGURA 98 - Camadas de ocupação e conflitos territoriais no espaço de realização de A Ocupação.....236

FIGURA 99 - A Ocupação como camada sobreposta às demais formas de ocupação da área.....239

FIGURA 100 - Confecção do Mapa para Oficina de Cartografia.....241

FIGURA 101 - Mapa “O Corredor cultural já existe: inscreva-se”.....242

FIGURA 102 - Calçada lindeira à sede do teatro Espanca no início da tarde.....243

FIGURA 103 - Stêncil no Viaduto Santa Tereza “Meu Corredor Cultural Tem”.....243

FIGURA 104 - Balanços sob o Viaduto Santa Tereza.....244

FIGURA 105 - Aula Pública “Criar é resistir”.....245

FIGURA 106 - Baixio do Viaduto Santa Tereza.....245

FIGURA 107 - Oficina de Cartografia.....246

FIGURA 108 - Baixio do Viaduto Santa Tereza Efe Godoy e Mary Astrus.....247

FIGURA 109 - Duelo de Mc’s.....247

FIGURA 110 - “Banquete” no baixio do Viaduto Santa Tereza.....248
FIGURA 111 - Carrinho de doações.....249
FIGURA 112 - Troca de Mudas no baixio do Viaduto Santa Tereza.....249
FIGURA 113 - Cortejo entre a Câmara Municipal e o Viaduto Santa Tereza.....250
FIGURA 114 - Chegada do Cortejo ao Viaduto Santa Tereza.....250
FIGURA 115 - Jam Session Coletivo Distante.....251
FIGURA 116 - Bandeirão Fora Clésio Andrade.....252
FIGURA 117 - Projeções na fachada do teatro Espanca!.....252
FIGURA 118 - Policiais interrompem A Ocupação.....253
FIGURA 119 - Distribuição territorial das Ocupações #1 a #8.....256
FIGURA 120 - Distribuição dos palcos em “A Ocupação #2: Praia da Ocupação”.....258
FIGURA 121 - A Ocupação #2: Praia da Ocupação.....259
FIGURA 122 - Chamada veiculada no Facebook para A Ocupação #3: Tarifa Zero.....260
FIGURA 123 - A Ocupação #3: Tarifa Zero.....260
FIGURA 124 - Chamadas veiculadas no Facebook para A Ocupação #4: Santê Memória Viva.....262
FIGURA 125 - A Ocupação #4: Santê Memória Viva.....263
FIGURA 126 - Chamadas veiculadas no Facebook para A Ocupação #5: Movimenta Barreiro.....266
FIGURA 127 - A Ocupação #5: Movimenta Barreiro.....267
FIGURA 128 - Chamada veiculada no Facebook para A Ocupação #6: Ocupação Guarani-Kayowá Pulsa Cultura.....270
FIGURA 129 - A Ocupação #6: Ocupação Guarani-Kayowá Pulsa Cultura.....271
FIGURA 130 - Chamadas veiculadas no Facebook para A Ocupação #7: Futebol é do povo.....272
FIGURA 131 - A Ocupação #7: Futebol é do povo.....273
FIGURA 132 - Chamadas veiculadas no Facebook para A Ocupação #8: Resiste Izidoro.....276
FIGURA 133 - A Ocupação #8: Resiste Izidoro.....277
FIGURA 134 - Espaço Comum Luiz Estrela.....280

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO 18

1 PISTAS 39

1.1 Pista 1: Rizoma-cartografia-micropolítica 41

1.2 Pista 2: Aproximações 49

1.3 Pista 3: *Hódos-Metà*, o caminho como meta 52

1.4 Pista 4: Transversalidade e co-produção 57

1.4.1 Diagrama Espaço-Tempo-Processo 61

1.4.2 Rodas de Conversa 63

[Legenda] 68

2 RASTROS 69

2.1 A Ocupação 71

2.2 Ocupação da Câmara 72

2.3 Programa Corredor Cultural Praça da Estação 85

2.4 Conjunto Arquitetônico e Paisagístico da Praça da Estação 88

2.5 Equipamentos Culturais Institucionais 95

2.6 Manifestações Culturais de Resistência 112

2.6.1 Domingo Nove e Meia 116

2.6.2 Duelo de Mcs 118

2.6.3 Praia da Estação 124

2.6.4 Rotatória da Praça da Estação 134

2.6.5 Nelson Bordello 136

2.6.6 Espanca! 138

2.6.7 BAixoBAhia Futebol Social 143

2.6.8 Sarau Vira-Lata 145

2.6.9 Pop Nique 151

2.6.10 LavAção 154

2.6.11 Samba da Meia Noite 155

2.6.12 Cidade Eletronika 156

2.6.13 Rolê Fotográfico 161

2.6.14 Invasão das Sombrinhas 162

2.6.15 Carnaval de Rua 164

2.6.16 Marcha das Vadias 168

2.6.17 Parada Gay 168
2.6.18 Ocupantes nômades 169
2.7 Programa Corredor Cultural Praça da Estação (retomada) 170
2.8 Comissão de Acompanhamento 176
2.9 Disciplina UNI 009 Cartografias Críticas 187
2.10 Protestos 195
2.11 Assembleia Popular Horizontal 206
2.12 Comitê Popular de Arte e Cultura 211
2.13Ocupação da Câmara (retomada) 216
2.14 A Ocupação (retomada) 221
2.15 Reverberações 255
2.15.1As Ocupações de #2 a #8 256
2.15.2 Outras linhas de continuidade 278
[Linha do Tempo] 285
3 EMERGÊNCIAS 286
3.1 (Des)territórios transversais 287
3.1.1 Eixo (a) 290
3.1.2 Eixo (b) 297
3.1.3 Eixo (a) (b) 299
3.2 Fuga-Resistência-Biopotência (algumas re-considerações finais) 299
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS 302
APÊNDICE A - Transcrição da Roda de Conversa #1 312
APÊNDICE B - Transcrição da Roda de Conversa #2 376
APÊNDICE C - Transcrição da Roda de Conversa #3 417
APÊNDICE D - Cronologia dos Protestos no mês de junho de 2013 em Belo Horizonte 440
ANEXO A: Relatório Comissão de Acompanhamento Zona Cultural Praça da Estação 442

INTRODUÇÃO

> Devido às manifestações que tomaram as ruas de Belo Horizonte (e de todo o Brasil) nas últimas semanas, 'O Evento' teve a sua data alterada para 7 de julho de 2013, e não será, portanto, abordado neste trabalho[1] (BERQUÓ, 2013, p. 182).

A dificuldade em se demarcar pontos fechados, de início ou fim, no entre-contínuo que caracteriza o processo que aqui se espera acompanhar e, de certa forma, co-construir, nos faz começar por linhas como estas, de fim aberto. Delineadas nas (in)conclusões do trabalho que desenvolvi em 2013, em meio às intensas experiências de rua então em curso em Belo Horizonte, elas recortam o momento em que "A Ocupação", objeto-sujeito desta dissertação, começava a se esboçar. O trabalho, acadêmico, teve seu prazo extinto dias antes da realização do ato, até então chamado "O Evento", e se aqui o retomamos, é pela consciência de que cartografar esse processo implica rastrear linhas que, como estas, carregam – para além de limitações cronológicas – potentes possibilidades de re-início.

Entre este e aquele trabalho, contudo, tem-se dois anos e muitos atravessamentos. Antes mesmo que ocorresse, "O Evento" transformou-se em "A Ocupação", e esta, desde então, desdobrou-se em muitas. Foi em maio de 2013, a partir de agenciamentos entre alunos da Escola de Arquitetura da Universidade Federal de Minas Gerais e coletivos atuantes na área do Viaduto Santa Tereza, em Belo Horizonte, que o então chamado "O Evento" começou a tomar forma.

Em março do mesmo ano, a Fundação Municipal de Cultura de Belo Horizonte havia apresentado à população uma proposta de requalificação urbana para a área central da cidade, no perímetro compreendido entre a Avenida dos Andradas, na altura da rua Varginha, e o Parque Municipal. O objetivo do órgão era criar, por meio de um projeto urbanístico e de intervenções arquitetônicas pontuais, uma espécie de polo turístico e cultural, ao qual seria dado o nome de "Corredor Cultural da Praça da Estação". A Praça da Estação, uma das mais antigas da cidade, funcionaria como epicentro do circuito, o qual, além do platô superior formado pela rua Sapucaí, abarcaria também a rua Aarão Reis – via que conecta a praça ao largo situado abaixo da pista de rolamento do Viaduto Santa Tereza.

Ponto de grande interesse do projeto, a área subjacente ao viaduto já configurava, contudo, palco bastante consolidado de ações da cena cultural informal da cidade. O Duelo de

[1] O trabalho em questão é a Monografia "Arte, Arquitetura e Território: a experiência cultural no espaço urbano" (2013) desenvolvida pela autora deste texto como Trabalho de Conclusão de Curso em Arquitetura e Urbanismo na Escola de Arquitetura da Universidade Federal de Minas Gerais (EA UFMG). Disponível em: <http://issuu.com/ind_ufmg/docs/monografia_paulabruzzi>. Acesso em 4 maio 2015.

Mc's, batalha sonora que reunia, semanalmente, praticantes de Hip Hop em torno ao palco e à arquibancada existentes no local, já havia completado cinco anos de existência e, apesar da constante dificuldade para obtenção de alvará junto à Prefeitura, vinha consolidando-se como uma das manifestações culturais mais democráticas da cidade. O Samba da Meia Noite, roda coletiva que revive, por meio da dança, tradições da umbanda e do candomblé praticadas na região do Recôncavo Baiano, também já ocupava a área, quinzenalmente, desde 2012. Margeado, já em 2010, pela sede do grupo de teatro Espanca e, entre 2010 e 2014, pelo hoje extinto centro cultural Nelson Bordello, o espaço tornou-se, também, palco para diversas manifestações culturais esporádicas. Dentre elas tem-se o Sarau Vira-lata, roda de poesia itinerante que atua nos espaços públicos da cidade desde 2011, e o Carnaval de Rua, que ganha grande força política a partir de 2010, com o surgimento do movimento Praia da Estação. Este último nasce em resposta ao decreto n. 13.798, sancionado pelo então prefeito de Belo Horizonte, Márcio Lacerda, no ano anterior. Frente à medida, que proibia a realização de "eventos de qualquer natureza na Praça da Estação", o movimento passou a reunir manifestantes-banhistas que, sob às águas de um caminhão pipa, ocupavam, de maneira lúdica, o extenso piso de concreto da praça nas manhãs de sábado.

A diversidade de manifestações culturais que, desde o surgimento do Duelo, em agosto de 2007 – e sobretudo a partir de 2010, pelo efeito irradiador da Praia – passaram a ocorrer no baixio do viaduto, tornaram-no um dos mais importantes polos de discussão política da cidade. Os debates que ali se engendravam, apesar de fortemente ligados à questão territorial, ultrapassavam, muitas vezes, temáticas apenas locais. O coletivo Real da Rua[2], por exemplo, tornou-se, a partir da discussão de questões relacionadas ao viaduto, importante propagador de debates em torno à livre ocupação dos espaços públicos da cidade *de maneira geral*. Ora, o local adquiria, com isso, importância estratégica crescente frente aos órgãos municipais de planejamento urbano: além de possuir localização privilegiada (na região hipercentral), havia se tornado um importante foco de resistência a políticas de cerceamento à livre apropriação dos espaços públicos da cidade.

De fato, tratava-se de um espaço em franca disputa. Prova disso é que, além da proposta referente ao Corredor Cultural, este se incluía também na Operação Urbana Consorciada do Vale do Arrudas, intervenção urbanística de cunho estrutural que se esboçava,

[2] O coletivo Real da Rua surgiu em 2012, fruto de uma parceria entre a ONG PACTO e o coletivo Família de Rua, voltado para a promoção da cultura de rua na cidade. Ver, *Fanpage* do Real da Rua no Facebook: <https://www.facebook.com/RealdaRua> Acesso em: 10 maio 2015.

simultaneamente, na Secretaria Municipal Adjunta de Planejamento Urbano[3]. Fruto de uma parceria entre o poder público municipal e empresas privadas, o projeto estabelecia a flexibilização dos parâmetros urbanísticos que regulamentavam a área. Contudo, ainda que o intuito (tal como declarado no Estatuto da Cidade) fosse o de alcançar "melhorias sociais e a valorização ambiental" nas áreas em que tais mudanças fossem realizadas, os reais ganhos que tal medida aparentava estar em vias de aportar, nesse sentido, para a área da Praça da Estação, eram bastante controversos. Pareciam prevalecer, ao invés disso, interesses privados ocultos, voltados especificamente para a valorização dos terrenos situados no local[4]. De fato, como pontua Fernanda Chagas (2013), "a todo tempo fica a sensação de que há mais reuniões e acordos acontecendo 'a portas fechadas' do que a Prefeitura ou as empresas envolvidas gostariam de divulgar" (CHAGAS, 2013, p.104).

Assim, apesar da alegação, pela Fundação Municipal de Cultura, da ausência de qualquer relação entre o Programa Corredor Cultural da Praça da Estação e a referida Operação Urbana Consorciada, era possível antever por meio destes, o crescente interesse do Estado e, sobretudo do mercado, pela região. Ora, a proposta do "Corredor Cultural", apesar de não configurar, como a Operação Urbana, uma parceria público-privada formal, parecia mostrar-se, assim como esta, extremamente estratégica do ponto de vista do mercado imobiliário. O processo de "revitalização" nele envolvido contribuiria, muito provavelmente, para uma almejada valorização dos terrenos localizados nas proximidades da Praça da Estação (e de toda a região central), o que geraria grandes possibilidades de lucro aos agentes privados envolvidos. Se consumado, tal movimento acabaria, contudo, por tornar economicamente insustentável a permanência tanto dos pequenos estabelecimentos comerciais quanto dos próprios moradores (pessoas em situação de rua e setores marginalizados da população) que já ocupavam, naquele momento, o local. Não por acaso, o projeto se fazia sem qualquer participação destes agentes.

---

[3] O nome de tal projeto sofreu contínuas alterações por parte do poder público. Segundo Fernanda Chagas (2013) "a partir do final de 2011, diversas publicações no Diário Oficial do Município fazem referência à realização de uma Operação Urbana na região, ora chamada de 'área de especial interesse urbanístico do Vale do Rio Arrudas' ora de 'operação urbana consorciada das Avenidas Andradas / Tereza Cristina / Via Expressa"' (CHAGAS, 2013). Em Outubro de 2013, contudo, o projeto foi apresentado à população com o nome Operação Urbana Nova BH e reunia, em uma única proposta, o Corredor Antônio Carlos–Pedro I, e o eixo Leste-Oeste, referente às imediações das avenidas dos Andradas, Tereza Cristina e Via Expressa (Vale do Rio Arrudas). Ao fim de 2014, a Prefeitura retomou o projeto com novo nome: Operação Urbana Consorciada Antônio Carlos Leste-Oeste: OUC ACLO. Para mais informações ver: INDISCIPLINAR, 2015. **Blog OUC Nova BH**. Disponível em: <http://blog.indisciplinar.com/oucbh-operacao-urbana-consorciada/>. Acesso em 15 jan. 2015.

[4] Discorreremos a respeito dos modos de funcionamento das Operações Urbanas Consorciadas mais adiante, ainda neste texto introdutório.

Tal situação, entretanto, não foi recebida com indiferença por parte da população. Um amplo grupo de cidadãos, insatisfeitos com a maneira pouco inclusiva com que o projeto vinha sendo desenvolvido, e preocupados com o iminente risco de gentrificação[5] por ele anunciado, se engajou no requerimento, à Fundação Municipal de Cultura, de um instrumento por meio do qual a sociedade civil pudesse interferir em sua concepção. O pedido foi acatado e uma Comissão de Acompanhamento, formada por representantes de dez grupos atuantes no espaço em questão, foi eleita em audiência pública realizada em 21 de Março de 2013[6]. Reconhecida pelo Diário Oficial do Município em 15 de Abril de 2013, a referida comissão teria, no entanto, apenas dois meses para acompanhar o projeto, limitação que restringia em muito, e já de antemão, as suas possibilidades de interferência.

É em meio a esse processo, e a partir do reconhecimento de suas falhas, que os alunos da disciplina UNI 009 Oficina Multidisciplinar realizada no primeiro semestre de 2013 na Escola de Arquitetura da Universidade Federal de Minas Gerais se engajaram no estudo da área do baixio do Viaduto Santa Tereza. A disciplina recebeu o nome de "Cartografias Críticas" e teve como escopo, durante o primeiro semestre de 2013, a investigação de possíveis efeitos da implantação do "Programa Corredor Cultural da Praça da Estação" nas dinâmicas cotidianas do local[7]. Para isso, foi realizada uma ampla pesquisa a respeito dos atores e linhas de força que compunham a área no momento em que o projeto se esboçava – processo este que envolveu conversas com moradores de rua, comerciantes ambulantes, grupos artísticos e muitos dos movimentos culturais atuantes no espaço. Desse trabalho, resultaram cadernos, diagramas, textos, e um mapa *online* colaborativo, construído por meio da inclusão, por parte de qualquer pessoa interessada, dos eventos culturais, fixos ou efêmeros, ocorridos na área.

---

[5] O termo "gentrificação" provém da palavra inglesa *gentry*, originalmente usada para designar a pequena nobreza ou os proprietários de terra. Cunhado em 1964 pela socióloga britânica Ruth Glass, o termo refere-se ao fenômeno de deslocamento da população de uma área urbana em prol da sua posterior ocupação por outro setor populacional, de poder aquisitivo geralmente mais alto – cuja visão, apreensão e vivência da cidade mostram-se normalmente diversas daquelas apresentadas pelos habitantes precedentes. O termo pode também ser entendido como "aburguesamento" ou "enobrecimento" das áreas populares de uma cidade, que têm assim, suas características transformadas.

[6] A Comissão de Acompanhamento era formada por representantes de diversos grupos atuantes no local: equipamentos e espaços culturais, movimentos sociais, artistas, comerciantes, moradores do entorno, praticantes de esportes urbanos, população em situação de rua e grupos envolvidos com a questão da mobilidade urbana; além de um arquiteto, um funcionário da Fundação Municipal de Cultura e um representante do Conselho Municipal de Cultura.

[7] A UNI 009 Oficina Multidisciplinar Cartografias Críticas é uma disciplina de graduação do PROUNI, coordenada pela professora Natacha Rena, ofertada semestralmente na Escola de Arquitetura e aberta a todos os cursos de graduação da universidade. Por meio de temas contemporâneos, voltados à discussão crítica da produção do território da cidade, ela se reconfigura a cada nova edição.

Hospedado na plataforma *GoogleMaps* sob o nome "O Corredor cultural já existe!", tal mapa tinha como propósito dar a ver os diversos movimentos, em grande parte informais, que compunham o já pulsante cenário cultural local[8]. Foi em meio aos agenciamentos realizados durante a sua construção, que nasceu a proposta de promover um evento coletivo que reunisse, no baixio do viaduto, todos esses movimentos. Assim como o mapa, este serviria para endossar a ideia de que o local já configurava um "corredor cultural", e de que o esvaziamento ou substituição das dinâmicas ali existentes por outras (guiadas por interesses mercadológicos), extinguiria, em grande medida, a sua vitalidade. A ideia ia de encontro à intenção prévia dos integrantes da Família da Rua – coletivo que desde 2007 vinha atuando de forma a promover a cultura de rua na área do Viaduto Santa Tereza – de organizar um evento no local. Nascido dessa confluência, o referido ato ocorreria em uma tarde de domingo e seria genericamente chamado de "O Evento".

Entretanto, em junho de 2013 e, portanto, justamente em meio às atividades desenvolvidas pela disciplina, a cidade foi tomada por uma série de protestos. Estes integravam uma rede de mobilização mais ampla, a qual, motivada inicialmente pelo aumento da tarifa do transporte público em algumas cidades brasileiras, acabaram por levar, durante todo o mês, mais de um milhão de pessoas às ruas de todo o país (UOL NOTICIAS, 2013). As manifestações dos 20 centavos, como ficaram popularmente conhecidas, tinham, no entanto, um intuito muito mais abrangente do que a simples reivindicação contra o referido aumento nas passagens de ônibus. Estas incluíam uma infinidade de pautas, em grande parte motivadas pelo fracasso crônico dos serviços públicos urbanos e pelas condições cada vez mais deteriorantes de vida nas cidades brasileiras. Seu caráter múltiplo e pluripartidário vinha desafiar as convencionais formas de manifestação, apontando para outros caminhos possíveis de se pensar os movimentos políticos contemporâneos. No caso específico de Belo Horizonte, um fato se destaca nesse sentido: simultaneamente a essas intensas experiências de vivência coletiva das ruas surge, na cidade, o que veio a se chamar "Assembleia Popular Horizontal" – um espaço aberto e horizontal para o debate e a organização das reivindicações políticas surgidas nas manifestações. Fato notório é que tal Assembleia adotou, justamente, a área do baixio do Viaduto Santa Tereza como base para os seus encontros[9].

[8] O mapa em questão foi desenvolvido especificamente pelas alunas Flora Rajão, Camila Bastos e Nattyelle Laura.

[9] Para mais informações, ver Wiki Assembleia Horizontal Popular. Disponível em: <http://aph-bh.wikidot.com> Acesso em: 4 set. 2015.

Neste ponto voltamos às linhas com que iniciamos este texto, quando os preparativos para "O Evento" encontravam-se momentaneamente suspensos. Foi em 2 de julho de 2013, em reunião no gramado da Câmara Municipal de Belo Horizonte (ocupada, há quatro dias, pelos integrantes da Assembleia Popular Horizontal), que a ideia foi retomada e teve continuidade, ora sob outra perspectiva. Neste encontro, artistas, produtores culturais, estudantes, professores, arquitetos, militantes e integrantes do recém-criado "Comitê Popular de Arte e Cultura" engajaram-se diante da possibilidade de organizar um *ato cultural colaborativo* no baixio do viaduto, espaço que havia adquirido, como vimos, grande importância simbólica em meio às manifestações. "O Evento" pensado pelos alunos da disciplina UNI 009 Cartografias Críticas e pela Família da Rua havia ganhado, assim, outras pautas. Além de questionar a transformação da área da Praça da Estação e do Viaduto Santa Tereza em vetor de lucro por meio da implantação de projetos como o "Corredor Cultural", passou a ter como horizonte questões mais abrangentes, como a corrupção em torno ao transporte público, a falta de verba para a manifestação da cultura na cidade, a forma pouco democrática e de cunho nitidamente empresarial com que vinham sendo guiadas as políticas urbanas municipais, dentre outras. A ideia, co-construída não sem muitos embates e controvérsias, poderia ser definida, assim, como uma tentativa de criar possibilidades de encontro, por meio das quais outras formas de se estar no espaço público e de se organizar socialmente pudessem possivelmente emergir. Parecia tratar-se – mais do que de uma luta propriamente "reativa" – de um experimento ativo, capaz de articular questões políticas, experimentações estéticas e discussões especificamente territoriais em prol da emergência de outros espaços, mais democráticos, na cidade. Para tanto, o fôlego provindo das exitosas experiências ocorridas nas ruas nos dias precedentes se mostraria, como veremos, crucial.

Com essa mudança de perspectiva, o próprio nome do ato foi alterado: por falta de alvará e pelo intuito de se construir algo que se diferenciasse fundamentalmente do "evento" como prática comercial, este passou a se chamar "A Ocupação". Ao momento dessa definição, seguiram-se dias de intenso trabalho. No Grupo criado no Facebook[10], diversas pessoas se organizaram em torno à preparação do acontecimento, então agendado para o dia 7 de julho. Oficina de cartografia, mutirão de limpeza, troca de mudas, banquete coletivo, aula pública, apresentação de bandas e um cortejo, por meio do qual os ocupantes da Câmara Municipal se deslocariam até o viaduto, eram algumas das ações previstas, reunidas por meio de uma planilha aberta e compartilhada no *GoogleDocs*. Iniciou-se, também, uma ampla

[10] Disponível em : <www.facebook.com/AOcupacao>. Acesso em : 20 dez. 2014.

produção de chamadas gráficas que, divulgadas por meio das redes sociais digitais, aumentaram em muito o alcance do ato. Nesse processo, cada envolvido engajou-se como pôde e foi assim que, alimentado pela experiência do Duelo, da Praia (e das outras manifestações culturais que já ocupavam periodicamente o Viaduto Santa Tereza), este acabou por aglutinar centenas de pessoas no local durante todo o domingo. Utilizando-se do espaço existente, em meio a geradores elétricos emprestados, alimentos doados, microfones e palcos compartilhados a única regra parecia ser: viabilize-se, faça-o em conjunto.

Ora, o ato parecia configurar uma espécie de *momento de pico* em meio à luta pelo direito à livre apropriação dos espaços públicos de Belo Horizonte. Uma sorte de ponto de confluência, no qual diversos movimentos – estimulados pelas mobilizações políticas então em curso na cidade – voltaram-se, naquele território específico, para a experimentação de formas mais abertas e democráticas de se pensar a cidade.

Tal processo não parece ocorrer, contudo, de forma estática, e tampouco restringir-se apenas a este primeiro experimento. Exemplo disso são os diversos acontecimentos que, sob o seu nome, continuaram a ocorrer na cidade até pelo menos o ano de 2014: A Ocupação #2, realizada no mês seguinte como forma de dar continuidade às pautas levantadas na primeira experiência; A Ocupação #3, ocorrida ainda no Viaduto Santa Tereza com forte participação do movimento Tarifa Zero[11]; as Ocupações #4, #5 e #6, realizadas no bairro Santa Tereza, no Barreiro e na Ocupação Urbana Guarani Kayowá entre outubro de 2013 e maio de 2014; a Ocupação #7, ocorrida em junho de 2014[12] na região da Praça da Estação; e uma oitava experiência, articulada em agosto daquele mesmo ano nas Ocupações Urbanas Rosa Leão, Vitória e Esperança.

Embora estes apresentem-se como desdobramentos diretos da ação, as muitas reverberações por ela desencadeadas não parecem encerrar-se, contudo, tampouco em sua realização. Mais do que isso, a ação parece ter consolidado uma espécie de *modus operandi* comum, voltado para a experimentação de caminhos alternativos às formas correntes de produção dos espaços públicos da cidade. Ora, são especificamente as possibilidades de contribuição do ato para a emergência, na cidade, de *outros espaços públicos possíveis* que,

[11] O coletivo Tarifa Zero surge em junho de 2013 com o objetivo de lutar pelo fim da cobrança de tarifa no transporte público de Belo Horizonte. Antes desse momento a luta pelo fim da cobrança pelo transporte já estava, ainda que de forma fragmentária, em pauta na cidade. Em 2012, o coletivo editorial PISEAGRAMA emplacou a campanha #Ônibus sem catraca e, nos anos de 2011 e 2012, houveram protestos contra o aumento da tarifa na cidade. Para mais informações, ver Fanpage do Tarifa Zero no Facebook. Disponível em: <https://www.facebook.com/tarifazerobh> . Acesso em: 5 mai. 2015.

[12] A sétima Ocupação ocorreu durante a realização da Copa do Mundo FIFA de Futebol 2014, para a qual Belo Horizonte foi escolhida como uma das cidades-sede.

no presente trabalho, nos motiva a estudá-lo.

Para começarmos a tatear caminhos nesse sentido parece-nos preciso, contudo, iniciar pela investigação da própria *forma como se dão as dinâmicas de produção de espaço em Belo Horizonte*. Nessa busca, fazem-se necessários alguns questionamentos: por que, afinal, a necessidade de se criar espaços públicos de outra ordem (i), e que *outros espaços* seriam estes (ii)?

Apontamentos sobre o terreno

(i)

O "Corredor Cultural da Praça da Estação", projeto urbanístico responsável por desencadear, ao menos inicialmente, A Ocupação, parece ser sintoma de um processo mais abrangente: uma clara tendência de transformação dos espaços públicos de Belo Horizonte em ambientes privilegiados de reprodução dos modos de acumulação capitalísticos[13]. Tal situação parece ter sido intensificada, ainda, durante a gestão do atual prefeito, Márcio Lacerda – cujo primeiro mandato teve início em 2008. Eleito após uma polêmica campanha, construída em meio a alianças com o então governador do estado de Minas Gerais, Aécio Neves, o ex-presidente Lula e o então prefeito Fernando Pimentel – em uma estranha festa partidária – Lacerda foi responsável, já no início de seu primeiro mandato, por uma série de medidas urbanísticas de cunho nitidamente "higienista" – voltadas para a construção de uma cidade pretensamente "ideal" ao investimento empresarial. O "Movimento Respeito por BH", lançado em 2009 com o pretenso propósito de "moralizar" o uso dos espaços públicos de Belo Horizonte, e o novo Código de Postura, que passou a vigorar a partir de 2010[14] com o intuito de disciplinar os "comportamentos, condutas e procedimentos do cidadãos" são alguns exemplos. Por meio desses instrumentos observou-se um forte movimento no sentido de se restringir as possibilidades de licenciamento para as atividades informais que vinham sendo realizadas em logradouro público – gerando, assim, ampla perseguição a pipoqueiros, baleiros,

[13] A esse respeito, ver: RENA, Natacha; BERQUÓ, Paula; GUIAMARÃES, Amanda; RAMOS, André. **Zona Cultural: urbanismo neoliberal e as insurgências multitudinárias em Belo Horizonte**. In: Encontro Brasileiro de Pesquisa em Cultura, 3., 2015. Disponível em: <http://blog.indisciplinar.com/wp-content/uploads/2015/08/EBPC_final.pdf> Acesso em: 25 out. 2015.

[14] O Código de Posturas do Município de Belo Horizonte "contém as posturas destinadas a promover a harmonia e o equilíbrio no espaço urbano por meio do disciplinamento dos comportamentos, das condutas e dos procedimentos dos cidadãos no Município de Belo Horizonte" (BELO HORIZONTE, 2010). O atual Código está em vigor desde abril de 2010, quando foi sancionada a Lei nº 9.845 de 8 de abril de 2010, responsável por alterar o antigo Código, em vigor desde 2003 (Lei nº 8.616/03). Nele foram acrescentadas uma série de modificações que tornaram o instrumento mais restritivo principalmente com relação ao licenciamento de atividades informais realizadas em logradouro público e à instalação de mobiliário urbano.

moradores de rua e demais ocupantes nômades da cidade. Ora, em prol da emergência de uma cidade *ideal para o investimento*, propícia a um pretenso *progresso*, "limpa-se", por assim dizer, os seus espaços "públicos" no sentido de extinguir quaisquer atores ou atividades que não se enquadrem neste pré-fabricado modelo. Trata-se, nessa perspectiva, de medidas por meio das quais a cidade, guiada de forma a se ajustar a um padrão "adequado" (consonante com as atuais formas de acumulação capitalísticas), esquece-se de seu papel fundamental: abrigar a vida e toda a multiplicidade que lhe é inerente.

O decreto número 13.798, de 09 de dezembro de 2009, que proibiu a realização de "eventos de qualquer natureza"[15] na Praça da Estação, parece configurar uma espécie de estopim desse processo. Sob a justificativa de que a concentração de pessoas no local poderia *prejudicar* a segurança pública e a *qualidade do meio ambiente no entorno* da Praça da Estação – em que havia sido instalado, em 2005, um museu privado – e com a alegação de que eventos precedentes haviam ocasionado suposta depredação do patrimônio público, a Praça – que em 2003 havia passado por uma reforma que a tornava apta a receber eventos de grande porte – teve o seu uso para tal atividade suspenso.

Frente à insatisfação de um amplo grupo de cidadãos – que uniram-se em torno à criação do movimento Praia da Estação – Lacerda revogou o decreto, substituindo-o, em 29 de janeiro de 2010, por outra deliberação. Trata-se do decreto número 13.863, por meio do qual foi instituída uma Comissão Especial de Regulamentação de Eventos na Praça da Estação[16]. As determinações da comissão, que não contava, em sua composição, com nenhuma entidade ou organização da sociedade civil, foram publicadas em 5 de maio, em uma portaria da Secretaria de Administração Regional Municipal Centro-Sul[17]. Por meio desta, ficou estabelecido que os eventos a serem realizados na Praça estariam condicionados, dentre outras exigências, à apresentação de planta de cercamento, por meio do qual o acesso seria controlado, e ao pagamento de uma taxa caução, cujo valor variaria entre 2 e 20 mil reais – gesto que privilegiava nitidamente a realização de eventos ligados à iniciativa privada. Havia, contudo, algumas exceções. Eventos oficiais e inseridos nos programas da Copa das Confederações de 2013 e da Copa do Mundo da FIFA de 2014 não estariam sujeitos a tais

[15] BELO HORIZONTE. Decreto 13.798, 09 de dezembro de 2009. *Diário Oficial do Município*, Belo Horizonte, 2009. Disponível em: <http://portal6.pbh.gov.br/dom/iniciaEdicao.do?method=DetalheArtigo&pk=1017732>. Acesso em: 3 mai. 2015.

[16] BELO HORIZONTE. Decreto 13.863 de 29 de janeiro de 2010. *Diário Oficial do Município*, Belo Horizonte, 2010. Disponível em : <http://portal6.pbh.gov.br/dom/iniciaEdicao.do?method=DetalheArtigo&pk=1022906>. Acesso em: 3 mai. 2015.

[17] BELO HORIZONTE. Portaria SARMU-CS 02/2010. *Diário Oficial do Município*, Belo Horizonte, 2010. Disponível em : <http://portal6.pbh.gov.br/dom/iniciaEdicao.do?method=DetalheArtigo&pk=1031525>. Acesso em : 3 mai. 2015.

condições. Estas pareciam servir, portanto, sobretudo para evitar eventos informais, organizados sem qualquer verba ou apoio institucional pela própria população, e restringir, assim, o uso do espaço – pretensamente público – a grandes eventos comerciais[18].

Em 2013, com a apresentação da Operação Urbana Consorciada Nova BH (que passa a abarcar a antiga Operação Urbana Consorciada Vale do Rio Arrudas), tem início mais um capítulo controverso da gestão do prefeito. A Operação Urbana Consorciada (OUC) é um instrumento de planejamento urbano previsto no Estatuto da Cidade (Lei Federal n° 10.257/2001) que tem por finalidade promover transformações urbanísticas estruturais, melhorias sociais e valorização ambiental em áreas urbanas definidas pelo Plano Diretor Municipal. Por meio desse instrumento, o governo municipal pode, em parceria com agentes privados, modificar características de parcelamento, uso e ocupação do solo, normas edilícias e a regulação de edificações de qualquer área da cidade. Nesse processo, são gerados títulos conhecidos como CEPAC (Certificados de Potencial Adicional de Construção).

A emissão destes certificados teria como justificativa a necessidade de recolhimento rápido de recursos por parte da Prefeitura, logo no início das obras da OUC, de forma a não gerar prejuízos para o orçamento municipal. No entanto, como explicitam João Ferreira e Mariana Fix (2001), tal estratégia tende a trazer mais benefícios ao setor privado que propriamente aos órgãos de gestão pública, já que contribui para a geração de "um novo tipo de especulação imobiliária, 'financeirizada'" na cidade (FERREIRA; FIX, 2001)[19] – financeirizada porque, por meio do CEPAC, a compra de potencial construtivo é desvinculada da posse do lote: é possível que qualquer pessoa com capital excedente adquira o título e o comercialize em momento de alta de seu preço. Ora, a utilização ou compra desse artifício torna-se interessante, portanto, apenas na medida em que os títulos apresentem possibilidade de valorização – fazendo com que estes sejam emitidos estritamente em áreas de interesse prévio do mercado imobiliário. É aí, especificamente, que parece residir o problema: se a viabilização da Operação Urbana passa a depender da valorização de títulos imobiliários, a presença, em sua área de realização, de propostas que tragam poucas possibilidades nesse sentido – como habitações de interesse social, ou outras formas de uso voltadas para o setor popular – tornam-se potenciais fatores de inexequibilidade do próprio processo.

---

[18] De fato, a praça foi disponibilizada pela prefeitura, ainda em 2010, para a implantação da "Arena de Comemorações", onde foram transmitidos os jogos da Copa do Mundo. O projeto, com capacidade para 15 mil pessoas, foi realizado em parceria com a Coca-Cola e envolveu significativas contrapartidas publicitárias. LESSA, Leonardo. Disponível em: <https://pracalivrebh.wordpress.com/2011/01/26/>. Acesso em: 3 mai. 2015.

[19] Ver: FERREIRA, João Sette Whitaker; FIX, Mariana. A urbanização e o falso milagre do CEPAC. In: *Folha de São Paulo*, São Paulo, 17 abr. 2001. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/opiniao/fz1704200110.htm>. Acesso em: 04 abr. 2015.

Por outro lado, como pontuou o economista e Secretário Adjunto de Planejamento Urbano da Prefeitura de Belo Horizonte, Marcelo Faulhaber, trata-se de um excelente negócio para o setor privado. "Vamos criar terrenos em Belo Horizonte" disse ao apresentar a OUC Nova BH a empresários mineiros (MAYER, 2013, não paginado)[20]. Como exemplo, Faulhaber citou a "bem-sucedida" experiência do Porto Maravilha[21], no Rio de Janeiro, em que os CEPAC's teriam tido, segundo ele, uma valorização de 105,5% ao ano desde o lançamento do projeto.

Em meio a esse processo, surge, em uma área estratégica para a viabilização da OUC Nova BH, o Programa Corredor Cultural da Praça da Estação. Este, além de potencializar as possibilidades de especulação na área e, muito possivelmente, desencadear com isso, um processo de gentrificação, teria como provável resultado também a desarticulação de diversos movimentos que ali construíam – paulatinamente e não sem muitas controvérsias – outras possíveis formas de participação política na cidade.

Trata-se, assim, de um conjunto de medidas que, em detrimento do atendimento às necessidades efetivas dos cidadãos (em toda a diversidade que lhes é própria), acabam, em linhas gerais, por assujeitar os espaços urbanos a interesses econômicos de uma porcentagem irrisória da população (detentora de recursos suficientes para se beneficiar das altas do mercado imobiliário). Ora, de fato, em um tal movimento, qualquer foco de transformação política deve ser convenientemente contido ou desarticulado.

Esse tipo de prática, característica do chamado *urbanismo neoliberal*, parece configurar, no entanto – para além das especificidades do contexto local de Belo Horizonte e da gestão de Lacerda – uma tendência global. Como pontua Saskia Sassen, a emergência da ideologia neoliberal[22] na década de 1980, vinculada ao processo simultâneo de dissolução dos

---

[20] Segundo Joviano Mayer: "na dita palestra, Marcello Faulhaber conceituou as OUCs como um 'pacto entre a cidade e o mercado imobiliário' e sustentou que 'é um excelente negócio para o mercado, por isso [as operações urbanas consorciadas] são tão bem sucedidas'. Pois bem, o projeto 'Nova BH' consistirá na maior operação urbana consorciada da história da cidade e implicará em intervenções urbanísticas, adensamento, gentrificação (elitização do espaço) e valorização imobiliária em cerca de 7% do território do município" (MAYER, 2013, não paginado).

[21] A Operação Urbana Porto Maravilha, realizada por meio do Consórcio Empresarial Porto Novo, é responsável pela requalificação de uma área de 5 milhões de metros quadrados da região portuária do Rio de Janeiro. Para aprofundamento da questão, ver a Lei Municipal nº 101/2009, responsável pela criação e regulamentação da Operação Urbana Consorciada da Área de Especial Interesse Urbanístico da Região Portuária do Rio de Janeiro.

[22] Segundo David Harvey, "o neoliberalismo é em primeiro lugar uma teoria das práticas político-econômicas que propõe que o bem-estar humano pode ser mais bem promovido liberando-se as liberdades e capacidades empreendedoras individuais no âmbito de uma estrutura institucional caracterizada por sólidos direitos à propriedade privada, livres mercados e livre comércio. O papel do estado é criar e preservar uma estrutura institucional apropriada a essas práticas." HARVEY, David. *O neoliberalismo*. História e implicações. São Paulo: Edições Loyola, 2012, p. 255.

Estados-Nação, foi responsável por desencadear a ascensão, em escala mundial, de práticas urbanísticas fortemente baseadas na lógica de mercado (SASSEN apud HARVEY, 2014).

A questão urbana não parece conformar, no entanto, uma esfera qualquer em meio às outras abarcadas pela ideologia neoliberal. Ao contrário, o urbanismo aparenta residir no cerne do funcionamento do próprio regime capitalista contemporâneo. Não por acaso, além de A Ocupação, nosso foco de estudo neste trabalho, ele atravessa toda a série de protestos que vimos eclodir ao redor do mundo nos últimos anos: as manifestações no Parque Taskim Gezi, em Istambul, as greves na Espanha e na Grécia, os levantes em Londres, Estocolmo e Paris, os movimentos "Occupy" e as insurgências pró-democracia em Túnis, Egito e na Síria (HARVEY, 2014). Mas, a que se deve a crescente importância do espaço urbano em meio ao funcionamento do capitalismo global?

Para o estudo dessa questão, os conceitos de *biopoder* e *biopolítica* nos parecem centrais. De forma a investigá-los, voltemo-nos brevemente às teorias formuladas a seu respeito por Michel Foucault, Antonio Negri, Michael Hardt e o pensador brasileiro Peter Pál Pelbart.

*

O conceito de biopoder foi utilizado por Foucault, pela primeira vez, em 1976. A formulação surgiu como forma de fazer um contraponto aos mecanismos de controle utilizados pelas monarquias absolutistas que dominaram o cenário ocidental até (grosso modo) o século XVII. Se o poder destas potências baseava-se especificamente no direito de fazer morrer quem as ameaçasse, deixando viver os demais[23], o biopoder, ao contrário, teria como prerrogativa o "fazer viver" ou a otimização da vida, que passa a lhe servir de fonte. Isto equivale dizer que, com o fim dos regimes soberanos – e o fato de a morte passar a não mais configurar esfera atribuída ao governo – as formas de controle passam a se dar por meio da vigilância e da modulação da própria vida: mais do que destruí-las passa a ser preciso, assim, ordená-las ou, em outras palavras, direcionar as suas forças para que estas trabalhem a seu favor. Os mecanismos de poder, portanto, ao contrário do que ocorria anteriormente, passaram a não mais basearem-se apenas na regulação e repressão social, mas a investir a vida

[23] Ver: (I) FOUCAULT, Michel. *História da Sexualidade I: A Vontade de Saber*; tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. 14.ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2001 (1976) e (II) FOUCAULT, Michel. *Em defesa da sociedade*. *Curso no Collège de France (1975-1976).* São Paulo: Martins Fontes, 2005 (1997).

de maneira integral (PELBART, 2011).

As formas de operação desse regime sofreram, contudo, variações ao longo da história. Segundo Foucault, ao longo do século XVII, o biopoder adquiriu uma forma *disciplinar*, baseada na "docilização" individualizada dos corpos, realizada por meio da ação de instituições como escolas, hospitais, hospícios e fábricas. Trata-se de uma espécie de adestramento: da transformação do corpo em "corpo-máquina", sujeito, segundo Pelbart (2011), a uma "anátomo-política" voltada para a otimização de suas forças. No século seguinte, surge, contudo, a chamada forma *biopolítica*, por meio da qual a sociedade, então vista como espécie, é controlada em sua totalidade. Diferentemente da forma disciplinar, esta caracteriza-se pela mobilização de um outro componente de controle, não mais restrito aos muros das instituições, mas relativo, ao invés disso, às várias esferas da vida humana. Nesse momento, o controle sobre a vida ultrapassa apenas o âmbito individual, voltando-se, prioritariamente, para a manipulação de todo o conjunto social, tomado ora a partir de uma perspectiva essencialmente biológica – concernente às taxas de natalidade, de mortalidade, às patologias, à longevidade, dentre outros. Nas palavras de Peter Pál Pelbart,

> (...) ao lado do sujeitamento dos corpos através das escolas, colégios, casernas, ateliês, surgem os problemas de natalidade, longevidade, saúde pública, habitação, migração. (...) Se as disciplinas se dirigiam ao corpo, ao homem-corpo, a biopolítica se dirige ao homem-espécie. Se a disciplina, como diz Foucault, tenta reger a multiplicidade dos homens enquanto indivíduos sujeitos à vigilância, ao treino, eventualmente à punição, a biopolítica se dirige à multiplicidade dos homens enquanto massa global, afetada por processos próprios da vida, como a morte, a produção, a doença (PELBART, 2011, p.57).

Mas, como esse processo se daria atualmente?

Sob a ótica de Hardt e Negri (2005), o biopoder está intimamente relacionado com a manutenção do *Império* – conceito por eles cunhado para dar nome à forma de soberania reticular e supra-nacional que, de forma desterritorializada, retém hoje, o controle da economia mundial[24]. Composto por instituições supranacionais, pólos de poder dispersos entre Estados dominantes e grandes corporações capitalistas, o Império atua de forma essencialmente diversa das potências *imperialistas* modernas – baseadas, ainda, nos limites dos Estados-Nação. Diferentemente de como ocorria no contexto destas últimas, o *biopoder*

[24] Para Hardt e Negri, o biopoder do Império assenta-se por meio da consolidação de uma situação de "guerra global" – uma guerra absoluta, de caráter ontológico. Em suas palavras: "o biopoder não exerce apenas o poder de destruição em massa da vida (como o que é ameaçado pelas armas nucleares) mas também a violência individualizada. Quando chega a individualizar-se em sua forma extrema, o biopoder transforma-se em tortura" (HARDT; NEGRI, 2005, p.41).

imperial não possui centro e não limita tampouco a sua ação às fronteiras territoriais, engendrando, ao invés disso, formas globalizadas de controle. Para os autores:

> Em contraste com o imperialismo, o Império não estabelece um centro territorial de poder, nem se baseia em fronteiras ou barreiras fixas. É um aparelho de descentralização e desterritorialização do geral que incorpora gradualmente o mundo inteiro dentro de suas fronteiras abertas e em expansão. O Império administra entidades híbridas, hierarquias flexíveis e permutas plurais por meio de estruturas de comando reguladoras. As distintas cores nacionais do mapa imperialista do mundo se uniram e mesclaram, num arco-íris imperial global (HARDT; NEGRI, 2001, p. 12-13).

O controle imperial não se dá, contudo, de maneira linear ou unívoca: o entendimento de suas dinâmicas passa pela investigação dos mecanismos de funcionamento da própria produção contemporânea e mostra-se indissociável, portanto, da consideração das atuais formas do capitalismo. De forma a elucidar tal questão façamos, pois, algumas considerações a respeito de seus meios, especificamente da versão capitalística que começa a ganhar força na década de 1990: o chamado *capitalismo cognitivo*.

O dito capitalismo cognitivo caracteriza-se, em linhas gerais, pela predominância da produção de subjetividade, dos dispositivos comunicacionais e do chamado trabalho imaterial. Embora o seu surgimento não signifique, evidentemente, a anulação do trabalho fabril, este parece apontar, nitidamente, para um processo no qual a valorização dos bens materiais passa a apoiar-se cada vez mais em dispositivos imateriais (COCCO, 2009). Como bem descreve Maurizio Lazzarato (2006), a *grosso modo*, se no chamado capitalismo clássico o foco era a fabricação do objeto, nesta modalidade contemporânea, antes de se produzir o objeto, é necessário criar o *desejo*. Assim, mais importantes do que os processos envolvidos na fabricação do aparelho de telefone celular, da televisão ou do automóvel propriamente ditos, passam a ser aqueles referentes à criação dos *modos* ou *estilos de vida* aos quais o seu consumo se atrela. Ou seja, mais do que objetos, são produzidas (e comercializadas) relações, ideias e formas de vida. A esse processo, que implica a criação da própria *vida social*, Negri e Hardt (2005) dão o nome de "produção biopolítica".

> Vamos agora passar do biopoder para a produção biopolítica. Ambos investem a vida social em sua totalidade – donde o prefixo *bio* em comum –, mas o fazem de formas diferentes. O biopoder situa-se acima da sociedade, transcendente, como uma autoridade soberana, e impõe a sua ordem. A produção biopolítica, em contraste, é imanente à sociedade, criando relações e formas sociais através de formas colaborativas de trabalho (NEGRI; HARDT, 2005, p. 135).

A produção biopolítica configura a própria forma de "produção" globalizada

contemporânea, que, atuante no seio dos mecanismos de poder do *Império*, ultrapassa o âmbito apenas econômico para implicar-se também na cultura, na política, e em todas as demais esferas da vida em sociedade. Observa-se, contudo, em meio a essa consideração, um deslocamento no sentido do termo se comparado àquele proposto por Foucault na década de 1970. Para além da perspectiva apenas do poder (e de um poder essencialmente calcado em preceitos biológicos), a produção biopolítica configura, na ótica de Negri e Hardt, o próprio *plano produtivo* do trabalho imaterial contemporâneo – espaço no qual, justamente, as formas de vida dele resultantes se engendram. Ora, o termo alcança, assim, um novo patamar de complexidade: ao invés de uma das formas de expressão do biopoder, a produção biopolítica torna-se o próprio ambiente no qual as lutas de classes contemporâneas ocorrem.

Mas, quais seriam esses novos sujeitos? E que tipo de embate os define? Ora, se no âmbito do capitalismo clássico tais conflitos restringiam-se, prioritariamente, ao *modus operandi* da fábrica tradicional e, com isso, a um tipo de exploração voltado majoritariamente para o trabalho mecânico, braçal dos trabalhadores assalariados, em tempos de *capitalismo cognitivo* e *produção biopolítica*, estes parecem implicar, tendencialmente, a expropriação da própria força-inventiva, abarcando, com isso, para além da "classe trabalhadora" propriamente dita, todos e quaisquer agentes que, agindo em comum, são capazes de produzir sentido em meio ao *socius*. É exatamente esse conjunto múltiplo e abrangente de atores, cuja atuação reticular e colaborativa não mais restringe-se aos muros das fábricas, que irão conformar aquilo que Hardt e Negri consideram o sujeito social da produção biopolítica: a Multidão.

Diferentemente do "povo" – tido como conjunto homogêneo no qual as diferenças dos indivíduos são desconsideradas – e da "massa" – tomada como agrupamento de elementos passíveis de manipulação – o conceito de Multidão refere-se, segundo Hardt e Negri, a um conjunto de singularidades que agem em comum.

*

Voltemos, contudo, à questão colocada anteriormente a respeito do papel paradigmático assumido pelo espaço urbano em meio às atuais dinâmicas socioeconômicas globais. Concentremo-nos, para isso, ao estudo de como esse ambíguo modo produtivo contemporâneo – ao qual Negri e Hardt chamam "produção biopolítica" – atua especificamente no âmbito da cidade.

Ora, as formas de interferência de tal processo nos mecanismos de produção dos

espaços urbanos parecem ocorrer por diversos caminhos. Dentre estes, pelo escopo específico deste trabalho, destacaremos dois: um primeiro, referente à tendência, observada em meio à produção biopolítica, de a lógica industrial estender-se por todo o espaço da cidade; e um segundo, relativo ao processo de criação de modos de vida que, com o intuito de legitimar tal lógica, parecem direcionar o *desejo* da população a seu favor.

Atenhamo-nos, por ora, ao primeiro caminho. Se, no âmbito da produção biopolítica, a divisão entre tempo de lazer e de trabalho parece diluir-se em prol da predominância de um tempo sempre produtivo, isso parece ocorrer também com relação ao espaço. Enquanto no chamado capitalismo clássico, a fábrica configurava o espaço de trabalho por excelência, atualmente pode-se considerar que este se estendeu a ponto de englobar toda a cidade. Ora, o tipo de linha de montagem que assim se estabelece passa a ter como motor não mais apenas mecanismos internos à fábrica, mas processos mais amplos, referentes aos espaços urbanos e seus mecanismos de valorização. Exemplo disso são os numerosos projetos de "revitalização urbana" e de instalação de grandes equipamentos culturais que, a exemplo dos que mencionamos acima, ganham cada vez mais espaço no território nacional – funcionando como espécies de âncoras para o aumento do preço dos terrenos. Nesse processo, como bem pontuam Barbara Szaniecki e Gerardo Silva (2010), o chão de fábrica torna-se a própria metrópole.

De fato, a urbanização tem se tornado, cada vez mais, um foco privilegiado de acumulação de capital. Segundo Harvey (2014), o investimento imobiliário é atualmente um dos principais motores da economia mundial, adquirindo relevância crescente em países como a China – país que desde a crise de 2007 consolida-se como uma das principais engrenagens do capitalismo global. Contudo, segundo o autor, contrariamente ao que poderia se pensar, isso não tem tido a ver com o atendimento das necessidades básicas da população. Para ele, ao invés disso, "trata-se de uma estratégia para absorver capital excedente, sustentar taxas de lucro, e maximizar o retorno sobre valores de troca independentemente de quais forem as demandas por valores de uso" (HARVEY, 2014, não paginado). Ou seja, o urbanismo passa a configurar uma estratégia de mera acumulação, que condiciona a administração dos espaços de vida de inteiras populações à manutenção do lucro crescente de uma ínfima parcela social.

Ora, dentre os efeitos desastrosos dessa situação destaca-se, dentre outros, a privatização generalizada dos espaços urbanos – fenômeno que aqui nos interessa de forma especial. Essa prática, por meio da qual bens comuns são revertidos em verdadeiros vetores de lucro da nova fábrica metropolitana, parece ocasionar um processo crescente de alienação e

exclusão da população de seus espaços de encontro, destituindo, em grande parte, as cidades de seu caráter político. No Brasil, isso parece ocorrer por meio da emergência de numerosas políticas urbanas baseadas em parcerias público-privadas – em um momento no qual o país (escolhido como sede de dois dos mais importantes megaeventos esportivos do mundo) desponta como a sétima economia mundial e passa a configurar verdadeiro quintal de oportunidades para a expansão do capitalismo global.

Todo esse processo não ocorre, contudo, sem que outro, referente à produção de subjetividade, se dê – e aqui chegamos ao segundo caminho acima mencionado. Ora, para que essas práticas se instaurem, é preciso que se estabeleçam territórios existenciais, desejos e modos de vida que as sustentem. Em outras palavras, para que o capitalismo cognitivo, globalizado e neoliberal – e, consequentemente, as formas neoliberais de urbanização – se consolidem, é preciso criar formas subjetivas que legitimem a sua lógica. Desse processo resulta a emergência de figuras como o endividado (LAZZARATO; NEGRI; HARDT), o midiatizado, o securitizado e o representado (NEGRI; HARDT), e imagens, como a cidade-criativa (SZANIECKI), a cidade global (SASSEN) e a cidade inteligente (GREENFIELD), que ao agirem justamente no âmbito do *desejo* das populações, geram modelos pelos quais estas passam a competir. Dessa maneira, práticas como a de privatização-alienação generalizada dos espaços de uso comum das cidades tendem a figurar no imaginário social como ações legítimas, já que o pré-fabricado desejo por cidades cada vez mais "desenvolvidas", competitivas e rentáveis deve ser, de uma forma ou de outra, satisfeito. Ora, vista por essa perspectiva, a crise urbana atual torna-se, também, uma crise de ordem *subjetiva* e *simbólica*.

(ii)

Mas, como contornar esse processo? Maurizio Lazzarato (2014), na esteira de Guattari, defende que, para isso, seria preciso potencializar *modos de subjetivação autônomos ou singulares*. Em meio ao processo de sujeição a imagens e figuras subjetivas que visam sustentar uma lógica urbana guiada pelo mercado e voltada para a acumulação de poucos, urge pensar modos singulares de subjetivação, os quais – aqui podemos acrescentar – abram caminho para a emergência de *formas de espacialização também singulares*. Trata-se, em outras palavras, de ao invés de promover, no âmbito da cidade, a reprodução estanque dos modelos de sujeição capitalísticos, agir de forma a contorná-los, apontando para a consolidação de espaços voltados para a multiplicidade e a diferença. É, assim, nesse sentido

avesso àquele dos modelos subjetivos pré-fabricados e exaustivamente reproduzidos no âmbito do regime capitalista, que reside o caráter *singular* a qual nos referimos.

Ora, mas isto já não estaria ocorrendo? Não estariam, como pontua Lazzarato (2014), os modos de subjetivação capitalísticos atuais dando sinais de falha? Conforme vimos acima, os resultados das práticas urbanísticas neoliberais parecem confluir para uma deterioração contínua na condição de vida nas cidades globais, tornando-as cada vez mais insustentáveis em termos sociais e ambientais. Estariam as suas populações, cujas parcelas informais crescem em velocidade sem precedentes, respondendo passivamente a esse quadro? Ora, os protestos que emergiram recentemente ao redor do mundo parecem apontar para o contrário. Em meio a um contexto no qual tudo, inclusive o *desejo coletivo*, parece irreversivelmente tomado pela lógica da captura, estes surgem de forma a mostrar que outros caminhos são não apenas possíveis, como estão já em curso.

Tais acontecimentos parecem configurar, assim – e aqui retomamos as ideias de Negri, Hardt e Pelbart – fissuras *biopotentes* em meio ao amálgama produtivo biopolítico. Ou, dito de outro modo, momentos nos quais a força-inventiva da Multidão insurge de forma a tensionar as próprias dinâmicas de captura as quais está sujeita – em meio a esse processo, os espaços urbanos de uso comum parecem adquirir papel central[25].

Assim, se tais acontecimentos parecem apontar para modos de subjetivação *singulares* frente às formas de produção de subjetividade correntes, e modos de espacialização também *singulares* – já que parecem indicar, por sua própria conformação, uma sorte de escape à lógica de reprodução, no território, dos modos de acumulação capitalísticos – parecem fazê-lo justamente por meio da própria *potência multitudinária*, que apesar de pretensamente controlada, submetida e assujeitada, insiste em reinventar-se no âmago mesmo de sua fonte de dominação. Em outras palavras, o caráter *singular* desses processos parece apresentar-se, nessa perspectiva, como aspecto indissociável de sua própria qualidade *biopotente*.

(i) (ii)

Finda essa aproximação, podemos dizer que a inquietação acima apresentada, referente aos modos de interferência de A Ocupação nas formas de produção do espaço em

[25] Segundo o sociólogo Cihan Tugal , junto às bolhas imobiliárias e aos altíssimos preços de habitação, a privatização-alienação generalizada de bens urbanos comuns "constitui o chão comum de protestos em lugares tão diversos como Estados Unidos, Egito, Espanha, Turquia, Brasil, Israel e Grécia". Cf. TUGAL, Cihan. Resistance Everywhere: The Gezi Revolt in Global Perspective. *New Perspectives on Turkey,* n. 49, p. 157–72, 2013 Apud HARVEY, David. *A crise da urbanização planetária*. 2014, não paginado. Disponível em: <http://blogdaboitempo.com.br/category/colaboracoes-especiais/david-harvey/>. Acesso em: 3 abr. 2015.

Belo Horizonte, assume um foco mais preciso. Ao tomarmos tal ato-processo no âmbito da produção biopolítica contemporânea, assumindo a própria cidade de Belo Horizonte como *metrópole biopolítica*, o que antes havíamos mencionado como *outros espaços públicos possíveis*, adquire uma forma mais clara. Ora, com isso emerge, finalmente, a questão que pretendemos esmiuçar em meio a esta caminhada: em que medida, e de que maneiras, as dinâmicas envolvidas em A Ocupação apontam caminhos para a emergência de espaços *biopotentes* em Belo Horizonte?

Notas sobre o caminho

Se, nesse percurso, o terreno acima apresentado configura senão uma espécie de solo movediço, sujeito a contínuos desvios e inflexões; A Ocupação, mais do que mero objeto de análise, assume também um papel de sujeito. Ora, suas linhas percorrem, atravessam e direcionam, em grande medida, todo o caminho, inferindo continuamente nesse campo mutável que aqui inicialmente sugerimos. Mas, como abordar tais dinâmicas? E, mais do que isso, como investigar as possibilidades por elas engendradas?

Tal problema parece ser, de fato, uma constante no estudo das manifestações coletivas contemporâneas – as quais ocorrem de maneira cada vez mais dinâmica, fluida e intermidiática. Arzu Ozturkmen (2014), por exemplo, logo ao início de seu ensaio sobre os protestos no Parque Gezi em Istambul, também se pergunta: "como construir uma narrativa linear de um passado complexo e multifacetado que ainda está em processo?" (p.39) Ora, apesar de compartilharmos com o autor a mesma inquietação, a nossa busca foi por um caminho diverso.

Ao invés da linearidade por ele almejada, buscávamos uma tática investigativa que, assim como o próprio ato, permitisse atravessamentos, linhas de fuga, montagens e composições. O desafio era, portanto, realizar um percurso que não esvaziasse a ação narrada de sua complexidade, mas ao contrário, que a alimentasse e contribuísse para seu desdobramento em outros caminhos possíveis. Nessa busca, a cartografia, tal como proposta por Felix Guattari e Gilles Deleuze em sua obra "Mil Platôs" (1995), surge, antes como um reconhecimento que como uma escolha: o processo em que estávamos imersos já era cartográfico antes de saber-se.

"Cartografar é acompanhar processos", escrevem Virgínia Kastrup e Laura Pozzana de Barros (2010), em texto incluído na obra "Pistas do método da cartografia", que aqui nos serviu como referência. Essa afirmação vem de encontro com o que nos propusemos a fazer

neste trabalho, isto é, ao invés de abordar os processos envolvidos em A Ocupação apenas por meio de decalques – representá-los no sentido de construir imagens a seu respeito, ou aprofundar-nos a ponto de revelar uma sua suposta essência – acompanhar os seus percursos, implicar-nos em seus processos de produção, conectarmo-nos às suas redes e até construí-las. Por isso, o *ethos* investigativo que aqui utilizamos baseia-se na experiência. De fato, sem ela as teorias confluiriam para um terreno por demais abstrato que, incapaz de dar a ver as nuances de uma ação fluida e em contínuo rearranjo como A Ocupação, pouco contribuiria para os nossos questionamentos.

A experiência a que nos referimos se deu de diversas maneiras. Em alguns momentos se tratou de uma vivência presencial do ato, e em outros, de uma participação à distância, mediada pelas tecnologias digitais. Houve, nesse percurso, momentos de atenção desfocada e outros de atenção concentrada, de engajamento ativo e direto.

> *De forma a destacar, em meio ao texto, os registros dessa vivência pessoal (que apesar de singular, foi continuamente atravessada por múltiplos atores e processos) os redigirei em itálico, na cor cinza*[26].

Para além desta experiência pessoal, contudo, pareceu-nos interessante – no sentido de potencializar o caráter transversal da pesquisa – implicar mais vozes. Foi assim que surgiu, em meio ao processo, a ideia de promover pequenas assembleias, às quais chamamos Rodas de Conversa. Realizadas na rua, estas reuniram pessoas que, de alguma forma e em algum momento, envolveram-se no ato, para discutir, de maneira bastante fluida, sobre os seus processos e desdobramentos. Pensadas como um espaço de debate, tais Rodas tiveram o intuito de funcionar como uma *outra* forma de experiência do movimento, que partisse da utilização das próprias ferramentas de *transversalização* por ele afirmadas. A nossa expectativa era, assim, a de que suas dinâmicas, muitas vezes realizadas em um ritmo não propenso à reflexão demorada, pudessem ser, com isso, re-vivenciadas e ressignificadas[27].

> *As citações referentes às Rodas de Conversa #1, #2 e #3 – cujas transcrições completas foram incluídas como Apêndices deste trabalho – serão mencionadas em itálico, em cor preta, com recuo lateral.*

Ora, a busca por táticas investigativas que comportem processos atravessados – e contribuam, assim, para o não esvaziamento da multiplicidade característica do processo em

[26] Para uma exposição detalhada das táticas gráficas utilizadas ao longo do texto, ver o item "Legenda" p.68.
[27] Tal tática será explicitada em mais detalhes no item 1.4.2 do presente trabalho.

questão – configura um dos interesses deste trabalho. Com efeito, podemos dizer que se trata de uma segunda inquietação de partida, para além da questão principal aqui colocada. Isto é, além de investigar as possíveis contribuições apontadas por A Ocupação no engendramento de espaços *biopotentes* em Belo Horizonte, interessa-nos estudar, também, *como*, em meio à complexidade intrínseca a esse movimento, seria possível, afinal, encontrar pistas para tal questão. É a partir especificamente desses dois questionamentos que, enfim, comporemos a nossa caminhada.

Para isso o trabalho será dividido em três eixos, os quais, apesar de sucessivos, constroem-se necessariamente de forma atravessada.

O primeiro deles será dedicado ao segundo questionamento abordado acima, referente às possíveis formas de se estudar o processo de A Ocupação sem tolher-lhe a multiplicidade que lhe é característica. Nele buscaremos pistas: possíveis táticas investigativas que nos possam servir como guias em meio a nossa cartografia. Assim, mais do que apresentar um conjunto de regras rígidas e fechadas – uma direção metodológica que iria, necessariamente, contra o trajeto cartográfico ao qual nos propomos aqui – o nosso intuito é buscar parâmetros que nos auxiliem a dotar a investigação da abertura e flexibilidade necessária para o acompanhamento do ato em questão.

O eixo 2 configura a parte mais extensa do referido trabalho. Nele procederemos ao rastreamento propriamente dito dos diversos atores e processos que, de forma conjunta e atravessada, constituem o multifacetado ambiente de A Ocupação. Trata-se, portanto, de uma tentativa de considerar o ato a partir de processos iniciados muito antes de sua realização *in se*, envolver-nos em sua complexidade e deixar-nos guiar por suas linhas, fluxos e dinâmicas. A partir da confluência desses territórios em processo – que configuram, em última instância, a tessitura do ato em questão – a nossa expectativa é que emerjam possíveis pistas a respeito de suas contribuições para o engendramento de espaços biopotentes na cidade. Tais emergências, destacadas em meio ao texto por meio de blocos de cor cinza, serão retomadas, a partir de uma perspectiva mais detida, no terceiro eixo.

Neste as consideraremos a partir das superposições, linhas de segmentaridade e de fuga identificadas em meio ao rastreio, abrindo, com isso, caminho para a construção de novas ideias a respeito do ato investigado. O nosso intuito é, assim, retomar o conceito de *espaço biopotente* a partir de seu entrecruzamento com os próprios processos aqui acompanhados – lançando mão, para isso, de outras abordagens que tenham, em meio a esse tortuoso percurso, eventualmente o atravessado.

1 PISTAS

> Encontrar é achar, é capturar, é roubar, mas não há método para achar, nada além de uma longa preparação (DELEUZE; PARNET, 1998, p.16).

Em nosso percurso por entre A Ocupação um desafio se impõe logo de início: como narrar os processos envolvidos neste movimento sem esvaziá-lo de seu caráter processual? Como estudá-lo sem destituí-lo da multiplicidade e fluidez que lhe são próprios? Para isso, os métodos tradicionalmente utilizados em pesquisas científicas, pautados na ruptura entre objeto – situação já dada, ponto de partida para a análise – e sujeito – agente investigador de conduta supostamente imparcial, cuja ação dá-se a partir do estabelecimento de um distanciamento com relação ao objeto – nos parecem insuficientes. Tratar A Ocupação e os processos que a envolvem como objetos, ou meros focos (passivos) da pesquisa, desconsiderando as suas implicações no ato investigativo e as afetações mútuas geradas nesse movimento, ocasionaria, ao nosso ver, uma simplificação destrutiva. Tal conduta iria contra o próprio *modus operandi* da ação, destituindo-a, em grande medida, de seu caráter processual e potencialmente atravessável – características nas quais justamente apostamos residir possibilidades para a produção de espaços *biopotentes*.

Pelo reconhecimento de que o enfrentamento desse desafio é um problema cada vez mais frequente no estudo dos fenômenos urbanos contemporâneos, o delineamento da tática investigativa será tido, ao longo da pesquisa, como aspecto de interesse não apenas instrumental, mas também teórico. Procederemos, portanto, de forma atravessada ao estudo propriamente dito de A Ocupação, à proposição de táticas que permitam-nos acompanhar as dinâmicas da ação – e das outras tantas movimentações que a atravessam – sem enquadrá-las em um formato que, demasiadamente objetivo, privem-nas de sua vitalidade. Para isso, partiremos da *cartografia*, ideia proposta por Gilles Deleuze e Félix Guattari no âmbito da Filosofia da Diferença[28].

Como veremos, as táticas a serem utilizadas diferem-se fundamentalmente da metodologia científica: ao invés de analistas, assumimos aqui a postura de cartógrafos. Mais do que representar A Ocupação como objeto fechado, ou examiná-la de maneira a extrair uma sua suposta "essência" ou "finalidade", interessa-nos tomá-la como processo movente.

---

[28] Felix Guattari e Gilles Deleuze são dois dos principais expoentes do chamado pós-estruturalismo francês, junto a autores como Lyotard, Foucault e Derrida. A atitude filosófica por eles proposta aproxima-se das chamadas Teorias da Diferença surgidas nos limiares da modernidade. Sob o nome de "teoria das multiplicidades", ela faz frente aos fundamentos hegelianos de totalidade, universalidade e particularidade, propondo, em seu lugar, as noções de multiplicidade, diferença e singularidade.

*

Por isso pistas, não método. Neste eixo, mais do que delinear um roteiro fechado para o percurso a ser realizado, esperamos indicar balizas, pontos norteadores de um traçado que se construirá em meio à sua própria caminhada. Neste, que deixa, assim, de ser um ato exploratório premeditado para constituir-se, em grande medida, em seu próprio trajeto, A Ocupação e os muitos movimentos nela implicados configuram não apenas "objetos" de análise, mas também sujeitos. São os seus processos que, muitas vezes, guiarão o percurso: indicando direções, modificando os caminhos e sugerindo recuos. Tal movimento, contudo, será feito de maneira atravessada. Nele, pretende-se que os atos – com as suas dinâmicas, fluxos e intensidades – não apenas orientem as direções da pesquisa, mas sejam também, eles próprios, constantemente afetados e redesenhados por esta. Como terreno sensível aos passos do explorador que por ele caminha, espera-se que tais ações transformem-se e, em certa medida, constituam-se a partir das próprias pegadas por elas ativadas. Nessa perspectiva, o percurso investigativo aqui proposto encontra-se inevitavelmente atrelado à noção de "intervenção", e as constantes interferências por ele ocasionadas no processo, geram a necessidade de um contínuo trabalho de reavaliação tanto de seus rumos quanto de suas táticas.

Em um tal percurso, atento aos efeitos de seu próprio movimento, a noção de metodologia científica como caminho para se alcançar metas determinadas (*Meta-Hódos*) torna-se insuficiente. O estabelecimento *a priori* de um roteiro rígido para alcançar um fim previamente determinado, ocasionaria um enrijecimento indesejado, blindando o ato investigativo às interferências que, eventualmente, surjam pelo caminho. Assim, ao invés de um horizonte inflexível, o que nos norteia são perguntas, apostas surgidas em meio ao próprio processo. De forma a garantir o caráter de abertura desse movimento, ao invés de um roteiro fechado, procuraremos seguir um tipo de conduta, uma espécie de *atitude* cartográfica. É esta atitude, ou prática, que, através de pistas, pretendemos delinear ao longo deste eixo.

*

São, ao todo, quatro pistas: quatro facetas da prática cartográfica a serem utilizadas como balizas no nosso percurso. Algumas delas possuem velocidades mais lentas e outras, ritmos mais acelerados, formas mais curtas e fragmentárias. Todas elas, contudo, se atravessam: as ideias apresentadas são continuamente retomadas, ainda que sob perspectivas

diversas.

A Pista 1 destina-se à exploração filosófica dos conceitos de rizoma, cartografia e micropolítica. Para isso, partimos das ideias propostas por Gilles Deleuze, Felix Guattari e Suely Rolnik, bem como de elaborações presentes na coletânea "Pistas do método da cartografia", organizada por Eduardo Passos, Virgínia Kastrup e Liliana da Escóssia (2009).

A segunda pista funciona como uma espécie de entre-texto. Nela propomos algumas aproximações entre as ideias apresentadas na Pista 1 e os processos envolvidos em A Ocupação, introduzindo, em seguida, a ideia de "metodologia às avessas", a qual abordamos em detalhes na Pista 3.

Nesta, concentramo-nos na reversão metodológica implicada na prática cartográfica, tomando-a como possível caminho para o estudo de fenômenos urbanos contemporâneos – os quais, assim como A Ocupação, parecem convocar a necessidade de abordagens alternativas aos métodos científicos tradicionais[29].

Na quarta pista introduzimos o conceito de transversalidade, tal como proposto por Felix Guattari na década de 1960 e retomado por Eduardo Passos e Regina Benevides na obra "Pistas do método da cartografia" (2009). Consideramos tal noção da perspectiva do *ethos* cartográfico e apontaremos algumas possíveis táticas para a realização, no âmbito do estudo de A Ocupação, do que chamamos *co-produção transversal*.

1.1 Pista 1: Rizoma-cartografia-micropolítica

> Um rizoma como haste subterrânea distingue-se absolutamente das raízes e radículas. Os bulbos, os tubérculos, são rizomas. Plantas com raiz ou radícula podem ser rizomórficas num outro sentido inteiramente diferente: é uma questão de saber se a botânica, em sua especificidade, não seria inteiramente rizomórfica (DELEUZE; GUATTARI, 1980, p. 15).
>
> RIZOMA: caule freqüentemente subterrâneo, horizontal, rico em reservas e com capacidade de produzir raízes e caules em cada nó; distingue-se das raízes pela presença de nós, gemas e escamas. Exemplos: rizoma de Iris e espada-de-São-Jorge (MINISTÉRIO DA AGRICULTURA; 2009).
>
> BULBO: É preciso, anunciamos desde o início, renunciar a dar ao bulbo uma definição rigorosa, que o separe claramente de todas as outras formas gerais de

[29] Se a prática cartográfica está presente em diversos trabalhos no campo da psicologia – para alguns exemplos, ver: (i) ROLNIK, S. *Cartografia sentimental.* Porto Alegre: Sulina/Editora da IIFRGS, 2006; (ii) FONSECA, T. M. e KIRST, P. G. *Cartografias e Devires:* a construção do presente. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003; (iii) DO EIRADO, A. O hábito do ponto de vista ontológico e a produção da subjetividade. *Revista do Departamento de Psicologia da UFF,* Niterói - RJ, V. 10, n. 1, pA-8, 1998; (iv) KASTRUP, V. O devir-consciente em rodas de poesia. *Revista do Departamento de Psicologia da UFF,* 17.2, 2005, p.45-60 – ainda nos parecem escassas as obras que utilizam tal estratégia no âmbito dos estudos urbanos.

> composição dos vegetais. O bulbo não é um órgão distinto como a raiz, a folha, a haste, aos quais é já difícil dar uma definição que compreenda 'todo o conceito e nada além do conceito'. Trata-se de um conjunto de órgãos coordenados por um mesmo objetivo (BALLION, 1876, p. 516-517, tradução nossa)

Na Introdução da obra "Mil Platôs", Félix Guattari e Gilles Deleuze tomam de empréstimo a noção de rizoma à Botânica para nomear uma forma de pensamento reticular e não-hierarquizada, contrária aos sistemas cognitivos "unitários". Nessa perspectiva, as "estruturas" ou "bases" *sobre* as quais o conhecimento seria supostamente construído, dão lugar a processos "horizontais" de produção, nos quais a teoria é constitutiva da prática. O funcionamento desse sistema, que se apresenta por si só como um manifesto, dá-se, à exemplo de como ocorre nos vegetais rizomórficos, por meio de ramificações planas que se propagam, de acordo com o Dictionnaire de Botanique de Henri Baillon (1876) "por todas as passagens imagináveis" (p.516, tradução nossa), estabelecendo múltiplas conexões. A cartografia constitui, segundo os autores, um de seus princípios. É por isso que, para o delineamento da prática cartográfica – que é aqui o nosso intuito – propomos uma breve pausa em torno às suas características.

Uma definição fechada do rizoma, contudo, apesar de útil em termos didáticos, iria contra o seu próprio *modus operandi*. Como de novo aponta Henri Baillon em seu *Dictionnaire de Botanique* (1876):

> É preciso renunciar a dar ao bulbo uma definição rigorosa, que o separe claramente de todas as outras formas gerais de composição dos vegetais. (...) Longe de nos esforçarmos a limitar de maneira precisa o que seria o bulbo sozinho, longe de querer separar – coisa que a natureza não faz de maneira alguma – as formas vizinhas que afetam os vegetais, devemos de preferência procurar, e colocar em evidência, todos os intermediários que podem conectá-lo a estas últimas" (BAILLON, 1876, p.516, tradução nossa).

Assim como ocorre na Botânica, na filosofia de Deleuze e Guattari observa-se uma tentativa de proceder não a um delineamento fechado em torno aos conceitos, mas a um trabalho de caráter aproximativo, uma espécie de abeiramento de tais ideias por meio das relações que estas estabelecem com outros sistemas. É com esse mesmo intuito que, para aproximarmo-nos dos modos de funcionamento do rizoma, apresentaremos – assim como fizeram os autores – dois modelos de pensamento a ele relacionados: o sistema-raiz e o sistema-radícula.

Se, como vimos acima, o rizoma difere-se tanto de um quanto de outro, é porque em tais modelos, ainda que de maneiras distintas, persiste uma forte ideia de unidade. No caso do

sistema-arborescente (ou sistema-raiz), modelo no qual se baseia grande parte do pensamento filosófico ocidental, isso se deve à presença de uma estrutura principal, cuja expansão ocorre por meio de uma lógica binária (o Uno torna-se dois, que tornam-se quatro, e assim sucessivamente). Como exemplo desse tipo de raciocínio, Deleuze e Guattari apontam a árvore sintagmática proposta por Chomsky no âmbito da linguística generativa. Neste modelo, todo o conjunto de pares, dicotômicos e sucessivos, derivam e dependem da Sentença (S), que funciona como raiz principal. Sem ela, extinguem-se todas as formas de combinação possíveis; não há sistema.

No modelo-radícula, por sua vez, a lógica binária é substituída por um sistema que comporta um grande número de derivações. Neste modelo, amplamente utilizado pela ciência moderna para a produção de séries expansivas, a raiz-principal é extinta, dando lugar a raízes secundárias das quais emergem um vasto conjunto de ramificações. A ideia de que tal processo ocasionaria necessariamente a abolição da noção unitária é, contudo, ilusória. As parcelas resultantes da eliminação da raiz principal apenas atestam a presença de uma unidade ainda mais abrangente: é como se as partes descolassem-se de um primeiro patamar normativo para atrelar-se a outro, situado em um nível ainda mais alto. Os aforismos de Nietzsche, no âmbito filosófico, e as "raízes múltiplas" de James Joyce, no campo literário, configuram possíveis exemplos dessa "falsa ruptura" característica do sistema-radícula.

No caso de Nietzsche, se os aforismos assinalam um rompimento com o que poderíamos chamar de "unidade linear" do saber, só o fazem à medida que remetem, com isso, à unidade cíclica do eterno retorno. Na obra de Joyce, as raízes múltiplas também rompem com a unidade da palavra, mas apenas à medida que acrescentam uma outra unidade, também cíclica, ao texto. O modelo estrutural da raiz dá lugar, portanto, à uma espécie de sobrecodificação velada, que, apesar de não configurar uma base tal qual, faz-se presente em cada parcela do sistema. "É nesse sentido que a obra mais deliberadamente parcelar pode ser também apresentada como Obra total ou o Grande Opus" (DELEUZE; GUATTARI, 1980, p.14). Neste modelo, portanto, assim como ocorre no sistema-raiz, a multiplicidade encontra-se igualmente atada a uma instância suplementar e é, assim, também limitada no que se refere às suas possibilidades de conexão.

No rizoma, ao contrário, toda ideia de unidade é diluída. Diversamente dos sistemas descritos acima, nos quais os pontos e os próprios canais que os conectam encontram-se condicionados à forte presença de uma unidade principal, em um tal sistema qualquer ponto pode (e deve) ser conectado a qualquer outro, independentemente de sua posição ou natureza.

Ao contrário da árvore sintagmática de Chomsky, que tem início em um ponto (S) e cresce por meio de derivações dicotômicas; em um rizoma, regimes de signo e cadeias semióticas de naturezas fundamentalmente diversas (sociais, biológicas, mas também políticas, econômicas, dentre outras) são postas em relação sem qualquer sorte de hierarquia. Trata-se de fazer o múltiplo, "não acrescentando sempre uma dimensão superior, mas, ao contrário, de maneira simples, com força de sobriedade, no nível das dimensões de que se dispõe, sempre n-1 (é somente assim que o Uno faz parte do múltiplo, estando sempre subtraído dele)" (DELEUZE; GUATTARI, 1995, p.14-15). A multiplicidade emerge, assim, não como derivação do Uno, ou resultado de uma situação na qual este encontra-se incluído (n + 1), mas a revelia de qualquer tentativa de totalização e unificação. O rizoma não condiciona a sua proliferação, limitando-a a combinações finitas de conexão, seja por meio de uma lógica binária (Uno torna-se dois) ou supostamente expansiva (Uno torna-se três ou mais); ele opera por contaminação.

Em um tal sistema, as próprias noções de *ponto* e *posição* tendem à extinguir-se. Mais do que um conjunto passível de análise topológica, trata-se, assim, de uma circulação de estados. As marcações estáticas, tão caras aos modelos estruturais, dão, nele, lugar a um movimento constante, que com suas velocidades variáveis, fazem do ponto, *linha*, e dos lugares fixos, *vetores de passagem*. Nesse processo, a unidade (sujeito individuado), dissolve-se em prol da emergência de uma ação em fluxo: no lugar de uma energia concentrada, surge uma intensidade múltipla e expansiva. "Quando Glenn Gould acelera a execução de uma passagem não age exclusivamente como virtuose; transforma os pontos musicais em linhas, faz proliferar o conjunto" (DELEUZE; GUATTARI, 1995, p.17). A música, possível imagem desse sistema, ajuda-nos a perceber sua natureza essencialmente cambiante, bem como a relação, que nele se estabelece, entre movimento e conexão. Num rizoma, a velocidade dilui o ponto e expande a rede; nele não há unidades, mas dimensões cujo crescimento depende, necessariamente, do estabelecimento de novas conexões.

A expansão de tais dimensões não ocorre, contudo, sem que a própria multiplicidade mude de natureza. Tal processo, ao qual Deleuze e Guattari deram o nome de "agenciamento", dá-se por meio das chamadas linhas de fuga, e ocorre "fora de todas as multiplicidades", em meio ao que os autores denominaram "plano de consistência" (DELEUZE; GUATTARI, 1995). Diferentemente das pseudomultiplicidades presentes nos sistemas arborescentes, cuja definição (totalizante) dá-se pela presença de um significante hegemônico e de uma condição estável, a multiplicidade (ou rizoma) só pode ser definida a

partir de sua correlação com o fora, das conexões que estabelece no plano de consistência, e das variações sofridas em meio a esse processo. Em outras palavras, a conexão é a própria condição de existência da multiplicidade, e a linha de fuga, a única capaz de definí-la enquanto tal.

Poderíamos intuir, neste ponto, que o rizoma refere-se aos constantes processos (coletivos) de formação de uma ideia ou de um mundo (operada por meio de desterritorialização), enquanto, de maneira oposta, as formas estabelecidas, organizadas e estruturadas (os territórios) remetem aos sistemas-raiz. O que ocorre, no entanto, é que ambas as dinâmicas não poderiam ocorrer senão de maneira entrelaçada. "Como é possível que os movimentos de desterritorialização e os processos de reterritorialização não fossem relativos, não estivessem em perpétua ramificação, presos uns aos outros?" (GUATTARI; DELEUZE, 1995, p.18). E, assim, a relação entre o rizoma e a raiz (árvore ou radícula) atinge um outro nível de complexidade. Não se trata de um dualismo, o qual iria, inclusive, contra toda a ideia de multiplicidade, mas de uma contínua inter-relação.

O próprio rizoma compreende, além das linhas de segmentaridade – divididas entre segmentaridade dura (linhas molares), e segmentaridade flexível (linhas moleculares) – as próprias linhas de fuga. Se as primeiras engendram formas, por meio das quais o rizoma passa a ser atribuído, estratificado e significado; e as segundas arrancam dos contornos partículas em velocidade, fazem correr, entre os segmentos, fluxos de desterritorialização e geram "embaralhamentos" ou micro-fissuras em meio às hierarquias; pelas últimas operam-se fugas que desestruturam tais atribuições, levando-as a um estado processual, a uma condição de gerúndio permanente (*em-formação*) rumo ao desconhecido. Segundo Deleuze e Guattari:

> Há ruptura no rizoma cada vez que linhas segmentares explodem numa linha de fuga, mas a linha de fuga faz parte do rizoma. Estas linhas não param de se remeter uma às outras. É por isto que não se pode contar com um dualismo ou uma dicotomia, nem mesmo sob a forma rudimentar do bom e do mau (DELEUZE; GUATTARI, 1995, p.18).

Não devemos, portanto, entender o rizoma e a árvore-raiz como modelos opostos. Se a árvore configura um modelo ou uma forma atribuída (pontos localizáveis), em que se operam, contudo, fugas contínuas; o rizoma, diversamente, atua como um processo imanente (linhas), por meio do qual o próprio modelo é revertido – mesmo que no seio desse movimento possam surgir formas próprias de hierarquia[30]. É assim que, se a árvore age como um decalque, uma

[30] De fato, segundo Deleuze e Guattari: "Existem nós de arborescência nos rizomas, empuxos rizomáticos nas

tradução palpável dos processos rizomáticos, ou ainda, um modelo passível de reprodução, o rizoma, ao desestruturar tais modelos, esboça o que Deleuze e Guattari chamaram de *cartografia*.

Compor um mapa (ou uma cartografia) não significa, assim, re-produzir ou re-apresentar uma situação já dada, mas, ao contrário, implicar-se em sua própria produção; contribuir, em meio aos seus processos, para o desbloqueio dos fluxos e a conexão das multiplicidades. Diferentemente do decalque, que opera por tradução, estabilizando e neutralizando as multiplicidades, o mapa interfere em seu movimento, age em meio as suas intensidades, potencializando, assim, os agenciamentos. Nas palavras de Deleuze e Guattari, "se o mapa se opõe ao decalque é por estar inteiramente voltado para uma experimentação ancorada no real" (DELEUZE; GUATTARI, 1995, p.22). Se o decalque extrai imagens estáticas de um certa realidade, o mapa implica no seu próprio traçado.

Fazer uma cartografia é, portanto, atuar por meio de "performance" e não de "competência"; é agir "entre as coisas", no plano dos afetos que pedem passagem, e não a partir de figuras já codificadas. Trata-se, por fim, de fazer não árvore, mas rizoma – e de permitir, assim como este, múltiplas entradas e saídas[31].

O mapa, segundo Deleuze e Guattari,

> (...) é aberto, é conectável em todas as suas dimensões, desmontável, reversível, suscetível de receber modificações constantemente. Ele pode ser rasgado, revertido, adaptar-se a montagens de qualquer natureza, ser preparado por um indivíduo, um grupo, uma formação social. Pode-se desenhá-lo numa parede, concebê-lo como obra de arte, construí-lo como uma ação política ou como uma meditação (DELEUZE; GUATTARI, 1995, p.22).

---

raízes. Bem mais, existem formações despóticas, de imanência e de canalização, próprias aos rizomas. Há deformações anárquicas no sistema transcendente das árvores; raízes aéreas e hastes subterrâneas" (p.31).

[31] Neste ponto deve-se destacar, contudo, o fato de que, tal como o sistema rizoma-raiz, o binômio mapa-decalque também não compõe uma dicotomia, apresentando ao invés disso, variadas possibilidades de agenciamento. Dentre as combinação possíveis, destaquemos duas: o mapa conectado ao decalque, e o decalque projetado sobre o mapa. Ora, a primeira possibilidade não se efetua pelo simples fato de que um mapa conectado ao decalque é, necessariamente outro decalque. O decalque é incapaz de reproduzir um mapa. O que reproduz é uma imagem, uma *sua versão* do mapa, estabilizada, estruturada e fragmentada. Nesse processo, do mapa tem-se apenas os impasses, germes de estruturação, entraves e pivôs incipientes. O segundo caminho possível, em que o decalque é reconectado ao mapa, pode e deve ser realizado. Segundo Deleuze e Guattari: "seria necessário sempre ressituar os impasses no mapa e por aí abrí-los sobre linhas de fuga possíveis"(DELEUZE E GUATTARI, 1997, p.24). Os decalques, com seus impasses e estruturações embrionárias, configurariam, assim, uma dentre as múltiplas entradas possíveis de um mapa. Nesse caso, observadas – como pontuam os autores – as devidas precauções, a entrada ocorreria por meio dos próprios territórios enrijecidos, os quais serviriam, ao menos em um primeiro momento, como uma espécie de apoio. Outra opção, contudo, seria adentrar a cartografia diretamente pelas linhas de fuga, ou seja, justamente por aquilo que, nela, rompe com as estruturas, explode as zonas estratificadas e opera agenciamentos. Cf. DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Felix. *Mil Platôs. Capitalismo e esquizofrenia*. Volume 1. Editora 34: São Paulo, 1995 (1980).

O termo adquire, portanto, um sentido fundamentalmente diverso daquele que lhe é atribuído no âmbito da geografia, apesar de ter ali a sua origem. Diferentemente da cartografia geográfica, em que *territórios tais quais* se desenham no *campo do visível*, o mapa ou a cartografia são aqui entendidos como o estudo das maneiras, *invisíveis*, com que se agenciam potências ativas de criação e expansão da realidade[32]. Dessa maneira, também os territórios não correspondem, como na geografia, a contornos utilizados para *representar* fronteiras fixas. Ao contrário, trata-se de todo e qualquer processo de "tomada de forma" de uma ideia, ou em outras palavras, de sua constituição em "matéria" apenas temporariamente instável, já que apta a sofrer contínuas desterritorializações ou desmanchamentos. Nessa perspectiva, um espaço pode constituir um território, assim como uma língua, uma ideia ou um determinado modo de pensamento.

Finalmente, a cartografia tal como a entendem Deleuze e Guattari, baseia-se no estudo e na problematização das composições (sempre em processo) dos fluxos que constituem um rizoma. Cartografar um processo seria, nessa perspectiva, não definir, mas apresentar e experimentar, identificar as possibilidades que, nele, um rizoma encontra para se expandir. Trata-se de investigar como, em meio às suas dinâmicas, operam as linhas de segmentaridade duras e flexíveis; reconhecer os momentos em que há enraizamentos e obstruções, os processos de tomada de poder por parte de um significante, mas também as micro-fissuras, os desvios e os fluxos que os subjazem; salientar os momentos em que diferenças de intensidade promovem desterritorializações absolutas, perceber as linhas de fuga. Segundo Deleuze e Guattari, um "mapa de grupo", por exemplo, deve "mostrar até que ponto do rizoma se formam fenômenos de massificação, de burocracia, de *leadership,* de fascistização, etc., que linhas subsistem, no entanto, mesmo subterrâneas, continuando a fazer obscuramente rizoma" (DELEUZE; GUATTARI, 1995, p.24).

Assim, a cartografia só pode ser realizada em situações concretas. Traçar um mapa é habitar um território, desbravar uma realidade que já se apresenta, ela própria, como uma espécie de "mapa móvel", instável, acêntrico e assignificante. Para tanto, é preciso render-se aos fluxos e, como bem pontua Suely Rolnik (2006), "deixar o corpo vibrar". Pois, não seria precisamente este o desafio dos cartógrafos: dar vazão às intensidades que pedem passagem?

A obra "Micropolíticas: cartografias do desejo" (1986) configura uma potente

[32] A análise de A Ocupação que aqui propomos é cartográfica no sentido que propõem Deleuze e Guattari. Trata-se de uma tentativa de apreender os fluxos que subjazem os atos ocupatórios, entendendo-os como potencialmente capazes de ativar a produção de espaços biopotentes em Belo Horizonte. As cartografias geográficas utilizadas serão, assim, tomadas como forma de auxiliar esse processo.

tentativa nesse sentido. Imersos nos movimentos de elaboração coletiva em curso no Brasil em um momento marcado pela redemocratização política, Guattari e Rolnik intentam, por meio desta, dar vazão aos novos territórios que ali se engendravam. Trata-se de uma espécie de "diário de bordo" da viagem de Guattari ao Brasil, uma sorte de tessitura de escritos teóricos, considerações pessoais e anotações feitas nos diversos encontros que realizou com grupos que configuravam, à época, "subjetividades dissidentes". A respeito do caráter cartográfico do livro, Rolnik pontua: "como qualquer outra cartografia, seja qual for seu tempo e seu lugar, trata-se aqui da invenção de estratégias para a constituição de novos territórios, outros espaços de vida e de afeto, uma busca de saídas para fora dos territórios sem saída" (GUATTARI, ROLNIK, [1986] 2011, p.18). A prática cartográfica apresenta-se, assim, como tática não apenas de apreensão, mas de busca pela própria construção de novos possíveis.

Quanto ao termo "micropolítica", se o ato de tomá-lo simplesmente como ideia "equivalente" à cartografia pode parecer redutivo, é preciso, contudo, entender que ambos os conceitos referem-se a uma mesma dimensão das multiplicidades, notadamente, àquela em que as matérias ainda não tomaram forma e em que os fluxos, ainda não codificados, apresentam-se apenas como intensidades. "Micro", é, assim, a política relativa ao plano dos afetos, enquanto, "macro" é àquela referente aos territórios propriamente ditos. Não se trata de uma diferenciação entre escalas (maior e menor), mas da presença de planos de naturezas fundamentalmente diversas. A macropolítica refere-se ao que Deleuze e Guattari denominaram "plano de organização", enquanto a micropolítica, ao chamado "plano de consistência". Se o primeiro opera através de segmentos bem determinados, entre os quais estabelece-se uma relação dicotômica e hierárquica, o segundo corresponde ao plano em que das formas, arrancam-se partículas em velocidade, dos contornos fazem-se fluxos de intensidade. Mas não há dualidade entre ambos, eles encontram-se sempre justapostos. Tais planos diferenciam-se e entrecruzam-se na mesma medida em que o rizoma distingue-se do sistema árvore-raiz ao mesmo tempo em que, com ele, compõe agenciamentos.

É ao estudo desses agenciamentos, no contexto específico de A Ocupação, que nos dedicaremos nos eixos que se seguem. Neles iremos acompanhar o movimento das linhas que operam em meio a tal *processo-ato* de forma a destacar possíveis interferências que ativam na maneira como são produzidos e vivenciados os espaços públicos de Belo Horizonte. Em que medida tais linhas contribuem para a constituição de *espaços biopotentes* na cidade? Esta é a pergunta que aqui, nos servirá como guia. Para isso, interessa-nos, mais do que representar ou

reproduzir tais movimentos, investigar as dinâmicas por meio das quais as formas urbanas são por eles continuamente problematizadas.

Se com essa primeira pista pretendemos demonstrar uma alternativa não "arborescente" ao seu estudo, é porque acreditamos não haver qualquer razão para pensarmos os seus caminhos tortuosos por meio de linhas retas ou "árvores". Ao contrário, parece-nos mais assertivo pensá-los por meio de seus desvios, de suas dimensões cambiantes, que se ligam, se alastram, se confundem e por meio das quais as conexões se multiplicam. O nosso desafio é, portanto, precisamente empreender formas de "apresentação" ou "experimentação" que, mesmo que de maneira incipiente, sejam potencialmente capazes de ativar intensidades por meio das quais as suas linhas continuem a reverberar. Nessa empreitada encontramos, contudo, um obstáculo inicial: como fazer se o próprio formato de "texto acadêmico", e mesmo a própria escrita, não atuam senão de forma a cristalizar os fluxos em ideias estáticas?

Frente a esta situação – e mesmo que, longe de promover uma ruptura radical, isto não signifique mais do que gerar microfissuras em meio ao seu funcionamento – buscaremos escrever sempre por meio de conexões, apresentar pelo meio, entre-escrever ao invés de apenas relatar. Nessa tentativa, faremos uso de velocidades distintas, e nos empenharemos para que, em meio ao texto, marcos pontuais, ideias e fatos históricos sejam sempre atravessados por percepções descontínuas, memórias curtas e instantâneas. Pretendemos, dessa forma, tomar a ação não como fato pontual, fruto de relações causais possivelmente localizáveis em uma cadeia genealógica, mas considerá-la como processo. É assim que esperamos fazer, com ela, rizoma-cartografia-micropolítica, cientes, contudo, dos entrelaçamentos contínuos (rizoma-árvore/ cartografia-decalque/ micro-macropolítica) que esta atitude implica.

1.2 Pista 2: Aproximações

Na Pista 1 vimos que o rizoma, diversamente da árvore, configura, para Deleuze e Guattari (1995), uma forma de pensamento reticular e não-hierárquica. Vimos que neste tipo de abordagem, não há começo real senão no meio, e que nele, as multiplicidades operam em contínua conexão. Observamos que é de maneira a-centrada e assignificante que o rizoma funciona; e que são os agenciamentos, frutos de sua constante correlação com o fora, que garantem a sua expansão.

Ora, não seria um tal modo de pensar próximo ao próprio modo de funcionamento de A Ocupação? A natureza fundamentalmente múltipla dos seus processos e a sua condição de contínua afetação por dinâmicas "externas" (trata-se, como veremos, mais de uma confluência de movimentos do que de um ato unitário e hermético); bem como a ausência de um propósito único, de um centro irradiador ou mesmo de um líder, levam-nos a questionar se a ação não apresentaria, assim como as manifestações ocorridas em Belo Horizonte na época de sua primeira edição, uma certa tendência "rizomórfica". Com uma conformação essencialmente aberta e um modo de funcionamento baseado em conexões, o ato parece configurar uma tentativa, ainda que incipiente, de afirmar o múltiplo, de pluralizar as possibilidades e, com isso, dar a ver o quão estéreis são as formas unívocas (e majoritariamente restritas a interesses privados), com as quais habitualmente são pensados os espaços públicos da cidade. Sua ação é tática, seu espaço é nômade. Sem centro, ela "ocupa" de forma itinerante, se instala sem criar raízes, apenas vetores de direções variáveis.

Assim como os sistemas a-centrados propostos por Pierre Rosentiehl e Jean Petitot (1974), A Ocupação não apresenta qualquer instância reconhecidamente central. Nos seus processos, ao contrário de como ocorre em um sistema hierárquico, as posições não são, ou ao menos não pretendem ser, fixas, e tampouco os canais de transmissão pré-estabelecidos. Trata-se de um processo movente de aproximações entre atores, uma rede traçada de forma *performativa*[33]. Nesta, ao invés de centro, poderíamos dizer que há "autômatos finitos" potencialmente comunicantes, todos possíveis agentes do movimento, o qual dá-se, por sua vez, à revelia de qualquer agente centralizador, denominado pelos autores, no caso dos sistemas a-centrados, de "intruso a-social". A respeito desses sistemas, Deleuze e Guattari comentam: "uma transdução de estados intensivos substitui a topologia, e o grafismo que regula a circulação de informação é de algum modo oposto ao grafismo hierárquico... Não há qualquer razão pra que tal grafismo seja uma árvore" (DELEUZE; GUATTARI, 1995, p. 27).

Essa constatação leva-nos a questionar a validade do uso, para o estudo de A Ocupação, da abordagem notadamente arborescente que, desde o início do século XX – com o advento do termo Urbanismo e a sua consolidação como disciplina científica – vêm sendo

[33] O termo performativo é aqui entendido com base no significado proposto por Judith Butler no campo do estudo de gênero. A autora propõe que o gênero é performativo por não configurar uma condição dada, mas ser fruto de uma construção contínua, baseada na própria ação dos sujeitos. No exemplo de um traçado performativo, trata-se de um traçado processual, que se faz ao mesmo tempo, e apenas à medida, que a rede se constrói. Ver: BUTLER, Judith. Gender as Performance. An Interview with Judith Butler. In: **Radical Philosophy**, n.º 67, pp. 32-39 (Interview with Peter Osborne and Lynne Segal), p. 37, 1994.

utilizada na investigação dos fenômenos urbanos[34]. Se o objetivo é investigar o ato de forma a permitir os seus múltiplos atravessamentos, reconhecendo as variações geradas nesse processo, parece-nos mais adequado fazer uso de uma lógica não imbuída das tentativas totalizantes e generalistas da "ciência urbanística" e não restrita às análises quantitativas que lhes são tão caras.

Se, diferentemente das raízes ou radículas – que apresentam começo e fim – um rizoma está sempre entre as coisas (*intermezzo)*, para percebê-lo enquanto tal é preciso estar no meio, "entrar e sair, não começar nem terminar" (DELEUZE; GUATTARI, 1995, p.37). Não devemos entender o meio, contudo, como uma média ou uma posição fixa, situada na metade de um caminho bem definido. Trata-se, antes, de uma direção: uma direção movediça, nem horizontal nem vertical; um movimento que, em velocidade, não se deixa capturar pelas amarras de cima ou de baixo, de um lado ou de outro[35].

Ora, a dificuldade – a qual Franz Kafka, em seus "Diários" (1954), descreve de maneira especialmente lúcida – parece ser justamente a de nos colocarmos no meio:

> As coisas que me vêm ao espírito se apresentam não por sua raiz, mas por um ponto qualquer situado em seu meio. Tentem então retê-las, tentem então reter um pedaço de erva que começa a crescer somente no meio da haste e manter-se do lado (KAFKA apud DELEUZE; GUATTARI, 1995, p. 34).

Para "reter", no âmbito de A Ocupação, o que o autor descreve, parece necessário não apenas, como dissemos acima, distanciarmo-nos dos preceitos do urbanismo cientificista, mas assumirmos uma postura alternativa àquela afirmada pela *tradição científica de maneira geral*. É preciso deixar de buscar, nos fenômenos, pontos culminantes ou fins transcendentais, coroados em simplificadoras conclusões, para ao contrário, "considerá-los num plano de imanência segundo seu valor em si" (DELEUZE; GUATTARI, 1995, p.33). Para o estudo em questão, seria equivalente a comparação entre o uso de uma metodologia científica tradicional, na qual a investigação de A Ocupação se faria por meio da coleta de dados, do estabelecimento de uma base conceitual *a priori*, da composição sistematizada de um diagnóstico, da execução de experimentos, da avaliação *a posteriori* de seus resultados, e do registro de conclusões; e outra, baseada em sua experiência cotidiana e aberta às

[34] Sobre esta questão, cf. CHOAY, Françoise. **O urbanismo, utopias e realidade, uma antologia**. São Paulo: Perspectiva, 1965.

[35] Nas palavras de Deleuze e Guattari: "Entre as coisas não designa uma correlação localizável que vai de uma para outra e reciprocamente, mas uma direção perpendicular, um movimento transversal que as carrega uma e outra, riacho sem início ou fim, que rói suas duas margens e adquire velocidade no meio". Cf. DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Felix. **Mil Platôs, capitalismo e esquizofrenia**. Volume 1.Rio de Janeiro: Editora 34, 1995, p. 37.

interferências dos diversos atravessamentos que esta implica; uma espécie de pragmática, ou em outras palavras, uma metodologia às avessas. É à tentativa de delinear a cartografia da perspectiva de uma tal metodologia reversa, que nos dedicaremos na Pista 2.

1.3 Pista 3: *Hódos-metá*: o caminho como meta

Segundo Passos, Kastrup e Escóssia,

> A metodologia, quando se impõe como palavra de ordem, define-se por regras previamente estabelecidas. Daí o sentido tradicional de metodologia que está impresso na própria etimologia da palavra: *metá-Hódos*. Com essa direção, a pesquisa é definida como um caminho (Hódos) predeterminado pelas metas dadas de partida. Por sua vez, a cartografia propõe uma reversão metodológica: transformar o *metá-Hódos* em *Hódos-metá.* Essa reversão consiste numa aposta na experimentação do pensamento - um método não para ser aplicado, mas para ser experimentado, assumido como atitude (PASSOS; KASTRUP; ESCÓSSIA, 2009, p. 10).

Nesta pista, abordaremos a cartografia sob a ótica dessa reversão metodológica. O nosso intuito é apontar as diferenças apresentadas entre percursos cartográficos e estratégias científicas convencionais nas quais a metodologia, assim como descrevem Passos, Kastrup e Escóssia, impõe-se como palavra de ordem. Pretendemos, com isso, mostrar que, para além de investigações guiadas por metas pré-estabelecidas (*metá-Hódos*), no campo dos estudos urbanos – e especificamente na análise de A Ocupação – há espaço para investigações *performativas* nas quais o interesse é voltado para o próprio caminho (*Hódos-metá*).

Antes de mais nada é preciso, contudo, destacar que assumir um *ethos* cartográfico não significa, como se poderia pensar, abrir mão do rigor da pesquisa. Se, em uma cartografia a noção de "precisão" e "rigor" aproximam-se mais dos "movimentos da vida" do que da busca por soluções "exatas", isso não quer dizer que tais traços estejam, nela, menos presentes (PASSOS; KASTRUP; ESCÓSSIA, 2009). A precisão mostra-se, ao contrário, imprescindível na perspectiva cartográfica: é ela o próprio termômetro que medirá o quão próximo o trabalho encontra-se com relação à realidade que se apresenta.

Menos que o grau de rigor, portanto, o que difere a pesquisa científica – pautada em uma metodologia bem definida – da cartografia, é uma questão de perspectiva, ou em outras palavras, das perguntas que se faz em cada um dos casos. Segundo Deleuze e Guattari, no âmbito da cartografia:

> Não se perguntará nunca o que um livro quer dizer, significado ou significante, não se buscará nada compreender num livro, perguntar-se-á com o que ele funciona, *em*

> *conexão com o que* ele faz ou não passar intensidades, em que multiplicidades ele se introduz e metamorfoseia a sua, com que corpos sem órgãos ele faz convergir o seu (DELEUZE; GUATTARI, 1995, p. 12, grifo nosso).

Na cartografia, portanto, a busca – própria das pesquisas cientificistas – pelo "significado" e pela "essência", dá lugar à investigação de estados de movimento e condições de conexão. Nela, mais do que um objeto ou um contexto *per se*, o que importa são as suas relações ou, em outras palavras, o que, de fora, é capaz de afetá-lo.

Voltemos, pois, à questão do método. Para o delineamento da cartografia como prática faremos, primeiramente, uma breve pausa pelos princípios da ciência moderna e da metodologia científica por ela inaugurada para, em seguida, apresentarmos algumas "condições atencionais" que, no âmbito cartográfico, pretendem configurar, a esta, possíveis alternativas.

Conforme aponta Alfredo Veiga-Neto (1996), o paradigma da ciência moderna baseia-se nas ideias de racionalidade, consciência, sujeito soberano, progresso e totalidade. Como sabemos, tais princípios, apesar de ainda muito presentes na contemporaneidade, remontam ao longínquo século XVI, quando estudiosos como Descartes, Newton e principalmente Galileu, criam, com suas investigações empíricas, as bases da racionalidade científica. Inspirado pelas notáveis descobertas destes pensadores, Auguste Comte toma de empréstimo as diretrizes da Nova Ciência por eles fundada para estruturar, no século XIX, as bases do que veio a se chamar positivismo. É principalmente por meio dessa corrente de pensamento que o paradigma científico, antes restrito às Ciências Exatas e da Natureza, consolida-se também no âmbito dos estudos sociais, impondo-se, ao menos na cultura ocidental, como forma hegemônica do saber (VEIGA-NETO, 1996). Assim como os cientistas do século XVI, os positivistas sustentavam que o acesso à "realidade" ou à "verdade" seria possível apenas por meio da análise quantitativa e da observação neutra e repetitiva dos fatos, sendo as demais "formas de conhecimento" imprecisas e, portanto, ilegítimas.

Tais ideias ecoaram de maneira decisiva nas então recém-criadas Ciências Humanas e no próprio Urbanismo, o qual repetiu e, em grande medida, repete ainda hoje, os seus preceitos. É assim que o dispositivo experimental como meio de provar hipóteses, e a própria ideia de diagnóstico como a única via possível para a elaboração destas últimas, apresentam-se, ainda neste momento, como princípios-guia para se afrontar os fenômenos urbanos – enquanto estes, por sua vez, parecem relutar cada vez mais (dadas as novas possibilidades aportadas pela tecnologia) em responder com a esperada exatidão e coerência.

A popularidade de tal procedimento no âmbito urbano deve-se principalmente à

ressonância encontrada pelo método científico no chamado Urbanismo Modernista – o qual assume ainda hoje, e especialmente no Brasil, papel de referência. O livro "Urbanismo" (1924), escrito por Le Corbusier com o declarado objetivo de formular "leis" para o estudo da cidade, é um dos mais simbólicos indícios dessa influência. O livro divide-se em três partes, as quais correspondem a cada um dos procedimentos indicados por Galileu: diagnóstico, teorização e experimento.

Na primeira parte, o uso do termo "diagnóstico" mostra-se sintomático. Herdado das práticas higienistas do século XIX – por meio das quais operaram-se movimentos de verdadeira "limpeza social" nos centros urbanos da época – o termo remete à ideia de "doença" e insinua a necessidade de um "tratamento". Este, teria como intuito restaurar uma suposta "saúde" da cidade, ou, em outras palavras, um modelo urbano asséptico, tratado como ideal. O diagnóstico apresenta-se, assim, como prática voltada especificamente para o reconhecimento de deficiências – em sua maioria de ordem técnica – com relação a certo "modelo ideal", e não ao contrário, para a apreensão de possíveis potencialidades. A segunda parte do livro corresponde à teorização e análise dos problemas "diagnosticados" e à formulação de hipóteses. Finalmente, o "experimento" indica propostas de aplicação prática das teorias.

Atualmente, os estudos urbanos de "caráter experimental" têm como objetivo básico atestar uma hipótese, formulada geralmente por meio de "diagnósticos". Após a realização *in loco* do experimento, são produzidos dados estatísticos, a partir dos quais faz-se uma análise – em geral estritamente quantitativa – observando-se as diferenças e convergências entre as condições apresentadas em cada uma das situações[36].

A cartografia, de maneira diversa, não pressupõe diagnósticos, hipóteses ou técnicas de averiguação. Como vimos, a ideia que a norteia é, ao contrário, a de "acompanhar processos", ou, em outras palavras, de seguir "linhas" já em curso, implicando-se no campo de forças que definem as suas trajetórias. A primazia que na metodologia científica é delegada às metas, nesse tipo de prática volta-se para o próprio caminho, em meio ao qual mais do que objetivos rígidos ou regras pré-definidas, o que se observa é uma condição de constante abertura. Tal forma de fazer configura, assim, um contraponto expresso à tomada da

[36] Passos e Kastrup (2006), destacam o papel político assumido pelo dispositivo experimental já à época de Galileu. É por meio de tal dispositivo que, na ciência moderna, as "invenções" passam a ser consideradas "descobertas" ou não, no caso de um experimento mal sucedido. O dispositivo realiza, assim, uma hierarquização das ideias científicas, ou, antes, "converte apenas uma delas na única representação legítima do fenômeno em questão", reduzindo o processo criativo envolvido nas invenções a apenas uma representação possível. Cf. PASSOS, Eduardo. KASTRUP, Virginia. ESCÓSSIA, Liliana. **Pistas do método da cartografia*:* Pesquisa-intervenção e produção de subjetividade**. Porto Alegre: Sulina, 2009, p. 52-75.

cientificidade como única forma epistemológica possível. Ora, trata-se de uma conduta anti-hegemônica, e, portanto, de um ato inevitavelmente político.

O fato de configurar um ato subversivo não significa, contudo, que a cartografia seja um estudo "não criterioso". Como pontuam Barros e Kastrup, "a ausência do controle purificador da ciência experimental não significa uma atitude de relaxamento" (BARROS; KASTRUP, 2009, p.57). Pelo contrário, implica a mobilização de uma atitude cognitiva específica, uma espécie de atenção "desfocada", capaz de permitir ao cartógrafo o grau de permeabilidade necessário para afetar-se ao longo de todo o caminho.

É esta condição atencional que propomos analisar brevemente a seguir. Para isso, utilizaremos como referência o texto "O funcionamento da atenção no trabalho do cartógrafo", no qual Kastrup define quatro de suas possíveis variedades: o rastreio, o toque, o pouso e o reconhecimento atento. Retomaremos esses tipos atencionais de forma a aproximá-los das táticas a serem utilizadas ao longo do nosso percurso.

Para Kastrup (2009), a atenção-rastreio é àquela utilizada em uma exploração "assistemática" do terreno. Trata-se de uma atenção aberta, uma atitude de espreita. Com ela busca-se apreender signos de processualidade, fluxos intensivos e movimentos emergentes. Diferentemente de um diagnóstico, procedimento típico das análises científicas, tal conduta implica a consciência, por parte do cartógrafo, de que não há dados *a priori*, e de que os movimentos observados são construídos, em grande medida, em seu próprio processo de apreensão. Nesse tipo atencional, a concentração é desfocada, explicando-se unicamente por uma fina sintonia com o problema. Trata-se, nas palavras de Kastrup, "de uma atitude de concentração pelo problema e no problema" (KASTRUP, 2009, p. 40).

A proximidade nela estabelecida, com relação ao processo investigado, remete-nos àquilo que Deleuze e Guattari (1997) denominaram "percepção háptica". Na perspectiva dos autores, diferentemente da percepção ótica, tipo de visão "distanciada" por meio do qual é possível apreender *contornos* e *formas definidas*, a percepção háptica equivaleria a uma "visão aproximada", em que os limites entre forma-fundo ou mesmo entre sujeito-objeto encontram-se diluídos em prol da configuração de uma sorte de imersão.

Ora, rastrear é justamente habitar um território, mergulhar em seus processos, envolver-se a ponto de deixar-se, em grande medida, levar por suas forças. Trata-se de colocar-se em uma condição de vulnerabilidade equivalente àquela referida por Suely Rolnik (2011) com a ideia de "corpo vibrátil". Na ótica da autora, se a "percepção" tal qual possibilita-nos identificar contornos, a sensibilidade vibrátil é justamente o que permite-nos

apreender determinado processo em sua condição de *campo de forças*, e não de formas. Encontrar maneiras de dar vazão a esses fluxos é, para ela, justamente o que define a prática cartográfica.

Assim, se a busca por vibrações exige uma atenção do tipo rastreio, o que qualificaremos a seguir como "toque", "pouso" e "reconhecimento atento", são atitudes atencionais voltadas justamente para a tentativa cartográfica de "fazê-las passar".

Segundo Kastrup (2009), a atenção-toque ocorre quando, em meio ao rastreamento, o cartógrafo encontra algo capaz de afetá-lo. Isso equivale a dizer que, dentre todas as possibilidades de conexão do rizoma em questão, uma se efetiva, mostra-se potente. Um encontro se faz e, com ele, o ambiente perceptivo se transforma. Surge uma tensão com relação à situação antes percebida como estável, há sinal de que algo está em curso. Mas não se sabe ainda do que se trata: tal signo não conforma uma figura, mas, antes, uma rugosidade de natureza informe, frente a qual assume-se uma atitude de orientação: "é preciso ver o que está acontecendo" (KASTRUP, 2009, p.43).

Um outro tipo de atenção mencionado por Kastrup é o "pouso". Nele, há uma parada no movimento; o campo se fecha em uma espécie de *zoom* e, com isso, novos territórios tomam forma. Tem-se um movimento de aproximação, o que não significa, necessariamente, a presença de foco. Segundo a autora, o pouso não tem a ver com nitidez, mas antes, com escala. A atenção muda de janela: de uma perspectiva abrangente, fecha-se (muito ou pouco) em torno a uma ideia específica. Nesse movimento não são delineados, ainda, contornos específicos: isso irá ocorrer apenas no gesto atencional seguinte, de "reconhecimento atento". Este último, segundo Henri Bergson (apud KASTRUP 2009) refere-se a um tipo de atenção detida, que se difere fundamentalmente do reconhecimento automático. Em suas palavras: "enquanto no reconhecimento automático nossos movimentos prolongam nossa percepção para obter efeitos úteis e nos *afastam* assim do objeto percebido, aqui, ao contrário, eles nos reconduzem ao objeto para sublinhar seus contornos" (BERGSON apud KASTRUP, 2009, p.45-46). Trata-se trabalho de construção perceptiva, que opera em circuitos e não por meio do rebatimento perceptivo em um sistema correspondente. Nele, a memória assume um papel ativo, e a percepção constrói-se pela expansão da própria cognição.

No percurso que aqui propomos, espera-se que os tipos atencionais se conjuguem continuamente, sobrepondo-se uns aos outros em diversas combinações. A expectativa, contudo, é que seja possível discernir, em determinados momentos, algumas predominâncias. O eixo que se segue, por exemplo, é dedicado à atenção de *rastreio*. Trata-se de uma espécie

de varredura do terreno, na qual os processos envolvidos em A Ocupação, bem como os diversos atores e ambientes que os compõem serão narrados de maneira relativamente assistemática, atravessada e propositalmente multidirecional. Não há, neste eixo, um foco preciso, mas um problema-guia referente às possíveis contribuições das movimentações apresentadas para o engendramento de modos de espacialização *biopotentes* no território da cidade[37]. Em meio ao seu desenvolvimento, estaremos atentos a falas que se sobressaiam, a aspectos relevantes que possam vir à tona, e a fatos que se insiram de forma a, eventualmente, apontar para possíveis caminhos para se pensar tal questão. Nesses momentos, será preciso lançar mão de uma atenção de *toque*, e a partir desta, buscar orientações. Destas, surgem alguns direcionamentos momentâneos, ou *situações de pouso*, as quais destacaremos em meio ao texto por meio de blocos de cor cinza. Ora, é com base em tais direcionamentos que delinearemos, no eixo seguinte, espectros menos abrangentes, de reconhecimento atento.

Com isso, o intuito é que, da perspectiva do problema em questão, aproximemo-nos cada vez mais do ato e de seus processos, entendendo a proximidade, não necessariamente como aprofundamento, mas antes, como envolvimento alerta. A ideia não é, assim, necessariamente imprimir uma progressão de *detalhamento* ao longo da pesquisa, mas, mais do que isso, utilizar táticas adequadas para abordar as saliências que venham a aparecer em cada situação.

1.4 Pista 4: Transversalidade e co-produção

Nesta Pista, analisaremos a prática cartográfica do ponto de vista da transversalidade, aproximando essa ideia ao conceito de co-produção e, apresentando, ao fim, algumas possíveis táticas nesse sentido.

Nas palavras de Felix Guattari:

> A transversalidade é uma dimensão que pretende superar os dois impasses, o de uma pura verticalidade e o de uma simples horizontalidade; ela tende a se realizar quando uma comunicação se efetua entre os diferentes níveis e sobretudo nos diferentes sentidos (GUATTARI, 1985, p. 96).

Trata-se, assim, de um terceiro eixo possível, nem vertical (entendido como hierarquia), nem horizontal (entendido como homogeneização)[38] – que desestabiliza e

[37] Ver Introdução.

[38] É preciso destacar que a horizontalidade a qual nos referimos criticamente aqui, não tem a ver com o modo de operação horizontal do rizoma (ver item 1.1 Rizoma-cartografia-micropolítica), mas refere-se a uma lógica de

embaralha as lógicas hegemônicas de organização do campo social, inserindo, em meio ao plano bidimensional que as abriga, uma espécie de coeficiente de desestabilização. Essa condição pode ser entendida, como sugerem Eduardo Passos e Regina Benevides (2009), com base na análise de um sistema de coordenadas.

Segundo os autores, se tomarmos a forma hegemônica de organização do *socius* como um plano cartesiano em que linhas verticais e horizontais produzem-se por meio do rebatimento de variáveis maiores em variáveis menores, a operação de transversalização operaria entre uma e outra direção, desestabilizando-as em prol da emergência de outros tipos de conexão. Vejamos como isso ocorre. No plano cartesiano de organização do *socius* referido por Passos e Benevides (2009) as linhas verticais são formadas por variáveis maiores – por exemplo, homem, adulto, rico, heterossexual – as quais, rebatidas em variáveis menores – por exemplo, mulher, criança, pobre, homossexual – dão origem à linha horizontal. No cerne da constituição desse metro-padrão de equalização das relações sociais tem-se, assim, a expressão de duas lógicas principais: de hierarquização e de corporativismo. Atenhamo-nos a elas:

A hierarquia encontra-se expressa pela diferenciação entre os dois tipos de linhas (homem x mulher, adulto x criança) entre as quais há uma relação de assujeitamento (as segundas estão assujeitadas às primeiras). Ao mesmo tempo, contudo, observa-se um processo de achatamento das diferenças em prol da constituição de conjuntos homogêneos. Isso ocorre tanto na linha vertical, da qual emerge uma espécie de conjunto ideal (homem-adulto-rico-heterossexual), quanto na linha horizontal, que acaba por configurar, ao contrário, uma sorte de bloco dos "diferentes".

Entretanto, em meio a essa organização rígida, fragmentos se descolam, gerando processos de transversalização. Nesse movimento, "as variáveis menores se tornam o meio (*medium*) de um devir minoritário dotado de potência heterogenética ou de diferenciação (o que Simondon designou de energia potencial)" (PASSOS, 2009, p. 29). Em outras palavras, tem-se momentos em que a típica dinâmica de rebatimento ou de oposição das variáveis do metro-padrão dá lugar a um movimento de caotização por meio do qual novos arranjos do *socius* são potencialmente produzidos[39].

---

homogeneização ou de corporativismo, a qual, junto àquela de hierarquia, conforma, na perspectiva de Guattari aqui retomada por Passos e Benevides (2009), o padrão hegemônico de organização das relações sociais.

[39] Segundo Passos e Benevides, a estes movimentos de desarranjo Guattari deu o nome de "caosmose". Cf. (i) PASSOS, Eduardo; KASTRUP, Virgínia; ESCOSSIA, Liliana. **Pistas do método da cartografia: Pesquisa-intervenção e produção de subjetividade**. Porto Alegre: Sulina, 2009; (ii) GUATTARI, Félix. *Caosmose. Um novo paradigma estético*. Trad. Ana Lúcia Oliveira e Lúcia. 7 Cláudia Leão. São Paulo: Editora 34, 1992.

É preciso salientar, contudo, ainda com base em Passos e Benevides (2009), que apesar de distintos, tanto o sistema metro-padrão quanto o processo de transversalização operam em rede. O que os difere, mais do que a presença ou não de uma condição reticular, é a natureza de cada processo: o primeiro constitui uma "rede fria" e o segundo, ao contrário, uma "rede quente". Assim, apesar da presença, em ambos os casos, dos princípios de conexão e de integração que caracterizam a rede, apenas nos ditos "momentos quentes" há possibilidade real de desarranjo ou transformação do *status quo*. Em outras palavras, a presença de "rede" não implica, necessariamente, o embaralhamento das condições hegemônicas de organização do *socius*.

Essa ideia mostra-se bastante útil para a análise dos processos conectivos que permeiam A Ocupação, já que convida-nos a assumir, frente à categoria reticular, uma postura atenta. É preciso desconfiar das redes, reconhecendo nas ditas "redes frias", o que os autores denominaram "centros vazios identificados". Estes podem ser expressos, por exemplo, pela presença de processos de hierarquização (em que há tomada de poder por determinado grupo) ou de homogeneização (em que um achatamento das diferenças opera-se em prol da constituição de identidades fechadas).

Por ora interessa-nos, contudo, pensar o plano de transversalidade a partir da perspectiva da prática cartográfica. A pergunta que nos colocamos é: em que medida a cartografia pode ajudar-nos a acessar os momentos quentes de uma dada rede, de forma a expandir a energia potencial dos seus devires minoritários?

Tomemos tal pergunta sob a ótica específica do estudo de A Ocupação. Para que consigamos abarcar os possíveis vetores de desarranjo do *status quo* presentes em meio aos seus processos é preciso, antes de mais nada, assumirmos uma postura que possibilite o acesso, ainda que incipiente, ao plano das forças coletivas que o constitui. Para isso, parece-nos necessário proceder a um tipo de análise alternativa tanto ao modelo vertical/hierárquico – em que o pesquisador analisa o objeto de cima para baixo – quanto ao modelo horizontal/homogeneizante – em que as dinâmicas em questão são tomadas da perspectiva de um fechamento identitário. É preciso, em outras palavras, assumir uma abordagem ela própria *transversal*, na qual a produção-investigação se dê de maneira compartilhada, a partir da implicação de pontos de vista variados.

Passos e Eirado (2009), abordam a transversalidade a partir desse viés. Com base nas teorias desenvolvidas por Felix Guattari no âmbito da clínica psicanalítica, os autores

consideram tal conceito a partir da perspectiva da comunicação e, mais especificamente, como relativa à emergência de um plano comunicacional ampliado entre sujeitos e grupos[40].

O que eles denominam *quanta* de transversalidade refere-se, assim, ao "grau de abertura" apresentado por determinada dinâmica comunicacional intra ou inter grupal. Esse *quanta* pode variar de um nível mínimo – expresso, em um processo comunicativo, pela hegemonia de um ponto de vista proprietário – até um máximo – em que a experiência comunicacional "encarna" as próprias flutuações do plano de comunicação – passando por níveis intermediários marcados pela emergência de pontos de vista múltiplos e não proprietários.

Se considerada do ponto de vista da prática cartográfica, tal ideia configura uma possível referência para a constituição, em meio à investigação-percurso, de um plano atravessado, no qual a primazia do ponto de vista do observador, dá lugar à emergência de um plano marcado pela emergência de vozes múltiplas.

Segundo os autores:

> A transversalidade como princípio metodológico dá direção a uma experiência de comunicação que faz variar os pontos de vista, mais do que aboli-los. Na verdade, trata-se da possibilidade de habitar os pontos de vista em sua emergência, sem identificação e sem apego a qualquer um deles. (…) Ser atravessado pelas múltiplas vozes que perpassam um processo, sem adotar nenhuma como sendo a própria ou definitiva conjurando o que em cada uma delas há de separatividade, historicidade e fechamento tanto ao coletivo quanto ao seu processo de constituição (EIRADO; PASSOS, 2009).

É nesse sentido que propomos tomar a transversalidade como *ethos* da prática cartográfica, considerando-a como caminho para a emergência de uma dinâmica investigativa conjunta. Assim, se na perspectiva dos autores, tal ideia "deve ser pensada sob a base de uma comunidade, ou seja, de um ser-comum" (EIRADO; PASSOS, 2009), a nossa proposta é pensá-la como referente à criação de um plano de *co-produção* no seio da própria pesquisa. É assim, finalmente, que esperamos acessar possíveis vetores de transversalização – ou, dito de outro modo, de desestabilização dos eixos hegemônicos do *socius* – presentes em A Ocupação (e, em certa medida, também construí-los): a partir de uma sua abordagem ela mesma coletiva

[40] Ao formular o conceito na década de 1964, Guattari o descreve como referente ao aumento dos *quanta* comunicacionais entre sujeitos e grupos em uma instituição: uma espécie de tentativa de ir sempre do Uno ao coletivo, entendendo o coletivo não como agrupamento homogêneo, mas como terreno marcado pelas diferenças. Cf. PASSOS, Eduardo; BENEVIDES, Regina. A cartografia como método de pesquisa-intervenção. In: PASSOS, Eduardo; KASTRUP, Virgínia; ESCÓSSIA, Liliana da. **Pistas do método da cartografia: Pesquisa-intervenção e produção de subjetividade**. Porto Alegre: Ed. Sulina, 2009, p. 17-31.

e transversal.

Para tanto, utilizamos um extenso conjunto de práticas que, permeando as atividades de ensino, de pesquisa e de extensão promovidas pelo grupo Indisciplinar; e envolvendo alunos, professores, pesquisadores e ativistas, geraram (e continuam a gerar concomitantemente à realização do presente trabalho) um extenso *repertório em processo* sobre os movimentos e atos aqui abarcados. Dentre estas práticas incluem-se a Pesquisa Cartografias Emergentes[41], a disciplina UNI 009 Cartografias Críticas (que une ensino, pesquisa e extensão e incluiu, em suas diversas edições, muitos dos trabalhos abordados em meio à presente pesquisa) e o workshop Cartografias do Comum, no Espaço do Conhecimento da UFMG. Este último envolveu a produção colaborativa de uma Linha do Tempo e um ensaio de curadoria horizontal que funcionaram como importantes referências para as táticas aqui empreendidas.

Para além desses processos mais abrangentes destacam-se, contudo, duas táticas de *transversalização* criadas especificamente para esta pesquisa, a serem abordadas em mais detalhes nos dois subitens que se seguem: a primeira delas é a construção conjunta (entre a autora e pesquisadores do grupo Indisciplinar) do *Diagrama Espaço-Tempo-Processo* que integra este trabalho; e a segunda é a realização de três pequenas assembleias – às quais chamamos *Roda de Conversa #1, #2 e #3*.

1.4.1 Diagrama Espaço-Tempo-Processo

> Tal seria a função de uma política diagramática: operar por relações transversais entre problemas distintos, a fim de barrar o modo como o capitalismo codifica as relações sociais para integrá-las, para fazê-las funcionar ao seu modo e para os seus interesses. Trabalhar em termos de diagrama é desenvolver uma heterogeneidade de posições (ROQUE, 2015, não paginado).

Se a função de uma política diagramática, tal como mencionada por Tatiana Roque no trecho acima, é operar por meio de relações transversais, de forma a barrar os processos de codificação que esvaziam os acontecimentos de sua vitalidade – reintegrando-os, assim, às dinâmicas de subjetivação correntes – propomo-nos aqui a tatear caminhos que apresentem,

---

[41] A pesquisa em questão teve como escopo a produção de um mapeamento *online*, georeferenciado e colaborativo, referente aos diversos acontecimentos culturais ocorridos na cidade de Belo Horizonte. O trabalho teve duração de um ano e foi financiando pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), pelo Ministério da Cultura (MinC) e pela Secretaria de Economia Criativa (SEC). O relatório completo está disponível em : <https://drive.google.com/file/d/0B7X1-JNexXRaU3pJOVdaRUhLR0U/view>. Acesso em: 11 nov. 2015.

ainda que de maneira incipiente, possibilidades nesse sentido. Para isso, partimos das próprias dinâmicas observadas em A Ocupação: e da tentativa de ao invés de achatá-las (encerrando-as em um sistema pré-definido de códigos e representações), basearmo-nos em um seu tratamento ele próprio heterogêneo. Procuramos, para isso, construir uma espécie de composição entre os espaços, tempos e processos que compõem a ação.

Para tanto, partimos de três elementos base, que operam necessariamente atravessados: os Mapas, a Linha do Tempo e as Linhas Textuais. O elo que os conecta são as cores[42], as quais se repetem, em cada um deles, para cada um dos atores-processos abarcados. Assim sendo, a mesma cor laranja que aparece nos Mapas em referência aos espaços de atuação das "Manifestações Culturais de Resistência", por exemplo, sinaliza, na Linha do Tempo e nas Linhas Textuais, a presença desse mesmo ator-processo. No caso da Linha do Tempo tal presença refere-se a uma ordem temporal, isto é, indica em quais momentos do processo analisado as "Manifestações Culturais de Resistência" mostram-se atuantes. No caso das Linhas Textuais, ela irá indicar que estamos discorrendo, ao longo do texto, a respeito de processos nos quais as "Manifestações Culturais de Resistência" encontram-se de alguma forma implicadas.

Se analisarmos o papel das Linhas Textuais a partir do conteúdo da escrita veremos que estas funcionam como uma espécie de "fator de referenciamento". Isto equivale a dizer que, mesmo que o texto não corresponda a uma ordem cronológica ou siga uma lógica necessariamente voltada para a posição espacial das "Manifestações", tanto uma quanto a outra poderão ser convocadas: basta que o leitor identifique as cores das Linhas Textuais e as compare com aquelas da Linha do Tempo e dos Mapas. Nessa operação, as informações antes supostamente "soltas", podem ser re-situadas, pelo do leitor, em uma espécie de quadro de referência: sabe-se, ora, de *onde* e de *quando* se está falando.

Tal processo funciona também ao inverso. Se partirmos da perspectiva da Linha do Tempo e do Mapa, nos quais os atores-processos encontram-se sistematicamente enquadrados

[42] Estas, mais do que meros instrumentos de conexão, funcionam também como elementos simbólicos. A cor laranja, por exemplo, é amplamente utilizada pelo movimento "Fora Lacerda", enquanto o amarelo é a cor-símbolo do Comitê dos Atingidos pela Copa. Com o uso dessas cores pretendemos nos aproximar, de alguma forma, das lutas emplacadas por tais atores – a partir do reconhecimento de que, assim como descrevemos em outro momento (2014), tais lutas se dão, em grande medida, também pelo âmbito simbólico: "A cor laranja, símbolo do movimento [Fora Lacerda], invadiu as redes sociais, presenciais e virtuais, impregnando as camisetas e as fotos de crítica e indignação. Esses procedimentos simbólicos fazem surgir na cidade uma nova potência que, por ser afetiva, escapa à mídia e às agências de publicidade, tornando-se a forma comunicativa da Multidão. As pessoas aderem a ela *com prazer*. E foi assim que, desde então, o movimento gay, representantes de partidos políticos, de sindicatos e outros agentes culturais da cidade coloriram-se, de laranja, em torno de um comum" (RENA; BERQUÓ, CHAGAS, 2014, p.82).

e referenciados, as Linhas Textuais funcionam como uma espécie de "agente desestabilizador". Em outras palavras, ao direcionar, por meio das cores, os atores-processos antes presos a amarras cronológicas-espaciais a uma escrita em grande medida fragmentária, propensa a ritmos variados (relativos, em muitos casos, mais à experiência afetiva do que a qualquer outro fator regulatório), elas operam de modo a "caotizar", por assim dizer, a regularidade da Linha do Tempo e do Mapa.

O Diagrama Espaço-Tempo-Processo pretende configurar, assim, um exercício conectivo, por meio do qual esperamos abrir caminho para contínuos atravessamentos entre territórios engendrados nas dinâmicas de A Ocupação e processos de desterritorialização que, em alguma medida, os decomponham.

Finalmente, devemos pontuar que o desenvolvimento do diagrama em questão é fruto de um trabalho de co-produção em meio ao grupo de Pesquisa Indisciplinar. Os Mapas e as Linhas Textuais foram realizados em conjunto com a pesquisadora e estudante de arquitetura Marília Pimenta. A Linha do Tempo, por sua vez, construiu-se a partir da colaboração inicial do pesquisador e estudante de design André Victor Ramos e, posteriormente, pela participação da estudante de design Ana Cecília Souza. Ambos os trabalhos atravessam os Projetos de Pesquisa atualmente desenvolvidos pelos referidos pesquisadores no Grupo Indisciplinar e integram ações de extensão atualmente em curso no eixo "Cultura e Território", do qual a autora deste trabalho também faz parte[43].

1.4.2 Roda de Conversa

A Roda de Conversa aparece como estratégia do Grupo de Pesquisa Indisciplinar (Escola de Arquitetura da UFMG) já em 6 de novembro de 2014. Nesta data foi realizada uma primeira experiência que, com o objetivo de gerar conteúdo para a escrita conjunta de um artigo acadêmico, envolveu, além da autora e da orientadora deste trabalho, diversos integrantes de movimentos culturais e sociais da cidade.

[43] Dentre as atividades atualmente realizadas pela frente de ação "Cultura e Território" do Grupo Indisciplinar, tem-se a participação no Conselho Consultivo Zona Cultural da Praça da Estação, processo que atravessa, em grande medida, esta pesquisa, e para o qual ela pretende servir como material de consulta. Para mais informações, ver INDISCIPLINAR. **Cultura e Território**. [Blog]. 2015. Disponível em: <http://blog.indisciplinar.com/> Acesso em: 10 out. 2015.

A partir do aprendizado adquirido com tal experiência, as três Rodas de Conversa que integram este trabalho foram realizadas entre 2014 e 2015, e tiveram como objetivo reunir pessoas envolvidas em A Ocupação para discutir sobre as percepções e questões surgidas em meio aos seus processos. A ideia era criar condições para que a produção de conhecimento a respeito do ato fosse feita de forma conjunta e atravessada.

Por isso o formato de Roda, e não de entrevista. A ideia não era alimentar um ponto de vista (no caso, o de quem escreve) com outros, expressos um a um por meio de conversas bilaterais. Mais do que isso, tratava-se de gerar condições para a emergência de um plano compartilhado, em que pontos de vista variados pudessem afetar-se mutuamente. Assim, ao invés de recolher dados, esperava-se produzi-los *transversalmente* – intentando ampliar as condições de comunicação para além da verticalidade hierárquica e da horizontalidade homogeneizante comumente utilizadas nas pesquisas convencionais.

> Já que muitos não tinham disponibilidade para o dia pensado inicialmente, mudamos a data para 08/12, segunda-feira, às 17hs. O local será debaixo do Viaduto Santa Tereza, próximo à Aarão Reis.
> Explico um pouco do objetivo da conversa, lembrando que a pauta é aberta (sintam-se a vontade para opinar), e que a ideia é promover outros encontros como esse nos próximos meses.
> A minha pesquisa de mestrado (desenvolvida na Escola de Arquitetura da UFMG sob a orientação da professora Natacha Rena) gira em torno a A Ocupação. A ideia é fazer um grande apanhado de informações e processos envolvidos nesse acontecimento (que se desdobrou, até hoje, em 8) de forma a analisar possíveis dinâmicas de redimensionamento do espaço urbano por ele provocadas/ativadas. Para isso, buscamos criar uma metodologia baseada em pequenas assembleias, as quais estamos chamando "Rodas de Conversa". A cada roda, as falas serão gravadas e transcritas, de forma a gerar artigos colaborativos que, além de servirem de insumo pro trabalho de pesquisa, serão publicados na revista Indisciplinar (a ser lançada em breve). Nessa primeira Roda de Conversa, o objetivo é traçar uma espécie de diagrama das pautas e grupos envolvidos desde a primeira Ocupação, em julho de 2013. Pensamos em fazer isso a partir dos relatos de cada um sobre o envolvimento no ato. Se todos toparem, depois de tudo transcrito, vou enviar a conversa pra quem quiser editar/ modificar algo[44].

O texto transcrito acima, enviado por e-mail às pessoas que, por meio de um grupo de bate-papo criado no *Facebook*, demonstraram interesse em participar das discussões sugeridas neste trabalho, teve como objetivo formalizar o chamado para a primeira edição das Rodas de Conversa. A Roda de Conversa #1 foi, assim, realizada na tarde do dia 8 de dezembro de 2014, na área do baixio do Viaduto Santa Tereza, e contou com a presença de Silvia Andrade, Gabriel Murilo, Drica Mitre, Cléssio Cunha e Thálita Motta (além da autora do presente trabalho). Os registros (Figura 1) foram realizados por David Narvaez e Anselmo Junior.

[44] Texto enviado por e-mail no Grupo de e-mails "Roda de Conversa", criado pela autora em 30 nov. 2014.

> *Era feriado municipal e, portanto, o largo formado pela rua Aarão Reis e a área subjacente ao viaduto estava bastante vazio quando começamos a nos instalar. O único som provinha do interior da Serraria Souza Pinto, edifício situado no entorno do largo, em que ocorria, na ocasião, a festa de Lançamento do Carnaval BH 2015 promovida pela Belotur – empresa pública municipal de turismo de Belo Horizonte. No evento, que apesar de gratuito era acessível somente mediante a apresentação de ingressos, algumas escolas de samba da cidade apresentavam o seu enredo. Fora do edifício, havia algumas pessoas, participantes da festa, tomando cerveja e conversando. Em frente a elas, nas proximidades do palco localizado no baixio do viaduto, um grupo de jovens andava de skate. Com receio de que o batuque carnavalesco da festa interferisse na gravação da conversa, resolvemos nos deslocar do baixio do viaduto – local no qual a Roda aconteceria inicialmente – para a calçada da rua Aarão Reis, situada na margem oposta da Serraria Souza Pinto. Sentamo-nos, assim, em roda, em frente à sede do teatro Espanca, fechada na ocasião, e ao lado do espaço em que, nos dias seguintes, seria inaugurado o BAIXO Centro Cultural*[45]*. Ficamos lá por cerca de duas horas e meia.*

Figura 01 – Roda de Conversa #1



Fonte: Própria autora

A Roda de Conversa #2 realizou-se no Viaduto Santa Tereza, no dia 19 de dezembro de 2014. Estavam presentes, além da autora deste trabalho, Gabriel Murilo, Francisco Cereno,

[45] O espaço em questão era antes ocupado pelo bar, restaurante e cabaré cultural Nelson Bordello, o qual abordaremos no item 2.6.5 do presente trabalho.

Thálita Motta e PG Rocha. Era uma sexta-feira, no fim da tarde, e a conversa se estendeu por aproximadamente duas horas. Ao final, transferimo-nos para dentro do BAIXO Centro Cultural, espaço cultural localizado às margens do baixio do Viaduto.

Figura 02 – Roda de Conversa #2



Fonte: Própria autora

A Roda de Conversa #3 foi realizada em 27 de janeiro de 2015, no Viaduto Santa Margarida, no Barreiro[46]. Trata-se do local de ocorrência de A Ocupação #5, em 14 de dezembro de 2013. Dela participaram, para além da autora deste trabalho, algumas das pessoas envolvidas na articulação do ato: João Paiva, Isabela, Juliana, Pedro e David Narvaez

[46] O Barreiro é uma das nove regionais do município de Belo Horizonte. Localizada em sua porção sudoeste, a região faz limite com os municípios de Contagem, Ibirité, Brumadinho e Nova Lima. Conforme levantamento do Censo 2010, ela é formada por 54 bairros, 18 vilas, possui 70 mil domicílios e 283.544 habitantes (PREFEITURA DE BELO HORIZONTE, 2015).

(que realizou também os registros fotográfico e audiovisual). A ideia, com tal Roda, era percorrer os desvios territoriais realizados pela própria Ocupação, adentrando o universo de grupos que passaram a fazer parte do movimento após a realização de sua primeira edição no Viaduto Santa Tereza.

Figura 03 – Roda de Conversa #3



Fonte: Própria autora

[LEGENDA]

De forma a destacar os diversos atravessamentos textuais presentes em meio ao trabalho, utilizaremos alguns recursos gráficos, os quais se encontram discriminados a seguir:

> *As observações referentes à experiência pessoal da autora deste trabalho serão destacadas em itálico, em cor cinza, com recuo lateral.*
>
> *As citações referentes as Rodas de Conversa #1, #2 e #3 realizadas no âmbito deste trabalho serão mencionadas em itálico, em cor preta, com recuo lateral.*

Os conjuntos de ideias que se sobressaírem em meio à cartografia, de forma a apontar potenciais caminhos para afrontarmos a questão aqui colocada – referente às possíveis relações entre os processos envolvidos em "A Ocupação" e a emergência de espaços *biopotentes* na cidade – serão destacadas por meio de blocos de cor cinza.

Os diversos ambientes, físicos e digitais, utilizados em meio à articulação de A Ocupação serão, ao longo do texto, destacados em negrito.

[Diagrama Tempo-Espaço-Processo]



2 RASTROS

> O rastreio é um gesto de varredura do campo. (…) Como em uma antena parabólica, a atenção do cartógrafo realiza uma exploração assistemática do terreno, com movimentos mais ou menos aleatórios de passe e repasse, sem grande preocupação com possíveis redundâncias. Tudo caminha até que a atenção, numa atitude de ativa receptividade, é tocada por algo (KASTRUP, 2009, p.40-42).

> Não se perguntará nunca o que um livro quer dizer, significado ou significante, não se buscará nada compreender num livro, perguntar-se-á com o que ele funciona, *em conexão com o que ele faz ou não passar intensidades*, em que multiplicidades ele se introduz e metamorfoseia a sua, com que corpos sem órgãos ele faz convergir o seu (DELEUZE; GUATTARI, 1995, p.12, grifos nossos)

Retomamos o trecho de Deleuze e Guattari transcrito no eixo 1 deste trabalho de maneira a pô-lo em relação com a colocação de Virgínia Kastrup (2009) a respeito da atenção-rastreio. Fizemos isso com o intuito de aproximar este tipo atencional, o qual empreendemos neste eixo, à ideia, lançada pelos filósofos franceses, de que, em uma cartografia, mais do que um objeto em si, importam as suas relações. Ora, é justamente esse, aqui, o nosso objetivo: rastrear o terreno de A Ocupação de forma a intentar implicar, nesse movimento, os vários processos, atores e ambientes que, ao estabelecerem com ele conexões, afetam-no, modificam-no e tensionam-no – potencializando ou barrando as suas dinâmicas – e tornando-se, com isso, elementos enredados em sua própria tessitura. Tratou-se, justamente, de demonstrar que o acontecimento não se encerra no dia de realização do *ato,* mas se expande, ao contrário, tanto no tempo quanto no espaço. Ora, além de o seu engendramento ter sido iniciado muito antes da *ação* propriamente dita – no corpo por vezes de outros atores, e por meio, em muitos casos, da confluência de outros ambientes e processos – este parece ultrapassar em muito, também, o dia de realização desta última, ecoando (de forma mais ou menos intensa) em ações e movimentos a ela posteriores.

Não nos parecia suficiente, contudo, dar a ver esse processo apenas em termos de sua extensão temporal. Mais do que isso, era preciso tomá-lo de forma a explicitar, justamente, as conexões, sobreposições, quebras e entrecruzamentos que, fruto do encontro dos múltiplos atores-ambientes-processos que o compõem, irromperam em meio as suas dinâmicas. É com o intuito de auxiliar-nos nesse processo que criamos o *Diagrama Espaço-Tempo-Processo*[47]: um conjunto de *Mapas, Linha do Tempo* e *Linhas Textuais*, que, de maneira interconectada, atravessam todo o nosso rastreamento. Quanto a sua distribuição, se os *Mapas* e as *Linhas Textuais* localizam-se ao longo do texto, a *Linha do Tempo* situa-se ao fim do eixo 2, podendo

[47] Ver item 1.4.1 deste trabalho.

ser consultada, como uma espécie de anexo, a qualquer momento de sua leitura.

No que se refere ao conteúdo da escrita, ressaltamos ainda que se trata de um conjunto essencialmente heterogêneo, tanto com relação ao ritmo dos textos, quanto no que se refere ao próprio nível de detalhamento apresentado em cada situação. Ao longo da leitura, o leitor encontrará, portanto, contextos fragmentados, ziguezagueantes, inflexões diversas – incitadas seja pelas leituras realizadas ao longo de sua composição, seja pela experiência da autora nas *Rodas de Conversa*, na feitura conjunta do *Diagrama Espaço-Tempo-Processo*, ou mesmo por aproximações afetivas que tenham vindo a se desenvolver em meio ao caminho. Não há, com eles, a pretensão de se formar um conjunto homogêneo ou neutro; e tampouco objetiva-se estabelecer categorizações fechadas, soluções unívocas. Os agrupamentos aqui realizados pretendem, ao invés disso, configurar cristalizações contingenciais, em-*formação* e, por isso mesmo, sujeitas a constantes alterações. Isto ficará claro por meio das repetições (por vezes redundantes) de seus componentes, e pelo próprio movimento de suas linhas, que surgem, conectam-se, desaparecem, e retornam de forma continuada em meio ao texto.

Trata-se, portanto, de uma tentativa, ainda que incipiente, lacunar e em muitos momentos ainda precária, de possibilitar outras formas de experiência da ação: tensionadas entre desterriotorialização-reterritorialização, enquadramento e não enquadramento, decalque e mapa. Com ela, a nossa expectativa é que, ao invés de assumir uma pretensa "distância analítica", o leitor possa, ao contrário, mergulhar – assim como fizemos – nos processos envolvidos ao ato, deixando-se levar pelas vicissitudes e controvérsias que, ao nosso ver, lhes são constitutivas.

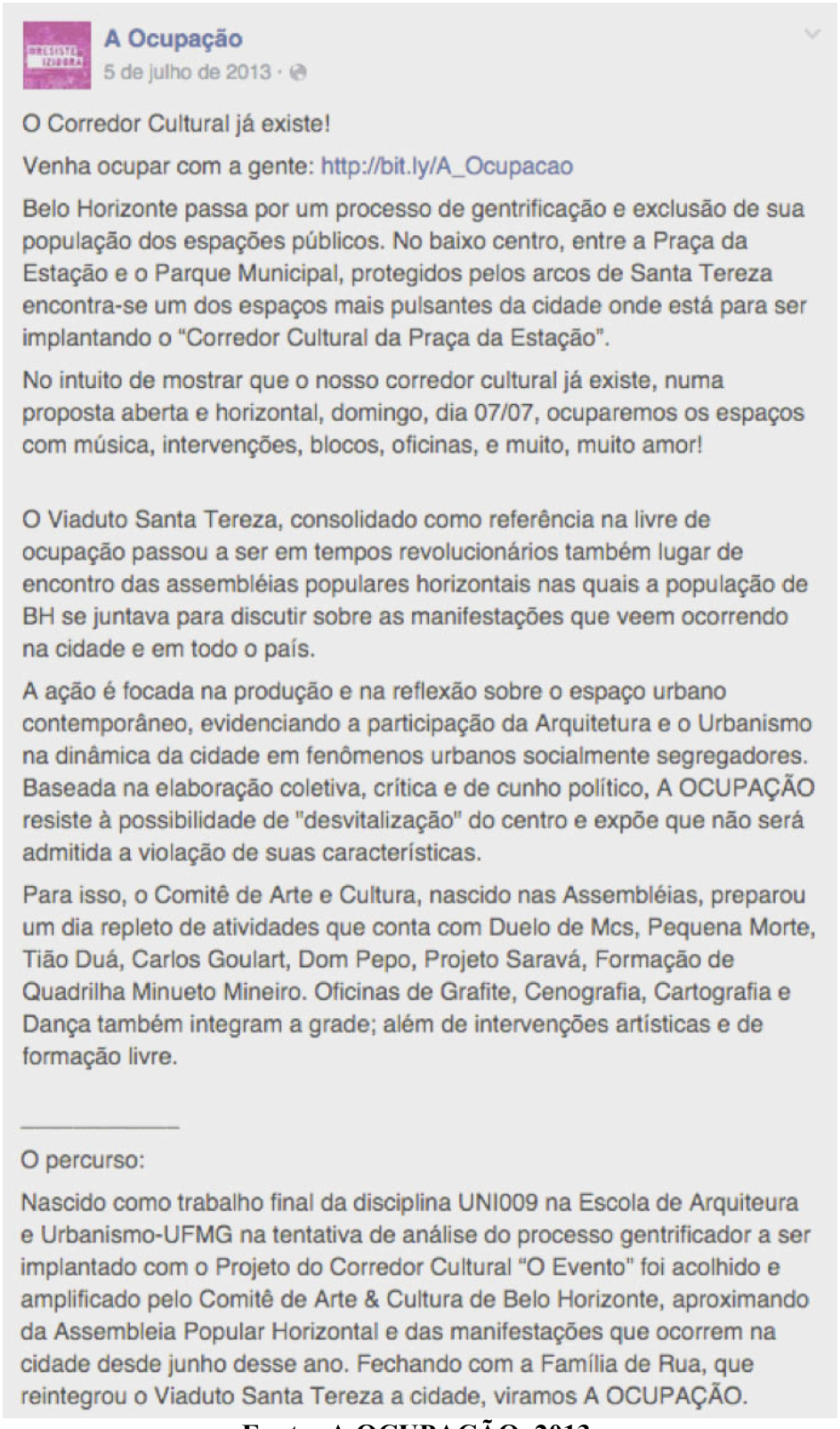
Como uma espécie de fio condutor, a unir e a guiar de forma mais ou menos evidente os diversos fragmentos desse movimento, tem-se o problema aqui apresentado – referente a como os processos envolvidos em A Ocupação apontam, potencialmente, caminhos para a produção de espaços *biopotentes* na cidade. Ora, tal problema também encontra-se, em grande medida, aberto – sujeito à emergência, em meio à construção da narrativa, de questões e parâmetros que venham, ocasionalmente, interferir em sua consideração. Tais emergências serão destacadas por blocos de cor cinza[48] e retomadas, a partir de uma perspectiva mais detida, no eixo 3 deste trabalho.

Por fim, é preciso pontuar que o conteúdo aqui impresso apresenta-se apenas como um pequeno recorte, fruto de uma visão singular (e, assim, necessariamente limitada e parcial) de um processo coletivo ainda em curso.

[48] Ver item Legenda, p. 68.

2.1 A Ocupação

Figura 04 – Trecho da primeira publicação realizada na Fanpage "A Ocupação" no Facebook



A Ocupação
5 de julho de 2013 ·

O Corredor Cultural já existe!

Venha ocupar com a gente: http://bit.ly/A_Ocupacao

Belo Horizonte passa por um processo de gentrificação e exclusão de sua população dos espaços públicos. No baixo centro, entre a Praça da Estação e o Parque Municipal, protegidos pelos arcos de Santa Tereza encontra-se um dos espaços mais pulsantes da cidade onde está para ser implantando o "Corredor Cultural da Praça da Estação".

No intuito de mostrar que o nosso corredor cultural já existe, numa proposta aberta e horizontal, domingo, dia 07/07, ocuparemos os espaços com música, intervenções, blocos, oficinas, e muito, muito amor!

O Viaduto Santa Tereza, consolidado como referência na livre de ocupação passou a ser em tempos revolucionários também lugar de encontro das assembléias populares horizontais nas quais a população de BH se juntava para discutir sobre as manifestações que veem ocorrendo na cidade e em todo o país.

A ação é focada na produção e na reflexão sobre o espaço urbano contemporâneo, evidenciando a participação da Arquitetura e o Urbanismo na dinâmica da cidade em fenômenos urbanos socialmente segregadores. Baseada na elaboração coletiva, crítica e de cunho político, A OCUPAÇÃO resiste à possibilidade de "desvitalização" do centro e expõe que não será admitida a violação de suas características.

Para isso, o Comitê de Arte e Cultura, nascido nas Assembléias, preparou um dia repleto de atividades que conta com Duelo de Mcs, Pequena Morte, Tião Duá, Carlos Goulart, Dom Pepo, Projeto Saravá, Formação de Quadrilha Minueto Mineiro. Oficinas de Grafite, Cenografia, Cartografia e Dança também integram a grade; além de intervenções artísticas e de formação livre.

_____

O percurso:

Nascido como trabalho final da disciplina UNI009 na Escola de Arquiteura e Urbanismo-UFMG na tentativa de análise do processo gentrificador a ser implantado com o Projeto do Corredor Cultural "O Evento" foi acolhido e amplificado pelo Comitê de Arte & Cultura de Belo Horizonte, aproximando da Assembleia Popular Horizontal e das manifestações que ocorrem na cidade desde junho desse ano. Fechando com a Família de Rua, que reintegrou o Viaduto Santa Tereza a cidade, viramos A OCUPAÇÃO.

Fonte: A OCUPAÇÃO, 2013.

A imagem acima refere-se à primeira postagem incluída na página "A Ocupação", criada no *Facebook* em 5 de julho de 2013. Trata-se de um primeiro chamado à participação da população, uma tentativa inicial de formulação de discurso a respeito do ato. Este, previsto para ocorrer no domingo seguinte, havia sido debatido e organizado (ainda que de maneira incipiente) em reunião realizada, dois dias antes, no então ocupado gramado da Câmara Municipal de Belo Horizonte. De forma a entender a complexidade desse processo, voltemos especificamente a esse contexto.

2.2 Ocupação da Câmara

A Câmara Municipal de Belo Horizonte havia sido tomada por manifestantes no sábado, dia 29 de junho de 2013, após a realização de uma Sessão Extraordinária para a votação, por parte dos vereadores, de um Projeto de Lei referente à redução da tarifa dos ônibus – uma das principais pautas dos Protestos que, desde o início do mês, vinham reunindo milhares de pessoas nas ruas da cidade[49].

Lançado pelo então prefeito, Márcio Lacerda, em resposta a tais manifestações de rua – que na ocasião, já haviam se alastrado a grande parte do município[50] – o polêmico Projeto de Lei (417/2013)[51] previa uma diminuição de R$ 0,05 (cinco centavos) no valor da passagem dos ônibus – e o fazia por meio da isenção do Imposto Sobre Serviço de Qualquer Natureza (ISSQN) às empresas privadas responsáveis, na cidade, por tal serviço. Tal medida que não se mostrava, contudo, satisfatória frente às reivindicações levantadas pelos manifestantes. Articulados em torno à Assembleia Popular Horizontal[52] – fórum de diálogo criado especificamente para reunir e "organizar" as pautas surgidas durante as mobilizações de rua –

---

[49] Durante todo o mês de junho de 2013, a cidade de Belo Horizonte foi tomada por uma série de manifestações de rua, as quais chegaram a reunir cerca de 120 mil pessoas (CHEREM, BRAYGON, 2013). Conforme veremos no item 2.10 do presente trabalho, tal mobilização abarcou centenas de cidades brasileiras e deveu-se, mais do que a uma reivindicação específica, a uma confluência de múltiplas pautas e atores. No caso de Belo Horizonte destacam-se, dentre eles, o COPAC (Comitê dos Atingidos pela Copa), a Assembleia Popular Horizontal e o movimento Tarifa Zero.

[50] Na ocasião já haviam sido realizados cinco Grandes Atos na cidade. Cf. APÊNDICE D – Cronologia dos Protestos de junho de 2013 em Belo Horizonte.

[51] LACERDA, Marcio. **Projeto de lei nº 417 de 2013**. Concede isenção do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza — ISSQN — para o serviço de transporte público coletivo urbano de pessoas por ônibus, inserido no subitem 16.01 da Lista de Serviços que integra o anexo único da Lei n° 8.725, de 30 de dezembro de 2003. Disponível em: <http://cmbhsilinternet.cmbh.mg.gov.br:8080/silinternet/consultaProposicoes/detalheProposicao.do;jsessionid=BF067DE74E952E3C7943B2A52CBAF3E9?idDocumentoTramitado=2c907f763f1033a0013f6809d5194cd0&metodo=downloadDocTramitado>. Acesso em: 20 set 2015.

[52] Abordaremos em detalhes o processo de criação e o funcionamento da Assembleia Popular Horizontal no item 2.11 do presente trabalho.

estes alegavam que a sua aprovação ocasionaria, além de uma redução irrisória na tarifa dos ônibus[53], relevantes prejuízos para o próprio orçamento público municipal (ao invés de um mais assertivo abatimento no lucro das já rentáveis empresas responsáveis pelo serviço no município)[54].

Entretanto, apesar das numerosas mobilizações contrárias, o referido Projeto de Lei havia sido aprovado em primeiro turno pela Câmara dos Vereadores no dia 26 de junho[55], deixando pendentes apenas duas emendas, a serem votadas na Sessão Extraordinária do dia 29 de junho. Propostas pelos vereadores Arnaldo Godoy e Pedro Patrus (ambos da bancada do Partido dos Trabalhadores), tais ementas previam a divulgação da planilha de composição tarifária das empresas responsáveis pelo transporte público na cidade e a adesão do Governo Municipal à desoneração do PIS/Cofins[56] – medidas fortemente apoiadas pelos manifestantes.

Ora, foi justamente com o intuito de pressionar os vereadores para a sua aprovação, que centenas deles articularam-se em torno à realização, na Câmara, de um Grande Ato da Assembleia Popular Horizontal (o sexto desde o início dos protestos).

Tal objetivo, contudo, não obteve êxito: mesmo frente à mobilização – que se estendeu, em poucas horas, por toda a casa legislativa – a bancada de vereadores aprovou, na ocasião, o referido Projeto de Lei e vetou as duas emendas, gerando grande indignação por parte dos presentes. O descontentamento geral foi amplificado, ainda, pela hostil situação enfrentada pelo grupo logo à entrada da Câmara. Como pontuam integrantes da Mídia Ninja – grupo midialivrista de forte atuação nas manifestações de rua da cidade – um bloqueio montado pela Guarda Municipal havia impedido, no local, centenas de manifestantes de adentrarem à plenária durante a votação (ver Figura 05)[57]:

---

[53] A medida gerava um decréscimo de apenas cinco centavos na tarifa dos ônibus – valor tido pelos manifestantes como irrisório frente aos doze centavos que haviam sido acrescidos ao preço da passagem em 27 de dezembro do ano anterior. Cf. BELO HORIZONTE. Portaria BHTrans DPR nº 116 de 27 de dezembro de 2012. **Diário Oficial do Município**, Belo Horizonte, 27 de dezembro de 2010. Disponível em: <http://portal6.pbh.gov.br/dom/iniciaEdicao.do?method=DetalheArtigo&pk=1092937>. Acesso em 15 set. 2015.

[54] Conforme reportagem realizada por Leonardo Dupin (2013), um manifestantes pontuou, durante a Ocupação da Câmara: "A diminuição do valor da passagem tem que sair do lucro das empresas que controlam a máfia do transporte público na cidade e não da isenção fiscal. O dinheiro público deve ser investido em saúde e educação e não para aumentar o lucro de poucas famílias riquíssimas" (DUPIN, 2013).

[55] Trata-se da mesma data de realização, nas ruas da cidade de Belo Horizonte, do 5º Grande Ato da Assembleia Popular Horizontal. Ver: APÊNDICE D – Cronologia dos Protestos de junho de 2013 em Belo Horizonte.

56 Tal medida encontrava-se em vigor desde o mês de maio, por meio da Medida Provisória nº 617 de 2013. Disponível em : <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2013/Mpv/mpv617.htm>. Acesso em 10 ago. 2015.

[57] Dentre os registros realizados na ocasião, tem-se : MARIA OBJETIVA, 2013 (2013, 29 de junho). **6°Ato BH/Câmara Ocupada: Guarda Municipal Reprime Manifestantes**. [Youtube]. Recuperado a partir de: <https://www.youtube.com/watch?v=BsYLFd0pUeM>. Acesso em 10 set. 2015.

> Dentro do auditório da Câmara, dezenas de manifestantes pressionam em vão os vereadores. Do lado de fora, um número ainda maior de pessoas é impedida de entrar, com truculência e gás de pimenta. Dentro, a incapacidade dos vereadores de ouvir a reivindicação do movimento. Fora, a incapacidade do aparato armado do Estado de lidar com a democracia (ANONYMOUS RIO, 2013).

Figura 05 – 6º Grande Ato da Assembleia Popular Horizontal na Câmara Municipal



Fonte: MIDIA NINJA, 2013.

Diante de tal quadro, os manifestantes que haviam conseguido adentrar à Câmara decidiram, após o fim da Sessão Extraordinária, iniciar um movimento de ocupação coletiva do espaço (Figura 06). Em vídeo-chamada publicada no *Youtube* pelos integrantes da Assembleia Popular Horizontal, tal processo é assim descrito:

> – Nesse sábado, numa Sessão na Câmara Municipal dos Vereadores, seria discutida a redução do preço das passagens, mas com isenção dos impostos para as empresas. Justamente aqueles impostos que deveriam ir para a saúde e para a educação do nosso município!
> – Segundo o regimento da casa, todas as sessões da Câmara são abertas, não é? Ontem, um grupo de manifestantes tentou participar da discussão da redução da tarifa do transporte e foi autoritariamente impedido pela segurança da casa e pela Tropa de Choque da Guarda Municipal de entrar. Então foi o momento em que a gente decidiu, mesmo, fazer a Ocupação da Câmara (ASSEMBLEIA POPULAR HORIZONTAL, 2013, não paginado)[58].

[58] Vídeo disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=dIm--P-Z1ag>. Acesso em : 2 de ago. 2015.

Figura 06 – Ocupação da Câmara Municipal



Fonte: MIDIA NINJA, 2013.

Tomada a decisão de ocupar, tem início um intenso trabalho colaborativo. Durante a tarde, em resposta às diversas chamadas de participação ao ato lançadas na *Fanpage* da Assembleia Popular Horizontal no *Facebook* (Figura 07), movimentos sociais e cidadãos uniram-se em torno a uma extensa campanha de doação de alimentos e utensílios.

Figura 07 – Pedido de doações para a Ocupação da Câmara



Fonte: Alterado com base em ASSEMBLEIA POPULAR HORIZONTAL, 2013.

Um fogão industrial foi logo recebido pelos ocupantes e, em menos de duas horas, uma cozinha improvisada já havia sido montada no jardim externo à Câmara. Em torno a ela, barracas começavam pouco a pouco a se espalhar, dividindo espaço com um piano, também recebido durante a tarde.

Simultaneamente a esse gradual processo de organização do acampamento, uma intensa dinâmica de debates se instaurou no Hall da casa legislativa (Figura 08) – dando origem, dentre outras ações, ao estabelecimento de cinco comissões diretamente voltadas para a manutenção do movimento. Responsáveis cada qual por um eixo de atuação – segurança, limpeza, alimentação, estrutura e negociação – estas deveriam atuar de maneira articulada à Assembleia Popular Horizontal, movimento que havia se estabelecido, a partir daquele momento, em caráter permanente no local.

Figura 08 – Ocupação da Câmara



Fonte: MIDIA NINJA, 2013.

Com Sessões realizadas diariamente no espaço, a Assembleia Popular Horizontal passa a configurar uma espécie de "núcleo de articulação" do ato, em torno ao qual todas as ações a ele envolvidas passam a se desenvolver. Para além desse papel por ela desempenhado, deve-se salientar, também, a importante função exercida pelo Comitê Popular de Arte e Cultura – criado cinco dias antes por artistas e produtores culturais que defendiam a inserção da pauta da cultura nas discussões políticas então em curso na cidade[59].

Ora, as numerosas experimentações de cunho estético-político realizadas por este grupo no espaço passam a conformar, como veremos adiante, *dinâmicas fundamentais em meio ao movimento de ocupação*, permeando de tal forma e com tal intensidade os demais processos que o envolvem – as discussões realizadas nas Sessões da Assembleia Popular Horizontal, as negociações com o Poder Público, a estruturação do espaço, as dinâmicas referentes às refeições – que podemos tomá-las, e esta questão aqui nos interessa fortemente, como o seu próprio *modus operandi*.

De fato, tais ações permeiam todo o ato, tendo início já na entrada da Câmara, antes mesmo que o movimento de ocupação fosse estabelecido. Naquele momento, frente à atitude repressiva da Guarda Municipal, integrantes do Comitê – e, mais especificamente, do

[59] Abordaremos, em detalhes, as dinâmicas de criação do Comitê Popular de Arte e Cultura no item 2.12 deste trabalho.

coletivo "Nós Temporários" [60] – deram início a uma espécie de "ataque de tintas" improvisado. Em meio a este ato foram pintados, em cor vermelha, corações tanto nas paredes do então "vedado" espaço, quanto nas fardas e escudos dos guardas que teciam a barreira policial localizada à sua entrada, dotando, ainda que temporariamente, de outras significações esses simbólicos dispositivos de repressão (ver Figura 09).

Figura 09 - Bloqueio policial na Câmara Municipal de Belo Horizonte e ação do coletivo "Nós Temporários"



Fonte: MIDIA NINJA, 2013.

A potência da ação do coletivo, que funcionou como tentativa de desconstruir, poeticamente, o aparato de retaliação montado frente aos manifestantes, é evidenciada não apenas pela grande adesão do grupo, mas, principalmente, pelo desarme involuntário dos

[60] Coletivo de arte e ativismo de Belo Horizonte, o Nós Temporários integrava, junto a outros diversos coletivos, o Comitê Popular de Arte e Cultura.

policiais que, diante do ato, mostravam-se visivelmente desconsertados. Frente à violência anunciada, fazia-se um apelo: a cor vermelha gritava – em tom de sangue, mas com surpreendente delicadeza – por uma polícia e um espaço mais humanos.

A esse respeito, Silvia Andrade, integrante do coletivo "Nós Temporários", relata:

> ***Silvia:*** *– (...) Então a gente já chegou lá meio sem ter uma intervenção de cunho um pouco mais artístico pra fazer, mas a gente tinha levado algumas tintas, algumas coisas... Isso dia 29 de junho, na Câmara Municipal, na Audiência Pública que resultou na ocupação [da Câmara]. E eu não consigo desligar essas ações porque, no meu entendimento da "gênese" [de A Ocupação], essas intervenções artísticas elas vão resultar n'A Ocupação. Então a Ocupação da Câmara já começou com um tom muito artístico quando os corações foram feitos nos guardas, depois de uma ação lúdica de lançamento de tinta, única "arma" que se tinha. E a gente acabou convivendo com aqueles guardas municipais pintados por mais de 24 horas ali, sem trocar de roupa (APÊNDICE A, p. 314-315).*

Ora, para além desta ação inicial – a qual, segundo Andrade, integra o próprio conjunto de intervenções que vão dar origem, mais à frente, à articulação de A Ocupação – o Comitê promoveu, durante a primeira tarde de ocupação, uma oficina de cartazes e, mais à noite, uma apresentação do Duelo de Mc's (Figura 10), uma sessão do Sarau Vira Lata (Figura 11) e uma *jam session*[61]. Esta última, realizada em torno ao piano por diversos músicos da cidade (Figura 12), ocorreu concomitantemente à preparação coletiva, na cozinha itinerante, de uma refeição a ser distribuída abertamente entre os ocupantes do espaço (ver Figura 13).

[61] *Jam Sessions* são sessões musicais improvisadas, geralmente referentes ao gênero musical *Jazz*.

Figura 10 – Chamada para o Sarau Vira Lata e para o Duelo de Mc's na Ocupação da Câmara



Fonte: ASSEMBLEIA POPULAR HORIZONTAL, 2013.

Figura 11 – Sarau Vira Lata na Ocupação da Câmara



Fonte: MARIA OBJETIVA, 2013.

Figura 12 – *Jam Session* na Ocupação da Câmara



Fonte: MIDIA NINJA, 2013.

Figura 13 – Cozinha temporária na Ocupação da Câmara



Fonte: MARIA OBJETIVA, 2013.

Tais atividades perduraram por toda a madrugada, atraindo uma grande quantidade de pessoas para o local. Tratava-se de ações essencialmente táticas: pensadas de forma a criar situações frente às quais, no caso de uma repressão noturna, os policiais – não apenas pelo grande número de pessoas presentes, mas também pelo próprio caráter do que ali se realizava – não saberiam como reagir. Afinal, qual o sentido de se reprimir a "festa", a sessão de música improvisada, o sarau de poesia ou a cozinha coletiva? A "legitimidade" apresentada por tais atividades acabava por lhes tornar, assim, além de potentes, extremamente úteis.

Por meio delas – e tal aprendizado perpassa toda a experiência de A Ocupação – era possível, ainda que de forma incipiente, confundir o aparato de repressão, desorganizando símbolos e embaralhando, com isso, os papéis tradicionalmente estabelecidos (e, assim, naturalmente esperados) na relação polícia-manifestantes.

A esse respeito, Andrade pontua:

> ***Silvia:*** *– No primeiro dia a gente já falou, vamos preencher uma madrugada inteira, e a próxima, e quantas forem preciso, de shows, de atividades, pra que a gente fique seguro aqui dentro. E aí uma semana depois, outras reuniões do Comitê Popular de Arte e Cultura foram acontecendo, elas eram praticamente diárias, se não eram diárias eram um dia sim e um dia não (APÊNDICE A, p.315).*

Nos dias que se seguiram, outras atividades foram articuladas pelo Comitê. Oficinas de faixas, de cartazes, de teatro épico, aulas de yoga e de dança, cursos sobre auditoria, refeições coletivas, performances, dentre outras, surgiam de maneira mais ou menos desorganizada, a partir tanto das ideias ocorridas nas reuniões do grupo quanto da ativação das próprias redes de contato dos ocupantes. A "Comissão de Comunicação" – cuja composição coincidia, em grande medida, com a do próprio Comitê – atuava de forma a dar suporte em sua organização e divulgação.

A cozinha, em meio a esse processo, estabelece-se como importante ponto de confluência: é por meio das ações realizadas cotidianamente em torno ao fogão que muitos dos encontros ocorridos no ato se engendraram. Também as *jam sessions* configuraram, em meio ao processo, destacáveis focos de experimentação. Realizadas diariamente em torno ao piano, estas contribuíam fortemente para que o local do acampamento estivesse sempre repleto de pessoas[62].

[62] Dentre as apresentações assim realizadas destaca-se a ocorrida na noite de 30 de junho – registrada em vídeo e projetada, no último dia de ocupação, em uma tela estirada entre os mastros de apoio das três bandeiras localizadas no jardim da casa legislativa.

Para além dessas importantes atividades, destaca-se, ainda, a realização, durante o ato, de numerosas ações gráficas. No dia 2 de julho, por exemplo, em um relógio digital localizado na esquina da rua da Câmara, o grupo Nós Temporários esteve à frente de uma ação-chamado que consistiu em inscrever, com fita adesiva vermelha, um apelo à participação da população no movimento (Figura 14).

Figura 14 – Intervenção do coletivo Nós Temporários



Fonte: NÓS TEMPORÁRIOS, 2013.

Nesse processo, também o próprio espaço da Câmara foi inundado por uma série de cartazes, bandeirões e inscrições superficiais. Feitas, muitas vezes, paralalemante às discussões realizadas nas sessões da Assembleia Popular Horizontal, tais ações, além de dar a ver a multiplicidade de pautas contempladas pelos ocupantes – desmilitarização da polícia, luta pela "Tarifa Zero", reivindicações anti-copa, dentre outras – indicavam diversos atravessamentos entre o movimento e outros processos em curso, naquele momento, na cidade.

Como veremos adiante, o deslocamento do Bandeirão "ônibus sem catraca" – hasteado em meio ao jardim da Câmara durante os dias de ocupação (Figura 15) – até o Viaduto Santa Tereza, durante a realização de A Ocupação é um nítido exemplo deste

processo. A sua transposição, em cortejo, de uma ocupação a outra, configurou um gesto fortemente simbólico de conexão entre ambos os atos[63].

Figura 15: Bandeirão "ônibus sem catraca" na Câmara Municipal de Belo Horizonte



Fonte: MIDIA NINJA, 2013.

No que se refere aos pontos de confluência entre a Ocupação da Câmara e A Ocupação, um momento anterior ao de realização do cortejo entre um e outro movimento precisa, contudo, ser destacado. Trata-se da própria ocasião em que se decide, dentro desta primeira, pela realização da última: a Reunião Extraordinária da Assembleia Popular Horizontal – ocorrida no dia 2 de julho.

Na ocasião, os integrantes do Comitê Popular de Arte e Cultura e de cada um dos dez Grupos Temáticos que compunham, à época, a Assembleia Popular Horizontal, reuniram-se em meio ao jardim da Câmara, a fim de destacar pautas prioritárias dos Protestos a serem abarcadas, naquele momento, pelo grupo (Figura 16). Ora, foi justamente neste momento, especificamente nas discussões realizadas pelo Comitê, que, como descrito no texto publicado em 5 de julho na **Fanpage A Ocupação no Facebook** (ver Figura 04), que "O Evento", então previsto para realizar-se no baixio do Viaduto Santa Tereza pelo coletivo Família de Rua e os alunos da disciplina UNI 009 Cartografias Críticas da Escola de Arquitetura da UFMG – voltada para a análise dos possíveis efeitos gentrificatórios do programa urbanístico Corredor Cultural Praça da Estação – foi amplificado, dando origem a A Ocupação.

[63] Voltaremos a abordar este ponto no item 2.14 do presente trabalho.

Figura 16: Reunião do Comitê Popular de Arte e Cultura na Ocupação da Câmara em 2 de julho de 2013



Fonte: ASSEMBLEIA POPULAR HORIZONTAL, 2013.

Voltaremos a este ponto mais adiante. Antes disso é preciso desenredar as muitas linhas que aqui confluem. Referentes aos diversos *ambientes*, *atores* e *processos* pelos quais A Ocupação permeia, elas revelam que o ato, apesar de intrinsecamente conectado aos Protestos ocorridos em junho – e à Ocupação da Câmara, que é um de seus desdobramentos – abrange diversas outras pautas, algumas das quais lançadas muito antes de sua eclosão. De forma a fazer-nos compreender, propomos um recuo no tempo, mais especificamente ao início do ano de 2013, época em que o Programa Corredor Cultural da Praça da Estação, ao ser apresentado publicamente pela Fundação Municipal de Cultura, torna-se uma das principais pautas de discussão dos movimentos sociais e culturais da cidade.

2.3 Programa Corredor Cultural da Praça da Estação

O Programa "Corredor Cultural Estação das Artes", posteriormente denominado "Corredor Cultural da Praça da Estação"[64], havia sido instituído pela Fundação Municipal de Cultura de Belo Horizonte (FMC) ainda no fim de 2012. Criado com o intuito de

[64] Desde a sua apresentação inicial, o nome do programa sofreu diversas alterações. De "Programa Corredor Cultural Estação das Artes", este alterou-se, já nas primeiras reuniões públicas, para "Programa Corredor Cultural Praça da Estação" e, mais recentemente, para "Programa Zona Cultural Praça da Estação".

"potencializar o caráter cultural da região da Praça da Estação" (COMISSÃO DE ACOMPANHAMENTO, 2014, p.2) – área do hipercentro da cidade (Figura 17) na qual coexistiam, já à época, uma grande quantidade de equipamentos e manifestações culturais – ele configurava um terceiro, para além de outros dois eixos tratamento especial desenvolvidos pelo órgão em Belo Horizonte naquele momento – a saber, a viabilização da candidatura da Pampulha como Patrimônio Cultural da Humanidade e a restauração dos bens tombados da cidade.

Apesar de instaurado em 2012 é apenas em janeiro do ano seguinte, contudo, que tal Programa começa, de fato, a tomar forma. O motivo é o lançamento do PAC Cidades Históricas, linha do Programa de Aceleração do Crescimento do Governo Federal (PAC) voltada especificamente para a preservação de sítios históricos urbanos[65]. Concebida pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), tal linha de ação previa a destinação de 1,6 bilhão de reais a obras de restauração de edifícios e espaços públicos em 44 cidades do Brasil – dentre as quais Belo Horizonte. É, assim, com o objetivo de pleitear parte de tais recursos, que técnicos da Fundação Municipal de Cultura (FMC) dão início, em janeiro de 2013, ao desenvolvimento do projeto de revitalização que possibilitaria a "implementação" do referido Corredor Cultural.

O valor total do projeto foi estimado em 21,8 milhões de reais, mas a confirmação de que tais recursos seriam de fato concedidos pelo IPHAN por meio do PAC Cidades Históricas seria dada somente após a avaliação do Projeto Básico de Arquitetura. Este último, comissionado ao escritório belo-horizontino André Buarque Arquitetura, deveria, para tanto, ser enviado ao órgão até o mês de maio de 2013.

Contratado diretamente por uma construtora local, tal escritório de arquitetura não havia passado, contudo, por qualquer processo de licitação pública antes de sua seleção para a tarefa. A responsabilidade pelo seu comissionamento (e pagamento) havia sido delegada à construtora por decisão do Conselho Deliberativo do Patrimônio Cultural do Município, como contrapartida pela aprovação da construção de um edifício no Conjunto Urbano da Avenida

[65] "O Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), iniciado em 2007, é uma inciativa do governo federal coordenada pelo Ministério do Planejamento que promoveu a retomada do planejamento e execução de grandes obras de infraestrutura social, urbana, logística e energética do país. Em 2011, o PAC entrou na sua segunda fase, com o mesmo pensamento estratégico, aprimorado pelos anos de experiência da fase anterior, mais recursos e mais parcerias com estados e municípios. Em 2013, de forma até então inédita na história das políticas de preservação, o Ministério do Planejamento autorizou a criação de uma linha destinada exclusivamente aos sítios históricos urbanos protegidos pelo Iphan, dando origem ao PAC Cidades Históricas" (IPHAN, 2015, não paginado).

Barbacena, espaço que não matinha qualquer relação com a área do projeto em questão (BELO HORIZONTE, 2013)[66]. Frente a tal quadro, a utilização de instrumentos como licitações ou concursos públicos de arquitetura ficariam restritos às etapas seguintes do processo, a serem realizadas, contudo, somente se a proposta inicial apresentada pelo escritório fosse aprovada. Tais etapas, mais técnicas e portanto bem menos polêmicas do que a concepção inicial, referir-se-iam à execução do Projeto Executivo e à realização das obras – as quais deveriam ser concluídas, destacamos, antes da Copa do Mundo FIFA de Futebol 2014.

O projeto foi apresentado à sociedade civil por meio de duas Reuniões Públicas: a primeira, em 13 de março de 2013, "dirigida aos equipamentos e espaços culturais da Praça da Estação e entorno" (COMISSÃO DE ACOMPANHAMENTO, 2014, p.3), e outra, aberta ao grande público, no dia 21 de março de 2013. Ocorridas, respectivamente, no Museu de Artes e Ofícios e na sede da Fundação Nacional das Artes (FUNARTE), tais reuniões foram atravessadas por uma série de questionamentos e críticas.

Ora, a grande relevância que o espaço da Praça da Estação há muito havia adquirido na cena cultural e política da cidade – em virtude sobretudo das discussões ali levantadas em torno à necessidade da criação de formas mais democráticas de ocupação (e produção) de seus espaços públicos[67] – somada às diversas falhas observadas no projeto – referentes, principalmente, às restritivas possibilidades de participação nele conferidas à população – tornavam previsíveis os fortes embates presenciados nestas reuniões.

Antes de nos voltarmos a estes embates – os quais, como veremos ao longo do texto, mostrar-se-ão cruciais na articulação, em julho de 2013, de A Ocupação – propomos, contudo, um desvio por entre as diversas temáticas que haviam atravessado, até aquele momento, a história da área em questão. Faremos isso com o intuito de apresentar não apenas os espaços nela presentes, mas também os equipamentos e as manifestações culturais recentemente ali surgidos, como dispositivos necessariamente implicados nesse relevante processo de discussão do Programa.

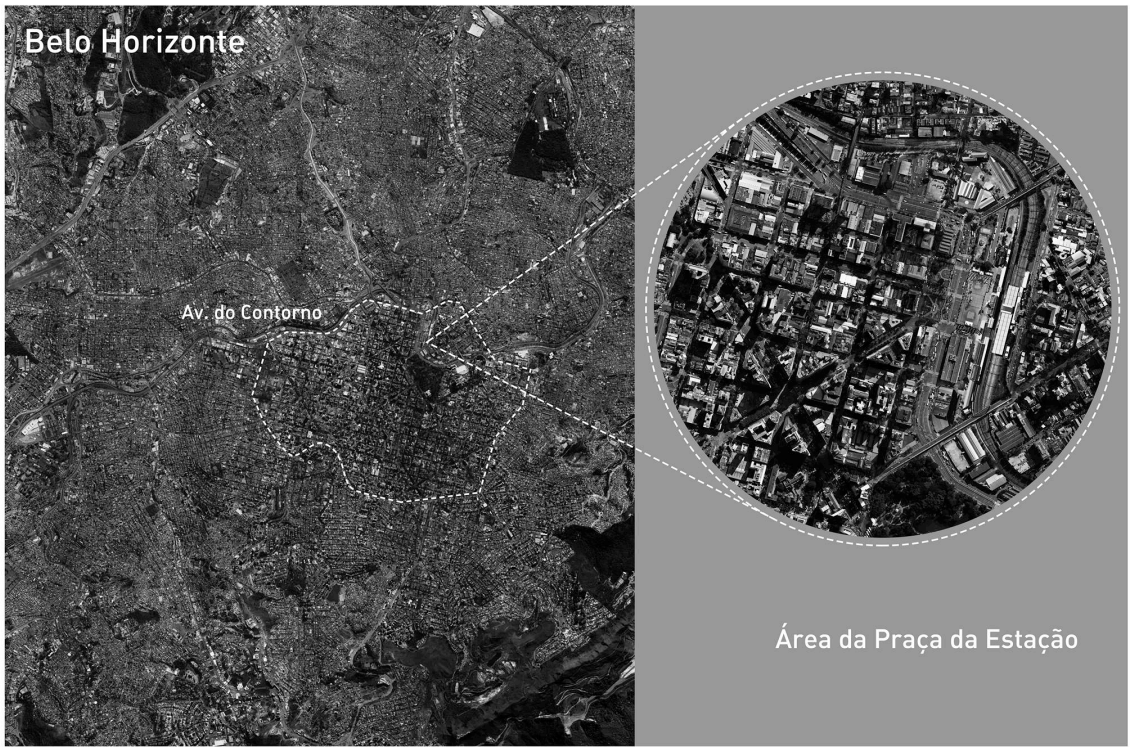
---

[66] Disponível em : <http://portal6.pbh.gov.br/dom/iniciaEdicao.do?method=DetalheArtigo&pk=1096059>. Acesso em : 5 ago. 2015.

[67] Ver item 2.6.

2.4 Conjunto Arquitetônico e Paisagístico da Praça da Estação

Figura 17: Mapa de Belo Horizonte com a área da Praça da Estação em destaque



Fonte: Própria autora[68]

A Praça Rui Barbosa (ou Praça da Estação, como é popularmente conhecida) situa-se às margens da antiga Estação Ferroviária de Belo Horizonte (Estação Central), na região central da cidade (Figura 17). Com sua construção iniciada em 1904, a Praça foi aberta ao público em 1914, recebendo, na ocasião, a designação de Praça Cristiano Otoni (GIFFONI, 2010). Nos anos seguintes a sua inauguração, o seu espaço passa, contudo, por uma série de modificações: dado o rápido desenvolvimento da cidade e a consequente incapacidade do antigo edifício da Estação Central em atender à crescente demanda de passageiros, é construída, em seu lugar, uma nova e mais moderna edificação, inaugurada em 1922. Além disso, em 1924, após sofrer uma série de intervenções de cunho urbanístico, a Praça Cristiano Otoni tem seu nome alterado para Praça Rui Barbosa (GIFFONI, 2010).

Pelo fato de constituir passagem obrigatória a todos os que chegavam ou saiam da cidade, o espaço tornou-se, neste período, além de ponto de confluência de grupos sociais bastante heterogêneos, uma sorte de centralidade política, econômica e simbólica da cidade

[68] A imagem foi co-produzida, no âmbito do Grupo de Pesquisa Indisciplinar, a partir da colaboração da pesquisadora Marília Pimenta.

(ARROYO apud GIFFONI, 2010).

Tal situação muda de figura apenas na década de 1950, quando, segundo Giffoni (2010), tem início o que poderíamos qualificar como a *segunda fase* da história da Praça, na qual ela assume um *papel secundário* nas dinâmicas da cidade. Com base nas ideias apresentadas por Arroyo (2004), a autora argumenta que tal fato deve-se, em grande medida, à implantação, em 1950, de 12 mil quilômetros de malha rodoviária em Minas Gerais. Tal operação, realizada pelo recém criado Departamento de Estradas e Rodagem do estado (DER/MG), teria favorecido enormemente, segundo ela, a utilização do transporte rodoviário, gerando, com isso, uma forte limitação no uso da Estação Central. Nas palavras de Arroyo:

> No final dos anos 60 os ônibus passam a ser mais utilizados, concentrando para o ramal férreo o transporte de mercadorias e manufaturas e de alguns trens que ligavam BH a cidades próximas como Sabará e Rio Acima. Assim, a Estação Central enfraquece seu caráter de centralidade em relação à cidade (ARROYO apud GIFFONI, 2010, p. 34).

Ao efeito gerado pelo esvaziamento do edifício da Estação somou-se, ainda, aquele causado pelo deslocamento, no fim da década de 1940, das indústrias situadas no entorno da Praça para a Cidade Industrial – criada no município de Contagem para funcionar como polo de desenvolvimento econômico da capital. Com isso, muitos dos antigos galpões localizados na área foram abandonados, e o espaço da Praça, sem investimentos por parte do governo municipal, acabou conduzido a um processo de deterioração.

Segundo Giffoni (2010), essa condição secundária do espaço veio a se alterar apenas na década de 1980, com a implementação do Sistema de Transporte Coletivo da Região Metropolitana de Belo Horizonte e do Trem Metropolitano (metrô de superfície) na cidade. Com isso, foram instalados um Terminal de ônibus na rua Aarão Reis e uma estação do Metrô de Superfície na Praça da Estação, equipamentos que trouxeram, para a área, um significativo dinamismo.

Tal feito, contudo, apesar de fazer com que a condição de "espaço de passagem" do local fosse retomada, desencadeou, segundo a autora, alguns impactos: os estabelecimentos comerciais ali presentes, além de passarem a coexistir com diversas formas de comércio informal, modificaram-se de forma a atender os grupos de baixo poder aquisitivo que por ali passaram a transitar. A esse respeito Jean Cássio Lima e Marcela Amorim acrescentam:

> Com a valorização do automóvel pela classe média, esses terminais [de ônibus] se destinavam principalmente ao circuito inferior da economia. Sem investimentos e

> pouco atrativa para o circuito superior, a praça passou a ser percebida como uma área degradada da cidade (LIMA; AMORIM, 2014, p.942).

Frente a esse quadro é curioso percebermos como o descaso, por parte do poder público municipal, com relação à área, coincide com a sua conformação como espaço voltado para setores de baixo poder aquisitivo da população. Nessa perspectiva, parece-nos preciso olhar com desconfiança para esse dito "caráter degradado". Em outras palavras, urge questionarmos até que ponto a "falta de investimentos públicos" no local não configuraria, na realidade, mais uma expressão de um processo mais amplo: a adoção de uma conduta, em meio à produção dos espaços públicos da cidade, notadamente voltada para a primazia de locais potencialmente atrativos aos setores mais abastados da população – e, assim, mais propensos a aportar possíveis lucros aos agentes do mercado imobiliário local.

Ora, tal situação de descaso parece ter sido endossada, ainda, por outro fator igualmente preocupante. A partir de uma nítida priorização de intervenções estruturais relativas ao transporte (consonantes com os princípios desenvolvimentistas então em voga), o poder público municipal parecia conceder pouca ou nenhuma importância aos espaços e edifícios que, situados na Praça, seriam utilizados como locais de vivência coletiva pela população. Esta situação pode ser observada, por exemplo, no movimento de transformação da esplanada da Praça em estacionamento para veículos particulares – fato que, segundo Arroyo (apud GIFONNI, 2010), reforçou "a não apropriação destes enquanto lugares de convívio" (ARROYO apud GIFONNI, 2010, p.35) – e no próprio processo de instalação, no local, da Estação Central do Metrô de Superfície da cidade – o qual parecia esboçar-se na Prefeitura sem grandes preocupações referentes aos impactos que acarretaria às condições espaciais da área.

Ora, este último gerou grande indignação por parte dos arquitetos e urbanistas da cidade, os quais chegaram a articular, em resposta, o congresso "I Encontro pela revitalização do Conjunto da Praça da Estação". Atenhamo-nos, ainda que brevemente, a este processo.

*

Organizado pelo departamento de Minas Gerais do Instituto dos Arquitetos do Brasil IAB/MG em 1981, tal encontro tinha por objetivo, segundo documentação emitida pela PLAMBEL (Planejamento da Região Metropolitana de Belo Horizonte):

> [...] sensibilizar a opinião pública e os responsáveis pelos planos e projetos a serem executados naquele local, de modo que as intervenções necessárias se fizessem em estrito respeito às características paisagísticas e arquitetônicas do Conjunto, com a conseqüente valorização de suas importantes funções sociais em nosso contexto urbano, principalmente a de ponto de grandes concentrações populares (CONJUNTO URBANO DA PRAÇA DA ESTAÇÃO DE BELO HORIZONTE, 1981, sem paginação).

Segundo André Miranda (2007), o evento foi financiado pela Fundação Roberto Marinho[69] e reuniu órgãos como o IAB-MG (representado pela comissão "Grupo de Defesa do Patrimônio Natural e Cultural"), a Escola de Arquitetura da Universidade Federal de Minas Gerais (representada pela professora Suzy de Mello), a PLAMBEL e a METROBEL.

Quanto ao seu conteúdo, parece-nos especialmente relevante o fato de que é em tal ocasião que, pela primeira vez, lança-se – *como forma de sensibilização* da população à necessidade de se *preservar o conjunto arquitetônico da Praça da Estação* – a ideia da área como um possível "*espaço de cultura*" (GIFFONI, 2010). Segundo Miranda (2007):

> Moções foram propostas no sentido de montar uma Comissão que funcionaria como uma Câmara Consultiva, que acompanhasse todos os processos de intervenção em áreas de interesse para preservação. Esta comissão seria integrada por órgãos públicos, de planejamento e execução de obras, pela Escola de Arquitetura, IAB e outras entidades civis. No caso da Praça da estação, foi sugerido que os prédios a serem preservados, na medida do possível, *fossem transformados em centros de atividades culturais*; que o paisagismo da Praça da estação, já alterado, fosse feito apenas com espécies nativas e, principalmente fosse constituída a Comissão Municipal de Tombamento, sob a presidência do Secretário Municipal de Cultura, Turismo e Esportes, além da criação da Fundação Municipal de Cultura (MIRANDA, 2007, p.68, grifos nossos).

Tal aspecto havia sido explicitado, também, no próprio discurso realizado pela arquiteta Suzy de Mello durante o Congresso:

> Para definir com maior clareza a importância da Praça da Estação no contexto urbano de Belo Horizonte, é fundamental o estabelecimento de alguns critérios básicos quanto à sua significação cultural. E, para tanto, é essencial esclarecer também alguns conceitos que se impõem para uma discussão mais objetiva do problema e que dizem respeito às acepções da palavra *cultura*, que abrange dois territórios inconfundíveis, como ensina Afonso Arinos de Mello Franco, em seu ensaio "Cultura e Nação" e que são o espírito humano e a sociedade humana (MELLO, 1981, não paginado, grifo nosso).

Em sua fala, Mello destaca a importância de se preservar, além do próprio espaço da praça – o qual, segundo ela "deve ser recuperado em proveito de uma parte importante da

[69] A Fundação Roberto Marinho é uma instituição privada, sem fins lucrativos, criada em 1977 no âmbito das Organizações Globo (hoje Grupo Globo) o maior conglomerado de mídia do Brasil.

população que ali poderia reencontrar novas formas de usufruir a cidade" – também algumas edificações situadas em seu entorno. Dentre estas, o prédio da Estação Central recebe especial atenção. Em suas palavras:

> (…) ainda que visualmente poluída por "out-doors" e pelo comércio desorganizado que a circunda, destaca-se – sem sombra de dúvida – o prédio da Estação, com proporções de extrema elegância e linhas de indiscutível leveza. Negar-lhe valor como obra de arquitetura seria o mesmo que duvidar das construções de Paris, inspiradas pelo talento de Haussmann e também neoclássicas (MELLO, 1981, não paginado).

Em linhas gerais, a situação da Praça é analisada por Mello de maneira a justificar, principalmente por meio de fatos históricos e características arquitetônicas, a "ampla significação sociológica" do conjunto para o contexto histórico e cultural da cidade. Dadas essas condições, a arquiteta pontua que o "comprometimento da área da praça" para a instalação de "novos sistemas de transporte de massa da população" seria algo "inapelável e inadmissível".

No que se refere às propostas por ela sugeridas, no entanto, pode-se perceber que, além de fortemente baseadas na ideia de "revitalização" (necessidade de implantação de "nova vida" ao local, como se os tipos de apropriações existentes não fossem satisfatórios) – palavra que, inclusive, dá nome ao Congresso – estas tomavam como modelo experiências internacionais implantadas em contextos notadamente diversos daqueles observados na cidade de Belo Horizonte à época. A primeira pontuação pode ser exemplificada por meio da própria consideração, feita pela arquiteta, de que a praça encontrava-se visualmente "poluída" e circundada por um comércio "desorganizado" – expressões que dão a ver a percepção negativa que se tinha do tipo de apropriação, e das próprias formas de cultura existentes no espaço. Quanto à segunda pontuação, além da alusão feita à Paris no texto acima transcrito, destaca-se a comparação proposta pela arquiteta entre a situação da Praça da Estação e aquela da *Grand Central Station*, de Nova York. Segundo Mello, a estação nova-iorquina configuraria um exemplo bem sucedido porque, além de manter as características originais de terminal rodoviário, continha, também, espaços de lazer frequentados pelos habitantes da metrópole.

Parece-nos importante, contudo, além de propor uma crítica ao processo de padronização baseado em modelos arquitetônicos e urbanísticos internacionais, lançar questionamentos referentes ao tipo de "espaços de lazer" ou de cultura que se estava pensando em implantar no caso da Praça da Estação e, a quem, de fato eles se endereçariam –

considerando as (notadamente diversas) condições socioeconômicas apresentadas por Belo Horizonte e Nova York.

Para além desses questionamentos, e apesar desses aspectos ainda retrógrados observados em meio ao processo, é importante reconhecermos, contudo, que o evento tem o notável êxito de mobilizar a população no sentido de questionar a forma pouco inclusiva com que o Poder Público pretendia realizar as intervenções no local e, nesse sentido, a iniciativa dos arquitetos e o próprio caráter preservacionista de suas reivindicações parecem configurar aspectos notadamente de resistência.

Com efeito, conforme texto incluído no Guia dos Bens Tombados (IEPHA/MG, 2014), o encontro, "mesmo que talvez não tão popular" se comparado às manifestações que historicamente ocorriam na praça[70], inaugurou um "*movimento social urbano local*" capaz de apontar para a necessidade de uma maior participação da população nas decisões do governo municipal para o território em questão.

> Capitaneado pela sociedade civil organizada, o movimento reivindicava por processos mais democráticos de decisão e tinha na preservação um pressuposto do planejamento urbano e da melhoria da qualidade de vida. E, de imediato, conseguiu reverter a decisão do poder público de ali se instalar um complexo viário levando à demolição de grande parte do acervo arquitetônico como se planejava. Além disso, chamou a atenção da esfera pública para a importância da Praça para Belo Horizonte, culminando com o seu tombamento em 1988 (IEPHA/MG, 2014).

O tombamento, em 1988, do "Conjunto Arquitetônico e Paisagístico da Praça da Estação" (Figura 18) pelo Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais (IEPHA/MG), configura, nesse sentido, uma relevante conquista.

[70] Tal crítica refere-se, provavelmente, ao fato de os seus debates terem envolvido sobretudo arquitetos e técnicos especializados.

Figura 18 – Conjunto Arquitetônico e Paisagístico da Praça da Estação[71]



FONTE: Própria autora[72]

[71] Devido ao escopo deste trabalho, não incluímos as Casas Particulares inseridas no documento de Tombamento.

Apesar disso deve-se salientar que a questão do Patrimônio nem sempre parece ter sido tomada, no espaço da Praça, a partir deste viés "social" ou inclusivo. Com efeito, em momentos posteriores de sua história, há situações nas quais, de forma diversa, tal temática parece ter sido pensada mais como estratégia de valorização econômica da área do que propriamente de atendimento aos interesses daqueles que, de fato, a frequentavam e habitavam.

A esse respeito, ainda no texto de Miranda (2007), lê-se:

> Em 2000 a diretoria do IAB-MG voltaria a chamar a atenção para a Praça da Estação no sentido de promover a apropriação da região por outras classes sociais que não as então estabelecidas (população de baixa renda), com iniciativas voltadas a diversificação do uso dos prédios do entorno da Praça (MIRANDA, 2007, p.171).

De forma a buscar pistas sobre os processos envolvidos nessa tentativa de "diversificação do uso" dos edifícios da área, bem como sobre os interesses políticos e econômicos neles presentes, concentremo-nos, a seguir, ao estudo dos espaços culturais institucionais surgidos nas imediações da Praça da Estação a partir de 1989.

2.5 Equipamentos Culturais Institucionais

Segundo Lima e Amorim (2014), a última década do século XX marcaria uma transição no caráter da Praça. De "espaço decadente" esta se transformaria, segundo eles, em local notadamente voltado para a cultura. Em suas palavras, a partir daquele momento:

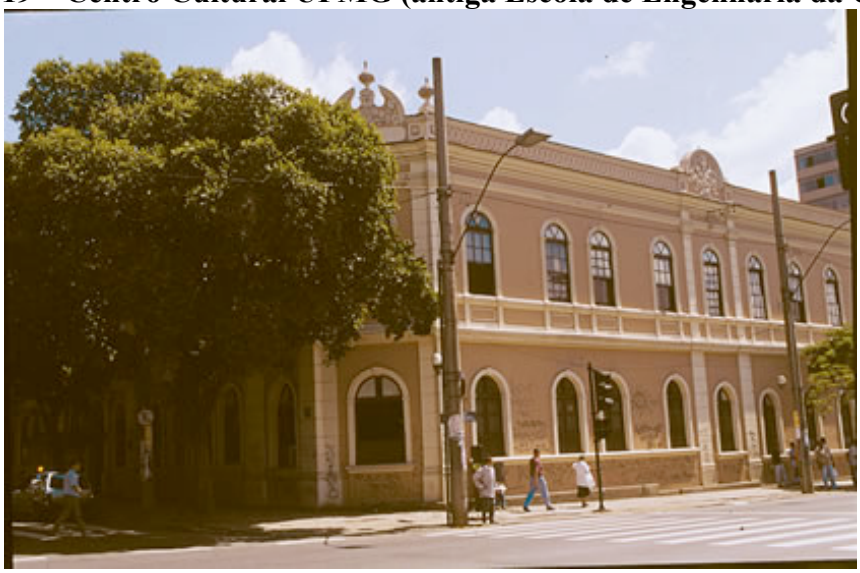
> (…) a praça volta a receber investimentos que visam sua revitalização, transformando praticamente todos os equipamentos de seu entorno em espaços com agendas culturais com vistas a atrair novamente o circuito superior da economia ao baixo centro, através da mercantilização daquele espaço (LIMA; AMORIM, 2014, p.950)

Vejamos como se deu esse processo a partir da abordagem de seis equipamentos culturais institucionais surgidos, à época, no espaço: o Centro Cultural UFMG, a sede do Programa Miguilim (que daria lugar, em 2012, ao Centro de Referência da Juventude), a Serraria Souza Pinto, a sede da Fundação Nacional das Artes (FUNARTE), o Museu de Artes e Ofícios e o Centro Cultural CentoeQuatro.

[72] A imagem foi co-produzida, no âmbito do Grupo de Pesquisa Indisciplinar, a partir da colaboração da pesquisadora Marília Pimenta.

Dentre estes, o primeiro a surgir na área foi o Centro Cultural UFMG, inaugurado, ainda em 1989, no antigo edifício da Escola de Engenharia da UFMG (Figura 19). Tal prédio, construído em 1906 para funcionar como um hotel, e transformado, antes mesmo de sua inauguração, em Batalhão da Brigada Policial, transformou-se em sede da Escola Livre de Engenharia em 1911 e, em 1927, na Escola de Engenharia da recém-fundada Universidade de Minas Gerais – sendo as obras de implantação do Centro Cultural UFMG iniciadas apenas em 1986 (Figura 19).

Figura 19 – Centro Cultural UFMG (antiga Escola de Engenharia da UFMG)



Fonte: REVISTA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS, 2005.

Após um amplo trabalho de restauração, o local passa, assim, a abrigar atividades como espetáculos de música, oficinas, mostras de filmes, apresentações de teatro, dança e performance. O caráter de suas ações – realizadas em relação direta com a universidade e acessíveis, em sua maioria, gratuitamente ou a preços populares – apesar de ter atraído um grande número de jovens universitários para a área, não parece ter gerado, contudo, ao menos à princípio, impacto notável no que se refere ao processo, sugerido no texto de Miranda (2007) e de Lima e Amorim (2014), de enobrecimento, por assim dizer, do público que a frequentava. Com efeito, tal tentativa parece ter se feito sentir com mais intensidade nos anos 2000, com a implantação, no local, da Serraria Souza Pinto e do Museu de Artes e Ofícios.

*

Antes dessa data, contudo, ainda no ano de 1995, a Prefeitura de Belo Horizonte lança

– em um ato bastante sintomático da tentativa de alteração do caráter da área – um concurso de projetos urbanísticos voltados especificamente para a "re-vitalização" de seus espaços.

De autoria dos arquitetos Flávio Grillo, José Eduardo Beggiato e Edwiges Leal, a proposta vencedora do referido concurso indicava, de fato, uma série de pontos voltados para a sua transformação em espaço voltado para a cultura: nele estavam previstos a construção de uma ampla esplanada destinada à realização de atividades culturais e de lazer, a "revitalização" da Praça ("através de adoção privada") e o recobrimento do leito do Ribeirão Arrudas entre os viadutos Santa Teresa e da Floresta (Figura 20).

Figura 20 – Cronograma da reestruturação da Praça da Estação



Fonte: GIFFONI, 2010.

Por falta de verba do governo municipal, contudo, a proposta de intervenção não pôde, à época, efetivar-se. É apenas em 2003, na gestão do prefeito Fernando Pimentel, que algumas de suas propostas serão retomadas. Na ocasião será realizado um amplo trabalho de reformulação espacial da área – e em específico da região adjacente ao (então em construção) Museu de Artes e Ofícios – o qual abordaremos mais adiante.

*

Antes disso, atenhamo-nos a um fato ocorrido na área ainda em 1993. Trata-se da implantação, em um edifício lindeiro à Praça da Estação, do Centro de Referência à População de Rua (CREAS POP)/Programa Miguilim.

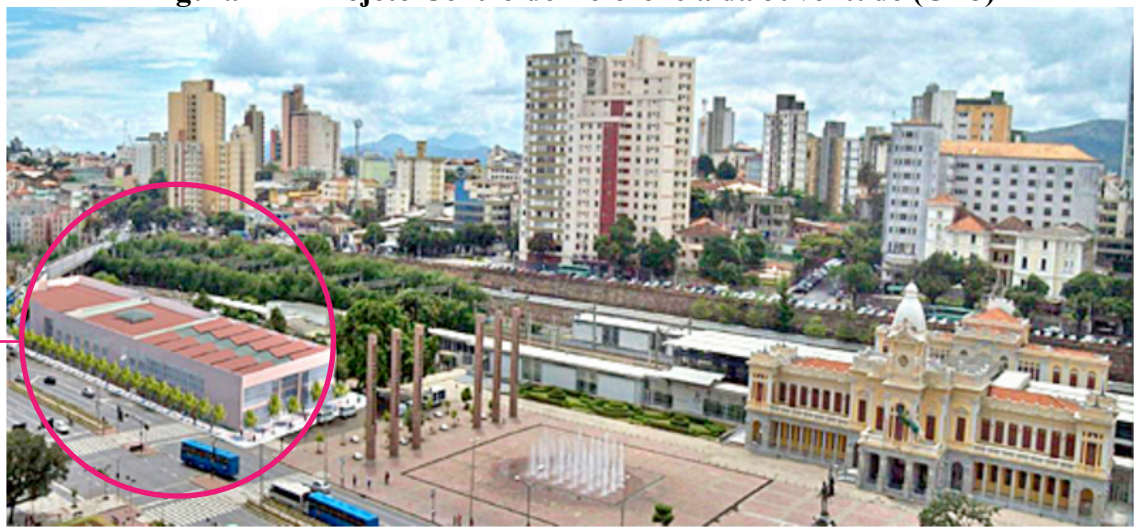
O Miguilim nasce por iniciativa da sociedade civil, mais especificamente da Frente de Defesa das Crianças e Adolescentes de Minas Gerais[73], e é, em 1993 (durante a gestão do prefeito Patrus Ananias), implantado como política de ação pela Prefeitura de Belo Horizonte. Tal fato, além de diferenciar o Programa dos demais equipamentos culturais institucionais aqui abordados, mostra-se relevante no sentido de dar a ver que o processo de incorporação, por parte da Prefeitura, de iniciativas populares, já encontrou momentos de grande êxito. Concentremo-nos, pois, ao seu funcionamento.

Criado especificamente para a assistência de crianças e adolescentes em situação de rua, o Miguilim teve como escopo inicial garantir a estes meninos e meninas "o direito à cidadania" (FUNDAÇÃO PERCEU ABRAMO, 2006). Para tanto, o Programa vem promovendo uma série de atividades culturais, artísticas, profissionalizantes e pedagógicas, por meio das quais mostrou-se capaz de gerar efetivas melhorias nas condições de vida das crianças e adolescentes em situação de rua de Belo Horizonte, e – ainda que de forma incipiente – contribuir para a experimentação de um novo modelo de tratamento a este setor no contexto das políticas públicas da cidade. Com efeito, de acordo com dados da Fundação Perseu Abramo (2006), entre janeiro e julho de 1997, o Programa atendeu 893 crianças e adolescentes, alcançando uma média de 24 casos nos quais as crianças retornaram as suas famílias. Além disso, segundo a Fundação, entre 1993 e 2006, mais de 400 adolescentes haviam sido encaminhados a oportunidades empregatícias.

Em meio a essas notáveis conquistas, observa-se, contudo, uma brusca ruptura: em dezembro de 2012, ocorre, sem aviso prévio ou participação dos atores assistidos, a transferência da sede do Programa a um novo endereço (ONG PACTO et al. 2014). Tal medida havia sido motivada pela construção, no terreno ocupado pela antiga sede do Programa, do Centro de Referência da Juventude (CRJ) – edificação que integraria, conforme mencionaremos adiante, o Programa Corredor Cultural Praça da Estação (Figura 21).

[73] A Frente de Defesa das Crianças e Adolescentes de Minas Gerais é um movimento social voltado para a luta pela cidadania de crianças e adolescentes, surgido em 1988.

Figura 21 – Projeto Centro de Referência da Juventude (CRJ)



Fonte: PREFEITURA DE BELO HORIZONTE, 2014.

Ora, o fato de o terreno ocupado pelo Miguilim situar-se em local estratégico da Praça da Estação (à época já restaurada e consolidada como um dos principais pontos de interesse turístico da cidade) o tornava peça chave no processo de requalificação da região: a necessidade de substituir o prédio por outro mais "moderno", que não destoasse, por assim dizer, do novo caráter que ali se intentava imprimir, parecia latente. De fato, conforme explicita Antonio Anastasia, então governador do Estado de Minas Gerais (instância parceira da Prefeitura de Belo Horizonte na construção do espaço): "estamos, através desse projeto, participando cada vez mais da revitalização da área central de Belo Horizonte, o que gera mais segurança, mais valor e qualidade de vida para todos. O Centro de Referência se tornará um prédio magnífico, de muito bom uso" (PORTAL DO GOVERNO DE MINAS GERAIS, 2012). Resta-nos saber a quem de fato, tais benefícios se endereçariam, já que, como alega o "Fórum da Juventude da Grande BH" (2012), o projeto vinha sendo realizado de maneira pouco transparente, e não havia incluído, em seu escopo, um trabalho de escuta apurada dos jovens da cidade com relação as suas necessidades e expectativas (FORUM DA JUVENTUDE, 2012).

Além disso, no que se refere aos efeitos gerados, por sua implantação, no âmbito do Programa Miguilim, lê-se, em Carta Aberta realizada por doze entidades da cidade[74]:

[74] A referida Carta Aberta foi escrita em julho de 2014, como forma de reivindicação pelo fechamento do Miguilim em 24 de março daquele mesmo ano. Assinam a carta: a Ong Pacto (Desenvolvimento Social e Pesquisa), o Fórum das Juventudes da Grande BH, o Fórum Mineiro de Direitos Humanos, a Família de Rua, as Brigadas Populares MG, o Programa Pólos de Cidadania/UFMG, o Movimento Nacional de População de Rua, o Instituto Pauline Reichstul, a Frente Mineira sobre Drogas e Direitos Humanos, o Conselho Regional de Psicologia/CRP, o Conselho Regional de Serviço Social e a Rede de Educação Cidadã (RECID). Disponível em:

> No dia 21 de dezembro de 2012, às vésperas do feriado de Natal, o CREAS POP [Miguilim] foi retirado do espaço que ocupava desde que foi inaugurado, no coração da Praça da Estação, para dar lugar à um Centro de Referência da Juventude (CRJ). Tal Centro, cujo projeto foi realizado e está sendo construído, não contou com a participação e aprovação da juventude da cidade, conforme relato do Fórum das Juventudes e sequer foi apresentado à cidade. A obra vem crescendo a todo vapor – inclusive descaracterizando a região central da cidade – e até aqui não se tem clareza sobre o conceito do projeto, a quem se destina ou mesmo a que demandas atende. Para que a construção do CRJ se efetivasse, o Miguilim foi levado a um novo endereço, na Avenida do Contorno (bairro Floresta), sem passar por qualquer reestruturação ou investimento. Ao contrário, mudou-se para um espaço muito menor e mais distante do centro da cidade, o que comprometeu significativamente o acesso das crianças e adolescentes que frequentavam o espaço cotidianamente, inclusive em função das territorialidades que elas próprias criam, em sua vida nas ruas (...) (ONG PACTO et al. 2014, não paginado).

As controvérsias que permeiam tal processo parecem compor um quadro bastante sintomático, não apenas da condição de vulnerabilidade vivida pelos setores marginalizados da população no local, mas também do quão conflitantes as suas dinâmicas cotidianas apresentavam-se com relação aos novos públicos e usos (notadamente turísticos e culturais) pensados para o espaço. Nesse sentido, lê-se também, na Carta Aberta:

> Em junho de 2013, exclusivamente no período de realização da Copa das Confederações no Brasil, com alguns jogos em Belo Horizonte, o Miguilim passou por outra transformação significativa: ao invés de funcionar nos horários padrões já conhecidos pelo público frequentador, foi levado de volta à Praça da Estação (dessa vez no Edifício Central) atendendo, em esquema de plantão, às crianças e aos adolescentes que estivessem circulando desacompanhados dos responsáveis legais (público diferente daquele a que se destina esse equipamento). Uma aparente improvisação que, segundo entendemos, relaciona-se ao grande evento (ONG PACTO et al. 2014, não paginado)[75].

*

Em 1999, outro fato emerge como importante marco no processo de transformação da referida área em espaço cultural: o edifício da antiga Serraria Souza Pinto – que integrava, desde 1997, o patrimônio do governo do Estado (ESTADO DE MINAS, 1994) – passa a ser administrado pela Fundação Clóvis Salgado, uma entidade de direito público, vinculada à Secretaria de Cultura de Minas Gerais, criada em 1970 com o objetivo específico de administrar o Palácio das Artes (equipamento cultural localizado na região central,

<http://forumdasjuventudes.org.br/grupos-e-entidades-de-bh-lancam-carta-aberta-sobre-o-fechamento-do-miguilim-espaco-para-criancas-e-adolescentes-em-situacao-de-rua/>. Acesso em: 20 jul. 2015.

[75] É importante salientar que a Praça da Estação havia sido o local da cidade escolhido para a realização do evento *FIFA FanFest* durante a Copa das Confederações 2013 e Copa do Mundo FIFA 2014, ou seja, um local no qual se concentraria grande quantidade de turistas.

tradicionalmente frequentado por setores de alto poder aquisitivo da cidade)[76]. Ora, não por acaso a condição de tal edificação era claramente diversa daquela apresentada pelos demais edifícios da região no início dos anos 2000. Como explicitam Lima e Amorim (2014):

> Um caso diferente entre as edificações que hoje recebem equipamentos culturais no entorno da Praça da Estação é a Serraria Souza Pinto. Ao contrário dos demais prédios do conjunto arquitetônico que estavam deteriorados e com pouca (ou nenhuma) atratividade para o circuito superior da economia no final da década de 1990 e início dos anos 2000, a Serraria Souza Pinto recebe investimentos para manutenção de sua arquitetura e eventos de grande porte, em sua maioria requintados e direcionados ao público de alto poder aquisitivo (LIMA; AMORIM, 2014, p.947)

O edifício, inaugurado em 1913 para abrigar a primeira serraria da cidade, havia sido, à época de sua transferência para o Governo do Estado, restaurado e adaptado em um minucioso trabalho comandado pelo IEPHA/MG [77] (Figura 22). Em 1999, sob a administração da Fundação Clóvis Salgado, os seus cinco mil metros quadrados de área passaram a abrigar diversos tipos de evento – em sua maioria grandes festas particulares, congressos, feiras e eventos empresariais. O tipo de apropriação observada na edificação contrastava, assim, nitidamente com aqueles verificados nas áreas lindeiras e, em especial, no baixio do Viaduto Santa Tereza, localizado logo a sua entrada.

Área tradicionalmente ocupada pela população de rua, por vendedores ambulantes e demais setores marginalizados da população, tal espaço havia passado, naquele mesmo ano, por um processo de reestruturação. Com a referida reforma, o local recebeu, especificamente em sua porção adjacente à entrada da Serraria Souza Pinto, um palco, uma arquibancada e uma pista de dança (JAYME; TREVISAN, 2012) – equipamentos que, como veremos adiante, serão amplamente utilizados, na década seguinte, pelo Duelo de Mc's e pelo coletivo Família de Rua – gerando formas de apropriação diversas, mas ainda nitidamente contrastantes se comparadas àquelas observadas na Serraria Souza Pinto[78].

---

[76] A respeito da atuação da Fundação Clóvis Salgado na cidade de Belo Horizonte discorremos também em: BERQUÓ, Paula. **Arte, arquitetura e território: a experiência cultural no espaço urbano**. (Monografia). Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais, 2013.

[77] Para mais informações, cf. PORTAL DO GOVERNO DE MINAS GERAIS. Espaços Culturais. **Serraria Souza Pinto**. Disponível em: <http://fcs.mg.gov.br/espacos-culturais/serraria-souza-pinto//> Acesso em: 15 ago. 2015.

[78] Tal questão será abordada no item 2.6 deste trabalho.

Figura 22 – Serraria Souza Pinto após restauração



Fonte: PORTAL PBH, 2011.

*

Em 2000, o Instituto Cultural Flavio Gutierrez (ICFG), uma entidade privada sem fins lucrativos, anuncia a implantação, nos edifícios da Estação Central e da Estação Oeste de Minas, do Museu de Artes e Ofícios. As obras para adaptação dos prédios ao museu, destinado a abrigar um amplo acervo de obras referentes ao período pré-industrial do país, começaram em 2001. Neste mesmo ano, a Prefeitura de Belo Horizonte havia realizado o "Fórum Quatro Estações", ocasião na qual, segundo Giffoni (2010), foi elaborado – além de um Plano Diretor para a Praça da Estação e toda a área situada entre o Parque Municipal e o Terminal Rodoviário de Belo Horizonte – uma Operação Urbana[79] por meio da qual estabeleceu-se que a Prefeitura Municipal poderia, em parceria com empreendedores particulares, modificar as normas de parcelamento, ocupação e uso do solo previstas legalmente para as áreas em questão. Ainda segundo a autora, foi por meio de tal Operação que o prédio da Estação Central e da Estação Oeste de Minas puderam ser cedidos, em regime de comodato, ao ICFG.

[79] Como vimos na Introdução do presente trabalho, a "Operação Urbana Consorciada (OUC) é um instrumento de planejamento urbano previsto no Estatuto da Cidade (Lei Federal n° 10.257/2001) que tem por finalidade promover transformações urbanísticas estruturais, melhorias sociais e valorização ambiental em áreas urbanas definidas pelo Plano Diretor Municipal" (p. 20-21).

Inaugurado em 2005 após um minucioso trabalho de restauração, o museu foi aberto oficialmente ao público em janeiro de 2006 (MUSEU DE ARTES E OFICIOS, 2015). Sua estrutura imponente, tornava-o, indubitavelmente, o elemento mais destacado da praça (Figura 23) – ocupada, à época, por pequenos equipamentos voltados para o comércio popular. Suas atividades (junto àquelas promovidas pela Serraria Souza Pinto) acarretaram, também, alterações no caráter do público do espaço, que passou a atrair, além de um significativo contingente de turistas (nacionais e internacionais), representantes de setores populacionais mais abastados da população ("classe A e B")[80]. A esse respeito, Lima e Amorim comentam (2014):

> De acordo Gustavo Bones do Grupo Espanca, e Alice de Mello do Centro Cultural da UFMG, o Museu de Artes e Ofícios é o equipamento no qual a prefeitura e a mídia mais investem na região. Nas palavras de Alice de Mello, entre os equipamentos culturais, ele é o 'primo rico da região' e para Gustavo Bones é visível a intenção da Prefeitura Municipal em transformar a rua Aarão Reis em uma 'varanda do museu', através de uma proposta de se retirar os pontos de ônibus e de se instalar bares mais sofisticados na região (LIMA; AMORIM, 2014, p.944-945).

Figura 23 – Museu de Artes e Ofícios (antiga Estação Central)



Fonte: MUSEU DE ARTES E OFICIOS, 2015.

O Museu de Artes e Ofícios parece surgir, assim, junto à Serraria Souza Pinto (situada

[80] A esse respeito, Gabriela Araújo Batista (Assistente Coordenação do Setor Educativo do Museu de Artes e Ofícios) em entrevista a Iomara Giffoni (2010), relata: "no final de semana, no sábado, vamos dizer que é o público alvo, é o dia de graça, que dá 600 pessoas, 400 pessoas, 300 pessoas, trabalhadores que vem. Esse é o público alvo do museu. E no domingo é o público, mais digamos, selecionado, público de classe A, B". (GIFFONI, 2010, p. 127).

na extremidade sul da rua Aarão Reis), de forma a sinalizar as características formais, o tipo de público e as próprias formas de apropriação que qualificariam o "Corredor Cultural" que então paulatinamente se anunciava para a área. Com efeito, a Prefeitura, que nos anos anteriores havia alegado falta de verba para a restauração dos espaços públicos presentes no local, parecia juntar esforços, na primeira década do ano 2000, no sentido de os tornarem propícios à implantação de um tal caráter.

*

Exemplo disso é a reforma empreendida pelo órgão no espaço no ano de 2003 (e, portanto, em meio ao período de implantação do MAO). O projeto – que retomava alguns pontos da proposta vencedora do concurso de arquitetura realizado em 1995 – previa, dentre outras medidas, a transformação da área situada em frente à Estação Central-Museu de Artes e Ofícios, então utilizada como estacionamento para veículos, em uma espécie de esplanada.

Para isso, placas de concreto seriam instaladas em toda a extensão do piso da Praça (abrangendo uma área de doze mil metros quadrados) e dois conjuntos de torres de iluminação e fontes de piso seriam implantados em suas duas extremidades. O projeto urbanístico integrava o Programa Centro Vivo, um extenso programa de requalificação promovido pela Prefeitura no qual se incluíam, além dessas intervenções urbanísticas – ações como a transferência dos camelôs das ruas da cidade para "shoppings populares"[81].

No que se refere às obras da Praça da Estação, lê-se, no documento, que o seu objetivo era dotar o espaço "de infraestrutura adequada para manifestações culturais com grande aglomeração de pessoas" (BELO HORIZONTE, 2003).

Nesse sentido, é notório observar, contudo, que, segundo reportagem publicada no jornal Hoje em Dia (2003), dentre as ações a serem realizadas na área, previa-se a remoção dos comerciantes ambulantes e também da população de rua local – o que apontava fortemente para o fato de que o "novo caráter" pretendido para o espaço com a referida re-

[81] Lê-se, no Diário Oficial do Município (2003): "a intervenção na Praça da Estação faz parte de um grande trabalho de recuperação do hipercentro que a Prefeitura está desenvolvendo. Essa e outras ações, como as reformas da Praça Sete, do Parque Municipal, a requalificação das calçadas da rua dos Caetés e a transferência dos camelôs das ruas da cidade para shoppings populares, estão sendo tratadas como prioridade pela Prefeitura. As obras de recuperação do Centro de Belo Horizonte visam ampliar os espaços de convivência, valorizando o lazer e a qualidade de vida da população, além de aumentar a segurança e realçar a arquitetura da região". Disponível em: < http://portal6.pbh.gov.br/dom/iniciaEdicao.do?method=DetalheArtigo&pk=914362> . Acesso em: 13 set. 2015.

qualificação não só não contemplava os interesses desses setores populacionais como tornava imprópria a sua própria permanência no local[82].

Na mesma reportagem, lê-se a seguinte declaração do então prefeito, Fernando Pimentel: "a obra vai possibilitar a integração da Praça da Estação, Museu de Artes e Ofícios e a Serraria Souza Pinto em um único corredor" (JORNAL HOJE EM DIA, 2003, não paginado). Tal depoimento, além de demonstrar que a ideia da área como um "corredor cultural" ganhava cada vez mais corpo em termos institucionais – reforçava a percepção de que tal projeto estava sendo pensado de maneira a realizar-se sobretudo em torno ao Museu de Artes e Ofícios (à Praça da Estação, na esplanada localizada à entrada deste último) e à Serraria Souza Pinto.

*

Em 2005 têm início, com o Projeto Linha Verde, um novo episódio de transformações urbanísticas na área. Proposto pelo Governo do Estado, tal projeto incluía – além da construção de uma via de trânsito rápido (de 35,4 quilômetros de extensão) entre o centro da cidade e o Aeroporto Internacional Tancredo Neves – intervenções nas avenidas do Contorno, Cristiano Machado e dos Andradas. Nesta última, no trecho entre a alameda Ezequiel Dias e a rua Rio de Janeiro – área que engloba a Praça da Estação – estava previsto o fechamento do Ribeirão Arrudas e a criação, com isso, do chamado "Boulevard Arrudas" (ver Figura 19). A obra, que resultou na inclusão de quatro novas faixas de tráfego em cada sentido da via que atravessa a praça, foi entregue em março de 2007 (Figura 24).

[82] Conforme descrito na reportagem : "A revitalização do local vai seguir os moldes da Praça 7. Será recuperada a esplanada, retirando o estacionamento que hoje comporta 600 veículos. Ambulantes e moradores de rua também serão removidos". Disponível em : <http://portal6.pbh.gov.br/dom/iniciaEdicao.do?method=DetalheArtigo&pk=914362>. Acesso em : 13 set. 2015.

Figura 24 – Praça da Estação após restauração



Fonte: B&L, 2015.

*

Em 2005, ano em que as obras da Linha Verde haviam tido início, outro equipamento cultural foi, ainda, implantado na região. Trata-se da sede da Fundação Nacional de Artes (FUNARTE). que passa a ocupar, na ocasião, os seis galpões adjacentes à Casa do Conde de Santa Marinha. Situado junto à linha férrea, nas proximidades da Praça, o edifício (pertencente ao Conjunto Arquitetônico e Paisagístico da Praça da Estação, tombado em 1988), havia sido construído em 1886 para funcionar como residência do Conde de Santa Marinha, um dos responsáveis pela construção da cidade de Belo Horizonte.

Com a sua transformação em sede da FUNARTE, o espaço passou a configurar mais uma expressão da concepção da região como espaço voltado para a cultura. Diferentemente do Museu de Artes e Ofícios e da Serraria Souza Pinto, contudo, o local incluía uma programação construída por meio da seleção de trabalhos propostos via edital público. Após reforma realizada em 2010, as possibilidades de uso por ele oferecidas foram ampliadas: este tornou-se capaz de comportar um total de seis mil pessoas e passou a incluir uma área para exposições, espaços multiuso, uma arena, um palco, dentre outros espaços. Segundo dados incluídos no Site da instituição, as atividades ali realizadas no ano de 2011 alcançaram um

público de mais de 34 mil pessoas, o que deflagra, também, o expressivo alcance do equipamento frente à população.

Figura 25: Sede da FUNARTE (antiga oficina do Conde de Santa Marinha)



Fonte : GUIA BH, 2015.

*

Finalmente, em 2009, instala-se, no antigo Prédio da União Brasileira de Tecidos, o CentoeQuatro, espaço que funciona, simultaneamente, como espaço cultural e sede do Instituto Antonio Mourão Guimarães, ligado ao Banco Minas Gerais (BMG). Segundo descrição contida no site, o equipamento apresenta-se como um local voltado para a "geração de conteúdo interdisciplinar, a difusão da arte e a democratização do acesso ao conhecimento e aos bens culturais" (CENTOEQUATRO, 2015, não paginado).

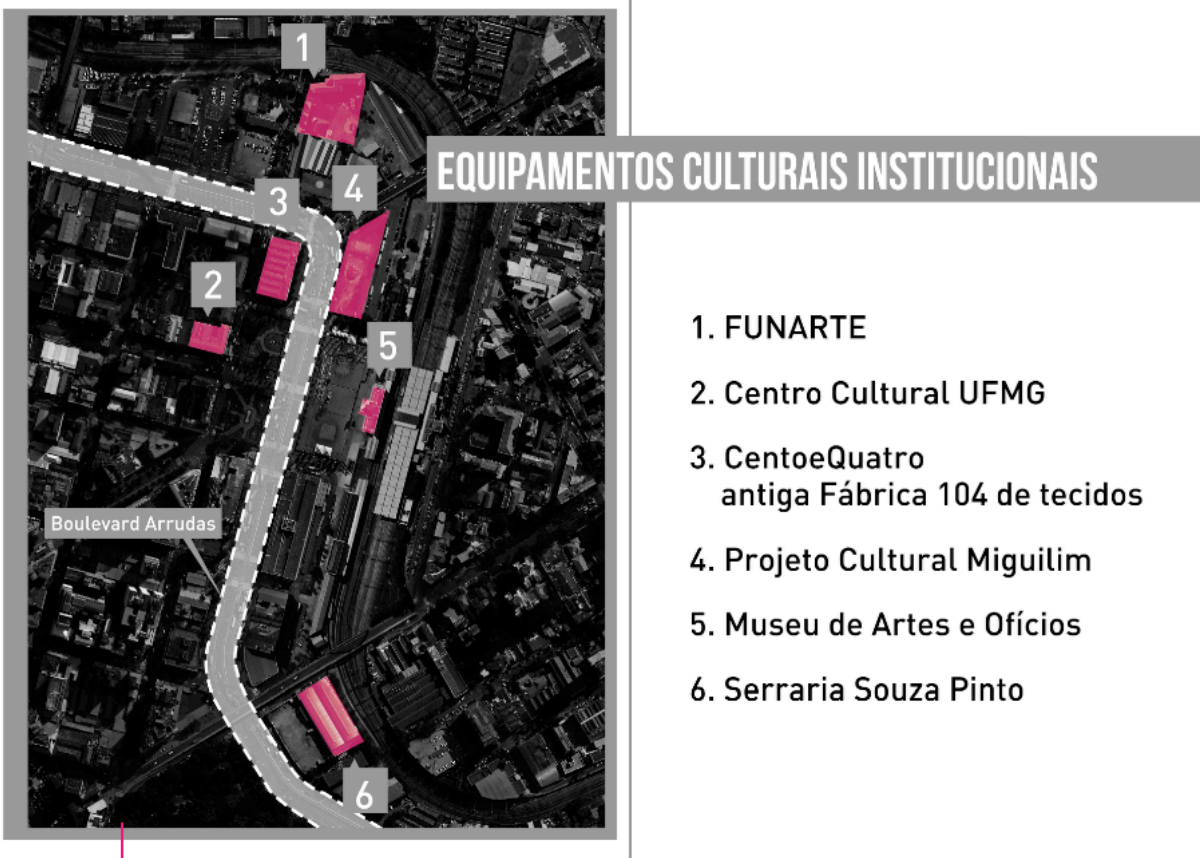
Com uma área de mais de 3 mil metros quadrados, o espaço inclui uma galeria, uma biblioteca, um café, uma sala de cinema e ambientes multifuncionais, capazes de abrigar atividades variadas (Figura 26). Desde a sua inauguração, vem sendo palco para festivais de cinema, feiras de design, exposições, oficinas, shows, lançamentos, seminários, espetáculos cênicos e performances. Os eventos são, em sua maioria, acessíveis a preços populares, mas apesar disso, atraem um público nitidamente diverso daquele que costumeiramente utiliza a área como local de passagem: pessoas majoritariamente jovens e especificamente ligadas à produção artística experimental da cidade.

Figura 26 – CentoeQuatro (antigo Prédio da União Brasileira de Tecidos)



Fonte: MACHADO, 2015.

Figura 27 – Equipamentos Culturais Institucionais localizados nas imediações da Praça da Estação



Fonte: Própria autora[83]

[83] A imagem foi co-produzida, no âmbito do Grupo de Pesquisa Indisciplinar, a partir da colaboração da pesquisadora Marília Pimenta.

*

Finda essa breve apresentação dos espaços culturais institucionais implantados na área a partir da década de 1990, voltemo-nos, ora, à análise – a partir de um estudo realizado pela empresa PRAXIS para o Plano de Reabilitação do Hipercentro de Belo Horizonte, lançado pela Prefeitura em 2007 (Figuras 28 e 29) – do público e dos tipos de uso observados na área no ano de 2006, ou seja, em um momento no qual os equipamentos aqui analisados (à exceção do CentoeQuatro e do Centro de Referência da Juventude) haviam sido apenas instalados no local. A esse respeito é importante salientar que a FUNARTE e o Museu de Artes e Ofícios, bem como as obras da Linha Verde ainda estavam, respectivamente, em seu segundo e primeiro ano de funcionamento.

Figura 28 – Síntese da dinâmica urbana (Período diurno) com destaque para a Área da Praça da Estação



Fonte: Adaptado de PRAXIS, 2006.

Figura 29 – Síntese da dinâmica urbana (Período noturno) com destaque para a Área da Praça da Estação



Fonte: Adaptado de PRAXIS, 2006.

Da análises dos mapas acima reproduzidos, observamos que, no tocante aos tipos de apropriação espaciais observadas, a área da Praça da Estação apresenta três tipos distintos durante o dia e dois outros durante a noite. No que se refere ao período diurno (Figura 28), tanto a porção norte do espaço – nas imediações do Centro Cultural UFMG, da FUNARTE, do prédio 104 tecidos (que abrigaria, como vimos, o CentoeQuatro), do Viaduto da Floresta e do trecho da rua Aarão Reis a ele adjacente; quanto a porção sul – referente ao baixio do Viaduto Santa Tereza – apresentam, segundo a legenda (cor cinza claro): "baixo fluxo de pedestres, alto grau de degradação das calçadas, edificações abandonadas, galpões e imóveis fechados e apropriação por parcelas marginalizadas da população". Na legenda, tal descrição

é, ao fim, sintetizada da seguinte forma: "idéia de não-lugar". Além disso, tanto a Rua Aarão Reis, em sua porção adjacente ao Viaduto Santa Tereza, quanto a extremidade norte da Praça são descritos, na legenda (cor amarela) como "área de concentração de população de rua". A esplanada da Praça é a única caracterizada como "área com forte caráter de lazer e descanso" (cor verde). Nas demais áreas observa-se, segundo a legenda (cor verde claro) "predominância de comércio popular e usuários de baixa renda". É notório observarmos, ainda, que além do Edifício Central (edifício comercial), e da Estação Ferroviária – ambos localizados à rua Aarão Reis – o Museu de Artes e Ofícios e a Serraria Souza Pinto são qualificados, segundo a legenda (cor cinza escuro) como "principais edificações de referência na área central".

Quanto ao uso noturno da região (Figura 29) considera-se apenas o espaço localizado entre a Serraria Souza Pinto e a Praça da Estação. A praça é descrita como "área de concentração de pedestres para uso do transporte coletivo" (cor amarela), e o espaço adjacente à Serraria Souza Pinto, no baixio do Viaduto Santa Tereza, como "local de concentração de população de rua para descanso" (cor vermelha). Ao longo da rua Aarão Reis, via que liga ambas as áreas, coexistem as duas formas de apropriação. É notório observar também que, ao longo dessa rua (no quarteirão adjacente à Praça) são identificados três pontos de "lazer noturno, boemia e *happyhours",* referentes aos bares ali presentes.

Desta análise, destacamos dois aspectos principais: o primeiro deles é que a Praça da Estação é o único espaço da área a ser considerado, à época, como "área com forte caráter de lazer e descanso". Trata-se de uma espécie de "ilha" em meio às porções "degradadas" do espaço – notadamente aquelas em suas extremidades sul (baixio do Viaduto Santa Tereza) e Norte (nas margens do Viaduto da Floresta). O segundo é que a via localizada entre o Museu de Artes e Ofícios e a Serraria Souza Pinto (ao longo da qual, como vimos, havia a ideia de se instaurar um "corredor" de ligação) destaca-se como foco de dois principais públicos: *pedestres voltados para o transporte público* (linhas de ligação a bairros periféricos da cidade e a Região Metropolitana), população de rua – e em menor medida, poderíamos incluir também os frequentadores dos bares populares ali localizados.

Ora, apesar da intenção latente de "diversificação dos usos" da área (MIRANDA, 2007) podemos observar que, tratava-se, ainda, no ano de 2006, de um ambiente de caráter predominantemente popular. Frente a tal quadro surge, contudo, o inevitável questionamento: seria tal característica mantida mesmo após a implantação do Programa Corredor Cultural Praça da Estação? De fato, muitas das críticas surgidas em torno ao Programa deviam-se à

alegação de que este traria o risco de *expulsão* destes atores em prol da atração de setores populacionais mais abastados – de forma a radicalizar, por assim dizer, as incipientes tentativas nesse sentido que haviam atravessado (em maior ou menor medida) o próprio processo de implantação dos equipamentos culturais aqui descritos.

Antes de nos voltarmos à análise dessas controvérsias, acompanhemos, contudo, algumas Manifestações Culturais que, surgidas na área principalmente a partir de 2007[84], parecem apontar para a consolidação de uma sua *outra faceta cultural*. Uma faceta notadamente crítica – de questionamento tanto das formas de promoção de cultura ali observadas (tomadas, até então, como referentes sobretudo a equipamentos físicos institucionais) quanto das próprias linhas de força (atreladas a preceitos declaradamente "enobrecedores" ou "gentrificatórios"[85]) que muitas vezes as atravessaram – indicando, ainda que de forma incipiente, caminhos para a emergência de táticas mais democráticas de vivência e produção dos espaços públicos ali existentes. A sua presença marca, como veremos a seguir, o início do que aqui consideraremos como o *quarto momento* da história da área.

2.6 Manifestações Culturais de Resistência

Em 2007 surgem o Duelo de Mc's e o Domingo Nove e Meia, movimentos culturais que passaram a ocupar (de maneira informal e autônoma) as imediações da Praça da Estação.

Tais fatos marcam o início do que aqui consideraremos o *quarto momento* da história daquele espaço, para além dos três propostos por Giffoni (2010) e Lima e Amorim (2014) – o *primeiro*, do início do século XX até a década de 1950, quando a Praça constitui um "espaço de entrada à cidade", o *segundo*, entre 1950 e 1980, em que esta passa a desempenhar um "papel secundário" e o *terceiro*, ocorrido a partir da década de 1990, em que o local é transformado em "espaço de cultura". O *quarto momento* que aqui propomos ocorre em face a

[84] O ano de 2007 é tomado como marco, mas outras Manifestações Culturais aqui abordadas já ocorriam na área bem antes dessa data. É o caso da Parada Gay, surgida em 1992, e das formas de apropriação espaciais empregadas pela População de Rua e pelos Vendedores Ambulantes, cuja presença remonta, como vimos acima, a meados do século XX.

[85] Como vimos na Introdução deste trabalho: "O termo 'gentrificação' provém da palavra inglesa *gentry*, originalmente usada para designar a pequena nobreza ou os proprietários de terra. Cunhado pela primeira vez em 1964 pela socióloga britânica Ruth Glass, o termo refere-se ao fenômeno de deslocamento da população original de uma área urbana em prol da sua posterior ocupação por outro setor populacional, de classe econômica geralmente muito mais alta, cuja visão, apreensão e vivência da cidade mostram-se normalmente diversas daquelas apresentadas pelos habitantes anteriores. O termo pode também ser entendido como "aburguesamento" ou "enobrecimento" das áreas populares de uma cidade, que têm assim, suas características originais transformadas" (p. 21).

este último – ao qual nos referiremos como relativo sobretudo à criação dos Equipamentos Culturais Institucionais – e caracteriza-se pela emergência, na área, do que nos propusemos chamar de Manifestações Culturais de Resistência.

> Tais manifestações são iniciativas autônomas, que nos parecem apontar, tanto por meio das experimentações estéticas por elas promovidas quanto por suas próprias formas organizacionais, para caminhos que, ao invés de confluir para a padronização dos espaços públicos da área (ou para a sua utilização como meros motores de acumulação capitalística) promovam tensionamentos ou indiquem possibilidades no sentido de uma sua vivência (e produção) de fato abertas e democráticas.

É especificamente nesse sentido que as qualificamos, aqui, como *de resistência*. E é também, por esse motivo, que não contemplaremos manifestações que, ainda que pertencentes ao âmbito cultural, não apresentem questionamentos nesse sentido – como é o caso dos Shows patrocinados pela Prefeitura na Praça da Estação e do tradicional "Arraial de Belô" anualmente organizado pelo órgão.

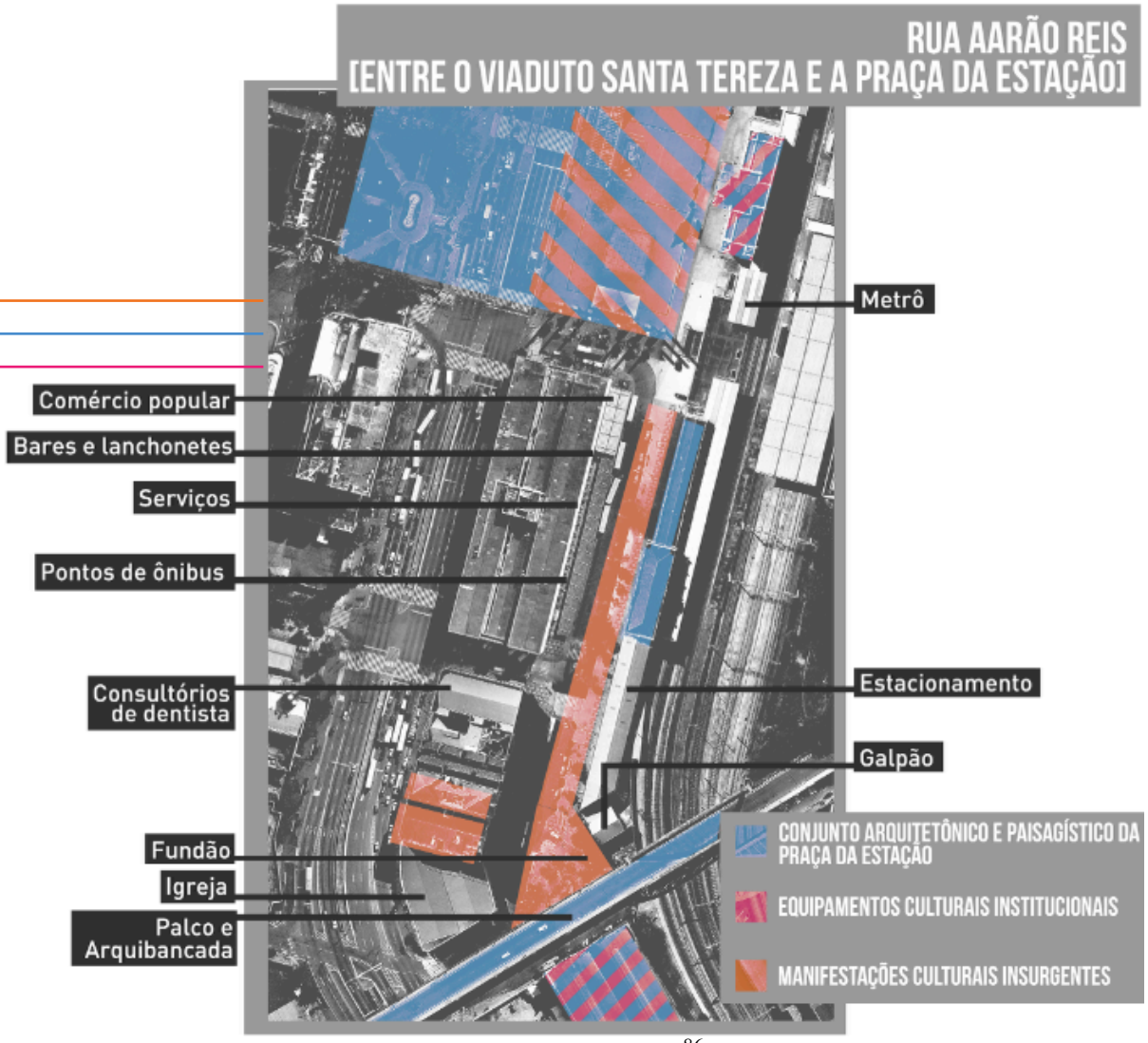
Antes de darmos início ao nosso percurso, é preciso salientar, ainda, que não temos, evidentemente, a pretensão de realizar uma narrativa definitiva ou totalizante das movimentações culturais "de resistência" ocorridas na área, mas sim dar a ver aquelas que, em nossa percepção inevitavelmente parcial, configuram importantes elos da rede que A Ocupação acaba por agregar mais à frente.

Um último adendo se faz necessário com relação à data que aqui apontamos como marco inicial desse *quarto momento*. Destacamos que o ano de 2007 não deve ser tomado como uma sua linha *rígida* de início, mas como o momento a partir do qual percebemos que o referido "caráter cultural de resistência" passa a se consolidar na área como uma sorte de *tendência.*

*

Nesta parte, a nossa cartografia adquirirá um recorte territorial mais restrito, já que, em meio à região da Praça da Estação até então considerada, um espaço surge como foco específico de emergência das Manifestações Culturais que aqui pretendemos abarcar. Este inclui a Praça da Estação, a Rua Aarão Reis e o baixio do Viaduto Santa Tereza (Figura 30).

Figura 30 – Rua Aarão Reis entre o Viaduto Santa Tereza e a Praça da Estação



Fonte: Própria autora[86]

Como podemos verificar na figura acima, em tal recorte territorial, a camada referente às Manifestações Culturais de Resistência atravessa, além das duas outras camadas já abarcadas neste trabalho – referentes, respectivamente, ao Conjunto Arquitetônico e Paisagístico da Praça da Estação e aos Equipamentos Culturais Institucionais – diversos outros equipamentos comerciais e de serviço presentes no local. Vejamos como esses elementos estão nele posicionados.

Na porção norte do território em questão encontram-se a Estação Central do Metrô (na qual circulam mais de 17 mil pessoas por dia), o Museu de Artes e Ofícios, a Estação Ferroviária de Belo Horizonte, situada no antigo prédio de Dormitórios e Armazéns da

[86] A imagem foi co-produzida, no âmbito do Grupo de Pesquisa Indisciplinar, a partir da colaboração da pesquisadora Marília Pimenta.

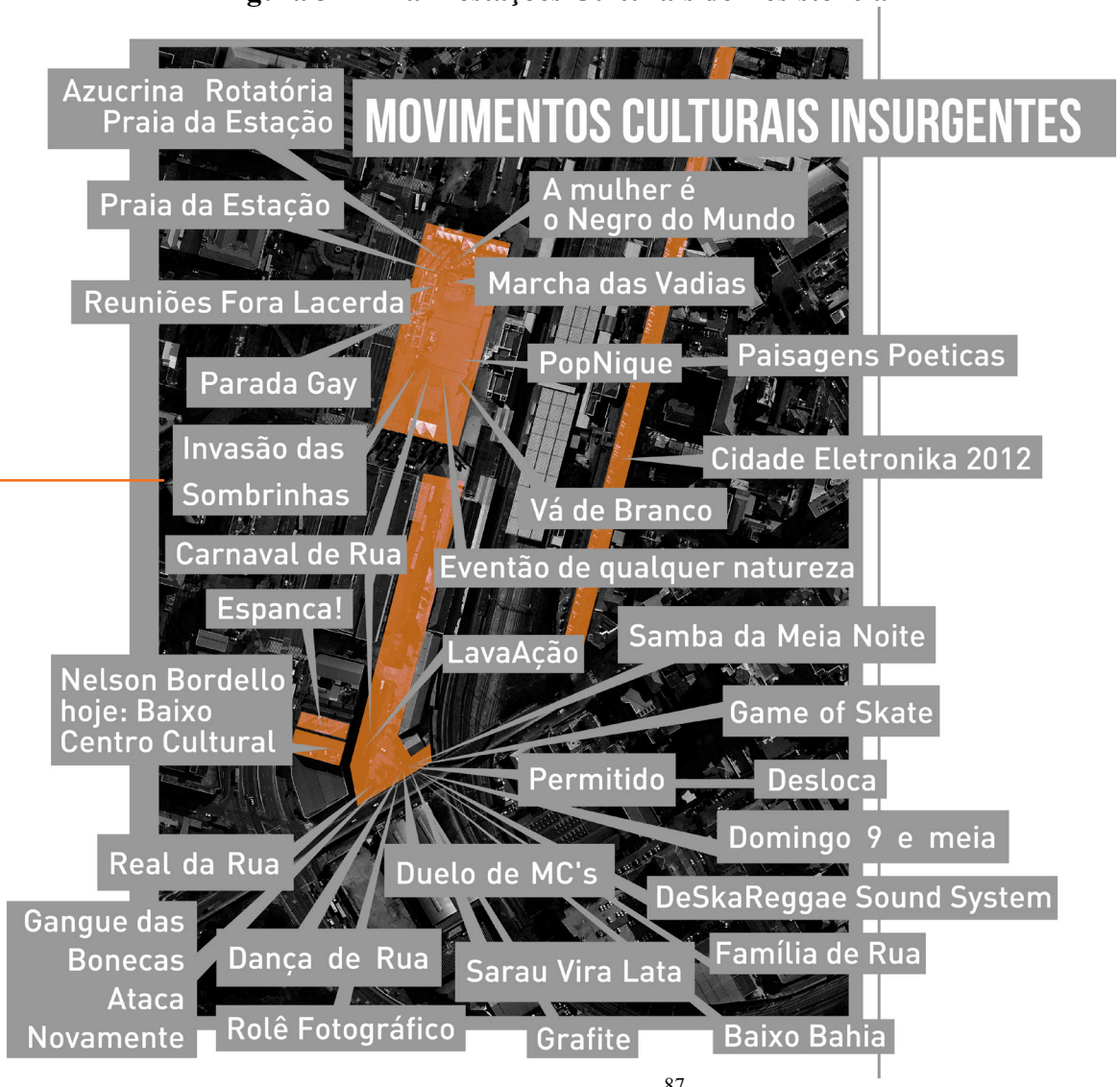
Estação e o Edifício Central, localizado em face à esta última, no qual aglutinam-se uma série de estabelecimentos voltados para o comércio e serviços populares – entre lojas, bares e lanchonetes. Ao longo da calçada lindeira a esse edifício, tem-se, também, os Terminais de ônibus da rua Aarão Reis, os quais levam, diariamente, milhares de pessoas aos bairros periféricos da cidade.

Na porção sul da área, mais próxima ao baixio do Viaduto Santa Tereza, tem-se consultórios de dentista, dois espaços culturais – a sede do Grupo de Teatro Espanca e o Centro Cultural Nelson Bordello – além de um estacionamento operado pela Cooperativa de Consumo Dos Ferroviários do Ramal do Paraopeba Ltda (COOFERPA) e um galpão fechado. Ao lado deste último tem-se um largo, formado pelo encontro entre o baixio do Viaduto e a rua Aarão Reis e, especificamente na área subjacente à pista de rolamento do Viaduto, um palco e uma arquibancada de concreto – os quais, como mencionamos acima, haviam sido instaurados pela Prefeitura de Belo Horizonte em 1999. À margem destes equipamentos encontra-se a Serraria Souza Pinto.

Como pudemos ver nas análises acima (Figura 28 e 29) a área é também ocupada por um contingente significativo de vendedores ambulantes – apesar das tentativas de proibição, por parte do Governo Municipal, desse tipo de prática – e de pessoas em situação de rua – as quais se concentram sobretudo no baixio do Viaduto e nas calçadas lindeiras ao estacionamento da COOFERPA.

Feita essa breve descrição contextual, passemos, ora, ao acompanhamento de cada uma das referidas Manifestações Culturais de Resistência.

Figura 31 – Manifestações Culturais de Resistência



Fonte: Própria autora[87]

2.6.1 Domingo Nove e Meia

– O primeiríssimo Domingo Nove e Meia foi realizado em junho de 2007 e ele surgiu da ideia de fazer da rua um espaço de confraternização e mobilização da rapaziada belo-horizontina.

– Realizado no centro da cidade, o encontro tem por proposta inicial compartilhar ideias libertárias.
– Através disso aí, sempre rola uma troca de experiências e um papo 'maneiro' sobre revoluções cotidianas.
– Normalmente, a galera que 'tromba' por lá se interage espontaneamente, e o seu efeito é assim realizado.
– O Domigo Nove e Meia é a reapropriação do espaço, como lugar de fazer política, arte e criação.
– Uma maneira diferente de praticar cultura (PALESTINA ISRAEL, 2014)[88]

[87] A imagem foi co-produzida, no âmbito do Grupo de Pesquisa Indisciplinar, a partir da colaboração da pesquisadora Marília Pimenta.

Segundo o Blog "Comjunto Vazio", o Domingo Nove e Meia era "um encontro de cunho libertário, uma atividade para re-significação do espaço urbano e das relações entre seus participantes" (COMJUNTO VAZIO, 2015, não paginado).

A sua primeira edição, realizada especificamente no baixio do Viaduto Santa Tereza, remonta ao mês de junho de 2007. A partir de então, o movimento passou a ser realizado aos primeiros domingos de cada mês, sempre a partir das nove e meia da manhã. Reunindo militantes, ativistas e grupos de inspiração anarquista e autonomista, os atos dominicais incluíam diversas ações, muitas das quais propostas *in loco* a partir de articulações realizadas entre os próprios participantes. Dentre estas havia debates, apresentações de bandas, churrascos *veganos*, oficinas, piqueniques comunitários, feiras grátis e a "Pelada Molotoviana de Rua" – partida de futebol amador que funcionava, segundo os articuladores, como uma forma lúdica de promover a interação entre diversos grupos ativistas da cidade. "Os ex-permacultores Futebol Clube", o "Chinelada Preta Futebol Clube", o "Ninguém Futebol Clube" e o "Brigadas Populares Futebol Clube" eram alguns dos times montados para tal fim Figura 32).

Figura 32 – *Flyer* de divulgação Domingo Nove e Meia



Fonte: COMJUNTO VAZIO, 2015.

[88] Recuperado a partir de: < https://www.youtube.com/watch?v=stgmSK3oRNU>. Acesso em : 20 set. 2015.

O fim dos encontros deu-se em 2010, mas as experiências adquiridas em sua articulação desdobraram-se em diversas outras ações e espaços. É o caso do Ystilingue, espaço cultural localizado no Edifício Arcângelo Maletta, na região central da cidade; e da Bicicletada, ação voltada para a divulgação da bicicleta como meio de transporte. Nas palavras de Paulo Rocha, um de seus articuladores:

> Voltamos muito animados com vários projetos depois de uma excursão que fizemos para o último Carnaval Revolução, que foi em São Paulo. Nisso começamos a Loja Grátis, e logo depois o Ystilingue (que já existia como um espaço do coletivo, mas com a gente começou a ser um espaço aberto autogerido com reuniões semanais abertas). Aí era difícil, porque éramos as mesmas pessoas reunindo três ou quatro vezes por semana para olhar tudo isso, mais coletivos pessoais, mais a Bicicletada, mais estudo, mais vida pessoal... as coisas precisam acabar também! (ROCHA, 2015, não paginado)

Ora, o movimento configura um relevante marco no que se refere à experimentação de táticas estéticas e políticas no local, abrindo caminho para a ação de uma série de outros grupos que ocuparão, posteriormente, a área. A própria A Ocupação, nela realizada seis anos depois, se constituirá a partir de muitos dos preceitos já anunciados pelo grupo: dentre eles, "horizontalidade", "auto-gestão", "apoio mútuo" e "faça-você-mesmo".

2.6.2 Duelo de Mc's

> Me diga a que causa que tu adere.
> Uma que planeje ou uma que gere?
> Ações em série? Qual tu prefere?
> Uma que abrace ou uma que fere?
> Seja qual for me diga se ela abrange,
> um todo ou só uma parcela.
> É pelo povo ou pela panela? É pelo asfalto ou pela favela?
> (DIN, 2014, não paginado)

O Duelo de Mc's surge em agosto de 2007 como resultado da ação de um grupo de amigos que desejavam promover a cultura Hip Hop nos espaços públicos de Belo Horizonte. Como o próprio nome indica, a ação gira em torno à realização de batalhas de rimas improvisadas (conhecidas, na cultura Hip Hop como *freestyle*) entre Mc's[89] locais. Pedro Valentim, um de seus organizadores, pontua: "a ideia é ser um movimento democrático, que discuta a cidade" (VELOSO, 2012, não paginado).

[89] A sigla "Mc" refere-se à expressão Mestre de Cerimônias. O termo surgiu na Jamaica e é, atualmente, amplamente utilizado no âmbito dos gêneros musicais Hip Hop e Funk.

Os primeiros duelos foram realizados na Praça da Estação, mais especificamente na calçada em frente a sede do Programa Miguilim (ver Equipamentos Culturais Institucionais, Figura 18). Em 2008, pela necessidade de abrigar-se da chuva, os encontros foram transferidos para o palco situado no baixio do Viaduto Santa Tereza, local que acabou por tornar-se seu espaço oficial.

Realizados semanalmente, sempre às noites de sexta-feira, os duelos seguem, desde então, o mesmo roteiro. A cada edição, oito ou dezesseis Mc's previamente selecionados enfrentam-se dois a dois com versos improvisados, acompanhados por bases de *rap* escolhidas pelos *deejays* presentes. A este enfrentamento dá-se o nome de "batalha". Cada batalha é divida em dois *rounds*, nos quais cada um dos dois Mc's tem 45 segundos para "atacar" e o outro para "responder", respectivamente. Ao fim, o vencedor é determinado pelo voto da plateia. Esta, espalhada em torno à arquibancada em frente ao palco, levanta os braços (e "solta o grito") de forma a indicar, ao juiz, o Mc de sua preferência. (ver Figura 33).

Figura 33 – Duelo de Mc's no Viaduto Santa Tereza



Fonte: FORA DO EIXO, 2013.

Ainda em 2007, o grupo que estava à frente de sua organização deu início à Família de Rua (FdR), uma associação cultural sem fins lucrativos voltada especificamente para a promoção da cultura Hip Hop e do skate nas ruas de Belo Horizonte. Por meio de sua atuação,

o que havia começado como um encontro musical entre poucas pessoas – com significativas participações, deve-se destacar, da população de rua local – acabou por adquirir um caráter mais amplo. É através da ação do grupo que, em 2008, os projetos Dança de Rua e Família de Rua Game of Skate passaram a integrar, junto aos Duelos, a programação mensal do espaço.

A Dança de Rua é uma batalha de dança (conhecida como *Break* na cultura Hip Hop) realizada no último Duelo de Mc's de cada mês. O projeto reúne, além dos já habituais Mc's, também *B-girls* e *B-boys* (como são chamados os dançarinos de *Break*) provindos de diversas regiões da cidade. O Família de Rua Game of Skate, por sua vez, é um campeonato de skate organizado aos segundos domingos do mês no local. Segundo Ludmila Ribeiro (integrante do coletivo Família de Rua), "trata-se de um jogo simples, no qual os competidores disputam o melhor desempenho em manobras realizadas no solo, em chão liso" (2015, não paginado). O Game reúne, a cada edição, cerca de 300 pessoas, entre jovens e famílias de skatistas. Com a tônica de promover o skate e a música, o projeto acabou por consolidar-se como um tipo de ocupação corriqueira daquele espaço, para além dos já habituais Duelos noturnos (Figura 34).

Figura 34 – Família de Rua Game of Skate



Fonte: CASA FORA DO EIXO MINAS, 2012.

É importante destacar, contudo, que além de importante meio de articulação das atividades realizadas no espaço, o coletivo Família de Rua assume, com o tempo, um também

significativo papel político. Suas ações passaram a abarcar, além de questionamentos relativos à cultura, importantes debates sobre a livre apropriação dos espaços públicos da cidade de maneira geral. Quanto à temática cultural, o grupo fazia frente, tanto por meio de debates, quanto da própria organização colaborativa das atividades mencionadas, à falta de interesse do poder público em financiar projetos voltados para a cultura de rua. A questão do território, por sua vez, além de permear os versos improvisados pelos Mc's durante os Duelos, ganhava corpo por meio de lutas concretas emplacadas pelo grupo junto à Prefeitura.

Ora, a confluência dessas duas frentes de luta (territorial e cultural) faz do coletivo uma associação duplamente potente – e especialmente relevante, deve-se pontuar, para o estudo a que aqui nos propusemos. Além de configurar uma espécie de contraproposta autônoma diante da predominância, na cidade, de políticas culturais restritas aos interesses do mercado (leis de incentivo fiscal e outros tipos de parceria público-privada)[90], o grupo faz da cultura de rua um dispositivo de resistência às ações, tão comumente emplacadas pelo governo municipal, de *cerceamento* do direito ao livre uso, por parte da população (notadamente de seus setores marginalizados) dos espaços "públicos" da cidade.

A esse respeito, Thiago Monge, um de seus articuladores, comenta:

> – (...) então o tempo inteiro a gente tem que saber lidar tanto com o público que a gente tem, quanto com o poder público que a gente lida diretamente, porque nós ocupamos um espaço público. Um espaço que é de todos, mas que, por uma características que a gente tem de social mesmo, capitalista, é um espaço *público-privado*, é um espaço que é público mas que pra você ocupar, você acaba tendo uma série de restrições, protocolos, limitações, de formas de utilizar que são criadas pra você não ocupar (MONGE, 2011)

A ação do grupo resultou em algumas conquistas notáveis. No que concerne às reivindicações realizadas junto à prefeitura foram conseguidos, em 2008, o alvará para a realização do Duelo e a renovação da iluminação do Viaduto. Em 2009, banheiros químicos e lixeiras móveis foram, pela primeira vez, colocados no espaço durante o evento e, neste mesmo ano, após um longo período de reivindicação junto às instâncias responsáveis, um ponto fixo de energia elétrica foi finalmente instalado no local (O QUE ACONTECE AQUI, 2012).

---

[90] Em 2013 realizamos um estudo referente às formas de financiamento utilizadas pelos equipamentos culturais existentes na cidade de Belo Horizonte e constatamos um forte predomínio de estratégias de fomento ligadas às Leis de Incentivo Fiscal. Para mais informações a esse respeito, ver: BERQUÓ, Paula. **Arte, Arquitetura e território: a experiência cultural no espaço urbano**. 2013. Monografia (Graduação) - Universidade Federal de Minas Gerais, Escola de Arquitetura e Design, Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Belo Horizonte, 2013. Disponível em: <http://issuu.com/ind_ufmg/docs/monografia_paulabruzzi>. Acesso em 22 set. 2015.

É em meio a pequenas vitórias como estas que o projeto foi crescendo e conseguindo, aos poucos, consolidar-se como importante marco na cena cultural informal da cidade. Tal processo não ocorreu (e continua não ocorrendo), contudo, sem diversos impasses. Em 2010, por exemplo, de acordo com a publicação "O que acontece aqui?" (2012)[91] , o Duelo foi interrompido por "má ocupação de algumas pessoas", tornando-se, em seguida, foco de uma grande operação policial. Segundo o texto, tratou-se de uma "ação desmedida, realizada sem qualquer planejamento ou organização prévia junto ao Duelo de Mc's". No ano seguinte, em continuidade às ações de repressão ao movimento, a Polícia Militar e a Regional Centro-Sul da Prefeitura de Belo Horizonte solicitaram a sua interrupção imediata. Não acatada pela FdR, tal ação acabou por conduzir a uma grande mobilização em torno ao ato. Foi lançada a campanha "Eu Respeito o Duelo de Mc's", envolvendo a produção de camisetas temáticas e a realização de uma série de debates a respeito da ocupação do Viaduto.

Ainda em 2012, com o objetivo de endossar a luta pela continuidade do movimento, tem início o projeto Real da Rua, articulado pela Família de Rua em parceria com a ONG Pacto Desenvolvimento Social e Pesquisa[92]. O movimento, que gira em torno à realização de rodas de conversa no local, nasceu em resposta à pressão da Prefeitura de Belo Horizonte em transformar o caráter do Duelo – mudança que, segundo os articuladores da ação, ocorreria sem a devida participação dos que, de fato, o compunham. Vejamos como este processo se deu.

Segundo os integrantes do movimento, ao invés de atuar como órgão facilitador das batalhas – através do atendimento das demandas da Família de Rua por melhores condições de iluminação, higiene e segurança no espaço – o órgão público municipal estava em vias de articular um plano de ação (patrocinado) para o espaço, baseado em abordagens tidas como não inclusivas pelos que vinham, por meio de sua vivência, construindo-o cotidianamente. Em suas palavras, "as demandas da FdR sempre representaram, para o poder público, objetos de barganha ou de enlace a propostas de cunho repressivo e higienista" (FAMILIA DE RUA, 2015, não paginado). Tal situação agravou-se em 2012, quando, em meio aos Duelos – que contavam à época com um público de cerca de 1500 pessoas – surgem casos de uso e venda de drogas. O problema, que acometia, segundo o grupo, apenas uma parcela do heterogêneo

[91] Trabalho realizado no âmbito do Festival Cidade Eletronika, ocorrido em setembro de 2012. Abordaremos, em mais detalhes, as atividades realizadas no referido Festival no item 2.6.12 deste trabalho.

[92] A PACTO Desenvolvimento Social e Pesquisa é uma organização social sem fins lucrativos qualificada como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP). Fundado em 2006, o grupo atua junto aos conflitos urbanos de forma a estabelecer diálogos entre a sociedade civil e o poder público. A sua equipe engloba Ângela Monteiro, Joanna Ladeira, Rafael Rocha, Alessandro Santos e Ludmilla Zago

público do encontro, passou a servir como pretexto para ações repressivas por parte da Prefeitura. As rodas de conversa da "Real da Rua", surgem assim, como um espaço de debate. Realizadas antes de cada edição do Duelo, elas tinham como intuito configurar uma alternativa participativa à resolução dos problemas que, naquele momento, o atravessavam.

Enquanto a Prefeitura propunha "separar bons e maus frequentadores" por meio da construção de barreiras físicas e da realização de revistas policiais durante as batalhas – que, como sabemos, muito provavelmente acabariam por prejudicar os mais vulneráveis – o encontro tinha por princípios o debate e a construção coletiva. No texto descritivo na *Fanpage* do Grupo no *Facebook*, lê-se:

> A Real da Rua foi tecida porque sabíamos que a multiplicidade e diversidade do próprio público poderia ser orientadora. Fazia-se urgente a abertura do espaço para a fala e para a participação do máximo de pessoas envolvidas com o viaduto (REAL DA RUA, 2015).

É assim que o encontro vem se consolidando, desde então, como importante espaço de debate a respeito dos conflitos que atravessam não apenas o Duelo ou o Viaduto Santa Tereza, mas, de forma mais abrangente, as condições de apropriação dos espaços públicos da cidade como um todo (Figura 35).

Figura 35 – Real da Rua no Viaduto Santa Tereza



Fonte: CIRCUITO FORA DO EIXO, 2012.

2.6.3 Praia da Estação

Em 2010, a Praça da Estação passa a abrigar, periodicamente, outro movimento especialmente relevante – tanto no que se refere à inventividade das táticas estético-políticas utilizadas, como no que toca à própria questão que o motiva, referente à luta pelo direito ao livre uso e apropriação dos espaços públicos da cidade. A "Praia da Estação", como é chamada, surgiu em resposta ao Decreto nº 13.798, sancionado em 9 de dezembro de 2009 pelo então prefeito da cidade, Márcio Lacerda[93]. O decreto proibia a realização de "eventos de qualquer natureza" na Praça da Estação – local que, como vimos acima, havia passado, anos antes, por uma reforma voltada justamente para dotar o seu espaço de "infraestrutura adequada para manifestações culturais com grande aglomeração de pessoas" (BELO HORIZONTE, 2009).

De forma a justificar essa polêmica (e um tanto quanto controversa) medida, foi alegado que a concentração de pessoas no espaço, além de comprometer a segurança pública e a "qualidade do meio ambiente no entorno da praça" (BELO HORIZONTE, 2009), poderia ocasionar a depredação do *patrimônio público* ali existente. É curioso destacarmos, contudo, que o referido "meio ambiente no entorno da praça", ocupado pelos edifícios do Conjunto Arquitetônico e Paisagístico da Praça da Estação e notadamente pelo Museu de Artes e Ofícios – equipamento privado cujas dinâmicas eram aparentemente prejudicadas pela realização de tais eventos[94] – era também alvo para a "implantação" do que há muito vinha sendo tratado como "corredor cultural".

Ora, a medida vinha endossar a hipótese de que o há décadas ensaiado projeto "cultural" destinava-se a um público bem delimitado – o qual não incluía, ao que tudo indicava, a extensa camada popular (atravessada por grupos marginalizados) que utilizava a praça como local de manifestação. Mas, afinal, a quais interesses endereçava-se a concepção de cultura que atravessava esse ensaiado "corredor"? E, sobretudo, a qual tipo de público o espaço – de uso supostamente "comum" – da praça se destinava de fato?

---

[93] BELO HORIZONTE. Decreto 13.798, 09 de dezembro de 2009. **Diário Oficial do Município**, Belo Horizonte, 2009. Disponível em:<http://portal6.pbh.gov.br/dom/iniciaEdicao.do?method=DetalheArtigo&pk=1017732>. Acesso em: 12 set. 2015.

[94] Em entrevista concedida à Iomara Giffoni (2010) a Assistente da Coordenação do Setor Educativo do Museu de Artes e Ofícios, Gabriela Araújo, pontua a respeito dos eventos realizados na Praça da Estação: "Por exemplo, um sábado que o visitante vem visitar o museu, tem 20 mil pessoas na Praça, com o som alto, o visitante não tem paz para visitar o museu, para contemplar. Ai a gente fica naquela, o sábado é de graça... o visitante vem, as vezes não é visitante, vem usar o banheiro do museu que é limpinho" (GIFFONI, 2010, p.126).

É com o objetivo de tensionar esta questões que um grupo de artistas, ativistas, membros de movimentos sociais, pessoas ligadas à esfera da cultura e outros curiosos, dá início ao movimento "praieiro". Transformar a árida esplanada de concreto da praça em "praia", regada a um caminhão-pipa pago por meio de "vaquinha" realizada entre os participantes, foi a forma encontrada para subverter simbolicamente a lógica autoritária (e notadamente excludente) que imperava naquele espaço. Vejamos como este processo se deu.

Tudo começou ainda em dezembro de 2009, com a articulação, contra o referido decreto, do protesto "Vá de Branco". Segundo Carolina Albuquerque (2013), a convocação para o ato – a ser realizado na Praça – havia sido enviada por um endereço de e-mail anônimo (vadebranco@gmail.com) criado especificamente para tal fim. A convocação foi respondida por cerca de 50 pessoas, as quais, vestidas de branco, ocuparam a praça em 7 de janeiro de 2010. Como encaminhamento dos debates realizados em tal ocasião, houve a criação de uma frente apartidária de resistência ao decreto, a Praça Livre. Para a articulação de suas ações e debates, foram gerados um perfil no Twitter (@pracalivrebh) e uma lista de e-mails no Google. É em meio às mensagens trocadas por meio desta última que surge, em 13 de janeiro, a convocatória para a primeira "Praia na Praça da Estação" (ver Figura 36).

Figura 36 – Convocatória para a primeira Praia da Estação



Fonte: MIDIA INDEPENDENTE, 2010.

Nas palavras de Albuquerque:

> No dia 13 de janeiro, em meio à conversação que começava a se desenvolver na lista,

> é divulgada a chamada para uma nova ação de contestação ao decreto: a "Praia na Praça da Estação". O convite consistia, assim como na ocasião do Vá de Branco, em uma convocação anônima, que chamava os cidadãos a ocupar a Praça 'de maneira divertida, lúdica e aparentemente despretensiosa' [Blog Comjunto Vazio], transformando o espaço em uma praia. O tom da manifestação é bastante explícito: trata-se de um protesto festivo, em que os manifestantes são incitados a trazer roupas de banho, instrumentos de percussão e viola para debater sobre a proibição do prefeito (ALBUQUERQUE, 2013, p.16).

Assim, fruto de uma mobilização realizada sobretudo via internet, o ato ocorreu no sábado, dia 16 de janeiro de 2010. Na ocasião, cerca de trezentos manifestantes-banhistas, munidos de guarda-sol, caixas de isopor, cangas e cadeiras de praia, ocuparam o árido espaço da praça sob as águas de um caminhão-pipa, acionado em resposta ao não funcionamento das fontes existentes no local. Ao "anti-cenário" assim montado, somavam-se vendedores ambulantes, ciclistas e uma roda de samba improvisada. Manifestação? Protesto? Intervenção? "Onda" disforme, o ato era algo ainda sem nome.

Frente a ele, mesmo prontos para o bloqueio, os policiais hesitavam. Ora, seria a praia um "evento"? A dificuldade para o seu enquadramento no repertório simbólico dos guardas parecia ser a arma (de todas, a mais potente) contra a própria condição de vigilância. Lê-se, no testemunho de Nuno Manna:

> Nas primeiras edições da Praia da Estação, os veranistas encontraram uma Guarda Municipal disposta a impedir a reunião. Os policiais chegaram a cercar a praça com fita de isolamento, mas acabaram cedendo diante do argumento de que um tanto de gente reunida, a rigor, não configurava um evento. Até que encontraram um raciocínio engenhoso para esvaziar a praia: cadeiras e barracas são mobiliário urbano; se tem mobiliário urbano na praça, é evento; e evento não pode. Mas a resistência se saiu com um contra-argumento não menos esperto: na praça não pode, mas, se o mobiliário não ficasse no chão da praça, não estaria na praça. E lá se foram os manifestantes segurando cadeiras e tendas no ar. Noutra tentativa de boicotar o evento, os guardas resolveram desligar as fontes. Mas um chapéu não tardou a correr entre os presentes e um caminhão-pipa veio refrescar a multidão, pela bagatela de 150 reais (MANNA, 2012, não paginado).

Após a sua primeira edição, o ato passou a realizar-se semanalmente, sempre aos sábados (Figura 37). A organização era feita ao longo da semana, tanto presencialmente (em reuniões realizadas às quintas-feiras no local), quanto *online*, por meio do Twitter, da lista de e-mails e do Blog (https://pracalivrebh.wordpress.com). Com um número variável de participantes (de quarenta a trezentas pessoas), os encontros perduraram até o mês de maio, quando, com a chegada do frio, foram interrompidos. A sua retomada deu-se apenas com re-início do verão, em dezembro.

Figura 37 – Praia da Estação (dezembro de 2010)



Fonte: DENUBILA, 2010

É interessante notar, contudo, que nestes três primeiros meses de ocorrência, o espaço da praça foi alvo de algumas notáveis medidas institucionais encabeçadas pela Prefeitura. Duas semanas após a realização da primeira experiência, o prefeito sancionou outro Decreto (nº 13.863/2010)[95] por meio do qual ficava instituída a Comissão Especial para a Regulamentação de Eventos na Praça da Estação. Composta por membros de secretarias e órgãos municipais – e nenhum representante da sociedade civil – tal comissão trabalhou durante pouco mais de três meses na elaboração de diretrizes que regulamentariam a realização de eventos no espaço. Ao fim desse período, um resumo das discussões desenvolvidas pelo grupo foram publicadas na portaria 02/2010 da Secretaria de Administração Regional Municipal Centro-Sul[96]. Dentre os pontos levantados, destaca-se o condicionamento da realização de eventos no local à provisão de cercamento físico da área e ao pagamento de uma taxa caução – a qual poderia variar de oito a vinte mil reais, de acordo com o público previsto. Frente a tais decisões, o Decreto nº 13.798 foi revogado[97].

---

[95] BELO HORIZONTE. Decreto 13.863 de 29 de janeiro de 2010. **Diário Oficial do Município**, Belo Horizonte, 2010. Disponível em: <http://portal6.pbh.gov.br/dom/iniciaEdicao.do?method=DetalheArtigo&pk=1022906>. Acesso em 9 jun. 2015.

[96] BELO HORIZONTE. Portaria SARMU-CS 02/2010. **Diário Oficial do Município**, Belo Horizonte, 2010. Disponível em : <http://portal6.pbh.gov.br/dom/iniciaEdicao.do?method=DetalheArtigo&pk=1031525> Acesso em 9 jun. 2015.

[97] A revogação do Decreto nº 13.798/09 é feita pelo Decreto nº 13.960/10. Cf. BELO HORIZONTE. Decreto 13.960 de 4 de maio de 2010. **Diário Oficial do Município**, Belo Horizonte, 2010. Disponível em: <http://portal6.pbh.gov.br/dom/iniciaEdicao.do?method=DetalheArtigo&pk=1031517>. Acesso em 9 jun. 2015.

Tal processo deu origem a uma intensa de dinâmica de discussões por parte dos participantes do movimento. Segundo Albuquerque (2013):

> À criação da Comissão, seguiu-se um intenso debate sobre reivindicar ou não a participação de membros da sociedade civil – que culminou na decisão de não legitimar as decisões tomadas naquele espaço. Embora representem o fim do decreto, as decisões descritas na portaria 02/2010 também não agradam os manifestantes. Ainda que grande parte deles reconheça a necessidade de alguma regulamentação, o cercamento da praça e a cobrança para o uso são associados a práticas de fechamento e negação do espaço público, fortemente rechaçadas (ALBUQUERQUE, 2013, p.23)

Quanto à decisão política do grupo de não apoio à Comissão, vale destacar que, no caso do Programa Corredor Cultural da Praça da Estação, a situação será diversa. Como veremos adiante, no âmbito deste último – o qual engloba também outros atores e ocorre, destacamos, em um outro momento – será formalizada uma Comissão de Acompanhamento composta por dez representantes da sociedade civil, muitos deles atuantes diretamente no espaço. Sobre o andamento e os resultados parciais desse processo, discorreremos mais a frente no texto.

Por ora, detenhamo-nos às táticas surgidas, no âmbito da Praia, para dar corpo ao referido "rechaçamento" às práticas de "fechamento e negação do espaço público" – nas quais, segundo o relato de Albuquerque, tanto o decreto anterior quanto as próprias deliberações da Comissão se enquadrariam. Dentre estas destaca-se a articulação daquilo que veio a se chamar, como forma de provocação ao conteúdo do Decreto nº 13.798, "Eventão de Qualquer Natureza". Em texto intitulado "A onda não morre na praia", publicado no Blog Praça Livre em 20 de fevereiro de 2010, tem-se a seguinte exposição a seu respeito:

> Muita coisa tem acontecido na Praça da Estação com o objetivo de questionar o decreto 13.798 de 2009, que sitiou a praça, proibindo de acontecerem lá "eventos de qualquer natureza", e o 13.863 de 2010, que instituiu uma comissão uni-lateral para criar uma regulamentação de uso da praça. Então, esse é um chamado para quem se interessar em unir esforços para a o organização de um "evento de qualquer natureza" na Praça da Estação. Seja propondo atividades, como debate, oficina, mostra de vídeo, musica, malabares, teatro ou o que for, ou auxiliando nas discussões ou demais correrias para a sua realização. Pretende-se que esse evento aconteça no dia 6 de março, e claro, que se mantenha ainda nessa onda de questionar a prefeitura quanto a proibição do uso, comissão uni-lateral e ocupação da cidade (LUTHER BLISSET, 2010, não paginado)

Pelo Decreto nº 13.961/10 fica, ainda, definido o pagamento para a utilização da Praça da Estação, proporcionalmente ao número de dias: R$9.600,00 (para eventos de 1 a 2 dias), R$ 14.400,00 (para eventos de 3 a 4 dias) e R$ 19.200,00 (para eventos de 5 a 6 dias). Cf. BELO HORIZONTE. Decreto 13.961 de 4 de maio de 2010. **Diário Oficial do Município**, Belo Horizonte, 2010. Disponível em: <http://portal6.pbh.gov.br/dom/iniciaEdicao.do?method=DetalheArtigo&pk=1022906>. Acesso em 9 jun. 2015.

Tratava-se de um ato festivo. O seu escopo, bastante aberto, era o de aglomerar múltiplas formas de manifestação cultural (oficinas, shows, performances e qualquer outra ação que os participantes se dispusessem a realizar) de forma a fazer frente à proibição da Prefeitura. Sua primeira edição, para a qual o texto acima configura um chamado, ocorreu em 6 de março de 2010 (Figura 38) e foi atravessada por um forte apelo à ideia de auto-gestão (ALBUQUERQUE, 2013). Em uma página Wiki[98], criada especialmente para a sua articulação, qualquer pessoa poderia propor atividades e ações a serem realizadas no dia. Ora, como veremos adiante, tal tática será retomada também em A Ocupação.

Figura 38 – Convocatória para o primeiro Eventão de Qualquer Natureza



Fonte: Meirelles, 2010.

Além disso, como forma de arrecadar recursos, houve venda de cerveja no local e foram confeccionadas bolsas térmicas a serem vendidas aos participantes. Também as apresentações das bandas foram viabilizadas de maneira autônoma. Assim como veremos ocorrer em A Ocupação mais adiante, amigos e integrantes dos grupos trabalharam de forma a reunir os equipamentos e a estrutura necessária para a sua realização.

Segundo Albuquerque (2013), no dia do ato, a Polícia Militar e a Guarda Municipal – que acompanhavam de perto a movimentação – pressionaram para que o grupo se transferisse para o baixio do Viaduto Santa Tereza. Os manifestantes, em protesto frente à tentativa de

[98] O Wiki é uma plataforma colaborativa online, cujo conteúdo pode ser visualizado e editado por qualquer pessoa.

dissuasão do movimento, marcharam até o local permitido de forma a ocupar temporariamente a Avenida dos Andradas.

O Eventão teve uma adesão de público significativa, repetindo-se outras duas vezes – em 8 de maio de 2010 e em 22 de janeiro de 2011, quando reuniu cerca de 600 pessoas (Figura 39). O ato demonstrava a força simbólica que a Praia vinha adquirindo e a influência por ela exercida em movimentos que, assim como este, iam além da ação "praieira" em si. Para Albuquerque:

> Os Eventões mostram como a Praia da Estação tornou-se maior do que a ação propriamente dita, tornando-se referência para uma série de práticas – que ainda que não fossem tocadas exclusivamente pelos banhistas, alimentavam-se da força simbólica da manifestação, como saraus, shows e atividades culturais organizadas por coletivos autônomos no espaço da Praça (ALBUQUERQUE, 2013, p.21)

Figura 39 – 3º Eventão de Qualquer Natureza (22/01/2011)



Fonte: RAJÃO, 2010.

Além do Eventão, outros atos – relativos a atores e pautas as mais diversas – foram, com o tempo, sendo incorporados às discussões do grupo que se organizava em torno à Praia. É o caso, por exemplo, da causa pela reativação do Festival Internacional de Teatro (FIT) que, em 2010, havia mobilizado diversos agentes da cena cultural da cidade.

Frente ao cancelamento do festival por parte da Fundação Municipal de Cultura,

organizou-se uma edição especial da Praia, na qual foi realizado um cortejo dos banhistas até o prédio da Prefeitura e um ato de "lavação" da escadaria do edifício com água provinda de um caminhão-pipa. A pauta relativa aos blocos independentes do Carnaval de Rua de Belo Horizonte também foi incorporada às atividades do movimento. Tal fato é expresso tanto por meio da criação do Bloco da Praia da Estação, em 2010, quanto pela própria inclusão, a partir de 2011, de ensaios de outros blocos independentes nos encontros praianos (ALBUQUERQUE, 2013).

Outra pauta incorporada ao ato refere-se ao assassinato de dois moradores do Aglomerado da Serra (aglomerado localizado na região Centro-Sul de Belo Horizonte). O fato, ocorrido em 2011, havia gerado grande comoção em meio aos movimentos sociais da época – e demonstrava, mais uma vez, as condições vulneráveis e extremamente violentas a que os habitantes das vilas e favelas da cidade estavam submetidos. De forma a endossar o movimento de resistência em torno ao assassinato, foi realizada uma edição especial da Praia na Praça do Cardoso, local que vinha sendo utilizado pela própria população do aglomerado para protestos.

Outra importante pauta que atravessou as discussões dos banhistas foi a luta do próprio Duelo de Mc's diante da intenção da Prefeitura de Belo Horizonte em transformar o caráter da manifestação. Como pudemos observar ao longo das linhas anteriores, esse impasse tornou-se explícito em 2012, época em que foi gerada ampla mobilização dos movimentos artísticos e sociais atuantes no local.

A questão referente aos despejos realizados pela Prefeitura de Belo Horizonte em decorrência da aproximação da Copa do Mundo FIFA de Futebol 2014 – evento que seria sediado, em parte, na cidade – também foi tema de discussão entre os manifestantes-praieiros, os quais passaram a articular-se ao Comitê Popular dos Atingidos pela Copa (COPAC)[99] – importante agente dos Protestos que eclodiram em junho de 2013 na cidade (ALBUQUERQUE, 2013).

A Praia é também apontada como um dos principais agentes articuladores do movimento "Fora Lacerda, surgido em 2011 com o objetivo de fazer frente ao projeto político do então prefeito, Márcio Lacerda (PRAÇA LIVRE, 2010). O movimento era suprapartidário e tinha como intuito reunir grupos insatisfeitos com as medidas tomadas pelo político em seu

[99] O Comitê Popular dos Atingidos pela Copa é uma iniciativa da sociedade civil, articulada entre todas as cidades-sede e voltada para a discussão dos impactos sociais da Copa do Mundo no Brasil. Disponível em: <http://atingidoscopa2014.wordpress.com/> Acesso 26 jun. 2015. Trataremos das ações engendradas pelo grupo em Belo Horizonte no item 2.10 do presente trabalho.

mandato. As reuniões eram realizadas na Praça da Estação e os temas abordados atravessavam, muitas vezes, as próprias ações da Praia. Mais a frente, o movimento torna-se um importante agente impulsionador da própria retomada do ato praieiro em 2012 (ALBUQUERQUE, 2013).

Quanto à divulgação da Praia pela mídia convencional destacam-se, ao menos, dois momentos: o primeiro deles é marcado pela ausência de cobertura midiática, e o outro, caracterizado pelo que alguns dentre os manifestantes qualificaram como uma sorte de "fetichização" da ação. Em texto incluído no Blog "Comjunto Vazio" em 28 de maio de 2011, uma reportagem publicada em uma revista local (Revista Encontro) é utilizada para ilustrar a tomada da ação, por parte da mídia, como atividade voltada meramente para o lazer de jovens "descolados" da cidade. Na reportagem, a área é tratada como "uma versão mineira da Lapa carioca" e a Praia, descrita sem qualquer menção aos fatos políticos que a motivaram (Figura 40).

Figura 40 – Reportagem "Até parece a Lapa" (Revista Encontro)



Fonte: COMJUNTO VAZIO, 2011.

É importante destacar, contudo, que as opiniões dos banhistas divergem quanto à relevância de tal questão para o movimento. Se parte deles considerava predatória a tentativa de "neutralização", por parte da mídia, do caráter político e crítico dos atos, para outros –

como é frisado no texto do Blog – esta não configurava uma questão significativa (COMJUNTO VAZIO, 2011).

De uma maneira ou de outra, o fato é que o movimento era (e continua sendo até hoje), continuamente atravessado pelos diversos discursos surgidos a seu respeito nos ambientes midiáticos. Dessa dinâmica nada linear emergem linhas de força, mas também algumas potentes brechas e linhas de fuga. Ora, por meio destas os seus processos políticos parecem conseguir, de alguma maneira, sempre persistir. Em outras palavras, a partir de uma continuada reinvenção de suas táticas, o ato parece conseguir se renovar mesmo diante de quadros propensos à desarticulação e ao esvaziamento. Prova disso é que, mesmo nos anos seguintes, o movimento continua aglomerando um número cada vez maior de adeptos, e a força das experimentações nele ensaiadas se faz sentir em ações e movimentos de resistência surgidos em diversos espaços e contextos: a Ocupação da Câmara, A Ocupação e, mais a frente, o Espaço Comum Luiz Estrela[100] são alguns exemplos. A esse respeito, Silvia Andrade pontua:

> ***Silvia***: *– Porque A Ocupação ela tem sido o nosso instrumento, a Ocupação e o aprendizado que reverbera dela né, e* que vem da Praia*, ela tem sido o instrumento muito de uma série de outros movimentos que surgiram depois (...)*
> *E aí a ocupação eu entendo que, muito por causa muito disso que vinha acontecendo, por causa da força que teve a bandeira - a Ocupação da Câmara - e principalmente por causa da* nossa escola Praia da Estação*, ela foi sustentada pela festa (APÊNDICE A, p.316).*

No sentido da consideração da Praia como uma espécie de *escola* no âmbito das experimentações estéticas ocorridas posteriormente na cidade, Thálita Motta completa:

> ***Thálita***: *– E é essa a potência que eu vejo da cidade, né? Não é uma cidade com praia deliciosa, é uma cidade com* Ocupações*. [Pausa] E eu não vejo desconexão desde a Praia, até isso tudo, e inclusive o espaço comum [Espaço Comum Luiz Estrela] (APÊNDICE A, p.320).*

2.6.4 Rotatória Praia da Estação

Neste ponto, um pequeno recuo no tempo faz-se necessário de forma a demonstrarmos que a tática de transformação da Praça da Estação em praia, não era, contudo, inédita à época da realização do primeiro ato "praieiro" (COMJUNTO VAZIO, 2011). Em dezembro de 2009, antes mesmo do sancionamento do Decreto nº 13.798/09, o coletivo Azucrina já havia

[100] Ver item 2.15.2.

realizado, no local, a "Rotatória Praia da Estação" (Figura 41) – ato composto por pessoas vestidas em trajes de banho que se divertiam entre as fontes da praça e apresentações de algumas bandas locais. Tal ação, contudo, não era uma novidade na cidade: há alguns anos esse e outros coletivos já a vinham promovendo, por meio da mesma ideia de "faça-você-mesmo", em diversas outros espaços de Belo Horizonte. Ora, tal fato dá a ver que a utilização da imagem da "praia" como forma lúdica de reivindicação pelo território não era nova e tampouco estática: apropriada, reutilizada e ressignificada de forma a afrontar questões e contextos diversos, esta configura um bom exemplo de como as experimentações envolvidas nas manifestações de resistência aqui abordadas configuram construtos coletivos e mutáveis. De fato, talvez resida justamente aí a sua força.

Figura 41 – Convocatória para a Rotatória Praia da Estação



Fonte: AZUCRINÁLIA, 2009.

*

Passemos, neste ponto, à apresentação de dois equipamentos culturais que, em 2010, passaram a integrar a área do baixio do Viaduto Santa Tereza. Estes, apesar de referentes a *espaços físicos* (e não a locais públicos, como é o caso das manifestações acima apresentadas) – são aqui destacados, e tomados como "*manifestações* de resistência", pelo fato de atuarem, em grande medida, de forma atravessada à ação dos movimentos aqui apresentados, compartilhando muitos de seus processos e contribuindo, principalmente no caso do Espanca, fortemente para a realização de suas ações.

2.6.5 Nelson Bordello

O primeiro deles é o Espaço Cultural Nelson Bordello, instalado em julho de 2010 em um edifício lindeiro ao largo formado pelo encontro entre a rua Aarão Reis e o baixio do Viaduto Santa Tereza (Figura 42).

Figura 42 – Fachada do Espaço Cultural Nelson Bordello



Fonte: CASA FORA DO EIXO MINAS, 2012.

Com decoração inspirada nos bordéis que existiram no centro da cidade na década de 1920, o bar-restaurante-cabaré acabou por tornar-se uma importante referência na cena cultural *underground* da cidade. O local atraía para a área um público majoritariamente jovem,

interessado em música alternativa e em experimentações artísticas de modo geral. A programação do espaço, aberto de terça-feira a domingo, mostra-se bastante diversificada:

> Às terças-feiras a literatura invade a casa chamando aos loucos e as desvairadas. Quarta é o dia em que a casa se transforma em um grande cabaré com suas gaiolas e dramas. As quintas vamos de jazz e instrumental, porque não? Sextas-feiras voltamos nossos rostos para mãe África ao som do beat e do drumm: soul e rap. Sábado é dia de festa. Domingo não há de faltar nunca samba, feijoada e cachaça, muita cachaça (NELSON BORDELLO, 2015)

Além da agenda semanal costumeira, bazares, esquetes de teatro, lançamento de revistas, performances, apresentações audiovisuais e exposições de artistas locais eram realizados ocasionalmente no local. Com o pulso carimbado – sinal de pagamento do ingresso de dez reais requerido à porta – os frequentadores de tais eventos podiam se instalar nas mesas internas e sair, de tempos em tempos, à movimentada calçada localizada à entrada do espaço (a qual ganhou o apelido de "Portello"). As dinâmicas do bar-cabaré se davam, assim, entre a parte interna – onde eram realizadas as apresentações musicais – e a referida calçada, que – lindeira ao palco onde, nas noites de sexta-feira, ocorria o Duelo de Mc's – transformava-se em um espaço de confluência dos públicos de ambos os acontecimentos (Figura 43).

Figura 43 – Calçada lindeira ao espaço cultural Nelson Bordello



Fonte: SLEEPWALKERS ENTRETENIMENTO, 2012.

A camada relativa ao público do Nelson Bordello vinha a somar-se, assim, em

graus e intensidades variáveis às outras já presentes no espaço – relativas, não apenas ao Duelo, mas também à população de rua e aos frequentadores dos bares lindeiros. Evidentemente, o fato de o acesso ao bar ser possível apenas mediante pagamento, mostrava-se um empecilho: tal fato dificultava, por exemplo, que pessoas em situação de rua ou setores de menor poder aquisitivo da população o adentrassem – apesar da alegação de Bernardo Guimarães (um de seus articuladores), de que a interação com estes atores configurava uma forte preocupação do espaço (EMBAIXO DO VIADUTO, 2015).

Ora, com o espaço da rua, a interação de fato era intensa. O público, mesmo se formado sobretudo por pessoas ligadas à cena alternativa da cidade (público diverso, por exemplo, daquele que frequentava os bares populares do Edifício Central), ultrapassava em muito os limites do local, contribuindo para a consolidação da calçada a ele lindeira (o "Portello") como espaço de realização de experimentações e encontro de tribos diversas. Além de presente nessa intensa relação com a rua, o caráter experimental, ou em última instância *resistente* do espaço, fazia-se sentir também em outros aspectos: por meio, por exemplo, da ausência de alvará de funcionamento e das contínuas lutas com a Prefeitura para seguir funcionando. De fato, em maio de 2012, o órgão municipal exige o seu fechamento.

Tal acontecimento gerou grande comoção em meio aos frequentadores e às bandas (em sua maioria da cena independente da cidade) que ali costumavam se apresentar. Estas, com o intuito de arrecadar fundos para a regularização do local, promoveram uma festa intitulada "Volta Bordello" no Mercado das Borboletas. Dentre os envolvidos em sua organização incluem-se as bandas Pequena Morte, Unión Latina, Santiago Blues, Roodboss Soundsystem e os DJs Yuga e Cubanito – muitos deles integrantes ativos do movimento de co-construção de A Ocupação, no ano seguinte. A festa foi realizada em julho daquele mesmo ano e o bar-cabaré, então regularizado, voltou a funcionar em agosto. Dois anos depois, em 2014, o local é fechado de forma definitiva[101].

2.6.6 Espanca!

O segundo equipamento que aqui apresentaremos é a sede do grupo de teatro Espanca, instalada em um espaço contíguo àquele ocupado, até 2014, pelo Nelson Bordello (Figura 44). Nascido em setembro de 2004 em meio ao Festival Cenas Curtas do Galpão Cine Horto, o grupo teatral instalou-se no local apenas em outubro de 2010. Segundo Marcelo Castro, um de

[101] Em 2015 é inaugurado, em seu lugar o espaço Baixo Centro Cultural. Cf. BAIXO Centro Cultural. Facebook. Dispoínel em: < https://www.facebook.com/baixocentrocultural/?fref=ts>. Acesso em: 2 out. 2015.

seus integrantes, a decisão de criar o galpão foi permeada pelo desejo de que o trabalho do grupo fosse afetado pelos diversos processos em curso na área. Nas palavras do ator: "decidimos ir para o centro para que a cidade interferisse na gente. E foi o que aconteceu. Alterou nosso modo de pensar e a estética do grupo" (CASTRO, 2014, não paginado).

Figura 44 – Fachada da sede do grupo de teatro Espanca!



Fonte: CASTRO, 2015.

Com uma programação diversificada, marcada pela presença de linguagens e públicos bastante heterogêneos, o espaço já abrigou – além de espetáculos teatrais – oficinas, shows de bandas musicais, aulas de dança urbana, bailes de House Music, residências coletivas de experimentações gráficas, lançamento de revistas, exibição de filmes e diversas edições do Sarau Vira-Lata (ver Figura 45) e do Coletivoz. Dentre os festivais e mostras que tiveram lugar no galpão podemos destacar o Festival de Performance de Belo Horizonte, o Fórum Nova Cena[102], o Festival de Arte Negra, o programa Janela de Dramaturgia[103], a Mostra Marginália Lab de Arte e Tecnologia[104] e o Acto! Encontro de Teatro[105] (Figura 46).

[102]O Fórum Nova Cena surgiu em 2010 com o intuito de criar, na cidade de Belo Horizonte, um espaço para o debate sobre os mecanismos de fomento e incentivo à cultura nas três esferas: municipal, estadual e federal. Em abril de 2010 o Fórum Nova Cena decidiu por tornar-se um Movimento e deu início a "ações efetivas de

Figura 45 – Sarau Vira-Lata no teatro Espanca



Fonte: BERNARDO, 2014.

avaliação das políticas públicas já existentes e de proposição de novos mecanismos, tendo como princípio ético a participação democrática na construção do pensamento coletivo e como premissa ideológica o reconhecimento da responsabilidade do Estado para com o fomento à Cultura". Disponível em: <https://movimentonovacena.wordpress.com/sobre/> Acesso em: 10 ago. 2015.

[103] O Janela de Dramaturgia foi criado em 2012, em parceria com o Teatro Espanca!, como espaço dedicado à divulgação, estímulo e ao pensamento da escrita teatral contemporânea. Além da mostra anual de textos, o projeto inclui bate-papo com os autores, rodas de conversa e produção de textos críticos a respeito de temas relevantes sobre a produção contemporânea, oficinas e palestras. Disponível em: <http://janeladedramaturgia.com/>. Acesso em : 12 ago. 2015.

[104] O Marginália+Lab foi criado a partir da iniciativa do coletivo belo-horizontino Marginália Project, como um espaço de criação e investigação em arte e tecnologia. O laboratório é patrocinado pela Vivo, através da Lei Estadual de Incentivo à Cultura de Minas Gerais, integrando o programa cultural Vivo Lab. A Mostra funciona como espaço de apresentação dos resultados das residências artísticas nacionais e internacionais desenvolvidas no âmbito do laboratório. Disponível em: <http://marginalialab.com/> . Acesso em: 12 ago. 2015.

[105] O Acto Encontro de Teatro acontece na sede do teatro Espanca e tem como objetivo funcionar, simultaneamente, como um Festival e um espaço de troca a respeito da produção teatral. A cada nova edição o encontro reúne, além de companhias locais, grupos provindos de diversas partes do Brasil. Disponível em: <http://espanca.com/c/projetos/acto/>. Acesso em: 12 ago. 2015.

Figura 46 – ACTO III Encontro de Teatro no teatro Espanca!



Fonte: CARAM, 2012.

A intensa relação do espaço com os demais grupos culturais atuantes na área do Viaduto Santa Tereza é um ponto marcante de sua trajetória. De fato, conforme texto incluído no Site do grupo, a manutenção do galpão "se dá em diálogo com a comunidade ao seu redor, através de práticas diárias de convivência, ações políticas e intervenções estéticas realizadas em diálogo com a rua, sua diversidade e suas contradições" (ESPANCA, 2015). O surgimento, em 2011, do Núcleo de Criação de Arte e Ativismo é um bom exemplo desse contínuo atravessamento. Coordenado pelo integrante Gustavo Bones, o núcleo nasce do desejo de tomar a prática artística a partir de uma atitude de resistência às "injustiças sociais, econômicas e simbólicas" que permeiam os espaços da cidade. A esse respeito, lê-se no Site do grupo:

> *Tensionando as relações* entre arte e política, arte e realidade social, arte e comunidades periféricas, o Núcleo aproxima-se de causas ativistas para criar objetos artísticos comprometidos com a *mudança da realidade*. A partir do contato com membros de movimentos sociais ou minorias oprimidas (moradores de rua, desalojados da Copa, sem-teto, etc), os participantes criaram, junto dessas pessoas, intervenções que propunham alternativas à realidade. O processo experimentou princípios do teatro, da performance arte e da intervenção urbana, além de refletir sobre "práticas coletivas", "teatro de relação" e "urbanismo afetivo" (ESPANCA, 2015, não paginado, grifos nossos).

Trata-se, como vemos, de uma tentativa declarada de propor caminhos alternativos, fortemente ligados ao emponderamento das "minorias oprimidas". Mas, nesse sentido, em que

esfera os referidos "objetos artísticos" atuariam? Ora, parece-nos se tratar de mais um exemplo no qual a interferência se encontra no âmbito do simbólico, ou ainda, na esfera da própria criação subjetiva. Como dissemos no momento introdutório desse texto: no ato de criar formas de subjetivação singulares, que contornem o processo de assujeitamento a imagens urbanas prontas – poderosas formas de fomento à produção de cidades excludentes e pretensamente unívocas. Ora, os "objetos" e ações do grupo parecem voltados justamente para a invenção de dinâmicas que façam frente a essa lógica, a partir da primazia da diferença e, assim, do tateamento de caminhos para a construção de espaços de fato singulares. Mas, como, afinal, se daria esse processo? "Urbanismos afetivos" – lemos acima. O afeto como arma contra a lógica urbana guiada pelo mercado e voltada para a acumulação de poucos? Outra pista surge logo em seguida: "práticas coletivas", formas de construção conjunta. Com efeito, parece primordial a emergência, na criação mesma desses territórios singulares, de uma certa ideia de comum.

Dentre as atividades do Núcleo promovidas especificamente na área adjacente à sede do Espanca destacam-se o PopNique, piquenique coletivo realizado na Praça da Estação como forma de fazer frente ao fechamento do Miguilim[106]; o Pop-Nique da Praia do Trabalhador (ação articulada no âmbito da Praia da Estação) e a LavAção, ato conjunto de limpeza da área do Viaduto Santa Tereza, que será retomado, em junho de 2013, como uma das táticas de A Ocupação.

Para além das ações desenvolvidas especificamente pelo Núcleo de Criação Arte e Ativismo, outras aproximações entre o espaço do grupo de teatro Espanca e os movimentos sócio-culturais locais devem ser pontuadas. O galpão, além de configurar palco para o Carnaval de Rua da cidade desde 2011 (ver Figura 47), assume um importante papel no processo de articulação das ações culturais de resistência realizadas na área – é o caso, por exemplo de A Ocupação, para a qual o espaço serviu como ponto de apoio.

[106] Como vimos no item 2.5 deste trabalho, o fechamento da instituição em 2012 havia provocado uma forte mobilização por parte dos movimentos culturais e sociais da cidade. Cf. ONG PACTO et al. **Carta Aberta**. In: FORUM DA JUVENTUDE DA GRANDE BH. **Grupos e entidades de BH lançam Carta Aberta sobre o fechamento do Miguilim, espaço para crianças e adolescentes em situação de rua**. 2014. Disponível em: < http://forumdasjuventudes.org.br/grupos-e-entidades-de-bh-lancam-carta-aberta-sobre-o-fechamento-do-miguilim-espaco-para-criancas-e-adolescentes-em-situacao-de-rua/> . Acesso em: 20 jul. 2015.

Figura 47 – Bloco da Praia da Estação no teatro Espanca (Carnaval de 2013)
teatro Espanca (Carnaval de 2013)



Fonte: CIRCUITO FORA DO EIXO, 2013.

2.6.7 BAixo BAhia

Retomemos, neste ponto, a abordagem dos movimentos culturais que têm como "sede" as próprias ruas e calçadas do Viaduto Santa Tereza e da Praça da Estação. Este é o caso, por exemplo, do BAixo BAhia Futebol Social, espécie de time-movimento surgido em meio ao Carnaval de Rua de 2011.

Segundo Priscila Musa, arquiteta, urbanista e atacante da equipe, a ideia nasceu da articulação de "um grupo de meninas que participou de blocos e se propôs a pensar formas carnavalescas de ocupar o espaço público durante o ano inteiro" (MUSA, 2011, não paginado). É a área do baixio do Viaduto Santa Tereza – que, situada nas proximidades da rua da Bahia, dá o próprio nome do grupo. O local, de fato, transformou-se em seu primeiro "campo". Nele, o time (formado apenas por mulheres), passou a jogar periodicamente, de forma a agregar, na partida, moradores de rua, moradores de ocupações urbanas, transeuntes e qualquer outra pessoa que, ao cruzar o caminho, se dispusesse a se juntar à equipe (ver Figura 48).

> O objetivo, segundo descrição contida na página Facebook do BABA (como é também chamado), é "transformar as ruas da cidade em campo aberto para *práticas cotidianas de compartilhamento*, através de um esporte de caráter coletivo e agregador: o futebol!" (BAIXO BAHIA, 2015, grifos nossos).

Figura 48 – BAixo BAhia na Praça da Estação

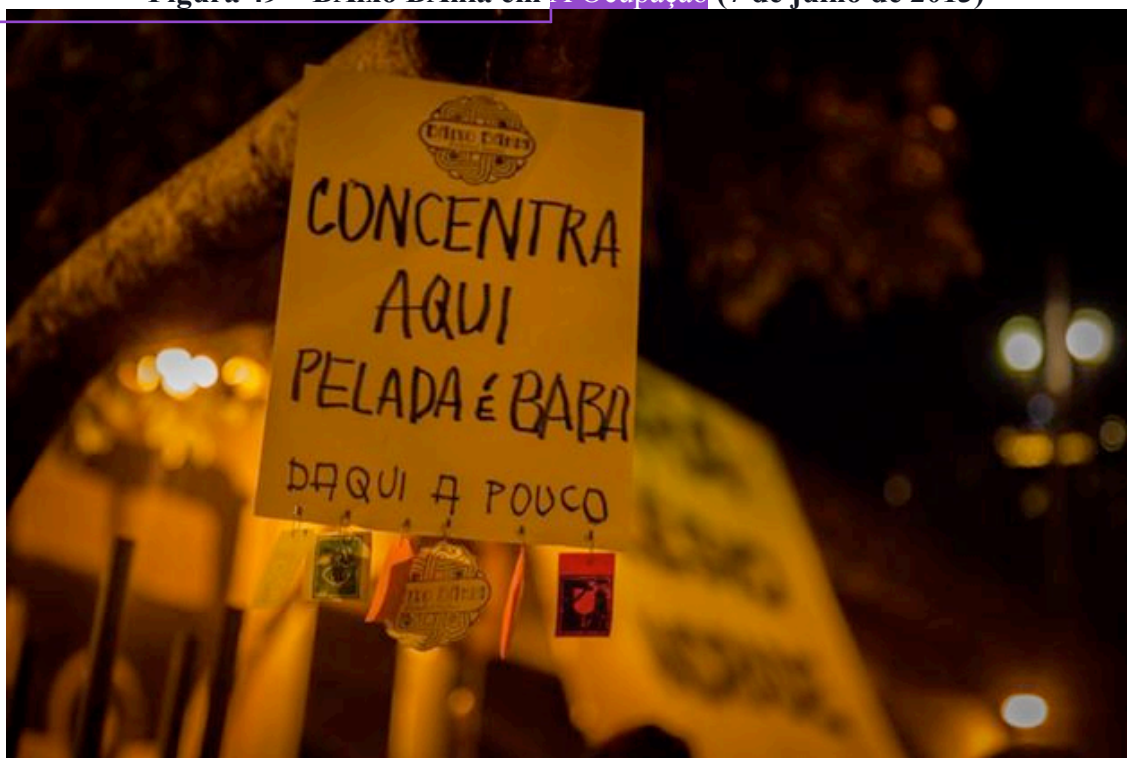


Fonte: BAIXO BAHIA, 2012.

A metodologia utilizada pela equipe recebeu a designação de "práticas de não saber": "não sabemos jogar futebol direito, não sabemos como é fazer isso na rua, não sabemos sequer quem vamos encontrar para jogar conosco, mas estamos dispostos a nos colocar nessa relação de troca e incorporar nossos corpos à cidade através de uma bola" (MUSA, 2012, não paginado) relata a atacante Priscila Musa. Tática lúdica, experimento sem técnica (e portanto, voltado *a qualquer um*), que parte da potência agregadora do futebol para, de alguma maneira, embaralhar lugares, compartilhar espaços e experimentar, com isso, a emergência de possíveis outros territórios urbanos. É assim que o time vêm propondo seus jogos-manifestos.

Além das diversas partidas realizadas no baixio do Viaduto Santa Tereza, o BABA estava presente em ações como a LavAção (ocorrida em 2012 neste mesmo espaço), e a própria A Ocupação, que viria a ocupá-lo em junho do ano seguinte (Figura 49). Na ocasião, uma pelada foi articulada entre diversos times montados pelos movimentos sociais da cidade.

Figura 49 – BAixo BAhia em A Ocupação (7 de julho de 2013)



Fonte: MUSA, 2013.

2.6.8 Sarau Vira-Lata

Poesia é vida (a Ferreira Gullar)
Pra que serve a poesia?
Será mero devaneio de mentes doentias, dor de cotovelo, falta de dinheiro, vagabundagem iluminada, ou deveras, epifania?
Pra que serve a poesia?
O que és (mistério) não sei, e se soubesse não diria...
Não assim, tão sóbrio, sem um que de bruxaria
E se acaso tentasse, certamente versaria, já que o que me tira o sono, em metafórica agonia, é pensar pra que diabos serve esta tal de poesia!
Nos emocionar e nos inspirar, já não é bastante serventia?
Para os poetas certamente, estes concordariam
Mas num mundo onde tudo é, tão somente, mercadoria
E a natureza finita é destruída à revelia, na lógica brutal de exploração da mais-valia, me diz, meu irmão: O que é que você queria?
Poetizar o capitalismo ou capitalizar a poesia?
Como um vira-lata correndo atrás do próprio rabo, numa viciante brincadeira sem qualquer utilidade prática ou cotidiana, a arte das palavras emerge de seus abismos, materializa-se ao acaso e retorna ao limbo poético sem se preocupar se existia ou não a necessidade de ser!
Poesia é isso: Tudo certo, incerto! Tudo possível, impossível!
A propósito, um Periquito (grisalho) me indagou, não é assim também a vida?
(FERNANDES, 2015, não paginado)[107]

Em 14 de dezembro de 2011, o baixio do Viaduto Santa Tereza foi palco para o Sarau

[107] "Filho" do Sarau Vira-lata, como ele próprio se intitula, Betto Fernandes é um poeta de Belo Horizonte, atuante também no campo das artes cênicas e da música. Cf. BETTO FERNANDES. **Poemas**. 2015. Disponível em <http://bettofernandes.wix.com/betto-fernandes#!poemas/c10fk>. Acesso em: 20 set. 2015.

Vira-Lata, movimento nômade que gira em torno à realização de recitais de poesia em espaços públicos da cidade. O sarau havia sido criado em agosto daquele mesmo ano pelo "Sindicato dos Cachorros de Rua" – coletivo nascido por iniciativa dos grupos Família de Rua e Coletivoz[108] – e, após ocorrer na Praça da Boa Viagem (30/08/2011), no Parque Municipal (04/09/2011), na porta da Prefeitura (20/09/2011), na Praça do Papa (05/10/2011), na Praça da Assembleia (01/11/2011), no bairro Floresta (26/11/2011) e na Avenida Santos Dumont (29/11/2011), vinha, com seu versos marginais proclamados em roda, ocupar também a área coberta pelo Viaduto Santa Tereza (Figura 50 e 51).

Figura 50 – Convocatórias para as primeiras edições do Sarau Vira-Lata



Fonte: Adaptado de SARAU VIRA-LATA, 2015.

[108] O Coletivoz é um "sarau de periferia" nascido em 2008, na região do Barreiro, em Belo Horizonte. Disponível em <http://coletivoz.blogspot.com.br>. Acesso em: 12 jun. 2015.

Figura 51 – Convocatória para o Sarau Vira-Lata no baixio do Viaduto Santa Tereza



Fonte: SARAU VIRA-LATA, 2012.

O ritual de ocupação se repetia a cada nova edição (ver Figura 52). "Atenção cachorrada!" Entre sons de latidos e uivos, os organizadores anunciam aos presentes que o sarau da noite irá começar. A medida que chegam, os poetas vira-latas sentam-se em roda, no chão da calçada ou da praça. Objetos existentes no local são geralmente utilizados para a construção improvisada de bancos e do palco, quando há. Ao centro, um espaço é deixado livre para as performances. A quem quiser participar, é aconselhável que dê, ao mais breve, o nome (ou pseudônimo) à pessoa encarregada pela organização do ato. Anotados em papéis, os nomes irão para dentro de um chapéu e lá permanecerão até o sorteio que definirá a ordem das apresentações. O sarau tem início. Um a um dos vira-latas – com papel à mão ou de maneira improvisada – recitam seus versos, contos, rezas, mandingas, cordéis – longos ou curtos, não há regra. À última performance seguem momentos de confraternização em roda, até que o grupo finalmente se dispersa.

Figura 52: Sarau Vira-Lata no baixio do Viaduto Santa Tereza (21 de agosto de 2012)



Fonte: CASA FORA DO EIXO MINAS, 2012.

Desde a criação do Sarau Vira-Lata, esse ritual vem se repetindo com uma periodicidade mais ou menos estável, de quinze em quinze dias (ora na terça-feira, ora na quarta-feira). O local de ocorrência muda a cada nova edição e é, alguns dias antes, anunciado na Fanpage do grupo no Facebook (www.facebook.com/sarauviralata) e no Blog (poesiaviralata.wordpress.com).

"Sarau de poesia marginal", é como o movimento se auto-define. A esse respeito, em texto publicado no Blog em fevereiro de 2012, lê-se:

> Afinal, o que é poesia marginal? eu não me arrisco a definir o que é poesia? mas e marginal? vamos à origem da palavra – algo sempre muito útil. Marginal remete à margem. Por isso, sempre utiliza-se a palavra marginal para caracterizar pessoas que não se enquadram no chamado padrão comportamental que julgamos ser sempre o "certo" (...) Longe de tentar definir o que é poesia – aí, sim, o "bicho pega" -, tenho comigo que, mais do que o conteúdo do trabalho poético, o que pode ser traduzido como marginal é a forma de divulgação do trabalho – à margem do que temos como modo tradicional de difusão (JAMRA, 2012, não paginado).

De fato, não seria o conteúdo livre dos versos e a própria forma com que se dá o ato, em roda, ao chão, de forma aberta e compartilhada, uma maneira de desafiar o "centro", tanto no que se refere às dinâmicas tradicionais de divulgação artística, quanto à própria lógica de apropriação dos espaços públicos da cidade – lançados por vozes restritas, e controlados,

muitas vezes, de forma a calar o coro singular-plural das vozes marginais? Nomadismo, colaboração, ação e reação frente a performances de *qualquer um*. Como cachorros dispersos pelas sarjetas da metrópoles contemporâneas, os poetas vira-latas parecem propor, por meio de seu ato errante, uma experiência tática de vivência da cidade: um caminho que segue na difícil tentativa de contornar a predominância do "centro" pela tomada da margem como também "digna de voz".

A esse respeito, em texto publicado no Blog do Coletivoz, lê-se:

> (...) O que acontece nas quartas-feiras no Bar do Bozó, religiosamente, às 20hs, é o que preferimos chamar de: "possibilidades de leituras". Torna-se o lugar onde são lidas as entrelinhas de nossa história; da vida diária; ou da gaveta diária. No Rap cantado, ou recitado, ganha-se a dimensão da revolta, da arte, na letra dessa "literacrua"; no poema ingênuo, mas maduro da criança, ganha-se a possibilidade do incentivo à leitura; na interpretação de "causos mineiros", de artistas, acumulam-se repertórios em nossa "panelinha" literária; na leitura ácida dos poetas marginais, ganha-se o testemunho vivo na lírica que esbraveja contra o descaso do poder público nas periferias. Se "a escrita é uma continuação do corpo", como bem nos dizia Roland Barthes, diríamos que o Coletivoz contribui para um corpo maior e mais forte, na armadura da palavra: o Corpo da cidade (COLETIVOZ, 2015, não paginado).

Entre 2012 e 2013, tanto o Coletivoz quanto o Sarau Vira-Lata se apresentarão diversas vezes na área em questão. Principalmente este último, como veremos, a ocupará de forma frequente, tornando-se um importante elo na rede de cultura de resistência que ali paulatinamente se constituía durante estes anos.

Quanto ao Sarau, após a edição de 14 de dezembro de 2012, este foi realizado em duas edições da Praia da Estação (28/01/2012 e 08/02/2012); na calçada em frente ao Nelson Bordello (10/04/2012) (Figura 53); na Praia do Trabalhador (realizada no âmbito da Praia da Estação em 01/05/2012) (Figura 54); na sede do grupo de teatro Espanca (em ato beneficente à Ocupação Urbana Eliana Silvia, em 05/06/2012); no baixio do Viaduto Santa Tereza (21/08/2012); no Museu de Artes e Ofícios (18/12/2012); em frente ao galpão do grupo de teatro Espanca, durante o Carnaval de Rua de 2013 (07/02/2013); no baixio do Viaduto Santa Tereza (16/04/2013); e na Ocupação da Câmara (29/06/2013) – que apesar de realizada fora da área em questão, configura importante experimento no que se refere à A Ocupação que ali irá ocorrer em junho de 2013 (e à qual o Sarau Vira-Lata também integrará).

No Site do grupo de teatro Espanca, há relatos de apresentações do grupo no galpão também em junho de 2012 e em abril e junho de 2013 (como parte da programação do projeto "Espanca! ABERTO PARA"). Quanto ao Coletivoz, há registros de edições realizadas na sede da companhia em março e maio de 2013.

Figura 53: Sarau Vira-Lata na entrada do Nelson Bordello (10/04/2012)



Fonte: SARAU VIRA-LATA, 2012.

Figura 54: Sarau Vira-Lata na Praia do Trabalhador (01/05/2012)



Fonte: SARAU VIRA-LATA, 2012.

2.6.9 Pop Nique

> É necessário passar por tudo isso?
> O movimento está cada vez mais afligindo a todos
> cada um dá uma sugestão?
> A minha: uma caixa de papelão
> talvez não seria uma das melhores soluções
> Vamos voltar a viver, entre aspas, como antes.
> Doação, viaduto, papelão, bimbo, brigas, sangue, morte e a indigência.
> Onde ficam os direitos humanos? (ESTRELA, 2012, não paginado)[109]

O Pop Nique consistiu em um piquenique coletivo realizado na Praça da Estação pelo Núcleo de Criação Arte e Ativismo do grupo de teatro Espanca, a Gangue das Bonecas – coordenada pelo coletivo Paisagens Poéticas – e a população de rua (Figura 55). Ocorrido no dia 1º de abril de 2012, o ato teve como intuito protestar contra o fechamento do Centro de Referência à População de Rua (CREAS POP)/Programa Miguilim – assunto que havia gerado grande comoção em meio aos moradores de rua e movimentos sociais locais.

Figura 55 – PopNique na Praça da Estação (1º de abril de 2012)



Fonte: GANGUE DAS BONECAS, 2012.

[109] Luiz Estrela foi um poeta e morador de rua da região do Viaduto Santa Tereza, em Belo Horizonte. Integrante do grupo Gangue das Bonecas, ele atuou em diversas intervenções sobre gênero e diversidade sexual nas ruas da cidade. Após ser assassinado por espancamento na rua, em junho de 2013 (em meio à Copa das Confederações FIFA 2013) seu nome foi utilizado, como forma de homenagem, para denominar o Espaço Comum Luiz Estrela – um espaço de formação artística e política autogestionado criado a partir da ocupação de um casarão abandonado por parte de artistas e ativistas da cidade em outubro de 2013. O trecho transcrito refere-se a um depoimento gravado por Luiz Estrela durante o Pop Nique do dia 1º de Abril de 2012 e versa especificamente sobre o fechamento do Centro de Referência à População de Rua/Projeto Miguilim. Recuperado de: < https://www.youtube.com/watch?v=o2S7N6mislg>. Acesso em: 1 set. 2015.

Quanto aos agentes articuladores do ato, se já mencionamos o Núcleo de Criação Arte e Ativismo do grupo de teatro Espanca, resta-nos apresentar o coletivo Paisagens Poéticas e a Gangue das Bonecas.

O coletivo Paisagens Poéticas surgiu em 2010 pela ação de sete artistas cênicos interessados em "criar a partir da relação entre diferentes maneiras de habitar a cidade, buscando, poeticamente, re-significar aspectos da vida em comunidade" (GANGUE DAS BONECAS, 2015, não paginado). As ações do grupo transitam entre a intervenção urbana, a performance e o teatro de rua, e são pensadas a partir do convívio com grupos em situação de vulnerabilidade social – moradores de rua, frequentadores do Centro de Referência à População de Rua/Miguilim, engraxates, carroceiros, familiares de pessoas desaparecidas, dentre outros. A ideia do grupo é realizar, a partir da troca de experiências com essas pessoas, ações cênico-performáticas que questionem as formas de apropriação e produção do espaço da cidade[110].

Do trabalho do coletivo junto a um grupo de homossexuais e transgêneros que frequentavam o Centro de Referência à População de Rua/Miguilim, surge, em setembro de 2010, o projeto Gangue das Bonecas: experiências de corpos marginais. Composta por mulheres, homens e transgêneros (hetero e homossexuais), a gangue passou a se reunir no Centro de Referência para debater e trocar impressões sobre assuntos relacionados à diversidade sexual. É a partir desses encontros que surgem as propostas de intervenção artística do grupo. Estas, realizadas na rua, tinham como intuito funcionar como tática de sensibilização dos passantes a temas referentes aos direitos humanos, à intolerância e à exclusão sócio-territorial. Conforme descrito no Blog do grupo, as suas ações:

> (...) devem ser encaradas como Intervenções Cênico-Performáticas, executadas por atores e não-atores, preparadas para *surpreender, subjetivamente, o cotidiano do espaço público*. Criadas coletivamente pelos integrantes da Gangue, essas Ações buscam sensibilizar inesperadamente passantes/transeuntes – como uma "paisagem momentânea". Oferecer uma "moldura poética" para quem passa, *num momento banal, é a oportunidade de instaurar uma voz de resistência*. Resistência artística, política e afetiva. Agindo, a Gangue das Bonecas espera *defender a idéia de cidade como um espaço de viver coletivo*, que acolha e reconforte seus habitantes nas semelhanças e na pluralidade de experiências (GANGUE DAS BONECAS, 2015, não paginado, grifos nossos).

Trata-se, como vemos, novamente de uma ideia de resistência baseada no *afeto*. A cidade como um "espaço de viver coletivo"; a "moldura poética" como oportunidade de instaurar uma voz política. Para além do discurso, a ação de resistência parece encontrar-se na

[110] Cf. PAISAGENS POETICAS. **O nome disso é rua**. 2015. Disponível em: <https://onomedissoerua.wordpress.com/>. Acesso em: 1 set. 2015.

própria experiência do corpo (naquela do corpo marginal, a quem a cidade é mais hostil), mas também em um corpo coletivo (num viver junto) – e em seu processo de afetação.

Dentre as intervenções da Gangue na área entre o Viaduto Santa Tereza e a Praça da Estação tem-se, além do Pop Nique de 1º de abril de 2012, o Pop Nique da Praia do Trabalhador (realizada pelos articuladores da Praia da Estação, em 01/05/2012), a passeata "A Mulher é o Negro do Mundo" ocorrida durante o Ato do Dia Internacional da Mulher (08/03/2012) e o cortejo poético "A Gangue das Bonecas Ataca Novamente", no Festival de Performance de Belo Horizonte (12/08/2012).

Se o Pop Nique consistiu em um dia de discussões e piquenique na Praça, a passeata "A Mulher é o Negro do Mundo" foi uma manifestação sobre a construção social da mulher e do gênero feminino. Na ocasião, os integrantes do grupo, travestidos, acompanharam o Ato do Dia Internacional da Mulher até o Palácio da Justiça, onde fizeram uma ação performática. Quanto ao cortejo (Figura 56), tratou-se de uma homenagem a Jô, integrante da Gangue que havia falecido nas proximidades do Viaduto Santa Tereza. A seu respeito, lê-se no Blog: "embaixo do viaduto, celebramos a vida de tantas pessoas, Bonecas da rua que se vão sem despedida" (GANGUE DAS BONECAS, 2012, não paginado).

Figura 56: Cortejo Poético: "A Gangue das Bonecas Ataca Novamente"



Fonte: CASTRO, 2011.

2.6.10 LavAção

Em 27 de abril de 2012, tem-se, no baixio do Viaduto Santa Tereza, a LavAção, ato articulado entre a Família de Rua, o coletivo Fora do Eixo, o núcleo de Arte e Ativismo do grupo de teatro Espanca, os envolvidos com o espaço cultural Nelson Bordello, os integrantes do BAixo BAhia Futebol Social e a população de rua local. A ação, pensada como ato de interação entre os diversos agentes que compunham o espaço, consistiu na realização de uma espécie de mutirão para a limpeza da área, com foco nas calçadas situadas sob o Viaduto Santa Tereza e na escadaria que liga o seu baixio ao nível da pista de rolamento de veículos (Figura 57). Apesar de sua pequena escala, tratou-se de um ato fortemente simbólico: a partir de uma interferência conjunta naquele território, possibilidades, ainda que incipientes, pareciam emergir no sentido de apontar caminhos para uma sua construção de fato mais democrática e inclusiva.

Figura 57 – LavAção no Viaduto Santa Tereza



Fonte: CASA FORA DO EIXO MINAS, 2012.

2.6.11 Samba da Meia Noite

Surgido em março de 2012, em frente aos pontos de ônibus da rua Aarão Reis (ver Figura 30), o Samba da Meia Noite é uma roda de samba voltada para a celebração das tradições do candomblé e da umbanda. Formado por sambadeiras, sambadeiros e percussionistas, o movimento reúne, ao som de chulas e batuques, um público bastante heterogêneo nas imediações do Viaduto Santa Tereza, do Nelson Bordello e da sede do grupo de teatro Espanca. A esse respeito, a integrante Erika Rocha comenta:

> (...) Essa diversidade é o mais interessante do lugar. Vêm pessoas de todos os tipos. Na roda de samba todo mundo é igual. É uma festa, que antes só ocorria nos terreiros e, agora, ganhou as ruas. Democratiza o acesso a um bem patrimonial, que é a cultura do samba de roda (ROCHA, 2014, não paginado)

O movimento acontece quinzenalmente, sempre às sextas-feiras. Têm início à meia-noite, após o fim do Duelo de Mc's, e pode durar até cerca de 5 ou 6 horas da manhã. O público – composto por jovens, idosos, integrantes da população de rua local, skatistas envolvidos com a Família de Rua, músicos amadores, dentre outros – varia em média de quatrocentas a quinhentas pessoas, podendo chegar, em ocasiões especiais, a até mil participantes. A respeito da postura da Prefeitura de Belo Horizonte diante do movimento, o percussionista Pedro Guerra pontua:

> Este tem sido um espaço de encontro de pessoas com um único objetivo: se divertir gratuitamente, ao som de um samba diferente. A prefeitura, infelizmente, ainda desconhece ou ignora o que ocorre no espaço, algo que deveria fazer parte da agenda da Belotur como atração cultural, além de contar com apoio público para policiamento, banheiros e infraestrutura. Por outro lado, a energia das pessoas faz com que cada noite seja mais e mais divertida, num lugar onde respeito e igualdade são lei (GUERRA, 2014, não paginado)

O repertório do grupo é fruto da experiência e das referências culturais de cada um dos integrantes. O coordenador e fundador Jefferson Gomes traz de sua vivência na bacia do Rio do Jequitinhonha, em Minas Gerais, tradicionais chulas e benditos costumeiramente cantados, à beira-rio, pela população da região. Caboclos, boiadeiros e outras entidades cultuadas na umbanda e no candomblé também estão dentre os homenageados. No movimento, a exaltação da figura feminina é outro ponto notável. São as sambadeiras, à exemplo das matriarcas das comunidades afrodescendentes, que, vestindo saias longas e turbantes, entoam o coro, dançam

e chamam os passantes a juntarem-se à roda (Figura 58). De acordo com a tradição, são elas as responsáveis pela preservação e perpetuação do ritual (BRANT, 2014).

Figura 58 – Samba da Meia Noite no baixio do Viaduto Santa Tereza



Fonte: DOMTOTAL, 2015.

2.6.12 Cidade Eletronika

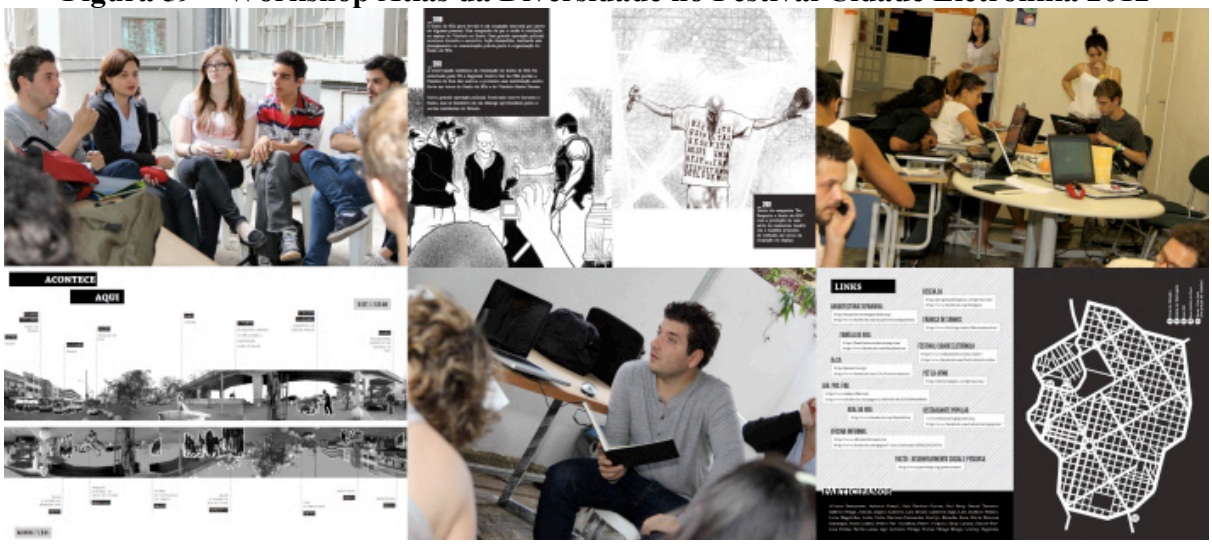
Entre os dias 3 e 9 de setembro de 2012 ocorreu, em Belo Horizonte, o Festival Cidade Eletronika. O projeto, que teve como foco a questão do ativismo urbano, constituía uma das frentes de ação do Festival Eletronika – evento mais amplo voltado para o debate e a prática da cultura contemporânea em suas interfaces com a arte e a tecnologia[111]. A programação proposta pelos curadores Natacha Rena e Lucas Bambozzi incluía, além de um seminário de abertura, realizado no Teatro do Instituto Metodista Izabella Hendrix, um conjunto de workshops de ação direta na cidade. Estes últimos, ocorridos, em grande medida, na própria área do Viaduto Santa Tereza, foram coordenados pelos grupos internacionais convidados (Todo Por la Praxis, da Espanha, Oficina Informal e Arquitectura Expandida, da Colômbia, e LABPROFAB, da Venezuela) em parceria com diversos movimentos culturais locais (como a Família de Rua, a Real da Rua, o Duelo de Mc's). Realizados com a participação de um expressivo número de estudantes, artistas, designers, arquitetos, grafiteiros,

[111] O Festival Eletronika surgiu em 1999. Disponível em: <http://www.eletronika.com.br/>. Acesso em: 10 set. 2015.

skatistas, pixadores e outros usuários locais, tais workshops tinham como intuito desencadear processos que endossassem a luta pela livre ocupação daquele território.

O workshop "Atlas da Diversidade", ministrado por Antonio Yemail (Oficina Informal), Simone Tostes (UI/UFMG), Samy Lansky (FUMEC/UNA) e os monitores Luiza Magalhães e Luiza Moura (programa DESEJA.CA[112]), teve como mote a realização de um *fanzine*[113] voltado para a apresentação dos diversos processos em curso, naquele momento, na área do Viaduto Santa Tereza. Para tanto, além de um trabalho de investigação histórica, foram realizadas, em parceria com a Real da Rua e o Duelo de Mc's, mapeamentos *in loco* das atividades e atores que compunham o espaço (Figura 59). Intitulado "O que acontece aqui", o fanzine gerado como resultado desse processo foi lançado no Duelo de Mc's no dia 19 de setembro de 2012 (PROGRAMA DESEJA.CA, 2012). Além de funcionar como importante registro histórico a respeito das diferentes formas de apropriação presentes na área, a publicação exerce a função política de dar visibilidade aos, muitas vezes desconsiderados, movimentos culturais de resistência nela atuantes.

Figura 59 – Workshop Atlas da Diversidade no Festival Cidade Eletronika 2012



Fonte: DESEJA.CA, 2012.

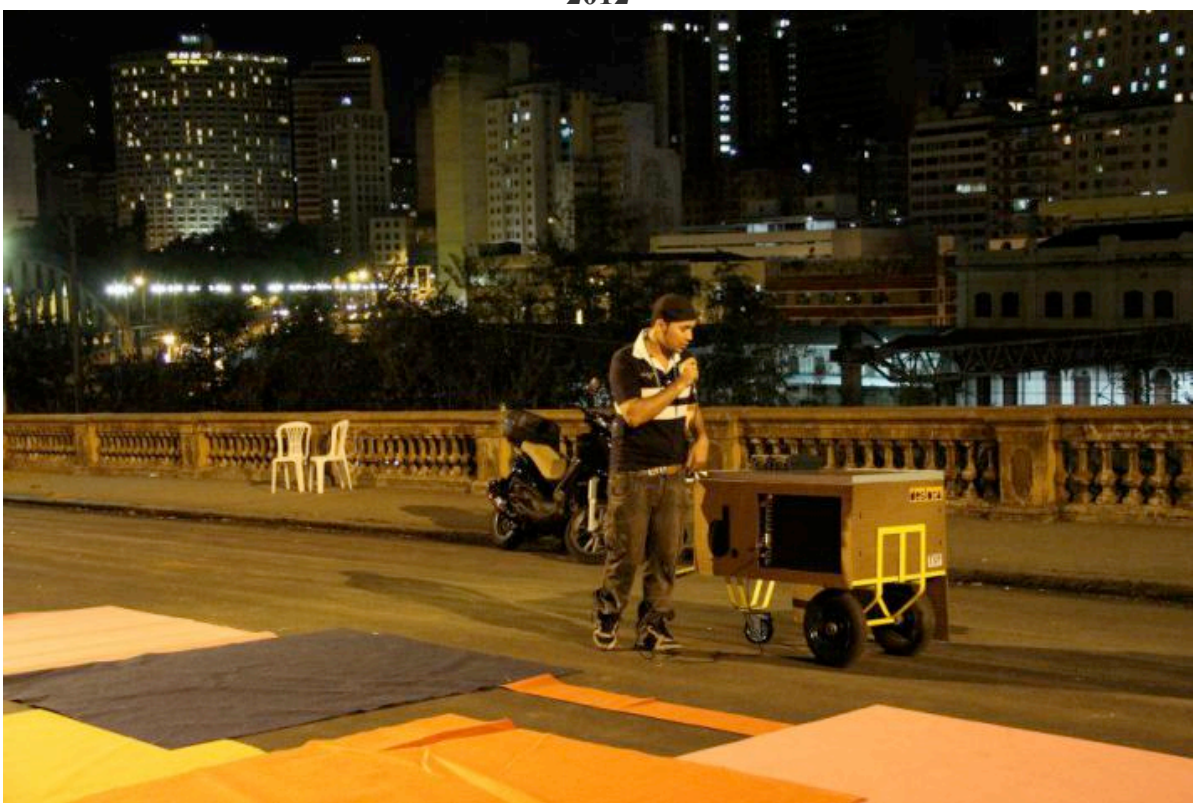
O workshop "Unidade autônoma: energia e som" foi coordenado por Todo por la Praxis (Espanha), Eduardo Moreira Adi (PUC), Simone Cortezão (Centro Universitário

[112] O programa DESEJA.CA é fruto de uma parceria entre a Universidade Federal de Minas Gerais e o Centro de Arte e Tecnologia JA.CA e tem como intuito promover ações que confluam para a melhoria da qualidade de vida e a diminuição da pobreza no Jardim Canadá, local em que o JA.CA encontra-se situado. Disponível em: <https://programadesejaca.wordpress.com/>. Acesso em: 28 set. 2015.

[113] Um fanzine é uma publicação de baixo orçamento, mantida de forma independente e geralmente produzida por meio de xerox.

Metodista Izabela Hendrix) e os monitores Márcio Gabrich e Mateus Jacob (programa DESEJA.CA). A oficina tinha por objetivo produzir um dispositivo móvel de energia e som que possibilitasse que movimentos como o Duelo de Mc's, realizassem as suas ações de forma itinerante, independente da presença de fontes públicas de energia elétrica. O dispositivo foi construído a partir de um carrinho de transporte de mercadorias – então adaptado para abrigar uma placa solar e um sistema de som – e recebeu o nome de DESLOCA (Dispositivo Espontâneo Sonoro de Livre Ocupação e Circulação Autônoma). Utilizado pela primeira vez durante o Duelo de Mc's do dia 7 de setembro de 2012, o equipamento foi, a partir de então, incorporado às atividades do movimento (Figura 60).

Figura 60 – Workshop Unidade autônoma: energia e som, no Festival Cidade Eletronika 2012



Fonte: DESEJA.CA, 2012.

O workshop "Arquibancadas Multifuncionais Modulares" teve como escopo a produção de mobiliário para o evento "Quintal Eletronika", a ser realizado na rua Sapucaí no último dia do Festival Cidade Eletronika. Coordenado por Alejandro Haiek (LABPROFAB), Juliana Torres (UFMG), Marcela Brandão (PUC/UFMG) e pelos monitores Henrique Vianna e Marcela Rosenburg (programa DESEJA.CA), a oficina deu origem ao "banco skyline" – produzido por meio de ferragens de ônibus e Pallets – e à "Plataforma" – composta por

Pallets. Desmontável, a estrutura da plataforma foi pensada de forma a permitir modificações de acordo com o seu uso. O mobiliário foi disposto em meio à rua durante a realização do Quintal Eletronika (Figura 61).

Figura 61 – Workshop Arquibancadas Multifuncionais Modulares no Festival Cidade Eletronika 2012



Fonte: DESEJA.CA, 2012.

Ministrado por Felipe González (Colômbia), Adriano Mattos (UFMG), Marcelo Maia (Centro Universitário Metodista Izabela Hendrix) e os monitores Lucas Kröeff, Patrícia Cioffi e Sofia Lages (Programa DESEJA.CA), o workshop "Pista de Skate" teve como propósito a construção de objetos que funcionassem como pista e obstáculos para a prática de skate no baixio do Viaduto Santa Tereza. Durante a oficina foram produzidos duas rampas e diversos módulos, que, feitos de Pallet, chapas de HDF e ferro, permitiam diversas conformações espaciais (Figura 62). O conjunto formado por estes dispositivos recebeu o sugestivo nome de "Permitido" e foi utilizado no Duelo de Mc's no dia 8 de setembro de 2012.

Figura 62 – Workshop Pista de Skate no Festival Cidade Eletronika 2012



Fonte: DESEJA.CA, 2012.

Em meio à realização desses workshops surge, por parte de alguns participantes, a ideia de criar uma rede de pesquisa-ação voltada para a discussão dos processos políticos que permeiam a produção do espaço na cidade. Nasce, assim, o grupo de pesquisa CNPq Indisciplinar, – do qual a autora deste trabalho participa desde 2013. Coordenado pela professora Natacha Rena, uma das curadoras do Festival, o grupo vem atuando, desde então, como rede multidisciplinar de discussão a respeito das dinâmicas sociais, territoriais e políticas que constituem, em última instância, o espaço social das metrópoles contemporâneas. Os debates desenvolvidos pelo grupo partem da tomada do território urbano como potencial campo de produção de diferença, e da consideração das possibilidades políticas engendradas, do ponto de vista do território, pela noção de bem comum.

Sediado na Escola de Arquitetura da Universidade Federal de Minas Gerais, o grupo atua em articulação com parceiros de diversas outras cidades brasileiras, latino-americanas e europeias. A sua composição inclui professores, pesquisadores e ativistas advindos de áreas do conhecimento variadas (como Arquitetura, Economia, Geografia, Letras, Direito, Filosofia, Engenharia, Design, Antropologia, dentre outras) e seu trabalho dá-se, em grande medida, em conjunto com os próprios movimentos sociais, culturais e ambientais. Essa forma de agir faz com que a sua atuação estenda-se para além da universidade, permeando não somente o campo da pesquisa, do ensino e da extensão, como também aquele das ações de ativismo propriamente ditas. Dentre as muitas manifestações culturais que, em Belo Horizonte, tiveram a sua participação, destaca-se a própria A Ocupação, nosso foco de interesse neste trabalho.

2.6.13 Rolê Fotográfico

Em 22 de março de 2013, tem lugar, na área do Viaduto Santa Tereza, o Rolê Fotográfico. Ação articulada entre o coletivo Maria Objetiva e a Real da Rua, o ato teve como objetivo reunir pessoas interessadas em registrar, por meio da fotografia, suas perspectivas singulares a respeito dos espaços que compõem a área do viaduto. A atividade configurou, assim, uma oficina livre de fotografia, fortemente engajada, contudo, com as lutas territoriais que atravessavam, no momento, aquele espaço. O movimento se repetiu durante a tarde do dia 5 de abril – desta vez com o objetivo específico de registrar as inscrições superficiais (grafite e pixo) existentes na área – e nos dias 8 e 19 de maio.

Figura 63: Rolê Fotográfico na área do Viaduto Santa Tereza



Fonte: MARIA OBJETIVA, 2013.

O coletivo Maria Objetiva é formado por artistas midialivristas do cenário audiovisual, literário e fotográfico de Belo Horizonte[114]. Além de atividades formativas como os Rolês Fotográficos, o coletivo atua de forma a registrar e divulgar, em tempo real, diversas manifestações populares que ocorrem na cidade. Destaca-se, nesse âmbito, o importante

[114] É importante destacarmos que todo o conteúdo gerado pelo Maria Objetiva é registrado pela licença Creative Commons CC BY-SA, o que permite que outros redistribuam, remixem, façam tweak e produzam a partir de sua obra, mesmo para fins comerciais, contanto que atribuam crédito ao Maria Objetiva e que licenciem as novas criações sob os mesmos parâmetros.

papel desempenhado pelo grupo no registro e difusão tanto dos Protestos ocorridos em junho de 2013 quanto das edições de A Ocupação que os sucederam.

2.6.14 Invasão das Sombrinhas

Em maio de 2013 outro ato vem ocupar a Praça da Estação de forma a incitar questionamentos em torno às formas de produção e apropriação daquele território (e dos demais espaços públicos da cidade). Proposta pelo coletivo LIO[115], a Invasão das Sombrinhas (Figura 64) configurou um chamado para ocupar coletivamente a árida esplanada da praça com "sombras" produzidas por meio de um conjunto de guarda-chuvas. A ideia era que cada pessoa levasse, para o local, um guarda-chuva, um banquinho e um cartaz com os dizeres "sombra grátis".

Figura 64 – Invasão das Sombrinhas da Praça da Estação



Fonte: LIO, 2013.

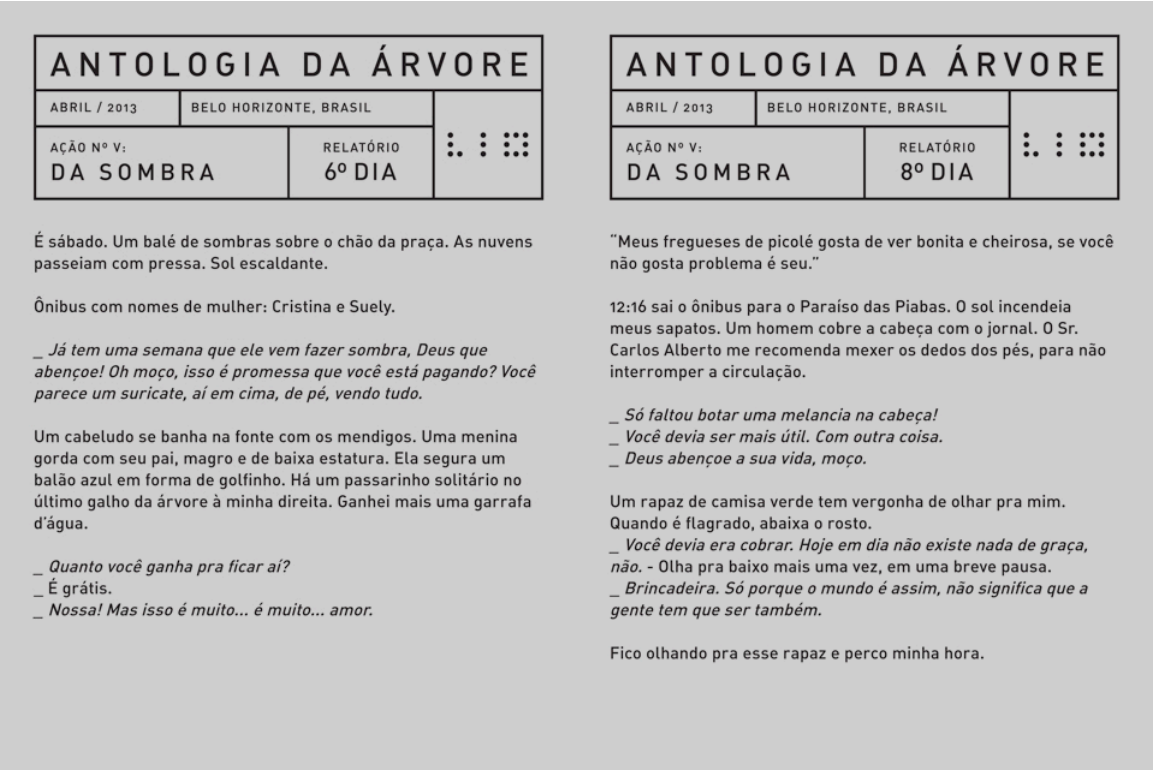
[115] LIO é um coletivo belo-horizontino voltado para experimentações artísticas colaborativas. Cf. LIO COLETIVO. 2015. Disponível em: < https://liocoletivo.wordpress.com/> . Acesso em 15 set. 2015.

A ação ocorreu em um sábado, reunindo cerca de cem pessoas. Antes dela, o grupo havia realizado, durante dez dias, uma performance similar:

> No decorrer do mês de abril, diariamente entre meio dia a uma da tarde, um homem chega equipado de sombrinhas e uma escada de armar. De cima da escada, abre sua sombrinha e dependura no pescoço um letreiro com os dizeres "SOMBRA GRÁTIS". Ele permanece ali por uma hora inteira, oferecendo sombra gratuita em uma região descampada da cidade (LIO COLETIVO, 2013, não paginado)

Pela leitura dos relatos registrados no decorrer desse experimento, podemos observar algumas interessantes reflexões formuladas pelos passantes a respeito da ação. Estas, mesmo que de forma bastante despretensiosa, deixam transparecer curiosos testemunhos sobre os processos de mercantilização que acometem o espaço "público" da praça e da cidade de maneira geral (ver Figura 65).

Figura 65: Antologia da árvore (Coletivo LIO)



ANTOLOGIA DA ÁRVORE

ABRIL / 2013 | BELO HORIZONTE, BRASIL

AÇÃO Nº V: DA SOMBRA | RELATÓRIO 6º DIA

É sábado. Um balé de sombras sobre o chão da praça. As nuvens passeiam com pressa. Sol escaldante.

Ônibus com nomes de mulher: Cristina e Suely.

_ Já tem uma semana que ele vem fazer sombra, Deus que abençoe! Oh moço, isso é promessa que você está pagando? Você parece um suricate, aí em cima, de pé, vendo tudo.

Um cabeludo se banha na fonte com os mendigos. Uma menina gorda com seu pai, magro e de baixa estatura. Ela segura um balão azul em forma de golfinho. Há um passarinho solitário no último galho da árvore à minha direita. Ganhei mais uma garrafa d'água.

_ Quanto você ganha pra ficar aí?
_ É grátis.
_ Nossa! Mas isso é muito... é muito... amor.

ANTOLOGIA DA ÁRVORE

ABRIL / 2013 | BELO HORIZONTE, BRASIL

AÇÃO Nº V: DA SOMBRA | RELATÓRIO 8º DIA

"Meus fregueses de picolé gosta de ver bonita e cheirosa, se você não gosta problema é seu."

12:16 sai o ônibus para o Paraíso das Piabas. O sol incendeia meus sapatos. Um homem cobre a cabeça com o jornal. O Sr. Carlos Alberto me recomenda mexer os dedos dos pés, para não interromper a circulação.

_ Só faltou botar uma melancia na cabeça!
_ Você devia ser mais útil. Com outra coisa.
_ Deus abençoe a sua vida, moço.

Um rapaz de camisa verde tem vergonha de olhar pra mim. Quando é flagrado, abaixa o rosto.
_ Você devia era cobrar. Hoje em dia não existe nada de graça, não. - Olha pra baixo mais uma vez, em uma breve pausa.
_ Brincadeira. Só porque o mundo é assim, não significa que a gente tem que ser também.

Fico olhando pra esse rapaz e perco minha hora.

Fonte: LIO, 2013.

*

Para além dos movimentos já mencionados, é importante destacarmos, ainda, a presença de manifestações culturais com forte caráter "de resistência" que, apesar de não se restringirem à área situada entre a Praça da Estação e o Viaduto Santa Tereza, têm nestes

espaços um de seus pontos de passagem mais significativos. É o caso, por exemplo, do Carnaval de Rua de Belo Horizonte, da Marcha das Vadias e da Parada Gay.

2.6.15 Carnaval de Rua

Até o ano de 2009 pode-se dizer que o Carnaval de Rua de Belo Horizonte se restringia a ação de apenas alguns blocos tradicionais[116]. Até então, era alto o índice de moradores que, optando pelos comerciais festejos carnavalescos do interior, abandonavam a cidade durante período. Naquele ano, contudo, a situação começa a se transformar. Pela ação experimental – e bastante despretensiosa – de determinados grupos da cidade, a festa começa a tomar novo fôlego. Surgem, nestes momento, o Bloco Tico Tico Serra Copo (nascido no bairro Serra e levado, posteriormente, a locais da cidade tomados por conflitos territoriais) e o Bloco do Peixoto (no bairro Santa Efigênia). Segundo Guto Borges, músico, produtor cultural e folião:

> Foi uma política de entender esse corte na produção, entender este cenário devastado. A cidade abriu mão do significado da experiência foliona de rua para os carnavais comerciais no interior, e a gente acabou criando a falsa ideia de que Beagá não tem carnaval. Isso é para mim um reflexo do meio político, dessa obsessão de 'cidade administrativa, cidade ideal', da qual o carnaval também foi vítima (BORGES, 2011, não paginado).

Ora, de sua fala depreende-se que a retomada foliona era já considerada como um ato político: tratava-se de uma tentativa de resistir à imagem asséptica, idealizada, baseada nos ideais de progresso e ordem historicamente construída, pelo poder público, em torno à cidade.

Se em 2009 tem-se este primeiro impulso, é, contudo, a partir de 2010 que o carnaval de rua atravessa, de fato, uma expansão considerável – a ponto de alguns tratarem a época como de "renascimento" da festa carnavalesca na cidade. É neste ano, por exemplo que surgem os blocos Então, Brilha! (no Centro), Mamá na Vaca (no bairro Santo Antônio), Filhos de Tcha Tcha (na Comunidade Rosa Leão) e o Bloco da Praia da Estação (na área situada entre a Praça da Estação e o Viaduto Santa Tereza). Peça chave para o processo de "reavivamento" do carnaval de rua de Belo Horizonte, este último configura um dos importantes desdobramentos do movimento, já descrito acima, Praia da Estação (Figura 66).

[116] Dentre estes, destacam-se a Banda Mole e os Blocos Caricatos, cuja origem remonta à ação de operários que, com os rostos pintados, desfilavam pelas ruas da cidade em cima de carroças, batendo latas e tambores.

Figura 66 – Bloco da Praia da Estação (Carnaval de 2013)



Fonte: CIRCUITO FORA DO EIXO, 2013.

O crescimento da ação carnavalesca na cidade torna-se, com o passar dos anos, cada vez mais explícito: se em 2010 tem-se um total de sete blocos, em 2011 esse número aumenta para mais de vinte e, em 2012, para quase quarenta. Pode-se dizer, também, que junto a esse processo de expansão, tem-se um crescente fortalecimento de sua faceta política. A respeito de tal ponto é preciso reconhecer que se trata, em grande medida, de um reflexo das já ensaiadas experiências de ocupação festiva (e com forte cunho contestatório) dos espaços públicos da cidade e, notadamente, da área localizada entre o Viaduto Santa Tereza e a Praça da Estação – local que, conforme viemos descrevendo ao longo deste item, já configurava um importante foco de manifestações político-culturais na cidade.

Ora, as contínuas medidas de cerceamento do direito à livre ocupação da área – expressas pela perseguição da Prefeitura a pipoqueiros, vendedores ambulantes, artesãos nômades, moradores de rua, rappers, grafiteiros; e pelo próprio decreto que deu origem à Praia da Estação – acabam por configurar, além de tema dos movimentos culturais ali surgidos, pauta também do carnaval. A festa carnavalesca torna-se, assim, em grande medida, uma expansão da tentativa destes movimentos de promover, por meio da festa, formas mais democráticas de apropriação dos espaços públicos da cidade (Figura 67) . Segundo os foliões:

> Isso ocorreu por meio da colaboração entre os blocos, que mantiveram a autonomia organizacional e, sobretudo, com total independência de qualquer agência reguladora ou fonte incentivadora. O carnaval de rua de Belo Horizonte foi, é e, esperamos, continuará sendo, um movimento independente e motivado pelo desejo de pertencimento máximo à cidade (CARNAVAL DE RUA BH, 2012, não paginado)[117]

Figura 67 – Cartazes produzidos em meio ao Carnaval de Rua de Belo Horizonte



Fonte: RAJÃO, 2013.

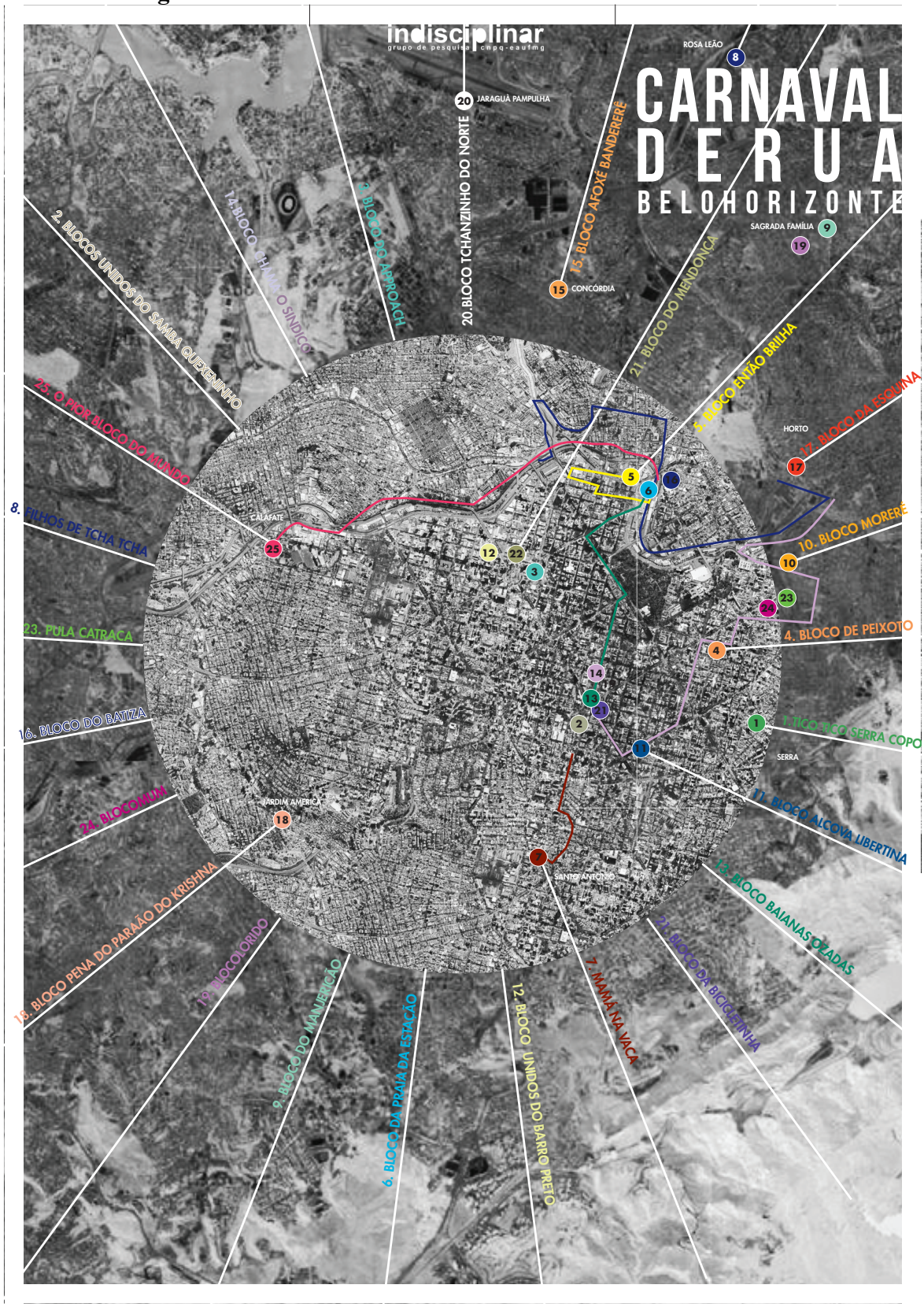
Como podemos observar no Pôster-cartilha "Carnaval de rua" – realizado pelos alunos Belisa Murta, Luiza Fonseca e Tove Grönroos no âmbito da Disciplina UNI 009 Cartografias Emergentes[118] no primeiro semestre de 2014 (Figura 68) – além de berço de muitas das Manifestações Culturais de Resistência que se agregam em torno ao movimento carnavalesco da cidade, a área localizada entre a Praça da Estação e o Viaduto Santa Tereza configura, também, palco para a realização de diversos blocos. Além do bloco da Praia da Estação – e

[117] Trecho extraído da "Nota de Repúdio dos Blocos de Rua do Carnaval de BH ao candidato Marcio Lacerda" referente **à "falsa afirmação do prefeito Marcio Lacerda – tanto no debate das eleições municipais organizado pela TV Band quanto em vídeos veiculados na internet –, ao se referir ao carnaval espontâneo de rua de Belo Horizonte como um ato de sua administração**" Disponível em : <https://m.facebook.com/notes/carnaval-de-rua-bh/nota-de-rep%C3%BAdio-dos-blocos-de-rua-do-carnaval-de-bh-ao-candidato-marcio-lacerda/415176745212202/> . Acesso em : 5 set. 2015.

[118] A UNI 009 Oficina Multidisciplinar é uma disciplina de graduação do PROUNI ofertada semestralmente na Escola de Arquitetura da UFMG e aberta a todos os cursos de graduação da universidade. Discorreremos mais detidamente a seu respeito no item 2.9 deste trabalho.

outros que, a partir de 2014, passam a ensaiar em meio aos “encontros praieiros” – o espaço torna-se base, desde 2010, para o “Então, Brilha!” e, desde 2012, para o “Bloco do Batiza”.

Figura 68 – Pôster-Cartilha Carnaval de Rua Belo Horizonte



Fonte: INDISCIPLINAR, 2014.

2.6.16 Marcha das Vadias

Além do Carnaval de Rua, a Praça da Estação abriga, anualmente, também a Marcha das Vadias, marcha-protesto criada como forma de reivindicação tanto contra a violência às mulheres quanto, de forma mais ampla, pela sua liberdade de expressão.

Surgida no Canadá em 2011, a Marcha foi desencadeada por uma palestra proferida por um policial canadense a respeito da violência. Em seu discurso, este defendia que as mulheres evitariam estupros se não se vestissem como "vadias". Ora, para ele, enquanto o uso de roupas "certas" e discretas conteriam o ato, a opção por uma roupa "errada", tornaria a vítima culpada pelo assédio. De forma a questionar as explícitas relações de poder que atravessavam o referido discurso, criou-se no país, naquele mesmo ano, uma passeata pelo direito à livre expressão das mulheres. Com o nome *Slut Walt*, a passeata canadense espalhou-se rapidamente por todo o mundo, ganhando, no Brasil, o nome de Marcha das Vadias.

Em Belo Horizonte, a primeira Marcha ocorreu ainda em 2011, entre a Praça da Rodoviária, a Praça da Estação (onde foram espalhados centenas de cartazes) e a Praça da Liberdade. Desde esta primeira edição o ato passou a se repetir anualmente, ocupando tais espaços com centenas de pessoas que, fantasiadas, protestam ao som de "marchinhas" de denúncia contra a violência à mulher e o machismo.

2.6.17 Parada Gay (ou Parada do Orgulho LGBTS)[119]

Mais antiga que a Marcha, a Parada Gay (ou Parada LGBTS) de Belo Horizonte surge ainda em 1998. A ação, que desde a sua aparição vem funcionando como um importante instrumento de expressão e luta pelos direitos do público LGBTS da cidade, ocorre, historicamente, entre a Praça da Estação – local em que é feita a concentração dos participantes – e o alto da Avenida Afonso Pena (Figura 69). Trata-se de mais uma forma de ocupação dos espaços públicos da cidade que desafia, assim como o carnaval, as lógicas de cerceamento e controle que historicamente os caracterizam.

Com a sua apresentação voltamos, neste ponto, ao início cronológico de nosso mapa por entre as Manifestações Culturais de Resistência: trata-se da primeira – dentre todas as manifestações abordadas até este momento – a surgir na área.

[119] Utilizamos o nome "Parada Gay" por se tartar da denominação do ato à época de seu surgimento.

Figura 69 – Parada do Orgulho LGBTS na Praça da Estação



Fonte: MAGNO, 2012.

*

2.6.18 Ocupantes nômades

Para além dessa reviravolta cronológica propomos, ainda, neste ponto *quase* final de nosso percurso, outra manobra: trata-se, ora, de uma ampliação a nível conceitual, que altera, de certa maneira, a própria ideia de cultura que veio nos orientando até então. Ora, de fato tal movimento não poderia ocorrer senão em um ponto avançado do referido mapa, já que provém de questionamentos realizados, em grande medida, ao longo do seu próprio percurso. Vamos a eles.

Para além desses movimentos que utilizam táticas tradicionalmente tidas como *culturais* ou *artísticas* enquanto formas de desafiar o recorrente cerceamento ao uso dos espaços (públicos) situados entre a Praça da Estação e o Viaduto Santa Tereza, tem-se ainda aqueles atores que *a partir de sua própria vivência cotidiana*, provocam contínuos contornamentos na lógica de controle observada nesses espaços. Trata-se, por exemplo, da População de Rua e dos Vendedores Ambulantes – "categoria" na qual incluímos, talvez de maneira excessivamente genérica, artesãos nômades, pipoqueiros, baleiros, vendedores com carrinhos de picolé e todos os demais agentes que veiculam, de maneira informal e à revelia das estratégias de controle da polícia, o seu trabalho pela área.

Como vimos, a presença de tais atores no espaço entre a Praça e o Viaduto remonta a, pelo menos, a metade do século XX (GIFFONI, 2010), ou seja, a antes mesmo que este se consolidasse como espaço cultural institucionalizado. Ora, a partir de então, a vida cotidiana de tais atores parece permear (de forma mais ou menos conflituosa) todos os demais períodos históricos atravessados pelo espaço.

A nossa proposta, contudo, é considerá-los, no âmbito desta cartografia, enquanto Manifestações Culturais de Resistência – ainda que sua data de surgimento se mostre muito anterior àquela das demais manifestações aqui abordadas. Expliquemos melhor os nossos motivos.

A inclusão destes atores deve-se à defesa (política) que aqui pretendemos fazer, *a favor da consolidação de um conceito expandido de cultura* – que abarque, para além das atividades normalmente consideradas como "culturais", outras relevantes formas coletivas de expressão e produção simbólica. Nesse ponto alinhamo-nos às ideias apresentadas pela filósofa Marilena Chauí, de que se trata de considerar o termo "no sentido antropológico mais amplo de invenção coletiva de símbolos, valores, ideias e comportamentos" (CHAUÍ, 1995, p.81).

Ora, nessa perspectiva ampliada – na qual a cultura é tomada, ela própria, como fator antropológico – seria no mínimo redutivo considerarmos um possível "mapa cultural de resistência" sem estes atores que, com sua vivência marginal e suas táticas surpreendentemente inventivas, forçam continuamente os limites da *ordem* sócio-territorial estabelecida naquele espaço.

2.7 Programa Corredor Cultural Praça da Estação (retomada)

Voltemos, neste ponto, ao ano de 2013. Após esse longo percurso por entre os espaços, equipamentos, manifestações culturais e conflitos territoriais que haviam atravessado, até então, a área da Praça da Estação, retomemos o nosso acompanhamento do projeto "Corredor Cultural Praça da Estação" de forma a abordar as muitas críticas apresentadas pela sociedade civil a seu respeito.

Com o objetivo de expor, pela primeira vez, o projeto à população, a Fundação Municipal de Cultura de Belo Horizonte (FMC) realizou, como dissemos acima, uma reunião pública no dia 13 de março de 2013. Dirigida especificamente a representantes dos "equipamentos e espaços culturais da Praça da Estação e entorno", tal reunião ocorreu no

Museu de Artes e Ofícios e teve como pauta, além da apresentação dos "conceitos" que guiariam o projeto, a divulgação de um mapa-síntese (Figura 70) com os equipamentos culturais existentes na área e aqueles a serem implantados na proposta de "requalificação".

Figura 70 – Mapa síntese apresentado pela Fundação Municipal de Cultura a respeito do Programa Corredor Cultural da Praça da Estação



Fonte: Corredor Cultural Estação das Artes

Fonte: FMC, 2013.

Como vemos na figura acima, o projeto de requalificação tinha como epicentro a Praça da Estação, estendendo-se, a partir desta, até o Parque Municipal – de um lado – e até a Casa do Conde de Santa Marinha – do outro. Na área compreendida entre ambas às extremidades, estavam previstas, além da implantação de sinalização interpretativa e de iluminação monumental, a requalificação de treze espaços culturais.

São eles: um espaço multiuso de cultura, a ser implantado no Parque Municipal; um espaço cultural, a ser instalado ao lado do edifício do Arquivo Público, na rua Itambé; o Centro Técnico de Produção, a ser construído na avenida Assis Chateaubriand; a sede do Ministério da Cultura (MinC) e da Escola Livre de Artes, a serem implantados à rua Aarão Reis; o Centro de Referência para a Juventude (CRJ), a ser construído em terreno ocupado anteriormente pelo Centro de Referência à População de Rua/Programa Miguilim; uma galeria de arte a ser incorporada no túnel de ligação entre a Praça da Estação e a rua Sapucaí; um auditório e dois espaços multiuso do Museu de Artes e Ofícios, a serem implantados no

terreno contíguo à antiga Rede Ferroviária Federal S.A e em duas de suas casas; e a ampliação do Centro de Artes e Esportes Unificados (CEU das Artes) em terreno próximo à Casa do Conde de Santa Marinha. Além disso, ficava estabelecida a requalificação tanto da rua Aarão Reis quanto da Rua Sapucaí, sendo previstos, para esta última, o alargamento das calçadas e a implantação de iluminação pública. O objetivo, segundo Leônidas Oliveira, presidente da Fundação, era fazer com que o platô formado pela rua Sapucaí passasse a funcionar como um "mirante".

Durante a reunião, foi explicitado que a ideia de instalar um Corredor Cultural na região datava de aproximadamente vinte anos. Segundo descrito na ata, Oliveira disse, ao apresentar o projeto, que considerava "a região uma reserva estratégica no centro da cidade" e que o projeto a ser desenvolvido deveria se dar a partir da consideração de "usos múltiplos", já que espaços de uso exclusivo não obteriam êxito na área (COMISSÃO DE ACOMPANHAMENTO, 2014, p.7). Oliveira destacou, ainda, que era preciso realizar um Projeto de Lei que instituísse o referido "Corredor Cultural" antes do lançamento da Operação Urbana Consorciada prevista para a região, já que, em suas palavras, "havendo a previsão de recursos para esta operação, seria possível assegurar parte deles para a Praça".

Após estas explanações, os presentes tiveram a oportunidade de se expressar a respeito do projeto. Em meio às muitas falas proferidas na ocasião, destacaremos aqui alguns pontos que consideramos especialmente relevantes.

Dentre estes estão as duas sugestões apresentadas pelo arquiteto Flávio Carsalade. A primeira delas foi que a área do "Corredor" fosse expandida até o viaduto da Rua Varginha, abrangendo uma área que, segundo ele, também deveria ter um uso associado à cultura. A segunda sugestão partia da constatação de que, à diferença da área Praça da Liberdade – na qual havia sido instalado, anos antes, também um Circuito Cultural – a região da Praça da Estação apresentava uma essência "muito mais livre artisticamente". Por isso a proposta de que o projeto referente a esta última tratasse o "Corredor" como um espaço único, a partir de ideias que pensassem este espaço de modo integrado, e não partissem, ao contrário, da definição de lotes para espaços culturais separados, tal como feito no Circuito Cultural da Praça da Liberdade. Tais propostas foram acatadas pelos presentes e também pelo presidente da FMC, o qual informou da intenção do órgão de criar, após a instituição do Corredor Cultural, um Plano Diretor que regulamentasse os usos da área.

Mais adiante, uma fala emblemática foi proferida por Gustavo Bones, integrante do grupo de teatro Espanca.

Segundo ele, “o Corredor Cultural já existe, já é real” e a função dos órgãos públicos seria “torná-lo mais possível, incorporando todos esses agentes que compõem a vida do espaço, o que inclui agentes culturais, população de rua e o proletariado da cidade” (AYER, 2013, não paginado). Retirar as pessoas que já trabalham (no caso dos comerciantes e agentes culturais, por exemplo), frequentam ou habitam (no caso dos moradores de rua) seria, na opinião de Bones, esvaziar o espaço de quem, efetivamente, produz o já consolidado corredor cultural. O ator propõe, assim, que o ponto de partida do projeto seja modificado: ao invés de se pensar “espaços culturais”, ele sugere que se pense em termos de “ações culturais”. Bones destacou, ainda, que é preciso promover uma ampla discussão em torno às restrições do uso da Praça da Estação. A esse respeito, Rafael Barros, antropólogo e integrante do Conselho Municipal de Cultura (COMUC), ressaltou a urgência em se rever o Decreto que regulamenta o seu uso.

Joanna Ladeira, integrante da ONG Pacto e da Real da Rua, mencionou que a retirada do Centro de Referência à População de Rua/Programa Miguilim da região e a sua substituição pelo Centro de Referência da Juventude (CRJ), havia trazido significativos problemas para os usuários da instituição. Ladeira ressaltou a importância de se pensar as questões referentes à territorialidade das pessoas assistidas pelo Programa e atentou para os malefícios gerados, nesse sentido, por mudanças que, à exemplo da implantação do CRJ, dão-se de maneira abrupta e não participativa. Ladeira destaca, além disso, a urgente necessidade de se instalar banheiros públicos no local. Tal aspecto foi pontuado também por Leonardo Cezário, um dos organizadores do Duelo de MC’s, que mencionou, ainda, a enorme dificuldade atualmente enfrentada pelos movimentos culturais informais do espaço para regularizar suas ações junto à Prefeitura. Cezário pediu, assim, para que tal fato fosse levado em consideração no projeto. Por fim, Rafael Barros pontuou que, uma análise satisfatória das propostas só seria possível se a Fundação Municipal de Cultura apresentasse todas as ações e projetos previstos, inclusive por outros órgãos públicos, para o espaço.

Nos dias que se seguiram à reunião, a grande inquietação gerada em meio aos movimentos culturais pela apresentação do projeto fez com que algumas pessoas se articulassem em torno à realização de um encontro paralelo. O objetivo era reunir arquitetos, urbanistas, artistas, produtores culturais, ativistas, militantes e quem mais se interessasse, para uma roda de conversa a respeito dos riscos que o projeto poderia trazer para as dinâmicas cotidianas da área da Praça da Estação e, sobretudo, para a permanência dos grupos em condição de vulnerabilidade social que já a ocupavam.

Outra motivação do encontro era a falta de conhecimento da população a respeito dos mecanismos envolvidos na Operação Urbana Consorciada, instrumento que, como explicitado na reunião, estava em vias de ser utilizado como estratégia urbanística para a área em questão. A ideia era, portanto, que alguns arquitetos e urbanistas fizessem, no encontro, uma explicação aprofundada a respeito do tema, de forma a fazer com que os demais interessados no projeto pudessem defender, de maneira mais embasada, os seus direitos. Além disso, a forma pouco colaborativa com que o processo vinha sendo conduzido até então motivou alguns artistas e militantes a estudarem uma possível proposta de requerimento, à Fundação Municipal de Cultura, de uma comissão, composta pela sociedade civil, que pudesse acompanhar o projeto. A elaboração desse requerimento, a ser realizado pelo integrante do Conselho Municipal de Cultura (COMUC) Rafael Barros, era mais uma das pautas previstas para o encontro.

Este ocorreu, enfim, no dia 18 de março de 2013, no auditório do Centro Universitário Metodista Izabela Hendrix e reuniu, além de alunos e professores do curso de Arquitetura e Urbanismo da instituição, artistas, militantes e pesquisadores.

> *Era 18 de março, uma segunda-feira. Encontramo-nos, mais ou menos às dezenove horas, eu e os professores Natacha Rena e Marcelo Maia à entrada do auditório do Izabela Hendrix. O clima de tensão era devido à reunião promovida, dias antes, pela Fundação Municipal de Cultura para a apresentação do projeto "Corredor Cultural Estação das Artes". Foi quando entrei, pela primeira vez, em contato com o tema. O assunto me interessava fortemente. Há alguns meses envolvida com o mapeamento dos equipamentos culturais da cidade (estudo que integrava o meu, então em processo, Trabalho de Conclusão de Curso) eu investigava, à época, justamente a relação entre a presença de tais equipamentos e as condições sócio-territoriais observadas em seu entorno. Foi a Natacha, orientadora deste estudo, quem me chamou ao encontro, explicando que a ideia era reunir arquitetos, ativistas e integrantes dos movimentos culturais locais para discutir a respeito do projeto proposto pela Fundação. Tal projeto era polêmico e envolvia, ao que tudo indicava, também a Operação Urbana Consorciada Vale do Arrudas, tema que atravessava várias das investigações (teóricas e práticas) promovidas naquele momento pelo grupo Indisciplinar. O risco de inclusão do projeto da Fundação nesta Operação inquietava muitos dos presentes. Dentre eles, lembro-me de alguns integrantes do Duelo de Mc's, da Real da Rua e da Praia da Estação. Após as apresentações de cada um e as explicações técnicas a respeito da Operação Urbana, foram discutidas algumas possíveis táticas de ação. Dentre elas, destaca-se a de solicitar, junto à Fundação, uma comissão representativa da sociedade civil, que pudesse acompanhar o processo e frear supostos processos de gentrificação. Isto deveria ser feito antes da próxima reunião pública para discussão do projeto, a ser realizada dias depois na FUNARTE.*

Em 21 de março, centenas de pessoas se encontraram na sede da FUNARTE para a realização da segunda reunião pública de apresentação do projeto. A solicitação da comissão de acompanhamento, feita pelo conselheiro Rafael Barros, havia sido acatada pelo presidente da FMC, Leônidas José Oliveira, e configurava uma das pautas a serem abarcadas na reunião. Logo ao início do encontro, o Diretor de Patrimônio Cultural da FMC Carlos Henrique Bicalho apresentou, de forma bastante genérica, um projeto que – de maneira independente daquele referente ao "Corredor Cultural"– estava em vias de ser implantado no baixio do Viaduto Santa Tereza. Tal apresentação foi atravessada por falas indignadas da plateia, que exigia, do palestrante, mais clareza.

Em seguida, teve início a apresentação – por parte do arquiteto responsável, André Buarque – do projeto "Corredor Cultural Estação das Artes" (cujo nome já havia sido alterado para "Corredor Cultural Praça da Estação"). Leônidas Oliveira e Carlos Henrique Bicalho complementaram a exposição com algumas informações orçamentárias e institucionais.

Ao fim da palestra, abriu-se espaço para a fala dos presentes. Dezenas de pessoas haviam se inscrito e tal etapa durou mais do que o previsto. Dentre as reivindicações apresentadas destacam-se: aquela da professora Natacha Rena, que questionou a falta de divulgação, por parte da Prefeitura, de informações a respeito da Operação Urbana Consorciada Vale do Arrudas; e aquela de Gustavo Bones, que criticou a mudança de nome do projeto, apontando a necessidade de este ser discutido "em suas dimensões reais" – o que incluiria uma exposição detalhada das propostas apresentadas para o Viaduto Santa Tereza, para o Centro de Referência da Juventude e para a rua Sapucaí. Além destas, outras falas se sobressaíram: Karem Abreu, integrante da "Associação Eu Sou Angoleiro", ressaltou a necessidade de se levantar *outras manifestações culturais* que ocorrem no local, para além das descritas no mapa-síntese do projeto. Tiago Monge, um dos organizadores do Duelo de Mc's atentou para a necessidade de incorporação de uma área *skatável* (passível de ser utilizada para a prática de skate) no projeto, e criticou a apresentação feita por Carlos Henrique Bicalho a respeito da proposta relativa ao baixio do Viaduto Santa Tereza. Segundo ele, as informações e imagens apresentadas não davam a ver o que, de fato, se estava planejando para a área.

O arquiteto e professor Roberto Andrés sugeriu que os pontos de ônibus da rua Aarão Reis fossem mantidos e atentou para a necessidade de se envolver a BHTrans nas discussões a respeito do projeto. O arquiteto questionou, ainda, quais seriam os espaços requalificados e disse que o prazo (maio de 2013) era muito pequeno para o desenvolvimento de uma proposta

de fato participativa. Andrés pontuou, também, que o projeto deveria, ao invés de priorizar, como exposto, a "iluminação monumental"– a qual ele considerava uma ação meramente "cosmética" – voltar-se para o desenvolvimento de uma iluminação pública voltada para os transeuntes do espaço. Disse, enfim, que, se mal conduzido, o projeto poderia "matar" a diversidade do centro (COMISSÃO DE ACOMPANHAMENTO, 2014).

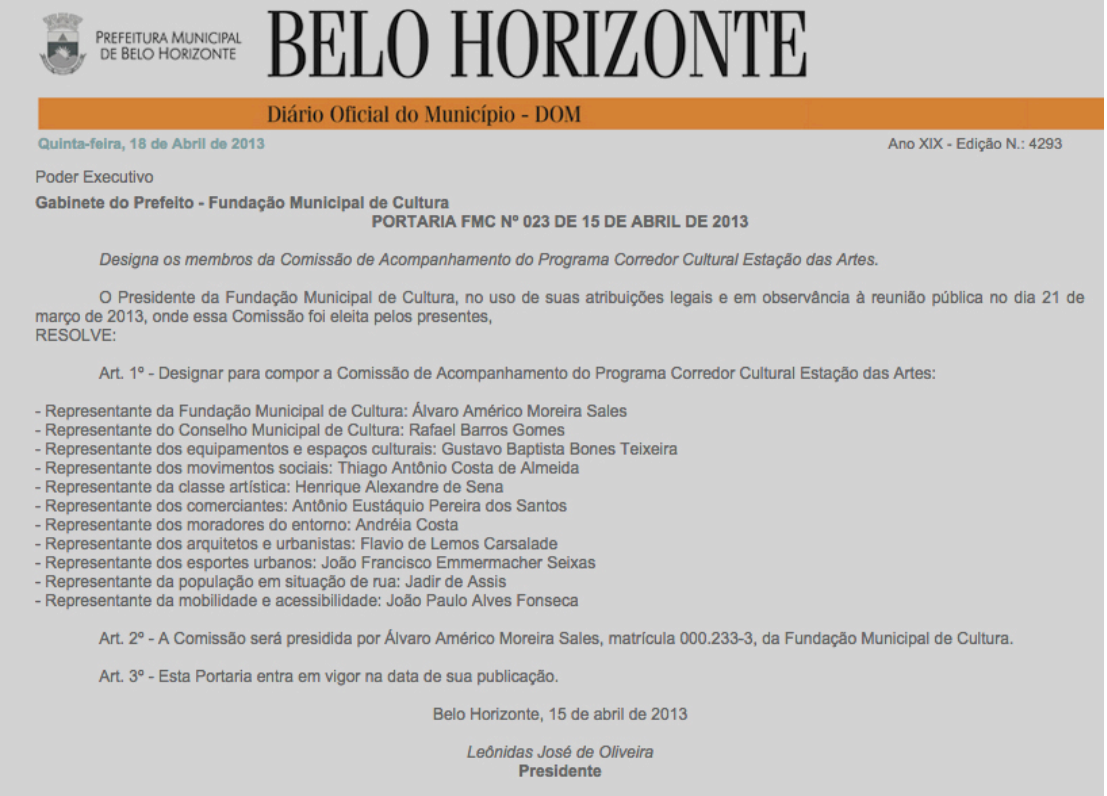
O jornalista Israel do Vale disse perceber um descompasso, no que se refere ao projeto, entre os anseios da gestão e aqueles da sociedade. Pontuou ainda que o prazo para sua formulação é curto e sugeriu que todo o conteúdo referente ao seu desenvolvimento fosse disponibilizado na internet. O militante e morador do centro Fidélis Alcântara, mencionou que o projeto se refere a uma zona marcada por muitos conflitos – citou, como exemplo, aqueles existentes entre o Museu de Artes e Ofícios e as manifestações culturais realizadas na Praça da Estação e entre o público da Serraria Souza Pinto e aquele do baixio do Viaduto Santa Tereza – e que, em sua opinião, a proposta estaria "muito distante da realidade". Fidélis sugeriu que o projeto considerasse a presença do grafite na área e incluísse espaços para os moradores de rua tomarem banho e conversar. Por fim, atentou sobre a necessidade de se rever o decreto que regulamentava o uso da Praça da Estação.

Ao fim dessa etapa, realizou-se a votação para os membros da Comissão de Acompanhamento do Projeto: nove representantes de grupos atuantes no local e um representante da Fundação Municipal de Cultura foram eleitos. Tal Comissão teria a incumbência de articular os interesses da sociedade civil junto ao órgão municipal e ao escritório responsável pelo Projeto Básico. O pré-projeto resultante desse movimento seria apresentado à população em uma reunião pública prevista para se realizar na segunda quinzena de maio.

2.8 Comissão de Acompanhamento

A Comissão de Acompanhamento foi instituída pela Portaria da Fundação Municipal de Cultura nº 23 de 15 de abril de 2013, publicada em 18 de abril no Diário Oficial do Município (Figura 71).

Figura 71 – Instituição da Comissão de Acompanhamento pelo Diário Oficial do Município de Belo Horizonte



PREFEITURA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

BELO HORIZONTE

Diário Oficial do Município - DOM

Quinta-feira, 18 de Abril de 2013 — Ano XIX - Edição N.: 4293

Poder Executivo

Gabinete do Prefeito - Fundação Municipal de Cultura

PORTARIA FMC Nº 023 DE 15 DE ABRIL DE 2013

Designa os membros da Comissão de Acompanhamento do Programa Corredor Cultural Estação das Artes.

O Presidente da Fundação Municipal de Cultura, no uso de suas atribuições legais e em observância à reunião pública no dia 21 de março de 2013, onde essa Comissão foi eleita pelos presentes,
RESOLVE:

Art. 1º - Designar para compor a Comissão de Acompanhamento do Programa Corredor Cultural Estação das Artes:

- Representante da Fundação Municipal de Cultura: Álvaro Américo Moreira Sales
- Representante do Conselho Municipal de Cultura: Rafael Barros Gomes
- Representante dos equipamentos e espaços culturais: Gustavo Baptista Bones Teixeira
- Representante dos movimentos sociais: Thiago Antônio Costa de Almeida
- Representante da classe artística: Henrique Alexandre de Sena
- Representante dos comerciantes: Antônio Eustáquio Pereira dos Santos
- Representante dos moradores do entorno: Andréia Costa
- Representante dos arquitetos e urbanistas: Flavio de Lemos Carsalade
- Representante dos esportes urbanos: João Francisco Emmermacher Seixas
- Representante da população em situação de rua: Jadir de Assis
- Representante da mobilidade e acessibilidade: João Paulo Alves Fonseca

Art. 2º - A Comissão será presidida por Álvaro Américo Moreira Sales, matrícula 000.233-3, da Fundação Municipal de Cultura.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Belo Horizonte, 15 de abril de 2013

Leônidas José de Oliveira
Presidente

Fonte: BELO HORIZONTE, 2013.

Antes desta data, contudo, em 4 de abril, já havia ocorrido a primeira reunião do grupo. Esta havia sido realizada no auditório da FMC, com a presença de Álvaro Sales (representante da FMC), Rafael Barros (representante do COMUC), Tiago Monge (representante dos movimentos sociais), Jadir de Assis (representante dos moradores de rua), Zion e Tiago de Azevedo (representantes dos praticantes de esportes urbanos), a autora do presente texto (representando os Arquitetos e Urbanistas em substituição à professora Natacha Rena, suplente do representante Flávio Carsalade) e cinco funcionários do escritório André Buarque Arquitetura. Durante a reunião, Álvares Sales esclareceu que o referido escritório havia sido contratado apenas para realizar o projeto de desenho urbano da área, dentro de um programa maior que envolvia a iluminação monumental dos edifícios, a sinalização interpretativa e a implementação da Escola Livre de Artes na rua Aarão Reis. Em seguida, os membros do escritório apresentaram a área de realização do projeto, as propostas de intervenção e as limitações impostas pela legislação.

Dentre as considerações apontadas pela Comissão, destaca-se a de Rafael Barros, que ressaltou a necessidade de a discussão do grupo não se limitar a questões relativas apenas ao desenho urbano. Segundo ele, o patrimônio material estava colocado, mas este deveria

dialogar com as manifestações culturais existentes na área. Seria preciso, para isso, pensar em termos de *ações culturais* e de uma programação concreta a ser realizada na região.

Como encaminhamentos finais tem-se, dentre outros, o próprio pedido de oficialização da Comissão pelo Diário do Município (ver Figura 70) e a definição de reuniões paralelas a serem realizadas entre o escritório de arquitetura e cada um dos membros da Comissão, entre os dias 8 e 12 de abril.

A segunda reunião ocorreu no dia 25 de abril, também no auditório da FMC. Estavam presentes: Álvaro Sales (representando a FMC), Rafael Barros (representando o COMUC), Tiago Monge (representando os Movimentos Sociais), Zion (representando os Praticantes de Esportes Urbanos), Flávio Carsalade (representando os Arquitetos e Urbanistas), João Paulo Alves Fonseca (representando os interesses de Mobilidade e Acessibilidade), Andreia Costa (representando os Moradores do Entorno), Gustavo Bones (representando os Equipamentos Culturais), Alexandre de Sena (representando a Classe Artística), Antônio Eustáquio (representando os Comerciantes), dois arquitetos do escritório André Buarque Arquitetura e os convidados Cássio Pinheiro (FMC), Gelson Antônio Leite (Secretaria Municipal de Governo – SMGO), José Nelson e Luciana Nunes (Superintendência de Desenvolvimento da Capital – SUDECAP), Thiago Esteves (Secretaria Municipal Adjunta de Planejamento Urbano – SMAPU), Denise de Matos (Secretaria Municipal Adjunta de Assistencia Social – SMAAS), Vilmar Oliveira (Câmara Municipal – CMBH) e Marco Túlio Oliveira (Secretaria Municipal de Serviços Urbanos – SMSU).

Durante o encontro, Thiago Esteves apresentou aos presentes a Operação Urbana Consorciada prevista para a área, destacando que o diagnóstico, realizado por um consórcio de empreiteiras locais (enquadradas na função por meio do instrumento "manifestação de interesse"), apontava para a "degradação" dos espaços públicos e para a pequena densidade de uso residencial no local. Em seguida, José Nelson e Luciana Nunes apresentaram dois projetos que, independentemente do processo de formulação da proposta do "Corredor Cultural", seriam também realizados na área: o "Circuito Viaduto Santa Tereza" e o Centro de Referência da Juventude. O primeiro dividia o baixio do viaduto em dois trechos e previa a reforma dos banheiros públicos existentes no local, à época inutilizados. Frente ao questionamento dos presentes quanto a abertura dos banheiros para uso, Nelson e Nunes pontuaram que não era incumbência da SUDECAP deliberar sobre tal assunto.

Diante da apresentação do projeto do Centro de Referência da Juventude, surgiram diversas reivindicações. Flávio Carsalade disse considerar o projeto um equívoco se não

acompanhado por propostas de interação com o lugar. Segundo ele tratava-se de "um prédio com perfil privado que inibe a integração das áreas" (COMISSÃO DE ACOMPANHAMENTO, 2014, p.36). A esse respeito, Rafael Barros afirmou que havia participado de uma Audiência Pública para a instituição de uma Comissão para Acompanhamento de tal projeto, mas que o processo participativo não havia se efetivado[120]. Em seguida, Denise Magalhães fez uma breve apresentação sobre a situação dos moradores de rua que ocupavam, à época, a área.

Frente a sua fala, Zion destacou que a incorporação destes atores no projeto era imprescindível, ressaltando a relação que já existia entre os movimentos e manifestações culturais da área e a população de rua local.

A terceira reunião da Comissão ocorreu em 8 de maio, no Gabinete da FMC. O encontro contou com a participação de Leônidas José de Oliveira (presidente da FMC), Álvaro Sales (representante da FMC), Simone Araújo, Luciana Féres e Carolina Andreazzi (funcionárias da FMC), Rafael Barros (representante do COMUC), Zion (representante dos Praticantes de Esportes Urbanos), Gustavo Bones (representante dos Equipamentos Culturais), Alexandre de Sena (representante da Classe Artística), Antônio Eustáquio (representante dos Comerciantes) e Jadri de Assis (representante da População em Situação de Rua).

No início da reunião, Álvaro Sales informou que o prazo para a entrega do Projeto Básico pelo escritório de arquitetura André Buarque havia sido prorrogado para 10 de junho de 2013. Em seguida, Simone Araújo apresentou diretrizes de uso para os edifícios públicos e privados da área.

Diante da apresentação, Rafael Barros pontuou que o Museu de Artes e Ofícios representava uma "barreira" à utilização da Praça da Estação e Gustavo Bones, do grupo de teatro Espanca, apontou para a necessidade de os edifícios públicos locais "abrirem-se para a cidade" – como exemplo emblemático apontou as condições de fechamento apresentadas, à época, pela Serraria Souza Pinto. Bones disse, ainda, que era preciso pensar em ações que potencializassem o "Corredor Cultural" do ponto de vista do usuário, por meio da realização de editais e propostas curatoriais abertas.

A quarta reunião da Comissão realizou-se em 16 de maio, no auditório da FMC. Estavam presentes: Álvaro Sales (representante da FMC), Tiago Monge (representante dos

[120] Para mais informações a respeito das controvérsias que permearam o processo de concepção do Projeto do Centro de Referência da Juventude, ver item 2.5 deste trabalho.

Movimentos Sociais), Gustavo Bones (representante dos Equipamentos Culturais), Antônio Eustáquio (representante dos Comerciantes) e os convidados Major Gedir (Polícia Militar), Gelton, Eduardo e Idelane (BELOTUR), Giovana (Fundação de Parques Municipais), Liliane (FMC) e Mariana (Gabinete do Vice-Prefeito).

Durante o encontro, Gelton Pinto Coelho apresentou as normas que regulamentavam, naquele momento, a realização de eventos na Praça da Estação. Segundo ele, todos os eventos realizados deveriam ser aprovados pela Comissão de Monitoramento da Violência em Eventos Esportivos e Culturais (COMOVEEC) e, no caso de eventos de médio e grande porte, era obrigatório o cercamento da área a ser utilizada. Em seguida, Giovana apresentou as regras de funcionamento do Parque Municipal, pontuando que, por falta de funcionários, não seria viável a ampliação, requerida pela Comissão, do horário de abertura do equipamento. Ela destacou, ainda, que a prática de esportes – skate, patins e bicicleta – poderia trazer riscos aos usuários do parque, já que não havia, no local, áreas exclusivas para a realização de tais atividades.

Ao fim da reunião foi discutida a possibilidade de elaboração de um Projeto de Lei referente ao Corredor Cultural da Praça da Estação, a ser encaminhado para a Câmara Municipal de Belo Horizonte com o objetivo de "garantir e/ou fomentar um uso cultural para a região" (COMISSÃO DE ACOMPANHAMENTO, 2014).

A última reunião da Comissão de Acompanhamento ocorreu em 23 de maio, no auditório da FMC. Estavam presentes todos os membros da Comissão – à exceção de Flávio Carsalade (então substituído pela professora Natacha Rena) – e a equipe do escritório André Buarque Arquitetura, que apresentaria, aos presentes, o projeto urbanístico desenvolvido ao longo do processo.

O projeto proposto abrangia quatro áreas principais: o Parque Municipal; os dois quarteirões situados entre a Rua Varginha e o Viaduto da Floresta; a rua Sapucaí; e a rua Aarão Reis – desde o baixio do Viaduto Santa Tereza até o Viaduto da Floresta, incluindo a Praça da Estação (Figura 72).

Figura 72 – Esquema do Projeto Corredor Cultural Praça da Estação tal como apresentado pelos arquitetos responsáveis



Fonte: Própria autora[121]

No que se refere ao Parque Municipal, o projeto previa a sinalização de uma ciclovia já existente e a inclusão de alguns equipamentos urbanos que serviriam, segundo os arquitetos, para indicar o início do Corredor Cultural. Nos quarteirões situados entre a rua Varginha e o Viaduto da Floresta, previa-se a construção do que os arquitetos chamaram de um "parque urbano". Tal equipamento abrangeria o terreno situado em frente à sede da FUNARTE e as áreas então ocupadas pelo Batalhão ROTAM da Polícia Militar, pelo prédio do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais e por um galpão de estrutura metálica onde havia funcionado, até 2012, uma igreja evangélica[122]. Neste "parque" seriam instalados, de acordo com o projeto, uma espécie de concha acústica – a ser utilizada tanto pelos praticantes de skate quanto para shows e eventos – um Centro de Referência à População em Situação de Rua, um espaço para os membros da SLU e quadras para realização de esportes. Sobre estas

[121] Esta imagem foi utilizada no âmbito do trabalho "Arte, arquitetura e território: a experiência cultural no espaço urbano", realizado pela autora deste trabalho em 2013.

[122] Cf. FERREIRA, Pedro. Igreja desocupa galpão na Praça da Estação. **Estado de Minas**, Belo Horizonte, 7 jul. 2012. Disponível em: <http://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2012/07/07/interna_gerais,304762/igreja-desocupa-galpao-na-praca-da-estacao.shtml>. Acesso em: 2 set. 2015.

últimas, Zion disse que não atenderiam às demandas apresentadas pelos praticantes de esportes urbanos.

Para a rua Sapucaí foram propostos apenas o alargamento das calçadas e a melhoria da iluminação pública. Quanto ao platô localizado entre o nível desta rua e o nível da Praça da Estação, estava previsto um local para a realização de feiras.

No que se refere à porção da rua Aarão Reis localizada entre a Praça da Estação e o Viaduto Santa Tereza, o projeto previa o alargamento das calçadas – as quais receberiam uma faixa revestida de material liso, propício à prática de skate e patins – e a retirada do estacionamento de carros. Uma ciclovia, que se prolongaria até a Estação de Metrô da Praça, seria, também, implantada em frente ao edifício da atual Estação Ferroviária. Ao longo da calçada seriam instalados bancos curvos, passíveis de serem utilizados como obstáculos para skate e, nos pontos de ônibus – que segundo a BHTrans permaneceriam no local – seriam incorporados bancos voltados para a rua. Os abrigos destes pontos de ônibus seriam revestidos por uma estrutura metálica, na qual seriam instalados cachepôs contendo buganvílias, de forma a gerar uma cobertura do tipo trepadeira. Segundo os arquitetos, a estrutura havia sido pensada também como forma de desencorajar, dada a presença de espinhos nas flores, apropriações "inadequadas" do local.

O projeto previa, também, a instalação de um mercado gastronômico no edifício adjacente à Estação Ferroviária, utilizado, à época como estacionamento pela Cooperativa de Consumo Dos Ferroviarios do Ramal do Paraopeba Ltda (COOFERPA). O edifício seria acessível por duas de suas extremidades, permitindo aos passantes provenientes da rua Aarão Reis que acessassem a área adjacente ao trilho dos trens. Esta, separada dos trilhos por meio de uma anteparo de vidro, daria acesso lateral a uma praça aberta, a ser implantada no local onde, à época, tinha-se um galpão.

Para o baixio do Viaduto Santa Tereza o projeto propunha a instalação de *traffic-calming*, dispositivos que elevam o nível da rua ao nível da calçada, provocando a diminuição da velocidade dos carros. Tal estratégia seria utilizada como forma de dificultar a passagem de veículos no local e privilegiar, assim, a permanência de pedestres. Os arquitetos também propuseram a reforma dos banheiros públicos existentes no baixio do viaduto, atentando para o fato de que consideravam mais adequados banheiros "expostos", capazes de gerar "vigilância e segurança".

Frente a essa explanação inicial, os membros da Comissão apresentaram seus apontamentos. Estes se referiam não somente ao desenho em si, mas também, e

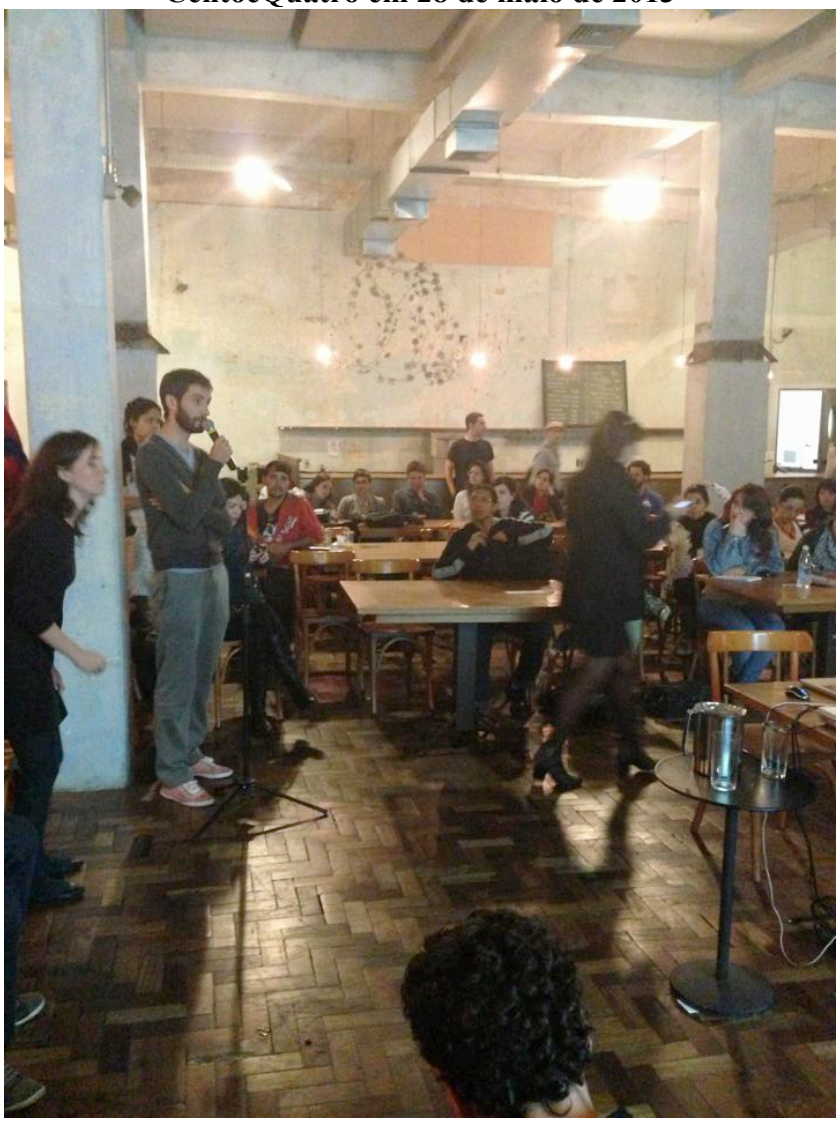
principalmente, às questões políticas reivindicadas ao longo do processo que não se encontravam, segundo eles, devidamente explicitadas no projeto. Natacha Rena destacou a necessidade de se ressaltar com mais afinco as formas de apropriação previstas para cada espaço, de forma a frear o iminente risco de "gentrificação" da área e de garantir, assim, direitos sociais aos seus usuários. Tal consideração foi apoiada por Gustavo Bones, que reiterou a ideia de que o projeto deveria se atrelar a um posicionamento político mais bem delineado. Rafael Barros também atentou para o grande risco de os espaços serem convertidos em locais de cunho "elitista". Segundo ele, tal fato tornava urgente a ação da Comissão no sentido de apresentar uma "proposta de uso" para estes em consonância com o aspecto popular do local. Nesse sentido, a ideia de transformação do edifício utilizado como estacionamento pela COOFERPA em mercado gastronômico foi duramente rejeitada.

Os presentes propuseram que o mercado fosse pensado a partir de uma perspectiva popular, mais conectada com a realidade do local e, sobretudo, mais acessível aos seus atuais habitantes e frequentadores. No que se refere ao projeto para os abrigos dos pontos de ônibus, Rafael Barros criticou duramente a ideia de incorporar flores com espinhos nas estruturas de apoio como forma deliberada de "impedir" a sua apropriação por moradores de rua. Barros sugeriu, também, que fossem instalados banheiros na Praça da Estação – ideia que, acatada pelos demais presentes, seria incorporada pelos arquitetos no projeto.

Ora, tal como apresentado pelos arquitetos, o projeto ultrapassava em muito os limites, tanto orçamentários quanto espaciais, apresentados inicialmente pela FMC. Os 21,8 milhões de reais a serem pleiteados junto ao Ministério da Cultura seriam visivelmente insuficientes para a realização do que havia sido proposto e, alguns dos terrenos utilizados, tal como a área localizada entre o Viaduto da Floresta e a rua Varginha, não estavam incluídos no escopo inicial do programa. Frente a isso, os membros da Comissão foram convidados a eleger pontos prioritários (ou de necessidade imediata) a serem atendidos. A inclusão de banheiros públicos, a reformulação das calçadas e a melhoria da iluminação foram algumas das prioridades levantadas. As demais propostas serviriam, segundo explicitado pelos integrantes da FMC, como pauta para futuras lutas. Diante desse quadro, os membros da Comissão pontuaram que, para isto, deveriam ser consideradas as importantes questões políticas que envolviam a área. A busca pela instauração de marcos legais que impedissem possíveis propostas externas de se sobreporem ao que já havia sido discutido pela Comissão configurava, na ocasião, uma das principais preocupações.

Em 28 de maio, apenas cinco dias após este último encontro, realizou-se a já prevista reunião pública para a apresentação do pré-projeto à sociedade civil. Ocorrido no espaço cultural CentoeQuatro, o encontro reuniu dezenas de pessoas – dentre as quais arquitetos, urbanistas, produtores culturais, artistas, acadêmicos e militantes – as quais se mostraram, em sua maioria, visivelmente incomodadas com o conteúdo exposto (Figura 73).

Figura 73 – Reunião Pública convocada pela Fundação Municipal de Cultura no CentoeQuatro em 28 de maio de 2013



Fonte: RENA, 2013.

Algumas de suas reações e questionamentos (já, em grande parte, esperados por aqueles diretamente envolvidos no processo) foram transcritos pelo arquiteto Wellington Cançado em seu texto "Corredor Cultural Estação das Artes: dilemas da participação":

> Difícil não ficar, em um primeiro momento, bastante otimista e empolgado dadas as

> propostas e os encaminhamentos apresentados por Rafael Barros em nome da Comissão de Acompanhamento do projeto do Corredor Cultural Estação das Artes, na noite do dia 28 de maio, no CentoeQuatro. E também feliz, frente à grande quantidade de pessoas presentes e disponíveis para discutir e participar da construção de um outro modelo de política cultural e espaço urbano. Mas principalmente porque as ideias e proposições apresentadas são, sobretudo, estruturais e potencialmente transformadoras das relações e dos espaços e equipamentos públicos localizados na área de abrangência do Corredor, no Hipercentro de Belo Horizonte. Impossível também, infelizmente, não perceber o quanto essas propostas imaginativas e transformadoras, bem como a participação efetiva dos diversos grupos culturais e movimentos sociais envolvidos, esbarram nas escolhas feitas pelos autores do projeto de desenho urbano, coordenado pelo arquiteto André Buarque. E perceber também como essas animadoras proposições emperram e até retrocedem na medida em que a própria participação dos cidadãos e o acompanhamento da Comissão passam a legitimar tanto a pertinência do Corredor quanto o desenho urbano proposto. Nesse sentido, para avançarmos, cabe inicialmente perguntar: a quem realmente interessa um Corredor Cultural nos moldes propostos? O que realmente se entende por arte e cultura no âmbito desse Corredor? Qual o papel da Comissão de Acompanhamento para além do mero acompanhamento? E, por último, quais as possibilidades colaborativas e cidadãs não consideradas para o (re)desenho dos espaços propostos pelos arquitetos? (CANÇADO, 2013, não paginado)

O sentimento de frustração, abordado no texto e explicitado em muitas das falas proferidas na ocasião, era justificável. O nítido descompasso entre a potência transgressora das ações articuladas cotidianamente na Praça da Estação por muitos dos membros da Comissão e as proposições genéricas – pouco inventivas e esteticamente tributárias de padrões importados de bairros nobres da cidade – apresentadas pelos arquitetos, suscitava a desconfortável constatação de que a simples "inclusão de demandas" não era, afinal, suficiente para a realização de um projeto que transgredisse, de fato, os habituais processos (guiados pelo mercado imobiliário) de gentrificação e espetacularização dos espaços públicos da cidade.

A esse respeito, Cançado pontua ainda:

> Como apresentado e discutido até então, o projeto do Corredor Cultural Estação da Artes parece ser mais um projeto de gentrificação do espaço urbano, como realizado em diversas áreas centrais das cidades brasileiras nas últimas décadas, inclusive em Belo Horizonte, sob o pretexto de "revitalização" de áreas supostamente degradadas. Como sabemos, o que se entende por degradado por essas bandas são todas aquelas *manifestações populares e espontâneas que escapam aos manuais da "modernidade" e que desafiam cotidianamente a capacidade coercitiva e o ímpeto higienizador das políticas públicas*. E por trás desses projetos que pretendem "requalificar" lugares já cheios de vida e qualidades, se escondem enormes interesses imobiliários e estratégias políticas elitistas e conservadoras que visam a substituição de práticas e grupos tradicionais por um conjunto homogêneo de atividades e espaços (CANÇADO, 2013, não paginado, grifos nossos).

Com efeito, no desenho apresentado, as ações culturais apareciam de maneira excessivamente domesticada e controlada, de forma nada ou muito pouco inovadora se comparada aos projetos de "revitalização" habitualmente propostos pela própria Prefeitura. Ora, onde estariam, no "Corredor Cultural" mostrado, as reivindicações por um conceito de "cultura" amplificado e inclusivo, bem como a luta pelo direito à livre apropriação do "espaço público" que estimulavam as recorrentes (e "degradantes") experimentações estéticas habitualmente empreendidas pelos membros da Comissão no local?

Diante dessa nítida incongruência – e apesar de a Comissão configurar, indubitavelmente, um grande avanço no contexto (tão carente de ferramentas de diálogo) da cidade – surgem alguns questionamentos incontornáveis: em que medida a forma com que o processo foi conduzido (e a própria promessa de simples inclusão, no desenho, das demandas formais apresentadas pelos grupos) não funcionava como barreira contra a emergência de soluções mais radicais que – a exemplo das próprias ações empreendidas cotidianamente pelos membros da Comissão no local – contrariassem diretamente os processos de privatização daquele espaço? Nesse sentido, poderíamos nos perguntar: o trabalho da Comissão configurou, de fato, um processo participativo? Ou teria ele servido, ao contrário, como mera estratégia de legitimação de ações já previamente traçadas – por meio da "inclusão", estratégica por parte dos órgãos públicos, dos próprios atores "transgressores" locais?

Ora, as restritivas condições de trabalho a que o grupo teve de se submeter – a começar pelo fato de não ter sido consultado sobre a pertinência da realização do projeto, ou (considerando que o projeto seria, de toda forma, realizado) sobre a própria estratégia de seleção do escritório de arquitetura – mostram que a condição de "participante" a ele delegada era, na realidade, extremamente superficial. A confirmar este fato tem-se o curtíssimo prazo (de apenas dois meses) conferido à equipe. Este, associado à ausência de um repertório já consolidado, por parte dos arquitetos contratados (mas também da própria história da cidade) para a realização de projetos de natureza colaborativa, impediu, em grande medida, a elaboração de táticas de ação verdadeiramente inovadoras. As ferramentas utilizadas, alicerçadas na ideia (convencional e mais imediata) do arquiteto como "tradutor" das demandas apresentadas, e criador, a partir de seu próprio repertório (estético, político e ideológico) de soluções espaciais capazes de respondê-las, ocorreram em detrimento da ativação, ao nosso ver bem mais assertiva, de processos que possibilitassem elaborações projetuais efetivamente conjuntas. Tais problemas devem ser considerados, ainda, sob a

perspectiva das contínuas pressões exercidas pelos agentes do mercado imobiliário local, os quais seriam, ao que tudo indicava, os maiores beneficiários do projeto.

Frente a todas essas falhas, um ponto-chave é aqui notado como paradigma a ser urgentemente afrontado (caso a proposta seja investigar formas mais democráticas de elaboração de intervenções para a área): trata-se da noção de *co-construção* como forma de participação ampliada – ideia que atravessará, como veremos a seguir, tanto os trabalhos desenvolvidos no âmbito da disciplina UNI 009 Cartografias Críticas, como todo o processo, subsequente, de produção de A Ocupação.

2.9 Disciplina UNI 009 Cartografias Críticas

A "UNI 009 Oficina Multidisciplinar - Cartografias Críticas" é uma disciplina de graduação do PROUNI ofertada semestralmente na Escola de Arquitetura da UFMG e aberta a todos os cursos de graduação da universidade. Coordenada pela professora Natacha Rena, ela direciona-se ao estudo da produção do espaço urbano e parte, para tanto, da ideia de cartografia – explorada também pelo grupo de pesquisa Indisciplinar[123]. As atividades e debates propostos em meio à disciplina atravessam muitas das experimentações práticas realizadas pelo grupo de pesquisa, o que a torna uma espécie de plataforma de articulação entre o espaço da universidade e o da cidade. Tal entrelaçamento prático-teórico é tomado como mote nas aulas e tem o objetivo de gerar, mais do que trabalhos de campo convencionais, um espaço de produção compartilhada de conhecimento entre alunos, pesquisadores, ativistas e os movimentos sociais da cidade. Como a proposta da disciplina é abordar conflitos urbanos ocorridos simultaneamente ao período de desenvolvimento das aulas, a sua ementa (e o seu nome) transforma-se a cada novo semestre, de acordo com as movimentações observadas no contexto político da cidade.

No primeiro semestre de 2013 a disciplina recebeu o nome de Cartografias Críticas e teve como foco a área do baixio do Viaduto Santa Tereza. A escolha do local deveu-se, inicialmente, à assídua participação da professora Natacha Rena e da pesquisadora Talita Lessa, ambas do Grupo Indisciplinar, nas reuniões semanais da Real da Rua (Figura 74). Nestas, as pautas relativas às "barreiras" colocadas pelo poder público à realização do Duelo de Mc's somavam-se, naquele momento, aos riscos aportados pela possível implantação, na

[123] Discorremos a respeito do Grupo de Pesquisa Indisciplinar no item 2.6.12 desta pesquisa. O conceito de cartografia foi tratado, por sua vez, no eixo 1 do presente trabalho.

área, da Operação Urbana Consorciada Vale do Arrudas[124] – objeto de estudo do grupo Indisciplinar no período. Tal fato havia gerado uma situação de forte articulação entre o grupo de pesquisa e o coletivo.

Figura 74: Reunião da Real da Rua em 8 de março de 2013



Fonte: RENA, 2013.

Além disso, a partir do dia 13 de março daquele ano, com a primeira apresentação pública do Programa Corredor Cultural da Praça da Estação e o consequente destaque político assumido pela área no contexto da cidade, a ideia de direcionar a disciplina para o estudo do Viaduto Santa Tereza foi fortalecida e o escopo da investigação substancialmente ampliado. Além das questões relativas ao Duelo de Mc's e à Real da Rua, foram incorporadas, na ementa, questões mais amplas, relativas aos problemas apresentados pelo projeto, incluído no Programa Corredor Cultural Praça da Estação, de "requalificação" da área. Dentre os questionamentos colocados destacam-se: a quem interessava de fato a implantação do

[124] Ver Introdução.

"Corredor Cultural"? Em que medida este projeto se relacionava com a Operação Urbana Consorciada do Vale do Arrudas? O que, no âmbito de tal projeto, estava sendo considerado como "cultura"? E, ainda, o que é gentrificação e, em que medida a reformulação da área poderia contribuir para o desencadeamento de um tal processo?

Diante dessa nova perspectiva tomada pela disciplina – a qual passou a referir-se, de forma mais abrangente, às questões políticas, territoriais e culturais que permeavam a área do Viaduto Santa Tereza – a professora Natacha Rena convidou a autora deste trabalho a participar das aulas como pesquisadora voluntária.

> *Durante os meses de realização da disciplina eu estava às voltas com o desenvolvimento da monografia "Arte, arquitetura e território: a experiência cultural no espaço urbano". Orientado pela própria professora Natacha Rena, tal trabalho seria apresentado em julho daquele mesmo ano como requisito final para obtenção do meu diploma de arquiteta e urbanista na Escola de arquitetura da UFMG. Em meio às investigações que rondavam a minha escrita, o tema da cultura era central. Se a primeira parte do referido trabalho incluía um estudo conceitual a respeito das diferentes formas de utilização desse termo ao longo da história, a segunda, voltada para a prática, continha um mapeamento (online e georreferenciado) dos equipamentos institucionais voltados para a promoção da cultura em Belo Horizonte. Com tal mapeamento, a intenção era investigar possíveis relações entre a distribuição territorial destes equipamentos e os diversos mecanismos por eles utilizados como fonte de financiamento. Foi, contudo, a partir da observação de uma nítida concentração de equipamentos na região central da cidade e, especificamente, na área entre a Praça da Estação e o Viaduto Santa Tereza (na qual localizavam-se, também, diversas manifestações culturais informais)*[125] *que eu decidi, em dado momento, direcionar a terceira e última parte do trabalho para a realização do que chamei de "análise micro" desta área. Tal escolha foi potencializada, assim como ocorreu na disciplina UNI 009, pelo surgimento do Programa Corredor Cultural Praça da Estação – e dos profícuos debates públicos por ele suscitados a respeito da questão participativa e do papel da cultura na produção do espaço. O meu interesse por tais questões, além de me ter motivado a participar como ouvinte de algumas das reuniões da Comissão de Acompanhamento criada no âmbito do Programa*[126]*, aproximava-me, em grande medida, do novo foco de interesse da referida disciplina, com a qual passei a contribuir de forma voluntária. A tentativa de articulação entre esta experiência de ensino, o trabalho de investigação teórica e as atividades práticas desenvolvidas junto ao Grupo Indisciplinar tinha por objetivo fazer com que o trabalho monográfico configurasse, ao menos nessa terceira parte, um experimento daquilo que estávamos denominando, em meio ao grupo, co-pesquisa.*

[125] Ver item 2.6 do presente trabalho.
[126] Ver item 2.8 do presente trabalho.

Com a eleição, em 21 de março, da Comissão que acompanharia a concepção do projeto de (re)desenho das áreas adjacentes à Praça da Estação, outras pautas foram incluídas na disciplina. A participação, na referida Comissão, tanto da professora Natacha Rena (como suplente do representante dos Arquitetos e Urbanistas Flávio Carsalade), quanto da autora deste trabalho (como ouvinte), geraram muitas possibilidades de atravessamento entre os conteúdos discutidos pelo grupo e as questões apontadas pelos alunos.

Em meio a essa troca e, a partir do reconhecimento das diversas falhas do processo supostamente "participativo" empreendido pela Comissão de Acompanhamento, surge a proposta de realizar, em meio à disciplina, um exercício de investigação de cunho notadamente político: uma "cartografia crítica" e colaborativa que demonstrasse, a partir dos atores presentes e dos processos de apropriação e produção de espaço por eles subversivamente empreendidos na área, que um "Corredor Cultural", na realidade, já existia ali.

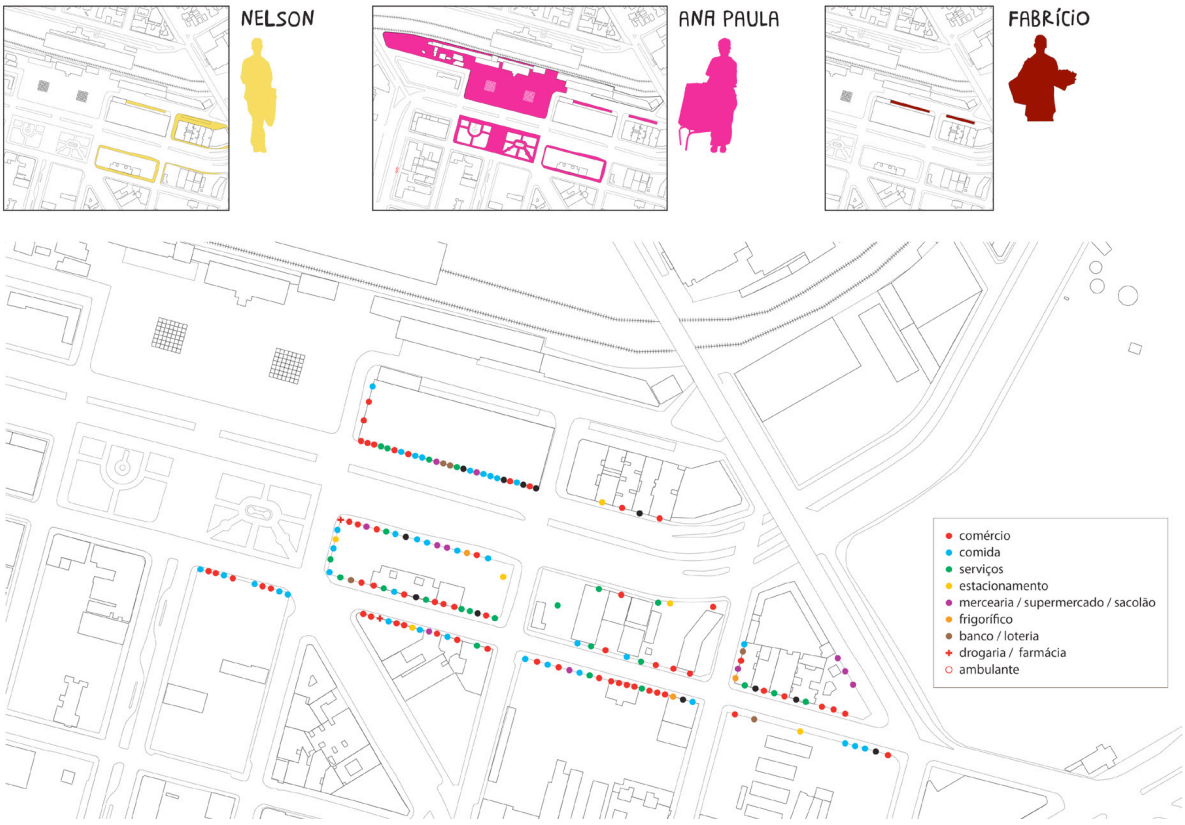
Para a realização do trabalho, a turma foi dividida em quatro grupos, cada qual responsável por investigar a ação de um dentre os diversos atores atuantes na área. Um deles ficou responsável pelos Comerciantes; outro, pela População de Rua; um terceiro, pelos Movimentos Artísticos e Culturais; e o último, pela Arte de Rua.

O grupo responsável pelos Comerciantes optou por mapear os estabelecimentos comerciais existentes na área e direcionar, em seguida, o trabalho de acompanhamento à atividade dos Vendedores Ambulantes.

Tal escolha se deu pelo fato de os alunos considerarem a ação destes últimos um importante (e já consolidado) *foco de tensão* com relação às formas de apropriação "permitidas" nos espaços públicos presentes na área – questão esta que se encontrava no cerne do debate à respeito da implantação do Programa Corredor Cultural Praça da Estação. De acordo com o grupo, mais do que os comerciantes formais, os quais atuavam de forma bastante coerente com o tipo de apropriação já esperada para o local, estes, por agirem de maneira itinerante e essencialmente tática (contornando as brechas do controle policial presente na área), realizavam, já à época, um *cotidiano ato de resistência* às restrições estabelecidas pelo poder público no que se refere às possibilidades de usufruto daquele espaço. Restrições estas que seriam, destacamos, presumivelmente reforçadas caso um "Corredor Cultural", nos moldes do que se estava discutindo na FMC, fosse implantado no local.

A partir de investigações feitas *in loco* e do acompanhamento específico de três Vendedores Ambulantes locais – Nelson, um vendedor de bilhetes lotéricos, Fabrício, um baleiro, e Ana Paula, uma vendedora de sorvete – o grupo pôde notar uma concentração desses atores, sobretudo na área dos pontos de ônibus da rua Aarão Reis e nos arredores da Praça da Estação, locais onde havia maior aglomeração de pessoas (Figura 75). Se no primeiro trecho a atuação dos ambulantes se dava de maneira sobreposta a de muitos comerciantes formais, na Praça da Estação a carência de estabelecimentos comerciais tornava-os uma das únicas opções de compra para os passantes. Em meio a conversas com tais vendedores o grupo relatou perceber que cada qual carregava em si vivências bastante intensas daquele espaço, baseados, em grande medida, no necessário movimento de fuga da polícia e no agenciamento tático dos melhores locais para permanência.

Figura 75 – Cartografia das táticas dos Vendedores Ambulantes atuantes na área entre o Viaduto Santa Tereza e a Praça da Estação



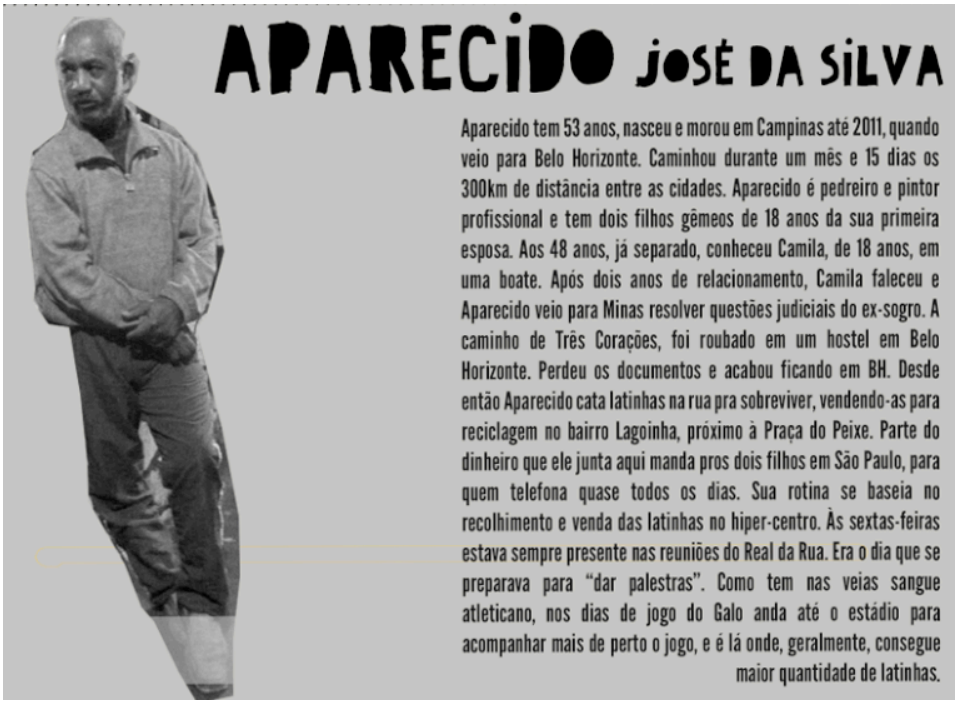
Fonte: JACOB; BRISOLA; AMATO; LOBATO, 2013

O grupo voltado para a cartografia da População de Rua decidiu basear a sua análise no acompanhamento, por alguns dias, de um morador local: Aparecido José da Silva (ver Figura 76). Tal estratégia tinha como intuito criar uma abordagem da situação de tais atores

que não fosse homogênea, mas que partisse, ao contrário, da consideração da especificidades e singularidades da vivência de cada um. A ideia era, assim, contribuir para a desmistificação do preconceito histórico observado com relação aos moradores de rua e fomentar, com isso, uma maior aproximação entre estes e a cidade formal.

Durante o trabalho, algumas dificuldades foram encontradas. O fato de muitos dos moradores encontrarem-se, segundo as alunas, em constante estado de embriaguez, foi apontado como uma das principais barreiras para o acompanhamento de suas dinâmicas cotidianas. Apesar disso, as alunas puderam perceber algumas características relevantes: segundo elas, a dinâmica de vida da maior parte dos atores observados era bastante regrada, hierarquizada e marcada por um forte senso de individualidade e autonomia. Eles demonstraram, em sua maioria, possuir uma "territorialidade" bem demarcada (criada a partir das fortes relações de poder estabelecidas frente a outros moradores) e atividades cotidianas bem definidas. No que se refere à distribuição territorial, as alunas notaram uma maior concentração desses atores na área em frente ao estacionamento da COOFERPA, localizado na rua Aarão Reis (ver Figura 30).

Figura 76 – Cartografia do cotidiano do Morador de Rua Sr. Aparecido da Silva



Fonte : CIOFFI, GONÇALVES, KUBITCHEK, 2013.

O grupo voltado para o estudo da Arte de Rua optou por direcionar a sua cartografia às inscrições urbanas (Grafite e Pixação), tipo de apropriação bastante recorrente nas superfícies e muros existentes no local. De forma a investigar tal questão, os alunos realizaram um mapa

(Figura 77) – no qual se encontravam discriminadas zonas de alta (cor verde) média (cor amarela) e baixa (cor azul) concentração de inscrições – e algumas entrevistas a passantes, moradores e trabalhadores locais. As perguntas feitas nas entrevistas problematizavam a existência da pixação e do grafite na área, frente a qual a maior parte dos entrevistados mostrou-se contrária. Uma significativa parte das pessoas entrou, contudo, em contradição em meio às perguntas: apesar de responderem – ao serem indagadas sobre o que seria a arte – que esta era, para elas, uma forma de expressão, quando questionadas a respeito da pixação, diziam que, apesar de configurar uma forma de expressão, esta não poderia ser considerada um ato artístico. A justificativa dada era muitas vezes a de que a pixação era algo "feio" e "marginalizado" (BERQUÓ, 2013).

Figura 77 – Cartografia a respeito das inscrições superficiais localizadas na área entre a Praça da Estação e o Viaduto Santa Tereza

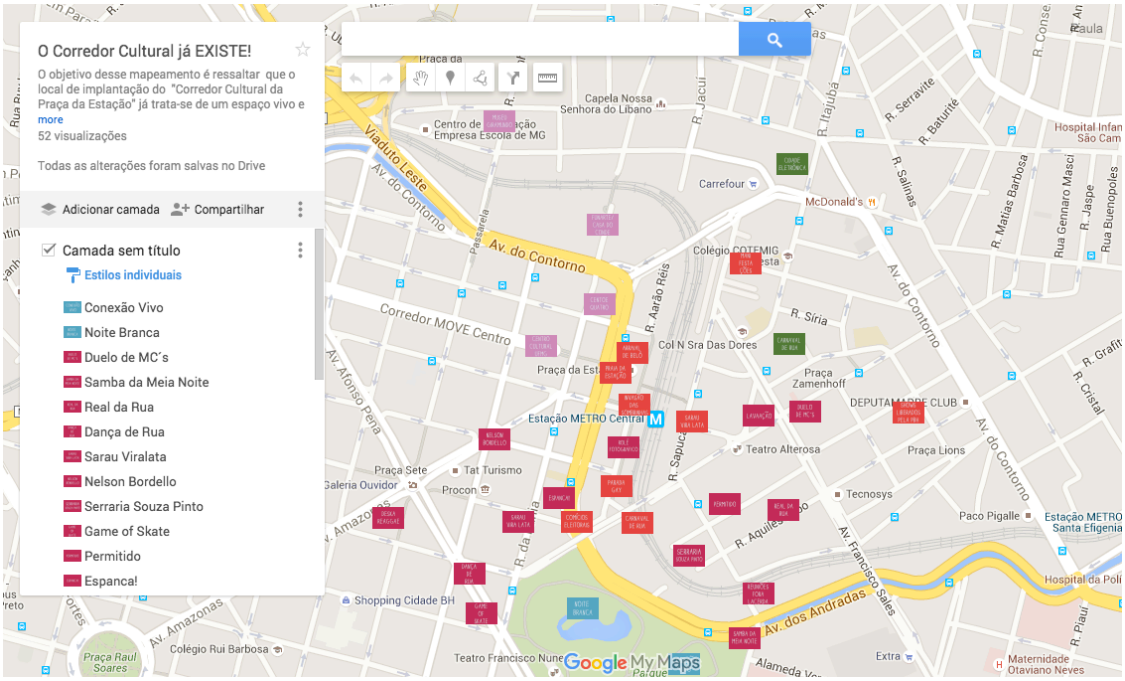


Fonte: ALENCAR; BASTOS; BOUZADA, 2013.

O grupo responsável pelo acompanhamento dos Movimentos Artísticos e Culturais da área era composto pelas alunas Flora Rajão, Camila Bastos e Nattyelle Baêta. Como forma de viabilizar uma cartografia abrangente e colaborativa sobre o tema, as alunas engajaram-se no desenvolvimento de um mapa digital e georreferenciado, hospedado no *GoogleMaps* (Figura 78)[127]. Intitulado "O Corredor Cultural já existe", tal mapa tinha por objetivo funcionar como um espaço de construção conjunta do panorama artístico e cultural existente na área, de forma a dar visibilidade aos muitos movimentos que, já à época, atuavam no local. Por meio dele, qualquer pessoa poderia incluir manifestações culturais (fixas, itinerantes, periódicas ou pontuais) que viessem a se realizar no local.

[127] Disponível em: <https://www.google.com/maps/d/edit?mid=zyScBTFMCayY.kXwnN4QhBdRs&ie=UTF&msa=0> . Acesso em: 2 set. 2015.

Figura 78 – Mapeamento colaborativo "O Corredor Cultural já existe!"



Fonte: Adaptado de GOOGLE MAPS, 2013

Nele foram mapeados, ao todo, 31 pontos: dentre equipamentos institucionais ("Espaço CentoeQuatro", "Museu Giramundo", "FUNARTE", "Centro Cultural UFMG" e "Serraria Souza Pinto"); eventos regulamentados pelo poder público municipal ("Arraial de Belô" e "Shows permitidos pela Prefeitura"); eventos patrocinados ("Noite Branca" e "Conexão Vivo"); ações e coletivos voltados para a realização de experimentações estéticas, políticas e espaciais[128] ("Duelo de Mc's", "Real da Rua", "Sarau Vira-Lata", "Praia da Estação", "Carnaval de Rua", "Parada Gay", "Samba da Meia Noite", "Real da Rua", "Dança de Rua", "Game of Skate", "Permitido", "LavAção", "Rolê Fotográfico", "Cidade Eletronika", "Invasão das sombrinhas", "Reuniões Fora Lacerda", "Nelson Bordello" e "Espanca"); apresentações de bandas ("DeSkaReggae Sounds System"); além de "Comícios Eleitorais" e "Manifestações Populares".

A abrangência de tal trabalho acabou por ultrapassar em muito o seu escopo inicial. Das conversas realizadas (para a divulgação e alimentação do mapa) entre as alunas e os artistas, ativistas, militantes e coletivos atuantes na área, surge uma ideia que acaba por tornar-se um encaminhamento geral para todos os demais grupos da disciplina: a de articular, junto a todos estes atores, um grande "evento" na área do Viaduto Santa Tereza. Tal

[128] Tais ações foram englobadas naquilo que denominamos, no item 2.6 do presente trabalho, "Manifestações Culturais de Resistência"

acontecimento, que funcionaria como marco de encerramento da disciplina, teria, assim como o mapa digital, o papel de demonstrar que o "corredor cultural" já existia, e atentar, tanto o poder público como a própria população, para a necessidade de se considerar o caráter livre e fortemente político que o caracterizava. A proposta ia de encontro, também, com a intenção do coletivo Real da Rua de realizar uma ação que desse a ver, aos habitantes da cidade, as dificuldades enfrentadas pelo Duelo de Mc's naquele momento.

O acontecimento – que recebeu, em meio à disciplina, o genérico nome de "O Evento" – foi pensado, portanto, como algo a ser construído de maneira conjunta – entre os alunos, a Real da Rua e os demais movimentos existentes no local. O intuito seria afrontar não apenas a temática do Corredor Cultural, dando a ver uma face da cultura muito mais abrangente do que aquela considerada no projeto de revitalização – mas também as muitas dificuldades enfrentadas pelos agentes locais frente às restritas possibilidades de apropriação dos espaços ("públicos") da área. Para isto, todos os alunos da disciplina, e não apenas o grupo voltado para o estudo dos Movimentos Culturais e Artísticos, deveriam empenhar-se na articulação de atividades que, além de engajar os demais atores envolvidos nos trabalhos, servissem para apresentar ao público do evento o material produzido junto a eles ao longo do semestre. O acontecimento estava previsto para ocorrer em junho.

Justamente naquele mês tem-se, contudo, a eclosão de grandes manifestações populares que, reunindo milhares de pessoas e múltiplas pautas, tomaram as ruas de Belo Horizonte e de mais de trezentas cidades do Brasil. Tais protestos – os quais paralisaram as aulas da disciplina e, em grande medida, o próprio funcionamento da UFMG – desencadearam, como veremos a seguir, uma transformação substancial na escala e na própria natureza de "O Evento" – transformação esta que acabou por culminar na articulação de A Ocupação.

2.10 Protestos

"Vem pra rua vem, contra o aumento!" (PASSE LIVRE, 2013, não paginado)[129] lê-se na publicação realizada em 19 de maio de 2013 pelo Movimento Passe Livre de São Paulo (MPL-SP) em sua página no Facebook. Tal frase tinha por objetivo convocar a população para protestar, nas ruas, contra o anunciado aumento de 20 centavos nas passagens de ônibus, metrô e trens metropolitanos de São Paulo. Abaixo do texto, um cartaz. Neste, além dos

[129] Disponível em: <https://www.facebook.com/passelivresp/posts/519160281473561>. Acesso em : 29 set. 2015.

dizeres “Se a tarifa aumentar, São Paulo vai parar”, havia informações a respeito de um ato de protesto a ser realizado na tarde do dia 6 de junho, no Teatro Municipal.

Tida pelos pesquisadores do Laboratório de Estudos sobre Imagem e Cibercultura da Universidade Federal do Espírito Santo (LABIC UFES, 2013) como marco inicial na irrupção da expressão “vem pra rua” nas redes sociais digitais, tal publicação refere-se, contudo, a um movimento mais amplo e já levado à prática, nos meses anteriores, pela população de diversas cidades brasileiras (dentre elas Porto Alegre, Goiânia, Sorocaba, Rio de Janeiro, Florianópolis, Vitória, Teresina, Natal e Aracajú). Apesar de fruto do acúmulo dessas diversas lutas contra o aumento tarifário pelo país, é a mobilização do MPL a configurar, segundo Raquel Rolnik, a “fagulha” responsável pela eclosão daquilo que autores como Ruy Braga apontam como “a maior revolta popular da história brasileira” (BRAGA, 2013, não paginado). Tal fagulha, contudo, não pode, evidentemente, ser tida como um evento isolado. Nas palavras de Rolnik:

> A “fagulha” das manifestações de junho não surgiu do nada: foram anos de constituição de uma nova geração de movimentos urbanos – o MPL, a resistência urbana, os movimentos sem-teto, os movimentos estudantis –, que, entre “catracaços”, ocupações e manifestações foram se articulando em redes mais amplas, como os Comitês Populares da Copa e sua articulação nacional, a Ancop (ROLNIK, 2013, não paginado).

Desde tal mobilização do MPL, as manifestações contestatórias atravessaram um período de ampla expansão. Se o ato do dia 6 de junho, tema da publicação do grupo transcrita acima, havia reunido nas ruas de São Paulo cerca de 2 mil pessoas, e o protesto realizado no dia seguinte cerca de 5 mil, aquele ocorrido no dia 11 contou com a participação de aproximadamente 12 mil manifestantes e o ato do dia 13 de junho, com quase o dobro (PIRES, 2013). Além disso, nesta última experiência, um fato fez com que o já expressivo movimento de ampliação do movimento ganhasse ainda mais fôlego: apesar de todas as manifestações anteriores terem sido marcadas por uma forte repressão policial, é no ato deste dia que tal situação atinge o seu ápice. A reação especialmente truculenta da tropa de choque da Polícia Militar contra os cerca de 22 mil manifestantes que intentavam, no dia 13, alcançar a Avenida Paulista – por meio de bombas de efeito moral, ataques a balas de borracha e a prisão de mais de 300 pessoas (dentre as quais 60 apenas “para averiguação”) – fez com que a questão da violência policial passasse a figurar, além da temática tarifária, outra importante pauta de reivindicação. Os protestos assumiram, a partir daí, uma nova escala. Neste mesmo dia, houve atos em cidades como Maceió, Natal, Porto Alegre, Rio de Janeiro, Santarém e

Sorocaba e, nos dias subsequentes, iniciou-se a organização daquele que seria o primeiro ato em escala nacional, no dia 17 de junho.

Na ocasião, cerca de 300 mil manifestantes saíram às ruas de dezenas de cidades brasileiras (BORGES, 2015). Dentre elas São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Porto Alegre e Brasília – onde milhares de pessoas ocuparam a Esplanada dos Ministérios e subiram ao teto do Congresso Nacional. Tal episódio, apontado pelo pesquisador Fábio Malini, do LABIC UFES (2014), como o mais midiático de toda a série de protestos, desencadeou a maior mobilização observada durante todo o período de manifestações em meio às redes digitais: neste dia, no Twitter, 300 mil publicações com a hashtag "Protesto" foram catalogadas.

Ainda sobre as movimentações no ambiente digital é interessante observar que, entre os dias 15 e 17 de junho há, segundo dados coletados pelo LABIC UFES (2014), um aumento expressivo da utilização da hashtag "Vem pra rua" no Twitter. De acordo com os dados de tal laboratório tem-se, ainda, que até às 18 horas do dia 17 (momento em que o Congresso Nacional é ocupado pelos manifestantes) a referida hashtag não havia sido assumida como própria pelo perfil de nenhum partido político, jornal ou celebridade, disseminando-se, ao invés disso, pela ação conjunta e simultânea de uma profusão de usuários com números inexpressivos de seguidores. Tal fato demonstra que o processo de propagação do movimento nas redes se dava, ao menos até aquele momento, sem a presença de lideranças e, portanto, de maneira essencialmente acentrada.

Entre os dias 17 e 21 de junho, protestos diários foram realizados em diversas cidades brasileiras. Durante este intenso período, é notório observar que a pauta referente à tarifa do transporte público passa a coexistir, de maneira mais explícita, com questões como: os gastos públicos com a Copa das Confederações FIFA (em curso, naquele momento, no Brasil) e com a Copa do Mundo FIFA de Futebol (a ser sediada no país no ano seguinte); a renúncia de Renan Calheiros à presidência do Senado, a corrupção, as Propostas de Emenda Constitucional (PEC) 33 e 37 e o discurso homofóbico propagado pelo deputado federal Marco Feliciano; bem como diversas temáticas de caráter local e regional.

Essa multiplicidade de questões era expressa tanto por meio das faixas e cartazes levantados pelos manifestantes nas ruas (ver Figura 79), quanto pela própria emergência, nas redes sociais digitais, de hashtags como #ProtestosBH, #ProtestosCe #TodosContraFeliciano, #MarcoCivil e #DesmilitarizaçãoDaPM (sobre a análise das hashtags mais recorrentes durante todo o período das manifestações, ver Figura 80). No que se refere ao número de

manifestantes dos atos ocorridos neste período, observa-se um pico no dia 20 de junho, no qual mais de 1 milhão de pessoas saíram às ruas de 388 cidades brasileiras (UOL NOTICIAS, 2013).

Figura 79: Cartazes no protesto do dia 20 de junho em Recife (PE)



Fonte: NOTICIAS UOL, 2013.

Figura 80 – Expressões mais *twittadas* sobre as manifestações entre 15 de junho e 30 de outubro de 2013



Fonte: LABIC, 2014

Tais manifestações – que continuaram a ocorrer com frequência até pelo menos o fim de junho[130] – alinhavam-se, em grande medida, tanto com os protestos no Parque Gezi ocorridos no mesmo período na Turquia, quanto com as diversas manifestações populares realizadas, nos anos anteriores, no Oriente Médio, na Europa e nos Estados Unidos. Embora as particularidades presentes em cada contexto específico tenham tido um papel decisivo para o desencadeamento de cada um destes processos, observa-se, entre eles, notáveis pontos de convergência. Segundo o filósofo Slavoj Žižek:

> O que une esses protestos é o fato de que nenhum deles pode ser reduzido a uma única questão, pois todos lidam com uma combinação específica de (pelo menos) duas questões: uma econômica, de maior ou menor radicalidade, e outra político-ideológica, que inclui desde demandas pela democracia até exigências para a superação da democracia multipartidária usual (ZIZEK, 2013, não paginado)

Além de compartilharem a referida impossibilidade de síntese em uma única questão, tais movimentos utilizavam táticas bastante semelhantes. Além de um tipo de organização essencialmente a-centrada, tem-se, em comum, o expressivo uso das novas tecnologias de informação e comunicação (TICs) e a forte utilização da tática de ocupação coletiva dos espaços públicos urbanos como forma de protesto.

Ora, aqui chegamos a um ponto crucial: as novas formas políticas e de organização social a que se pretendia recorrer com tais movimentos pareciam passar, em grande medida, pelo próprio *ato coletivo de ocupação da cidade*, em suas esferas tanto espaciais quanto simbólicas e subjetivas.

"A cidade é usada como arma para sua própria retomada" (MPL apud ROLNIK, 2013, não paginado) lê-se em texto produzido pelo MPL a respeito dos protestos brasileiros. Mas, o que exatamente, no caso do Brasil, buscava-se retomar? Apesar de a frase acima referir-se especificamente à questão do transporte público, esta não pode ser considerada, no contexto das manifestações, de forma independente das outras tantas reivindicações surgidas em torno à política urbana. A condição notadamente fragmentária das metrópoles do país (marcadas pela existência de dois contextos nitidamente apartados de riqueza e pobreza, cidade formal e cidade informal), a precariedade dos serviços públicos e a privatização generalizada dos espaços urbanos de uso comum eram apenas alguns dos problemas, gestados e consolidados ao longo dos anos precedentes, a que os protestos pareciam tentar fazer frente.

---

[130] Há relatos de atos ocorridos nos dias 22, 24, 26, 28 e 29 de junho. Disponível em: <http://www.revistaforum.com.br/blog/2013/09/uma-cronologia-das-manifestacoes/> . Acesso em: 10 set. 2015.

Como bem pontua Rolnik (2013), tal quadro era devido, em grande parte, à política de desenvolvimento urbano de cunho notadamente neoliberal que, nos anos anteriores aos protestos, vinha sendo observada no país. Com o completo abandono da (já limitada e frágil) agenda de reforma urbana timidamente incorporada em alguns governos municipais ao longo das décadas de 1980 e 1990, as cidades brasileiras teriam, segundo ela, acabado por sucumbir, nos tempos recentes, à supremacia de práticas voltadas para a mera expansão do capital financeirizado. Os projetos de "preparação" dos espaços urbanos para a Copa do Mundo FIFA e para as Olimpíadas (nos quais poderíamos incluir, em grande medida, o próprio "Programa Corredor Cultural da Praça da Estação") seriam, ainda de acordo com a autora, uma clara expressão dessa situação.

Ora, a predominância dessas práticas vinha conduzindo as cidades do país a um quadro insustentável, o qual se fazia inevitavelmente sentir tanto em termos ambientais quanto sociais. Assim, apesar de o momento ser de ascensão e crescimento da classe média, de diminuição do desemprego e de aumento substancial do poder de compra por parte da população, a posição de impotência dos cidadãos tanto frente as possibilidades de apropriação real da cidade (de seus espaços e serviços) quanto de inferência nas próprias políticas que a regiam eram latentes[131]. Nesse sentido, podemos interpretar, à luz das ideias de David Harvey e Don Mitchell, a tática de ocupação massiva dos espaços públicos observada nos protestos como uma tentativa de "retomada" desse direito. Segundo Mitchell:

> O direito à cidade é um grito, uma demanda, então é um grito que é ouvido e uma demanda que tem força apenas na medida em que existe um espaço a partir do qual e dentro do qual esse grito e essa demanda são visíveis. (...) Ao reclamar o espaço em público, ao criar espaços públicos, os próprios grupos sociais tornam-se públicos (MITCHELL apud HARVEY, 2013, não paginado)

O gesto de ocupação coletiva dos espaços públicos parece apontar, assim, no âmbito dos protestos, para um movimento mais amplo de proposição de outras formas de organização social, territorial e política nas cidades, pautadas, dentre outras questões, pela urgente necessidade de uma participação efetiva em suas políticas urbanas. O ato "ocupatório" parecia assim, embora internamente atravessado por diversas controvérsias, apresentar-se como tentativa simbólica de contornamento da lógica de alienação vigente nas cidades, ou ainda,

[131] A esse respeito Raquel Rolnik pontua: "não se compra o direito à cidade em concessionárias de automóveis e no Feirão da Caixa: o aumento de renda, que possibilita o crescimento do consumo, não "resolve" nem o problema da falta de urbanidade nem a precariedade dos serviços públicos de educação e saúde, muito menos a inexistência total de sistemas integrados eficientes e acessíveis de transporte ou a enorme fragmentação representada pela dualidade da nossa condição urbana (favela versus asfalto, legal versus ilegal, permanente versus provisório)" (ROLNIK, 2013, não paginado).

como uma espécie de linha de fuga diante do beco aparentemente sem saída a que as formas neoliberais de produção as haviam conduzido.

Parecia tratar-se, portanto, de uma tentativa de demonstrar que era possível – mesmo que temporariamente e, apesar dos diferentes discursos (muitos dos quais notadamente conservadores) que atravessaram os atos – inverter os lugares "previstos" (ou "permitidos") nas restritivas lógicas, vigentes, de produção e apropriação dos espaços públicos das cidades. Ora, tal ideia estará presente, em grande medida, no próprio ato de A Ocupação – o qual acaba por configurar, como veremos adiante, uma espécie de desdobramento local de muitos dos aspectos emergidos em torno às manifestações. Para entendermos como essa confluência se dá é preciso, contudo, voltarmo-nos ao acompanhamento das singularidades apresentadas pelos protestos ocorridos especificamente em Belo Horizonte.

*

Quanto às manifestações realizadas na cidade é relevante mencionarmos o importante papel assumido pelo COPAC (Comitê dos Atingidos pela Copa BH). Surgido no fim de 2010, o grupo tinha por objetivo – a exemplo de outros comitês criados nas demais cidades-sede da Copa do Mundo FIFA de Futebol 2014 – reunir, por meio de uma organização notadamente "horizontal", pessoas atingidas direta ou indiretamente pelos processos relativos à viabilização do mega-evento. Segundo descrito no Blog:

> Entendemos por atingidos diretamente aqueles que perderam sua moradia, trabalho, direito de ir e vir, ou que são perseguidos pela política higienista para limpar a cidade para os jogos. Indiretamente somos todos atingidos, basta dizer que os patrocinadores da Copa não pagam ICMS – Imposto sob Circulação de Mercadoria e Serviços, estadual e ISSQN – Imposto sob Serviço de Qualquer Natureza – Municipal. Sendo assim, empresas como o Itaú, a Coca-cola, a Ambev, a Nike e a Hyundai não pagarão impostos durante os jogos (ATINGIDOS COPA 2014, 2011)

Se, desde 2011, o COPAC vinha mobilizando diversas frentes de ação diante dos problemas sócio-territoriais gerados pela realização da Copa das Confederações FIFA 2013 e da Copa do Mundo de Futebol FIFA 2014 em Belo Horizonte, à época do início deste primeiro mega-evento (a abertura da Copa das Confederações ocorreu em 12 de junho de 2013), a atuação do movimento ganha ainda mais fôlego. No dia 13 de junho – mesma data da forte retaliação, mencionada acima, da Polícia Militar contra as 22 mil pessoas que manifestavam nas ruas de São Paulo – o Comitê promoveu o "II Seminário do Comitê Popular dos Atingidos pela Copa: Copa pra quem?" na Escola de Arquitetura da UFMG.

Neste mesmo dia, no Perfil "Atingidos Comitê da Copa (Beagá)" no Facebook, foi publicado um *Flyer* de divulgação daquele que seria o primeiro dos grandes atos organizados na cidade durante mês de junho[132] (Figura 81).

Figura 81 – *Flyer* de divulgação da Copelada (junho de 2013)



Fonte: ATINGIDOS COMITÊ DA COPA (BEAGÁ), 2013.

O *Flyer* tinha como intuito convocar a população para uma partida de futebol e uma assembleia a serem realizadas no dia 15 de junho, na Praça da Savassi, a partir das 10 horas da manhã. Além dos dizeres "Copelada: a copa que você pode participar", o cartaz continha o símbolo do COPAC – fato que evidenciava o papel de articulador assumido pelo Comitê naquele momento. O texto incorporado como legenda da imagem apontava, contudo, para a

[132] Cf. APÊNDICE D – Cronologia dos Protestos de junho de 2013 em Belo Horizonte.

participação ativa de diversos outros movimentos da cidade, dentre os quais as ocupações urbanas Dandara e Eliana Silva, o Fora Lacerda e o Fica Ficus – que realizava, naquele mesmo dia, um ato na Avenida Bernardo Monteiro contra a retirada indiscriminada, pela Prefeitura, das árvores centenárias presentes no local.

Após a realização da pelada e da assembleia na Praça da Savassi, os manifestantes seguiram em marcha até a Praça da Estação, na qual estava sendo realizada, em meio a uma estrutura montada pela FIFA em parceria com a Coca-Cola, a transmissão dos jogos da Copa das Confederações. Segundo o advogado, pesquisador e ativista Joviano Mayer (informação oral), se no início da ação ocorrida na Praça da Savassi, havia cerca de 300 manifestantes, no momento de início da marcha este número já havia aumentado para 3 mil. Segundo ele não houve, contudo, confronto direto entre os manifestantes e a Polícia Militar[133].

Em meio aos cartazes levantados durante a marcha, lia-se referências ao movimento do Parque Gezi na Turquia, reivindicações pela realização de auditoria nas contas da BHTrans e pelo estabelecimento do Passe Livre Estudantil, bem como expressões de repúdio à corrupção e aos gastos públicos com as obras da Copa das Confederações FIFA 2013 e com a Copa do Mundo FIFA 2014.

O ato seguinte ocorreu em 17 de junho, no mesmo dia em que manifestantes tomaram, em Brasília, o teto e as rampas do Congresso Nacional. A convocação havia sido feita pelo Perfil do COPAC no Facebook (Figura 82), por meio de um *Flyer* que, além de indicar o local e o horário de realização do protesto, convidada às pessoas a irem vestidas de amarelo (cor tomada como símbolo pelo grupo).

[133] Entrevista concedida por Joviano Mayer à autora deste trabalho em 15 out. 2015.

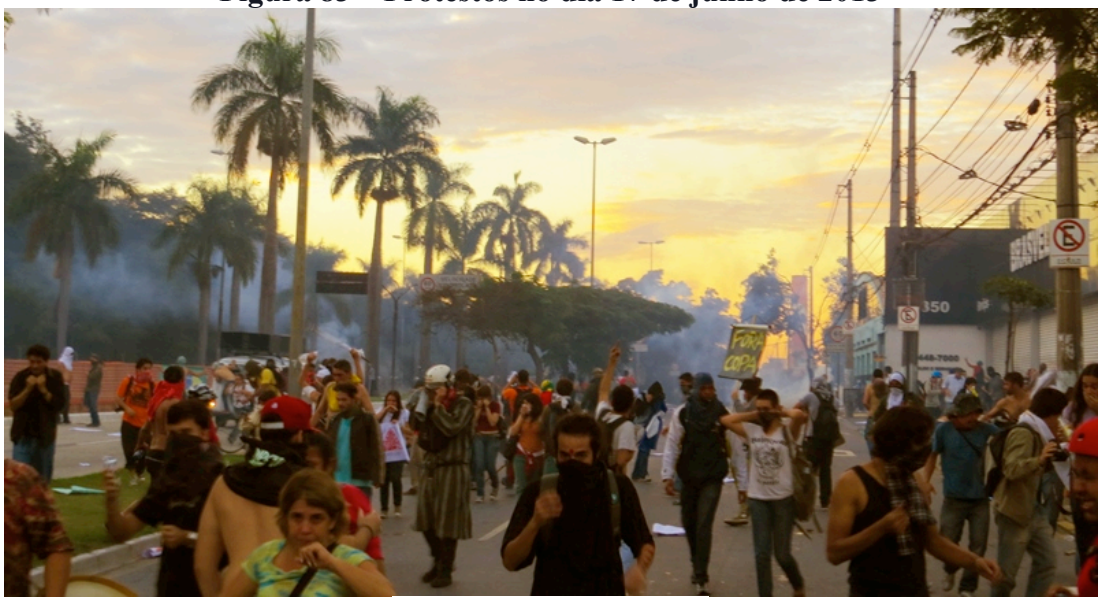
Figura 82 – *Flyer* de divulgação do 1º Avance do COPAC (junho de 2013)



Fonte: ATINGIDOS COMITÊ DA COPA (BEAGÁ), 2013.

De acordo com o texto que acompanhava a imagem no Facebook, estavam também envolvidos na articulação do ato: "outros movimentos da cidade" e o Passe Livre. Para a surpresa desses grupos articuladores, contudo, a concentração ocorrida na Praça Sete acabou por reunir milhares de pessoas, tornando o amarelo das camisas do COPAC quase imperceptível frente à pluralidade de cores e pautas trazidas pelas centenas de grupos presentes. Segundo a mídia oficial, eram ao todo cerca de 8 mil manifestantes, os quais, da Praça Sete seguiram rumo ao estádio Mineirão – local onde ocorria, naquela tarde, o jogo da Copa das Confederações entre Taiti e Nigéria. A marcha, diferentemente daquela realizada no dia 15 de junho, foi marcada por intensos confrontos com a Polícia Militar. Tais embates ocorreram principalmente nas imediações do estádio, onde a Tropa de Choque da Polícia Militar e a Cavalaria impediram, com balas de borracha e bombas de efeito moral, que os manifestantes ultrapassassem os limites do perímetro de segurança estabelecido pela FIFA (Figura 83).

Figura 83 – Protestos no dia 17 de junho de 2013



Fonte: FERNANDES, 2013.

A respeito das experiências vivenciadas durante a marcha, a fala proferida por Natacha Rena no Seminário "A cidade e as lutas: perspectivas" configura um interessante testemunho:

> – Eu estava participando do COPAC (Comitê Popular dos Atingidos pela Copa), onde se planejava, com os sindicatos, algumas ações de resistência. A gente, na época, tinha dúvidas se conseguiríamos reunir 500 pessoas na Praça Sete. No primeiro jogo da Copa das Confederações nós nos organizamos, fomos pra esta praça e fizemos o chamado. Todos de amarelo, criando uma imagem estética. E, de repente, nós não éramos nada. Nesta primeira marcha foram 10.000 pessoas. Foi muito impressionante constatar que de alguma forma aquelas ideias estavam ali, produzidas no imaginário, no carnaval e em outros movimentos festivos. Neste primeiro dia, quando chegamos à UFMG, que fica ao lado do Mineirão, essa imagem ficou marcada. De repente eu estava na linha de frente, crente de que nada ia acontecer e os *blockers* ao lado. Quando paramos em frente à polícia, os meninos voaram pra cima da polícia. "Porrada!" Aí quando vi aquilo eu disse, eu vou continuar na rua, mas menos "de frente". Porque isso tudo é maravilhoso, mas é assustador. Demonstra que você tem potência, no seu corpo, e te faz ir e voltar... É a própria produção do corpo sem órgãos, o que te faz voltar mesmo diante de tamanha violência. É uma experiência estética fundamental, essa desorganização do corpo[134].

O ato do dia 17 de junho configurou um marco. A grande mobilização resultante das experiências nele vivenciadas culminou na realização, no dia seguinte, de uma grande assembleia no baixio do Viaduto Santa Tereza. Na ocasião, centenas de pessoas reuniram-se para debater, de forma aberta e desierarquizada, sobre as diversas pautas surgidas nas ruas. Nascia, assim, a chamada Assembleia Popular Horizontal, a cujas dinâmicas nos ateremos a seguir.

2.11 Assembleia Popular Horizontal

[134] Trecho da fala proferida pela professora Natacha Rena durante o seminário "A cidade e as lutas: perspectivas", realizado na Universidade Federal Fluminense em 23 out. 2013.

A Assembleia Popular Horizontal (APH) foi criada com o intuito de configurar um espaço aberto e colaborativo para o debate das reivindicações levantadas durante as manifestações de rua que vinham ocorrendo na cidade de Belo Horizonte. Conforme descrito na página Wiki criada pelo movimento como forma de compartilhar informações a seu respeito, trata-se de um espaço "pautado pela horizontalidade, ou seja, pela oportunidade de igual participação a todos" (ASSEMBLEIA POPULAR HORIZONTAL, 2013).

O formato não-hierárquico proposto pelo grupo era um dos temas mais debatidos em meio aos seus encontros. A formulação e a adaptação de métodos capazes de viabilizar formas de diálogo verdadeiramente democráticas – e, com isso, modos efetivos de participação em processos políticos de tomada de decisão – configurava um de seus principais motes. Conforme descrito na referida página, o exercício de construção contínua de tais métodos, além de útil para a própria prática da Assembleia, tinha como intuito declarado conformar um experimento a ser "reproduzido em outras esferas da vida em sociedade" (ASSEMBLEIA POPULAR HORIZONTAL, 2013).

Nesse sentido, podemos dizer que o movimento configura uma tentativa de redimensionamento, ainda que incipiente e fortemente experimental, da própria ideia de participação – e isso se dá em direção à emergência de versões participativas mais radicais, voltadas para a ideia de auto-gestão e do que chamamos, nas linhas acima, de *co-construção*. Ora, neste ponto a experiência da Assembleia aproxima-se fortemente dos processos realizados em torno a A Ocupação.

Para entendermos como essa aproximação se deu é preciso, contudo, atermo-nos às táticas empreendidas pela Assembleia desde o momento de sua criação – no dia seguinte à realização do Grande Ato articulado pelo COPAC. De forma a introduzir esse ponto, Natacha Rena, ainda em sua fala no Congresso "A cidade e as lutas: perspectivas", pontua:

> – Depois da primeira marcha a gente criou a Assembléia Popular Horizontal e é claro, onde seria essa Assembléia? Debaixo do Viaduto Santa Tereza, onde o Duelo de Mcs já vinha acontecendo (...) E tem um posto de polícia lá e é isso, é a gente, a polícia, os mendigos, as prostitutas e os transeuntes - porque tem uma estação de metrô do lado[135].

O baixio do Viaduto Santa Tereza – que, como vimos, configurava já à época, um importante foco de manifestações de cunho político na cidade – foi tomado, assim, como

135 Trecho da fala proferida pela professora Natacha Rena durante o seminário "A cidade e as lutas: perspectivas" realizado na Universidade Federal Fluminense em 23 out. 2013.

base para a realização dos encontros do grupo, os quais, a partir da 1ª Sessão, passaram a realizar-se semanalmente[136].

Ocorrida em 18 de junho, esta 1ª Sessão reuniu mais de quinhentas pessoas e seguiu o seguinte roteiro: foram abertas inscrições para falas de dois minutos a qualquer pessoa que se manifestasse, sendo a ordem das falas definida de acordo com a ordem das inscrições. Frente a cada uma das proposições apontadas pelas mais de cem pessoas ouvidas, a Assembleia se manifestou a favor ou contra, de modo a levantar encaminhamentos e prazos (imediato ou curto) para a sua realização. Por meio desse processo foi estabelecida a seguinte agenda: na quinta-feira, dia 20 de junho seria realizado um grande ato na Praça Sete, ao qual se deu o nome de 3º Grande Ato da Assembleia Popular Horizontal; no sábado, dia 22 de junho, haveria um 4º Ato, também na Praça Sete, como forma de mobilização diante do jogo entre Japão e México que ocorreria no Mineirão; no domingo, dia 23 de junho, ocorreria a 2ª Sessão da Assembleia Popular no baixio do Viaduto Santa Tereza (Figura 84).

Além disso, foi definido que o COPAC funcionaria como uma espécie de "canal de referência" do movimento: o Comitê seria responsável por convocar todos os atos e eventos por meio do Facebook, de forma a evitar a pulverização e o consequente enfraquecimento das ações. Seriam formados, também, "Grupos Horizontais e Permanentes de Articulação" com os seguintes temas: comunicação, saúde e jurídico. Seriam exigidas, por fim, as seguintes medidas junto à Prefeitura Municipal: redução da tarifa dos ônibus, implementação do Passe Livre Estudantil e auditoria dos contratos referentes ao transporte público. Todas estas exigências integravam a luta, mais ampla, pela Tarifa Zero.

Figura 84 – Primeira "agenda" publicada na Fanpage da Assembleia Popular Horizontal no Facebook



Fonte: ASSEMBLEIA POPULAR HORIZONTAL, 2013.

[136] Disponível em: <http://aph-bh.wikidot.com> . Acesso em 2 out. 2015.

A 2ª Sessão da APH ocorreu, assim, no Viaduto Santa Tereza, após o 3º e o 4º Grandes Atos da Assembleia Popular Horizontal (Figura 85). Na ocasião, decidiu-se pela criação de uma Página oficial da Assembleia no Facebook, de modo que a divulgação dos Atos e Sessões (e a própria comunicação a respeito das discussões realizadas) não precisasse mais passar necessariamente pela Página do COPAC. Tal ação marcava a "independência" da Assembleia como grupo consolidado e apontava para o papel articulador que este passou a ter, a partir de então, nas dinâmicas dos protestos belo-horizontinos.

Figura 85 – 2ª Sessão da Assembleia Popular Horizontal no Viaduto Santa Tereza



Fonte: ASSEMBLEIA POPULAR HORIZONTAL, 2013.

Na reunião foram identificadas, também, as reivindicações que, dentre todas aquelas levantadas nos protestos, mostravam-se as mais consensuais em meio ao grupo – dessa dinâmica emergem, a revogação do aumento (decretado em dezembro de 2012) das passagens dos ônibus de Belo Horizonte, a revogação da Lei Geral da Copa, o fim da repressão violenta e indiscriminada dos manifestantes pela PM e a saída do deputado Marcos Feliciano da Comissão de Direitos Humanos da Câmara dos Deputados. Levantadas estas questões, as quais seriam endossadas na próximo Grande Ato (marcado para o dia 26 de junho), procedeu-se à definição de dez Grupos Temáticos (GT's) cujo papel seria o de elaborar pautas mais aprofundadas a respeito de temáticas específicas, de forma a tornar os processos de

formulação de reivindicações mais eficaz: Transporte/ Mobilidade Urbana[137]; Saúde; Educação; Reforma Política; FIFA e grandes eventos; Polícia; Minorias políticas e direitos humanos; Reforma Urbana (moradia); Democratização da Mídia; Meio ambiente. Segundo a ata da reunião, a definição do tema dos grupos se deu com base nas demandas consideradas prioritárias, naquele momento, pela Assembleia. Como se pode observar, o tema da cultura não foi contemplado.

Ao fim da Sessão, foi estabelecido que um 1º Encontro dos Grupos Temáticos seria realizado na terça-feira, dia 25 de junho. As propostas levantadas por cada grupo na ocasião seriam, então, apresentadas para a Assembleia (e sujeitas, assim, à votação conjunta) em 27 de junho, durante a 4ª Sessão da APH. Esta última se realizaria um dia após o 5º Grande Ato, para o qual, mediante votação, ficou decidido que a concentração se daria na Praça Sete[138] (Figura 86).

Figura 86 – Segunda "agenda" publicada na Fanpage da Assembleia Popular Horizontal no Facebook



Fonte: ASSEMBLEIA POPULAR HORIZONTAL, 2013.

Nestes agitados dias que se seguiram à criação da Assembleia Popular Horizontal, observa-se um nítido deslocamento no que se refere aos pólos de articulação do movimento: se no caso dos dois primeiros Grandes Atos o COPAC havia funcionado como uma espécie de nó, ainda que bastante dissolvido (e com ação restrita sobretudo no âmbito da convocação das ações via redes sociais digitais), de articulação entre os diversos grupos, tal situação muda de figura com a criação da APH e sobretudo de sua página oficial no Facebook. Mas, dizer que a

[137] O Movimento Tarifa Zero, importante articulador de mobilizações políticas na cidade de Belo Horizonte a partir dos Protestos de 2013 se articulará a partir do GT de Transporte e Mobilidade Urbana criado no âmbito da Assembleia Popular Horizontal.

[138] Cf. APÊNDICE D – Cronologia dos Protestos de junho de 2013 em Belo Horizonte.

Assembleia havia se tornado um nó estruturante do movimento não seria o mesmo que dizer – visto o caráter agregador do grupo – que o processo havia se tornado mais abrangente? De fato, eram mais atores reunidos. O grupo possuía um caráter essencialmente descentralizado e seu esforço metodológico quase exaustivo desempenhava um importante papel no que se refere à criação de formas menos hierárquicas (e mais democráticas) para a expressão das muitas vozes que compunham os Protestos. Tal fato não impede, contudo, que as dinâmicas do grupo tenham sido atravessadas por inúmeras disputas internas: lideranças apareciam como linhas de força – enrijecendo, em grande medida, a fluidez do debate – e incitando a emergência de polarizações, as quais deveriam ser continuamente contidas. A esse respeito Natacha Rena descreve:

> A primeira Assembléia foi muito impressionante, ver as disputas pelo microfone, do PSTU, do PT, do PSOL, foi uma disputa ferrenha pelo microfone. E isso pegou muito mal. Aí os meninos anarquistas começaram a dominar a cena, com o intuito de desierarquizar. Diziam: "vamos usar outras metodologias porque os partidos tem o tom da fala do convencimento e precisamos criar outras formas de dizer, que não seja no berro[139].

Ora, o desafio era o mesmo que se apresenta sempre que estamos diante de uma multiplicidade (e, naquele momento, esta parecia de fato possível): como somar vozes singulares sem homogeneizá-las em uma massa inócua? Como "organizar" as pautas e viabilizar ações concretas sem destituir o caráter essencialmente múltiplo do conjunto? E, ainda, em que medida seria a "organização" de fato necessária? A esse respeito, muitos argumentavam (entre as Sessões e a Página da APH no Facebook) que sim. Para tais pessoas, a falta de pautas concretas esvaziaria o movimento e o tornaria propenso à captura por discursos conservadores.

Frente a todas estas questões, a tentativa do grupo parecia ser a de viabilizar processos transversais: realizar ações concretas (de forma o mais aprofundada e otimizada possível) furtando-se ao risco de sufocamento aportado por processos organizacionais demasiadamente fechados. A eleição dos GT's parece emergir, justamente, desse intento. A respeito da definição destes grupos surgem, contudo, outros questionamentos. Como definir as prioridades? Quais os parâmetros utilizados para avaliar o que entra e o que sai? A cultura não seria, também, um assunto relevante? A ausência de um grupo a ele direcionado não vinha expressar, justamente, que a multiplicidade já dava sinais de exaurimento?

[139] Trecho da fala proferida pela professora Natacha Rena durante o seminário "A cidade e as lutas: perspectivas" realizado na Universidade Federal Fluminense em 23 out. 2013.

Aqui chegamos a outra questão crucial surgida em meio à Assembleia nos dias que antecedem a 3ª Sessão: a falta de um GT de Cultura no quadro estabelecido pelo grupo havia estimulado o início de um processo paralelo aos encontros assembleários, voltado especificamente para a discussão da cultura e de seu papel no âmbito das experimentações políticas vivenciadas em meio aos protestos. Tal dinâmica – primordial para a articulação do que veio, posteriormente, a se chamar A Ocupação – tem como marco a criação, no dia 24 de junho, do Comitê Popular de Arte e Cultura.

A esse respeito, Silvia Andrade pontua:

> ***Silvia:*** *– (...) a falta de um GT dentre os dez GT's que a gente considerou as prioridades na luta naquele momento, no contexto de junho de 2013, a falta de um GT de cultura dentre esses dez, nos fez dar um auto sacolejo e houve uma chamada pra uma reunião, pra construção de um Comitê Popular de Arte e Cultura (...) foi uma reunião com mais ou menos 70 artistas, né Murilo [Gabriel Murilo]? (...) De todas as linguagens artísticas... E a gente tirou três ideias. A gente saiu de lá com três ações, tinha um ato, que era um ato grande no outro dia: a gente escreveria uma carta aberta do Comitê Popular de Arte e Cultura, tipo instituindo a criação do Comitê naquele mesmo dia (...) A gente até publicou, saiu em algum jornal que eu não me lembro qual. A gente faria uma macro-ação, e aí a gente acabou fazendo aquele bandeirão "Unfair Players" pro próximo ato, era o ato de sábado. E a gente, pra frente, buscaria construir, é...* A gente não tinha o nome, eram pequenas ocupações no espaço público, com shows, com pequenos palquinhos, pelo centro, pela cidade, aí eu lembro que dessas três a gente entendeu que essa não era imediata, ela não precisava ser feita pro próximo dia, mas existia esse desejo *(APÊNDICE A, p.316, grifos nossos).*

2.12 Comitê Popular de Arte e Cultura

A reunião a que Silvia Andrade faz referência havia sido realizada em 24 de junho, no Bar Godofredo. Redigida na ocasião, a Carta Aberta de instituição do Comitê Popular de Arte e Cultura foi publicada, dois dias depois, no Blog criado pelo grupo[140] e no Jornal Estado de Minas:

> **Carta Aberta do Comitê Popular de Arte e Cultura de Belo Horizonte**
> Na segunda-feira, dia 24 de junho, reunimos cerca de 60 artistas e profissionais da cultura de Belo Horizonte para debater e tornar público o posicionamento do grupo diante da recente agitação política manifestada nas ruas de todo o país. Neste encontro, foi criado o Comitê Popular de Arte e Cultura de Belo Horizonte, que reconhece plenamente a legitimidade da Assembleia Popular Horizontal, e tem intenção de se articular com ela.
> Trata-se de um fórum que se propõe a refletir sobre a cidade, construir posicionamentos coletivos do setor e organizar ações político-culturais. A iniciativa é aberta à participação dos agentes culturais que tenham interesse em colaborar nesta

[140] Disponível em: <http://comitearteeculturabh.wordpress.com/>. Acesso em: 2 set. 2015.

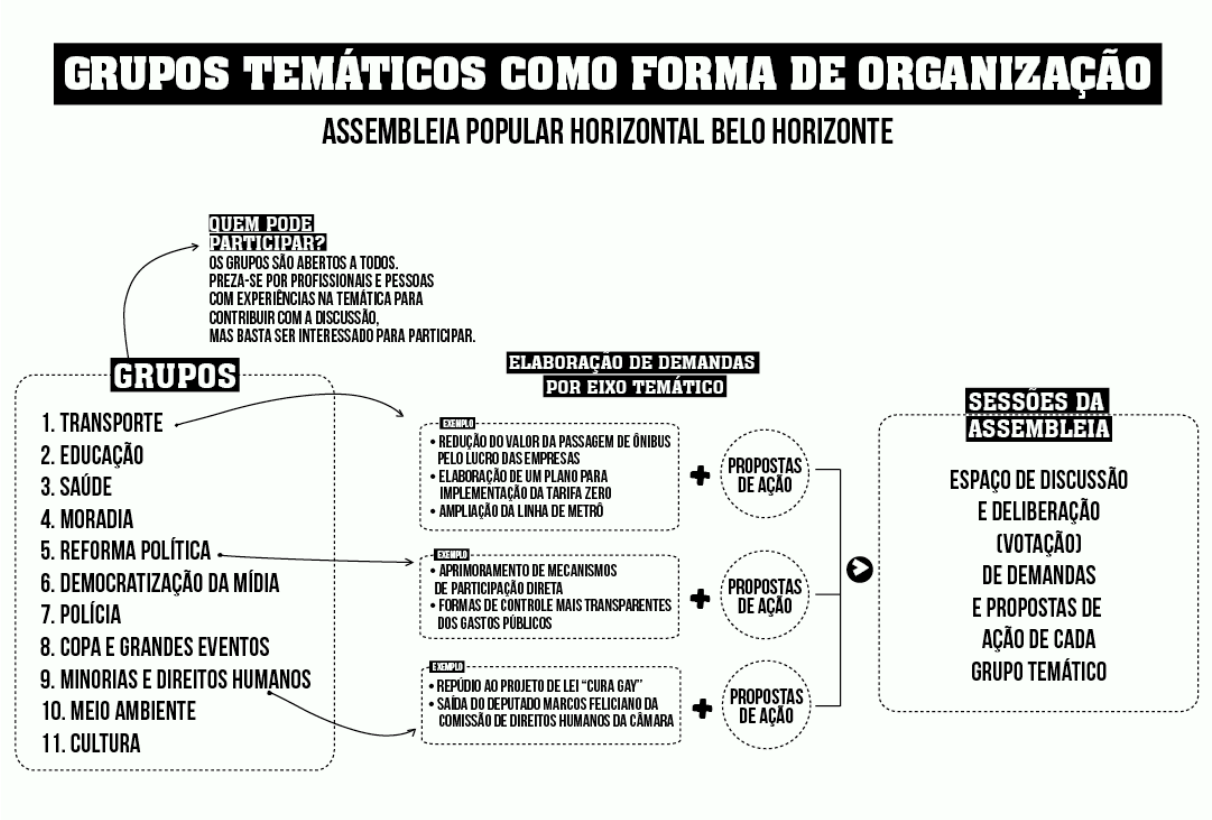
> construção. Um dos nossos objetivos é inserir a cultura na pauta da discussão política do país, contribuindo assim para a sua ressignificação.
> Apoiamos as reivindicações do Movimento Passe Livre por transporte público gratuito de qualidade para toda a população. Condenamos a total falta de transparência quanto aos lucros e custos das concessionárias do setor. Solicitamos a revisão dos contratos já firmados no âmbito do município e região metropolitana de Belo Horizonte.
> Manifestamos também repúdio completo à extrema violência com que a Polícia Militar de Minas Gerais agiu nas últimas manifestações. Além de truculenta, a polícia se mostrou totalmente despreparada para lidar com as manifestações de indignação popular nas ruas, essencialmente pacíficas. O bloqueio imposto pela PMMG nas imediações do Mineirão e a ocupação da Universidade Federal de Minas Gerais – território federal – violam os direitos constitucionais de ir e vir. Essas atitudes autoritárias ferem a liberdade de expressão e de reunião pública e coletiva para fins pacíficos de milhares de pessoas que estão indo às ruas na esperança de serem ouvidas pelas autoridades. Após injustificada morosidade, o Governador Antonio Anastasia veio a público se pronunciar sobre os ocorridos, sem entretanto deixar clara sua posição sobre as graves denúncias de atuação irresponsável e ilegal de um órgão que está sob seu comando. Esperamos que os agentes da PMMG culpados pelos atos criminosos sejam julgados e responsabilizados por suas agressões.
> A desmilitarização da polícia, uma recomendação da ONU (única recusada integralmente pelo governo brasileiro, entre 170 apresentadas) é tema político e não policial e deve estar entre as pautas prioritárias de todos os movimentos sociais organizados e de todos que sofrem difusa e cotidianamente com sua excessiva violência: moradores da periferia, moradores de rua, camponeses, indígenas e tantos outros.
> Com relação à cobertura midiática das manifestações e seus desdobramentos, sabemos da importância da imprensa em todo o processo e exigimos uma postura crítica e responsável que não apenas reverbere o conservadorismo vigente. Nesse contexto, faz-se igualmente urgente uma discussão séria sobre a regulamentação e democratização dos meios de comunicação no Brasil, país historicamente envolto num forte oligopólio midiático, a fim de permitir à sociedade o usufruto de uma cobertura mais ampla e dotada de pontos de vista diferentes, fundamentais à construção de uma experiência sólida de democracia.
> Reconhecemos que as questões expostas acima, por sua urgência, sobrepõem-se a outras mais específicas do setor cultural. *O Comitê, através dessa carta, inaugura uma instância de reflexão que se pretende permanente e cujas contribuições hão de vir sempre para um bem comum* (COMITÊ POPULAR DE ARTE E CULTURA, 2013, não paginado, grifos nossos).

A partir da leitura do documento pode-se observar que o grupo pretendia se articular com a Assembleia e apoiava muitas das questões levantadas em suas Sessões. No centro do debate, contudo, estava a função da cultura como forma, também política, de ressignificação das questões levantadas em meio às ruas – tema que não havia sido considerado, de forma específica, em meio aos Grupos Temáticos estabelecidos na última Sessão Assembleária. Dentre as propostas de ação levantadas neste primeiro encontro, tem-se, além da produção da

Carta, a preparação de uma macro-ação a ser realizada durante o 5º Grande Ato da APH e a articulação, a médio prazo, de ocupações culturais em espaços públicos da cidade.

Voltemo-nos, pois, ao dia seguinte à criação do Comitê Popular de Arte e Cultura. Ora, nesta data durante o já previsto Encontro dos GTs da APH no Viaduto Santa Tereza surge, curiosamente, o chamado Grupo Temático Intervenção Artística e Cultura, que, incluindo muitos dos integrantes do referido Comitê, reuniu-se simultaneamente aos outros dez GTs já previamente estabelecidos pela Assembleia (Figura 87).

Figura 87 – Grupos Temáticos da Assembleia Popular Horizontal



Fonte: ASSEMBLEIA POPULAR HORIZONTAL, 2013.

Conforme discutido na Roda de Conversa #1, realizada no âmbito deste trabalho, tal processo não se deu, contudo, sem uma série de controvérsias.

> ***Thálita***: *– (...) Aí teve um dia aqui de Assembleia que foi o dia que a gente falou: "vamos fazer uns GT's? Aí a gente se subdivide", aí a gente "não, vamos fazer um GT de cultura". E aí rolou esse negócio desse GT de cultura que foi uma coisa muito maluca, gente. (...) E aí gerou um negócio, um conflito que era tipo assim "não, mas espera aí", uma repulsa. Ou foi depois, eu não sei. Como assim vocês chamaram a galera, vocês fizeram um grupo fechado de artistas? Foi uma discussão muito assim (...)(APÊNDICE A, p.343).*

Ao que parece, o Comitê Popular de Arte e Cultura e o GT de Cultura constituíam duas manifestações distintas de um mesmo processo. A pulverização do grupo e essa espécie de atuação simultânea em dois espaços diferentes pareciam ser fruto da enorme rapidez com que as dinâmicas dos protestos ocorriam. A urgência de formulação de propostas e a proximidade do 5º Grande Ato geravam iniciativas fragmentárias, muitas vezes sobrepostas e marcadas por "rachas", como descrito em meio à Roda de Conversa #1. Ambos os grupos pareciam partir, contudo, de um mesmo questionamento base, a saber: como a cultura e a arte, entendidas de uma maneira amplificada, poderiam contribuir para o fortalecimento das pautas surgidas em meio aos protestos.

A proposta inicial, tanto do GT de Cultura quanto do Comitê Popular de Arte e Cultura, parecia ser a de funcionar como uma espécie de "mão-de-obra" para a expressão das pautas discutidas entre os demais GTs. Também esta ideia, contudo, mostrou-se permeada por conflitos. Como se definiria a relação entre a autonomia expressiva dos grupos e o conteúdo das discussões realizadas pelos demais GTs? Como proceder para que a dinâmica de produção das faixas se desse de maneira democrática? Os questionamentos levantados em meio a esse processo fizeram emergir importantes questões sobre o próprio papel político dos artistas e às dificuldades metodológicas a serem enfrentadas caso a ideia seja mergulhar, como no caso em questão, em exercícios "radicalmente democráticos". A esse respeito surge, na Roda de Conversa #1, o seguinte debate:

> ***Silvia**: – (...) A gente sai da reunião, achando que estava "massa", que a gente tinha toda a liberdade pra agir como Comitê Popular de Arte e Cultura, e aí a gente veio, eu vim aqui, fiz uma vaquinha, deu 400 reais, a gente comprou um tanto de pano e aí a gente passou em cada um dos GT's e falamos assim, "ó, a gente vai lá no Santa Tereza, se vocês quiserem mandar a faixa..." Porque aí vocês ficam discutindo, e a gente pinta. A gente vai ser mão-de-obra, a gente pinta as faixas pra vocês. Sem pretensão de fazer performance, sem (...). E a coisa da faixa grande, que foi, que era nessa linha de aparecer na mídia, ela foi tirada de um manual dos anarquistas. Um cara super, e ele fala das táticas, ele é muito incisivo, ele é muito metódico, ele é muito objetivo. Ele fala "escreva em inglês". E foi isso, a gente falou, "não, a mídia nacional não tá querendo olhar pra gente, a gente vai fazer uma bandeira, vai escrever uma coisa enorme em inglês". Claro, a gente pensou nisso um dia a tarde, pela internet, trouxemos a frase e aí (...)*
> ***Paula**: – Que frase era?*
> ***Cléssio**: – Unfair players.*
> ***Silvia**: – Unfair players, FIFA, polícia, Anastasia. E eu naquela onda de ir a APH, aí junta umas oitenta pessoas numa roda ali e fala "gente, o que vocês acham desse nome? Vamos discutir um nome." Demoramos assim, duas horas, vieram todos os nomes do mundo. Aí eles falaram, "á, Unfair Players é melhor, né?". Aí a gente foi lá pro Santa Tereza pra poder fazer a faixa e aí ainda chegou gente, desesperada, dos outros GT's lá, pra falar que não podia ser aquilo, que não podia ser inglês.*
> ***Thálita**: – Ai, gente. Mas é isso, é um exercício cabuloso, né gente? É muito doido.*
> ***Silvia**: – Eu pensava exatamente isso, que era um exercício de democracia (APÊNDICE A, p.347-348).*

Em uma irônica referência à inscrição "*Fair Play*" das bandeiras produzidas pela FIFA, à ação truculenta da Polícia Militar e ao então governador do Estado Antônio Anastasia, o bandeirão produzido pelo grupo ao fim desse processo continha os seguintes dizeres: "*Unfair players*, FIFA, polícia, Anastasia". Utilizado durante o 5º Grande Ato da Assembleia Popular Horizontal (Figura 88), este acaba por assumir grande importância simbólica em meio aos protestos ocorridos não apenas na cidade como também em outros lugares do Brasil. Deslocado ao Rio de Janeiro, o bandeirão participou também das manifestações ali ocorridas no dia 30 de junho, data da Final da Copa das Confederações (Figura 89). Na ocasião, o nome do governador do Estado de Minas Gerais havia sido substituído por aquele do governador do Estado do Rio de Janeiro e do prefeito da cidade, respectivamente, Cabral (Sérgio Cabral) e Paes (Eduardo Paes). Com tal ressignificação o bandeirão acaba por configurar um forte testemunho de que, apesar de referirem-se a nomes diversos, a reivindicação diante das injustiças (*Unfair Play*) camufladas pelo pretenso discurso de "jogo limpo" (*Fair Play*) da FIFA, era uma realidade que, durante o período, abarcava o país como um todo[141].

Figura 88 – 5º Grande Ato da Assembleia Popular Horizontal



Fonte: MARIA OBJETIVA, 2013.

[141] Disponível em: <http://www.otempo.com.br/divers%C3%A3o/magazine/artistas-p%C3%B5em-museu-em-xeque-1.874808>. Acesso em: 15 set. 2015.

Figura 89 – Bandeirão *Unfair Players* em Protesto ocorrido no dia 30 de junho de 2013 no Rio de Janeiro



Fonte: AGENCIA O DIA, 2013.

Em Belo Horizonte, no dia seguinte ao 5º Grande Ato ocorre a 4ª Sessão da Assembleia Popular Horizontal. Como vimos nas linhas anteriores é neste momento que, após uma série de debates a respeito do protesto ocorrido no dia anterior, decide-se por realizar o 6º Grande Ato da APH na Câmara Municipal de Belo Horizonte. O ato ocorreria durante a realização, na casa legislativa, da Sessão Extraordinária de votação das ementas propostas para o PL 417/3013 e tinha por objetivo, dentre outras pautas, pressionar os vereadores para a sua aprovação.

2.13 Ocupação da Câmara (retomada)

Após o fim da Sessão Extraordinária na Câmara Municipal – e devido à não aprovação das ementas em questão – os manifestantes decidem, conforme vimos acima, por findar o 6º Ato com a ocupação do local por tempo indeterminado. Dessa forma, as atividades da Assembleia Popular Horizontal que vinham, até então, ocorrendo no Viaduto Santa Tereza, foram deslocadas para a casa legislativa, que tornou-se palco para a 4ª Sessão da APH (no dia

1º de julho) e para a Reunião Extraordinária convocada pela Assembleia no dia seguinte (Figura 90).

Figura 90 – Convocação da Assembleia Popular Horizontal para Reunião Extraordinária na Ocupação da Câmara



Fonte: ASSEMBLEIA POPULAR HORIZONTAL, 2013.

Neste ponto voltamos ao momento em que as diversas linhas (processos, ambientes e atores) mencionadas acima finalmente confluem. É durante o encontro do Comitê Popular de Arte e Cultura ocorrido especificamente na Reunião Extraordinária do dia 2 de julho que as diversas intenções de se construir um ato cultural no Viaduto Santa Tereza concorrem para a articulação daquilo que veio a se chamar A Ocupação.

Na ocasião, além de integrantes do Comitê Popular de Arte e Cultura e do GT Cultura, estavam presentes membros do Família de Rua, do Duelo de Mcs, alguns dos alunos da disciplina UNI 009 Cartografias Críticas (a qual se encontrava, naquele momento, paralisada) e diversos outros artistas e produtores culturais da cidade. O intuito da reunião era levantar pautas, relativas especificamente ao tema da Cultura, a serem debatidas e apresentadas na reunião geral da Assembleia, que ocorreria no Hall da Câmara. De forma a nortear a discussão, Francisco Cereno pontua, logo ao início do encontro, algumas questões relevantes:

> – Tem várias propostas já, de ação, que a gente tem que debater pra ver se é isso que a gente quer mesmo e como que a gente faz isso. Desse grupo de "evento", de um "grande evento", ficou pensado isso e hoje a gente tem que amarrar isso. Do grupo de texto, que tava elaborando: ficou de continuar, aí tem pessoas que querem entrar pra poder escrever, ainda não tá definido como vai ser a continuidade desse texto. E também essas pessoas que estão fazendo mais intervenções: que estão pintando mais cartazes, faixas, pensando intervenções teatrais, sei lá, teatro invisível dentro do ônibus, dentro do metrô. Então tem várias ações acontecendo de maneira orgânica. A gente sabe que a Assembleia Geral, é, como se diz, é "soberana", a gente tá pensando em relação à Assembleia, de acordo com os propósitos da Assembleia, mas ao mesmo tempo esse grupo tá acontecendo, então a gente chega e fala: "olha estamos querendo fazer isso, beleza?" Mas o grupo vai acontecendo... (...) por exemplo, o Xexéu trouxe o piano, o cara trouxe o piano e pôs o piano aí, "massa".

> Então, assim, as coisas estão acontecendo de forma um pouco orgânica e sempre que possível e, quase a cada dia, a gente fala, "olha, Comunicação [Comissão de Comunicação], rolou isso, a gente precisa disso agora, será que dá pra fazer isso? A nossa ideia é fazer um evento lá [no Viaduto Santa Tereza] e depois trazer pra cá..." Pra gente manter esse vínculo, assim... E aí também pensando, já adiantando uma conversa, que é: em que medida que a gente se incorpora à Assembleia agora, legitimando que isso é uma "Comissão de Cultura" de dentro da Assembleia e ao mesmo tempo a gente também é o Comitê de Arte e Cultura de BH que é uma galera que, independente do que aconteça na cidade vai continuar fazendo, pensando, agindo, conversando...[142]

Da fala de Cereno destacam-se dois pontos principais: o primeiro relativo às frentes de ação já em curso pelo Comitê Popular de Arte e Cultura – a elaboração de Carta Aberta; a realização de ações diversas no espaço público; e a articulação de um "grande evento" – e outro referente à natureza aparentemente fronteiriça do grupo, situado ao mesmo tempo "dentro" e "fora" da Assembleia Popular Horizontal.

Apontados esses aspectos, a referida reunião seguiu com a criação de dois subgrupos: um deles voltado para a discussão de temas relativos às políticas culturais municipais e outro para a articulação daquilo que viria a se chamar A Ocupação.

> ***Sílvia**: – A gente dividiu o Comitê – qualquer coisa que eu me enganar você me ajuda aí, Murilo [Gabriel Murilo] – a gente dividiu o Comitê em duas partes, uma parte que a gente discutia as políticas públicas municipais da cultura. E nós éramos uns 4 ou 5 só, porque tava todo mundo numa construção super legal dessa Ocupação que iria sim acontecer de toda maneira no dia 7 de julho (...)*
> ***Interrupção: passante na rua***
> ***Silvia**: (...) – é... E essas ações elas foram tomando tanta força que (...) essa data ela já tava certa, ela já aconteceria aqui. Tanto a Família de Rua quanto as alunas da disciplina da Natacha [UNI 009 Cartografias Críticas], quanto a Natacha, elas eram super presentes nas reuniões na Ocupação da Câmara. A gente ainda não se sabia bem né, não tinha muita certeza de quem era quem ali, mas a gente estava se conhecendo, construindo junto (APÊNDICE A, p.315).*

No que se refere ao grupo responsável pela construção de A Ocupação, podemos destacar a presença de pelo menos dois atores que já manifestavam, antes mesmo da eclosão dos Protestos, a intenção de realizar um "grande evento cultural" na área do Viaduto Santa Tereza. O primeiro deles era o coletivo Família de Rua, o qual vinha, já há algum tempo, trabalhando a ideia de realizar atos culturais que dessem a ver as reivindicações políticas dos grupos atuantes no local. Além deste havia também os alunos da Disciplina UNI 009 Cartografias Críticas, que, a partir das questões levantadas em torno do Projeto Corredor Cultural da Praça da Estação, propuseram-se a colaborar com a Família de Rua na articulação

[142] Transcrição da fala de Francisco Cereno ao início da Reunião Extraordinária realizada em 2 de julho no jardim da Câmara Municipal de Belo Horizonte, então ocupado pelos manifestantes da Assembleia Popular Horizontal.

de um grande ato colaborativo que desse a ver, dentre outras pautas, que um "Corredor Cultural" de fato já existia na área. "O evento" assim pensado funcionaria, portanto, também como atividade de encerramento da disciplina em questão.

Com a eclosão dos Protestos na cidade, contudo, outros importantes processos atravessaram e transformaram, em grande medida, tais ideias. Dentre eles destacam-se a criação da Assembleia Popular Horizontal (cujas Sessões, como vimos, passaram a realizar-se no próprio baixio do Viaduto Santa Tereza), o surgimento do Comitê Popular de Arte e Cultura e a Ocupação da Câmara. Da confluência destes novos elementos com as intenções já existentes de realização de um "evento" emerge o multifacetado panorama que, como indica Francisco Cereno, seria necessário "amarrar" para a articulação, durante o encontro, daquilo que viria a se chamar "A Ocupação".

De fato, uma das primeiras discussões realizadas durante o encontro foi referente ao nome do ato. Frente à proposta inicial dos alunos da disciplina UNI 009 Cartografias Críticas de denominá-lo, genericamente, "O Evento", os integrantes do Família de Rua propuseram chamá-lo "A Ocupação". Sobre este ponto, a aluna Gabriela Bouzada pontua:

> À essa altura, eu estava dormindo na Câmara, que estava ocupada. Natacha resolveu fazer uma aulá lá, até o momento, "A Ocupação" se chamaria "O evento". Chegando na câmara, o [Tiago] Monge [do Duelo de Mc's] falou logo de cara que se chamássemos de evento, a prefeitura ia "chiar" exigindo alvará, e então ficou decidido lindamente que seria "A Ocupação". E o negócio ficou enorme, já não era nada de festa de encerramento da disciplina: era a resistência em forma de festa, com MUITA gente participando[143].

Conforme discutido na Roda de Conversa #2, a mudança de nome envolvia, contudo, uma razão também conceitual:

> ***Gabriel**: – Teve esse lance técnico, né? De que, assim, sendo uma manifestação não precisa de alvará, mas eu acho que é muito mais conceitual, sabe? Do que uma solução técnica. Até mesmo se foi o Zion que propôs isso, assim, eu tenho certeza que a partir dele ele tava visualizando o negócio como um ato, não como um evento. Que eu acho que é muito a pegada de todo mundo que tava lá na Ocupação da Câmara, tanto que era o que a gente estava fazendo lá. A gente não estava fazendo eventos lá, todas as noites, a gente estava fazendo manifestações artísticas, atos artísticos. Você montar um som em frente a Câmara e tocar o terror a madrugada toda, não é um evento isso (...).eu acho que isso esteve muito presente também na metodologia, sabe? Porque nunca a ideia era construir uma estrutura e convidar artistas, pra que eles pudessem mostrar o seu produto. Porque isso é um conceito de mercado, né? De evento, de produção. Então por isso querer sair da palavra evento. Porque é uma palavra muito usada no mercado, né? Produção (...) que envolve isso, essa relação de uma troca de produto, né? Aqui é a minha apresentação, aqui as pessoas que vão fruir dela, e tudo. Por mais que seja gratuito, tem eventos gratuitos que têm essa visão. E o conceito é totalmente diferente, né?* O conceito é você se

[143] Relato enviado por Gabriela Bouzada à autora desse trabalho em 13 set. 2015.

> posicionar, politicamente, na cidade, publicamente, de uma outra forma que não seja só falando, um discurso, né? *Ou levantando uma bandeira... Que seja com uma outra estética. Então uma manifestação com uma estética diferente, que* não a estética da bandeira e do discurso *(APÊNDICE B, p.381).*

Como podemos perceber, o nome A Ocupação parecia reafirmar a intenção do grupo de – frente à habitual prática de se "produzir" eventos espetacularizados e comerciais – construir conjuntamente um experimento "artístico", político e intimamente implicado com a questão territorial. A ideia parecia ser, assim, a de continuar o exercício democrático que permeava as Sessões da Assembleia, lançando mão, contudo, de outras táticas: ao invés de discursos e bandeiras, propunha-se partir da própria experiência estética.

> ***Thálita**: – (...) eu acho assim, que tem um vínculo muito grande entre as Ocupações e as Assembleias, assim, talvez de um cansaço das Assembleias, de fazer assim "ai, vamos fazer isso de outro jeito?" (APÊNDICE A, p.343).*

Tal processo não se realizou, entretanto, sem uma série de controvérsias. Muitas pessoas envolvidas com a Assembleia mostraram-se receosas frente ao "caráter festivo" do ato, alegando que este esvaziaria, por assim dizer, a natureza reivindicativa do movimento. Outras, contudo, alegavam se tratar, como pontuado acima, de "um outro jeito de fazer" aquilo que já vinha sendo realizado nas próprias Sessões Assembleárias. Ora, aqui chegamos a uma questão-chave, que permeia todo o processo de articulação do ato: em que medida as táticas "estéticas" nele presentes não configurariam, por si só, táticas políticas? A esse respeito, na Roda de Conversa #2, Cereno pontua:

> ***Francisco**: – (...) E eu lembro no início, acho que teve até uma dificuldade com o pessoal da Câmara ficar preocupado, achar que a cultura e a arte poderiam desvirtuar uma questão política, e tinha essa preocupação, "não, não é festa, é sério". E a festa é séria, e a esquerda é festiva e A Ocupação é uma grande celebração civil de estar no lugar, de se sentir dono, se sentir pertencente a esse lugar e, ao mesmo tempo, isso ser um fato político enorme, de afirmação também (APÊNDICE B, p.389).*

Voltemos, contudo, à reunião da Câmara. Apesar de todos esses questionamentos terem permeado as discussões realizadas no referido encontro, o seu intuito específico e mais "imediato" de operacionalizar o acontecimento fez com que debates conceituais a seu respeito dessem rapidamente lugar a discussões mais práticas, voltadas para a apresentação de propostas. O ato havia sido marcado para 7 de julho, apenas cinco dias após a realização da

reunião e era preciso, portanto, otimizar ao máximo o seu processo de organização. Nesse sentido surge, em meio às falas, a ideia de dividir o extenso grupo em subgrupos, os quais ficariam, cada qual, responsável por uma frente de ação. Na dinâmica que se segue o leitor nos acompanha:

> *Estávamos sentados, todos, em meio ao gramado. Muitas ideias surgiam e era bastante difícil manter uma organização. Lembro-me de duas propostas específicas surgidas nesse momento inicial: uma referente à oficina de cenografia, proposta por algumas meninas da Escola de Arquitetura sentadas próximas a mim, e outra referente à oficina de cartografia, da qual me propus a participar mais ativamente. Quanto a esta última, a ideia era desenhar em uma superfície (talvez um pano, caso encontrássemos) um grande mapa da área do Viaduto Santa Tereza. Iríamos, durante o ato, estender esse pano no chão para que as pessoas pudessem incluir, nele, suas impressões. Havia contudo, um impasse referente a qual material usar. O problema logo se resolveu: algumas pessoas do teatro se prontificaram a nos doar retalhos e uma delas disse pensar ter em casa um pano maior. Ficamos animados com a notícia. Alguns alunos da disciplina se prontificaram, também, a ajudar. Neste momento, um grupo ao lado articulava a realização de um "banquete". Começamos a pensar coletivamente nos ingredientes necessários. Era preciso pedir às pessoas, por meio do Facebook, que nos ajudassem com doações. Outra ideia seria passar o chapéu durante a reunião, mas penso que isso acabou não sendo feito. Listamos alguns ingredientes baratos. Uma dificuldade, contudo, permeava este e outros grupos: como deslocar todas as coisas necessárias até o viaduto? Um menino disse ter uma Kombi e se disponibilizou a ajudar. Anotei o seu número de telefone e fiquei de ligar nos próximos dias. As coisas aconteciam de forma atravessada, era tudo muito rápido e bastante caótico. Havia um desejo enorme, ainda assim, de fazer acontecer. O tempo foi passando e lembro-me de surgir certa pressa no sentido de levantarmos questões-chave a serem apresentadas na reunião geral da Assembleia. Ao fim da noite fomos todos para o Hall da Câmara, onde nos encontramos com os demais GTs.*

2.14 A Ocupação (retomada)

No dia seguinte à reunião da Câmara Municipal criou-se, no Facebook, um **Grupo de Discussão** intitulado "A Ocupação". Com o objetivo de funcionar como uma espécie de plataforma para a articulação do ato, este reunia as pessoas que, na noite anterior, haviam demonstrado interesse em participar ativamente de tal processo. É importante observar, contudo, que, devido ao contexto de forte repressão policial vivido naquele momento, tratava-se de um grupo fechado: para adentrá-lo era preciso ser amigo de um dos membros e receber, deste, uma solicitação. Apesar desse caráter sigiloso o processo mostrou-se, ainda assim, bastante inclusivo: nos dias que se seguiram, dezenas de outras pessoas foram adicionadas, e com elas, centenas de outras a elas relacionadas na rede social tornavam-se potenciais participantes. Com um tal crescimento, o debate em torno ao ato e o seu próprio processo de construção pôde ser realizado, assim, de forma bastante fluida e descentralizada. Ora, o grupo diretamente envolvido em sua articulação havia se tornado bem mais abrangente do que o

inicialmente formado no dia 2 de julho em meio à reunião do Comitê Popular de Arte e Cultura na Ocupação da Câmara[144].

Quanto ao conteúdo da página, observa-se já nas primeiras publicações a presença de *links* que direcionavam os membros a **Grupos de Discussão específicos**, relativos a cada uma das oito frentes de ação definidas na noite anterior: cenografia, projeções, balanço, banquete, cartografia, música/shows, teatro/performance e oficina grafite/stêncil[145]. Nos cinco movimentados dias que se seguiram, tanto no Grupo geral quanto nestes últimos foram realizadas dezenas de publicações. Estas referiam-se tanto a apresentação de outras propostas de ação, quanto à divulgação de listas de materiais necessários para a realização das atividades previstas.

Em meio a estas movimentações, e de forma a organizar, no tempo e no espaço, todas as ações previstas para ocorrer durante o ato, foi criada uma **Planilha online.** Hospedada na plataforma *GoogleDocs*, esta era aberta à consulta e à modificação por qualquer pessoa. A respeito de seu funcionamento, Gabriel Murilo e Francisco Cereno pontuam:

> ***Paula**: – (...) essa metodologia [utilização de Planilha], vocês começaram a fazer já na primeira [A Ocupação]?*
> ***Francisco**:– Foi na primeira, foi lá na Câmara que a gente criou essa metodologia.*
> ***Gabriel**:– É, foi na Câmara... Que veio também do (...) no da Turquia [Ato Turquia Livre]a gente já usou, né? A gente fez tabela pra montar. No da Turquia a gente montou a tabela. Na verdade assim, trabalhar com tabela aberta no Docs é uma coisa, né? Muito comum, assim, né? E vinha, vem um pouco do evento, colaborativo, e tudo. Mas como a gente começou a usar radicalmente essa 'parada', de deixar ela pública, pra qualquer pessoa que quiser entrar e intervir, eu acho que foi um uso radical da ferramenta (APÊNDICE B, p.405).*

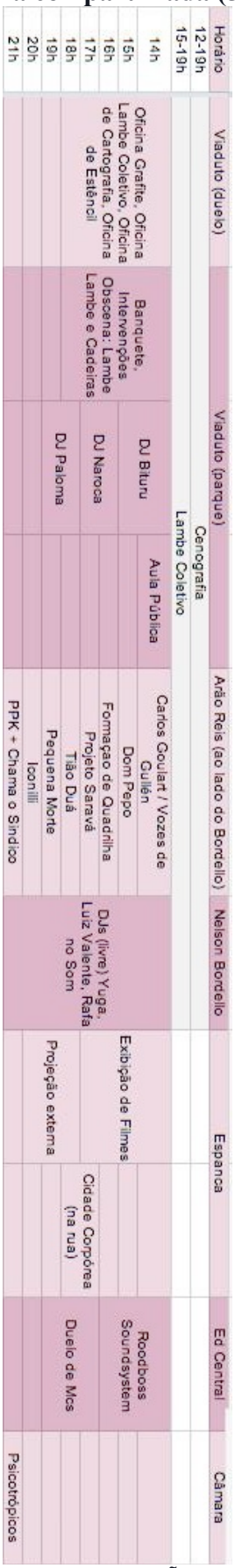
As colunas e linhas da Planilha (Figura 91) indicavam, respectivamente, os períodos de realização do ato (de 14 horas da tarde às 21 horas da noite) e os sete espaços escolhidos para funcionar como base de suas ações: o palco localizado no baixio do Viaduto Santa Tereza, a porção do baixio do Viaduto localizada próxima ao Parque Municipal, a calçada situada em frente ao Nelson Bordello, o próprio Nelson Bordello, a sede do teatro Espanca, o Edifício Central e a Câmara Municipal (único ponto externo à área do Viaduto Santa Tereza).

---

[144] No dia 1º de outubro de 2015 (momento de realização da presente pesquisa) o referido Grupo incluía 1.230 membros.

[145] No Grupo de Discussão, cada um dos links era acompanhado pelos nomes das pessoas que, na noite anterior, haviam demonstrado interesse em ajudar. Pelo fato de se tratar (como dissemos) de um grupo sigiloso, aberto à participação apenas mediante convite, optamos por não mencionar os nomes de tais atores.

Figura 91 – Planilha compartilhada (5 de julho de 2013)



Horário	Viaduto (duelo)	Viaduto (parque)		Arão Reis (ao lado do Bordello)	Nelson Bordello	Espanca	Ed Central	Câmara
12-19h	Cenografia							
15-19h	Lambe Coletivo							
14h	Oficina Grafite, Oficina Lambe Coletivo, Oficina de Cartografia, Oficina de Estêncil	Banquete, Intervenções Obscena: Lambe Lambe e Cadeiras	DJ Bituru	Aula Pública	Carlos Goulart / Vozes de Gulién	Exibição de Filmes		
15h					Dom Pepo			
16h			DJ Naroca		Formação de Quadrilha Projeto Saravá			
17h					Tião Duá	Cidade Corpórea (na rua)	Roodboss Soundsystem	
18h			DJ Paloma		Pequena Morte			
19h					Ioonilli	Projeção externa	Duelo de Mcs	
20h					PPK + Chama o Síndico			Psicotrópicos
21h					DJs (livre) Yuga, Luiz Valente, Rafa no Som			

Fonte: A OCUPAÇÃO, 2013.

A Figura acima retrata a composição da Planilha especificamente no dia 5 de julho, quando esta imagem específica é publicada no grupo com a seguinte legenda: "(...) segue um *print* de como a distribuição de espaços e horários esta sendo proposta. Lembrando que é uma ocupação/manifesto artístico com intervenções autônomas, conectadas e autogeridas! (não é evento) (...)" (A OCUPAÇÃO, 2013, não paginado).

Naquele momento pode-se perceber a presença de duas ações que pretendiam abarcar toda a área da rua Aarão Reis (o Lambe Coletivo e a oficina de Cenografia) e de vinte e nove outras previstas para ocorrer especificamente em um dos sete-espaços base. Por meio da imagem podemos observar, também, que havia uma predominância, ao menos até aquele dia, de ações musicais. Os *deejays* DJ Bauru, Dj Naroca, Dj Paloma, Dj Yuga, Luiz Valente, Rafa no Som; as bandas Vozes de Gulen, Dom Pepo, Projeto Saravá, Tião Duá, Pequena Morte, Iconili, Roodboss SoudSystem, Psicotrópicos; Formação de Quadrilha Minueto Mineiro; os blocos de Carnaval de Rua PPK e Chama o Síndico e o Duelo de Mcs; somavam mais da metade das atividades então previstas. Para além destas havia quatro oficinas, uma Aula Pública, dois espaços de projeção, ações performáticas (dentre as quais duas propostas pelo Grupo Obscena) e o "banquete" – refeição a ser preparada colaborativamente e servida na rua.

Ao longo dos outros dois dias que antecederam A Ocupação foram incluídas, na tabela, a Troca de Mudas – movimento que busca promover trocas entre mudas de plantas e dicas relativas ao plantio – a Feira Grátis da Gratidão – feira na qual qualquer pessoa leva o que desejar, sem que isto signifique, necessariamente, dar algo em troca – o Bazar Achados e Trazidos, uma intervenção circense, diversas ações performáticas – das quais participariam, entre outros, os grupos Trajeto do Afeto, Coletivo Amor e Coletivo Pópôcô – e um cortejo entre A Ocupação e a Ocupação da Câmara[146]. Este último tinha por objetivo evitar que a ocorrência do ato no Viaduto desencadeasse, como apontado por muitos envolvidos com a Assembleia Popular Horizontal, um possível "esvaziamento" das ações realizadas na Câmara. De fato, como veremos a seguir, tal questão configurava um ponto bastante controverso em meio ao movimento.

*

Nos dias que se seguiram à Reunião Extraordinária do dia 2 de julho, surgiram relatos de que a Ocupação na Câmara estava perdendo força: já não havia tantos manifestantes

[146] Há que se salientar, ainda, que outras intervenções foram pensadas e incorporadas ao ato no próprio dia de sua realização, sem necessariamente passar pela Planilha.

acampados e as visitas de pessoas externas eram cada vez menos frequentes. Diante desse quadro, e de forma a tentar evitar que o movimento fosse, aos poucos, sendo "vencido pelo cansaço", chegou-se a sugerir que A Ocupação fosse transferida para a própria Câmara. Muitos grupos mostraram-se, contudo, contrários a tal ideia. Sob a justificativa de que era preciso expandir o movimento para outros lugares da cidade (e com isso, incluir a temática do espaço público de forma mais efetiva na pauta de reivindicações) estes defendiam que o ato deveria se manter no Viaduto. É em meio a esse embate, que surge a ideia de se realizar um "cortejo" entre a Ocupação da Câmara e A Ocupação no Viaduto Santa Tereza. A proposta era que, assim, além de dar visibilidade a outras questões urgentes na pauta política da cidade (como era o caso do Programa Corredor Cultural Praça da Estação), A Ocupação contribuísse, também, para o próprio fortalecimento da Ocupação da Câmara. Tal sugestão foi, ao fim, acatada: o ato permaneceu no Viaduto e o cortejo seria realizado durante a sua ocorrência.

Em votação realizada pela Assembleia Popular Horizontal no dia 6 de julho, deliberou-se, contudo, que a desocupação da Câmara seria, finalmente, realizada no mesmo de ocorrência de A Ocupação. Com isso, o cortejo – anteriormente pensado como forma de conexão entre ambos os movimentos – funcionaria, ao invés disso, como uma espécie de marco de encerramento da Ocupação da Câmara (e meio pelo qual os manifestantes seguiriam, a partir desta, para o Viaduto).

Ora, o cortejo torna-se, com isso, um ponto fortemente simbólico em meio ao movimento. Com o deslocamento que então promoveria, este faria com que o acontecimento no Viaduto passasse a figurar como uma espécie de *continuação simbólica* dos atos que vinham realizados, pela Assembleia Popular Horizontal, na Ocupação da Câmara. Em outras palavras, nesse novo formato, a marcha parecia configurar uma forma de demonstrar à população e ao poder publico que, apesar de finda a mobilização na Câmara, os manifestantes continuariam a atuar de maneira massiva, utilizando-se, para tanto, de outras (e reinventadas) táticas. Nesse sentido, o ato tornava-se uma sorte de *elo* entre ambas as mobilizações (A Ocupação e a Ocupação da Câmara-Assembleia Popular Horizontal): uma sorte de *símbolo* da atitude – mencionada por Motta (2014) nas linhas acima – *"vamos fazer isso de outro jeito?"*.

*

Paralelamente ao processo de organização das ações que comporiam o ato, realizava-se também, em meio ao **Grupo de Discussão do Facebook**, um amplo trabalho de produção gráfica. Tal tarefa, que envolvia a transformação das informações enviadas pelos grupos em

formato de texto em imagens, além de ter tido um papel relevante para a construção das narrativas que permearam A Ocupação, foi fundamental para a "viralização" do movimento nas redes sociais digitais. Vamos a elas.

A primeira imagem surgida em meio a esse processo foi publicada em 3 de julho (Figura 92). Tratava-se do *flyer* criado pelos alunos da Disciplina UNI 009 Cartografias Críticas para "O Evento" alterado de forma a referir-se, ora, a "A Ocupação". A reutilização da imagem pelo grupo dava a ver que, apesar de aglutinar diversas outras pautas, o ato ainda mantinha, em grande medida, a ideia inicial – surgida em meio à disciplina – de demonstrar que um "Corredor Cultural" já existia na área. Na imagem, tal intuito era claro: a inclusão de diversos agentes locais demonstrava que o acontecimento havia sido pensado de forma a configurar um encontro dos diversos componentes desse "corredor" informal. À esquerda o Chapolin[147] e uma pessoa vestida em trajes de banho representavam a Praia da Estação; à frente tem-se um participante do Duelo de Mc's e à direita, além de um skatista representando os praticantes de esportes radicais, a imagem do Sr. Aparecido (morador de rua cujos trajetos haviam sido acompanhados pelos alunos da referida disciplina) dá a ver a presença da População de Rua.

Figura 92: Primeira peça gráfica realizada no âmbito de A Ocupação

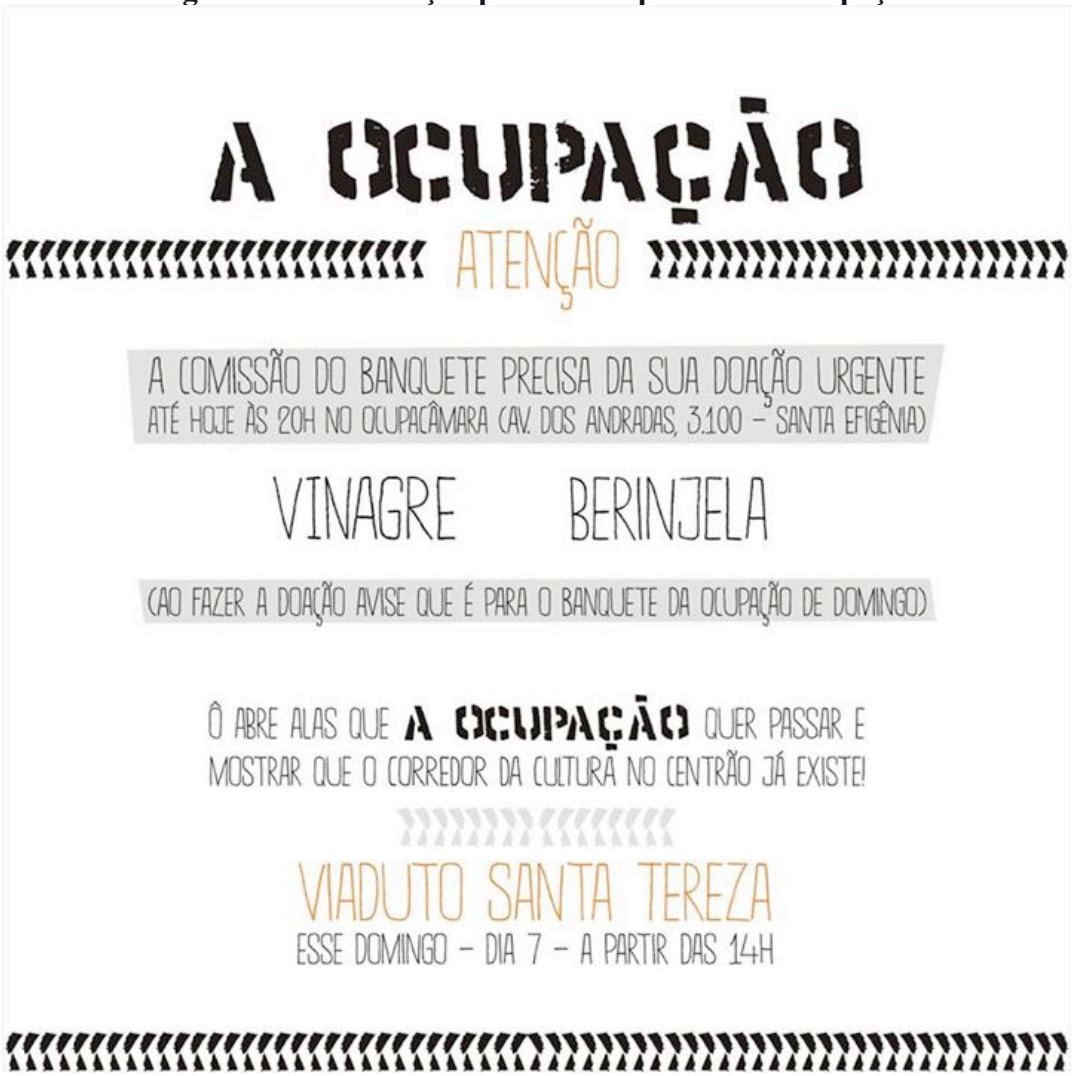


Fonte: A OCUPAÇÃO, 2013.

[147] Personagem surgido em meio ao Bloco da Praia da Estação em 2011 que se consolidou como um dos símbolos do movimento praieiro.

Ainda neste momento inicial, outras duas imagens foram criadas em meio ao **Grupo de Discussão do Facebook**. A primeira delas referia-se ao Banquete (Figura 93) e a segunda, à Oficina de Cenografia e à Troca de Mudas (Figura 94).

Figura 93: Convocação para o Banquete de A Ocupação



Fonte: A OCUPAÇÃO, 2013.

Figura 94: Convocação para a Oficina de Cenografia e a Troca de Mudas de A Ocupação



Fonte: A OCUPAÇÃO, 2013.

Para a realização dessas peças gráficas, havia sido criada, em meio ao Grupo, uma comissão de voluntários denominada "Comissão de Comunicação". Dentre as pessoas nela incluídas havia alunos da disciplina UNI 009 Cartografias Críticas e membros da Casa Fora do Eixo Minas, grupo que assumiu um papel relevante no processo de construção do ato, tanto no que se refere ao processo inicial de produção de imagens quanto no que tange a sua própria divulgação e transmissão. De forma a entender como esse processo se deu, vejamos, ainda que brevemente, alguns pontos de sua trajetória.

Inaugurada em abril de 2012, a Casa Fora do Eixo Minas integra o "Circuito Fora do Eixo", uma rede de coletivos culturais criada (em Cuiabá e, portanto, "fora do eixo" Rio de Janeiro-São Paulo) com o propósito de experimentar formas de produção cultural radicalmente colaborativas. Dentre as diversas frentes de ação do grupo destaca-se a Pós Tv, uma plataforma midiativista *online* de caráter aberto e colaborativo, passível de alimentação por qualquer pessoa. Criada em 2011 foi, contudo, durante os Protestos realizados em junho de 2013 que tal plataforma ganhou expressividade. Tal repercussão deveu-se, em grande medida, à atuação da Mídia NINJA (Narrativas Independentes, Jornalismo e Ação), grupo – também integrante do Circuito Fora do Eixo – que passou a alimentar o canal. A partir da transmissão ao vivo das manifestações ocorridas em todo o país – e, no caso de Belo

Horizonte, também das Sessões da Assembleia Popular Horizontal, da Ocupação da Câmara e, posteriormente, da própria A Ocupação – a atuação da Mídia NINJA em meio à Pós Tv tornou-se uma alternativa radical aos canais da mídia oficial brasileira. Por meio de *Smartphones* espalhados em diversos pontos das cidades, os "NINJAs" como eram chamados os integrantes do grupo, compartilhavam, "de dentro", em tempo real e sem qualquer tipo de edição, múltiplas e fragmentárias perspectivas dos Protestos então em curso.

No que se refere à construção de A Ocupação, a participação do grupo mostrou-se fundamental. As táticas colaborativas que vinham sendo desenvolvidas de forma a tornar o ato possível tinham como base, em grande medida, estratégias de comunicação já utilizadas, em outras ações, pelos NINJAs. A esse respeito Silvia Andrade pontua:

> ***Silvia**: – Porque houve um estudo, né? Sobre como se constrói colaborativamente, essas coisas. E muitas das nossas estratégias elas vêm do Fora do Eixo, que foi um movimento super importante nesse sentido, tanto de comunicação, de tecnologia social, pra gente conseguir disseminar a coisa, de maneira (APÊNDICE A, p.355).*

*

É também nesse sentido de disseminar o acontecimento de maneira mais ampla que, para além do **Grupo de Discussão**, criou-se, em 5 de julho, uma ***Fanpage* no Facebook** denominada A Ocupação[148]. Pública, tal página tinha por objetivo divulgar o ato nas redes sociais digitais e convocar, assim, a população da cidade a *construir conjuntamente* os processos nele envolvidos.

A primeira publicação – e aqui voltamos ao ponto com que iniciamos este eixo-capítulo (Figura 04) – foi realizada no próprio dia 5 de julho, e continha, além de uma imagem produzida pela Comissão de Comunicação, um texto explicativo[149]. Sob as frases iniciais "O corredor já existe! Venha ocupar com a gente!" este último tinha por objetivo apontar – mesmo que de forma ainda escorregadia e pouco precisa – os atores e processos que confluíam, naquele momento, para a construção do ato. Apesar do caráter difuso e repleto de sobreposições do texto – que deixava transparecer a natureza múltipla e ainda *em formação* do processo em questão – pode-se observar uma certa tentativa de se "organizar" as ideias em torno a questões-chaves, de forma a tornar o processo mais claro ao grande público:

---

[148] Disponível em : <https://www.facebook.com/AOcupacao> . Acesso em 15 out. 2015.

[149] A primeira publicação realizada na Fanpage "A Ocupação" no Facebook pode ser vista na pág. 71 do presente trabalho.

> A ação é focada na produção e na reflexão sobre o espaço urbano contemporâneo, evidenciando a participação da Arquitetura e o Urbanismo na dinâmica da cidade em fenômenos urbanos socialmente segregadores. Baseada na elaboração coletiva, crítica e de cunho político, A OCUPAÇÃO resiste à possibilidade de "desvitalização" do centro e expõe que não será admitida a violação de suas características (A OCUPAÇÃO, 2013, não paginado).

Logo abaixo deste trecho, o qual refere-se, como podemos observar, a muitas das discussões realizadas na Disciplina UNI 009 Cartografias Críticas, tem-se um outro parágrafo destinado a esclarecer o papel do Comitê de Arte e Cultura em meio ao processo. Este, tratado como uma ramificação da Assembleia Popular Horizontal, é então descrito como uma sorte de "proponente" do ato, que incluía apresentações musicais, intervenções artísticas e oficinas.

> Para isso, o Comitê de Arte e Cultura, nascido nas Assembléias, preparou um dia repleto de atividades que conta com Duelo de Mcs, Pequena Morte, Tião Duá, Carlos Goulart, Dom Pepo, Projeto Saravá, Formação de Quadrilha Minueto Mineiro. Oficinas de Grafite, Cenografia, Cartografia e Dança também integram a grade; além de intervenções artísticas e de formação livre (A OCUPAÇÃO, 2013, não paginado).

Mais adiante, sob o título "Percurso", tem-se um breve relato sobre o surgimento e a amplificação da ideia de A Ocupação, destacando, em meio a esse movimento, o papel de alguns atores principais: "alunos da disciplina UNI 009", "Comitê Popular de Arte e Cultura", "Assembleia Popular Horizontal", "Protestos" e "Família de Rua". Finalmente, no trecho intitulado "Como", tem-se uma explicação a respeito da maneira com que, afinal, o ato se desenvolveria. Para isso, faz-se, de início, um chamado aparentemente restrito aos artistas:

> A Ocupação só ocorrerá se todos participarem, este é um chamado aberto a todos que queiram levar seu fazer artístico para as ruas da cidade neste domingo, *todos os artistas da cidade estão convidados* a "ocupar a ocupação", a rua é nossa casa, a casa também é sua, vamos dar uma faxina e deixá-la bem colorida neste domingo de inverno, encontre seu espaço entre os demais e mostre seu trabalho, divulgue seu fazer artístico no mural deste evento" (A OCUPAÇÃO, 2013, não paginado, grifos nossos).

Logo em seguida, há, contudo, sinais de que se trata de uma convocação mais abrangente, direcionada também a pessoas não necessariamente envolvidas com o setor cultural:

> Não sou do setor cultural, quero colaborar.
> Leve sua canga, seu guarda sol, seu piquenique, as crianças e também os cachorros

> da sua rua, se vista com cores alegres, levem cartazes com frases de amor, flores para distribuir entre os transeuntes, balões para colorir o espaço e tudo mais que passear pela sua imaginação que emane união, cultura, amor e paz (A OCUPAÇÃO, 2013, não paginado).

Ao fim, uma nota intitulada "coletividade/autogestão", aponta para a tentativa de fazer emergir, em meio à construção do ato, formas *ampliadas* de participação. Ora, as ideias de descentralidade e auto-viabilização nela sugeridas parecem vir de encontro com o que vimos chamando, nas linhas anteriores, de *co-construção*.

> *Coletividade/Autogestão*
> A ocupação não tem uma organização, ela é de todos, para todos, vai ser bonito se todo mundo se envolver, ajude seu coleguinha do lado a montar sua instalação, participe das atividades propostas, divulgue entre seus amigos, fique atento a lista de doação que estará nos comentários do evento e leve algo para contribuir (A OCUPAÇÃO, 2013, não paginado).

A referida publicação obteve 461 compartilhamentos[150], número que demonstra a grande repercussão gerada em torno ao ato antes mesmo de sua realização. Seguida a ela, ainda no dia 5 de julho, tem-se outra inserção. Trata-se de uma nova imagem produzida pela Comissão de Comunicação (Figura 95).

[150] Tal informação refere-se ao dia 24 de setembro de 2014, data de realização da presente pesquisa.

Figura 95 – Segunda publicação realizada na Fanpage "A Ocupação" no Facebook



Fonte: A OCUPAÇÃO, 2013.

Além de indicar a data, o local e o horário de realização do ato, a imagem era acompanhada pela seguinte legenda:

> O baixo centro de Belo Horizonte é repleto de atividades culturais há anos e nesse domingo A Ocupação reúne no espaço uma manifestação artístico cultural realizada pelo Comitê de Arte e Cultura de Belo Horizonte em uma tarde com mais de 100 atividades. São shows, intervenções, performances, DJs, blocos de carnaval, oficinas, e com o espaço aberto a propostas (A OCUPAÇÃO, 2013, não paginado).

Como podemos observar, o texto reitera o papel de articulação assumido pelo Comitê Popular de Arte e Cultura em meio ao ato e qualifica, pela primeira vez, A Ocupação como uma "*manifestação artístico cultural*". Com ele é possível antever, ainda, a enorme rapidez com que o ato vinha se expandindo: conforme descrito, as atividades confirmadas já somavam, naquele momento, mais de cem.

No que se refere à imagem, podemos observar por meio desta um esforço incipiente, por parte da Comissão de Comunicação, em desenvolver uma espécie de identidade visual para o ato. Como veremos a seguir, a imagem publicada no dia 6 de julho confirma, em diversos aspectos, tal percepção (Figuras 96). A preponderância de tons azuis e alaranjados, bem como uma certa tentativa de padronização tipográfica dão a ver que a construção de uma estética específica configurava um dos objetivos do grupo.

Figura 96 – Terceira publicação realizada na Fanpage "A Ocupação" no Facebook



Fonte: A OCUPAÇÃO, 2013.

A imagem acima, publicada pelos administradores da página no dia 6 de julho, configura uma primeira tentativa de divulgação das ações incorporadas no ato de maneira territorializada, de acordo com a sua distribuição na **Planilha online** (Figura 91). A frase "Ocupe também, traga sua atividade" dava a ver que a programação mostrada não era, contudo, fechada. Ao contrário, tratava-se de uma espécie de base inicial, sobre a qual se esperava surgir, no dia, outras ações e interferências.

Tal ideia era reiterada pela imagem abaixo (Figura 97), publicada já no dia de realização do ato. As inscrições "Atenção, espaço vago, ocupe" configuravam um chamado à incorporação, por parte de quem se interessasse, de novas camadas de ocupação àquele espaço. Isso seria feito de forma a reafirmar que se tratava – mesmo diante de todas as investidas do estado-capital de lhe negar tal característica – de um espaço público, e assim, passível de comum uso e apropriação.

Figura 97 – Imagem publicada na Fanpage "A Ocupação" em 6 de julho de 2013



Fonte: A OCUPAÇÃO, 2013.

*

Com isso chegamos, finalmente, ao momento e ao **espaço** de realização do ato. Como vimos acima, este último configura, contudo, apenas mais um dentre os diversos *ambientes* – **Grupo de Discussão no Facebook**, **Fanpage no Facebook** e **Planilha compartilhada no GoogleDocs** – nos quais A Ocupação já vinha sendo articulada e, em grande medida, também realizada (se entendermos a preparação do ato como parte de sua própria experiência). Ora, na perspectiva a partir da qual viemos trabalhando, torna-se difícil circunscrever a ação – e toda a complexidade que vinha permeando os seus processos – apenas às horas nas quais ela de fato ocorreu no Viaduto Santa Tereza. Em vista da força agregadora de suas dinâmicas, e da própria experiência coletiva envolvida em sua organização prévia, a abrangência do acontecimento parece se expandir, assim, para muito além dos limites temporais e físicos dessa experiência *in loco*. Tal fato – destacamos – não tira a potência desta última, que parece insurgir, ao contrário, como um momento de confluência, uma sorte de ponto de efetivação – no âmbito da experiência sensível – de muitos dos processos ensaiados, há dias, nos espaços digitais. Ora, é ela, afinal, que lhes serviu, por todo o tempo, como estímulo.

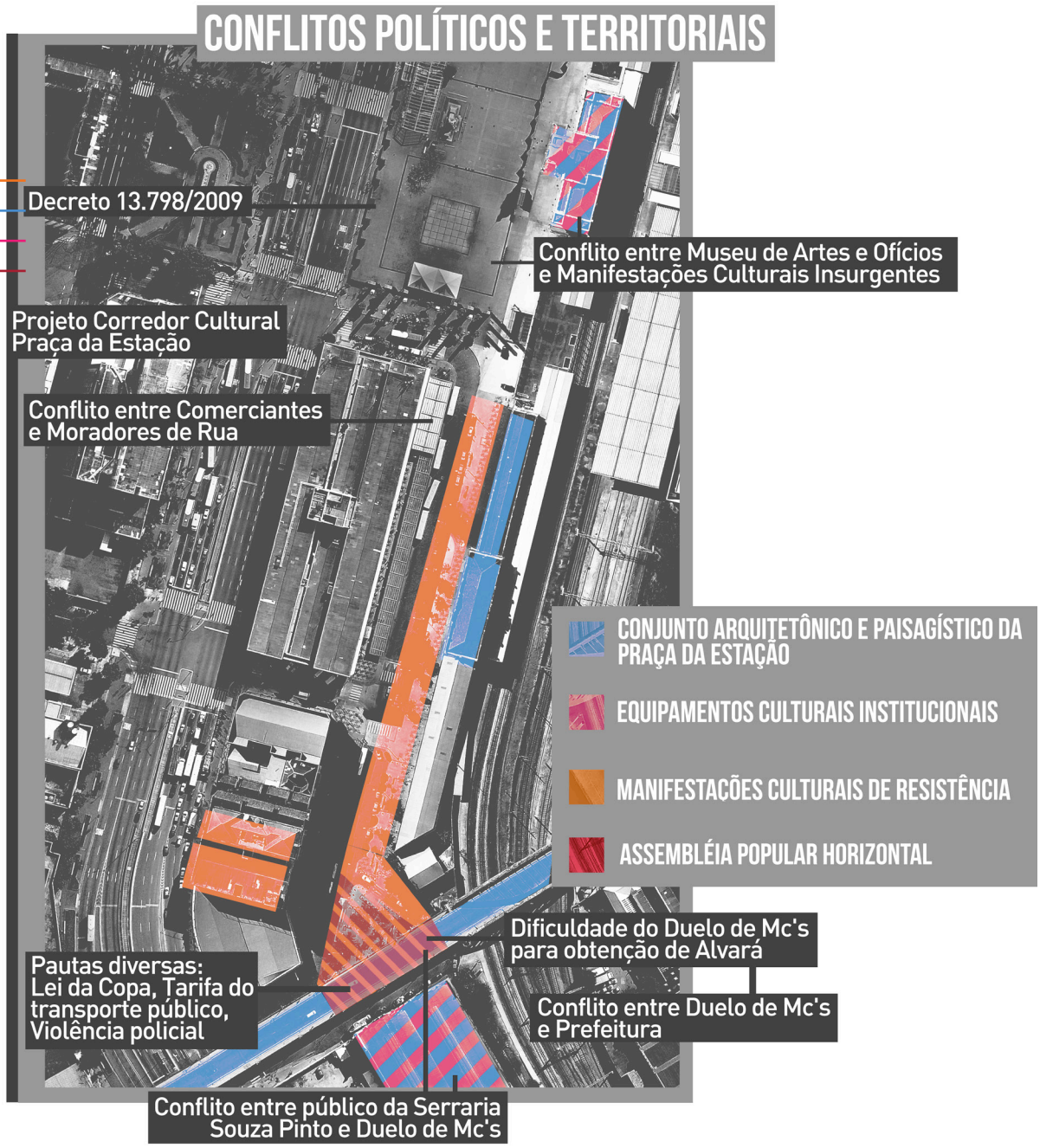
Nesse sentido, arriscamos dizer que se trata de uma experiência de *pico* (um *pico de intensidade)* – e isso não apenas com relação aos processos voltados especificamente à sua

articulação (desde a realização da disciplina UNI 009 Cartografias Críticas, das discussões encabeçadas pela Família de Rua e principalmente a partir da Reunião do Comitê Popular de Arte e Cultura na Ocupação da Câmara), mas a toda uma rede que, como vimos ao longo deste eixo, veio se formando em torno às temáticas por ela abordadas.

*

De forma a analisarmos tal aspecto concentremo-nos, pois, às diversas camadas de ocupação que – tal como viemos observando ao longo do texto – existiam na área à época da realização de A Ocupação. Façamos isso especificamente em observância aos vários conflitos territoriais gerados em meio a sua sobreposição (Figura 98).

Figura 98 – Camadas de ocupação e conflitos territoriais no espaço de realização de A Ocupação



Fonte: Própria autora[151]

Como podemos observar no mapa acima, além do ponto de controvérsia relativo ao Programa Corredor Cultural Praça da Estação – que acometia todos os agentes atuantes na área naquele momento – tem-se outros sete conflitos pontuais. Podemos perceber que estes ocorrem tanto nos pontos nos quais a camada Manifestações Culturais de Resistência

[151] A imagem foi co-produzida, no âmbito do Grupo de Pesquisa Indisciplinar, a partir da colaboração da pesquisadora Marília Pimenta.

sobrepõe-se àquela relativa ao Conjunto Arquitetônico e Paisagístico da Praça da Estação quanto nos espaços em que tal sobreposição abarca também a camada referente aos Equipamentos Culturais Institucionais. Como exemplo do primeiro caso tem-se os conflitos observados no Viaduto Santa Tereza, entre instâncias do poder público municipal e o Duelo de Mc's; e os impasses referentes à regulamentação do uso da Praça da Estação (processo para o qual o sancionamento do Decreto nº 13.798/2009 e a posterior articulação do movimento Praia da Estação constituem importantes marcos).

Quanto ao segundo caso, no qual os conflitos ocorrem em áreas de confluência entre Manifestações Culturais de Resistência e Equipamentos Culturais Institucionais tem-se o impasse existente entre o público do Duelo de Mc's e aquele da Serraria Souza Pinto e entre o Museu de Artes e Ofícios e as Manifestações Culturais ocorridas na Praça da Estação.

Para além destes pontos, há também impasses entre os comerciantes locais e a população de rua – aspecto pontuado pelo representante do Edifício Central Condomínio de Lojas em reunião pública ocorrida para a apresentação do Programa Corredor Cultural Praça da Estação na FUNARTE. Na ocasião, o comerciante se queixou da "coação que os moradores de rua causam a quem passa pela rua Aarão Reis" (COMISSÃO DE ACOMPANHAMENTO, 2014) – fator que prejudicaria as atividades dos comerciantes – e pediu, assim, para que fossem criadas condições dignas para estes atores.

Observa-se, ainda, a presença de pautas mais abrangentes, referentes a controvérsias e reivindicações que acometem todo o território da cidade, trazidas para o espaço do Viaduto Santa Tereza por meio da instauração, no local, da Assembleia Popular Horizontal.

Finalmente, deve-se ressaltar que tal mapa não se pretende totalizante. Uma série de outros micro-conflitos certamente existem, ocultos – ou menos evidentes no que se refere à perspectiva singular dessa pesquisa – no espaço.

Voltemos, contudo, especificamente aos conflitos abarcados pelo mapa. Dessa sua primeira análise notamos ao menos dois pontos dignos de destaque: o primeiro deles é que todos os impasses pontuados se referem a espaços nos quais ocorrem o que caracterizamos, ao longo do texto, como Manifestações Culturais de Resistência. Ora, tal fato não viria a endossar, afinal, a aposta de que tais manifestações atuam, de fato, de forma a promover tensionamentos na ordem espacial vigente? Algo como um elemento de caotização em meio às dinâmicas (pretensamente harmônicas) observadas no território? Outro ponto notável é que os espaços de concentração de conflitos, notadamente o Viaduto Santa Tereza e a Praça da Estação, são justamente aqueles que acumulam o maior número de camadas sobrepostas. Em

outras palavras, trata-se dos espaços cujas formas de ocupação mostram-se mais radicalmente heterogêneas.

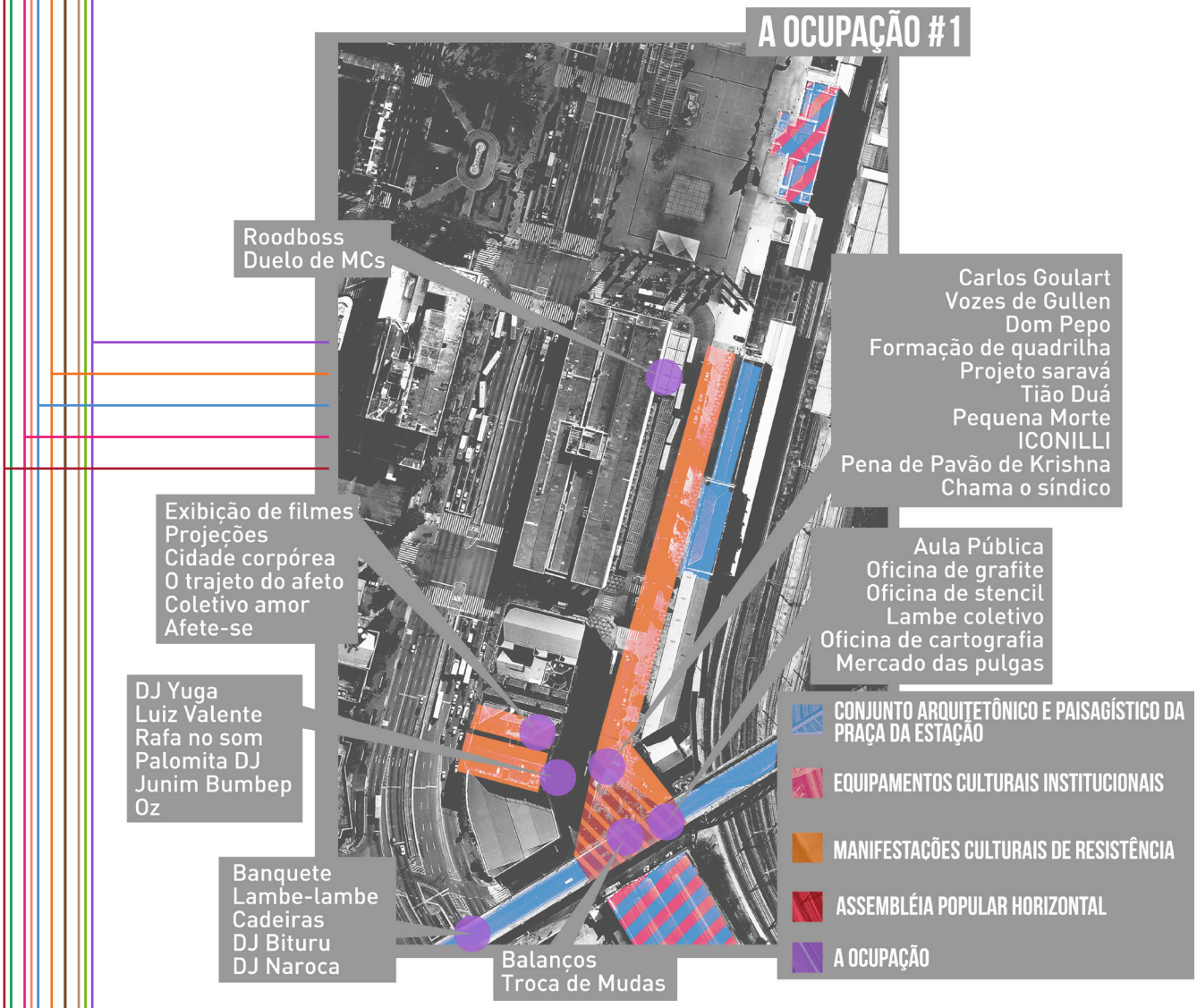
Neste ponto uma observação se faz, contudo, necessária. O fato de a sobreposição de camadas apontar para a emergência de uma condição necessariamente heterogênea não quer dizer – é preciso destacar – que as áreas do mapa abarcadas apenas por uma camada se apresentem como espaços *homogêneos*. Como vimos nas linhas anteriores, apesar de os elementos constituintes de uma mesma camada compartilharem, necessariamente, as características aqui eleitas como parâmetro (a saber, o fato de configurarem equipamentos geridos por instituições, de conformarem manifestações "autônomas" de resistência, de integrarem o conjunto de edifícios tombados pelo IEPHA ou de se referirem às dinâmicas da Assembleia Popular Horizontal, dentre outros), estes se apresentam como agentes singulares, guardando, entre si, notáveis diferenças. Detenhamo-nos, a título de exemplo, à camada formada pelos Equipamentos Culturais Institucionais. Dentro desta, observa-se, por exemplo, que o Miguilim destoa nitidamente – tanto no que se refere ao setor populacional por ele atendido, quanto pelas próprias atividades ali realizadas – do Museu de Artes e Ofícios. Este último, por sua vez, difere-se – tanto quanto ao público, quanto no que se refere à forma de funcionamento – do Centro Cultural UFMG; e assim por diante.

Isto para dizer que cada uma destas camadas carregam, em si, uma infinidade de conformações possíveis: em meio aos seus componentes é possível que se formem grupos mais ou menos homogêneos, bem como associações fronteiriças, que venham a se posicionar quase à margem da camada em questão. É o caso, por exemplo, do Nelson Bordello e do Espanca, que, apesar de aqui considerados pertencentes à camada Manifestações Culturais de Resistência apresentam diversas afinidades com os Equipamentos Culturais Institucionalizados: configuram espaços fechados, são acessíveis mediante pagamento e, no caso do Espanca, beneficia-se de programas de financiamento. É o caso, também, do próprio Miguilim, o qual, apesar de configurar um Equipamento Cultural Institucional, se aproxima fortemente, por seu tipo de atividade e público, das Manifestações Culturais de Resistência.

Ora, a incorporação de cada elemento em meio a estas camadas é, assim – como não poderia deixar de ser – questionável. De fato, o traçado ao qual aqui nos propusemos configura apenas um dentre os muitos possíveis e, mesmo nele, as fronteiras entre as camadas encontram-se visivelmente embaçadas. Com a proposição de tais estratos não tínhamos, de fato, a pretensão de realizar demarcações fixas, mas, ao contrário, construir uma narrativa complexa, passível de constantes atravessamentos. Assim sendo, é preciso considerá-las não

como conjuntos achatados, unívocos e fechados, mas, ao contrário, como camadas transversais, atores-processos necessariamente comunicantes, os quais, justamente por esse motivo, integram as dinâmicas envolvidas em A Ocupação. Passemos, com isso, à camada relativa especificamente a este acontecimento, que vem, em 7 de julho de 2013, somar-se – não também sem muitos entrecruzamentos – a esse multifacetado panorama (Figura 99).

Figura 99 – A Ocupação como camada sobreposta às demais formas de ocupação da área[152]



Fonte: Própria autora[153]

[152] No mapa, a camada referente a A Ocupação foi realizada com base em informações publicadas na Fanpage A Ocupação no Facebook.

[153] A imagem foi co-produzida, no âmbito do Grupo de Pesquisa Indisciplinar, a partir da colaboração da pesquisadora Marília Pimenta.

Com a construção do mapa acima, tínhamos o intuito de apresentar A Ocupação como *mais uma* dentre as camadas de ocupação que, como vimos nas linhas acima, permeavam o espaço à época de sua realização. A ideia era mostrar, portanto, que não se tratava de "A" única Ocupação válida ou possível – como se poderia inferir de seu nome – mas, ao contrário, de uma camada "ocupatória" fruto da associação de diversas outras – e inicialmente voltada, justamente, para dar-lhes visibilidade. Mas, teria de fato tal intuito se concretizado? Ora, esse aspecto foi longamente discutido em meio à Roda de Conversa #1. Vejamos os pontos levantados nessa ocasião:

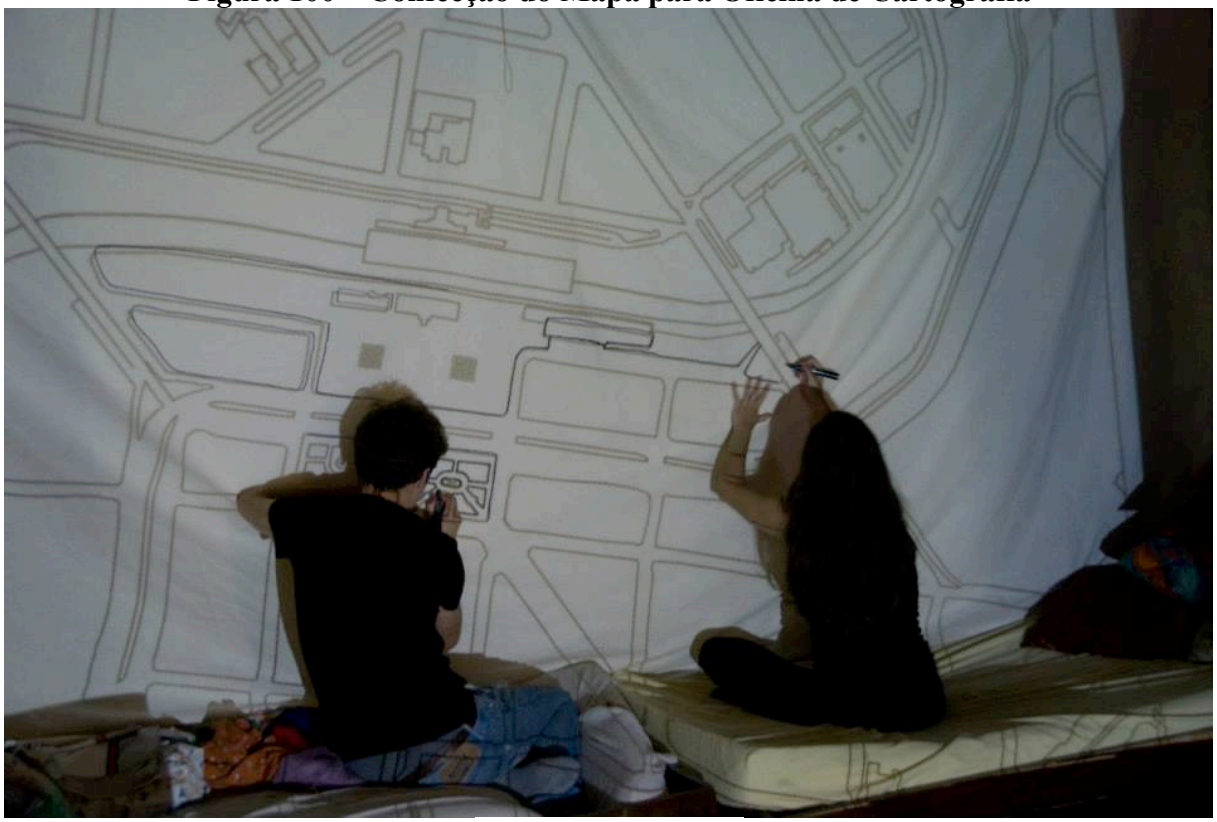
> ***Thálita:*** *– Claro que eu tenho um probleminha com esse negócio de "ocupação" que é o seguinte: ocupação parece que o negócio tá desocupado. Como que você diz que esse lugar aqui tá desocupado? Não tá! Como que você diz que a Praia tá desocupada? Não tá! Tem uma vivência aí corporal com a cidade que nós não temos dimensão do que que é.*
> *(...)*
> ***Thálita****: – Eu 'tava' falando que eu tenho um incômodo às vezes, com essa ideia nossa de que a gente tá ocupando o lugar como se ele fosse desocupado, e a cidade, o centro, né? A gente tá no fervo mais habitável, assim, e não tá desabitado né? Tem muita coisa acontecendo*
> *(...)*
> ***Thálita:*** *– Não é só que já tá ocupado, mas é porque talvez seja mais interessante pensar essa Ocupação como um encontro de camadas que já estão aqui circulantes, já estão pulsantes, que a gente também vive aqui, a gente também frequenta, a gente também não está de fora.*
> ***Gabriel:*** *– E fora que a primeira é o Corredor cultural já existe, né?*
> ***Thálita:*** *– É. não é pra romantizar também.*
> ***Gabriel: –*** *O tema da primeira é justamente isso que ela tá falando, a gente tá aqui pra mostrar que isso aqui já existe, já e vivo.*
> ***Thálita:*** *– E ele, por exemplo, o Rômulo, tava nas duas camadas, o tempo todo, então é pensar nessas camadas, que transitam, e que se escorrem, é uma coisa transitória, "rizomática", que quando a gente fala em "A" Ocupação parece que é um negócio meio que imposto, não é imposto, eu sei que num é, a gente sabe que não é, mas parece que tá desocupado, dá uma ideia de desocupação.*
> ***Silvia****: – É, tem uma coisa que deixava a gente um pouco tranquilo nisso que, no começo, eu acho que tem uma certa prepotência no "A Ocupação", mas ela também tira um pouco desse lugar porque ela difere, ela dá um nome pra coisa. Então ela é A Ocupação, ela é momentânea, ela vai se dar dessa maneira, ela vai acontecer. Espera-se que as afecções transformem em, camadas que são absolutamente subjetivas, esse lugar. Mas a gente não vai dar conta disso, a gente não tem a menor ideia do que vai acontecer depois, mas também a gente não vai ficar, a gente não vai estar (APÊNDICE A, p.321-339).*

Como vemos, os temas do *nome* e da própria condição de *presença* do ato no espaço inspiraram uma série de discussões em meio ao grupo. Com efeito, trata-se de um ponto relevante: se o movimento tinha o intuito declarado de *ocupar* o espaço, era preciso saber como de fato ele o fazia e, em que medida, ao fazê-lo, afecções transformadoras (como apontado por Silvia Andrade) eram efetivamente geradas. Quanto ao embate relativo ao nome, surgem, em meio à conversa, alguns caminhos: chamá-la "A Ocupação Cultural"? Ora,

tomar a cultura como forma de diferenciação? Mas não seria o caso de se pensar um conceito expandido de cultura, que abarcasse também as formas de ocupação ali já existentes? Surge outra opção: "Ocupação Artística". Trata-se também de uma denominação controversa: o que se estava, nesse caso, sendo considerado como arte? Ora, diante da evidente dificuldade de enquadramento do ato em repertórios discursivos pré-estabelecidos, resta-nos recorrer a alguns dos seus rastros (imagéticos e afetivos). Vamos a eles.

> *Era 7 de julho, um domingo. No Grupo de Discussão do Facebook se estava articulando uma LavAção (mutirão de limpeza) que ocorreria logo de manhã, debaixo do Viaduto. Eu não iria. Ao invés disso, deveria construir o mapa a ser utilizado na Oficina de Cartografia. Faltavam poucas horas para o início do ato e ele ainda não estava pronto. O pano que me serviria de base já estava em mãos (eu havia ido pegar no dia anterior com o Jonathan, do teatro). Faltava um projetor. Liguei para algumas pessoas, publiquei no Grupo Facebook que precisava de um e, por fim, um menino da Casa Fora do Eixo se dispôs a ajudar. Fui de carro até à Casa, acompanhada de um amigo e de um dos alunos da disciplina UNI 009 Cartografias Críticas. Ao chegar lá, foi-nos dito para nos instalarmos no último andar, havia ali um espaço onde estender o pano, escuro o suficiente para conseguirmos projetar a imagem do mapa sobre ele. Fazia bastante calor lá no alto e a tarefa se revelou, afinal, menos simples do que parecia: se não estendêssemos bastante o pano, fixando-o de maneira suficientemente firme, ele soltaria ao nosso primeiro movimento. Após várias tentativas, enfim conseguimos. Com o pano fixo, concentramo-nos na reprodução dos traços: ruas, praças e edifícios. Mapa feito, seguimos para o Viaduto.*

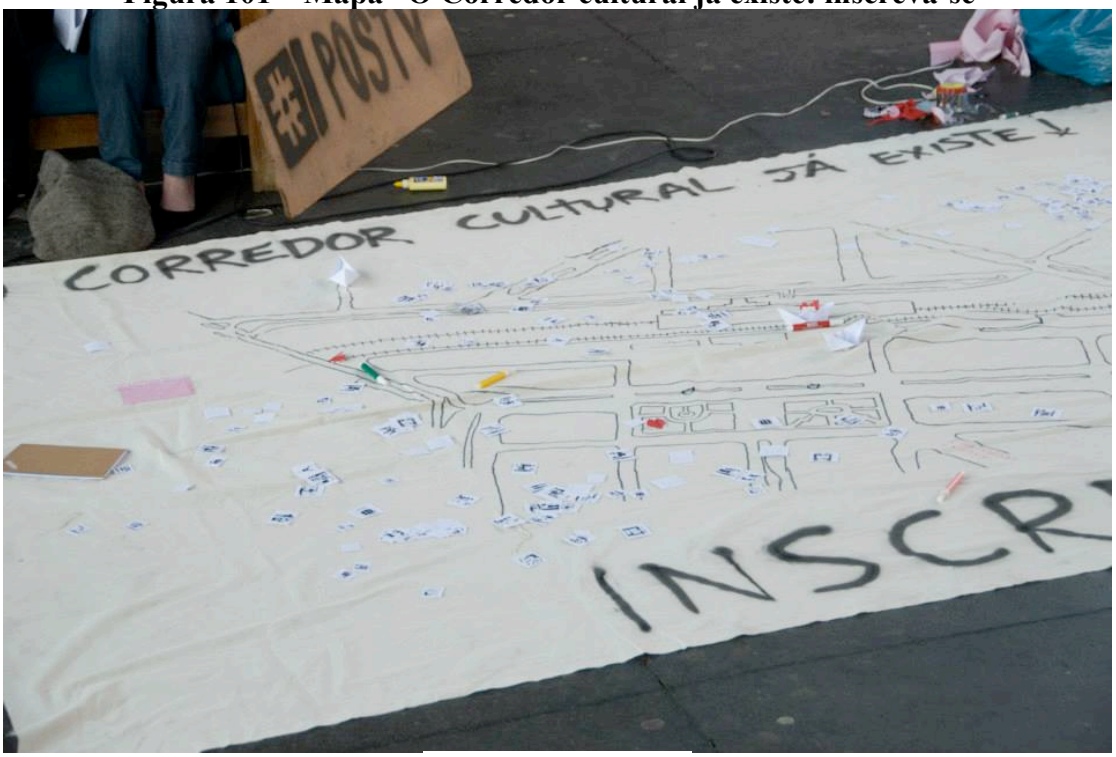
Figura 100 – Confecção do Mapa para Oficina de Cartografia



Fonte: LOBATO, 2013.

Ao chegar ao Viaduto, avistei, já do carro, dezenas de pessoas espalhadas pelo espaço. O ato de LavAção havia terminado. Me aproximei, estendi o mapa em frente ao palco do Duelo. Percebi que me faltavam papéis e alguns retalhos. Eles haviam ficado em casa, esquecidos em meio à correria. Peguei o carro e voltei para pegá-los. Ao retornar, lembro-me de perceber um grande avanço. A construção se fazia rapidamente. Já havia caixas de som em frente ao Bordello, algumas pessoas estendiam um longo pano sobre a mesa onde se faria o banquete, as meninas responsáveis pela Oficina de Cenografia, ajeitavam, entre caixotes de madeira, as muitas mudas de plantas arrecadadas (a ideia era trocá-las por outras). Um varal estava sendo montado. Sentei à beira do mapa. Pedi a um dos grafiteiros presentes que viesse a escrever, com spray, a frase "Corredor Cultural, inscreva-se" sobre ele. Penso, inclusive, que a ideia do "inscreva-se" tenha sido sua. Sentei sobre o mapa junto a alguns alunos da disciplina. Algumas pessoas vinham, pouco a pouco, interessadas em participar da sua construção. As crianças gostavam de ver onde, em meio às linhas, situavam-se as suas respectivas casas: pouco a pouco, aquelas linhas inicialmente abstratas, tornavam-se familiares. Corações vermelhos foram desenhados na Praça. As crianças queriam desenhar árvores, muitas árvores. Pouco a pouco, os barquinhos feitos pelo coletivo Trajeto do Afeto começaram, também, a invadir as suas linhas.

Figura 101 – Mapa "O Corredor cultural já existe: inscreva-se"



Fonte: LOBATO, 2013.

O ambiente era movimentado. Centenas de pessoas chegavam e muitas ações ocorriam ao mesmo tempo. Logo ali em frente, havia balanços. Pendendo do alto do viaduto, eles configuravam um dos pontos mais concorridos do espaço. Alguns meninos balançavam alto, para o êxtase-terror de quem estava em baixo. Um pouco mais à frente havia a barraquinha montada pelo Ricardo, aluno da disciplina UNI 009 Cartografias Críticas. À frente um cartaz com os dizeres "caderno coletivo: o que é o corredor cultural?". A placa se referia a caderninhos com folhas brancas, feitos por ele. Alguns dos alunos participavam dessa ação: davam canetas coloridas para que os passantes escrevessem, nas folhas, suas percepções. Isso ocorria também nos muros: stêncils com os dizeres, "o meu corredor cultural tem" convidavam as pessoas a inscreverem, nas próprias superfícies do espaço, as suas reivindicações. "GENTE", "no meu corredor tem GENTE", lembro-me de ver escrito.

Figura 102 – Calçada lindeira à sede do teatro Espanca no início da tarde



Fonte: RODRIGUES, 2013.

Figura 103 – Stêncil no Viaduto Santa Tereza "Meu Corredor Cultural Tem"



Fonte: MUSA, 2013.

Figura 104 – Balanços sob o Viaduto Santa Tereza



Fonte: RODRIGUES, 2013.

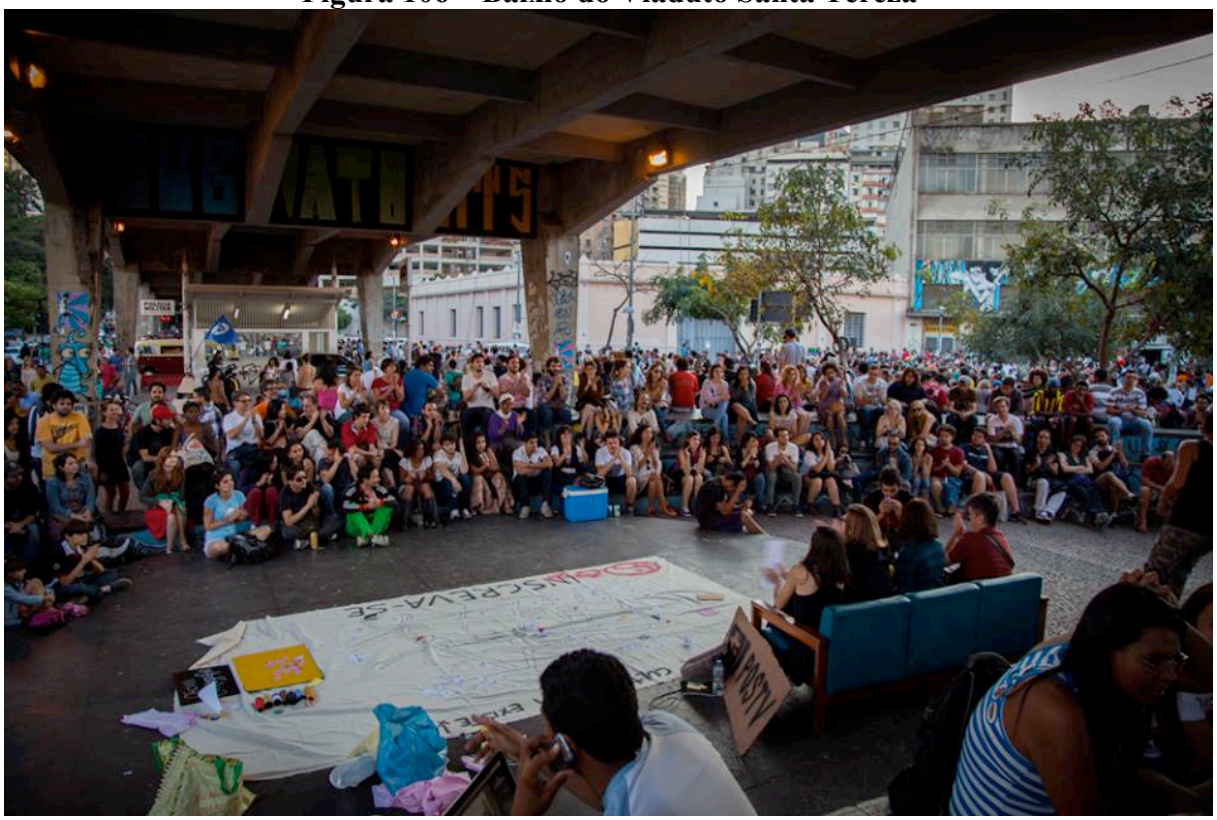
Alguns meninos chegaram, lembro-me de trazerem caixas de som. Logo ali ao lado do mapa, nas margens do local tradicionalmente usado como palco pelo Duelo de Mcs começaria a Aula Aberta. "Criar é Resistir" era o tema. Participariam eu, a Natacha, a Simone Tostes e o César Guimarães. A Pos Tv, que fazia toda a cobertura do ato, filmaria também esse momento. O trecho que eu havia preparado versava sobre o rizoma: cidade-rizoma, co-construção, comum. Muitas pessoas assistiam. Muito mais gente do que havíamos imaginado. Nesse meio tempo, ruídos diversos atravessavam o espaço. Além do som do microfone, ouviam-se batuques provindos do local onde se fazia o banquete, logo ali em frente. Do outro lado, em um palco improvisado, uma banda se apresentava simultaneamente a nossa fala. Lembro-me de que em alguns momentos era difícil se fazer ouvir. Mas era isso. A confluência de ruídos era parte fundamental da experiência do ato. A ideia era justamente essa: tudo ao mesmo tempo.

Figura 105 – Aula Pública “Criar é resistir”



Fonte: MUSA, 2013.

Figura 106 – Baixio do Viaduto Santa Tereza



Fonte: MUSA, 2013.

Figura 107 – Oficina de Cartografia



Fonte: LOBATO, 2013.

Em algum momento da tarde, uma banda começou a tocar no espaço ao lado de onde o mapa se encontrava estendido. Muitas pessoas se aglutinaram ao redor. Havia algumas cadeiras no local. O público maior era, sem dúvida, o das bandas. Eram muitos sons simultâneos. Lembro-me de outro grupo se apresentando logo ali em frente, às margens do Nelson Bordello. O Duelo também ocorria ali, fora de seu espaço costumeiro. Não havia palco, público-banda se misturavam, lado a lado, no mesmo plano. Era assim também com todo o resto.

Figura 108 – Baixio do Viaduto Santa Tereza Efe Godoy e Mary Astrus



Fonte: MUSA, 2013.

Figura 109 – Duelo de Mc's



Fonte: MIDIA NINJA, 2013.

O banquete acontecia mais à frente. Ainda no baixio do viaduto. Um longo pano estendido pelo chão, algumas panelas sobre um fogão improvisado, tudo em frente à entrada da Serraria Souza Pinto. Lembro-me de estar ali, às margens da mesa, quando alguém chegou com uma caneta, propondo desenhar uma estrela em minha testa. Era uma homenagem ao Luiz Estrela, morador de rua e poeta: morto, naquele espaço, naqueles dias. Com a estrela fiquei até o fim do dia.

Figura 110 – "Banquete" no baixio do Viaduto Santa Tereza



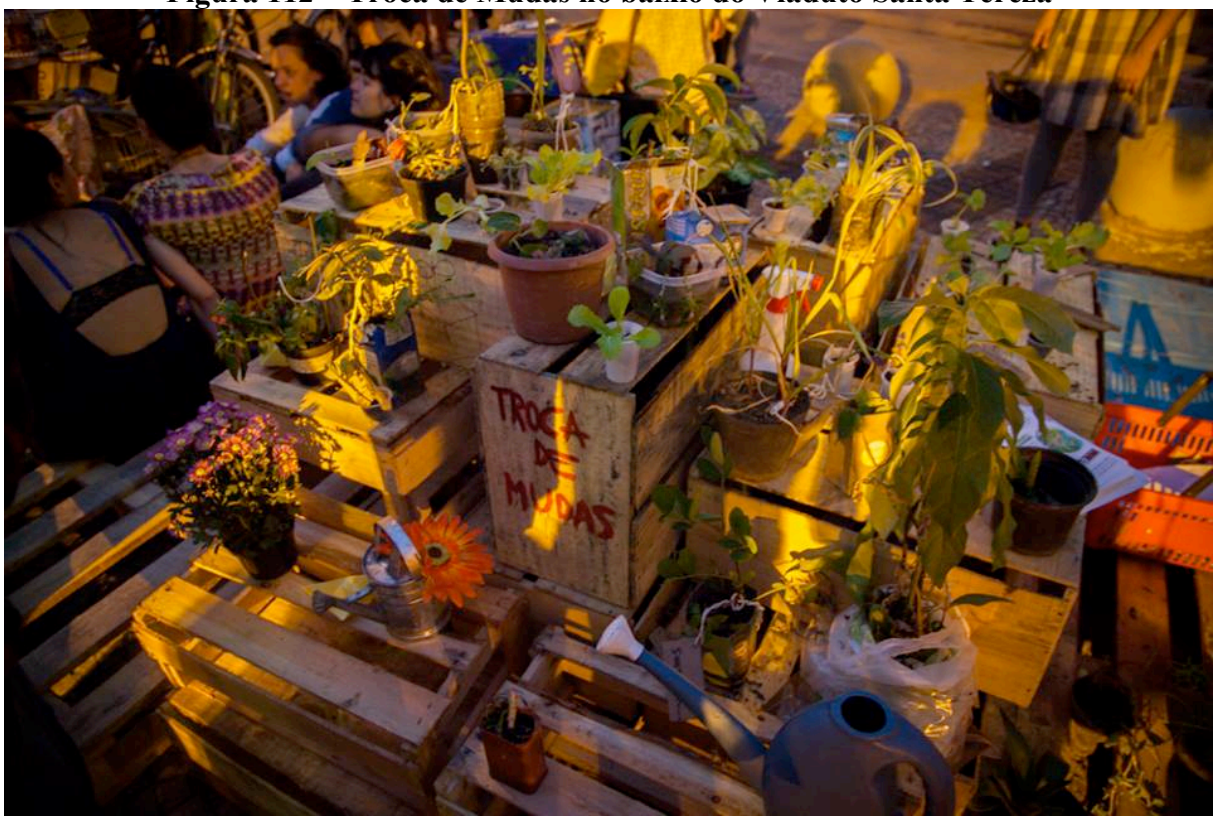
Fonte: LOBATO, 2013.

Figura 111 – Carrinho de doações



Fonte: MIDIA NINJA, 2013.

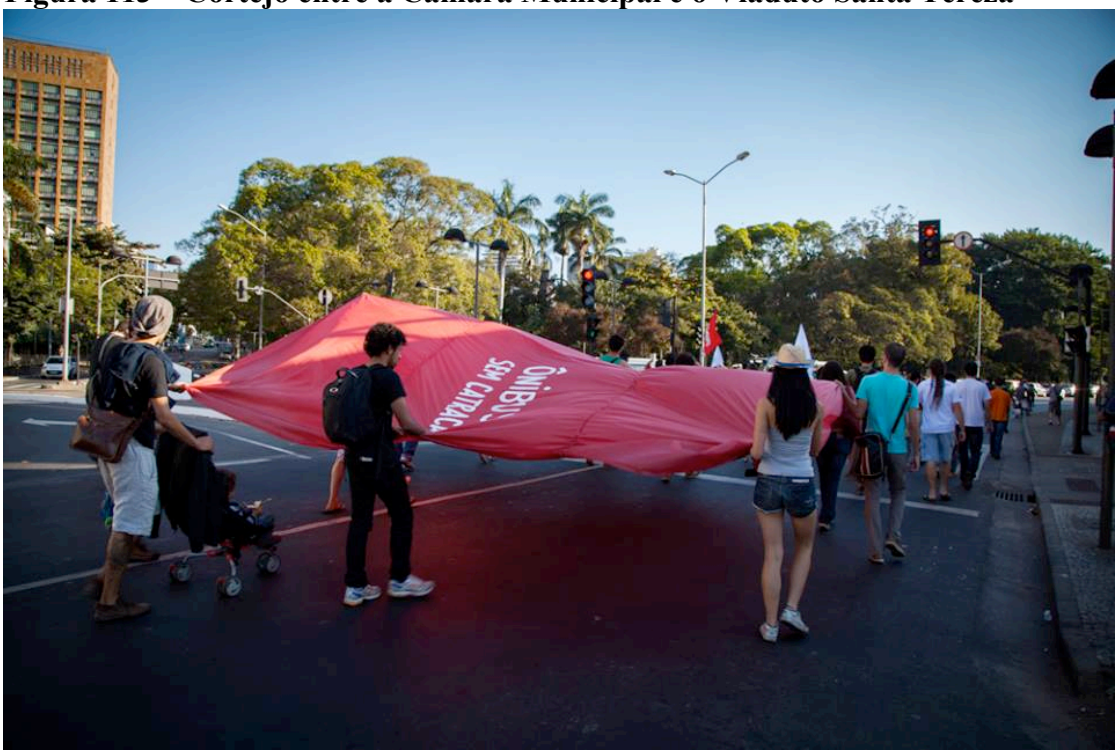
Figura 112 – Troca de Mudas no baixio do Viaduto Santa Tereza



Fonte: MIDIA NINJA, 2013.

> *Já à noite, o som das bandas se junta àquele dos blocos de carnaval. Um significativo grupo de pessoas já havia chegado da Câmara Municipal em cortejo e as marchinhas entoadas se alastravam também por suas vozes. A cor vermelha da bandeira "ônibus sem catraca" preenchia o espaço: testemunho de que a Câmara tinha sido deixada, ela dava a ver, também, que o movimento (e a pauta tarifária por ele endossada) permaneciam fortes.*

Figura 113 – Cortejo entre a Câmara Municipal e o Viaduto Santa Tereza



Fonte: MUSA, 2013.

Figura 114 – Chegada do Cortejo ao Viaduto Santa Tereza



Fonte: MIDIA NINJA, 2013.

Figura 115 – *Jam Session* Coletivo Distante



Fonte: MIDIA NINJA, 2013.

> *Uma expressiva movimentação acontecia, também, diante do grande bandeirão, estendido desde o alto do Viaduto. "Fora Clésio Andrade", lia-se. Abaixo, centenas de pessoas. Para além do baixio do Viaduto elas se alastravam ao longo dos pontos de ônibus. Sobre a fachada do Espanca havia uma projeção. Relatos-fragmentos. A própria experiência era fragmentária.*

Figura 116 – Bandeirão Fora Clésio Andrade



Fonte: MIDIA NINJA, 2013.

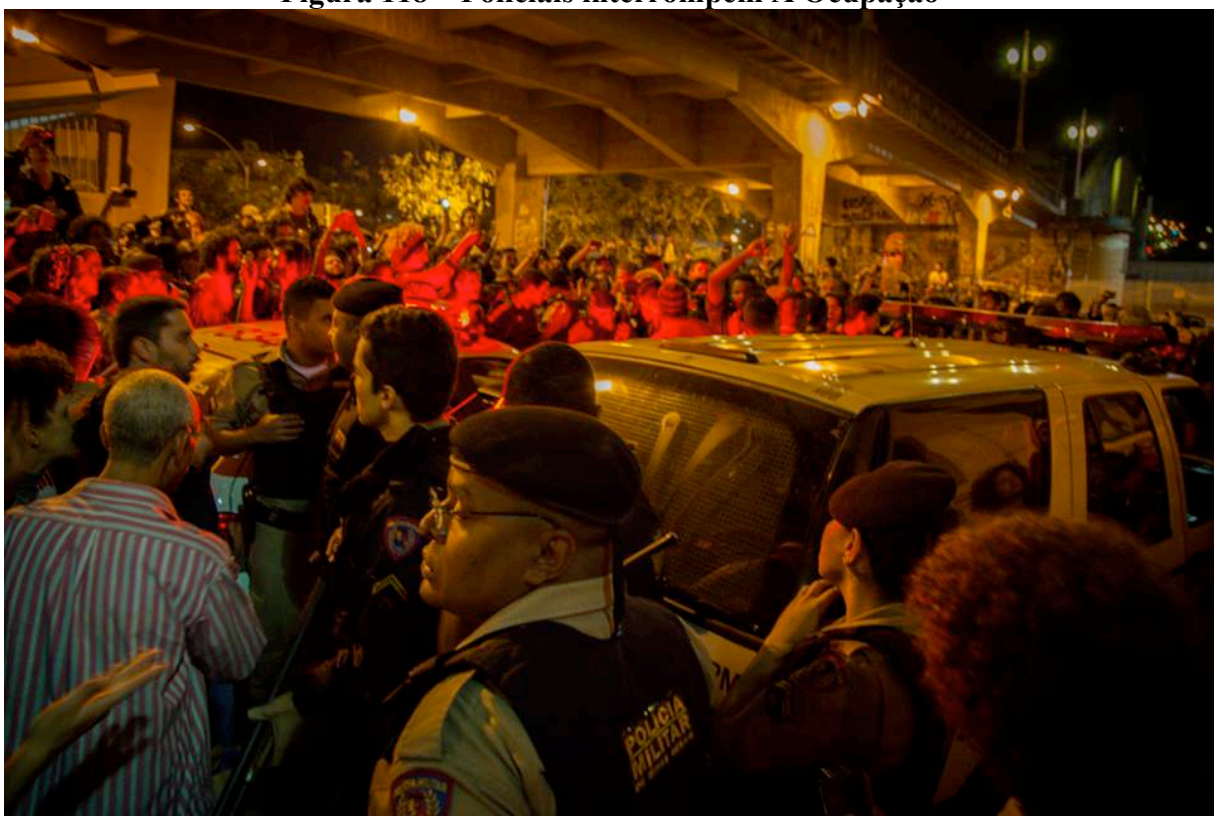
Figura 117 – Projeções na fachada do teatro Espanca



Fonte: MIDIA NINJA, 2013.

Em dado momento da noite surge a Polícia. Pensávamos que, com isso, o ato tivesse chegado ao fim. Alguns policiais saem do carro, algemam um menino que pintava-pixava-grafitava o pilar do viaduto. Segue um momento de forte tensão. A força da multidão ali presente era, contudo, enorme. Fortes gritos eram entoados em conjunto (já não me lembro o que se dizia, tampouco se era em uníssono) lembro apenas de que a ação era forte o suficiente para conseguir tirar o detido do camburão. Os policiais vão embora. A polícia não tinha como atuar diante de tanta força reunida. Os lugares já eram outros, e isso, graças à força coletiva.

Figura 118 – Policiais interrompem A Ocupação



Fonte: MIDIA NINJA, 2013.

Nesse ponto, já era algo em torno das dez horas da noite. Várias bandas ainda estavam tocando, mas o cansaço batia. Havia, contudo, uma significativa sensação de satisfação. Havíamos conseguido afinal, construir tudo aquilo de forma autônoma e conjunta. Havia uma certa consciência compartilhada, de que algo, importante, estava sendo feito: "podemos", afinal. E podemos juntos.

No dia, alguns rapazes nos ajudaram a cortar os pneus, virá-los e a fazer os nós (se fosse eu por minha conta estaria terminando isso hoje). Uns garotos vieram e brincaram com os balanços, adoraram. Até que um morador de rua veio e os usou. Ele tava tão feliz e falou pra mim 'ta vendo isso aqui? Eu tenho isso aqui na minha casa! Aposto que você não tem na sua' e deu risada. Na hora eu não consegui responder nada, olho encheu de lágrima, coração de felicidade, por fazer algo que tava dando tanta felicidade pra tanta gente, e algo tão simples! Por isso a gente decidiu que ia deixar os balanços no viaduto (sem saber que eles não durariam nem um dia).[154]

(...) era um território tão ganho, uma celebração tão contagiante, parecia que tinha uma energia aqui que barrava qualquer coisa ruim pra entrar. Polícia não entrava. E de repente chegou uma viatura desavisada (APÊNDICE A, p.330).

A polícia chegou pra prender e as centenas de pessoas que estavam na ocupação "botaram a polícia pra correr". Isso foi muito histórico, muito importante. Depois disso a polícia nunca mais apareceu n'A Ocupação, foi uma decisão do Estado: deixa esse povo brincar de fazer arte, não mexe com esse povo se não eles vão arrumar confusão.155
Com espírito horizontal e coletivo, o evento intitulado "A Ocupação" convidou centenas de moradores da cidade ao encontro e à prática de propostas para um dos principais projetos urbanísticos em atual desenvolvimento na cidade: o Corredor Cultural da Praça da Estação. Palestras, debates, performances, apresentações musicais, partidas de queimada, pequenas feiras, exposições de poesia, intervenções políticas e sessões de vídeo foram algumas das ações que transformaram em matéria desejos e atitudes que já há algum tempo pairam sobre a cidade – e, em muitos casos, sobre a própria região onde se localiza o viaduto, como o fundador Duelo de MC's (TOLEDO, 2013, não paginado).

Vejo claramente que muitos agentes culturais estão recuperando essa função histórica da arte, que é levar o debate político à arena da cidade, ocupando, a partir de diferentes estratégias, os vários espaços públicos aos quais devemos ter acesso (BONES, 2013, não paginado)

A ideia do stêncil colaborativo era inverter os papéis um pouco e engajar as pessoas comuns a ter a experiência de deixar a marca delas numa superfície (na esperança de tocar a sensação de pertencimento ao espaço urbano cotidiano).[156]

Sentimos pulsar nas pessoas que participavam uma alegria de estarem ali e também um sentimento de pertencimento ao levante popular nesse momento histórico de nosso país e cidade. Juntos encenávamos, ensinávamos e aprendíamos, o esquecido exercício da cidadania. Para nós, os Lambes, era a oportunidade dessa nossa experimentação artística, dialogar com as manifestações, protestos e marchas urbanas. Arte e contexto. ContextARTE. Contestar. Foram duas horas intensas de escuta, escrita, expressa e manifesta. Ao final de nossa ação tínhamos colecionado um "muro de manifestações". Chega de lamentações! Em breve vamos sair pela cidade e colar os cartazes produzidos em postes, muros e lixeiras, como uma

[154] Relato realizado por Natyelle Baêta (aluna da disciplina UNI 009 Cartografias Críticas) em 11 set. 2015.
[155] Fala proferida por Natacha Rena no seminário "A cidade e as lutas: perspectivas" realizado na Universidade Federal Fluminense em 23 out. 2013.
[156] Relato realizado por Rodrigo Bastos (aluno da disciplina UNI 009 Cartografias Críticas) em 11 set. 2015.

> exposição e composição públicas desse trabalho. Procuro-me e encontro-te tatuado na cidade. Vejo as fotografias e os manifestos como documentos de *mais uma assembleia* acontecida naquela tarde debaixo do Viaduto Santa. O evento foi mais que um corredor: foi uma arena de lazer e prazer coletivos, sem centro e margem, sem alto e baixo, sem grande e pequeno, sem protagonista e coadjuvante. Aglomeração. Rizoma. Mutirão. Multidão." (DOMINGOS, 2013, não paginado).

2.15 Reverberações

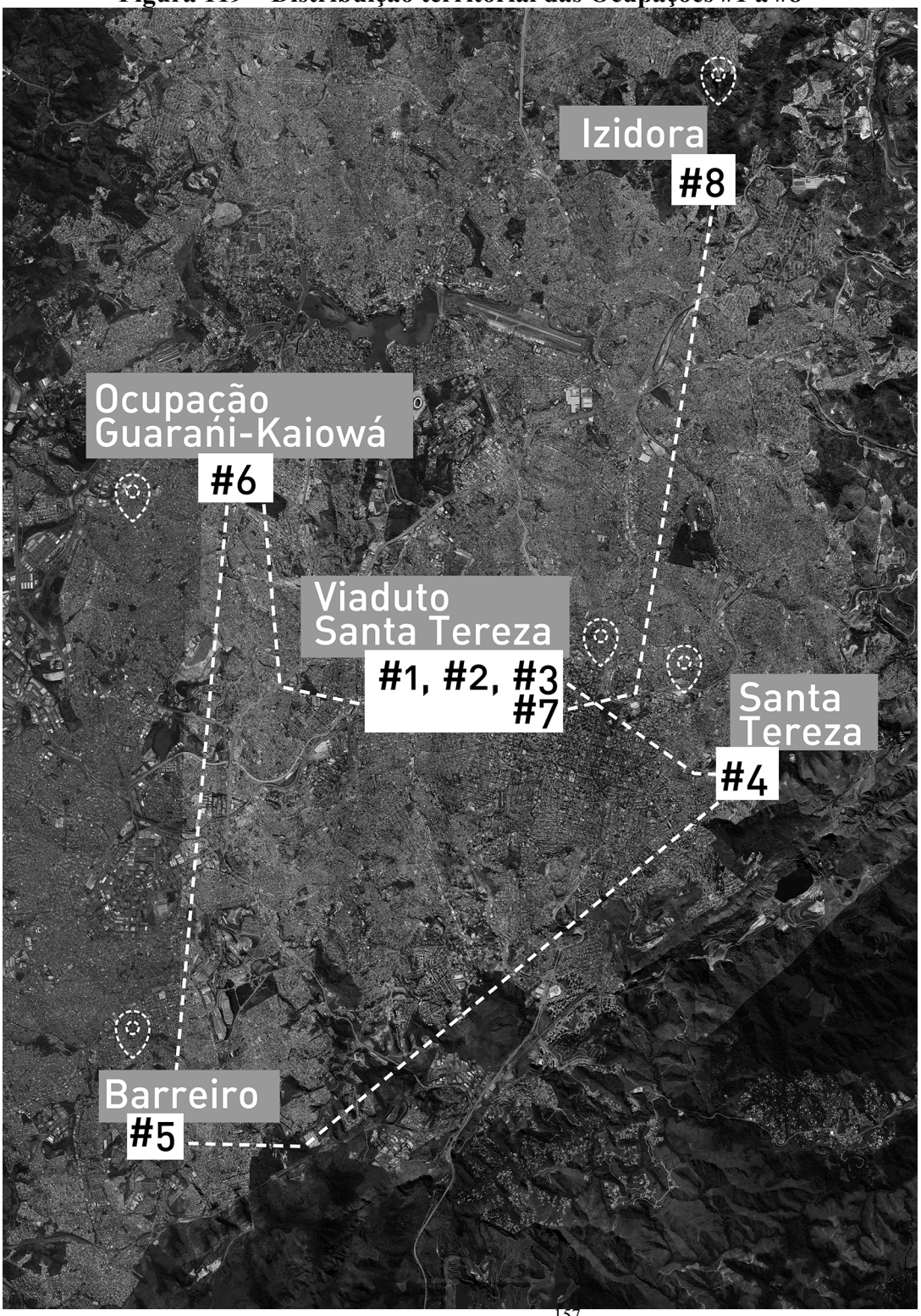
Após o dia de sua realização, A Ocupação deu origem a uma série de desdobramentos: ações que, conectadas direta ou indiretamente ao ato, emergiram na cidade de forma a endossar, em grande medida, as táticas estético-políticas e os preceitos de co-construção experimentados em seus processos, expandindo-os, adaptando-os a outros territórios e, com isso, conferindo-lhes notáveis aprimoramentos. Como exemplo mais nítido desse movimento tem-se os sete atos que, sob o próprio nome "A Ocupação" (acrescido dos números #2 a #8 e subtítulos diversos), realizaram-se, entre agosto de 2013 e agosto de 2014, no Viaduto Santa Tereza, na Praça da Estação, no bairro Santa Tereza, na região do Barreiro e em dois municípios da Região Metropolitana de Belo Horizonte (Contagem e Santa Luzia) (Figura 119).

Em todas estas experiências, o *modo de fazer* do ato permaneceria calcado nos mesmos preceitos de horizontalidade que guiaram a primeira experiência, e o seu múltiplo espaço de articulação continuaria a ocorrer entre o **Grupo de Discussão do Facebook**, a **Fanpage A Ocupação no Facebook**, as **Planilhas compartilhadas no GoogleDocs**, as **Reuniões presencias** (de preparação, realizadas antes, e avaliação, ocorridas depois de cada ato) e o **espaço da cidade** (escolhido, por meio de votação, a cada nova edição). À apresentação, ainda que breve, destes sete acontecimentos, nos dedicaremos no primeiro subitem que se segue.

Deve-se ressaltar, contudo, que, para além desses desdobramentos diretos do ato, tem-se inúmeras outras experiências que, ocorridas na cidade a partir de junho de 2013, também apontam, de forma mais ou menos explícita, para a continuidade e a consolidação dos aprendizados vivenciados em meio aos seus processos. Dentre todas essas reverberações – as quais, por sua abrangência, nos seria impossível abarcar de forma integral – destacamos três que nos parecem apresentar intensa relação não apenas conceitual e ideológica, mas também prática com o ato: o Espaço Comum Luiz Estrela, o Viaduto Ocupado e o Ocupa Cultural Jardim América. Abordaremos estes acontecimentos no segundo subitem desta seção.

2.15.1 As Ocupações #2 a #8

Figura 119 – Distribuição territorial das Ocupações #1 a #8



Fonte: Própria autora[157]

[157] A imagem foi co-produzida, no âmbito do Grupo de Pesquisa Indisciplinar, a partir da colaboração da pesquisadora Marília Pimenta.

Em uma tentativa de dar continuidade a A Ocupação, decidiu-se por realizar, no mesmo local, em 11 de agosto, A Ocupação #2. Articulada ainda, em grande medida, pelo Comitê de Arte e Cultura e por alguns integrantes da Casa Fora do Eixo Minas, a ação tinha como intuito insistir nas pautas levantadas na primeira experiência – dentre as quais destaca-se aquela relativa ao Programa Corredor Cultural da Praça da Estação – ampliando, contudo, o espaço de abrangência das ações. Para tanto, surge a ideia de levar alguns dos palcos até a Praça da Estação, em um ato de simbólica convergência com o movimento Praia da Estação – o qual, como vimos, já ocupava periodicamente o local desde 2010[158]. A Ocupação #2 ganhou o nome, assim, de "Praia da Ocupação" e aglutinou, contrariamente às expectativas mais otimistas, um público ainda maior do que o da experiência anterior[159] (Figuras 120 e 121).

Com essa segunda edição outras táticas foram incorporadas ao repertório do movimento, em um paulatino processo de conformação daquilo que, mais tarde, veio a se consolidar como uma espécie de seu *modus operandi*. Dentre estas destaca-se a operacionalização de elementos móveis (carrinhos de supermercado), que levassem as caixas de som pelo espaço da Praça, e evitassem, assim, que estas fossem enquadradas como mobiliário urbano fixo – cuja colocação em logradouro público, sem licenciamento, era vedada pelo Código de Postura do Município[160].

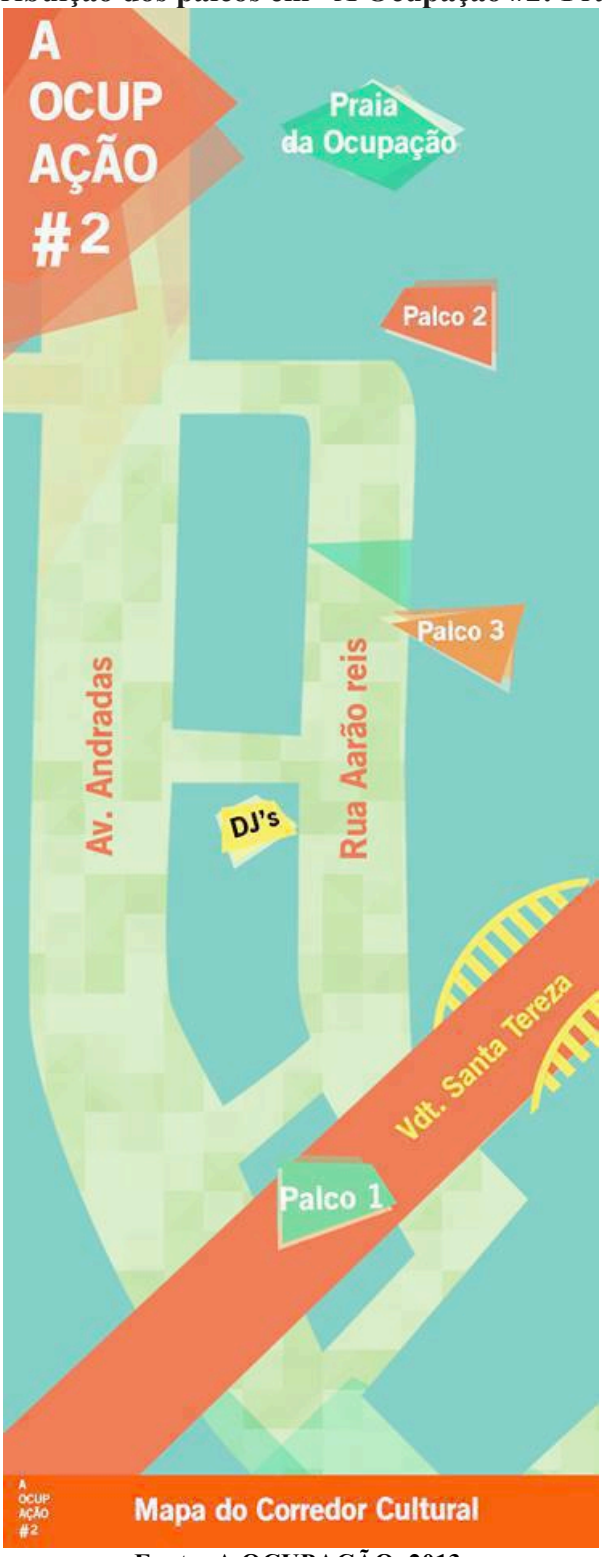
---

[158] Discorremos a respeito da Praia da Estação no item 2.6.3.

[159] Gabriel Murilo (2014), na Roda de Conversa #2, comenta a este respeito: "A gente achou que ia ser menor que a primeira, lembra? Teve uns dias que a gente ficou meio desanimado, e aí foi maior ainda" (APÊNDICE B, p.390).

[160] BELO HORIZONTE. Decreto 14.060, 6 de agosto de 2010. Diário Oficial do Município, Belo Horizonte, 2010. Disponível em: <http://portalpbh.pbh.gov.br/pbh/ecp/files.do?evento=download&urlArqPlc=Decreto_1406010_Regulamenta_Codigo_Posturas.pdf>. Acesso em: 5 out. 2015.

Figura 120 – Distribuição dos palcos em "A Ocupação #2: Praia da Ocupação"



Fonte: A OCUPAÇÃO, 2013.

Figura 121 – A Ocupação #2: Praia da Ocupação



Fonte: A OCUPAÇÃO, 2013.

*

Em setembro, o acontecimento volta a se repetir no mesmo local, dessa vez com outras pautas e forte participação do movimento Tarifa Zero[161]. Durante a ocasião, o coletivo – surgido em meio às manifestações de junho – lançaria a Campanha para o Projeto de Lei Tarifa Zero, o qual tinha por objetivo instituir a gratuidade dos serviços de transporte público no município de Belo Horizonte[162]. Com esta pauta principal – e outras tantas que, como nas versões anteriores, somavam-se por meio da criação de **Planilhas compartilhadas no GoogleDocs** – o ato, que havia recebido o nome "A Ocupação #3: Tarifa Zero", ocorreu no dia 22 de setembro e reuniu centenas de pessoas no local (122 e 123).

[161] O coletivo Tarifa Zero surge em junho de 2013 com o objetivo de lutar pelo fim da cobrança de tarifa no transporte público de Belo Horizonte. Antes desse momento a referida questão já estava, contudo, ainda que de forma fragmentária, em pauta na cidade: em 2012, o coletivo editorial PISEAGRAMA havia emplacado a campanha #Ônibus sem catraca e, nos anos de 2011 e 2012, houveram diversos protestos contra o aumento da tarifa na cidade. Para mais informações, ver a Fanpage do Tarifa Zero no Facebook. Disponível em: <https://www.facebook.com/tarifazerobh> . Acesso em 2 set. 2015.

[162] Disponível em : <http://tarifazerobh.org/wordpress/pl/> Acesso em 15 out. 2015.

Figura 122 – Chamada veiculada no Facebook para A Ocupação #3: Tarifa Zero



Fonte: A OCUPAÇÃO, 2013.

Figura 123 – A Ocupação #3: Tarifa Zero



Fonte: A OCUPAÇÃO, 2013.

*

A partir da Ocupação #4 o ato se desloca do Viaduto Santa Tereza. Em uma tentativa de dar visibilidade a disputas político-territoriais presentes em outros espaços da cidade, ele passará pelo bairro Santa Tereza, o Barreiro e a Ocupação Urbana Guarani Kayowá, retornando à área do Viaduto e da Praça da Estação apenas em julho do ano seguinte, durante a realização, na cidade, da Copa FIFA de Futebol 2014.

No caso de A Ocupação #4, o conflito-base que estimulou a realização do ato no bairro Santa Tereza foi o iminente risco de implantação, no local, da Operação Urbana Consorciada Nova BH[163] – projeto cujos possíveis efeitos "gentrificatórios" estavam sendo, à época, amplamente estudados pelo grupo Indisciplinar. Foi, de fato, a professora Natacha Rena, líder do grupo, quem sugeriu, em uma **Reunião Preparatória** para o acontecimento ocorrida em 2 de outubro no Viaduto Santa Tereza, que este fosse realizado no bairro.

A proposta de Rena referia-se à utilização da ação como possível instrumento para frear (ou ao menos dar a ver) o risco, aportado pela Operação Urbana, de desarticulação da Vila Dias – aglomerado situado às margens do bairro, incluído dentro dos limites do projeto. Além disso, a disciplina UNI 009 Cartografias Críticas[164] do segundo semestre de 2014 tinha como foco o estudo das possibilidades de implantação, naquele local, de hortas urbanas comunitárias. Com a decisão de se realizar, de fato, o ato no espaço, os alunos da referida disciplina ficaram incumbidos – assim como ocorreu em A Ocupação[165]– de propor ações a serem articuladas junto à comunidade da Vila Dias durante a sua realização.

O ato recebeu, assim, o nome "Ocupação #4: Santê Memória Viva" e ocorreu no dia 20 de outubro em meio à rua Conselheiro Rocha (via limítrofe da vila). Dentre as ações então realizadas, destacam-se – além das hortas comunitárias e pinturas de muro propostas, dentre outras atividades, pelos alunos da disciplina – shows, cortejo, roda de capoeira, teatro, roda de

---

[163] O projeto Nova BH, anunciado publicamente pelo governo municipal de Belo Horizonte em outubro de 2013, configurava a maior Operação Urbana Consorciada (OUC) implantada na história da cidade e tinha como principais eixos os corredores das Avenidas Antônio Carlos/Pedro I e das Avenidas Andradas, Tereza Cristina e Via Expressa, que abrangem toda a extensão do Vale do Arrudas (eixo Leste-Oeste). Esta Operação Urbana implicaria em intervenções urbanísticas em 58 bairros que juntos representam cerca de 7% do território do município (25 km²), afetando diretamente aproximadamente 170 mil moradores. Desde o inicio, o projeto Nova BH estava sendo elaborado por técnicos da Prefeitura de Belo Horizonte e por empresas de consultoria por ela contratadas, sem participação da população como exigido pelo Estatuto das Cidades. Disponível em: <http://indisciplinar.com/>. Acesso em: 15 set. 2015.

[164] Ver item 2.9.

[165] Como vimos no item 2.9 deste trabalho, a proposição de ações para A Ocupação, por parte dos alunos da Disciplina UNI 009 Cartografias Críticas do primeiro semestre de 2013, integrava a própria ementa da disciplina.

conversa, Aulão Público e outras intervenções relativas às pautas trazidas pelos militantes do movimento local Salve Santa Tereza[166], outro importante agente articulador do ato.

Figura 124 – Chamadas veiculadas no Facebook para A Ocupação #4: Santê Memória Viva



Fonte: A OCUPAÇÃO, 2013.

[166] O Movimento Salve Santa Tereza tem como objetivo defender a manutenção da lei que define a área do bairro como Área de Diretrizes Especiais, de uso predominantemente residencial. O grupo conta, em sua heterogênea composição, com a participação de ativistas, arquitetos e urbanistas, e tem como intuito mobilizar a população do bairro e atuar institucionalmente para esse fim.

Figura 125 –A Ocupação #4: Santê Memória Viva



Fonte: A OCUPAÇÃO, 2013.

*

Em uma tentativa de promover um deslocamento ainda mais radical do acontecimento, decidiu-se, em reunião realizada no Espaço Comum Luiz Estrela[167], que a quinta edição seria realizada no Barreiro – região localizada na porção sudoeste do município de Belo Horizonte[168]. O ato tinha como intuito endossar a luta dos moradores locais pelo direito à ocupação dos espaços urbanos localizados na região do Viaduto do Via Shopping, área na

[167] Discorreremos sobre a criação do Espaço Comum Luiz Estrela no item 2.15.2 deste texto.

[168] Localizada a sudoeste de Belo Horizonte, a região do Barreiro faz limite com os municípios de Contagem, Ibirité, Brumadinho e Nova Lima.

qual vinham sendo realizadas, não sem muitos conflitos com a Prefeitura e outros agentes institucionais locais[169], Batalhas de Mc's, Saraus e uma série de outras manifestações culturais articuladas pelo coletivo local CabeçAtiva[170]. A respeito da ação do grupo, Juliana Santos, uma de suas integrantes, pontuou na Roda de Conversa #3:

> ***Juliana**: – A gente se apropriou do espaço, público, e a gente foi percebendo as dificuldades que as outras pessoas que já ocupavam o espaço, seja pra praticar esporte, ou pra jogar conversa fora (...) estavam, tipo assim, jogados... ao vento. A gente percebeu que a gente estava lá sempre, mas a gente nunca tinha noção disso, "nossa, a pista está abandonada, nossa, não tem ninguém aqui". Depois que a gente começou a fazer a Batalha da Pista, que a gente pensou, "tem que fazer outros corres", a gente foi perceber que realmente, o lugar estava abandonado. A limpeza é feita pela prefeitura de não sei quantos dias, sabe? E aí fica lá, jogada às traças. A gente faz sarau lá, a gente limpa (APÊNDICE C, p.432).*

Ora, o intuito de A Ocupação #5 parecia ser justamente o de fortalecer esse movimento, já iniciado, de proposição de outras formas de ocupação do espaço público. O ato, marcado para o dia 14 de dezembro de 2013, recebeu, assim, o nome Ocupação #5: Movimenta Barreiro. A respeito da escolha de tal denominação, surgiram outros apontamentos na Roda de Conversa #3:

> ***Juliana**: – A intenção era ocupar a praça, mas pra quê? Pra fazer aquilo se movimentar... Aí a questão dos assalariados... Tipo assim, aqui tem movimento, mas é do empregado que sai de casa, vai trabalhar, e volta pra casa.*
> ***Paula**: – De passagem...*
> ***Juliana**: – É. Tipo, tá vendo esta praça aqui? Podia estar cheia de gente conversando, andando pra lá e pra cá... Não acontece isso! A iluminação dos espaços públicos aqui do Barreiro influencia nessa parte. É muito escuro! É justamente pro cara só ter a movimentação durante o dia... Durante a noite você*

[169] Dentre os referidos agentes institucionais locais destaca-se a Pontifícia Universidade Católica Minas - Barreiro, proprietária da área da Pista de Skate – local em condição de abandono, nas proximidades do Viaduto do Via Shopping, no qual é realizada a Batalha da Pista – e com quem o coletivo local CabeçAtiva tenta, com muita dificuldade, estabelecer diálogo. Segundo Juliana Santos, integrante do grupo: " – A gente até queria, a gente até tentou uma conversa com o reitor. A gente já tentou várias vezes conversar com o reitor da PUC, mas ele sempre está ocupado, e nunca recebeu a gente" (APÊNDICE C, p.431).

[170] O coletivo CabeçAtiva, formado por doze jovens moradores do Barreiro, é responsável pela realização de uma série de ações culturais na área, dentre as quais a *Batalha da Pista* (batalha de Mc's de ocorrência quinzenal) e o *Sarau CabeçAtiva* (sarau de poesia realizado mensalmente no local). A respeito da origem do grupo, Juliana Santos, uma de suas integrantes, pontua na Roda de Conversa #3: "– A nossa ideia inicial era fazer mesmo a Batalha da Pista, né? Começou tudo com um grupinho de meninos reunidos, que curtiam o Hip Hop e não tinham como sair daqui pra ir toda sexta–feira lá no Duelo de Mc's... Aí começou pequenininho mesmo, devia ter umas cinco pessoas no início... Eram só os mais chegados mesmo, que gostavam de fazer uma rima... É, aí depois começamos com o Sarau junto com o 'rolê' lá do Hip Hop e aí começamos a desembolar mesmo... 'á, vamos fazer sarau também?' Aí fazia uma batalha, depois fazia sarau, fazia sarau e fazia batalha... Aí ficava nesse impasse. Aí eu falei assim, 'vamos começar uma coisa mais organizada?' Vamos montar um coletivo?" (APÊNDICE C, p.417).
Para mais informações sobre o Coletivo CabeçAtiva ver : <https://www.facebook.com/Coletivo-Cabe%C3%A7ativa-598029793561578/?fref=ts>. Acesso em : 10 de out. 2015.

> *não pode. Se não você é tachado de marginal, de "a toa", você está fazendo alguma coisa de errado e tal... Justamente isso, a movimentação causou isso, então "Movimenta Barreiro" (...) Barreiro, tipo, sai desse marasmo, vamos movimentar isso aí!"*
> ***Paula**: – Porque a população também tem uma característica assim, certo? São muitos idosos...*
> ***Juliana**:– É, local.*
> ***João**: – Principalmente o [Viaduto] Santa Margarida aqui, eles falam que é "bairro dormitório". Que a galera trabalha na Mannesmann e vem em casa só pra dormir. Aí fica esse "trem pregado", assim, que a galera é parada, pacata, né? Eles falam pacata...* Pacata é a pessoa que não reage, né? Que só fica ali parada, aceita tudo. *(APÊNDICE C, p.427-428).*

Da conversa, depreende-se que ato havia sido pensado, de fato, como uma ação contra a atitude passiva e acrítica dos passantes frente aos empecilhos colocados no local para o estabelecimento de formas de apropriação que o qualificassem como um espaço efetivamente de *encontro*. Parece tratar-se, assim, de uma espécie de *auto-sacolejo*, uma tentativa de imprimir certa vibração necessária, que impulsionasse as relações ali estabelecidas (ou, mais assertivamente, *passivamente aceitas*) a, de alguma forma, modificarem-se rumo ao engendramento de uma concepção mais democrática do espaço.

Para isso, agentes locais articularam-se a atores envolvidos em outras edições de A Ocupação (como o movimento Tarifa Zero, os integrantes do ora fragmentado Comitê Popular de Arte e Cultura e diversas bandas independentes da cidade). A respeito desse processo e da visibilidade alcançada pelo ato, Santos pontua:

> ***Juliana**: – No dia [da reunião preparatória] veio a imprensa, né João? A gente deu até entrevista... pro jornal, e tal. No dia foi muito legal. Tipo assim, nossa! A gente não esperava o tanto de gente que veio pra organização d'A Ocupação, na verdade. Vários coletivos do Barreiro, e muita gente do Barreiro, que a gente não sabia que tinha envolvimento com os programas de, população, mesmo, né? A gente não achava que tipo assim (...) O tanto de gente que veio, assim! Vários artistas... É, o Barreiro tem tanta gente independente, tantos artistas desconhecidos, que a gente nem sabia... Aí tirou uma foto ali na arquibancada da pista, ela é grande. Essa foto tá até no "Face". Nossa, tinha um monte de gente! Tinha gente que a gente nem imaginava que ia estar ali, tipo (risos), pra organização. No dia foi uma coisa muito correria, mas eu achei que foi uma das Ocupações mais bonitas, assim, que eu já participei de outras... Mas foi uma, tipo assim, o povo mesmo, sabe? E um tanto de criança brincando, molhando, nadando... A própria população aqui ao redor mesmo, ajudou, cedeu (...) (APÊNDICE C, p.421).*

De sua fala, depreende-se um fato notável: o ato havia, de fato, sido construído a partir de uma interação direta com os habitantes e usuários locais. Ora, parecia haver, aí, uma confluência entre as camadas de ocupação pré-existentes. Não se tratava de um ato imposto,

por assim dizer, por grupos externos, mas algo construído, de fato, junto. A esse respeito, alguns apontamentos são levantados também na Roda de Conversa #1:

> ***Thálita***: *– No Barreiro já teve uma negociação com a galera de lá, né?*
> ***Cléssio***: *– (...)A gente foi aprendendo com a história, e a gente conversava com quem já tava no lugar, né? Isso aconteceu no Santa Tereza, aconteceu no Barreiro, aconteceu na Guarani (...).*
> ***Silvia***: *– A gente tentou fazer com que a demanda não viesse mais da gente. Tinha uma reunião pra Ocupação, as pessoas iam defender porque tinha que ser lá. E nas últimas já era assim: "eu sou de tal lugar, eu quero que seja aqui, porque nós estamos passando por isso" (...) (APÊNDICE A, p.348).*

Figura 126 – Chamadas veiculadas no Facebook para A Ocupação #5: Movimenta Barreiro



Fonte: A OCUPAÇÃO, 2013.

Figura 127 –A Ocupação #5: Movimenta Barreiro



Fonte: A OCUPAÇÃO, 2013.

Ora, os desdobramentos desse processo foram muitos, a ponto de incluírem até o surgimento, no local, de um novo coletivo voltado para o fomento da cultura de rua: o "Movimenta Barreiro". Sobre estas reverberações, Santos e Andrade comentam, em diferentes momentos:

> ***Juliana**: – Aí A Ocupação já veio, aí depois a galera já queria fazer outras reuniões aqui no Barreiro, aí veio a galera do Tarifa Zero querendo montar um coletivo aqui, no Barreiro, do Tarifa Zero, com a galera do Tarifa Zero mesmo... Aí vieram outras ocupações querendo fazer outras intervenções, aí veio gente de todos os lugares... Aí veio gente de outros coletivos, querendo participar do nosso coletivo... Então, tipo, foi muito bacana mesmo! Foi muito legal. E aí só foi abrindo portas, e só tem feito isso. Isso é muito importante, assim, pras comunidades. A Ocupação tinha que acontecer em todas as comunidades! (APÊNDICE C, p.426).*
>
> ***Silvia**: – E acho que eu vou aproveitar para falar um pouco sobre a experiência do Barreiro, já que os meninos não estão aqui. Os meninos de lá eles tem 20 anos. (É o pessoal do Cabeçativa). E sempre que eles encontram com a gente eles falam que a vida cultural alo do Barreiro mudou completamente depois do acontecimento da Ocupação lá. (O Barreiro foi a quinta).*
> *E é muito legal porque isso tem muito a ver com uma coisa que a gente buscou desde a primeira Ocupação. Que era conseguir não com que a pauta política, que a gente realizasse o que a gente desejava politicamente, a gente não queria só cumprir a pauta, mas a gente queria interferir, a gente queria fazer alguma diferença na vida cultural do lugar (APÊNDICE A, p.316).*

*

Passemos ora, à sexta edição do ato. Denominada "Ocupação #6: Guarani Kayowá Pulsa Cultura" esta ocorreu em 24 de maio de 2014, na Ocupação Urbana Guarani Kayowá[171]– movimento que havia se estabelecido em março daquele ano em um terreno ocioso do município de Contagem. O ato, que tinha como intuito principal fortalecer as relações territoriais ali estabelecidas, teve como importante agente articulador as Brigadas Populares[172], grupo que havia desempenhado um papel fundamental no próprio assentamento, meses antes, da referida comunidade (Figura 127). Segundo Drica Mitre:

---

[171] "As Brigadas Populares – MG iniciaram na primeira semana de março de 2013 a Ocupação Guarani Kaiowá, em um terreno particular no bairro Ressaca, município de Contagem, Minas Gerais. Algumas famílias já ocupavam o terreno há aproximadamente dois anos, entretanto a ocupação se consolidou em março. O terreno, ocioso há 30 anos e não cumprindo sua função social, encontra-se penhorado, isto é, reservado como garantia de uma dívida, sendo a empresa proprietária, devedora fiscal, que não quitou os impostos municipais a seu cargo" BRIGADAS POPULARES, 2013, não paginado. Disponível em:
< https://ocupacaoguaranikaiowa.wordpress.com/about/> . Acesso em 4 ago. 2015.

[172] As Brigadas Populares são uma organização militante, popular e de massas que atua de forma a responder demandas populares e defende, para isso, a implantação de mudanças estruturais que caminhem rumo a constituição de uma pátria soberana, popular e democrática. Disponível em: <http://brigadaspopulares.org.br/>. Acesso em: 3 ago. 2015.

> ***Drica***: *– É, e aí chegou o povo das Brigadas dizendo que precisava ser na Guarani por uma questão muito estratégica, que a qualquer momento eles podiam ser despejados (...) Essa foi a Ocupação que mais demorou a sair. Porque a gente sabia da importância de envolver a comunidade, a gente sabia da importância de incentivar que a galera de lá mostrasse a sua arte... Que eles ocupassem ali enquanto arte (...) (APÊNDICE A, p.370).*

Na ocasião, foram realizadas diversas atividades, dentre as quais quadrilha, teatro, brincadeiras com as crianças moradoras do local, apresentação de bandas, montagem de piscina de plástico, contação de histórias, pintura corporal, barraca de comida e um bazar de roupas, bijuterias e sapatos que tinha por objetivo arrecadar fundos para a construção de uma creche na comunidade (Figura 128 e 129). Outra tática notável surgida nesta edição foi a disponibilização, por parte do movimento Tarifa Zero, de um ônibus gratuito para o deslocamento dos ocupantes entre A Ocupação #6 e a Marcha das Vadias[173], manifestação que ocorria, no mesmo dia, na região central da cidade. A "Busona Tarifa Zero", como foi então chamado o ônibus, desempenhou o importante papel de conectar os movimentos e de promover, com isso, o seu fortalecimento mútuo.

[173] Ver item 2.6.16.

Figura 128 – Chamada veiculada no Facebook para A Ocupação #6: Ocupação Guarani-Kayowá Pulsa Cultura



Fonte: A OCUPAÇÃO, 2013.

Figura 129 – A Ocupação #6: Ocupação Guarani-Kayowá Pulsa Cultura



Fonte: A OCUPAÇÃO, 2013.

*

A sétima Ocupação ocorreu na Praça da Estação, em 22 de junho de 2104 – durante a realização da Copa do Mundo FIFA de Futebol – e recebeu o nome de "Ocupação #7: o futebol é do povo" (Figura 130). Durante a ação, cartazes com os dizeres "o futebol é nosso" (Figura 131) serviam de cenário para um improvisado campeonato de futebol amador, cujos times, muitos dos quais formados por membros dos movimentos sociais da cidade, lançavam-se na tentativa de resistir, por meio da ação conjunta de seus próprios corpos, ao processo de espetacularização do esporte tão nitidamente incitada por meio das ações da FIFA.

Figura 130 – Chamadas veiculadas no Facebook para A Ocupação #7: Futebol é do povo



Fonte: A OCUPAÇÃO, 2013.

Figura 131 –A Ocupação #7: Futebol é do povo



Fonte: A OCUPAÇÃO, 2013.

> *Na Ocupação #7, lembro-me da memorável experiência de assistir aos jogos de futebol de times amadores sentada entre um e outro policial, os quais mantinham-se inertes, à espreita, em frente às torcidas "indisciplinadamente" organizadas.*

Tratava-se de um momento de forte repressão policial. De forma a evitar que as grandes manifestações ocorridas na cidade no ano anterior voltassem a bloquear os fluxos, prejudicando, com isso, o andamento da Copa do Mundo FIFA, a Polícia Militar, a Guarda Municipal e até a Tropa de Choque preparavam-se para reprimir brutalmente qualquer tipo de movimentação popular de grande vulto que viesse a se delinear nas ruas da cidade. Entretanto, mesmo diante desse aparato de controle, é notável percebermos que o ato teve condições de se realizar: apesar da presença dos policiais durante a realização de todas as atividades, os ocupantes não enfrentaram repressão direta.

Ora, tal fato dá origem a alguns possíveis questionamentos: não seriam as táticas afirmadas em meio ao acontecimento, afinal, uma possível saída? Não se trata, enfim, de uma "estratégia" que, justamente por escapar às formas tradicionais de "manifestação popular", aponta para novos possíveis caminhos de reivindicação política no território?

A esse respeito, surgem, nas Rodas de Conversa #1 e #2, uma série de comentários:

> ***Gabriel**: – Aí chegava a polícia e perguntava: "o que tá acontecendo?". Aí a gente, "de boa", feliz, "á, a gente vai fazer aqui (...)", eu nem lembro a resposta que eu dei, mas eu acho que assim, "a Ocupação Cultural", aí começava a explicar o que é a Ocupação Cultural. É igual você falar outra língua pro cara, que não entende a sua língua, sabe? A feição, assim, do cara. Parece que ele não está entendendo o que você estava falando. Aí ele meio que entendia, ficava meio fragilizado, assim, por não entender, na verdade. E aí ele ficava assim: "então beleza", saía. Aí a gente via ele no canto lá, meio assim, tentando explicar pro superior dele, "não, eles vão fazer aqui é a Ocupação Cultural, é, Ocupação Cultural, é isso mesmo, não, tá tranquilo"*

> ***Cléssio**: Agora, a gente pode até falar que não é uma estratégia, mas a gente usa como estratégia. A Ocupação "Copa do Povo", a ideia era justamente, "gente, qualquer manifestação que a gente for fazer agora na época da copa, nós vamos levar bomba". E aí surgiu a ideia, "não, vamos fazer agora uma Ocupação Cultural", justamente pra falar, "não, a gente continua na rua, mesmo correndo esse risco de levar bomba", e não levamos.*
>
> ***Gabriel**: A gente começou a apostar nesse tipo de manifestação que deu muito certo, que surgiu naquele momento todo, né, com aquele propósito, mas aí chegou nesse momento de crise, durante a Copa, que não tinha nenhuma outra saída de você se manifestar. Porque estava todo mundo "amordaçado", né? E sabendo, que se fosse manifestar de um jeito tradicional ia tomar bomba mesmo. Então teve uma adesão muito grande mesmo, e teve uma visualização da Ocupação Cultural como uma estratégia também, nesse momento acho que mais do que nunca (APÊNDICE A, p.330-331).*

Da leitura desses trechos percebe-se que, de fato, a palavra "cultural" funcionava de forma a conferir certa legitimidade ao ato, ou ao menos, a embaralhar, simbolicamente, os lugares polícia-manifestante pré-estabelecidos. Afinal, qual deveria ser o papel da polícia diante de tal "manifestação", no momento em que esta torna-se uma manifestação "cultural"?

*

De posse dessa pergunta, voltemo-nos à investigação da oitava experiência, ocorrida em agosto de 2014 nas Ocupações Urbanas "Rosa Leão", "Esperança" e "Vitória". Tratava-se, também, de um contexto fortemente marcado pela repressão policial. Localizadas na região do Izidora, no município de Santa Luzia (Região Metropolitana de Belo Horizonte) as referidas Ocupações Urbanas estavam, na ocasião, sob iminente risco de supressão para a implantação, em seu lugar, de empreendimentos imobiliários referentes ao programa habitacional do Governo Federal "Minha Casa Minha Vida". Se a ação era fortemente apoiada pelas empreiteiras que, encarregadas pela obra, anteviam a possibilidade de obter, nesse processo, vultuosos lucros; por outro, mais de oito mil famílias que habitavam o local encontravam-se sob ameaça de despejo.

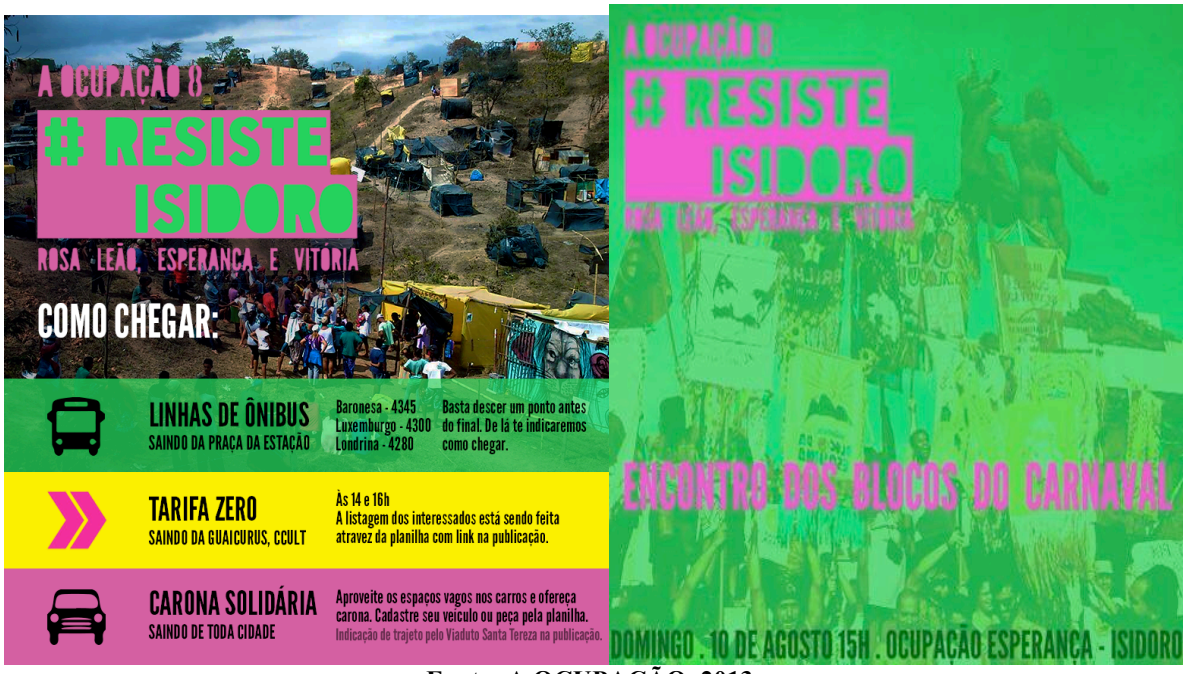
É assim, pensado de forma a apoiar tal comunidade na luta pela permanência naquele território, que o ato recebeu o nome de "Ocupação #8: Resiste Izidoro". No dia de sua ocorrência, em um contexto marcado por forte tensão – já que, a qualquer momento, a polícia poderia surpreender os ocupantes com a ordem de despejo – foram realizadas apresentações de blocos do Carnaval de Rua da cidade, oficinas, intervenções, brincadeiras, mostra de cinema, roda de mulheres, shows, encontro de Saraus, dentre outras ações. O caráter emergencial do ato fez, contudo, com que o seu processo de articulação se destoasse, em certa medida, daquele que havia permeado a construção dos atos anteriores. Sobre este ponto, surgem, na Roda de Conversa #1, os seguintes apontamentos:

> ***Silvia***: *– A gente foi chamando, o povo vinha porque foi muito corrido, foi tudo em um dia só. E aí eu lembro que sábado a tarde eu estava catando as coisas, pegando tudo assim. Fui pra lá, pra acordar no domingo, eu nem conhecia o espaço... É, e aí as pessoas foram chegando, e aí o processo lá se deu coletivamente, mas a preparação não foi. É, mas eu acho que ninguém nem percebeu, porque a gente já tinha esse conhecimento de puxar de um jeito, e porque todo mundo também, que estava na reunião, já sabia que ia acontecer. E aí o que aconteceu, foi que a gente percebeu que era potente... E aí no segundo domingo, no segundo domingo não, né? Nos próximos finais de semana, nos quatro, a gente fez alguma coisa em alguma das ocupações. Em um deles, inclusive a gente queria puxar um clube ao mesmo tempo... Mas era essa coisa, que todo dia (...)*
> ***Cléssio***: *– Isso é importante comentar, né? O chat da Ocupação #8, virou o chat do Resiste Isidoro (APÊNDICE A, p.374).*

Da sua leitura infere-se, de fato, que, diante do caráter de urgência do ato, os preceitos de horizontalidade e abertura não puderam ser satisfatoriamente efetivados: era preciso realizar as ações rapidamente e, para isso, a emergência, mesmo que precária, de certo "centro articulador", parece ter se feito necessária. Outro ponto notável da fala acima transcrita refere-se à influência exercida pelo ato "ocupatório" na própria criação do Movimento Resiste Izidoro. Como pontua Clessio Cunha, o *Grupo de Conversa* aberto no *Facebook* para a sua articulação acabou por configurar o *próprio espaço de engendramento do Movimento*.

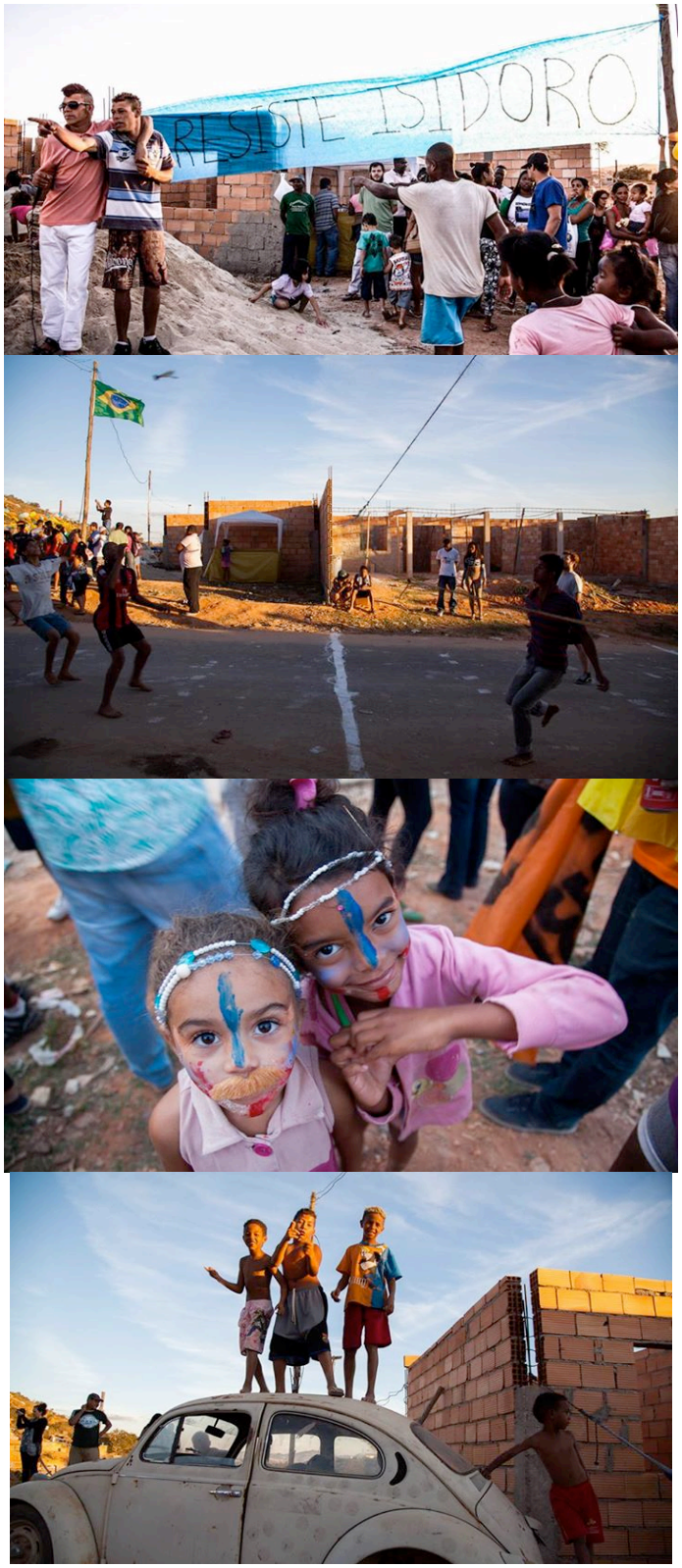
Ora, tal fato parece configurar um importante indício de que os processos envolvidos em A Ocupação eram potencialmente capazes de fazer emergir desdobramentos que transcendiam a viabilização da *ação* propriamente dita. Como ocorre neste caso, mais do que um *fim* a ser alcançado, esta última aparenta conformar uma espécie de momento de *ativação*, por meio do qual outras táticas políticas podem eventualmente emergir.

Figura 132 – Chamadas veiculadas no Facebook para A Ocupação #8: Resiste Izidoro



Fonte: A OCUPAÇÃO, 2013.

Figura 133 –A Ocupação #8: Resiste Izidoro



Fonte: A OCUPAÇÃO, 2013.

2.15.2 Outras linhas de continuidade

Finda essa breve passagem pelos sete atos que, para além da primeira experiência no Viaduto Santa Tereza, carregaram também o nome "A Ocupação", atenhamo-nos, ora, a alguns acontecimentos que, apesar de não terem recebido tal denominação, parecem também endossar, em muitos aspectos, os preceitos e táticas experimentados nesse primeiro ato.

O primeiro deles foi realizado na noite de 26 de outubro de 2013 – portanto, entre A Ocupação #4 e #5 – e consistiu na ocupação, por parte de um grupo de artistas e ativistas belo-horizontinos[174], de um casarão abandonado (de propriedade do Governo do Estado de Minas Gerais) localizado na região leste de Belo Horizonte. O ato ocupatório, caracterizado por um caráter notadamente performático e pela criação de um forte ambiente estético, culminou no estabelecimento, no local, do que viria a se chamar Espaço Comum Luiz Estrela[175]. Sob este simbólico nome – fruto de uma homenagem ao morador de rua e ativista Luiz Estrela[176] que, como mencionamos nas linhas acima, havia sido morto, de forma brutal, em junho daquele mesmo ano – o casarão transformou-se, a partir de então, em um espaço de "formação artística e política", aberto e autogestionado (Figura 134). Nele passaram a se realizar apresentações musicais, performances, rodas de conversa e oficinas que, oferecidas gratuitamente à comunidade local, traziam à luz algumas relevantes pautas que permeavam o território em questão: questionamentos em torno à ideia de Patrimônio e dos próprios instrumentos de Tombamento presentes na legislação, discussões a respeito da "privatização" dos imóveis públicos, da democratização do acesso à arte e da postura de descaso do governo frente aos edifícios abandonados da cidade.

Ora, tanto a confluência, observada no ato, entre pautas políticas e táticas calcadas na experiência estética, quanto a afirmação, durante todo o processo que o envolve, de um *modus operandi* essencialmente horizontal, baseado na autonomia e na auto-gestão, parecem indicar que havia, de fato, algo das experimentações realizadas em torno a A Ocupação sendo ali de alguma forma continuado e transformado.

No que tange à afluência entre táticas estéticas e discussões políticas, destaca-se o próprio ato de tomada do casarão. Realizado durante a madrugada, o ato configurava um experimento a tal ponto elaborado do ponto de vista estético que, os policiais que passavam,

---

[174] Deve-se ressaltar, neste ponto, que muitos dos artistas envolvidos na ação haviam participado ativamente dos processos envolvidos nas quatro edições de A Ocupação ocorridas até então.

[175] Disponível em: <https://www.facebook.com/espacoluizestrela/?ref=ts&fref=ts>. Acesso em: 15 jun. 2015.

[176] Discorremos a respeito de Luiz Estrela no item 2.6.9.

casualmente, pelo local, pareciam não ver motivos para reprimí-lo: era difícil, afinal, discernir se o ato configurava uma apresentação teatral ou uma ocupação. Pode-se dizer, nesse sentido, que esse caráter performático funcionou, ao menos nesse primeiro momento, de forma a "legitimar", por assim dizer, a ação frente à polícia, protegendo-a contra possíveis represálias, e gerando, simultaneamente, grande interesse ao seu redor.

Ainda assim, há que se dizer, contudo, que não parecia ser esta a motivação do caráter notadamente estético da ação. Assim como parece ocorrer em A Ocupação, mais do que *instrumentos à serviço* de uma possível pauta de reivindicação, as experimentações estéticas presentes no ato parecem mostrar-se indissociáveis de seu próprio *caráter contestatório*. Em outras palavras, ao invés de meras *ferramentas,* estas parecem ser, justamente, o que torna o experimento *propriamente político*.

Ora, com isso chegamos a um ponto crucial de nossa cartografia: é justamente esse o sentido de virmos tratando as ações presentes em A Ocupação – por falta de palavra mais adequada – de táticas *estético-políticas*: como forma a expressar o caráter *necessariamente* estético do *tipo de política* que se estava, com tais ações, querendo empreender.

Mas, não é apenas nesse sentido que a experiência do Espaço Comum Luiz Estrela aproxima-se de A Ocupação, apontando para o fortalecimento, em grande medida, do seu *modus operandi*: há, também, nas próprias *formas organizacionais* utilizadas na constituição do espaço, notáveis pontos de convergência com o ato. Fortemente baseadas em uma tentativa de *horizontalização*, por assim dizer, das posições (ou certa atenuação dos fatores hierárquicos que possam vir a surgir) estas parecem guiadas pelo mesmo intuito que subjaz a própria A Ocupação: fazer emergir *formas outras* – mais democráticas – de organização social na cidade.

Finalmente, é notável observarmos que, mais do que apenas similaridades *conceituais* ou *ideológicas* há também, entre o Espaço Comum Luiz Estrela e as Ocupações, convergências *práticas*. Ao considerarmos que a reunião preparatória para A Ocupação #5, ocorreu, como mencionamos acima, no próprio Espaço Comum Luiz Estrela, ou que o próprio grupo à frente deste último coincide, em grande medida, com aquele envolvido na viabilização dos atos ocupatórios, observamos que, mais do que apenas *continuar*, por assim dizer, os processos iniciados em A Ocupação, tal experiência permeia a própria *constituição* dos processos e modos de fazer por ela ensaiados.

Figura 134 – Espaço Comum Luiz Estrela



Fonte: ESPAÇO COMUM LUIZ ESTRELA, 2013.

*

O segundo acontecimento que aqui mencionaremos teve início no dia 08 de fevereiro de 2014 – portanto, após a realização de A Ocupação #5 – e consistiu na ocupação, durante sete dias, do Viaduto Santa Tereza.

Trata-se do Viaduto Ocupado, uma ação em resposta ao cercamento que havia sido instalado no baixio do viaduto no início do ano de 2014, impedindo o acesso ao palco e à arquibancada onde, tradicionalmente, realizava-se o Duelo de Mc's. "Mais um grito de chega", lê-se na Fanpage Viaduto Ocupado no Facebook. Ora, o movimento reivindicava transparência, respeito e participação popular na obra realizada pela Prefeitura (e orçada, segundo consta em sua página no Facebook, em cinco milhões de reais) e nos posteriores planos para a gestão daquele espaço[177]. O movimento incluiu, além de assembleias diárias, uma intensa agenda de atividades culturais, construída, em grande medida, em meio à rede que já havia se formado por meio de A Ocupação e das experiências realizadas no Espaço Comum Luiz Estrela. A esse respeito Silvia Andrade comenta:

[177] Segundo descrito pelo movimento, a obra estava orçada em 5 milhões de reais. Disponível em : <https://www.facebook.com/viadutoocupado/?fref=ts> . Acesso em : 4 abr. 2015.

> ***Silvia**: – (...) eu fico achando que tanto o Viaduto Ocupado, quanto a forma como os primeiros dias de programação do Estrela funcionaram, eles vêm muito dessa rede que se formou. É, o protótipo. A forma de atuação, de chamar as pessoas nem era a mesma. O Viaduto Ocupado foi zapzap [Aplicativo WhatsApp] demais, assim. É, mas essa rede construída na Ocupação, que inclusive tem um tanto de produtora que pega as bandas por ali... Pro Festival de Inverno a gente usou muito!*[178]
> *(...)*
> ***Silvia**: – a Ocupação ela tem sido o nosso instrumento, a Ocupação e o aprendizado que reverbera dela né, e que vem da Praia, ela tem sido o instrumento muito de uma série de outros movimentos que surgiram depois. A própria Ocupação do Viaduto que foi praticamente uma Ocupação sonora, de 24 horas de música alta, de som (APÊNDICE A, p.316).*

É interessante ressaltar, também, que, em meio a esse processo, a sobreposição das camadas relativas ao manifestantes-ocupantes e à população de rua que já habitava o viaduto é levada ao extremo: ambas viram-se, naquele momento, ocupando (ainda que temporariamente) o mesmo local – fato que escancarava, inevitavelmente, muitos dos conflitos há muito presentes nessa relação. Sobre este aspecto, a fala de Gabriel Murilo na Roda de conversa #2 configura um relevante testemunho:

> ***Gabriel**: – A integração com a galera daqui é um dos grandes desafios, eu acho, assim. Falar que ela é pouca, é um fato mesmo. Mas eu acho que o mais interessante é a gente pesquisar o quanto de esforço que está sendo investido pra que esse pouco vá se tornando mais, a cada dia. No Viaduto Ocupado a gente teve uma experiência que foi fantástica, assim. É um processo que demanda muita energia de fato, né? Por causa da nossa incapacidade mesmo de ver, a nossa necessidade de desconstruir um monte de coisas em nós, pra que o diálogo exista. Mas o Rômulo (...) Ele e a Fátima se abriram pra isso, né? Estar junto no Viaduto Ocupado, foram membros do movimento ali, naquela hora, e eram pessoas que estavam ali morando no viaduto, logo antes. Mas na programação do viaduto, teve um determinado momento em que a gente parou e falou assim "não, espera aí galera! Não é só ficar ligando pras bandas que estão lá na casa deles pra poder chamar e vir tocar no viaduto e criar um fato midiático e isso fortalecer". Não! Isso aqui é um palco público, a gente tá lutando pela democratização dele. Vamos começar a colocar a galera que tá aqui em volta na rua pra subir nesse palco, e*

[178] O Festival mencionado por Silvia Andrade é o 46º Festival de Inverno da UFMG, realizado de 18 a 26 de julho de 2014 no Campus da UFMG em Belo Horizonte. É notório observar que, apesar de tradicionalmente identificado com o universo das artes e da produção cultural, o Festival daquele ano voltou-se, em consonância com as próprias experiência de Ocupação observadas na cidade, para o tema específico das formas de apropriação dos espaços públicos da cidade. De fato, segundo descrição incluída no site oficial do evento: tratava-se de pensar "como a universidade poderia romper as cercas e grades que separam-na da sua vizinhança e se inserir nas diversas iniciativas que atualmente buscam reinventar os espaços públicos?" O Festival, que contou com a participação de muitos dos envolvidos nas Ocupações, dentre as quais a própria Silvia Andrade, tinha por objetivo, assim, transformar o Campus, ainda que temporariamente, em "um espaço tomado por ocupações livres e democráticas dos espaços públicos, povoado por formas de sociabilidade e de conhecimento irrigadas pelas múltiplas manifestações da alteridade, em especial aquelas provenientes das culturas indígenas, afrodescendentes e urbanas". Disponível em : <https://46festivalufmg.wordpress.com/> Acesso em : 4 abr. 2015.

> *conversar, e mostrar entre si. E aí, eu morava aqui perto, eu estava indo lá ver alguma coisa em casa e no caminho eu fui encontrando um tanto de moradores de rua, a galera que estava ali perto do abrigo, e fui perguntando pra eles, o que eles curtiam fazer. E aí uns cantavam, outros recitavam poesia e tudo. E eu fui chamando a galera, a gente foi chamando a galera... Tinha um cara ali que fazia artesanato. E aí um dia a gente foi, fez uma vaquinha, deu a grana pra ele, ele foi, comprou os materiais e voltou pra fazer uma oficina. Aí a gente criou essa programação, assim, que é uma metodologia a programação, né? Você cria uma programação pra chamar a galera e isso ser uma resistência. Mas a programação foi dos próprios moradores aqui, que estavam fazendo. E foi um esforço enorme, assim, porque o tempo é diferente, né? O modo como lidar com as ferramentas é diferente (APÊNDICE B, p.378).*

Figura 135 – Movimento Viaduto Ocupado



Fonte: VIADUTO OCUPADO, 2014.

*

Finalmente, tem-se o Ocupa Cultural Jardim América que, apesar de não ter recebido o nome "A Ocupação", é tratado, em muitos momentos, como a nona edição do ato.

A ação ocorreu em 18 de abril de 2015, no bairro Jardim América (região Leste de Belo Horizonte) e foi articulada pela Rede Verde – associação de coletivos belo-horizontinos que atuam pela defesa das áreas verdes da cidade – em conjunto com o movimento Parque Jardim América – formado por moradores locais que, desde 2011, vinham lutando em defesa

da preservação e abertura pública de uma mata de 21.528 metros quadrados existente no bairro.

O intuito da ação era justamente dar visibilidade à luta de tal movimento, o qual, até o momento, não havia obtido resultados concretos no que se refere à transformação da mata em parque, tropeçando em uma série de tramitações realizadas pela Prefeitura no sentido de ceder o referido terreno para a realização de empreendimentos imobiliários. Ora, para que a pauta adquirisse força política suficiente para barrar tais procedimentos, parecia preciso implicar mais vozes, e, além disso, lançar mão de estratégias outras, que extrapolassem os tradicionais panfletos e discursos.

Foi justamente nesse sentido que o ato se deu, aglutinando centenas de pessoas no local. Em sua articulação, envolveram-se uma série de outros movimentos da cidade, dentre os quais o Espaço Comum Luiz Estrela – que propôs uma edição da feira de artesanato "Feirinha Estelar" – e o grupo Indisciplinar – cujos integrantes realizaram uma oficina de cartografia com as crianças, distribuíram no local a revista Natureza Urbana e exibiram, em um muro lindeiro ao local da mata, o documentário "Natureza"[179]. Para além de tais ações houve, também, uma "pedalada" entre a área do Ocupa e o Parque Municipal (localizado na região central da cidade); um piquenique-roda de conversa com o tema "Como é a cidade que queremos"; um encontro de blocos de Carnaval de Rua; diversas apresentações de bandas, a presença do Sarau Coletivoz (da região do Barreiro) e do Sarau das Cachorras (da região da Lagoinha); dentre outras.

[179] A produção do referido documentário havia envolvido ativamente a comunidade local e os próprios integrantes do movimento Parque Jardim América.

Figura 136 – Movimento Viaduto Ocupado



Fonte: PARQUE JARDIM AMERICA, 2015.

[Linha do Tempo]

PRAÇA DA ESTAÇÃO 1904 – 1950
Entrada e Saída de Cidade

PRAÇA DA ESTAÇÃO 1950 - 1980
Papel Secundário

CONJ. ARQUIT. E PAISAGÍSTICO DA PRAÇA DA ESTAÇÃO 1990
Espaço Cultural Institucionalizado

CONJ. ARQUIT. E PAISAGÍSTICO DA PRAÇA DA ESTAÇÃO 2007 -
Consolidação como espaço cultural de resistência

1904 PRAÇA DA ESTAÇÃO
Início da construção

1914 PRAÇA DA ESTAÇÃO
Inauguração com nome Cristiano Otoni

1922 ESTAÇÃO CENTRAL
Inauguração novo edifício

1926 PRAÇA DA ESTAÇÃO
Intervenções urbanísticas e mudança de nome para Praça Rui Barbosa

1981 CONJ. ARQUIT. E PAISAGÍSTICO DA PRAÇA DA ESTAÇÃO
1º Encontro para Revitalização do Conjunto da Praça da Estação (IAB)

1988 CONJ. ARQUIT. E PAISAGÍSTICO DA PRAÇA DA ESTAÇÃO
Tombamento

1989 CENTRO CULTURAL UFMG
Inauguração

1993 MOVIMUM
Inauguração

1999 SERRARIA SOUZA PINTO
Administração da Fundação Clóvis Salgado

2003 PRAÇA DA ESTAÇÃO
Requalificação urbanística

2007 MUSEU DE ARTES E OFÍCIOS
Inauguração

2008 FUMARTE
Inauguração

PRAÇA DA ESTAÇÃO
Entrega das obras do Boulevard Arrudas

DANÇA DE RUA

FAMÍLIA DE RUA

GAME SE SKATE

2009 CENTEQUATRO
Inauguração

2010 ESPANCA

NELSON BORDELO

RAIZ BAHIA

SARAU VIVA-LATA

2011 FORA COPA

SAMBA DA MEIA NOITE

POP NOIA

2012 LAVAGEM

REUNIÃO INTERNA
25 de abril

REUNIÃO INTERNA
04 de abril

REUNIÃO INTERNA
14 de maio

REUNIÃO INTERNA
22 de maio

REUNIÃO INTERNA
08 de maio

POR UMA VIDA SEM CATRACAS

COMITÊ POPULAR DE ARTE E CULTURA
Criação do Comitê
26 de junho

REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA
CÂMARA MUNICIPAL
29 de junho

A OCUPAÇÃO
O Corredor Cultural Já Existe!
Viaduto Santa Teresa I
07 de julho

A OCUPAÇÃO #2
Praia de Ocupação
Viaduto Santa Teresa I Praça da estação
11 de agosto

ESPAÇO COMUM LUIZ ESTRELA
Barro Santa Efigênia
26 de outubro

VIADUTO OCUPADO
Viaduto Santa Teresa
9 de fevereiro

2014

A OCUPAÇÃO #7
Futebol é do povo
Praça da Estação
22 de junho

O FUTEBOL É NOSSO

Circuito Arquitetura e Monumento da Praça da Estação

Encontros Culturais Institucionais

1904 – 1914 – 1922 – 1926 – 1981 – 1988 – 1989 – 1993 – 1999 – 2003 – 2007 – 2008 – 2009 – 2010 – 2011 – 2012

Manifestações Culturais de Resistência

1998
PARADA GAY

DOMINGO NOVE E MEIA

VUELO DE MC 'B.

2009 CARNAVAL DE RUA

AZUCRINA BUYAKUNA

ROTATÓRIA PRAÇA DA ESTAÇÃO

2010 YÁ DE BRANCO

PRAIA DA ESTAÇÃO

EVENTOS DE QUALQUER NATUREZA

REAL DA RUA

CIDADE ELETRIZANTE - DESLOCA - FERROTUDO

Programa Corredor Cultural Praça da Estação

2013
MUSEU FOTOGRÁFICO

INVASÃO DAS SOMBRINHAS

REUNIÃO PÚBLICA
28 de maio

REUNIÃO PÚBLICA
13 de março

REUNIÃO PÚBLICA
27 de março

Projetos

1º GRANDE ATO
"COPELADA"
PRAÇA DA SAVASSI
19 de junho

2º GRANDE ATO
"AVANÇÉ COPA!"
PRAÇA SETE
17 de junho

Assembleia Popular Horizontal

1º GRANDE ATO
"ASSEMBLEIA POPULAR HORIZONTAL" PRAÇA SETE
20 de junho

2º GRANDE ATO
"ASSEMBLEIA POPULAR HORIZONTAL" PRAÇA SETE
22 de junho

3º GRANDE ATO
VIADUTO SANTA TEREZA
23 de junho

4º SESSÃO
VIADUTO SANTA TEREZA
1ª SESSÃO
VIADUTO SANTA TEREZA
25 de junho

Comitê Popular de Arte e Cultura

2º GRANDE ATO
"ASSEMBLEIA POPULAR HORIZONTAL" PRAÇA SETE
26 de junho

3º SESSÃO
VIADUTO SANTA TEREZA
27 de junho

Ocupa Cine Jaraguá

1º GRANDE ATO
"ASSEMBLEIA POPULAR HORIZONTAL" CÂMARA MUNICIPAL
29 de junho

2º SESSÃO
OCUPAÇÃO DA CÂMARA
01 de julho

REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA
CÂMARA MUNICIPAL
Articulação de A Ocupação:
O Corredor Cultural Já Existe!
02 de julho

A Ocupação

Brechandotas

2015

A OCUPAÇÃO #3
Tarifa Zero
Viaduto Santa Teresa
22 de setembro

A OCUPAÇÃO #4
Santê Memória Viva
Barro Santa Teresa I Vila Dias
20 de outubro

A OCUPAÇÃO #5
Movimenta Barreiro
Barreiro
14 de dezembro

A OCUPAÇÃO #6
Guarani Kayowá Pulsa Cultura
Ocupação Guarani Kayowá (Contagem)
24 de maio

A OCUPAÇÃO #8
Reside Isidoro
Ocupações Urbanas Rosa Leão, Vitória e Esperança
(Santa Luzia)
10 de agosto

OCUPA CULTURAL PARQUE JARDIM AMÉRICA

Barro Jardim América
18 de abril

3 EMERGÊNCIAS

> Algo se destaca e ganha relevo no conjunto, em princípio homogêneo, de elementos observados. O relevo não resulta da inclinação ou deliberação do cartógrafo, não sendo, portanto, de natureza subjetiva. Também não é um mero estímulo distrator que convoca o foco e se traduz num reconhecimento automático. Algo acontece e exige atenção. O ambiente perceptivo traz uma mudança, evidenciando uma incongruência com a situação que é percebida até então como estável. É signo de que há um processo em curso, que requer uma atenção renovadamente concentrada. O que se destaca não é propriamente uma figura, mas uma rugosidade, um elemento heterogêneo. Trata-se aqui de uma rugosidade de origem exógena, pois o elemento perturbador provém do ambiente (KASTRUP, 2009, p.42).

> A emergência é portanto a entrada em cena das forças; é sua interrupção, o salto pelo qual elas passam dos bastidores para o teatro, cada uma com seu vigor e sua própria juventude. O que Nietzsche chama *Entestehungsherd* do conceito de bom não é exatamente nem a energia dos fortes nem a reação dos fracos; mas sim esta cena onde eles se distribuem uns frente aos outros, uns acima dos outros; é o espaço que os divide e se abre entre eles, o vazio através do qual eles trocam suas ameaças e suas palavras. Enquanto que a proveniência designa a qualidade de um instinto, seu grau ou seu desfalecimento, e a marca que ele deixa em um corpo, a emergência designa um lugar de afrontamento; é preciso ainda se impedir de imaginá−la como um campo fechado onde se desencadeara uma luta, um plano onde os adversários estariam em igualdade; é de preferência − o exemplo dos bons e dos malvados o prova − um "não−lugar", uma pura distância, o fato que os adversários não pertencem ao mesmo espaço. Ninguém é portanto responsável por uma emergência; ninguém pode se auto−glorificar por ela; ela sempre se produz no interstício (FOUCAULT, 1984, não paginado).

No eixo anterior, o nosso objetivo foi rastrear as diversas dinâmicas envolvidas em A Ocupação. Nele intentamos operar por meio de diagrama, entrecruzando mapas e decalques, impressões incipientes e imagens já codificadas. Nesse movimento, multidirecional e atravessado, linhas de atores-processos se somaram e se entrelaçaram umas às outras, camadas se sobrepuseram no território, e uma "linha temporal" adquiriu contornos, ainda que notadamente multiformes. Desse processo, surgiram algumas notáveis saliências: movimentações emergentes, momentos de estremecimento, por assim dizer, em meio à pretensa estabilidade do terreno explorado. Ora, se tais emergências deram, durante o percurso, origem a situações de *pouso*[180] (KASTRUP, 2009) – formulações fragmentárias destacadas no texto por meio de blocos de cor cinza – aqui propomos retomá-las a partir de uma atenção do tipo "reconhecimento atento"[181]. A nossa expectativa é, com isso, identificar

[180] A atenção-pouso é um dos quatro tipos atencionais delineados por Virginia Kastrup em seu texto "O funcionamento da atenção no trabalho do cartógrafo" (2010) que aqui nos serviu como referência. Trata-se do tipo atencional referente ao momento no qual a percepção do cartógrafo é tocada por algo e muda, com isso, de escala: de uma perspectiva abrangente, fecha-se (muito ou pouco) em torno a uma ideia específica. Ver item 1.3.

[181] Virgínia Kastrup (2009), na esteira de Bergson (1987), define o "reconhecimento atento" como um tipo de atenção voltado para o retorno do cartógrafo ao objeto e aos seus contornos. Não se trata, como no

possíveis pontos de confluência entre esses processos e o que chamamos, anteriormente, de espaços *biopotentes*.

3.1 (Des)territórios transversais

> Falar sempre como geógrafo: suponhamos que entre o *oeste e* o *leste* uma certa segmentaridade se instala, oposta em uma máquina binária, arranjada em aparelhos de Estado, sobrecodificada por uma máquina abstrata como esboço de uma Ordem mundial. É então de *norte a sul* que se faz a "desestabilização", como diz melancolicamente Giscard d'Estaing, e que um riacho, embora pouco profundo, se abre e põe novamente tudo em jogo, derrota o plano de organização (DELEUZE; PARNET, 1998, p.152).

Em meio ao rastreamento operado no segundo eixo deste trabalho, destacam-se algumas emergências. Isto ocorre durante à própria exploração do terreno, como se no ato mesmo de caminhar, certos relevos surgissem em meio à superfície, chamando-nos a atenção. Mais do que para formas concretas, tais rugosidades parecem apontar, contudo, para *processos instáveis*, territórios necessariamente temporários – identificáveis senão por seu contínuo processo de desterritorialização e reterritorialização. Ora, é especificamente em direção à investigação desses *des*territórios que aqui pretendemos guiar o nosso estudo.

O intuito não é, contudo, apenas *identificar* – ao longo da tessitura de A Ocupação – esses *territórios em processo* mas, mais do que isso, entender como, no seio dos próprios atravessamentos por eles operados, *modelos de cidade* são afirmados ou postos à prova.

*

Antes disso, retomemos, contudo, alguns pontos explicitados na Introdução deste trabalho a respeito da ideia de *biopotência*. Naquele momento, apresentamos tal noção a partir de sua relação com o que Antonio Negri e Michael Hardt (2005) denominaram, com base nas teorias de Michel Foucault, *produção biopolítica.*

Calcada no trabalho imaterial, e portanto, intimamente relacionada com o chamado *capitalismo cognitivo*, tal modo de produção caracteriza-se, conforme vimos, por abarcar não apenas o âmbito da economia, mas todas as demais esferas da vida em sociedade – como a

---

"reconhecimento automático", de um rebatimento da percepção em uma ideia prévia, mas de uma operação construtiva, realizada por meio de circuitos. Segundo Bergson (apud KASTRUP, 2009, p.47), nesse movimento: "todos os elementos, inclusive o próprio objeto percebido, mantém-se em estado de tensão mútua como num ciurcuito elétrico, de sorte que nenhum estímulo partido do objeto é capaz de deter sua marcha nas profundezas do espírito: deve sempre retornar ao próprio objeto". Ver item 1.3.

cultura, a política, a comunicação e o afeto[182]. Ora, trata-se, justamente, do plano no qual as atuais dinâmicas de poder e exploração se dão, ou, dito de outro modo, do espaço onde as "lutas de classe" contemporâneas se engendram. Tais lutas – referentes justamente à linha de tensão inexorável entre o "poder sobre a vida" (biopolítica maior) e a "potência da vida" (biopolítica menor, ou *biopotência*) – parecem implicar, na perspectiva desses autores, a criação não apenas de um novo sujeito social (Multidão), mas também, de novas balizas para se pensar o próprio espaço de existência e ação desse sujeito (Metrópole Biopolítica).

Dessa conjuntura surge um importante questionamento: quais balizas seriam estas? Ou, em outras palavras, como a produção biopolítica influi, afinal, na produção dos espaços urbanos contemporâneos? No texto introdutório, abordamos tal questão por meio de dois vieses: o primeiro deles se referiu ao processo de transfiguração da própria metrópole em chão de fábrica, ou, dito de outro modo, a como a produção biopolítica passa a englobar, no contexto contemporâneo, para além dos limites da indústria, o espaço urbano como um todo. Ora, tal consideração dá a ver relevantes alinhamentos entre a produção biopolítica e os preceitos urbanísticos neoliberais – os quais, como vimos, baseiam-se, grosso modo, na mercantilização generalizada dos espaços da cidade e em sua consequente transformação em vetor de lucro do Estado-Capital. O segundo viés tratou, por sua vez, de um processo complementar a este, referente especificamente à criação de modelos, figuras e modos de subjetivação[183] que legitimem, frente à população, essa dinâmica. Ora, com isso chegamos à aposta de que a crise urbana atual implica não apenas a instauração de espaços voltados para a acumulação capitalística, mas também (e antes disso) o próprio direcionamento do desejo da população por tais espaços (como exemplo desse processo tem-se o exaustivo enaltecimento de figuras como a "cidade criativa", a "cidade asséptica", a "cidade espetáculo", a "cidade inteligente").

Ora, frente à constatação de que a crise urbana contemporânea não pode ser considerada senão a partir desses fortes fatores simbólicos e subjetivos que a compõem, lançamo-nos na busca por fugas e fissuras referentes especificamente a tais âmbitos. Perguntamo-nos: em que momentos essa dinâmica de assujeitamento a modelos de cidade pré-estabelecidos é contornado? Ou, de que forma e em que medida a Multidão é capaz de

[182] Ver Introdução, p. 25-35.

[183] Sobre os processos de subjetivação, Suely Rolnik e Felix Guattari apontam : "ao invés de ideologia, prefiro falar sempre em subjetivação, em produção de subjetividade. O sujeito, segundo toda uma tradição da filosofia e das ciências humanas é algo que encontramos como um être-là, algo do domínio de uma suposta natureza humana. Proponho, ao contrário, a ideia de uma subjetividade de natureza industrial, maquínica, ou seja, essencialmente fabricada, modelada, recebida, consumida" (GUATTARI ; ROLNIK, 2011, p.33).

fazer frente às dinâmicas de exploração subjetivas às quais está submetida no processo mesmo de produção do espaço urbano? Finalmente, onde há, nas dinâmicas de constituição de Belo Horizonte, uma Metrópole Biopolítica, pistas de *biopotência*? Nessa busca, a identificação de situações concretas nas quais modelos de cidade baseados nos preceitos urbanísticos neoliberais são potencialmente colocados em xeque nos parece um bom começo. Vamos a ela.

*

Ao longo do caminho aqui percorrido parece-nos possível destacar diversas tentativas de contornamento de tais modelos: momentos nos quais a cartografia de sentido então vigente (especificamente no que tange às formas de produção e apropriação do espaço da cidade) sofreu estremecimentos, apontando, assim, para outros caminhos possíveis. De forma a analisarmos esse processo, propomos aqui considerá-lo em termos de diagrama-rizoma. Nessa perspectiva, se pensarmos os modelos de cidade alinhados com as práticas urbanísticas neoliberais como uma espécie de bloco hegemônico, teríamos, em relação a este, linhas de segmentaridade dura, que confluem para a sua afirmação; e linhas flexíveis, de movimento, de fugas mais ou menos intensas, que arrastam-no de forma a nele provocar possíveis desmembramentos. Antes de darmos início a investigação desses processos, elucidemos, contudo, aspectos relativos à própria tessitura do ato.

Em meio às diversas linhas de atores-processos que, em meio à cartografia aqui construída, mostraram-se somar-se em meio às dinâmicas de A Ocupação, notamos a presença de dois possíveis eixos, de cujo encontro parece justamente advir, por assim dizer, o ato: (a) o primeiro deles engloba os atores-processos referentes especificamente ao território da Praça da Estação e do Viaduto Santa Tereza: o Conjunto Arquitetônico e Paisagístico da Praça da Estação; os Equipamentos Culturais Institucionais; as Manifestações Culturais de Resistência; o Programa Corredor Cultural da Praça da Estação; a Comissão de Acompanhamento; e a Disciplina UNI 009 Cartografias Críticas; (b) o segundo deles abarca, por sua vez, as linhas relativas a contextos mais abrangentes, que englobam outros espaços e processos em curso na cidade no período em questão: trata-se dos Protestos; da Assembleia Popular Horizontal; do Comitê Popular de Arte e Cultura; e da Ocupação da Câmara. Em termos de escala, poderíamos considerá-los enquanto um contexto macro e outro micro, que se entrecruzam em muitos momentos e que tem A Ocupação como expressão paradigmática dessa confluência (a) (b).

Dito isto, passemos à busca, em cada um desses eixos, de transvios nas formas hegemônicas de produção do espaço – e assim, de possíveis caminhos para a constituição do que chamamos espaços *biopotentes*.

3.1.1 Eixo (a)

Para a investigação do eixo (a), iniciemos por um processo ocorrido ainda na década de 1980, relativo à linha-processo Conjunto Arquitetônico e Paisagístico da Praça da Estação. Durante o nosso percurso por tal linha, surge uma relevante saliência: em um momento no qual o Poder Público Municipal (por meio da METROBEL) propunha realizar mudanças estruturais na área da Praça da Estação por meio da instalação, no local, da Estação Central do Metrô de Superfície, a questão da *preservação do patrimônio* e da *cultura* parecem gerar, em meio a esse processo, uma sorte de desterritorialização relativa. Recuperemos um trecho do texto referente especificamente a esse movimento.

> (...) a partir de uma nítida priorização de intervenções estruturais relativas ao transporte (consonantes com os princípios desenvolvimentistas então em voga), o poder público municipal parecia conceder pouca ou nenhuma importância aos espaços e edifícios que, situados na Praça, seriam utilizados como locais de vivência coletiva pela população. Esta situação pode ser observada, por exemplo, no movimento de transformação da esplanada da Praça em estacionamento para veículos particulares – fato que, segundo Arroyo (apud GIFONNI, 2010), reforçou "a não apropriação destes enquanto lugares de convívio" (ARROYO apud GIFONNI, 2010, p.35) – e no próprio processo de instalação, no local, da Estação Central do Metrô de Superfície da cidade – o qual parecia esboçar-se na Prefeitura sem grandes preocupações referentes aos impactos que acarretaria às condições espaciais da área. Ora, este último gerou grande indignação por parte dos arquitetos e urbanistas da cidade, os quais chegaram a articular, em resposta, o congresso "I Encontro pela revitalização do Conjunto da Praça da Estação" [184].

Utilizadas em meio ao I Encontro pela Revitalização da Praça da Estação (1981) como argumento contra as obras para a instalação da Estação do Metrô de Superfície, as temáticas da *preservação* e da *cultura* parecem insurgir, naquele momento, como possíveis vias de questionamento ao *modelo urbano hegemônico* – aparentemente voltado para o desenvolvimento econômico, a indústria e a implementação de infra-estrutura viária. Ora, em meio a esse contexto, pode-se dizer que tais questões tenham gerado uma sorte de desterritorialização; um desvio que, embora não absoluto – já que tais ideias carregavam alguns preceitos ainda nitidamente atrelados ao modelo urbano então em voga (como a tentativa de limpeza visual, de monumentalização e de ordenamento do espaço) – parece ter

[184] Trecho recuperado do eixo 2 deste trabalho, p.90.

sido capaz de gerar certo estremecimento, ainda que precário, na cartografia então vigente – trazendo à tona questionamentos referentes tanto à falta de atenção do governo municipal à qualidade dos espaços públicos da Praça, quanto às restritivas condições de participação da população nos projetos urbanísticos empreendidos pelo órgão.

Ora, se a cultura e a preservação do patrimônio assumem, neste momento, um papel de escape, na década seguinte parece haver uma mudança nesse sentido. De elementos de *desterritorialização*, ainda que *relativa*, frente aos preceitos desenvolvimentistas em voga na cidade no início da década de 1980, a temática preservacionista e, principalmente aquela cultural, parecem ser, a partir da década de 1990, tendencialmente incorporadas no seio do próprio modelo urbano então hegemônico – aparentemente cada vez mais baseado em processos de mercantilização do espaço urbano. Como possível exemplo dessa situação, tem-se o próprio intuito – manifesto pelos arquitetos do IAB MG já em 2000, e endossado (de forma mais ou menos explícita) em ações posteriormente emplacadas na área pelo governo municipal – de promover a "apropriação da região por outras classes sociais que não as estabelecidas (população de baixa renda)" (MIRANDA, 2007, p.171)[185].

Ora, os Equipamentos Culturais Institucionais instalados na área a partir da década de 1990 parecem assumir um papel crucial nesse processo. Implantados, majoritariamente, nos edifícios do então tombado Conjunto Arquitetônico e Paisagístico da Praça da Estação, estes, além de funcionarem como expressões paradigmáticas da confluência entre as temáticas *preservacionista* e *cultural* levantadas na década anterior, parecem configurar, simultaneamente, importantes marcos do novo papel assumido por tais ideias na cartografia de sentido então vigente na cidade. Ora, de linhas de *desterritorialização relativa* frente ao padrão hegemônico precedente, tais questões parecem tender a assumir o contorno, neste momento (e pelo corpo específico desses equipamentos) de *linhas de força* atuantes no seio do próprio *modelo urbano neoliberal*, ora aparentemente predominante. Como possíveis expressões de tal processo, tem-se, por exemplo, as diversas clivagens geradas em meio às dinâmicas sociais do espaço por meio de sua implantação.

> (...) Rafael Barros pontuou que o Museu de Artes e Ofícios representava uma "barreira" à utilização da Praça da Estação e Gustavo Bones, do grupo de teatro Espanca, apontou para a necessidade de os edifícios públicos locais "abrirem-se para a cidade" – como exemplo emblemático apontou as condições de fechamento apresentadas, à época, pela Serraria Souza Pinto[186].

[185] Trecho recuperado do eixo 2 deste trabalho, p.95.
[186] Trecho recuperado do eixo 2 deste trabalho, p.179.

> O Museu de Artes e Ofícios parece surgir, assim, junto à Serraria Souza Pinto (situada na extremidade sul da rua Aarão Reis), de forma a sinalizar as características formais, o tipo de público e as próprias formas de apropriação que qualificariam o "Corredor Cultural" que então paulatinamente se anunciava para a área. Com efeito, a Prefeitura, que nos anos anteriores havia alegado falta de verba para a restauração dos espaços públicos presentes no local, parecia juntar esforços, na primeira década do ano 2000, no sentido de os tornarem propícios à implantação de um tal caráter[187].

É importante salientar, contudo, que tal movimento não configura, evidentemente, uma regra geral para os Equipamentos Culturais Institucionais implantados na área. Não se trata – e nem poderia se tratar, dada a diversidade de dinâmicas e fluxos que atravessam cada um destes equipamentos – de um processo homogêneo. Novamente, é preciso destacar que não estamos diante de dinâmicas unívocas ou fechadas, mas antes, de realidades complexas, frente as quais o nosso intuito é nada mais do que tatear possíveis tendências.

De forma a fazer-nos compreender, tomemos como exemplo o Programa Miguilim (p.99-101), e, em menor medida, o Centro Cultural UFMG (p.95-96) e a própria FUNARTE (p. 106-107). O Miguilim (em seus moldes iniciais) apresenta uma série de elementos que o fazem destoar, nitidamente, dessa tendência: mais do que linha de força, tal equipamento parece configurar uma linha de tensão, desterritorialização relativa frente ao modelo urbano então predominante. Isso pode ser observado tanto pelo fato de o equipamento surgir de uma iniciativa da própria sociedade civil, quanto pelo intuito apresentado pela instituição de tomada da cultura como parte de um escopo mais abrangente, ligado à cidadania e à assistência a setores vulneráveis da população. No que se refere ao Centro Cultural UFMG e à FUNARTE, equipamentos também geridos por órgãos públicos, inflexões a essa tomada da cultura como linha de força podem ser observadas no caráter relativamente mais abrangente de seu público e nas maiores possibilidades de inferência (via editais públicos) da população em sua programação, se comparado aos demais equipamentos mencionados.

Feita essa breve explanação a respeito dos Equipamentos Culturais Institucionais implantados na área a partir da década de 1990 e de como, por meio destes, a cultura – questão outrora tomada como fator de desterritorialização – é de certa forma reterritorializada, funcionando tendencialmente como uma linha de força, a serviço do modelo urbano neoliberal então hegemônico, voltemo-nos ora, a um movimento transversal a esse, encabeçado sobretudo por algumas Manifestações Culturais, surgidas na área principalmente a partir de 2007. Ora, por meio destas, os ideais urbanísticos neoliberais afirmados (em maior

[187] Trecho recuperado do eixo 2 deste trabalho, p. 103-104.

ou menor medida) pelos Equipamentos Culturais Institucionais da área parecem ser continuamente colocados em xeque. De forma mais ou menos intencional, tais movimentações parecem questionar – ou gerar fissuras, por assim dizer – tanto no que tange os processos declaradamente gentrificatórios que guiam a dinâmica de implantação de alguns destes equipamentos, quanto, de forma mais abrangente, quanto aos próprios modelos de cidade aos quais estes tendem em muitos momentos a se atrelar (cidade monumento, pautada na espetacularização dos espaços; cidade asséptica, baseada na construção de imagens de progresso e na consequente eliminação de agentes que delas destoem; cidade padronizada, fruto da reprodução acrítica de padrões estéticos externos). Ora, é justamente por esse seu movimento de *escape* a estes modelos que aqui caracterizamos tais manifestações como "de Resistência".

Mas, em que medida e de que maneiras esta resistência se dá? De forma a abordar esse processo, e as singularidades que caracterizam cada uma dessas experiências, voltemos a alguns pontos destacados em meio ao texto:

> [FAMÍLIA DE RUA] Ora, a confluência dessas duas frentes de luta (territorial e cultural) faz do coletivo uma associação duplamente potente – e especialmente relevante, deve-se pontuar, para o estudo a que aqui nos propusemos. Além de configurar uma espécie de contraproposta autônoma diante da predominância, na cidade, de políticas culturais restritas aos interesses do mercado (leis de incentivo fiscal e outros tipos de parceria público-privada), o grupo faz da cultura de rua um dispositivo de resistência às ações, tão comumente emplacadas pelo governo municipal, de *cerceamento* do direito ao livre uso, por parte da população (notadamente de seus setores marginalizados) dos espaços "públicos" da cidade[188].

> [NÚCLEO DE ARTE E ATIVISMO DO GRUPO DE TEATRO ESPANCA] Trata-se, como vemos, de uma tentativa declarada de propor caminhos alternativos, fortemente ligados ao empoderamento das "minorias oprimidas". Mas, nesse sentido, em que esfera os referidos "objetos artísticos" atuariam? Ora, parece-nos se tratar de mais um exemplo no qual a interferência se encontra no âmbito do simbólico, ou ainda, na esfera da própria criação subjetiva. Como dissemos no momento introdutório desse texto: no ato de criar formas de subjetivação singulares, que contornem o processo de assujeitamento a imagens urbanas prontas – poderosas formas de fomento à produção de cidades excludentes e pretensamente unívocas. Ora, os "objetos" e ações do grupo parecem voltados justamente para a invenção de dinâmicas que façam frente a essa lógica, a partir da primazia da diferença e, assim, do tateamento de caminhos para a construção de espaços de fato singulares. Mas, como, afinal, se daria esse processo? "Urbanismos afetivos" – lemos acima. O afeto como arma contra a lógica urbana guiada pelo mercado e voltada para a acumulação de poucos? Outra pista surge logo em seguida: "práticas coletivas", formas de construção conjunta. Com efeito, parece primordial a emergência, na criação mesma desses territórios singulares, de uma certa ideia de comum[189].

> [BAIXO BAHIA] O objetivo, segundo descrição contida na página Facebook do BABA (como é também chamado), é "transformar as ruas da cidade em campo

[188] Trecho recuperado do eixo 2 deste trabalho, p.121.
[189] Trecho recuperado do eixo 2 deste trabalho, p.141-142.

> aberto para *práticas cotidianas de compartilhamento*, através de um esporte de caráter coletivo e agregador: o futebol!" (BAIXO BAHIA, 2015, grifos nossos)[190].

> [SARAU VIRA-LATA] De fato, não seria o conteúdo livre dos versos e a própria forma com que se dá o ato, em roda, ao chão, de forma aberta e compartilhada, uma maneira de desafiar o "centro", tanto no que se refere às dinâmicas tradicionais de divulgação artística quanto à própria lógica de apropriação dos espaços públicos da cidade – lançados por vozes restritas, e controlados, muitas vezes, de forma a calar o coro singular-plural das vozes marginais? Nomadismo, colaboração, ação e reação frente a performances de *qualquer um*. Como cachorros dispersos pelas sarjetas da metrópoles contemporâneas, os poetas vira-latas parecem propor, por meio de seu ato errante, uma experiência tática de vivência da cidade: um caminho que segue na difícil tentativa de contornar a predominância do "centro" pela tomada da margem como também "digna de voz"[191].

> [GANGUE DAS BONECAS] Trata-se, como vemos, novamente de uma ideia de resistência baseada no *afeto*. A cidade como um "espaço de viver coletivo"; a "moldura poética" como oportunidade de instaurar uma voz política. Para além do discurso, a ação de resistência parece se encontrar na própria experiência do corpo (naquela do corpo marginal, a quem a cidade é mais hostil), mas também num corpo coletivo (num viver junto) – e em seu processo de afetação[192].

> [CARNAVAL DE RUA] Isso ocorreu por meio da colaboração entre os blocos, que mantiveram a autonomia organizacional e, sobretudo, com total independência de qualquer agência reguladora ou fonte incentivadora. O carnaval de rua de Belo Horizonte foi, é e, esperamos, continuará sendo, um movimento independente e motivado pelo desejo de pertencimento máximo à cidade (CARNAVAL DE RUA BH, 2012, não paginado)[193].

Da releitura destes trechos pode-se apreender que a "resistência" ou as referidas linhas de escape se dão, nestas manifestações, por diversos caminhos. Se a ação de resistência do grupo Família de Rua, por exemplo, é marcada por uma forte confluência entre a promoção da cultura Hip Hop e as lutas sócio-territoriais presentes na área, o Núcleo de Arte e Ativismo do Grupo de Teatro Espanca parece contribuir para o empoderamento das "minorias oprimidas" por meio especificamente de ações performáticas e a Gangue das Bonecas, por sua vez, parece fazê-lo por meio de ações fortemente baseadas na experiência do corpo na cidade, partindo, para isso, da confluência entre questões territoriais e de gênero. O BAixo BAHia Futebol Social, de forma diversa, parece contribuir para a emergência de práticas de experimentação compartilhada do espaço público a partir dos modos de fazer do próprio futebol de rua; enquanto o Sarau Vira-Lata baseia-se, para tal, na experiência compartilhada da poesia marginal, no sentar em roda, no ouvir e ser ouvido, na tomada de voz do qualquer um. Finalmente, o Carnaval de Rua, experimento festivo de caráter notadamente autônomo,

[190] Trecho recuperado do eixo 2 deste trabalho, p.143-144.
[191] Trecho recuperado do eixo 2 deste trabalho, p.148-149.
[192] Trecho recuperado do eixo 2 deste trabalho, p.152-153.
[193] Trecho recuperado do eixo 2 deste trabalho, p.166.

parece provocar, por meio especificamente da experiência lúdica, tensionamentos entre imagens urbanas pretensamente assépticas e espaços de vivência, de lazer e de prazer coletivos.

Apesar de os trechos acima transcritos referirem-se a pontos emergidos durante o rastreamento destas manifestações específicas, a abrangência da linha "Manifestações Culturais de Resistência" não se esgota, como vimos, apenas nestes exemplos. De forma a retomar o multifacetado panorama que a compõe, relembremos aqui, os demais experimentos que a constituem. Tem-se também, em tal linha, o Domingo Nove e Meia, encontro de cunho notadamente libertário no qual táticas estéticas somam-se a questionamentos sobre as formas de organização social na cidade; a Praia da Estação, que apresenta-se como uma forma lúdica de reivindicação pelo livre uso do espaço público da cidade (forma esta que, como vimos, já havia sido experimentada, no ano anterior, na ação Rotatória da Praia da Estação); o Nelson Bordello e o teatro Espanca, equipamentos voltados para experimentações estéticas (e em diversos graus também políticas e territoriais) e, muitas vezes atuantes como "pontos de apoio" para as ações dos demais "grupos culturais de resistência" ali presentes; a LavAção, que te como intuito abrir caminhos para atitudes autônomas voltadas para a manutenção coletiva do espaço do Viaduto Santa Tereza; a Marcha das Vadias, percurso de cunho carnavalesco que tem as pautas feministas como plano de fundo; o Cidade Eletronika, festival realizado com o objetivo de pensar outras práticas espaciais a serem experimentadas naquele território; o Rolê Fotográfico, que parece reunir e construir, por meio da fotografia, outros possíveis olhares frente àquele espaço; a Invasão das Sombrinhas, ação que, apesar de pontual, mostra-se potente no sentido de expor, de forma lúdica, os processos de subordinação do espaço da Praça da Estação a dinâmicas de privatização; a Parada Gay (hoje Parada do Orgulho LGBTS), que une a luta contra a homofobia a formas festivas de apropriação do território, o Samba da Meia Noite, forma de apropriação do espaço baseada na diversidade, na promoção da cultura negra, na afirmação do protagonismo feminino, dentre outros; e os próprios Ocupantes Nômades, os quais, de forma ora mais ora menos desterritorializada, parecem operar, ainda que de forma não intencional, táticas cotidianas de subversão das condições de controle presentes no espaço da Praça da Estação e do Viaduto Santa Tereza.

Ora, mesmo diante de toda a multiplicidade desse panorama, parece ser possível distinguirmos alguns potenciais nós, fios condutores que parecem, em maior ou menor grau, permear todas as manifestações que o compõem. São eles: o caráter notadamente estético das ações – o que equivale a dizer que, para além de um âmbito meramente discursivo, estas

parecem utilizar-se de táticas voltadas para a própria experiência sensível; e a tentativa, ainda que latente, de fomentar, por meio dessas ações, formas mais horizontalizadas de organização social – ponto este que implica um redimensionamento da própria ideia de participação. Como veremos a seguir, tais ideias serão retomadas e expressivamente intensificadas no contexto de A Ocupação.

A fim de abordarmos tal processo voltemos, contudo, a um acontecimento que, surgido na área no início de 2013, mostrou-se capaz de afetar sobremaneira o plano de forças ali presente (referente às linhas de desterritorialização relativa e ao seu contínuo processo de reterritorilização em direção aos modelos atrelados a práticas urbanísticas neoliberais). Trata-se da proposição, por parte da Fundação Municipal de Cultura, do chamado Programa Corredor Cultural Praça da Estação.

Se da perspectiva do nosso diagrama, o campo de forças no espaço parecia tender, até então, ora para processos de relativização (por meio, por exemplo, do surgimento do Duelo de Mc's e de outros movimentos de resistência local) ora para processos de reterritorialização (a partir, por exemplo, do sancionamento do Decreto 13.798/2009, que proibia a realização de eventos de qualquer natureza na Praça da Estação, e das diversas investidas da Prefeitura no sentido de controlar o funcionamento do Duelo[194]), a aparição do Programa em questão parece confluir para o fortalecimento da tendência de enrijecimento desse campo de forças, ou seja, de re-enquadramento dos fluxos que atuavam no sentido de desmembrar imagens prontas (recolocando-as em um plano de discussão), em direção a modelos de novo estáticos, criados no âmbito do urbanismo neoliberal (imagens atreladas, por exemplo, à ideia de "cidade monumento", "cidade criativa" ou "cidade global"). Como ilustração paradigmática dessa dinâmica – dos moldes padronizados (baseados em repertórios externos) e notadamente atrelados a um ideia de "produto turístico" que se pretendia dar ao referido projeto – tem-se um texto publicado no Jornal Hoje em Dia ainda em 2012, quando o referido Programa ainda estava em vias de ser concebido:

> Uma mistura entre o bairro da Lapa, no Rio de Janeiro, com Puerto Madero, em Buenos Aires, na Argentina, e pinceladas da Cidade Baixa, de Lisboa, em Portugal, com um toque à mineira. Esse é o esboço do que se pretende fazer da região no entorno da Praça da Estação, no Centro de Belo Horizonte, com destaque para a rua Sapucaí (MENDES, ZUBA, 2012, não paginado).

Tal movimento de reterritorialização não parece ser, contudo, unívoco. Em meio a esse

[194] Processos estes que tendiam, contudo, a ser novamente desterritorializados, por meio, por exemplo, da criação da Praia da Estação, no primeiro caso, e do surgimento da Real da Rua, no segundo.

processo – e no seio mesmo de seu desenvolvimento – parece surgir uma espécie de micro-fissura: trata-se da eleição, em 21 de março de 2013, de uma Comissão formada por membros da sociedade civil – a qual ficaria, a partir de então, responsável por acompanhar a concepção do projeto de revitalização proposto. Tal Comissão aparenta configurar, contudo, mais do que uma linha de escape tal qual, uma espécie de espaço intersticial em meio às dinâmicas então em curso na área. Dito de outro modo, parece tratar-se de uma desterritorialização apenas relativa em meio ao campo de forças então em ação.

Ora, se ela gerava estremecimentos, em certa medida, nos moldes estáticos e não participativos com que o projeto inicialmente se havia engendrado, gerando possíveis fugas em meio a seus processos – por meio, por exemplo, das reuniões entre os usuários do espaço e os Arquitetos contratados – tal movimento parece subverter apenas relativamente o caráter fechado do projeto, ao mesmo tempo com que, por outro lado, territorializa, organiza e achata, em grande medida, o caráter transgressor das Manifestações Culturais de Resistência que ali se engendravam – enquadrando-as em modelos explicitamente mais fechados.

Desse embate, surgem, contudo, outras linhas de desterritorialização, movimentos que parecem apresentar-se como tentativas de ampliação do grau de subversão do processo. Exemplo disso é a própria disciplina UNI 009 Cartografias Críticas, que, diante das próprias falhas nele observadas, passa a propor, de maneira paralela ao trabalho da Comissão, abordagens alternativas e mais participativas dos espaços em questão. Tais processos, contudo, apesar de gerar desvios, não nos parecem, ainda, gerar desestabilizações de fato radicais no campo de forças então em jogo.

3.1.2 Eixo (b)

Uma fuga tal qual parece ocorrer apenas em junho de 2013, por meio especificamente dos grandes Protestos de rua – com os quais damos início à abordagem do segundo eixo de nossa investigação.

Ora, a eclosão das referidas manifestações – e as intensas experiências coletivas de rua por elas desencadeadas – pareciam configurar de fato um momento de estremecimento, tanto das estruturas sociais quanto das próprias imagens urbanas estabelecidas. Entra-se, ou ao menos se parece entrar, em um ambiente constituinte, um espaço de ruptura, ou dito de outro modo, em um possível plano de consistência por meio do qual outros símbolos pareciam ser efetivamente passíveis de serem criados. Parecia tratar-se, enfim, de uma linha de fuga, ou,

nas palavras de Gilles Deleuze e Claire Parnet (1998), de um movimento capaz de nos conduzir “em direção de uma destinação desconhecida, não previsível, não preexistente” (p. 146).

Ora, a Assembleia Popular Horizontal parece advir justamente desse ímpeto constituinte. “Rever as estruturas, traçar outros princípios, re-estabelecer lugares” era o desejo que pairava nos agitados encontros realizados abaixo do Viaduto Santa Tereza. Evidentemente, este movimento não se dá, contudo, de forma isenta de dinâmicas de massificação e produção de micro-fascismos: certamente não se trata de um processo livre de falhas, uma pura multiplicidade em fluxo. Exemplos disso são as tentativas (por vezes excessivas) do grupo de organizar e direcionar as mobilizações populares; e a própria necessidade de se definir, em meio à multiplicidade de temáticas surgidas nas ruas, eixos prioritários a serem considerados nos debates assembleários.

Em meio a esse último processo tem-se, contudo, um fato curioso: a ausência de um eixo (ou Grupo Temático) voltado, especificamente, para a discussão da temática cultural – não tomada, na ocasião, como prioritária – irá servir como estímulo para uma espécie de desterritorialização relativa à própria Assembleia, que culmina na criação do chamado Comitê Popular de Arte e Cultura.

No âmbito destes processos, a Ocupação da Câmara Municipal de Belo Horizonte assume um papel paradigmático: nela Comitê e Assembleia passam a ocupar temporariamente um mesmo espaço. Ora, tal processo é uma ocorrência crucial em meio à nossa cartografia, já que, é justamente em meio a esse encontro intensivo do *modus operandi* da Assembleia Popular Horizontal com as táticas político-estéticas propostas pelo Comitê, que A Ocupação é gestada.

Tal processo de elaboração não ocorre contudo, sem muitos embates. Parece tratar-se, simultaneamente, tanto de um arrastar do limiar de “O Evento” (ato anteriormente proposto pelos alunos da disciplina UNI 009 Cartografias Críticas em conjunto com integrantes do coletivo Real da Rua); quanto de uma desterritorialização, ainda que relativa, da própria Assembleia Popular Horizontal – a qual se vê, em meio à sua própria busca por modos de organização sociais mais abertos e democráticos, impelida a caminhar em direção a outras táticas. Como menciona Thálita Motta na Roda de Conversa #1, parecia de fato, tratar-se de um momento de reconsideração dos rumos do próprio movimento. De um âmbito fortemente calcado no discurso, este parece caminhar cada vez mais rumo a experimentações na esfera estética, recuperando, para isso, muitos dos aprendizados adquiridos em meio às

Manifestações Culturais de Resistência historicamente realizadas na área do Viaduto Santa Tereza.

> ***Thálita**: – (...) eu acho assim, que tem um vínculo muito grande entre as Ocupações e as Assembleias, assim, talvez de um cansaço das Assembleias, de fazer assim "ai, vamos fazer isso de outro jeito (APÊNDICE A, p.343)*[195].

A Ocupação parece configurar, assim, um momento de confluência (a) (b). envolve Um movimento que envolve tanto processos mais abrangentes – táticas de questionamento do espaço da cidade como um todo – quanto experimentações pontuais, referentes especificamente às dinâmicas presentes na área em questão. Parece se tratar, mais especificamente, de uma sorte de pico intensivo, ocasionado pelo encontro não apenas destes *territórios* tais quais (pensados em termos de sua diferença de escala) mas dos diversos *territórios e desterritórios subjetivos* que os parecem acompanhar. Como nos diz Silvia Andrade:

> ***Sílvia**: – (...) eu entendo que A Ocupação é uma confluência de desejos (APÊNDICE A, p.313).*

3.1.3 Eixo (a) (b)

Ora, o encontro de desejos e o processo de hibridização de táticas que caracterizam A Ocupação parecem caminhar por, pelo menos, dois importantes vieses: se por um lado a ação aparenta, como vimos, recuperar as táticas estético-políticas que já vinham, há muito, sendo experimentadas em meio às Manifestações Culturais de Resistência realizadas no Viaduto Santa Tereza; por outro lado, parece haver, na própria articulação do ato, uma sorte de tentativa de radicalização da ideia de participação – gerando algo como uma participação ampliada, ou, para usarmos um termo que aponte para uma mudança mais radical nesse sentido, de *construção comum*. Este último pode ser observado tanto nas Manifestações Culturais de Resistência, quanto (e de forma mais elaborada) em meio ao *modus operandi* aberto e horizontal da Assembleia Popular Horizontal.

Ora, é especificamente nesse duplo processo, no qual essas *táticas estético-políticas* e a ideia de *construção comum* unem-se em prol da emergência de modos de fazer transversais, que atravessam tanto a esfera da experiência dos espaços da cidade (rumo a uma vivência

[195] Trecho recuperado do eixo 2 deste trabalho, p.220.

mais democrática) quanto aquela das próprias formas de organização social que os permeiam (em direção a formas notadamente mais horizontais), que nos parece residir, finalmente, as contribuições do ato para a emergência, no contexto específico de Belo Horizonte, de *espaços biopotentes*.

*

Chegamos, assim, novamente à ideia de *espaços biopotentes* – e, com isso, à proposta de, nesse momento final, lançarmo-nos à tentativa de uma sua (ainda que breve) re-consideração. Faremos isso por meio de escritos fragmentários, surgidos em meio ao próprio percurso e às abordagens nele surgidas a seu respeito. Com tais escritos, incompletos e necessariamente inconclusos, a nossa expectativa é, contudo, mais do que fechar tal ideia, indicar possíveis vias para a sua continuidade.

3.2 Fuga-Resistência-Biopotência (algumas re-considerações finais)

> O poder já não se exerce desde fora, nem de cima, mas como que por dentro, pilotando nossa vitalidade social de cabo a rabo. Não estamos mais às voltas com um poder transcendente, ou mesmo repressivo, trata-se de um poder imanente, produtivo. Como o mostrou Foucault, um tal biopoder não visa barrar a vida, mas tende a encarregar-se dela, intensificá-la, otimizá-la. *Daí nossa extrema dificuldade em situar a resistência, já mal sabemos onde está o poder, e onde estamos nós, o que ele nos dita, o que nós dele queremos, nós nos encarregamos de administrar nosso controle, e o próprio desejo está inteiramente capturado*. Nunca o poder chegou tão longe e tão fundo no cerne da subjetividade e da própria vida como nessa modalidade contemporânea do biopoder (PELBART, 2007, p.1, grifos nossos).

A pergunta que permeou o nosso caminho no item anterior foi: onde, em meio aos processos envolvidos em A Ocupação, tem-se possibilidades de escape dos *modelos de cidade* criados no âmbito do urbanismo neoliberal? Nele percorremos uma série de situações nas quais parecia-nos emergir processos de desterritorialização desses modelos, em direção à construção, mais ou menos bem-sucedida, de outros símbolos e formas de vivência do espaço da cidade. À luz das ideias expostas por Pelbart no trecho acima e das diversas ideias apresentadas ao longo deste eixo, intentemos, ora, posicionar tal questão em relação ao questionamento inicial deste trabalho, referente às contribuições do ato para a emergência de espaços biopotentes.

De tal análise inferimos que, pensar a respeito de possíveis fugas desses *modelos de cidad*e é o mesmo que pensarmos sobre em que medida conseguimos *resistir*, no âmbito do

espaço urbano, às formas de dominação e controle contemporâneas – as quais parecem se dar justamente, no âmbito do desejo. Ora, se a crise urbana é uma crise também simbólica e subjetiva, a sua fuga parece também necessariamente o ser.

Não seria esta, afinal, a própria ideia de *espaços biopotentes*? Pensarmos em termos de espacialidades não somente concretas, mas, dadas as condições de dominação atual, a partir sobretudo de territórios simbólicos?

Ora, é especificamente nessa perspectiva que a construção comum e a experiência estética parecem se apresentar como potenciais vias de biopotência em meio a A Ocupação: justamente por contribuir para que tal ato-processo aponte não apenas para novas formas, imediatas, de apropriação dos espaços de Belo Horizonte, mas sobretudo, para uma espécie de *redimensionamento simbólico e subjetivo*, referente à própria vida coletiva na cidade e ao papel do espaço nesta dinâmica. Um redimensionamento na direção não do *poder sobre a vida*, mas ao contrário, da própria *potência da vida* – a qual, ainda que diante do mais poderoso grau de dominação, parece ainda insistir em revidar.

*

Com isso chegamos ao fim, e com ele (como não poderia deixar de ser) a mais perguntas do que certezas. Se mais do que *pontos finais*, interessa-nos, contudo, *linhas-processos*, findamos apenas temporariamente o nosso percurso, e o fazemos não com constatações conclusivas, mas com dois pequenos relatos – na expectativa de, com eles, abrir caminho para outras e ainda mais potentes fugas.

> ***Silvia**: – Em mim, eu entendo que eu tenho uma outra relação com a cidade, uma outra relação com as pessoas, uma outra relação com cada um desses espaços onde a gente fez uma Ocupação. É estético, né? Essa interferência, ela é no lugar do desejo mesmo, e do afeto, eu não passo pelo Viaduto mais como eu passava antes, do mesmo jeito que eu não vou na praça do Barreiro como eu ia antes (APÊNDICE A, p.316).*
>
> ***Gabriel**: – (...) a ideia era isso, né? Era construir esses outros canais de manifestação, essa outra estética (APÊNDICE B, p.383).*

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

A OCUPAÇÃO. Belo Horizonte: **Facebook**, 5 jul. 2013. Disponível em: <https://www.facebook.com/AOcupacao>. Acesso em: 31 dez. 2014.

ALBUQUERQUE, Carolina. **"Ei, polícia, a Praia é uma delicia!": Restros de sentidos nas conexões da Praia da Estação**. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal de Minas Gerais. Programa de Pós-Graduação em Comunicação, Belo Horizonte, 2013.

ALMEIDA, Renato. **Ocupação Câmara Municipal de Belo Horizonte**. 29 jun. 2013. Youtube. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=H5rs5LW4pVc>. Acesso em: 15 set. 2015.

ASSEMBLEIA POPULAR HORIZONTAL. **Wikidot**. 2013. Disponível em: <http://aph-bh.wikidot.com>. Acesso em: 01 ago. 2015.

ASSEMBLEIA POPULAR HORIZONTAL. 04ª Sessão da Assembleia Popular Horizontal de Belo Horizonte. **Wikidot**, 27 jun. 2013. Disponível em: <http://aph-bh.wikidot.com/4-sessao-da-assembleia-popular-horizontal-de-belo-horizonte>. Acesso em: 01 ago. 2015.

ASSEMBLEIA POPULAR HORIZONTAL. **A Câmara de BH está ocupada, você sabe por quê?**. 1 jul. 2013. Youtube. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=dIm--P-Z1ag>. Acesso em 2 ago. 2015.

ASSEMBLEIA POPULAR HORIZONTAL. **Facebook**. Disponível em: <https://www.facebook.com/AssembleiaPopularBH/?fref=ts>. Acesso em: 10 set. 2015.

AYER, Flávia. PBH quer criar corredor cultural na Praça da Estação. **Jornal Estado de Minas**, 14 mar. 2013. Gerais. Disponível em: <http://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2013/03/14/interna_gerais,356890/pbh-quer-criar-corredor-cultural-na-praca-da-estacao.shtml> Acesso em: 30 jul. de 2015.

AZUCRINA. Rotatória Praia da Estação. **Flickr**, Belo Horizonte, 2 dez. 2009. Disponível em: <https://www.flickr.com/photos/azucrina/4152143117/in/photostream/>. Acesso em: 20 set. 2015.

BAIXO BAHIA. Facebook. Disponível em: <https://www.facebook.com/BAixoBAhia/info/?tab=page_info>. Acesso em: 2 nov. 2015.

BAIXO BAHIA. Status Magazine. **Facebook**, 28 ago 2012. Disponível em: <https://www.facebook.com/BAixoBAhia/photos/a.219983884720994.70804.202436429809073/434826693236711/?type=3>. Acesso em: 21 set. 2015.

BALLION, Henri. **Dictionnaire de Botanique**. Tome Premier. Paris: Librairie Hachette, 1876, p. 516-51.

BELO HORIZONTE. Decreto 13.863 de 29 de janeiro de 2010. **Diário Oficial do Município**, Belo Horizonte, 2010. Disponível em: <http://portal6.pbh.gov.br/dom/iniciaEdicao.do?method=DetalheArtigo&pk=1022906>. Acesso em: 9 jun. 2015.

BELO HORIZONTE. Portaria SARMU-CS 02/2010. **Diário Oficial do Município**, Belo Horizonte, 2010. Disponível em : <http://portal6.pbh.gov.br/dom/iniciaEdicao.do?method=DetalheArtigo&pk=1031525> Acesso em 9 jun. 2015.

BELO HORIZONTE. Decreto 13.960 de 4 de maio de 2010. **Diário Oficial do Município**, Belo Horizonte, 2010. Disponível em: <http://portal6.pbh.gov.br/dom/iniciaEdicao.do?method=DetalheArtigo&pk=1031517>. Acesso em 9 jun. 2015.

BELO HORIZONTE. Decreto 13.961 de 4 de maio de 2010. **Diário Oficial do Município**, Belo Horizonte, 2010. Disponível em: <http://portal6.pbh.gov.br/dom/iniciaEdicao.do?method=DetalheArtigo&pk=1022906>. Acesso em 9 jun. 2015.

BELO HORIZONTE. Portaria FMC Nº 023 de 15 de Abril de 2013. Designa os membros da Comissão de Acompanhamento do Programa Corredor Cultural Estação das Artes. **Diário Oficial do Município**, Belo Horizonte, 18 abr. 2013.

BELO HORIZONTE. Prefeitura investe na requalificação da Praça da Estação. Prefeitura Municipal de Belo Horizonte. **Diário Oficial do Município**, Belo Horizonte, ano IX, ed. n.: 2001, 21 nov. 2003. Disponível em: <http://portal6.pbh.gov.br/dom/iniciaEdicao.do?method=DetalheArtigo&pk=914362>. Acesso em 13 set. 2015.

BELO HORIZONTE. Relatório Comissão de Acompanhamento Zona Cultural Praça da Estação. **Fundação Municipal de Cultura**. Prefeitura de Belo Horizonte, jun. 2014.

BERQUÓ, Paula. **Arte, Arquitetura e território: a experiência cultural no espaço urbano**. 2013. Monografia (Graduação) - Universidade Federal de Minas Gerais, Escola de Arquitetura e Design, Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Belo Horizonte, 2013. Disponível em: <http://issuu.com/ind_ufmg/docs/monografia_paulabruzzi>. Acesso em 22 set. 2015.

BERQUÓ, Paula.; CHAGAS, Fernanda.; RENA. Natacha. Biopolíticas espaciais gentrificadoras e as resistências estéticas biopotentes. **Lugar Comum**, Rio de Janeiro: UFRJ,

n. 41, p.71, 2013. Disponível em: <http://uninomade.net/lugarcomum/41/>. Acesso em: 25 set. 2015.

BLISSETT, Luther. A onda não morre na Praia! Um chamado para mais uma articulação na Praça da Estação. ***Praça Livre BH***, Belo Horizonte, 2010. Disponível em: <https://pracalivrebh.wordpress.com/2010/02/15/a-onda-nao-morre-na-praia/>. Acesso em: 1 out. 2015.

BRAGON, Rayder; CHEREM, Carlos Eduardo. Em assembleia, manifestantes confirmam protesto nos arredores do Mineirão durante Brasil x Uruguai. **UOL Noticias**, Belo Horizonte, 23 jun. 2013. Disponível em: <http://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2013/06/23/em-assembleia-manifestantes-confirmam-protesto-no-mineirao-durante-brasil-x-uruguai.htm>. Acesso em: 15 set. 2015.

BRANT, Ana Clara. Projeto 'Samba da meia-noite' reúne todas as tribos próximo ao Viaduto Santa Tereza. **Portal UAI**, Belo Horizonte, 10 fev. 2014. Disponível em: <http://divirta-se.uai.com.br/app/noticia/musica/2014/02/10/noticia_musica,151369/projeto-samba-da-meia-noite-reune-todas-as-tribos-proximo-ao-viaduto-s.shtml>. Acesso em: 12 set. 2015.

BRANT, Ana Clara. Saraus de poesia se espalham por BH e conquistam público diversificado. **Portal UAI**, Belo Horizonte, 18 mai. 2014. Disponível em: <http://divirta-se.uai.com.br/app/noticia/arte-e-livros/2014/05/18/noticia_arte_e_livros,154799/voz-da-periferia.shtml>. Acesso em: 12 set. 2015.

BRASIL. **Casa Civil**. Subchefia para Assuntos Jurídicos Medida Provisória nº 617/ 2013. Transporte coletivo municipal rodoviário, metroviário e ferroviário de passageiros. Brasília, DF. Mai/2013.

CANÇADO, Wellington. Corredor Cultural Estação da Artes: dilemas da participação. **Minha Cidade**, São Paulo, ano 13, n. 155.02, Vitruvius, jun. 2013 <http://vitruvius.com.br/revistas/read/minhacidade/13.155/4763>. Acesso em: 3 de out. 2015.

CARNAVAL DE RUA BH. Nota de Repúdio dos Blocos de Rua do Carnaval de BH ao candidato Marcio Lacerda. **Facebook**, 1 out. 2012. Disponível em: <https://m.facebook.com/notes/carnaval-de-rua-bh/nota-de-rep%C3%BAdio-dos-blocos-de-rua-do-carnaval-de-bh-ao-candidato-marcio-lacerda/415176745212202/>. Acesso em: 7 agos. 2015.

CARVALHO, Eduardo. Capitalismo cognitivo e trabalho imaterial. **Carta Maior**. 5 dez. 2006. Disponível: <http://cartamaior.com.br/?/Editoria/Midia/Capitalismo-cognitivo-e-trabalho-imaterial/12/12131> Acesso em 21 de abril de 2015.

CENTRO DE REFERÊNCIA DA JUVENTUDE TERÁ NÚCLEO PARA QUALIFICAÇÃO DE JOVENS. Sala de Notícias. **Portal Prefeitura Municipal de Belo Horizonte**. 17 jun.

2014. Disponível em: <http://portalpbh.pbh.gov.br/pbh/ecp/noticia.do?evento=portlet&pAc=not&idConteudo=161732&pIdPlc=&app=salanoticias>. Acesso em : 12 agos. 2015.

CHAGAS, Fernanda. **A parceria público-privada na produção do espaço: reflexões a partir da política urbana brasileira e das Operações Urbanas Consorciadas em Belo Horizonte**. 2013. Monografia (Graduação) - Universidade Federal de Minas Gerais, Escola de Arquitetura e Design, Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Belo Horizonte, 2013. Disponível em: <http://static1.squarespace.com/static/520390dde4b097413cf29221/t/531081aee4b08602cbf9b4ae/1393590702274/TCC+Monografia+-Fernanda+Chagas.pdf>. Acesso em: 15 de out. 2015.

CHOAY, Françoise. **O urbanismo, utopias e realidade, uma antologia**. São Paulo: Perspectiva, 1965.

COCCO, Giuseppe; VILARIN, Gilvan. **O capitalismo cognitivo em debate**. Liinc em Revista, v.5, n.2, 2009, p.148-151. Disponível em < http://www.ibict.br/liinc>. Acesso em 13 set. 2014.

COLETIVOZ. **O que é?**. Blog. 2015. Disponível em: <http://coletivoz.blogspot.com.br/p/o-que-e.html>. Acesso em: 2 agos. 2015.

COMITÊ POPULAR DE ARTE E CULTURA. **Carta Aberta do Comitê Popular de Arte e Cultura de Belo Horizonte**. Blog. 2013. Disponível em: <http://comitearteeculturabh.wordpress.com/>. Acesso em: 2 set. 2015.

CONJUNTO URBANO DA PRAÇA DA ESTAÇÃO DE BELO HORIZONTE. Acervo Histórico Cultural. **Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral**. Governo do Estado de Minas Gerais. Nov 1981. Disponível em: < http://www.bibliotecadigital.mg.gov.br/consulta/verDocumento.php?iCodigo=55274&codUsuario=0>. Acesso em: 3 jul. 2015.

CONJUNTO VAZIO. A Tradição Praieira Insurgente de Belo Horizonte. **Conjunto Vazio**, 28 mai. 2011. Disponível em: <https://comjuntovazio.wordpress.com/2011/05/28/tradicao-praiera/>. Acesso em: 7 agos. 2015.

CONJUNTO VAZIO. Belo Horizonte e (algumas de) suas movimentações subterrâneas. **Conjunto Vazio**. 18 jan. 2015. Disponível em : <https://comjuntovazio.wordpress.com/2015/01/18/belo-horizonte-e-algumas-de-suas-movimentacoes-subterraneas/> Acesso : em 1 nov. 2015.

DELEUZE, Gilles; PARNET, Claire. **Diálogos**. São Paulo: Escuta, 1998.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Felix. **Mil Platôs**. Capitalismo e Esquizofrenia. Vol. 1. Rio de Janeiro: Editora 34, 1995.
DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Felix. **Mil Platôs**. Capitalismo e Esquizofrenia. Vol. 4. Rio de Janeiro: Editora 34, 1997.

DENUBILA, Rodrigo. **Praia da Estação**. 11 dez. 2010. Disponível em: <https://www.flickr.com/photos/rdenubila/5252011273/in/photostream/>. Acesso em: 2 jul. 2015.

DESEJA.CA. Laboratório Eletronika, Workshop 1, ATLAS DA DIVERSIDADE. **Programa DESEJA.CA**, Belo Horizonte, 10 set. 2012. Disponível em: <https://programadesejaca.wordpress.com/2012/09/10/laboratorio-eletronika-workshop-1-atlas-da-diversidade/>. Acesso em: 1 set. 2015.

DIVERSA. **Revista da Universidade Federal de Minas Gerais**, ano 3, n. 7, jul. 2005 - Edição Vestibular. Disponível em : <https://www.ufmg.br/diversa/7/fontes.htm>. Acesso em 4 set. 2015.

DOMINGOS, Clóvis. A OCUPAÇÃO: "many FESTA-ações" na cidade. **Obscena**. Belo Horizonte, 11 jul. 2013. Disponível em: <http://obscenica.blogspot.com.br/2013/07/ocupacao-many-festaacoes-na-cidade.html>. Acesso em: 2 de fev. de 2015.

DUPIN, Leonardo. Manifestantes ocupam a Câmara de BH pela diminuição da passagem. **Brasil de Fato**, Belo Horizonte. 30 jun 2013. Disponível em: <http://www.brasildefato.com.br/node/13388>. Acesso em: 3 jul. 2015.

DUTRA, Barbara. **Circuito de Verão Nelson Bordello**. SleepWalkers Entretenimento. Flickr., Belo Horizonte, 23 jan. 2012. Fotografia. Disponível em: <https://www.flickr.com/photos/swentretenimento/6753344739/in/photostream/>. Acesso em: 3 jul. 2015.

EMBAIXO DO VIADUTO. Nelson Bordello. **Embaixo do Viaduto**, Belo Horizonte. Disponível em : <http://embaixodoviaduto.blogspot.com.br/p/nelson-bordello.html> Acesso em: 2 nov. 2015.

EQUIPE ESPANCA!. Quem somos : Uma década de reinvenção e relação com a cidade. ***Espanca!***, Belo Horizonte, 2014. Disponível em : < http://espanca.com/c/quem-somos/#Uma-década-de-reinvenção-e-relação-com-a-cidade> . Acesso em: 2 agos. 2015.

ESCOLA DE ENGENHARIA. **Histórico**. Universidade Federal de Minas Gerais. Disponível em: <https://www.eng.ufmg.br/portal/aescola/historico/>. Acesso em 12 ago. 2015.

FANTINI, Débora. Ideias além da conta. Futebol de rua, ferramenta digital colaborativa e agricultura urbana recriam BH. **Jornal O Tempo**, Pampulha, Belo Horizonte, 9 dez. 2011.

Disponível em: <http://www.otempo.com.br/pampulha/ideias-al%C3%A9m-da-conta-1.7634>. Acesso em: 3 jul. 2015.

FERNANDES, Betto. **Poemas**. 2015. Disponível em <http://bettofernandes.wix.com/betto-fernandes#!poemas/c10fk>. Acesso em 20 set. 2015.

FORUM DAS JUVENTUDES. Carta aberta por uma cidade amiga da juventude com cidadania e dignidade. **Fórum das Juventudes**, Belo Horizonte, 2011. Disponível em: <http://forumdasjuventudes.org.br/carta-aberta-por-uma-cidade-amiga-da-juventude-com-cidadania-e-dignidade/>. Acesso em: 14 set. 2015.

FORUM DAS JUVENTUDES. Grupos e entidades lançam carta aberta sobre fechamento do Miguilim, espaço para crianças e adolescentes em situação de rua. **Fórum das Juventudes**, Belo Horizonte, 2011. Disponível em: <http://forumdasjuventudes.org.br/grupos-e-entidades-lancam-carta-aberta-sobre-fechamento-do-miguilim-espaco-para-criancas-e-adolescentes-em -situacao-de-rua/>. Acesso em: 14 set. 2015.

FUNDAÇÃO PERSEU ABRAMO. **Programa Miguilim**. 19 mai. 2006. Disponível em : <http://novo.fpabramo.org.br/content/programa-miguilim> Acesso 20 jul. 2015.

GANGUE DAS BONECAS. **Ações**. A Gangue das Bonecas. Disponível em: <https://aganguedasbonecas.wordpress.com/acoes/>. Acesso em: 2 set. 2015.

GIFFONI, Iomara. **Belo Horizonte: da cidade planejada ao planejamento da cidade**. Turismo na Praça da Estação. Dissertação (Mestrado). Universidade do Vale do Itajaí. Balneário Camboriú, 2010.

GUATTARI, Felix; ROLNIK, Suely. **Micropolítica**. Cartografias do Desejo. 11 ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2011.

GUIA DE BENS TOMBADOS. **Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais**. – 2. ed. – Belo Horizonte: Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais, v.2, 2014. Disponível em: <http://www.academia.edu/10226258/Guia_dos_Bens_Tombados_do_IEPHA_MG_Volume_1>. Acesso em: 3 jul. 2015.

HARDT, M.; NEGRI, A. **Império**. Rio de Janeiro: Record, 2001.

HARVEY, David. **A crise da urbanização planetária**. 2014, não paginado. Disponível em: <http://blogdaboitempo.com.br/category/colaboracoes-especiais/david-harvey/>. Acesso em: 3 jul. 2015. Texto original: HARVEY, David. The crisis of planetary urbanization. In: **Uneven Growth: Tactical urbanisms for expanding megacities.** Nova York: Museum of Modern Art. 2014, p.26 - 31.

HUGO, Ney. Fora do Eixo, Fora do Centro, Com a Periferia, Fora da Eurocentria. **Fora do Eixo**. 5 ago. 2013. Disponível em: <http://foradoeixo.org.br/2013/08/05/fora-do-eixo-fora-do-centro-com-a-periferia-fora-da-eurocentria/>. Acesso em : 10 set. 2015.

ISRAEL PALESTINA. **Domingo Nove e Meia**. 2014.. Vídeo. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=stgmSK3oRNU>. Acesso em: 20 set. 2015.

JAMRA. Marginal. **Poesia Viralata**, Belo Horizonte, 15 fev. 2012. Disponível em: <https://poesiaviralata.wordpress.com/2012/02/15/marginal/>. Acesso em: 3 jul. 2015.

LAZZARATO, Maurizio. **Signos, máquinas, subjetividades**. São Paulo: Edições Sesc São Paulo/ n-1 Edições, 2014.

LIO COLETIVO. **Ação V: Da Sombra (n•1)**. Youtube. 2013. Vídeo. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=8u9iboXbhm4>. Acesso em: 3 set. 2015.

MACEDO, Carol.; GARCIA, Mariana. Um convite. **Revista Marimbondo**, 2011, n.1. Disponível em: <http://revistamarimbondo.com.br/artigo/18>. Acesso em: 17 jul. 2015.

MALINI, Fabio; GOVEIA, Fabio; CIARELLI, Patrick; CARREIRA, Lia; HERKENHOFF, Gabriel; REGATTIERI, Lorena; LEITE, Marcos Vinícius. #VemPraRua: Narrativas da Revolta brasileira. **Laboratório de Estudos sobre Imagem e Cibercultura - LABIC**, 2013. Disponível em: <http://www.labic.net/wp-content/uploads/VemPraRua-Narrativas-da-Revolta-brasileira.pdf>. Acesso em 16 ago. 2015.

MANNA, Nuno. Odoiá nas montanhas. **Praça Livre BH**, Belo Horizonte, 6 mar. 2012. Disponível em: <https://pracalivrebh.wordpress.com/category/praia-da-estacao/>. Acesso em: 3 jun. 2015.

MARIA OBJETIVA. *6°Ato BH* / **Câmara Ocupada: Guarda Municipal Reprime Manifestantes**. 29 jun. 2013. Youtube. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=BsYLFd0pUeM>. Acesso em 10 set. 2015.

MARIA OBJETIVA. **6º Grande Ato em Belo Horizonte**. Flickr. Jun 2013. Disponível em: < https://www.flickr.com/photos/mariaobjetiva/sets/72157634386152929/with/9166703880/>. Acesso em: 01 ago. 2013

MARICATO, Ermínia; FERREIRA, João. Operação urbana consorciada: diversificação urbanística participativa ou aprofundamento da desigualdade? In: OSÓRIO, Letícia. (Org.). **Estatuto da cidade e reforma urbana: novas perspectivas para as cidades brasileiras.** Porto Alegre: S. A. Fabris, 2002. p.215-250.

MAYER, Joviano. A "Nova BH" proposta por um carioca: como Marcello Faulhaber colocará BH à venda. **Facebook**, 3 out. 2013. Disponível em: <https://www.facebook.com/notes/joviano-mayer/a-nova-bh-proposta-por-um-carioca-como-marcello-faulhaber-colocar%E1-bh-%E0-venda/10200980807267785>. Acesso em 5 set. 2015.

MIDIA NINJA. BH em 5 atos: relatos de quem viveu os 9 dias históricos de ocupação da câmara, na capital mineira. 8 jul. 2013. **Facebook.** Disponível em: <https://www.facebook.com/anonymousrio/posts/571157629601256>. Acesso em: 13 set. 2015.

MIDIA NINJA. **Ninja Midia**. Flickr. Disponível em: <https://www.flickr.com/photos/midianinja/>. Acesso em: 13 set. 2015.

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO. **Glossário Ilustrado de Morfologia**. Brasília: Mapa/ACS, 2009.

MIRANDA, André de Sousa. **A gênese da preservação do patrimônio municipal de Belo Horizonte: movimentos sociais e a defesa da Praça da Estação.** Dissertação (Mestrado). Universidade Federal de Minas Gerais, Núcleo de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo. Belo Horizonte, 2007.

MUSA, Priscila. **Peleja**. Facebook, 27 jan. 2012. Disponível em: <https://www.facebook.com/media/set/?set=a.311552988897416.90507.202436429809073&type=3>. Acesso em: 22 set. 2015.

NEGRI, Antonio; HARDT, Michael. **Multidão: Guerra e Democracia na era do Império**. Rio de Janeiro: Record. 2005.

NÓS, TEMPORÁRIOS. **Nós Temporários**. Facebook. Disponível em: <https://www.facebook.com/N%C3%B3s-Tempor%C3%A1rios-505720246182481/?fref=ts> Acesso em 2013.

ÖZTURKMEN, Arzu. The Park, the Penguin, and the Gas: Performance in Progress in Gezi Park. *TDR:* **The Drama Review** (online), Vol. 58, No. 3 (T223). Nova York: University and the Massachusetts Institute of Technology, 2014, p.39-68.

PAC Cidades Históricas. **Portal IPHAN**. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/235>. Acesso em: 24 set. 2015.

PADILHA, Paulo. Entrevista: Paulo Padilha. (S.l.): **Direcional Educador**, dez. 2013. Entrevista concedida a Luiza Oliva. Disponível em: < http://www.direcionaleducador.com.br/edicao-107-dez/13/entrevista-paulo-padilha >. Acesso em: 09 dez.

2014.

PASSOS, E.; KASTRUP, V.; ESCOSSIA, L. **Pistas do método da cartografia: Pesquisa-intervenção e produção de subjetividade**. Porto Alegre: Sulina, 2009.

PELBART, P. P. **Vida capital: Ensaios de biopolítica.** Ed. Iluminuras: São Paulo, 1ª Ed., 2ª reimpr., 2011.

PORTAL PREFEITURA DE BELO HORIZONTE. **Regional Barreiro**. Disponível em: < http://portalpbh.pbh.gov.br/pbh/ecp/comunidade.do?app=regionalbarreiro> Acesso em 2015.

PRAIA NA PRAÇA DA ESTAÇÃO. **Praia na Praça da Estação de Belo Horizonte contra o decreto do prefeito Marcio Lacerda**. Mídia Independente, 13 jan. 2010. Disponível em: <http://www.midiaindependente.org/pt/red/2010/01/462799.shtml>. Acesso em: 3 jul. 2015.

PRAIA DA ESTAÇÃO EM REFORMA. **Jornal Hoje em Dia**, 5 set. 2003. Disponível em: <http://notes.abcp.org.br:8080/producao/clipp/clipp.nsf/59dac160bc7df2ba03256aef00407549/650840284f387b9483256d97005a491c?OpenDocument>. Acesso 13 set. 2015.

PRIMEIRO SINAL. **Magiluth**. Portal de Teatro Pimeiro Sinal. Disponível em: <http://primeirosinal.com.br/galeria/magiluth> . Acesso em: 14 set. 2015.

REAL DA RUA. **Facebook**. Disponível em: <https://www.facebook.com/RealdaRua/info/?tab=page_info>. Acesso em : 12 agos. 2015.

ROLNIK, Suely. **Cartografia sentimental: transformações contemporâneas do desejo**. Porto Alegre: Sulina; Editora da UFRGS, 2011.

ROQUE, Tatiana. Os novos movimentos se constituem a partir de diagramas (e não de programas). **Revista DR**, Belo Horizonte, n. 1, p. 36, 2015. Disponível em <www.revistadr.com.br>. Acesso em: 27 agos. 2015.

ROSENTIEHL, Pierre; PETITOT, Jean. Automate asocial et systèmes acentrés. In: **Communications**, n° 22, 1974.

SECRETARIA DE PLANEJAMENTO DE MINA GERAIS. ANEXO VI, "Aspectos Culturais da Praça da Estação", Conferência proferida pela diretora da Escolada Arquitetura da UFMG, Suzy de Mello, no 1o Encontro Belo Horizonte: ontem, hoje, amanhã – Praça da Estação: Origem e Destino. 12/ 13/ 14 de agosto/ 81 limitados às páginas 43 à 49, da seguinte referência bibliográfica: **Encontro pela Revitalização da Praça da Estação**: 1: 1981. Belo Horizonte. Belo Horizonte ontem, hoje, amanhã, Praça da Estação: origem e destino, Belo Horizonte, 12 a 20 de agosto de 1981. Belo Horizonte: IAB, 1981. 122p.

SZANIECKI, Barbara; SILVA, Gerardo. Megaeventos, pontos de cultura e novos direitos

(culturais) no Rio de Janeiro. **Lugar comum**, n. 31-32, p.11-22, 2010.

TREVISAN, Eveline.; JAYME, Juliana. **Intervenções urbanas, usos e ocupações de espaços na região central de Belo Horizonte**. Civitas, Porto Alegre, v. 12, n. 2, p. 359-377, maio-ago. 2012. Disponível em: <http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/civitas/article/viewFile/11933/8133>. Acesso em: 3 set. 2015.

UOL. Em dia de maior mobilização, protestos levam mais de 1 milhão de pessoas às ruas do Brasil. **UOL Notícias**, 20 jun. 2013. Cotidiano. Disponível em: <http://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2013/06/20/em-dia-de-maior-mobilizacao-protestos-levam-centenas-de-milhares-as-ruas-no-brasil.htm>. Acesso em 16 out. 2015.

VAINER, C.; HARVEY, D.; MARICATO, E; BRITO, F.; PESCHANSKI, J.A.; MAIOR, J.L.S.; SAKAMOTO, L.; SECCO, L.; IASI, M.L.; Mídia NINJA; DAVIS, M.; Movimento Passe Livre – São Paulo; OLIVEIRA, P.R.; ROLNIK, R.; BRAGA, R.; VIANA, S.; ZIZEK, S.; LIMA, V.A. **Cidades Rebeldes: Passe Livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil**. São Paulo, 1 ed., Boitempo : Carta Maior, 2013.

VEIGA-NETO, Alfredo. Olhares... In: COSTA, Marisa (org.). **Caminhos investigativos: novos olhares na pesquisa em educação**. Porto Alegre: Mediação, 1996, p.19-35.

VENTURA, Izabela. Belo Horizonte terá centro de assistência para 10 mil jovens. **Jornal Hoje em Dia**, Belo Horizonte, 2 jul. 2012. Disponível em : <http://www.hojeemdia.com.br/horizontes/belo-horizonte-tera-centro-de-assistencia-para-10-mil-jovens-1.6207>. Acesso em : 13 jul. 2015.

APÊNDICE A – Transcrição da Roda de Conversa #1

Local: Rua Aarão Reis, baixio do Viaduto Santa Tereza.
Data: 08 de dezembro de 2014, segunda-feira.
Presentes: Paula Bruzzi, Silvia Andrade, Gabriel Murilo, Drica Mitre, Cléssio Cunha, Thálita Motta.
Participações: Gustavo Bones, Rômulo.
Crédito das fotos e registros em vídeo: David Narvaez e Anselmo Junior.

Paula: Então gente, é o seguinte, eu já expliquei um pouco no e-mail, mas a ideia de fazer essas Rodas de Conversa surgiu da minha dissertação (que estou fazendo na Escola de Arquitetura, orientada pela Natacha), como forma de pensar em uma metodologia que fosse mais flexível. Que não fosse eu escrevendo sobre o ato, até por sua natureza, que é difícil de ser abarcada a partir de uma perspectiva única, né? Bom, a ideia, então, é começar essa escrita a partir dos relatos, enfim (...) tentar fazer, já de início, algo compartilhado. Como eu disse, a dissertação é sobre a Ocupação, que é (...) bom, essa confluência mesmo de uma série de movimentos, né? Eu não acho que seja um movimento fechado, eu não vejo ele como um movimento em si, mas uma espécie de encontro, talvez. A ideia é questionar, mesmo, em que medida (...)

Interrupção: passante na rua

Paula: (...) pensar em que medida esses atos de Ocupação, essa coisa da "ocupação" como tática, como isso pode redimensionar o nosso pensamento sobre a cidade, levando em conta as singularidades do próprio espaço do Viaduto. Então a ideia primeira, assim, é reunir as pessoas que a gente pensou que fossem "chaves", que tivessem participado, de várias formas, e pudessem dar um depoimento. E aí eu pensei que primeiro nós podíamos nos apresentar e falar um pouco sobre o envolvimento de cada um nas Ocupações, o que acham?

Interrupção: Gustavo Bones

Paula: Então é isso, acho que eu vou passar e cada um fala sobre o seu envolvimento no ato, sobre como isso também te afetou, enfim, como cada um se envolveu no processo.

Cléssio: Bom, eu comecei a participar a partir da terceira ocupação. Assim, participar ativamente, né? Do planejamento, etc. Porque desde a primeira, como eu tava envolvido também com a Ocupação da Câmara (...)

Paula: A, esqueci de falar, fale o seu nome, por favor.

Cléssio: A, sim, esqueci, meu nome é Cléssio, sou assistente social. A terceira foi onde a gente começou a planejar, porque a gente tava já com o Tarifa Zero, eu participo do Tarifa Zero (TZ) também desde o começo, e a gente tava vendo uma oportunidade de fazer um lançamento da campanha Tarifa Zero e queria embarcar nessa história da Ocupação, mesmo não entendendo exatamente qual que era o propósito, qual que era a proposta da Ocupação. E a gente ficou durante muito tempo, querendo chamar o pessoal da Ocupação pra fazer "A Ocupação". E nas reuniões do Tarifa Zero ficava todo mundo assim: "- Pô, eu to chamando, mas o pessoal não vem e tal". Então, assim, mostrava exatamente como a gente não entendia a lógica do que era construir A Ocupação. Até que o negócio começou a sair. A gente começou a pegar o jeito da coisa, marcou uma reunião e aí quem apareceu foi, quem não apareceu não foi. E aí começou a rolar dentro do conceito da Ocupação Cultural mesmo, que a gente vai trabalhar provavelmente mais na conversa, né? Mas a minha história é essa, é bem de começar de fora, eu não sou envolvido com o movimento cultural, a minha profissão não é ligada à área de cultura... Mas eu fui chegando de fora, assim, da cena cultural, mas aí me apaixonei pela forma com que a coisa ela é construída, e aí topei encarar todas as ocupações a partir daí, na parte do planejamento. E, assim, me marcou muito, porque o envolvimento com essa perspectiva cultural, festiva, de movimento social para mim foi uma novidade, porque a gente estava acostumado a encarar movimento social como uma coisa chata, de reunião e tal. E aí essa história de festa, de ir pra rua botar o som e tal, pra mim foi muito novidade. Acho que foi um dos motivos pelos quais eu me apaixonei tanto.

Silvia: Vou falar um pouco sobre o meu olhar sobre a gênese da Ocupação e o que não for importante pra pesquisa, você (...). É, da mesma maneira que o Cléssio (...)

Interrupção: chegou o Gabriel Murilo

Paula: Bom, a gente começou fazendo uma apresentação e falando sobre o envolvimento cada um na Ocupação, e a Silvinha tá falando sobre a perspectiva dela da gênese (...)

Silvia: É, comecei agora, é ótimo que você tenha chegado inclusive. Bom, eu entendo que A Ocupação é uma confluência de desejos. Em junho de 2013 (...) é, e eu penso isso porque eu lembro de junho de 2013, um pouco antes dessas manifestações, uma minha amiga estava fazendo uma disciplina, na qual ia se fazer um evento. E no mesmo momento, os meninos da Família de Rua estavam num outro contexto da luta, porque eles precisavam trazer fortalecimento pro Viaduto, e existe esse lugar que é o que deve estar mais na sua pesquisa, que é dessa união dos propósitos da Família de Rua com uma disciplina, transformando O

Evento n'A Ocupação. Mas no meio disso, teve um processo que vocês também participaram, a gente não se conhecia mas eu imagino que você estivesse lá, que foi a Assembleia Popular Horizontal... Que a falta de um GT dentre os dez GT's que a gente considerou as prioridades na luta naquele momento, no contexto de junho de 2013, a falta de um GT de cultura dentre esses dez, nos fez dar um "auto-sacolejo" e houve uma chamada pra uma reunião, pra construção de um Comitê Popular de Arte e Cultura, no mesmo momento mas com outras pessoas. Foi uma reunião com mais ou menos 70 artistas, né Murilo? (...) De todas as linguagens artísticas... E a gente tirou três ideias. A gente saiu de lá com três ações, tinha um ato, que era um ato grande no outro dia: a gente escreveria uma carta aberta do Comitê Popular de Arte e Cultura, tipo instituindo a criação do Comitê naquele mesmo dia (...) A gente até publicou, saiu em algum jornal que eu não me lembro qual. A gente faria uma macro-ação, e aí a gente acabou fazendo aquele bandeirão *Unfair Players* pro próximo ato, era o ato de sábado. E a gente, pra frente, buscaria construir, é... A gente não tinha o nome, eram pequenas ocupações no espaço público, com shows, com pequenos palquinhos, pelo centro, pela cidade, aí eu lembro que dessas três a gente entendeu que essa não era imediata, ela não precisava ser feita pro próximo dia, mas existia esse desejo.

Paula: Isso tava acontecendo antes da Ocupação da Câmara?

Silvia: Antes da ocupação, no contexto tipo do dia 18 de junho, depois posso recuperar a data dessa reunião pra você, do Comitê Popular de Arte e Cultura. Aí no meio dessa confusão de junho, no dia 29 de junho, a gente vai pra essa reunião na Câmara [Câmara Municipal de Belo Horizonte]. Eu, sinceramente, nem lembrava bem que a gente tinha essa terceira proposta, de tão loucas que nós ficamos com as manifestações. Mas a gente chega pra Audiência Pública na Câmara Municipal, a gente já tinha feito uma segunda bandeira pra essa audiência que ela foi roubada na madrugada, uma loucura... Então a gente já chegou lá meio sem ter uma intervenção de cunho um pouco mais artístico pra fazer, mas a gente tinha levado algumas tintas, algumas coisas... Isso dia 29 de junho, na Câmara Municipal, na Audiência Pública que resultou na ocupação [da Câmara]. E eu não consigo desligar essas ações porque, no meu entendimento da gênese, essas intervenções artísticas elas vão resultar n'A Ocupação. Então a gente já chegou lá meio sem ter uma intervenção de cunho um pouco mais artístico pra fazer, mas a gente tinha levado algumas tintas, algumas coisas... Isso dia 29 de junho, na Câmara Municipal, na Audiência Pública que resultou na ocupação [da Câmara]. E eu não consigo desligar essas ações porque, no meu entendimento da "gênese" [de A Ocupação], essas

intervenções artísticas elas vão resultar n'A Ocupação. Então a Ocupação da Câmara já começou com um tom muito artístico quando os corações foram feitos nos guardas, depois de uma ação lúdica de lançamento de tinta, única "arma" que se tinha. E a gente acabou convivendo com aqueles guardas municipais pintados por mais de 24 horas ali, sem trocar de roupa. E aí a Ocupação da Câmara eu entendo que, muito por causa disso que vinha acontecendo, por causa da força que teve a bandeira e, principalmente, por causa da nossa escola Praia da Estação, ela foi sustentada pela festa. No primeiro dia a gente já falou, vamos preencher uma madrugada inteira, e a próxima, e quantas forem preciso, de shows, de atividades, pra que a gente fique seguro aqui dentro. E aí uma semana depois, outras reuniões do Comitê Popular de Arte e Cultura foram acontecendo, elas eram praticamente diárias, se não eram diárias eram um dia sim e um dia não. A gente dividiu o Comitê - qualquer coisa que eu me enganar você me ajuda aí, Murilo - a gente dividiu o Comitê em duas partes, uma parte que a gente discutia as políticas públicas municipais da cultura. E nós éramos uns 4 ou 5 só, porque tava todo mundo numa construção super legal de A Ocupação que iria sim acontecer de toda maneira no dia 7 de julho (...)

Interrupção: passante na rua

Silvia: (...) É... E essas ações elas foram tomando tanta força que (...) essa data ela já tava certa, ela já aconteceria aqui. Tanto a Família de Rua quanto as alunas da disciplina da Natacha, quanto a Natacha, elas eram super presentes nas reuniões na Ocupação da Câmara. A gente ainda não se sabia bem né, não tinha muita certeza de quem era quem ali, mas a gente estava se conhecendo, construindo junto. E aí dessas duas ações do Comitê Popular de Arte e Cultura. O Comitê Popular de Arte e Cultura, na verdade, logo depois da Câmara Municipal muita gente entende que ele acabou, eu entendo que não, eu entendo que ele virou um grupo de pessoas que por um tempo ficaram construindo A Ocupação, pelo menos até a segunda, eu entendo que a gente ainda se reuniu muito pela força daquele encontro dos artistas dentro da Ocupação da Câmara. Depois vem essa construção junto com o Tarifa Zero, que até a semana de A Ocupação, Cléssio, a gente nem sabia que vocês estavam querendo fazer uma Ocupação. E foi bem legal porque A Ocupação ela é construída de um jeito muito diferente do Tarifa Zero, ela não tem esse tempo do respiro, você tem uma pauta política, o desejo e ela é "no corre". E eu acho que isso faz com que as coisas aconteçam numa fluidez muito impressionante. Eu lembro do Luiz Gabriel, do Graveola, aqui na primeira Ocupação, quase chorando, falando: "- Gente, tudo deu certo, tava todo mundo no lugar certo, na hora certa!" Porque ninguém tinha muita certeza de como que ia fazer, né? A primeira Ocupação ela era

dividida em uma série de sub-GT's, subgrupos, que era muito legal porque todos os grupos tinham muita autonomia pra construção, e isso a gente foi perdendo ao longo das Ocupações, mas eu não vou entrar nisso não porque eu acho que a gente pode ir conversando junto depois sobre como a Ocupação foi (...)

Cléssio: Como isso mexeu com você? Como isso te tocou, uma outra pergunta dela é: como isso mexeu com a sua vida.

Paula: (Risos) Sim, em que isso te afeta nos processos cotidianos, na forma de ver a cidade, mas bom, fica a vontade pra responder ou não.

Sílvia: (Risos) Não, claro! Eu era produtora, trabalhava pro SESC, e pra Prefeitura, e comecei a fazer só coisa na rua. E eu acho que o encontro com todas essas pessoas também me fizeram ter envolvimento com uma série de movimentos, e nos momentos de crise, esse grupo das Ocupações Culturais, a gente sempre entra. Porque A Ocupação ela tem sido o nosso instrumento, A Ocupação e o aprendizado que reverbera dela né, e que vem da Praia, ela tem sido o instrumento muito de uma série de outros movimentos que surgiram depois. A própria Ocupação do Viaduto que foi praticamente uma Ocupação sonora, de 24 horas de música alta, de som. É... Em mim, eu entendo que eu tenho uma outra relação com a cidade, uma outra relação com as pessoas, uma outra relação com cada um desses espaços onde a gente fez uma Ocupação. É estético, né? Essa interferência, ela é no lugar do desejo mesmo, e do afeto, eu não passo pelo Viaduto mais como eu passava antes, do mesmo jeito que eu não vou na praça do Barreiro como eu ia antes. E acho que eu vou aproveitar para falar um pouco sobre a experiência do Barreiro, já que os meninos não estão aqui. Os meninos de lá eles tem 20 anos. É o pessoal do Cabeçativa. E sempre que eles encontram com a gente eles falam que a vida cultural ali, do Barreiro, mudou completamente depois do acontecimento de A Ocupação lá. O Barreiro foi a quinta [Ocupação #5]. E é muito legal porque isso tem muito a ver com uma coisa que a gente buscou desde a primeira Ocupação, que era conseguir não com que a pauta política – que a gente realizasse o que a gente desejava politicamente – a gente não queria só cumprir a pauta, mas a gente queria interferir, a gente queria fazer alguma diferença na vida cultural do lugar.

Interrupção: passante na rua

Silvia: Pronto!

Thálita: Eu não sei se eu vou te ajudar muito não, porque eu vim mais interessada também em ouvir. Porque a gente se encontrou no CorpoCidade e viu que rolavam algumas afinidades.

Silvia: Mas você tem um ponto de vista muito legal que é o do artista!

Interrupção: passante na rua

Thálita: (...) e do pesquisador. Na verdade, eu não consigo separar também A Ocupação do processo todo, mas não vou ficar fazendo um diário aqui, né? Mas eu quero dizer, deixar bem claro, que narrativa é uma coisa pessoal e intransferível, então é o meu recorte sobre isso tudo. Mas, a minha vivência com esses movimentos todos, desde a Praia, que foi o primeiro contato de "poxa, tô morando nessa cidade". Eu moro aqui há três anos, vai fazer três anos em dezembro. E é um processo difícil você sair de um outro lugar impregnado no seu corpo e vir para um outro lugar que é de uma outra intensidade, que é mais assertiva, que é até mais violenta, mais atravessável. E aí eu me vi, me encontrei nesse novo lugar, e me deparei com a Praia, e foi um sentimento de pertencimento não de tipo "eu conheço as pessoas, tô fazendo amizade" mas de viver aquele espaço ali no “aqui e agora” que são poucas vezes na vida que a gente vive de fato o aqui e o agora. E senti aquilo ali muito potente, eu estava numa crise com performance-arte e falei "nossa, acho que eu quero estudar isso daqui, isso daqui é muito mais potente do que o que eu estou querendo propor sozinha". Enfim, aí vi possibilidade na Praia, deu vontade de pesquisar. E aí eu comecei a pesquisar, e o meu envolvimento com todos esses movimentos, eu não consegui pesquisar só a Praia... Vazou, foi vazando, foi permeando outros campos. E a minha participação tanto em A Ocupação, quanto na Ocupação da Câmara, eu fui em tudo o que eu pude em junho, eu fui ficando mobilizada por aquilo e fui achando que aquilo era importante de ser vivenciado. E aí eu fui vendo que a minha pesquisa me levava a conhecer a cidade de uma forma muito incrível, conhecer pessoas, fazer agenciamentos que eu nunca faria se eu não estivesse nesse movimento, talvez eu ficaria na minha casa vivendo um outro espaço, uma outra noção de cidade. E aí eu fui me envolvendo de pesquisa-arte-vida, assim, não consigo separar essas coisas. Fiquei muito mobilizada pelas jornadas de junho, porque foi um negócio de uma multiplicidade tão estonteante que você ia, né? Eu ia, mas eu ficava pensando, "meu Deus, o que eu estou fazendo aqui?" Eu ia muito mais, talvez, com o olhar de pesquisadora também, de entender que processo era aquele. Aí acabei até propondo uma performance no caminho, quando eu vi já estava completamente dentro, também.

Sílvia: Duas!

Thálita: Que eu falei: "eu preciso incorporar isto aqui, preciso viver esse negócio de outro jeito que não com cartazinho - e vivi com cartazinho! - que não andando só, eu preciso incorporar", e aí foi. E aí rolou as Assembleias, que eu faço uma crítica, é uma leitura minha, que é o problema de todo movimento que emerge assim nessa pulsão, e é uma energia muito ali, da mudança, da utopia, do que a gente quer fazer – porque a gente quer fazer acontecer e quer ver mudanças sim, lógico, porque a coisa está feia – mas aí era a coisa da urgência, a coisa do tempo, compreender que as coisas precisam de um tempo maior, um tempo mais generoso pra acontecer de uma forma realmente sólida. E o tempo das Assembleias era o da urgência, pelo menos das primeiras que eu participei, participado, assim, muito mais como observadora. Até porque eu não sabia o que era aquilo, pra mim era um exercício incrível de democracia, um exercício novo, mas eu achava que tinham muitos equívocos (quase inevitáveis, claro) como era esse negócio do tempo, era o negócio da urgência, de "gente, amanhã pra onde a gente vai?", e a gente, talvez quinhentas pessoas, querendo mobilizar, sei lá, quantas pessoas vieram nesse movimento de junho. E a gente achando que podia traçar o caminho pela gente, assim, e mobilizar todo mundo. E a gente viu no dia seguinte, que foi o dia que a gente partiu aqui da Praça Sete, que não era bem assim. E ai até a gente chegou no Mineirão e foi movimento social pra um lado e galera pro outro. Super sintomático. Que agenciamento é esse que a gente está se propondo, que é sim, assim, ali, é horizontal mas ao mesmo tempo está querendo dar corpo e vetor pro negócio, que talvez não era o nosso papel ali. E a coisa da urgência de elaborar uma proposta, porque a gente tem que fazer, a gente não pode perder aquilo, porque é o momento e a gente não sabe o que vai acontecer... Isso me incomodou, assim, isso me incomoda em qualquer emergência desse tipo, que é o problema da urgência, apesar de entender que a situação demanda agilidade. E aí eu vi a mobilização de A Ocupação acontecendo e eu falei, preciso também viver esse trem de outro jeito, que não só (...) e aí eu sabia da Silvia só, coitada, eu fiquei quase que direcionando um olhar, meio que de, "Silvia, e aí, o que que rola?", muito porque era o contato que eu tinha. E na primeira e na terceira Ocupação, eu tinha uma vontade de fazer uma performance, uma ação, e falei, "ai, acho que é aí", "acho que eu quero fazer", mas não tinha nada a ver com o discurso de A Ocupação. Era um negócio que eu e o meu parceiro queríamos fazer, que a gente tinha feito cinco anos juntos. Aí a gente pegou a imagem dos amantes do Magritte, que é aquele beijo encapuzado, saca? E a gente tava se colocando, mas também, claro, não parava na gente a ideia, que era de questionar esse contato nosso, esse afeto, que na verdade é um não afeto, é

um não beijo, né? Existe a ação mas ela tá mediada por uma camada ali, líquida. Aí a gente traz a camada teórica do amor líquido do Bauman. Que é esse desconhecimento completo, não que você tenha que conhecer profundamente, mas você nem se esbarra de fato, nem chega a ter um contato real, pensando nessas relações frágeis, né? Quer dizer, nada a ver com o que tava acontecendo, mas, deu vontade de fazer. E aí uma coisa interessante, que é a que eu te contei, que foi o que mais ficou pra mim dessa experiência. Foi a segunda vez que eu propus, que foi na terceira [Ocupação #3], que eu levei um porquinho que eu tinha, um porquinho de colocar moeda, queria andar com ele por aí. E a gente andava com o olho vendado e via muito mal as coisas. E aí a gente caminhou com o porquinho e tal, e sentamos no ponto de ônibus, começamos a fazer as ações. Dava pra ver um vulto, tinha um vulto de um pessoa olhando, esperando o ônibus e olhando aquilo. Eu coloquei o porquinho do lado, o porquinho que é um negócio perverso, né? É um negócio de dinheiro, tem uma imagem ali, enfim, um monte de coisa óbvia, e eu não previa o que poderia acontecer. O cara, o cara tava com o dinheiro contadinho dele do ônibus, deu pra gente ver que ele tava contando, vendo, revisando o dinheiro dele, ele foi lá e colocou o dinheiro dele, depositou no nosso porquinho. E eu nem pude imaginar que isso poderia acontecer, olha que coisa idiota, mas a provocação desse cara foi tanta, né? Eu imagino que a afetação, a afecção, dele foi tanta que a forma que ele teve de mostrar que ele tava ali (...) foi dando dinheiro, foi subvertendo a perversidade do que eu tava propondo ali, e colapsando pra mim a minha própria proposta, o cara vem e faz uma curva muito interessante no meu próprio trabalho. E a gente viu isso, ficou mais um tempinho e fomos embora. E a gente ficou um pouco e tal... Tinha um caráter muito musical, né, muito de show, muito gostoso, claro, mas, eu mesma vi poucas ações performáticas, algumas bem potentes que eu vi, mas fiquei sentindo falta de mais. Mas é esse o meu lugar, o meu lugar não foi muito de agenciadora, de ajudar a organizar, eu tive algumas dificuldades até, de acessar essa organização. A! Eu queria fazer a ação final da minha dissertação, que foi o Refluxo, eu queria fazer nessa época, não deu, porque eu não consegui me comunicar com as pessoas. Você [Silvia] até me passou o contato de uma pessoa, eu precisava do caminhão-pipa, porque eu lembro que vocês tavam agenciando um negócio de ter o caminhão-pipa pra limpar né, a sujeira toda, ou antes ou depois, e eu queria usar o caminhão-pipa, e não consegui acessar a pessoa que iria ficar responsável pelo caminhão-pipa, isso n'A Ocupação três.

Silvia: Era João Paulo ou Drica.

Thálita: Pois é, só que essas pessoas não me responderam. Aí são as falhas do nosso dispositivo – que a gente tem que admitir, ele é muito falho – que é o Facebook. Eu tentei entrar em contato, a pessoa, provavelmente não viu, deve ter entrado naquelas mensagens de "outros"...

Silvia: São 150 mensagens que a gente recebe nos dias. É uma loucura!

Thálita: Exatamente, então é falho ainda, né? Se eu os conhecesse talvez seria uma outra história.

Silvia: Desculpa interromper, mas eu acho que aqui a gente tem dois pontos que depois a gente pode conversar, que um é "autogestão", e o outro é a "música", só pra gente não perder, que você traz. E, talvez, a coisa do "fragmento" e o "movimento como um todo".

Thálita: É, a minha história com o movimento é fragmentada, não é linear como a sua é, ou parece ser.

Silvia: Mas também não, a gente tá só introduzindo, é.

Thálita: E aí é isso que eu tava te falando. Eu não vou te ajudar muito a entender como isso se deu, assim, em termos de organização, é mais uma percepção. E, claro que, tudo, desde a Praia, isso me afetou de uma forma que eu não consigo mais pensar a cidade como uma tábula rasa, mas como um espaço de proposta, de proposição. Eu vejo um lugar, eu já me mobilizo, já me dá um desejo de propor. Claro que eu tenho um probleminha com esse negócio de "ocupação" que é o seguinte: ocupação parece que o negócio tá desocupado. Como que você diz que esse lugar aqui tá desocupado? Não tá! Como que você diz que a Praia tá desocupada? Não tá! Tem uma vivência aí corporal com a cidade que nós não temos dimensão do que é. Que são as pessoas que tão aqui todo dia, transitando, são as pessoas que dormem, que sentam, que deitam, que se movem, que se contaminam, que adoecem, né? E a gente vem com essa ideia de "ocupação". Me dá um incômodo, é claro que eu entendo que o objetivo não é esse discurso, mas dá a impressão de que tá desocupado, e não tá. É uma camada de ocupação que a gente traz que é a camada cultural, que é a camada desse negócio aí, que não é, mas que parece uma tábula rasa. E é essa a potência que eu vejo da cidade, né? Não é uma cidade com praia, é uma cidade com Ocupações. E eu não vejo desconexão desde a Praia, até isso tudo, e inclusive o Espaço Comum [Espaço Comum Luiz Estrela].

Chega o Rômulo

Silvia: É muito interessante o Rômulo chegar nessa parte da sua fala, porque a gente discutiu muito essa questão, principalmente na Ocupação do Viaduto, o Rômulo morava no Viaduto Santa Tereza, e ele foi um ocupante, na camada cultural, junto com a gente. Enfim, só porque ele chegou bem no meio da fala.

Thálita: Eu tava falando que eu tenho um incômodo às vezes, com essa ideia nossa de que a gente tá ocupando o lugar como se ele fosse desocupado, e a cidade, o centro, né? A gente tá no fervo mais habitável, assim, e não tá desabitado, né? Tem muita coisa acontecendo, é isso que eu tinha trazido um pouco antes.

Rômulo: Então tá bom, eu não ouvi a palestra antes, porque eu tava lá dentro [Serraria Souza Pinto] tocando pagode, saí agora pra dar uma refrescada na minha cabeça, porque eu sabia ia ter essa reunião, "ô vei, vai!".

Silvia: (Risos) Uma voz te falou?

Rômulo: É, uma voz. Agora, escuta só, discutir o quê? Sobre o quê? Do começo, eu quero o começo da história, eu cheguei na metade, eu não sei se é o final.

Silvia: Então vamos do começo, cada um está falando do seu entendimento, de como que enxerga aqueles momentos festivos, de vários shows aqui, aí ela tá falando, ele vai falar, e depois de repente você fala de como você aquilo.

Thálita: Eu já acabei, viu?

Gabriel: Ela está fazendo uma pesquisa sobre isso, aí a gente está (...)

Rômulo: Esse aqui [Gabriel] eu acompanhei de madrugada em madrugada.

Gabriel: Na Ocupação do Viaduto, né? Ele está falando da Ocupação do Viaduto, das madrugadas que a gente virou lá, né?

Rômulo: E piores ainda, e piores também.

Gabriel: E piores também (risos). Essa Ocupação do Viaduto está na sua pesquisa, assim, cabe? Porque ela foi muito legal, né? Ela puxou um lance que é "do caralho", que é esse lance da ocupação sonora. Muitas vezes era o som ocupando o espaço e ele tinha uma força muito louca.

Silvia: E ela é onde o nome Ocupação é mais (...)

Rômulo: Ó, esse espaço é cultural, sempre foi. Aprenda! E o que os caras fizeram, lembra do banheiro? O banheiro era pauta. E aqui, cadê o banheiro, escuta. Pode gravar patroa!

Paula: É, a gente está gravando, esquecemos de falar.

Rômulo: Começa assim ó, ali tinha uma escadaria, então vamos fazer um projeto, arrebentamos, pá! Na hora que eu acordei, já brigamos, foi eu e André, discutindo cabeça pra cabeça, na Ocupação, eu falei, tá errado, cara! Os caras não vão conseguir fazer isso não. Desmancharam. Eu dormi ali ó, ali a placa branca. Dormi ali, pra ver, trouxe máquina, arrebentou. E o que fizeram? E foi três milhões (...)

Silvia: (...) Cinco (...)

Thálita: Sério? Essa reforma aqui, esse negócio ai?

Rômulo: Essa merda! Eu chamei o engenheiro (...)

Silvia: Ia ser três só pra limpar a Serraria. Eles conseguem justificar só 2 e 900 mil.

Rômulo: Sabe porque? A Serraria (...) aqui era pra fazer o Rap (...)

Thálita: Pra fazer o que?

Rômulo: Rap. Ou desafio de qualquer coisa, a gente fazia aqui debaixo. Ou samba, ou pagode ou capoeira, a gente fazia aqui debaixo. Aqui é uma área cultural, patroa. O skate, cadê o skate? Os caras estavam rodando, o cara veio do Rio de Janeiro ontem, do Rio. (...) Onde tem lugar de colocar skate aqui ó? Foi embora.

Thálita: Foi estratégico, né? Foi em um momento estratégico.

Paula: Você participou mais é do Viaduto Ocupado, isso que a gente tava falando é do Viaduto Ocupado, né? Você morava ali?

Gabriel: Ele morava ali, naquele espaço ali.

Rômulo: Não é morar, patroa. Eu ocupei. Eu tenho apartamento, graças a Deus. Eu sou cruzeirense. Eu dormi na rua só porque eu quis ocupação.

Silvia: Nós estamos falando sobre as festas. A gente tá lembrando, porque ela tá fazendo uma pesquisa, aí cada um tá falando uma vez, se você tiver terminado o Gabriel fala e a gente continua conversando.

Rômulo: O Gabriel eu lembro do seguinte (...)

Silvia: Tem uma matéria sobre ele.

Rômulo: Escuto só. O Gabriel, lembra que tinha o (...) não o do som. Agora comprou agora é nosso.

Gabriel: A, aqui o Bordello.

Rômulo: Você tava dormindo, aí ele falou assim "eu não mexo na mesa não". Eu falei, mesa de que, cara?", "Rapaz, eu mexo com som, quantos canais tem aqui essa mesa" (...)

Gabriel: Nem lembro disso não.

Rômulo: Você tava acabado. Escuta, eu lembro de cento e tantos canais. Você cantou com quem, na Ocupação?

Gabriel: Nas outras Ocupações Culturais, eu não lembro, não, eu te vi, a gente viu você na Ocupação que teve durante a Virada, a Ocupação da Virada, a não foi Revirada.

Silvia: Não, ele tava na copelada (...)

Gabriel: (...) na copelada, é. Aquele dia do futebol, que tinha um monte de polícia cercando lá. Você tava nesse dia?

Rômulo: Quem fez, quem pagou a implantação, o que foi governador. Fizemos objetos, gastamos gasolina.

Gabriel: Aqui?

Silvia: Aquela faixa, ela era direcionada pro Alberto Pinto Coelho, eu não lembro qual que era (...)

Gabriel: Não era a do Clésio Andrade não?

Silvia: Não, é uma faixa da sétima ocupação.

Gabriel: Ou, eu acho muito doida a participação do Rômulo, acho que você poderia direcionar mais, pra ele falar o que você tá querendo.

Paula: Isso, na verdade a gente tá tentando estudar essas Ocupações mesmo, que tiveram aqui e, enfim, e o envolvimento de cada um. Como foi pra você? Como você participou?

Gabriel: É, tipo assim, o que você sente, o que pega aí pra você?

Thálita: Você estava por aqui? Você estava morando aqui, não?

Rômulo: Não, eu tava junto e misturado.

Paula: (...) é mais saber como isso te afeta mesmo (...)

Gabriel: (...) como isso pega dentro de você, assim.

Thálita: Como isso entrou em você, quando chega um monte de gente.

Paula: O que você acha que muda, ou não muda nada?

Rômulo: Eu sou pior.

Gabriel: Não, fala sério, Rômulo.

Silvia: O Rômulo participou muito das reuniões da APH também, né. Ele era mais ativo que eu na APH. Eu nunca falei na reunião, só os homens que falavam (...)

Rômulo: Eu acho que vocês mulheres tão muito fraquinhas pra nós.

Silvia: Por quê? Como você fala isso depois de participar daquela ocupação ali?

Rômulo: Exatamente, sabe porque (...)

Gabriel: Cuidado com o que você fala, hein, Rômulo.

Rômulo: Sabe porque eu falo fraquinha, ali tinha uma cabine Policial Militar, num foi? Entrou alguém, não. (...) Então eu acho que as mulheres tem que ter mais voz.

Thálita: Mas, não necessariamente, cara, eu acho que participação pode ser muito múltipla (...). Mas eu entendo o que ele tá falando.

Silvia: Então depois a gente pode contar o episódio da Fátima, que era companheira dele.

Rômulo: Por exemplo, a Fátima não entende.

Silvia: Mas até que ponto (...) a Fátima (...). A gente sacolejou a Fátima, Rômulo, pra ela ter coragem, e ela teve.

Thálita: O que aconteceu?

Silvia: Ela sentiu muito isso de, e eu acho que talvez por causa da relação na rua, relação dela com o Rômulo de que a Fátima ela era importante na hora de limpar o banheiro.

Thálita: Lá na Câmara?

Rômulo: Não, aqui, patroa.

Silvia: Na Ocupação do Viaduto. E essa Ocupação ela teve um pouco disso mesmo, que nós éramos muitas mulheres e os homens, (...) a gente deu grito, na terça-feira. A gente deu um grito mesmo. Teve uma série de sete relatos femininos que eles seguraram a Ocupação. Que já tinha uma construção prévia, e é muito difícil não separar assim, porque foi assim que (...) essa Ocupação do Viaduto ela foi uma ocupação em que as questões de gênero foram muito transversais a todas as outras questões, as espaciais, a todas as outras questões políticas.

Paula: Essa é o Viaduto Ocupado, né?

Silvia: É, na verdade eram uns moradores de rua e as meninas feministas. O Viaduto Ocupado, é. E aí teve uma série de conflitos, né? E eu não sei até que ponto isso é importante para A Ocupação, pro seu trabalho, mas foi um lugar em que as mulheres caladas, do processo da APH, começaram a falar e, a partir desse dia, eu acho que teve uma reviravolta assim.

Rômulo: Teve um black out. (...) Você lembra da pista que tava muito precária? Mas cadê o banheiro?

Silvia: A pista tá ruim, precária mas a rampa ainda tá de frente pro (...) O Rômulo contou pra gente uma coisa do viaduto super importante. Uma das grandes justificativas da obra era a construção do banheiro e o banheiro existia, a gente abriu o banheiro. Ele existe, ele tá lá. E agora eles não sabem o que fazer porque eles não têm uma solução pra gestão do banheiro. E pediram uma proposta pra gente.

Paula: E aí vocês deram?

Silvia: Ainda não. A Nat, as meninas do Viaduto Ocupado vão poder falar melhor.

Rômulo: Eles não querem pagar o detergente pra limpar... Não tem papel higiênico, sabonete, detergente (...)

Gabriel: Vou falar um pouquinho então agora, Rômulo. Repete pra mim as perguntas?

Paula: Na verdade, assim, igual você estava falando, sobre entrar na pesquisa ou não. Eu acho que a gente não tem que ficar preocupado com isso, acho que é um relato mesmo, do seu envolvimento com o ato, assim, da forma com que você participou mesmo, das suas considerações, de como isso te afeta, e aí depois eu acho que a pesquisa mesmo vai emergir de vários desses relatos assim, sabe? Acho que não precisamos trabalhar com um foco tão fechado não.

Interrupção: ajuste das câmeras de vídeo

Gabriel: Deixa eu ver aqui como é que eu começo (...)

Paula: E a gente também está pensando, assim, em como começou. Um interesse também é pensar de onde vêm esses desdobramentos. É um desdobramento da Praia? É um desdobramento dessas ações que aconteceram nas manifestações? Fazer uma espécie de percurso, talvez não gênese, mas um percurso.

Gabriel: É muito louco isso né, cara? Pensar sobre o processo é uma outra forma de experimentar o processo, bem diferente de viver um pedaço dele, uma faceta dele. E, por mais que a gente venha sempre tentando fazer esse exercício, nas reuniões também, de conversar com a galera, de contar um pouco como é que foi nos outros momentos. Assim, muito do que a Silvinha falou de gênese do processo eu assino embaixo mesmo. Eu não sei se eu tenho muito a contribuir, mas eu estava presente nessa reunião do Comitê Popular de Arte e Cultura, e a minha visão desde esse momento, assim, eu lembro que foi muito importante, pelo menos pra mim, aquele ato que a gente fez da Turquia lá na Praça Santa Tereza, lembra? Que foi quando a gente se conheceu, na verdade, né? [Silvia]

Silvia: Na verdade eu tava nesse ato porque (...)

Gabriel: Você tava lá por causa daquele trampo lá do SESC, sim, eu lembro. E foi um momento acho que importante pros agentes que depois estiveram envolvidos em A Ocupação, que despertaram um pouco assim, né? Então A Ocupação, por mais que, assim, não tenha nenhuma relação direta, feita até então, mas já tinha essa memória, essa experiência desse ato. Estava tendo todo aquele processo lá da Turquia, da galera destruir uma das poucas praças, parques, que tinha lá com área verde, pra construir um shopping, uma mega mobilização, uma repressão policial muito forte. E aí uma turma ficou sensibilizada a isso e começou a sentir, eu acho, o momento da cidade e o momento político também.

Cléssio: O ato foi logo antes das manifestações de junho.

Gabriel: Isso, é, exatamente. Foi logo antes.

Silvia: Logo antes, assim.

Gabriel: Logo antes, é. Então esse foi um momento talvez que tenha juntado uma turma que depois estava junto também nas Ocupações. Foi meio que um modelo também que ali aconteceu.

Paula: É engraçado, né? Porque é um negócio que está acontecendo em outro lugar e é capaz de mobilizar pra uma coisa também muito singular daqui, né?

Gabriel: É.. E aí eu lembro desse momento, assim, muito, eu e o Francisco Cereno – que tava lá no grupo do Facebook e não pôde estar aqui, ele chega só no Brasil dia 10. E nesse momento eu acho que a gente começou nossa parceria nesses "corres" assim, de hoje, e de vários que se desdobraram em muitos. Foi um momento meio que parecido, assim, de juntar a galera pra, né? Pra, em prol de alguma coisa, estar junto, se manifestando. E ali a gente acaba exercitando o que eu acho que a Ocupação concretizou, que é uma outra forma de se manifestar. Então a minha leitura, assim, que eu acho que a Ocupação conseguiu exercitar, provocar, e ensaiar, é uma outra forma de manifestação, política. Que na verdade já existe, é mais uma leitura, né? E colocar isso no mesmo barco do que é manifestar politicamente. Que é a manifestação por outros vieses, né? Principalmente o viés estético. Então é uma coisa que eu lia, né? E que eu tentava, também, falar sobre isso, muitas vezes, e que a Ocupação era muitas vezes, ou em muitas facetas, um ato de a cidade, no seu viés artístico, estético, encontrar ela com ela mesma nas ruas. E manifestar politicamente, mas por um viés totalmente tão estético, que as vezes ele era até meio que confundido com festa, com evento que não era um ato político. E isso é uma luta, que, não sei se todo mundo compartilha, mas eu vejo que é importante, eu abraço ela, de estar sempre conversando sobre isso, assim, pras pessoas que acham que a Ocupação é um evento. E a gente, assim, já teve muitas críticas, né? De gente chegar e falar assim: á, não adianta nada ficar fazendo show, e não falar do que é importante. E aí eu falava assim, não galera, a própria atitude de você estar na cidade, atravessando um monte de empecilhos burocráticos (...)

Rômulo: (...) barreiras, barreiras (...)

Gabriel: (...) que o poder público te coloca, de licenciamento, de segurança, de tudo. De estar ali "na tora". De uma energia que ela é gerada através de um "corre" coletivo né? Assim, de uma forma alternativa e até muito autônoma ali, mas também de "puxada de gato", assim. Então todo o processo como um todo, ele é diferente de um evento, de uma festa, né? Muito, muito diferente.

Silvia: Desculpa, eu tenho essa coisa de ficar tentando construir junto. Eu lembro de por vezes a gente ter que, a gente ficou muito parceiro, né Murilo? Porque a gente foi descobrindo que dentro desses "corres" necessários, o Murilo fazia as coisas que eu não fazia e a gente meio que se complementava, e aí eu acho que depois a gente pode fazer isso pensando na gestão e até que ponto a gente foi se segurando pra não virar produtor do negócio, reproduzir a lógica (...)

Gabriel: A gente podia falar disso também, é. As vezes eu ficava, eu e a Silvia, num cabo de guerra, assim, mas que foi uma mistura ideal, que eu acho, assim, do negócio acontecer e ser o que a gente acredita, né?

Silvia: Porque a gente tinha que se justificar, pra galera do movimento social, porque as pessoas queriam que a Ocupação estivesse sempre ligada a uma pauta, "mas, qual que é a pauta política?" E a gente falava, gente (...)

Thálita: É, pauta, pauta!!

Silvia: Mas a pauta era implícita também, Thálita, porque a gente estava lutando contra uma série de regulações do município, do Estado, do governo. A gente não podia estar nos lugares. A gente subvertia tudo pra realizar.

Gabriel: É, é uma estratégia que a gente descobriu, mas que na verdade é a realidade, é uma manifestação, pra todos nós sempre foi. A gente simplesmente ia lá e protocolava como manifestação. Tem uma lei que fala que, uma lei "paia" também né, que você tem que protocolar que você vai manifestar no dia tal, né? Mas é uma lei de segurança, porque aí, supostamente, eles mobilizam polícia pra te proteger, e deixar a manifestação acontecer e tudo.

Silvia: Agora a gente nem está fazendo isso mais.

Gabriel: É, e assim, teve vez que a gente protocolava no órgão errado até, só pra ganhar um carimbo e mostrar pro cara, e dar um "migué", assim, eu acho que, não sei nem se teve uma vez que foi no órgão certo.

Silvia: Teve uma.

Paula: Na primeira vez rolou isso?

Gabriel: Não, na primeira rolou, tipo, no órgão errado.

Silvia: A primeira foi no órgão errado, a segunda, a terceira, a quarta e eu acho que a quinta eu protocolei nos órgãos certos. Mas na terceira eu vi que funcionava porque a política chegou, atrás dos, a polícia tinha, eu não sei de que maneira eles me acharam, porque você tinha que deixar seu nome e seu telefone.

Cléssio: Na hora de carimbar?

Silvia: Na hora de protocolar. Lá no da prefeitura, quando você chega no gabinete do prefeito, ela me dava (...). Mas a carimbada, desde a segunda, que já tinha acontecido primeiro, eu tinha que deixar lá, por isso que a gente falou, não então nós temos que ir rodando quem vai lá protocolar, também.

Paula: Até porque isso vai contra o negócio, assim né, porque isso já é uma tentativa também de achar um (...)

Silvia: um líder (...)

Paula: (...) um autor, e um responsável também.

Silvia: Claro.

Gabriel: No da Copa [Ocupação #7] por exemplo, a gente quis protocolar no errado de fato, teve vez que a gente protocolou no errado porque a gente ficava com tanta coisa pra fazer que chegava no sábado e o único órgão aberto era o UAI, não tinha o órgão da Prefeitura aberto, que era onde você ia. A gente ia lá pra ganhar o carimbo. Mas na época da copa a gente quis protocolar porque a gente não queria que a galera soubesse, porque tava tão arriscada a parada, que a repressão nas manifestações, garantidas constitucionalmente, estavam tão fortes, que a gente falou, não é melhor não.

Paula: Aí você não precisava dar o nome no errado?

Gabriel: Não, você só ganhava um carimbinho que você deixou o papel lá.

Silvia: A polícia chegou e falou assim, então beleza, não é evento não, né? É manifestação? Então, essas quinze pessoas aqui, ou oito, não lembro, elas não podem estar em manifestação, porque nós estamos atrás deles. E era justamente a Ocupação #3 do Tarifa Zero, que tinha um baile de máscaras, então tinha um tanto de gente mascarada, e a polícia queria que eu obrigasse as pessoas a tirarem as máscaras (risos)! Aí eu falei, de jeito nenhum, o senhor tá doido!

Gabriel: Uma coisa meio lúdica, assim, da disputa, né? Do espaço da cidade com a polícia! Meio que pregar uma peça na polícia, assim. Eu vi isso acontecer muitas vezes, né? Na primeira, quando rolou aquele momento, assim, histórico, que a gente tem que registrar aqui, que é da polícia, de um cara. Assim, na primeira Ocupação era um território tão ganho, uma celebração tão contagiante, parecia que tinha uma energia aqui que barrava qualquer coisa ruim pra entrar. Polícia não entrava. E de repente chegou uma viatura desavisada, assim, e parou lá no meio ali, perto daquela parte ali debaixo que tinha um segundo palco, e foi prender um casal que estava grafitando o início das pilastras. Você sabe dessa história?

Paula: Aí a galera começou a (...)

Gabriel: É, e aí a galera juntou lá, e brigando e discutindo, e os advogados todos em cima, e a multidão cercando o carro e, assim, o final da história é que a galera tirou o cara de dentro do carro, que já estava algemado, né? E ele saiu "vazado", e a galera conseguiu pegar o documento deles com a polícia, não sei se pegou a chave. Pegou a chave, e mandou a viatura embora, né? Tipo assim, ó, sai fora.

Paula: Não é seu território, né?

Gabriel: É, não é seu território. Então isso foi muito louco.

Silvia: E nenhuma viatura passava daqui, ó.

Gabriel: É, e tem tipo assim, por exemplo, na última, na última não, na penúltima, que foi durante a Copa, aqui: a gente chegou, a polícia já estava lá, a gente já ficava, assim, com uma cara super tranquila, feliz, montando os negócios. Aí chegava a polícia e perguntava: "o que tá acontecendo?". Aí a gente, tudo "de boa", feliz, "á, a gente vai fazer aqui (...)", eu nem lembro a resposta que eu dei, mas eu acho que assim, "a Ocupação Cultural", aí começava a explicar o que é a Ocupação Cultural. É igual você falar outra língua pro cara, que não entende a sua

língua, sabe? A feição, assim, do cara. Parece que ele não está entendendo o que você estava falando. Aí ele meio que entendia, ficava meio fragilizado, assim, por não entender, na verdade. E aí ele ficava assim: "então beleza", saía. Aí a gente via ele no canto lá, meio assim, tentando explicar pro superior dele, "não, eles vão fazer aqui é a Ocupação Cultural, é, Ocupação Cultural, é isso mesmo, não, tá tranquilo".

Paula: Porque dá o nome, né? "Ocupação", mas é ao mesmo tempo, "cultural". E aí de certa forma legitima o negócio, né, frente (...). É uma tática, também, né? Não sei, o que vocês acham sobre isso?

Gabriel: Na verdade, é, eu não sei se uma tática, mas eu acho que é um dado. Porque é essa a forma de manifestar. Não é uma tática pensada, o viés de manifestação é esse: artístico, lúdico, uma outra estética. E é muito doido os policiais, que as vezes são o símbolo da insensibilidade, né? Eles realmente não verem, não escutarem, não sentirem isso. Então é um pouco esse estranhamento. Porque é como se fosse invisível, assim, né? E são outras armas, são armas que eles não tem como combater, que é essa manifestação estética da Ocupação Cultural.

Silvia: Mas eu acho que a gente foi aprendendo que essas coisas eram estratégias e fazendo uso melhor dessas coisas também, nossa conversa com a polícia foi ficando muito mais elaborada. Por exemplo, a Guarda Municipal, e isso foi uma coisa que a gente aprendeu na Praia. Não podia, por causa da Lei de Uso Ocupação do Solo, colocar nada fixo no chão. Então as tendas, a galera ficava andando com as tendas. E aí na segunda Ocupação, você lembra que a gente foi montar um som? O que a gente fez? A gente pôs um carrinho de supermercado, o cara chegava falando comigo eu andava. Com o carrinho de supermercado com o som. E aí ele vai cansando também, né?

Cléssio: Agora, a gente pode até falar que não é uma estratégia, mas a gente usa como estratégia. A Ocupação "Copa do Povo", a ideia era justamente, "gente, qualquer manifestação que a gente for fazer agora na época da copa, nós vamos levar bomba". E aí surgiu a ideia, "não, vamos fazer agora uma Ocupação Cultural", justamente pra falar, "não, a gente continua na rua, mesmo correndo esse risco de levar bomba", e não levamos.

Gabriel: A gente começou a apostar nesse tipo de manifestação que deu muito certo, que surgiu naquele momento todo, né, com aquele propósito, mas aí chegou nesse momento de crise, durante a Copa, que não tinha nenhuma outra saída de você se manifestar. Porque tava

todo mundo "amordaçado", né? E sabendo, que se fosse manifestar de um jeito tradicional ia tomar bomba mesmo. Então teve uma adesão muito grande mesmo, e teve uma visualização da Ocupação Cultural como uma estratégia também, nesse momento acho que mais do que nunca.

Silvia: Isso é muito geral, né? Eu acho que a gente fez um uso grande e estendido, de forma continuada, aqui em Belo Horizonte, mas eu fui assistir um jogo no Rio, que as pessoas dos movimentos lá se encontraram e fizeram um carnaval (!) lá na *FIFA Fan Fest* – com um lugar que chamava (...) depois que a gente passava do *FIFA Fan Fest* – as pessoas muito produzidas e fantasiadas, depois disso, a galera viu o jogo, só que com um cara narrando, assim, era muito bom, porque o cara era muito, muito, muito cheio dos trejeitos, assim, um gay muito gay, e ele ficava narrando, "Hortência passa para Paula, e não sei o quê" e narrou o jogo inteiro. Quando acabou teve uma "pelada pelada" e aí até então a polícia não tava entendendo nada, a galera tirou a roupa, a polícia já (...). Essa coisa de desorganizar a polícia foi tida como estratégia nas cidades também. Parque Augusta começou com essa manifestação, que também já tem um ano, é, lúdica (...).

Cléssio: Sem querer ser chato, isso já é de 99, lá na Inglaterra, né? Não tem nada de novidade, né?

Silvia: Não, não estou dizendo que isso é, como que você fala? Que a gente é pioneiro nisso não. Eu estou dizendo que, cada vez mais, a gente foi entendendo que essa era a estratégia. Né, tipo dez anos depois, a gente usou isso aqui na Praia. A minha chegada na Praia também, Thálita, eu encarava como uma pesquisa do caráter performático da Praia, era um teste, mas não como pesquisa, mas eu ainda tava fazendo TCC, o "mar", teve muito isso. O "mar" foi uma ação muito artística.

Thálita: O "mar" é bem pronunciado, né? É uma performance. Não precisa nomear, mas tem um caráter performativo enorme. Mas o "mar" é um desses pontos que emergem ali como mais configurado, talvez, né? O "mar", a "praia de Iemanjá" são mais (...).

Silvia: Mas são justamente as ações propostas pelos artistas, dentro da Praia, é muito, dá pra identificar, assim.

Paula: Isso talvez seja uma diferença, ou não? O que você acha com relação a Ocupação, assim, do caráter performativo?

Silvia: A Ocupação eu acho muito múltipla. É, inclusive, depois a gente pode conversar, não sei se nessa conversa, mas entre a própria Ocupação, ela não tem uma unidade, cada Ocupação uma coisa moveu completamente. Ela foi movida em cada lugar por uma coisa (...)

Thálita: (...) mobilizou mais pessoas, né? Mais dentro da estrutura, né?

Silvia: A Ocupação?

Thálita: É, mobiliza mais, a Praia alguém chama e todo mundo vai e se coloca. Agora (...)

Paula: E tinha uma pauta principal também, né?

Thálita: É, tinha uma pauta, ela não é tão polifônica no sentido de que todo mundo tava direcionado para um lugar, é ocupar aquele espaço por causa de um negócio "escroto" que está acontecendo. Já a Ocupação, eram muitas pautas, né? E é muita gente mobilizada porque aquilo ali, pelo menos numa visão de fora, é (...)

Gabriel: É, são muitas leituras, ali, muitas vontades, realmente (...). É diferente, né? A Ocupação é um negócio tão aberto, que ela pode ser apropriada por qualquer um, ela pode ser ressignificada de qualquer jeito.

Thálita: Chama pra participação, né?

Gabriel: Todo mundo que tá lá fazendo algum tipo de performance pode ter o motivo que for, né? E entrar ali.

Silvia: Inclusive ela foi palco pra muita gente que tava começando a carreira, principalmente musical.

Drica: É, pra mim mesmo.

Silvia: E hoje tão bombando, assim.

Paula: Tipo quem assim?

Silvia: A Dom Pepo (...)

Gabriel: A Dom Pepo nasceu na Ocupação, eles mesmo falam isso, né? Outras bandas, Red Felps também é uma banda que tocou pra caramba, os meninos. Até acabou a banda.

Silvia: A 12duoito ficou mais conhecida na Ocupação (...)

Gabriel: A 12duoito, né, Absinto também tocou muito. Essas bandas, 12duoito, Absinto, essas bandas.

Silvia: (...) porque era conhecido mais fora de BH e ficou muito conhecida aqui.

Cléssio: Djalma também.

Silvia: Djalma (...)

Gabriel: Conseguiu juntar uma série de artistas que tava nessa pegava de estar na rua, né? E de dialogar com a rua, e de (...). E que é um viés militante, que as vezes muitos artistas não conseguem tá em partidos políticos, movimentos sociais e coletivos, mas eles conseguem vir e mobilizar, arrumar os equipamentos, tá na rua, na Ocupação tocando. Então isso é muito legal, muito importante. Tem uma penca de músicos que não tá disposto a fazer isso. Então é uma militância, é um momento de militância desses artistas.

Thálita: É rua, né? A rua não te deixa confortável em momento nenhum. Então, é um exercício também de se abrir ali pra um campo de interferência. Tinha gente que tava entrando no palco junto, num tinha essa coisa palco/ platéia (...)

Gabriel: Exato.

Thálita: (...) então o cara tava ali, tava afim de ir lá no palco, tava dançando no palco.

Gabriel: E isso que era muito legal, porque (...)

Silvia: Acaba a gasolina do gerador, passa uma outra coisa atropelando (...)

Thálita: E a coisa, eu ficava pensando, que era da ordem do precário. É muito interessante (...)

Gabriel: Se a pessoa não faz não acontece, então (...). Porque é um negócio muito legal, formativo, pros artistas, pra quebrar um pouco essa ideia da música, ou da performance como um produto que é negociado, que é, né, consumido. Ele é um momento em que a pessoa vai se propor a realizar uma performance. E ele tem que viabilizar isso. Isso é um negócio que a gente sempre bateu muito a tecla. Essa autonomia, essa autogestão dos grupos que querem participar. Então, se você tá interessado, né, em estar n'A Ocupação, é porque você tá interessado em ir lá e mostrar alguma coisa, e como é que você pode viabilizar isso? Como é que você pode se juntar a outras pessoas que podem, juntas, ajudar a viabilizar isso? Né, uma

banda que quer ir lá e tocar, mas não existe um palco lá, não existem equipamentos guardados em algum lugar que vão estar lá prontos, não existe nada. Existe a sua vontade e essa sua vontade, que aclarificada sobre esse lance de que isso é um momento político, ela vai ter que te estimular a fazer o "corre" dos equipamentos que você precisa. E aí você pode se juntar com mais quatro, cinco bandas e cada um coloca um equipamento, vocês dividem a "gasosa", um pega, o outro leva, coloca, faz acontecer e, lógico, tem muita gente também que não é de banda, mas que está a fim de ajudar. Eu mesmo nunca toquei em Ocupação eu acho, mas eu sempre tava ajudando nos palcos de música. E eu sempre falava com a galera isso, "bandas, façam acontecer o palco de vocês", né? Assim, quebra um pouco disso, que eu acho que é, é lógico que é, muito anterior a música como uma manifestação antes dela ser produtificada, né? E antes de ela ser consumida ali. Então é muito importante essa questão também, esse diálogo que acontece nas reuniões preliminares. As bandas que foram ficando, fazendo várias Ocupações, foram abraçando essa lógica, essa visão, foram passando isso umas pras outras e nas últimas Ocupações eu fiz um décimo, um terço, assim, do que eu fazia nas primeiras, porque as bandas foram assumindo o processo ali, replicando isso também. Então foi muito doido. É, esse lance da música também acabou sendo uma coisa que ficou muito forte, né, nas outras Ocupações, mas eu vejo como um processo também disso, assim, de demanda dos músicos que estavam querendo tocar. Então eles iam pra poder tocar n'A Ocupação e a gente aproveita pra fazer esse processo de formação com a galera, "ó, se viabilize, né, vamos lá!". E aí vinha aquele tanto de músico querendo tocar e a gente falava, assim, olha (...). É, a gente vivia um conflito, que é um conflito não resolvido, mas isso é muito bom, que era tipo assim: "pô, vamos limitar o número, porque a gente não consegue atender", mas ao mesmo tempo, "pô, é os caras que vão se viabilizar", então se chegar 50 mil bandas todo mundo com palco, som e luz, a gente ocupa a cidade inteira, e um dia o mundo inteiro vai tá tocando, ele mesmo, né? Todo mundo se viabilizando, e se faltou em um lugar o outro vai lá e ajuda, então é isso (...)

Silvia: Mas isso sempre era a questão, assim, esse espaço vai dar? O número de pessoas (...) e se tiver mais gente tocando que gente ali, né? A gente sempre tinha que ficar negociando isso, experimentando várias (...)

Gabriel: É uma mediação, né?

Silvia: (...) é, a gente fazia mais ou menos essa mediação.

Rômulo: Ei, você entendeu, eu vou lá dentro, mas eu vou voltar.

Gabriel: Falou Rômulo!

Silvia: Inclusive, mesmo que as coisas acontecessem a gente ficava meio que dando notícias, né? Entre os vários lugares (...). Tchau Rômulo!

Rômulo: Tchau não, eu tô voltando!

Silvia: Então até daqui a pouco, Rômulo!

Gabriel: Então, eu não vou poder ficar mais, assim.

Paula: Tudo bem. Não mas, na verdade, depois a gente pode combinar outras conversas. Eu não sei se vocês viram, eu fiz um grupo de e-mails, eu não sei se esse é o melhor jeito, também. Mas a Paula tinha me falado que tinha uma metodologia criada para a realização das Ocupação. Isso seria legal, se a gente pudesse trocar esse material por e-mail.

Gabriel: Tem coisa pra "caralho".

Silvia: Era justo isso que eu ia falar, primeiro eu acho que era bom você ter acesso a planilha de todas as ocupações (...)

Gabriel: Se você pudesse organizar isso no seu trabalho e tal, ia ser ótimo.

Paula: É essa a ideia (risos).

Gabriel: Memórias (...). Isso é um negócio legal, a gente manteve a página e foi colocando os arquivos lá meio com isso, de montar um banco de memórias, com a esperança de algum dia alguém organizar isso.

Paula: Mas a página Facebook?

Gabriel: Tem a página e o grupo, o grupo tem vários arquivos, de atas de reuniões, saca? E a página tem todas as fotos.

Silvia: A página tem todas as fotos, mas a gente tem todas as planilhas, a gente tem uma espécie de *check-list* da comunicação e eu acho que a gente tem uma ata incrível daquela reunião no Brasil 41, que era a reunião em que a gente tinha o desejo de avaliar, e que foi de onde a gente, é, eu tinha muito problema com a palavra "cartilha" e talvez isso tenha até travado um pouco o processo. Desculpa companheiros. É (...) mas a gente tinha muito desejo de, dar uma delimitada no que era (...)

Cléssio: (...) registrar a experiência (...)

Silvia: (...) delimitar não, registrar o que era esse protótipo, como ele, quais eram as variáveis de uma pra outra, mas deixando ele aberto pra ser transformado para sempre, assim.

Drica: Eu acho que deu pra sacar, assim, que toda reunião, eu não sei se vocês falaram isso, tá gente? Mas a cada Ocupação que tinha a gente tinha que repassar todo o histórico, a gente tinha que explicar como se fazia, apesar de que, esse "como se fazia" foi mudando, né? De acordo com as realidades (...). E aí a ideia da cartilha era meio essa, olha, pra que não fique sempre as mesmas pessoas fazendo, tem um "beabá" aqui pra que qualquer pessoa possa puxar uma Ocupação, possa (...).

Thálita: Um esqueleto (...)

Drica: É um esqueleto, mas com a ideia de que cada um também faça (...)

Silvia: É, mais com essa ideia de deixar livre, de jogar pro mundo, do que de capturar.

Gabriel: É, é menos um instrutivo e mais um relato. Olha, gente, foi assim até então. Se vocês curtirem essa *vibe*, a gente acredita nisso, continua. Mas, faz do jeito que você achar legal, também, né?

Paula: E essa própria ideia que a Thálita levantou, a ação de ocupar. Acho que a gente podia falar um pouco sobre isso. Como é esse incômodo, talvez, gerado pelo ato de "ocupar". Como ocupar o já ocupado?

Thálita: Não é só que já tá ocupado, né, mas é porque talvez seja mais interessante pensar essa Ocupação como um encontro de camadas que já estão aqui circulantes, já estão pulsantes, que a gente também vive aqui, a gente também frequenta, a gente também não está de fora.

Gabriel: E fora que a primeira é o "Corredor cultural já existe", né?

Thálita: É, não é pra romantizar também.

Gabriel: O tema da primeira é justamente isso que ela tá falando, a gente tá aqui pra mostrar que isso aqui já existe, já e vivo.

Thálita: E ele, por exemplo, o Rômulo, tava nas duas camadas, o tempo todo, então é pensar nessas camadas, que transitam, e que se escorrem, é uma coisa transitória, "rizomática", que

quando a gente fala n'A Ocupação parece que é um negócio meio que imposto, não é imposto, eu sei que não é, a gente sabe que não é, mas parece que tá desocupado, dá uma ideia de desocupação que incomoda.

Paula: E tinha muito isso lá Facebook, eu fiz um primeiro apanhado, assim, dos relatos, e eu posso até compartilhar isso com vocês. Porque eu fui fazendo, *post* 1, a data, e quantos comentários, pra gente ver também quantas pessoas curtiram, quantos comentários, enfim, tentei usar do próprio dispositivo Facebook, que a gente sabe, tem uma série de outras coisas implicadas, como um relato, assim, como uma forma de "entrar" nesse acontecimento. E aí, é muito engraçado porque em algum momento lá, em uma das análises que eu fiz, tem as próprias pessoas falando, "o corredor cultural", apropriando-se d'A Ocupação como corredor cultural, fica meio ambíguo na fala das pessoas, se elas estão falando do Corredor Cultural, ou da Ocupação (...)

Gabriel: Como corredor cultural

Paula: (...) É. Tipo, "vamos fazer vibrar esse corredor cultural", "porque o corredor cultural abriga milhões de pessoas". Então, assim, é algo como uma espécie de apropriação do próprio nome do projeto a que Ocupação fazia frente, sabe? Então é muito interessante ver esse tipo de discurso.

Gabriel: É um negócio novo mesmo, assim. Eu acho que a gente vai fazendo e não vai entendendo, necessariamente, verbalmente, o que está acontecendo, né?

Silvia: Eu acho que a primeira Ocupação a gente não entendia mesmo. Eu lembro de como ela foi vista lá na Câmara [Ocupação da Câmara], por exemplo, quando a galera na quarta-feira teve uma reunião, e eu lembro que só eu e o Paulo Rocha votamos que a gente ia continuar ocupado depois da saída aqui. Os movimentos entenderam que era um momento ótimo pra gente sair de cabeça erguida da Câmara (!). Tava todo mundo exausto, já ia dar uma semana. Existia uma construção, mas eu lembro de todo mundo chegar aqui no Viaduto e ficar meio atônito, sem entender como que a gente teve força pra ainda estar aqui, com aquele gás todo. É, só uma coisa sobre isso, sobre a coisa de já estar ocupado. Eu concordo completamente com isso, do uso que a gente dá de maneira geral pra palavra "ocupação", porque além da vida que já acontece aqui, a gente sempre precisou da estrutura desse espaço. Quando os meninos do Espanca não estiveram aqui, foi difícil. Porque eles sempre abriram as portas e a gente (...). Na primeira Ocupação eles abriram o banheiro!

Thálita: O Bordello também, né?

Silvia: Talvez na primeira.

Thálita: Eu lembro que eu troquei de roupa no Bordello.

Silvia: Eles eram um ponto de apoio pra essas coisas sim, a gente podia guardar as coisas. Mas o Bordello ele foi fechando, né? O Espanca continuou ativo. É, tem uma coisa que deixava a gente um pouco tranquilo nisso que, no começo, eu acho que tem uma certa prepotência no A Ocupação, mas ela também tira um pouco desse lugar porque ela difere, ela dá um nome pra coisa. Então ela é A Ocupação, ela é momentânea, ela vai se dar dessa maneira, ela vai acontecer. Espera-se que as afecções transformem em, camadas que são absolutamente subjetivas, esse lugar. Mas a gente não vai dar conta disso, a gente não tem a menor ideia do que vai acontecer depois, mas também a gente não vai ficar, a gente não vai estar. Essa ocupação ela é temporária e, por mais que o nome, eu, por várias vezes eu pensei, esse nome é prepotente, arrogante, ele me tranquilizava, eu achava que talvez não.

Cléssio: Talvez, dois comentários, que poderia talvez chamar "uma ocupação", talvez não ser tão arrogante (...)

Thálita: O nome inicial era A Ocupação, mas me chegou, eu lembro, o nome assim "A Ocupação Cultural" e não sei se era porque o negócio era a Ocupação Cultural já existe (...), aí ficou um negócio (...)

Gabriel: Um dos motivos desse nome é porque chamava "O Evento", aí mudou, alguém falou, aí de "O Evento" veio para "A Ocupação". Eu nem gostava desse nome na época, eu votava em outro nome.

Paula: E era um negócio na disciplina da Natacha, "O Evento", porque na verdade falou, que nome vai dar? E aí era uma coisa pra ficar genérica. Então falou á, não vamos dar um nome, vamos falar "evento", e aí ficou esse negócio de "O Evento" e alguém lá na Ocupação da Câmara falou: “não, evento precisa de alvará, a ocupação não”. Aí virou isso, assim.

Silvia: Mas era meio que pra dar uma, "A Ocupação" chamou "A Ocupação Cultural" e deveria chamar "Ocupação Artística", justamente porque a gente tava chegando num lugar que era uma ocupação urbana e a galera dos movimentos sociais (com muito cuidado), assim, mas é melhor a gente conversar sobre isso mesmo, não dá conta, mesmo, de entender, o que é,

assim, quais são os problemas de a gente falar que ali tá acontecendo (...), o próprio uso da palavra cultura, é muito complexo, né?

Paula: E artístico-cultural, assim, é uma tentativa de (...)?

Silvia: Mas a gente têm usado muito artístico.

Thálita: Aí dobra o problema. Ficou na minha cabeça que era isso, Ocupação Cultural.

Paula: E quando as pessoas perguntam, sobre o que você está estudando? Aí eu falo "ocupação", aí todo mundo "ocupação"? Porque pode ser Ocupação Isidoro (...) aí eu falo, não, Ocupação Artístico-cultural, ou Ocupação Cultural. E por essa angústia eu fui mesmo mapear, assim, no Facebook as várias nomeações. E muda totalmente, aí é "manifestação estético-política", "manifestação artístico-cultural" (...)

Silvia: Mas aí é assim, depende de quem tava fazendo a publicação.

Paula: (...) é, de quem tava falando, enfim, é muito múltiplo.

Gabriel: Tem um grupo de artistas ativistas que, em determinado momento, teve uma elisão com um grupo de ativistas que lidavam com essa realidade das ocupações urbanas, né? Então, pra essa galera que eram artistas-ativistas o nome Ocupação era um diferencial, a galera identificava o que era. Mas quando você começava a fundir esses grupos ficava meio sem saber o que era mesmo. As vezes, tinha hora, que você não sabia o que a pessoa tava falando. Mas as vezes não, era muito claro, dependendo de onde você estava, né? Então o nome A Ocupação Cultural ele veio até depois, eu acho que como uma solução pra tirar essa dúvida, porque muitas pessoas também começaram a se misturar muito, também, a partir do envolvimento com a Ocupação Cultural, com outros movimentos de ocupações urbanas, fazendo atividade cultural nas manifestações, em prol das ocupações urbanas. Eu mesmo fiquei muito envolvido depois com outros movimentos e outras atividades nas ocupações urbanas, vindo disso, assim.

Drica: (...) Teve pra falar de ocupações urbanas também. Então assim, é claro que isso é um movimento específico, cultural, artístico, mas eu acho que, como o diálogo ele era muito, todo mundo conversando muito, acho que talvez isso também tenha confundido um pouco. A gente utilizava os mesmos meios de comunicação, inclusive era uma estratégia, né? A Ocupação hoje tem o que? Quase oito mil curtidas?

Paula: É, acho que sim.

Drica: Oito mil curtidas, aí ali era um espaço massa, por exemplo, pra gente divulgar as coisas da Ocupação do Isidoro (...)

Silvia: A página tava ativa (...)

Drica: (...) Então é assim, se você vê, querendo ou não, é a mesma galera que tá lá no lugar, tá no outro que tá no outro. Então, a festa 288, o Espaço Comum Luiz Estrela, A Ocupação, são todos (...)

Silvia: Eram as páginas que a gente tinha "ADM" [administração] que uma coisa divulga a outra e elas se misturavam muito pelo viés da comunicação, né?

Cléssio: Só mais uma coisa (...)

Paula: É muito legal.

Thálita: É muito legal, né cara? Quando o negócio vai, a fronteira vai diluindo.

Silvia: Eu tenho ADM de treze páginas! Bizarro, né?

Paula: Ou seja, na verdade é pelos atores, assim, pelas pessoas que são os administradores, vão se envolvendo nas outras coisas e as mesmas páginas vão se (...)

Cléssio: (...) Isso não é coincidência, né? As mesmas pessoas que tão envolvidas em todos os movimentos. Mas o que eu ia comentar é que, primeiro, a gente podia chamar de "uma ocupação" pra poder tirar esse caráter de "nós estamos revolucionando esse lugar". Mas segundo era com quem a gente tava falando, também, entendeu? A gente estava falando com pessoas que achavam que isso aqui não tava ocupado, sabe? A gente tava conversando com uma parcela muito grande da cidade que achava que isso aqui não tava ocupado.

Paula: (...) o próprio projeto, a justificativa era que aqui era degradado e que, aí sim, ia ser um Corredor Cultural.

Thálita: Mas aí a gente não reafirma a posição da Prefeitura de que isso não está sendo ocupado, com essa posição? Assim, gente estou problematizando mas é claro que a coisa vai acontecendo mesmo, e "ocupação" é um nome que dá conta de até uma parte do que aconteceu, claro. Mas eu falo que talvez caia na armadilha.

Cléssio: A gente tá conversando com a instituição, mas a gente tá conversando com a sociedade também. A gente tá dizendo, "ó, aqui já tá ocupado, já tava antes, mas agora nós estamos fincando a ação".

Drica: Esse nome é muito complexo.

Thálita: Se já tá ocupado a gente podia chamar as pessoas e ficar aqui, vivendo isso que a gente vive sempre, entendeu? Mas não, a gente, a gente (risos). Rolou uma articulação muito grande, por Facebook, aí a gente tem que colocar isso muito visível. Por Facebook, ou seja, tem uma camada toda aqui talvez, que tá vivendo aqui, que não tenha esse lugar. Então, aí sim a gente vem e ocupa, porque a gente não tá negociando com eles antes, né? Então vem um negócio, opa, tá rolando um negócio aí, e aí eles tem a generosidade, e a beleza de, a beleza não, a opção, eles tem a opção de integrar-se, e é o que eu acho que na maioria acontece, porque entra na casa deles, "a, tô aqui vou integrar", é festa, lógico, né? Ou de repulsa, também, né? Pode, "á, não, o que esses 'playba' estão fazendo aqui?" Que é o que o cara tava falando, né: "pareço 'playba', mas não sou", o que a gente é então, né? Então tem isso, assim, que é um problema dessa articulação, que é um ganho enorme a gente poder fazer isso por Facebook, usar esse dispositivo pra fazer uma coisa legal, mas que a gente perde nesse lugar de negociação com essas pessoas que estão aqui. Aí que eu acho perverso, saca? E que eu acho problemático o nome, porque a gente tá negociando ao mesmo tempo com o Poder Municipal, e ao mesmo tempo falando que não tá ocupado, assim, pro Poder Municipal, não pras pessoas que tão aqui, saca?

Silvia: Mas mais pra contextualizar do que pra justificar, porque eu não tenho discordância nenhuma com isso, isso acompanhou a gente ao longo de todo o processo, pra algumas pessoas isso era mais forte. Primeiro, só pra lembrar, assim, que A Ocupação tinha um título e um subtítulo. Tipo, "A Ocupação #1: corredor cultural já existe", "A Ocupação #2" eu não lembro o que era (...)

Drica: (...) era a única que não tinha um nome (...)

Silvia: Não tinha (...)

Drica: (...) mas era assim, vamos continuar o momento do corredor cultural.

Silvia: Porque a gente achava que ia ser só aqui também. Aí n'A Ocupação #3, que a gente queria sair, veio o Tarifa Zero e propôs de continuar aqui. Aí cada uma era tipo, "Movimenta Barreiro" (...)

Paula: Santa Tereza foi a quarta (...)

Silvia: A quarta, que era "Salve Santa Tereza", que aí a gente foi na reunião do movimento (...) ao longo do tempo, à medida que a gente ia maturando – e isso foi ficando mais aflitivo – as reuniões no lugar elas sempre foram muito importantes. A primeira ela foi construída na Ocupação da Câmara, ela pra mim é a mais deslocada, ela parte desse contexto que a Família de Rua traz um pouco do que tava acontecendo aqui, e a Real da Rua, mas vêem as meninas da Universidade, com outro olhar sobre a coisa, e a gente, os "artistas", e aí eu falo com todo o deboche do mundo mesmo, com *outro* olhar, sem considerar nada dessas coisas.

Thálita: Aí eu acho que tem um negócio que talvez você não saiba que aconteceu, nesse meio, que tem um vínculo muito grande entre as Ocupações e as Assembleias, assim, de talvez de um cansaço das Assembleias, de fazer assim "ai, vamos fazer isso de outro jeito?" E aí aconteceu um negócio muito engraçado, que foi paralelo ao movimento que vocês fizeram de chamar os artistas e fazer que, faz parte da gênese da Ocupação, você chamou gênese, eu achei super engraçado. Aí teve um dia aqui de Assembleia que foi o dia em que a gente falou: "vamos fazer uns GT's [Grupos Temáticos]? Aí a gente se subdivide". Aí a gente: "não, vamos fazer um GT de Cultura". E aí rolou esse negócio desse GT de Cultura que foi uma coisa muito maluca, gente. Não sei se você tava (...)

Silvia: Eu tava!

Thálita: Você tava? E aí gerou um negócio, um conflito, uma repulsa. Ou foi depois, eu não sei. "Como assim vocês chamaram a galera, vocês fizeram um grupo fechado de artistas?" Foi uma discussão muito assim, e o que a gente tava discutindo enquanto ação desse grupo, que surgiu da Assembleia, e depois virou (...)

Silvia: Era uma ação dentro do próximo ato.

Thálita: Era uma ação dentro do ato e o que preocupava o grupo, o que era mais importante, que eu fiquei sem entender, era como a gente ia ganhar destaque na mídia (!). Como a gente ia mobilizar a mídia (!).

Silvia: Não, a gente sabe disso. Esse grupo que tava aqui Thálita, ele foi convidado para aquela reunião lá, não todo mundo (...)

Thálita: E ficou um negócio esquisito, ficou um "racha", o "racha" não foi interessante. Eles não estavam pensando de uma forma interessante, a meu ver. Eles estavam pensando em como, pô, a gente precisa mesmo dessa legitimidade da mídia? Eu ficava pensando (...)

Silvia: Eu fui pega, é muito ruim falar isso, mas eu fui pega pra cristo, por eu estar nos dois, pelo grupo daqui. O que aconteceu foi que o grupo daqui ele se formou meio que com a galera da Assembleia falando assim "a gente, então tá, reúne o povo da cultura aí" (...)

Thálita: Foi mesmo.

Silvia: A gente se reuniu ali depois (...)

Thálita: Foi o último GT, a gente não tinha se articulado (...)

Silvia: (...) não (...)

Thálita: (...) a gente ficou deslocado, "uai, vamos fazer!"

Silvia: Era assim, eu lembro do Paulo Rocha, sendo secretário da reunião e falando, nós vamos pegar 10 GT's, a gente não dá conta de mais do que isso eu tô entendendo, foi votando, a cultura saiu fora das prioridades (...)

Thálita: (...) é, total (...)

Silvia: Aí o Gustavo Bones, lá do teatro, ficou e começou a puxar essa coisa de fazer o "grande manifesto". E aí a gente foi, o Luiz Gabriel que saiu um pouco antes, puxou a outra reunião. Mas aqui, era completamente possível trabalhar junto. E aí a gente foi, por causa do histórico (...)

Interrupção, passante na rua

Silvia: (...) e aí, o que eu pensava, em junho de 2013, justamente por eu, tendencialmente, ser muito radical, discordar das coisas, eu aprendi muito a respirar esse ano, era "não é o momento de racha, não é o momento de racha, não é o momento de racha". Não concordo mais com isso, passou, o momento de “não é de racha”. Mas agora também a gente já não quer mais rachar, que a gente viu que é bom ficar com as contradições todas e tentar dar conta delas.

Thálita: Vai ter sempre racha, né?

Silvia: Vai, e isso aí, nossa, foi muito ruim. Tinha uns depoimentos enormes de gente que tava chateada...

Thálita: Muito ruim. Eu nem tava na outra reunião.

Paula: Tem ata dessa reunião?

Thálita: Não, foi, aconteceu ali, aonde tão aqueles guardas, foi ali, assim, um pouco mais pra lá.

Silvia: Não, a outra tem.

Drica: Porque essa reunião (...)

Thálita: Aí eu sai, deixa eu só terminar de falar desse dia. Que eu fiquei, eu tava sempre meio com esse olhar, meio distanciado, mas tentando estar junto de outra forma, enfim. Aí eu falei, "ai, não, isso aqui não vai dar pra mim, esse negócio de ficar pedindo pra mídia pra me ver". Aí começaram a listar: "á, porque lá em São Paulo, a menina ficou com a bandeira do Brasil na cabeça e ficou pelada e isso saiu em todo lugar, então como que a gente pode articular um negócio que nem vai chamar a atenção?" Nossa aí eu fiquei incomodada, saí perambulando pelos GT's e encontrei esse discurso – eu, perambulando pelos GT's – aí tem uma questão de tempo. Eu encontrei isso, em dois, além do meu. Que eu não me lembro, era um que tava aqui, e um que tava ali. Aí eu até comentei com aquele menino, eu comentei, não, não sei o nome dele, mas comentei com a pessoa "nossa, eu tô vendo, é o terceiro GT que eu tô vendo que tá preocupado com isso". Com esse ganho e de uma forma – pelo menos o nosso, não era de uma forma, assim, vamos ganhar, pra gente ganhar gente – era um negócio, tipo assim, saiu na mídia e a gente precisa sair, a gente precisa (...). Entendeu?

Drica: (...) eu não tava nesse de Arte e Cultura (...)

Silvia: (...) a gente chamou de performance (...)

Drica: (...) eu acho que tem a ver com a situação do país, né galera? Tava o tempo inteiro mostrando, na mídia, tanto a parte negativa, que eu acho que existia uma preocupação gigantesca do grupo responsável pela Comunicação das Assembleias pra, como a gente pega, aproveita desse momento estratégico que tá aí em pauta, pra gente dizer e levar as nossas pautas.

Thálita: Nossa, mas isso virar uma pauta tão pronunciada no negócio, cara.

Drica: Não, aí não. Mas eu acho que foi, assim, esse dia, eu tava especificamente aqui também, e eu entrei pro GT "mídia e democracia". Nesse dia criou-se (...)

Cléssio: Democratização na mídia.

Drica: (...) democratização da mídia, é. E nesse dia, especificamente, criou o de "urbanização" que depois veio gerar o "Tarifa Zero". Cara, essa reunião foi incrível!

Thálita: A é, esse é o caminho então?

Paula: Primeiro era democratização da mídia (...)

Cléssio: Não, espera aí (...)

Drica: Foram vários GT's.

Silvia: Era mobilidade urbana (...)

Cléssio: O nome era "Transporte". Depois virou "Mobilidade Urbana", depois virou "Tarifa Zero". Quer dizer, "Tarifa Zero e mobilidade urbana" (...).

Paula: Mas isso não tinha a ver com o democratização da mídia (...)

Cléssio: Não, democratização da mídia era um dos GT's, que ela tá falando, e tinha um outro GT que era o de Transporte, separado.

Drica: Foram vários GT's, foram tipo assim, uns dez GT's.

Thálita: Foram dez, é.

Drica: Aí tinha, eu lembro que tinha, o "Comunicação" e tinha o "Democratização da mídia". Comunicação pra pensar a Assembleia Popular Horizontal, pra pensar como eram as manifestações (...)

Cléssio: Não, espera aí, do "Comunicação" eu participava. Espera aí, "Comunicação" não era um GT, era uma *comissão* (!).

Drica: Era meio maluco, aí a galera queria que juntasse com "democratização". Era meio maluco, foi assim. Depois tinha até que resgatar isso, né? Que deve ter atas, e etc. Não sei se tem, deve ter, não é possível.

Cléssio: Tem, tem.

Silvia: Tem, tinha tudo na página *wiki* da Assembleia Popular Horizontal.

Drica: É, aí tipo assim, maravilhoso, cara. Foram vários GT's, e desses GT's muita coisa foi acontecendo. No Arte e Cultura, não sei se era esse o nome também, pelo que eu me lembro, assim, porque eu não participei da primeira Ocupação, comecei a participar da segunda. Eu lembro que foi, vocês contando, que foi a partir dela, que na Câmara, começou-se a discutir a Ocupação Cultural enquanto uma metodologia, uma coisa que já existia e tal, e depois desembocou no final (...).

Thálita: Nossa, a primeira reunião disso, pelo menos que eu participei, d'A Ocupação, que foi num domingo, não deu em nada. A gente ficou discutindo isso de escritura e uma parte queria discutir, é, coisa em si mesmo, né? E eu lembro que, pelo menos até aonde eu participei, a gente não conseguiu, e lógico, porque o dissenso é importante. Mas a gente não conseguiu sair do lugar, e ainda por causa da rixa anterior...

Silvia: Teve uma reunião que foi triste, uma reunião em que a gente ficou a reunião inteira tentando explicar o que era isso que tinha acontecido. Porque aí teve um agravante.

Thálita: Foi essa, não foi não?

Silvia: Pode ser. Eu não lembro. A gente sai da reunião, achando que estava "massa", que a gente tinha toda a liberdade pra agir como Comitê Popular de Arte e Cultura, e aí a gente veio, eu vim aqui, fiz uma vaquinha, deu 400 reais, a gente comprou um tanto de pano e aí a gente passou em cada um dos GT's e falamos assim, "ó, a gente vai lá no [bairro] Santa Tereza, se vocês quiserem mandar a faixa..." Porque aí vocês ficam discutindo, e a gente pinta. A gente vai ser mão-de-obra, a gente pinta as faixas pra vocês. Sem pretensão de fazer performance, sem (...). E a coisa da faixa grande, que foi, que era nessa linha de aparecer na mídia, ela foi tirada de um manual dos anarquistas. Um cara super, e ele fala das táticas, ele é muito incisivo, ele é muito metódico, ele é muito objetivo. Ele fala "escreva em inglês". E foi isso, a gente falou, "não, a mídia nacional não tá querendo olhar pra gente, a gente vai fazer uma bandeira, vai escrever uma coisa enorme em inglês". Claro, a gente pensou nisso um dia à tarde, pela internet, trouxemos a frase e aí (...)

Paula: Que frase era?

Cléssio: *Unfair players*.

Silvia: *Unfair players*, FIFA, polícia, Anastasia. E eu naquela onda de ir à APH [Assembleia Popular Horizontal], aí junta umas oitenta pessoas numa roda ali e fala "gente, o que vocês acham desse nome? Vamos discutir um nome." Demoramos assim, duas horas, vieram todos os nomes do mundo. Aí eles falaram, "á, *Unfair Players* é melhor, né?". Aí a gente foi lá pro Santa Tereza pra poder fazer a faixa e aí ainda chegou gente, desesperada, dos outros GT's lá, pra falar que não podia ser aquilo, que não podia ser inglês.

Thálita: Ai, gente. Mas é isso, é um exercício cabuloso, né gente? É muito doido.

Silvia: Eu pensava exatamente isso, que era um exercício de democracia.

Thálita: É um exercício, e é um exercício novo, né? Pra mim, eu nunca tinha participado de um negócio tão maluco assim.

Cléssio: Problematizando lá, o nome da Ocupação, teve uma experiência que a gente teve lá no Barreiro, que de fato era um pouco isso, sabe? Era um lugar que já estava ocupado, pelo pessoal de lá, que é do coletivo Cabeçativa, que faz a Batalha na Pista e tal, e acho que eles enxergaram A Ocupação como uma forma assim, "gente, vamos ocupar mais, sabe? Tudo bem que a gente já usa, a gente já conversa com nossos pares (...)"

Thálita: No Barreiro já teve uma negociação com a galera de lá, né?

Cléssio: (...) não, pois é, é isso que a Silvinha falou. A gente foi aprendendo com a história, e a gente conversava com quem já tava no lugar, né? Isso aconteceu n'A Ocupação do Santa Tereza, aconteceu n'A Ocupação do Barreiro, aconteceu n'A Ocupação da Guarani-Kayowá (...).

Silvia: A gente tentou fazer com que a demanda não viesse mais da gente. Tinha uma reunião para A Ocupação, as pessoas iam defender porque tinha que ser lá. E nas últimas já era assim: "eu sou de tal lugar, eu quero que seja aqui, porque nós estamos passando por isso". Isso foi mudando, né?

Cléssio: Mas, enfim. O Barreiro ele gostou muito da ideia de chamar as pessoas do Barreiro pra ocupar lá. Acho que eles não chegaram a se sentir menosprezados pelo fato de a gente estar falando que vai ocupar sendo que já estar ocupado.

Silvia: Mas você lembra de eles falando, na hora de dar o nome, o segundo nome, você lembra disso? Que era ou “Movimenta Barreiro” ou “Ocupa Barreiro”, aí eles falaram, não, "ocupa" não, já tá ocupado, "movimenta".

Thálita: Eu tive um aluno super participante desse movimento, que foi muito incrível a participação dele.

Silvia: Quem é? Deve ser nosso *brother*.

Thálita: Mataus.

Cléssio: Mataus!

Silvia: A, o Mataus.

Cléssio: Ele tava no Barreiro, ele tava n’A Ocupação do Barreiro.

Silvia: No Barreiro tinha um movimento de ocupar a grama, de ficar todo mundo descansando.

Thálita: E ele foi pro Barreiro, e tá até hoje discutindo, e isso, assim, e se formando como ser político. Então assim, a gente não tem a dimensão do que é isso.

Cléssio: Mas enfim, sabe? Eu acho que vira um convite, quando a gente fala A Ocupação é um convite, e tem que dialogar com quem já tá ocupado, eu concordo, mas ainda assim eu acho que é um convite com um poder interessante.

Silvia: Mas eu acho que isso foi muito mais problemático na primeira Ocupação, quando a gente só pensou na gente, nos nossos objetivos políticos (...)

Thálita: É a urgência, saca?

Silvia: (...) porque era esse tempo daqui. A Ocupação, a estrutura sempre foi pensada com urgência, mas ela sempre veio de alguma coisa – depois, porque nesse primeiro momento, essa "corredor cultural já existe", era uma demanda que não era de todos nós. E a gente assumiu isso, e a gente fez isso por um tempo. E depois a gente começou a construir, isso que era até um exercício de alteridade, de dar o mesmo gás, pra uma demanda política que era de outro. Que foi mais ou menos o que aconteceu no Barreiro. Eu lembro que na do Barreiro eu não tava indo nas primeiras reuniões, porque era longe pra "danar". Eu via as meninas, assim, dando um "rala". E aí eu fui na primeira reunião do Barreiro, e foi demais (!)

Cléssio: Aquela da chuva?

Silvia: É, a gente demorou três horas pra chegar no Barreiro, a primeira vez que eu fui. E eu falei "nossa, eu nunca mais quero parar de vir aqui, de conviver com esses meninos".

Drica: Mas gente, eu acho que só pensando aqui um pouquinho, pensando o nome A Ocupação, ocupação, ocupação. Foi uma discussão muito importante em alguns momentos, que a gente sempre levou as bandeiras pras Ocupações, né? Então era frequente as discussões de "pô, mas isso aqui é ocupação, que é esse cunho, o que a gente quer com isso? Por que não trazer (...)?". Uma outra coisa que eu até vi aqui escrito, uma coisa que é muito, uma demanda muito forte, era da gente tentar imbricar e colocar vários tipos de artes nas ocupações. E aí eu lembro e relembro que (...)

Thálita: Vários tipos de que?

Drica: De artes.

Silvia: É o que a gente ficou de discutir (...)

Drica: Eu não sei se vocês discutiram esse assunto (...)

Silvia: Não, ainda não.

Drica: (...) Mas talvez seja importante mencionar aqui, que eu acho que talvez até A Ocupação, o nome vem, de uma demanda também política, que é das próprias questões artísticas. Independente dos movimentos, "o corredor cultural já existe", que já tá diretamente ligado à questão cultural, mas também, independente do Salve Santa Tereza que foi pra colar com a galera que tava lutando lá por tretas do bairro Santa Tereza, independente do "Tarifa Zero", que tinha uma bandeira muito maior – tinha uma questão muito forte lá dentro que não pode deixar, esquecer, de forma nenhuma, que é, espaços, mesmo, pra galera se apresentar (...)

Silvia: A Drica é de uma daquelas bandas que a gente falou.

Drica: (...) porque o que acontece, não tem!

Paula: De qual banda você é?

Drica: (...) eu sou do Djalma. É, porque a gente não tem, em Belo Horizonte não tem quase que espaço nenhum, não tem apoio, Lei de Incentivo, né? As leis são uma coisa ridícula, que

dá vontade de chorar. Então, assim, isso aqui foi muito "foda", ver a galera, querendo participar porque viu que era uma oportunidade. Eu hoje digo, o Djalma tá como tá hoje, porque a gente pôde vir numa Ocupação e viu que a gente tinha público.

Thálita: A gente chegou a falar disso, né?

Silvia: A gente viu que esse era um espaço, que a gente podia ocupar a cidade, na marra, fraga? Por mais que ela não abrisse espaço (...)

Paula: Sem Lei de Incentivo...

Thálita: Sem necessidade institucional, né?

Drica: (...) é, e isso é "ocupação" entendeu? Nesse sentido, porque não é ocupação do transeunte, da pessoa que tá passando ou da pessoa que pega o ônibus – que é ocupação também – mas é uma ocupação no sentido de (...)

Thálita: (...) abrir espaço (...)

Silvia: (...) nós fazemos disso aqui um espaço pra curtir, pra interagir.

Thálita: E aí o que eu acho legal das bandas, que eu tava falando com o Murilo, é que o músico, geralmente, quer um melhor equipamento, um lugar. E a coisa do precário da Ocupação, que eu acho que é uma das maiores potências que se tem ali. É o seu som que não é tão bom e que junta com um daquele aí, que a gente tem que fazer uma amarração, uma gambiarra, pra funcionar. E aí o cara que tem uma outra, uma bateria toda bizarra, mas que junta com o prato do cara. E é do precário mesmo, aí eu vou falar de macroestrutura, ele é anticapitalista, saca? Esse lugar é muito legal.

Silvia: Mas a gente, era isso que a gente se esforçava pra manter.

Thálita: É de solidariedade, sabe?

Silvia: É, e aí eu lembro de uma discussão no palco aqui, entre dois músicos, um músico começou a dar um, é... Ele ficou muito chateado porque o som estava ruim e vinha um bloco de carnaval e um cara passou, um outro músico, e falou pra ele "ou, isso aqui não é um show, nós tamo num 'rolê', o 'rolê' aqui é outro!". Porque a gente fazia questão de não limpar, de não te dar o conforto, de não te dar a coisa produzida, até porque a gente não dava conta disso, mas por vezes, principalmente nas primeiras ocupações, a gente sofreu com essa coisa. Eu

lembro que eu cheguei na terceira ocupação falando assim: "que autogestão, o que? Vocês tão precisando de produtor, todo mundo quer produtor! Não sei o que". Porque a gente passou muito por isso.

Drica: Tinha gente que achava que a galera que tava "trampando", que todo mundo, a lógica da Ocupação é que todo mundo "trampasse". Por mais que você falasse, nunca é, assim, exatamente horizontal. O gente, não é que não seja, é horizontal, mas assim, a lógica de tipo, infelizmente, tem gente que te demanda um lugar que não existe. E existia a demanda da produção, sabe? Que é um trem que a gente foi tentando desvincular o tempo inteiro, e é complicado.

Silvia: E no teatro, por exemplo, pensando nas outras linguagens artísticas, isso era uma coisa que ficou difícil, porque tinha que ter uma movida, nas primeiras, de ir atrás dos artistas. E eu era a única pessoa das artes cênicas e aí eu ficava atrás das pessoas das artes visuais e cênicas, e o povo não colava. Ou, eu posso ter te mandado, que eu mandava as janelinhas, que nem quando eu entrei no Viaduto, no Estrela, em qualquer outro lugar que a gente tenha começado um movimento, eu mandava aquelas conversas, janelinhas. Eu não sei se você vai ter paciência, mas a gente tem algumas janelinhas, de construção, por exemplo da comunicação mesmo, da gente discutindo. Tem umas janelinhas que eu acho muito legais, essas da madrugada, da gente produzindo as peças. Janelinhas do Facebook. As caixinhas das comissões. E essa era a questão, eu, Drica, Murilo, a gente assumiu um lugar que a gente dividiu dez grupos pra fazer essa Ocupação aqui, depois eles foram reduzindo, a gente tava em todas.

Paula: Mas essa divisão começou a partir da segunda? Porque a primeira eu lembro que eram os subgrupos no Facebook, era aquela coisa, quem vai fazer o banquete, quem vai fazer oficina de cenografia, oficina de não sei o quê. Eu acho que ainda não tinha ainda a planilha, tinha?

Silvia: Tinha.

Thálita: Tinha, eu entrei na primeira pela planilha.

Silvia: Ela era dividida por grupos de linguagens artísticas também, era misturado esses grupos.

Drica: Teve vez que foi por palco, teve vez que foi por comissão, cada um foi de um jeito, né?

Silvia: Mas a maioria das vezes, a gente, a divisão, ela foi ficando mais fluida. E ela, como essa primeira foi completamente construída no Facebook, nas reuniões, assim, sem a gente ter ideia do que seria, ela é muito diferente mesmo. A gente foi, tanto aprimorando quanto errando, ao longo das experimentações, assim.

Thálita: Outra coisa que eu acho que é incrível, é quanto o caráter da precariedade é o caráter da processualidade, e disso tudo, gente. Poxa, a gente tá exercitando um negócio maluco que é dar voz pra todo mundo num espaço público que é a Assembleia Popular Horizontal. Ou exercitando que é um negócio de criar junto uma estrutura horizontal de agenciamento cultural. Isso que vocês estão falando. Eu participei mesmo até a terceira. Enfim, então eu não vi a processualidade de chegar no Barreiro. Isso é da processualidade e é natural, é natural que o primeiro seja isso, "ai, vamos fazer", da urgência, sabe? E aí vai amadurecendo. Eu acho que a gente tem sempre, por mais que a gente se critique, tem que pensar que é um caráter processual, sabe? E mesmo que isso tenha de uma certa forma, eu não sei se acabou, ou se isso tá mais esporádico, essas coisas se desdobram e a gente nem percebe. A gente não sabe o que está no ambiente subjetivo lá do Barreiro, o que se formou disso…

Rômulo chega

Silvia: Você tomou uma cachacinha ali dentro também.

Rômulo: Eu tomei é cerveja. Vocês querem? [Oferece algo]

Silvia: É, tinha uma coisa muito legal, que a gente começou a frisar muito, pra participar não podia escrever na planilha, tinha que ir na reunião, depois podia escrever na planilha. Nossa, teve vez que a gente tinha que quase chantagear a galera. Mas isso virou uma (...)

Thálita: Chantagear o que?

Silvia: A palavra chantagem não, mas a gente vinculou a participação à participação na reunião.

Cléssio: A história do planejamento (...)

Paula: Porque senão começa a ficar uma coisa de pouca discussão?

Cléssio: (...) não, isso fez toda a diferença.

Drica: Ah, e isso era outra coisa que a gente falava, "pô, não dá também pra pessoa ir, por mais que só por ele existir já seja político, não dá pra manter uma discussão política". Então a gente tentava alinhar, tem algumas falas (...) então, vamos supor, a gente tá junto no Santa Tereza, que as pessoas soubessem um pouco do que era o movimento, que elas pudessem passar (...). Outra coisa, grana, sempre foi um problema. Sempre tinha custos e, sempre tinha custos, né? Queimava algum equipamento a gente tinha que pagar.

Thálita: Eu lembro que teve um déficit, assim, um negócio que precisava pagar. Um dinheiro bom, né, assim. Vocês foram roubados, não teve isso?

Drica: A gente fez (...)

Silvia: Mas a segunda Ocupação eu acho que (...)

Drica: (...) saiu no déficit, faltou uma grana.

Silvia: Ah, é.

Cléssio: Aí a Ocupação #3: Tarifa Zero bancou a segunda, né?

Silvia: É, mas é que na segunda Ocupação foi a Ocupação onde a gente percebeu todos os erros, acumulados, todos não, mas foi uma Ocupação que a gente precisou muito avaliar. Porque eu acabei a segunda Ocupação pelo menos com a sensação de que isso foi um festival de banda. Quando acabou a segunda.

Cléssio: Tô na fila!

Silvia: Eu falei, a primeira a gente ainda tinha as dificuldades um pouco do envolvimento com tudo, a gente não dava, nunca se dá conta do todo, mas a gente não tinha o menor domínio do que era. Mas na segunda, essa sensação de que isso é um festival de banda e aí com (...) existia o Fora do Eixo (FdE) muito forte em Belo Horizonte também, eu fiquei até (...). O Murilo era do FdE, naquela época, ele saiu. Então eu tive um incômodo terrível, e aí quando o Murilo fala desses nossos embates, que eram embates muito construtivos, é (...). Eu falava: “aqui o FdE não pisa”. Como FdE não, porque é uma construção da cidade. Mas eu era muito clara. Assim, também eu acho que não precisa entrar com essa radicalidade, mas a gente, a minha conversa com ele era assim, muito clara. E quando a gente ia falar sobre essa sensação do festival de banda também, a gente fez essa avaliação, de que a gente tava

praticamente reproduzindo o formato do festival, que o FdE sabe fazer muito bem. Porque houve um estudo, né? Sobre como se constrói colaborativamente, essas coisas. E muitas das nossas estratégias elas vêm do FdE, que foi um movimento super importante nesse sentido, tanto de comunicação, de tecnologia social, pra gente conseguir disseminar a coisa, de maneira mais ampla. As planilhas, o início da comunicação que depois a gente foi mudando... na verdade a gente não mudou a forma. A gente foi descobrindo, a partir da forma de comunicação do FdE, outras formas. A gente foi aprendendo de comunicação e fomos reconstruindo a narrativa, e tornando essa narrativa um pouco menos festiva e um pouco mais política. Que foi uma coisa que a gente percebeu, isso foi muito forte na avaliação da quarta Ocupação, quando a gente foi decidir que seria no Barreiro, a avaliação da quarta, que as pessoas, muitas, muitos de nós, sentiram que tava faltando uma radicalidade na nossa comunicação.

Paula: A Ocupação #4 foi em Santa Teresa, né?

Silvia: É, mas não era só referente a Ocupação #4, era referente ao todo, ao acúmulo, né?

Paula: Deixa eu só fazer uma pergunta, na #3 você tinha falado que tinha um pessoal querendo sair daqui do Viaduto Santa Tereza e que não saiu por causa do Tarifa Zero, que tinha essa demanda de manter A Ocupação aqui.

Drica: O Tarifa Zero comandou.

Cléssio: É.

Paula: De ficar aqui?

Drica: Não, de fazer A Ocupação e de ficar aqui depois. Eles queriam fazer A Ocupação, chamaram, convocaram uma reunião. E aí era sempre, era muito engraçado, porque a referência ainda era o grupo de Arte e Cultura, "mas cadê a galera de Arte e Cultura?" e era um grupo meio, né? Sei lá, tinha a galera que tinha “colado”, mas não é um grupo que se manteve, igual se manteve, por exemplo, o Tarifa Zero.

Silvia: Eu acho que é porque a gente não se conhecia, porque a gente nem ficou sabendo.

Drica: É, não mas, por exemplo, eu nem era do Arte e Cultura, eu era de outro grupo, e eu “colei” n’A Ocupação (...)

Silvia: Foi você que me chamou, pra construção da terceira Ocupação.

Drica: (...) e aí eu tinha o link da Juca, que era do Tarifa Zero, eu tinha participado da segunda, aí eu fui lá, cheguei lá, não tinha ninguém que tinha participado de nenhuma outra Ocupação. E aí eu comecei a explicar o que era essa Ocupação, sabe? E aí a demanda foi, vamos fazer aqui, vamos fazer o lançamento da campanha do Tarifa Zero, e tal.

Silvia: Na avaliação da primeira Ocupação, que foi uma reunião na Praça Duque de Caxias [bairro Santa Tereza], já existia esse desejo de explodir pra outros espaços da cidade, e lá foi por voto, não foi consenso, a gente decidiu que era preciso fazer mais uma Ocupação com o tema "o corredor cultural já existe". Essa reunião é da primeira pra segunda Ocupação, desde lá já existe essa coisa de explodir pela cidade.

Cléssio: Então, o seguinte, tinha um desejo, não só d'A Ocupação, mas da APH, do Tarifa Zero, de espalhar pela cidade (ou pela Região Metropolitana) o que estava acontecendo, até então, meio que concentrado aqui no centro. E aí era, era uma proposta que vinha, desde A Ocupação #4, na #4 eu lembro que eu tava batendo muito, insistindo muito pra que a gente fizesse longe. Eu queria fazer no Barreiro, porque eu tenho uma "identidadezinha" lá no Barreiro também, eu moro na regional oeste, mas bem próximo do Barreiro. E aí, assim, o pessoal falou "não, agora estamos precisando fazer no Santa Tereza e tal" (...)

Silvia: Desde a #1 isso tava em questão, desde a #4, na #4 isso foi muito latente.

Cléssio: Na #4 a gente discutiu muito isso, fizemos no Santa Tereza, aí quando foi pra decidir a #5 também tinha essa mesma conversa, não, a gente não precisa (...)

Silvia: Foi por causa das Operações Urbanas Consorciadas que a gente foi pro Santa Tereza, porque era urgente.

Cléssio: Mas ainda sim era na região Centro-sul da cidade, né? Então era, tudo bem que saiu (...)

Paula: Então, essa urgência ela tem um papel também, né..

Thálita: Não, ela existe, não é que ela é (...). Ela castra, porque é tempo, gente. Tempo é necessário, saca? E acaba que a urgência vai te decantando, e aí na urgência a cultura não é tão importante, na urgência eu acabo não falando porque o que eu vou trazer vai quebrar completamente com o que tá todo mundo ansioso por fazer. Entendeu? É isso que eu tô falando. É claro que a urgência existe, mas a mudança da urgência é um desejo nosso, senão a

gente não estava aqui segunda-feira fazendo esse trem aqui que a gente tá fazendo, sabe? Que já é uma reunião, um negócio pra se pensar, que a urgência não permitiria.

Cléssio: Mas além disso, sabe? As pessoas que construíam A Ocupação era o pessoal de Centro-sul, né? Sair do Centro-sul era um desfio muito grande, muito grande. Porque a gente tinha medos também, né? Ah, eu vou chegar no Barreiro impondo uma forma, eu vou ocupar o Barreiro com nosso jeito, estilo Centro-sul de ser. Então esse medo a gente tinha muito. E o Barreiro eu achei que foi muito legal, porque aí veio a galera do Barreiro na segunda reunião de preparação, quando a gente ainda tava decidindo. Na primeira reunião da Ocupação #5, tava meio que descartado já que a gente ia fazer no Barreiro, ia continuar sendo aqui na Centro-sul. Aí por sorte, por sorte não, né? Por articulação e tal, veio o pessoal do Barreiro e falou: "não, nós vamos bancar. A gente quer muito fazer no Barreiro!", e aí que a gente criou uma coragem.

Silvia: Ele [Cléssio] era o maior defensor de ir pro Barreiro.

Cléssio: Aí a gente bancou, aí depois disso a gente fez a da Guarani-Kayowá que foi fora também (...)

Thálita: Você já conhecia o Mataus antes?

Cléssio: Conhecia. Por causa da Assembleia Popular Horizontal, lá da Esquerda Festiva. (...) Aí a gente começou a criar coragem pra ir, a gente bateu cabeça. Na Guarani-Kayowá, por exemplo, a gente bateu muito cabeça, porque não teve participação tão intensa quanto teve na do Barreiro.

Silvia: Era longe, né? (...)

Drica: E aí inclusive pra participação da produção, pra fazer.

Silvia: (...) Eu acho que ela coincidiu com o momento de outras coisas da cidade, também. Eu lembro que eu não consegui ir nas reuniões porque a gente tava no Espaço Comum Luiz Estrela.

Drica: Porque na verdade, assim, por exemplo, eu acho que pra várias pessoas, teve uma hora que foi um momento "não aguento mais por enquanto", saca? Porque é isso, é muito trabalho, depois da Guarani eu falei, cara, não aguento a próxima. Aí eu dei uma saída. E aí volta (...)

Cléssio: No "copa do povo" você tava, não tava?

Drica: Eu tava, eu comecei a vim na reunião e eu vi que eu não ia dar conta, sabe? Eu não tava com energia pra isso. Vim no dia e foi o que deu pra fazer. (...) E é mil coisas acontecendo ao mesmo tempo.

Thálita: Gente, eu preciso ir embora (...)

Drica: Aqui, vamos fazer o seguinte, vamos passar pra você as coisas, que a gente tem. Eu copio você pra você saber o que já tem e tal (...)

Silvia: (...) as entrevistas que a gente deu (...)

Paula: Vídeos das coisas também (...)

Drica: Vídeo você vai conseguir com o Bruno, Maria Objetiva...

Silvia: Eu acho que vídeo, nêga, é percorrer a página, vídeo e foto porque tá tudo lá. Não, vídeo que tem é (...) Maria Objetiva teve a imagem.

Drica: Vocês viram que teve a Catarse?

Silvia: (...) d'A Ocupação #4 (...)

Paula: Vimos.

Drica: Então, no Catarse tem lá um crédito, fotos cedidas gentilmente por fulano, ciclano e beltrano. Esses ciclanos, fulanos e beltranos vão ter registros. Mas não era uma coisa que a galera, a gente, não conseguiu articular muito, né?

Silvia: Foto, é.. A gente se preocupava mais com isso antes. Não, depois foi ficando mais difícil também.

Drica: Mas o pessoal d'A Ocupação do Barreiro deve ter, porque o pessoal é do vídeo. Então, assim, é procurar. Eu vi seu e-mail pedindo as coisas, mas eu tava meio perdida, porque eu voltei de férias essa semana, eu não sei o que já mandaram, não vou ficar (...) Mas eu posso, eu tava na loucura, eu vou procurar (...)

Paula: Beleza, massa! Eu acho que a gente podia, assim, mais pra fechar, pensar desde a Ocupação #1, o que vocês sentem que foi um movimento, assim, não sei, de esvaziamento de algumas coisas, de pautas que foram deixando de ser importantes, ou que foram tomando força. A gente podia fazer algo como um apanhado, assim, do que vocês acham importante

nos processos de passagem da #1 pra #2, pra #3, até a #8, né? Desses movimentos de esvaziamento, ou de entrada de outras pautas, sabe? Enfim, pra gente fechar.

Cléssio: Eu acho interessante. Deixa eu começar, que você começou a sua fala falando que você achava que A Ocupação não era exatamente um movimento, e eu discordo um pouco, eu acho que é um movimento. A gente tá acostumado com os movimentos tradicionais, MST, e tal. E aí esse movimento ele é muito mais fluido, né?

Paula: Sim, é que eu fico pensando se existe "um" movimento A Ocupação ou se é um movimento dos movimentos, sabe? Um movimento de articulação (...)

Cléssio: É uma reconstrução do termo movimento também, sabe? Eu acho que junho fez muito isso. Reconstruiu o que a gente vai considerar movimento agora. Porque isso que você falou é um fenômeno. Os movimentos aqui eles compartilham muito os militantes, né? Os mesmos militantes participam de vários movimentos. Mas isso não descaracteriza em si o movimento, na minha opinião.

Drica: Eu acho que o legal da Ocupação também, só pra, uma característica dela que eu já mencionei, mais ou menos, é essa de transitoriedade de pessoas, sabe? A qualquer Ocupação (...)

Cléssio: Pois é, o Tarifa Zero entra e sai toda hora (...)

Drica: Mas é massa isso, tem hora que (...)

Silvia: Mas eu acho que eles são diferentes, porque A Ocupação se propõe a ser assim (...)

Drica: É.. O Tarifa Zero, não sei, o Tarifa Zero tá aberto, né? Pra qualquer pessoa... Eu não sei, eu acho complexo, eu não consigo fazer essa análise, essa analogia, assim. Mas eu acho que isso é legal da Ocupação, e aí, dependendo de quem vem, as demandas são diferenciadas. Então, às vezes, por exemplo, "ah, eu estou desde a segunda Ocupação", "eu já tô acompanhando uma discussão e eu acho, por exemplo, que a próxima discussão, é a descentralização da Ocupação". Aí vem um grupo totalmente diferente, que tá afim de colar, e que acha que a discussão é outra. Aí acha, por exemplo, que a discussão, ela tem que ser, por exemplo, a coisa emergencial, eu lembro da reforma do Viaduto, que a galera queria. E aí a coisa é sempre um espaço de discussão e de negociação. Eu sentia isso, pra gente decidir onde vai ser, onde não vai ser. Agora, um ponto que eu vejo muito característico é que, com o tempo, a descentralização foi tornando uma pauta central, assim, foi importante. E as bandas,

também, sempre pautando muito. Eu acho que não conseguiu desvincular isso muito, a gente sempre tentando agregar outras artes, mas isso ainda era o carro-forte, é...

Paula: E a Silvinha mencionou algo interessante, uma tentativa de fazer com que as demandas não dependessem mais do grupo. No caso do Santa Tereza, por exemplo, que foi uma articulação com o movimento Salve Santê, como foi, assim? Até que ponto o movimento chamava e até que ponto era uma ideia do próprio "grupo" de A Ocupação de ocupar (...)?

Drica: Então, cada um teve uma, não tem uma fórmula, sabe? É cada um de um jeito. Tarifa Zero demandou claramente. Pra lançar a campanha. Foi foda né? O lançamento. Aí o pessoal do Salve Santa Tereza, eles demandaram, aí de repente a gente colou e aí eles já não demandaram mais. Aí foi a gente que foi atrás (...)

Silvia: Eu acho que não foram eles que demandaram não, no começo veio muito da Natacha, inclusive, da preocupação com as Operações Urbanas e o que estava acontecendo na rua Conselheiro Rocha. Eu lembro dessa reunião que (...)

Cléssio: É, a Natacha que deu a ideia.

Silvia: A Natacha que foi a primeira a defender, numa reunião em cima do antigo, falecido, palquinho. Falecido não, ele tá lá né? O palquinho.

Fátima: Posso sentar com vocês?

Silvia: Pode (!), tá boa? O Rômulo acabou de passar aqui!

Cléssio: Não tinha ninguém do Salve Santê na primeira reunião.

Drica: Não teve, mas eu acho, eu tinha entendido que era uma coisa da galera que tava participando do movimento. E aí pautaram a galera d'A Ocupação, quando a gente foi fazer a reunião eles falaram, ou, o Salve Santa Tereza tá com o pé atrás no final das contas.

Paula: Pé atrás por quê?

Silvia: Não, mas não era, pergunta pra Natacha dessa reunião do Santa Tereza. Natacha foi derrubada.

Cléssio: No dia tinha uma menina da Lagoinha e tinha a ideia da Natacha de ser no Santa Tereza. A menina da Lagoinha era realmente do movimento lá. Só que ela foi até o

movimento e achou que não tava sendo bem recebida a ideia da Ocupação lá. E eu acho que é isso que deve ter acontecido também no Santa Tereza.

Paula: Eles achavam que A Ocupação não seria a melhor tática?

Cléssio: É, um morador do Santa Tereza queria, mas de repente a Associação de Moradores já não comprou tanto a ideia.

Silvia: Eles colaram no fim, mas o negócio é que é muito diversa, eles aceitaram, eles aceitaram inclusive o nome do ato, "Salve Santa Tereza", porque isso se ligava muito a eles. Muita gente participou no dia, chegou cedo, ajudou a limpar, ficou até o fim. Mas, dentro da diversidade que é o movimento Salve Santa Tereza, que tem todo tipo de morador do bairro, de todas as idades, com várias (...) tempos diversos de vivência do espaço, do bairro, né? Uma outra relação, assim...

Drica: Eu lembro de uma coisa que teve um incômodo, que a pauta girava muito em torno disso, eram todas as condições, pré-condições, pré-requisitos pra gente fazer A Ocupação lá, né? Ah, a limpeza. Ah, o banheiro. Ah, a segurança. Ah, não sei o quê. Então, assim, tinham uma série de melindres porque (...)

Paula: Levantados pelo próprio movimento? (...)

Drica: (...) É (...)

Silvia: Que na verdade rolavam coisas com as quais a gente se preocupava (...)

Drica: (...) Só que a gente ficou mais "neurado" ainda, né? Foi a primeira vez, por exemplo, que a gente locou mesmo (...)

Silvia: A gente ganhou o banheiro.

Paula: Ganhou o banheiro? Da prefeitura?

Silvia: Foi a Natacha que arrumou esses banheiros pra gente, ela deu o telefone e eles ligaram pra gente.

Cléssio: Na do Barreiro a gente alugou.

Silvia: Depois a gente começou a alugar... Porque era uma preocupação necessária, inclusive, os banheiros, e a gente negligenciava.

Paula: Certo.

Silvia: Você tá aqui da primeira pra (...) [Escritos em papel de cartolina deixado no chão]

Paula: Tá meio sem ordem cronológica (...) A primeira tá aqui...

Silvia: A terceira, essa aqui. A segunda foi muito parecida com a primeira, mas com a gente já com a experiência dela, né? Que foi aquela que eu fiquei incomodada que eu achei que parecia um festival de banda, (...) e a terceira também... Se não fossem as piscinas e a pauta e o café da manhã. Porque eram dois movimentos, né? Tinha o movimento dos músicos (...) e o movimento do resto. Eu sempre ficava no movimento do resto. (...) É, mas isso também não é homogêneo não, mas é mais ou menos isso.

Paula: Aí o Salve Santê foi a primeira vez que saiu aqui do Viaduto, né? E aí como foi a análise que vocês fizeram depois do Salve Santê?

Silvia: Tinha que recuperar a ata dessa reunião, de avaliação. Lembra, lá no Brasil 41?

Cléssio: É.

Paula: Que aí foi pro Barreiro, né? Logo depois, então continuou o movimento de sair daqui (...)

Drica: Não, gente, a do Brasil 41 foi depois da terceira, não foi depois do Santa Tereza não! Essa reunião que a gente fez a avaliação.

Cléssio: A avaliação (...)

Silvia: É, isso mesmo.

Drica: Tanto até que tinha o Dedé (...)

Silvia: Não, não, a depois d'A Ocupação no Santa Tereza foi uma reunião no Luiz Estrela, essa foi a da (...). Isso mesmo. É porque a gente fez uma reunião de avaliação que foi quando começou a ideia dessa "cartilha" (risos), e que pro Santa Tereza foi quando a gente fez o check-list de comunicação, testamos na 288, que funcionou pra caramba! (Risos) 288, foi uma loucura!

Drica: E a 288, hein?

Silvia: Vamos fazer uma, falar nisso!

Drica: Só se for.

Silvia: Só se for (...)

Drica: A gente, depois de um tempo que você fica parado dá até, saudade...

Silvia: (...) pra ter precisa fazer.

Paula: 288?

Silvia: A 288 é uma festa que a gente fez duas vezes, a primeira pra pagar a entrada no Estrela, mas ninguém sabia pra o que era. E a segunda pra (...)

Drica: (...) ajudar já com (...)

Silvia: (...) pra ajudar já com a reforma do Estrela.

Drica: E a segunda bombou! Mas bombou tanto que ficou até ruim a festa!

Silvia: É, tinha tipo 1800 pessoas.

Cléssio: É, eu não entrei. Fiquei do lado de fora.

Drica: Mil e oitocentos pagantes, né, ou não?

Paula: O Luiz Estrela ele entra já aqui já em outra, né? Ele é mais pra frente, né?

Silvia: O Luiz Estrela ele é, entre o Santa Tereza e o Barreio? Não... Peraí, vamos pensar, julho, agosto, setembro (...)

Paula: Espera que eu tenho as datas aqui (...)

Drica: Eu acho que foi entre a segunda e a terceira, não? Eu lembro que eu tava começando (...) eu nem me senti assim muito (...)

Cléssio: Não, não, já tinha passado a terceira.

Silvia: (...) Não, já tinha passado a terceira já! Já tinha passado a terceira...

Cléssio: A Ocupação foi no dia que a gente fez uma manifestação do Tarifa Zero.

Paula: Aqui olha, o Santê foi 20 de outubro.

Silvia: Então.. (!) ah, é isso!!! Faltava uma semana e a gente não podia falar porque não podia ser no dia 26! E eu fiquei brigando pra ser no dia 20, sem poder contar porque não podia ser dia 26. Foi uma semana depois, é...

Drica: Sério?

Silvia: "Dia 27!" Não dá, dia 27!

Cléssio: Na verdade eles adiaram, adiaram uma semana, porque no dia teve uma outra coisa lá, aí não deu pra fazer.

Paula: Então beleza, foi depois do Salve Santa Tereza que rolou. E essa coisa da radicalização da comunicação foi depois do Barreiro (...)

Silvia: Barreiro a gente trouxe, pra comunicação, essa radicalidade – pra comunicação! Aí no Barreiro a gente já pegou uma estética mais (...). Porque no Santa Tereza, foi uma coisa que eu lembro que até a Natacha que puxou muito assim, e eu fui muito com a Natacha nisso, que tinha que ter, até por causa desse movimento, uma coisa mais (...) é, não lembro qual era a expressão que a Natacha usou, e depois a gente foi assimilando pra "brifar" as meninas da comunicação... Que era uma época em que o pessoal da comunicação ainda não ia muito nas reuniões. Isso inclusive é uma questão, o pessoal da comunicação não, quem fazia a identidade visual. Geralmente a gente ia nas reuniões e tinha que brifar um amigo designer pra fazer isso (...)

Drica: Mas aí a gente já tinha uns carros programados (...)

Silvia: Já (...). E aí era uma estética mais de coisas antiginhas, caixinhas de biscoito, rosa claro e azul claro...

Drica: Do Santa Tereza, né? Ficou ótimo!

Silvia: Era linda... E o Barreiro já foi a coisa da pista de skate.

Paula: Entendi. E então entre as duas rolou essa radicalização...

Silvia: É, e de vir um pouco mais pra estética da rua... E que eu acho que tinha muito a ver, né? Porque a gente tava lutando pela, (risos), pela pista de skate, né? O Barreiro tinha o mesmo contexto daqui (...)

Paula: Cada um tem uma estética, porque cada um tem uma pauta também, né...

Silvia: É.. mas as pessoas estavam falando não só da identidade visual, mas do caráter dos textos do Facebook também. E eu acho que isso veio muito da primeira e da segunda Ocupação em que a gente tinha ainda essa narrativa, muito FdE. Depois a gente começou a mudar um pouco o conteúdo das coisas. Mas a narrativa do FdE ela tem muito esse caráter... de... colorir o mundo. Que funciona muito (...)

Drica: Ela não é uma narrativa de guerra.

Silvia: Pro Estrela ela foi super importante (....)

Paula: (...) "por um centro mais colorido", "mude seus conceitos, a sala de estar é a rua", "traga a sua criatividade", "ocupe o espaço vago" , tinha muito isso.

Silvia: Isso era, era tudo das meninas do FdE e muito da disciplina da Natacha, essa, a primeira (...). E eu acho que a gente foi saindo disso, até porque a gente foi vivendo a violência da rua mesmo (!). E eu acho meio junto, tanto na Ocupação quanto no Estrela eu percebo esse processo.

Drica: E aí começou a ser até uma coisa (...) uma coisa tipo assim, "gente, não faz xixi na rua!", "gente, não joga o lixo no chão!"

Paula: Moralizante?

Drica: Não moralizante, mas tipo assim: “ou, isso aqui é um espaço seu, então tenha consciência desse espaço”.

Silvia: Na quarta, isso teve demais, essas sutilezas (...)

Paula: (...) pedagógica (...)

Drica: Pedagógica! Eu tava tentando arrumar, mas era um trem meio maluco assim. Tanto que tinha um texto assim: "se chover, galera, não significa que você não pode vir, você não é de açucar", sabe? Aí eram essas coisinhas assim.

Paula: Mas muito sutis também, assim, não?

Drica: Ah, e também "contribua! Ocupe a caixinha", né? Ocupe a caixinha. Porque a galera via que o ato era na rua e não tinha noção de que tinha gasto pra caramba. Você via gente tomando uma cerveja e falava "não tenho nada". Pô, tem! Alguma coisa você tem!

Cléssio: A gente ia recolher dinheiro e era uma experiência muito curiosa, assim. Era uma experiência de pedinte, mesmo. E a galera, tinha gente que tratava bem e tinha gente que tratava mal.

Drica: Muito mal! Tinha gente que tratava muito mal!

Cléssio: Muito mal, é..

Drica: No Santa Tereza eu fiquei impressionada. Porque aí baixou, ficou meio misturado. Porque tinha um evento da Oktoberfest, lembra? Depois a galera baixou pra lá. Meu Deus do céu! Teve horas que eu fiquei impressionada com a resposta que eu recebia.

Silvia: Nossa, é, eu lembro de vocês reclamando... Eu era muito ruim de caixinha...

Drica: Aí tinha essas coisas assim.. Ah, a caixinha que sumiu (!) (risos)

Silvia: Agora, uma coisa sobre a comunicação, que eu acho que a gente tinha uma necessidade de muitos e muitos mêmes, muitos. Porque era a nossa forma – avaliando hoje no pós – de fazer com que a coisa pipocasse pra todos os lados, com aquela identidade, porque a gente sempre começava a comunicação na quinta, ou na sexta. Que era quando a gente já tinha dado conta do todo. Era muito em cima.. Então eram dois, três dias (...)

Paula: (...) bombardeando (...)

Silvia: (...) bombardeando (!)

Drica: Mas eu acho que depois isso foi mudando...

Silvia: Ah, é, mas (...)

Cléssio: No caso da do Barreiro a gente fez Catarse!

Paula: Mas aí foi depois da do Barreiro?

Silvia: Catarse foi junto.

Cléssio: Catarse foi *para* o barreiro.

Paula: Porque essa daqui tinha dado prejuízo, né?

Drica: É, foi isso! Foi pra pagar, isso mesmo! Foi pra pagar umas coisas que tinham faltado daqui (...)

Silvia: É, isso mesmo (...)

Drica: (...) coisa que tinha estragado, e pra ter grana pra fazer a do Barreiro, porque a gente sabia que lá ia ser punk, assim, de grana.

Silvia: Ou, mas foi uma escola de comunicação, viu? Essa quinta. Porque a gente inclusive mudou a identidade, a gente demorou para fechar a identidade visual.

Drica: Tudo muito coletivo, né, gente? Assim, é, muitos administradores da página, você não sabia quem tava mexendo, as vezes.

Silvia: Isso era uma coisa que a gente se preocupava, que era muito legal, que era diversificar a página a partir da diferença do nosso discurso mesmo...

Paula: Pra não ficar uma coisa homogênea (...)

Silvia: É, homogênea. Isso tinha no Estrela também, a gente trouxe d'A Ocupação...

Cléssio: (...) são os novos movimentos que eu tava te falando, sabe? Então não tem, não é que não tenha, né? Mas a tentativa de fugir da centralidade é muito grande. A APH também tem isso, tem uma zona de administradores na página Facebook da APH.

Silvia: É, o Tarifa Zero... E o bom é que agora o Facebook dá o nome pra gente, né? Às vezes eu faço o exercício, aposto que esse aqui foi o Zion, aí eu vou lá e é (...)

Drica: Dá o nome (!)

Silvia: (...) eu sei quem postou nas coisas todas, assim, dessas páginas.

Drica: Mas também é bom pra gente, eu acho, pra administrar, já que tem um tanto de administradores. Porque a gente ficava assim: "pô, quem fez isso?", "esse aqui não precisava", né? As vezes a gente falava umas coisas, era raro, mas (...)

Silvia: Ah, mas a gente também (...) É... Por vezes também foi possível conversar, né?

Paula: Mas não tinha uma preocupação de gerar uma identidade, vamos dizer assim (...)

Cléssio: (...) uniformizar o discurso (...)

Silvia: Uniformizar o discurso não. A gente só construía a identidade porque ela era a estratégia de pipocar na rede né...

Drica: (...) não, mas essa coisa que eu tô falando não de o que a pessoa tá pensando. Mas tipo assim: acabei de postar um trem, aí a pessoa ia e postava a mesma coisa. Mais uma coisa de estratégia de comunicação, entendeu?

Silvia: Mas isso a gente foi conversando e aprendendo (...)

Drica: (...) foi, é...

Silvia: (...) tanto é que hoje a gente assimilou muito, a gente foi aprendendo como que usava o Facebook (...)

Drica: Tinha a planilha.

Silvia: (...) e eu acho o FdE essencial pra gente, por exemplo, esse documento, mas esse a gente aperfeiçoou muito. Não, mas assim, porque a gente aprendeu muito com eles. Eu acho que eles prejudicaram muito na imposição dos conteúdos, das narrativas que não diziam o que a gente queria dizer – ninguém queria o obaobaobaê apenas, nem a Esquerda Festiva, que é um obaobaobaê super politizado. Mas era um pouco uma falta de entender mesmo, eles não sabiam o que era isso. E aí os meninos do FdE, e eu acho que o movimento foi muito importante pros meninos pararem de servir de instrumento, e muitas vezes colocarem discursos pessoais. Mas a gente pegou um documento que eles usavam, assim, de postagem coletiva, que você põe as horas das postagens, e a gente aperfeiçoou.

Drica: Ah, era deles?

Silvia: Eu acho que sim.

Drica: Aquilo ali eu peguei de você.

Silvia: É, eu peguei de uma pessoa, que eu *suponho*, ela já foi do FdE lá em mil novecentos e bolinha, e eu suponho que ela (...) uma vez (...)

Paula: É um padrão, assim?

Silvia: É uma coisa que a gente usa em todos.

Cléssio: Planilha.

Silvia: Não é a planilha não, é um word que você põe as horas. A página do Estrela ficou por tempos assim...

Drica: O Djalma pegou isso, só que melhorou, sabe?

Silvia: Tem um tanto de gente (...) Resiste Isidoro... Pra você dar conta da coisa, e aí também mapear em quais horários que a gente vai colocar.

Drica: Ver quantas curtidas teve, porque aí você saca, tal horário bomba mais.

Paula: Legal demais, se alguém tiver isso.

Silvia: Tudo, a gente tem tudo.

Paula: Porque eu preciso pra pesquisa.

Silvia: Isso era pra gente entender ali na hora, quais eram os melhores horários. Mas, assim, o que eu entendi é que o horário ele não é definidor, igual muita gente falava, "á, tem que postar em tal dia, tal hora". Eu acho que o domingo a noite, por exemplo, é maravilhoso pro Idelber postar, sabe? O Gregório Duvivier... Para eles fazerem os posts (...) Ai, eles não podem mais, morreram, tadinhos.

Drica: Gregório?

Cléssio: Não, Gregório um pouquinho, deu uma treta.

Silvia: Não, o Gregório ele deu só uma escorregada, ele melhorou, ele já colocou um texto sensível agora. Ele pôs um texto de dor de cotovelo, que foi o texto de ontem...

Cléssio: O Gregório saiu na capa da TPM, e aí teve a galera feminista que fez a crítica. Até ele sair na capa pra mim foi menos problemático, a resposta dele é que foi ruim, a resposta dele é que foi complicada.

Drica: Peraí, mas a galera caiu em cima porque tinha que ser uma mulher?

Silvia: É, porque tem linhas do movimento feminista que são absolutamente radicais com isso, que o homem só pode ser pró-feminista, igual eles tão se chamando de feminist*o*, que o homem não é feminista. Então (...) mas o movimento feminista também é de uma complexidade enorme ...

Cléssio: Mas a resposta dele ridicularizou o feminismo, sabe?

Drica: É, eu não vi isso não...

Silvia: Mas assim, então, eu só ia dizer, você até tinha ventilado isso antes, que tem uma série de fatores que foram nos ensinando... Que uma foto circula mais que um vídeo, que uma foto *sobre* tal coisa, em tal horário, vinculada a um texto "x", vai mais. Que sempre tinha que pôr o link do evento no post, no texto – mas as vezes precisa de muito texto, como fazer?

Paula: E isso é muito curioso porque é um aprendizado de mídia, assim, midiático, né? Então assim, é usar de estratégias também de como *aparecer*, que a Thálita tava problematizando, mas não nesse sentido, né?

Silvia: É, é a nossa disputa política, é a disputa do simbólico.

Paula: Massa. Então, vamos só acabar aqui, depois do Barreiro (...) aí depois a #6 foi Guarani-Kayowá, não foi isso?

Drica: Foi.

Paula: E aí a demanda, como que foi essa demanda?

Drica: Ou essa foi diferente, difícil...

Cléssio: É, foi um processo ruim.

Drica: Foi uma demanda da galera do Brigadas [Brigadas Populares], foi uma demanda (...)

Silvia: Não, disseram que foram as Brigadas. As Brigadas dizendo que era A Ocupação, isso que eu acho mais problemático.

Drica: Foi foda. A gente fez uma reunião, a gente tinha várias possibilidades de fazer. Tinham muitas pessoas querendo várias questões (...)

Cléssio: Venda Nova.. Tinha uma galera de Venda Nova lá (...)

Drica: É, e aí chegou o povo das Brigadas dizendo que precisava ser na Guarani por uma questão muito estratégica, que a qualquer momento eles podiam ser despejados e tal, não sei o quê. E aí foi meio maluco, porque de repente era isso. E, quando a gente foi fazendo as reuniões pra coisa ser construída foi muito custoso. Essa foi A Ocupação que mais demorou a sair. Porque a gente sabia da importância de envolver a comunidade, a gente sabia da importância de incentivar que a galera de lá mostrasse a sua arte... Que eles ocupassem ali enquanto arte... Foi (...)

Cléssio: Teve duas figuras só (...)

Drica: Duas pessoas figuras que colaram, mas mesmo assim...

Cléssio: Não eu tô falando dentro da (...), no processo de construção o Pastor tava presente.

Drica: Tava, mas assim, é isso. Ele tava presente, ele tava a fim de fazer, mas a galera tomada por mil coisas, né? Então, foi difícil, essa foi bem complicada.

Paula: E no final, assim? Foi o público esperado, ou não foi muita gente?

Drica: Ou, é muito feliz você ver a galera da comunidade interagindo, assim. Criançada, pirando na batatinha, assim... Todo mundo se divertindo muito. Você vê a felicidade das pouquíssimas pessoas que utilizaram o espaço, que entenderam a proposta. Quem se apropriou, foi muito massa, assim... Então isso é impagável, mas...

Cléssio: Essa medida é interessante a gente saber. Não foi sucesso de público, como não foi também a do Barreiro.

Drica: Mas isso não é um evento.

Cléssio: Pois é, isso não é medida, não pode ser a nossa medida, assim.

Drica: Não pode ser, né...

Paula: Mas que foi mais gente, assim, o maior público, foi a primeira ou a segunda, assim? A primeira e a segunda foi muita gente, né?

Drica: Ou, a terceira!

Silvia: A quarta, gente! Santa Tereza!

Drica: Primeira, segunda, terceira e quarta! A primeira se bobear foi menos ainda que a terceira e a quarta.

Silvia: Não gente, a primeira isso aqui ficou (...)

Drica: Tarifa Zero lotou, Santa Tereza lotou!

Silvia: Primeira, segunda, terceira e quarta, mas a do Tarifa Zero ficou cheia o dia inteiro!

Paula: Eu tô lembrando aqui, na #2, não tinha um negócio de Praia da Ocupação? Era um pouco a Praia, não?

Silvia: A, lembrei, Gustavo Bones, na hora de defender, o Gustavo Bones (risos).

Interrupção: passa o Gustavo Bones.

Silvia: Gú, vem cá! Eu ia falar, a Praia da Ocupação, você lembra, a Ocupação #2, a segunda que foi aqui.

Cléssio: Tá sendo gravado, viu?

Silvia: Foi você que sugeriu isso, não foi?

Gustavo: Eu acho que foi.

Paula: Tinha esse negócio da Praia, que era uma (...)

Silvia: Eu acho que era de retomar a Praia...

Drica: Gente, eu acho que se bobear, era uma continuação do Corredor Cultural já Existe, não?

Silvia: Não, mas eu acho que tinha essa coisa de empurrar pra lá.

Paula: Mas tinha um negócio da Praia...

Gustavo: A gente chamou a Praia e veio pra cá.

Silvia: Essa é que é a diferença.

Drica: Continuava os mesmos palcos, não?

Silvia: Continuava, mas tinha uma diferença. A primeira era só aqui [área do baixio do Viaduto Santa Tereza].

Drica: Era Dia dos Pais!

Silvia: É, e aí tinha essa coisa de Dia dos Pais. Mas o negócio é que na segunda teve essa coisa de ampliar, que era um risco, fazer daqui até lá [na Praça da Estação]. Que era um risco, mas aí a ideia pra conseguir fazer isso foi puxar a Praia lá, é, e vir andando com os palcos, com as atividades (...)

Drica: Só que teve o lance do Dia dos Pais e começou a encher mesmo bem mais tarde, né?

Silvia: Foi mais tarde.

Paula: Tá, aí a #7 foi na Praça da Estação de novo, com o negócio da Copa (...)

Silvia: Foi a Copa, é..

Paula: Que também foi muita gente, né?

Drica: Lotou, mas aí essa já (...)

Cléssio: É, mas não foi tão grande quanto às primeiras, o pessoal tava com medo de sair na rua, né? Eu acho assim, pra nossa expectativa deu mais gente do que o esperado.

Silvia: Da Copa? Claro, ficou cheia!

Cléssio: Mas ela não ficou tão cheia quanto o Santa Tereza.

Silvia: Mas encheu tarde.

Drica: Só de polícia enchia metade (risos).

Paula: E depois foi no Isidoro, né?

Cléssio: Que foi a última...

Silvia: Que foi completamente diferente. Autoritária, sem autogestão (...)

Cléssio: Copa do Povo?

Drica: A do Isidoro.

Paula: Que também se desmembrou em duas, não teve um negócio assim? Teve Ocupação em dois domingos, pelo menos.

Silvia: Mas foi diferente (...). Essa Ocupação foi assim, a gente foi na reunião (...) E aí a Natacha... A gente deu essa ideia.

Cléssio: Reunião lá do Território Livre.

Silvia: A primeira reunião do Território Livre, da rede de apoio. E aí a gente fez essa chamada lá... eu falei, a Natacha me falou, eu falei com o Rafa Bit, Bittencourt. Aí o Rafa fez a

chamada e falou, "e aí Silvinha, você acha que rola de puxar?" Aí eu falei "uai, rola". Aí eu até deixei de fazer, formalmente, a disciplina da Natacha porque eu fiquei o dia inteiro trabalhando nisso, assim. Foram as meninas da Escola de Arquitetura puxando as peças gráficas. E aí eu abri um grande chat, com muitos artistas, e desse chat todo mundo foi me escrevendo, e a gente fez a programação (...) Eu não sei se dá pra falar que ela foi A Ocupação...

Paula: Então não teve planilha não?

Silvia: Não, aí eu fui fazendo a planilha mas eu que preenchi.

Paula: Foi diferente, né? Foi você quem preencheu.

Drica: Você foi chamando a galera?

Silvia: A gente foi chamando, o povo vinha porque foi muito corrido, foi tudo em um dia só. E aí eu lembro que sábado à tarde eu tava catando as coisas, pegando tudo assim. Fui pra lá, pra acordar no domingo, eu nem conhecia o espaço... É, e aí as pessoas foram chegando, e aí o processo lá se deu coletivamente, mas a preparação não foi. Mas eu acho que ninguém nem percebeu, porque a gente já tinha esse conhecimento de puxar de um jeito – e também porque todo mundo que tava na reunião já sabia que ia acontecer. E aí o que aconteceu foi que a gente percebeu que era potente... E aí no segundo domingo, no segundo domingo não, né? Nos próximos finais de semana, nos quatro, a gente fez alguma coisa em alguma das ocupações urbanas. Em um deles, inclusive, a gente queria puxar um clube ao mesmo tempo... E esse chat da Ocupação, inclusive, ele virou um chat em que as pessoas comunicavam e ficavam dando notícias do que acontecia lá. E aí era um chat que ele virou uma bomba, porque vinha alguém e falava assim "gente, a polícia vai fazer não sei o quê", e tinha, sei lá, um artista que eu nem sei se eu posso, qual que é o posicionamento político dele...

Cléssio: Isso é importante comentar, né? O chat da Ocupação #8, virou o chat do movimento Resiste Isidoro. Por muito tempo, até depois (...)

Silvia: Por muito tempo, aí um dia eu saí desse chat.

Paula: Mas enfim, aí depois disso não teve mais nenhuma, né? Aí tem o movimento do centro (...)

Silvia: É, eu não sei como você enxerga isso, como você vai abordar na sua pesquisa, mas eu fico achando que tanto o Viaduto Ocupado, quanto a forma como os primeiros dias de programação do Luiz Estrela funcionaram, eles vêm muito dessa rede que se formou. É... O protótipo, a forma de atuação, de chamar as pessoas nem era a mesma. O Viaduto Ocupado foi "zapzap" demais, assim. Mas essa rede construída n'A Ocupação, que inclusive tem um tanto de produtora que pega as bandas por ali... Pro Festival de Inverno da UFMG a gente usou muito! Porque o Festival de Inverno foi eu e a Paula que fizemos. Então a gente chamou as mesmas bandas. Porque era também, a gente entendeu como uma forma de dar uma espécie de contrapartida. Eu e a Paula não, o Guto que puxou... Não, tudo mentira! O Guto era o curador, só que o Guto foi super aberto pra gente opinar um pouco – o Guto Borges – então ele tinha uma programação montada que vinha muito dos grupos que já estavam n'A Ocupação ou não e, principalmente pras outras linguagens que não só a música. Ele foi muito aberto pra deixar a gente opinar. E aí a gente acabou realizando a produção, de um jeito muito próximo ao d'A Ocupação, porque muitos dos artistas já conheciam. E tinha que burlar toda uma burocracia da UFMG – depois eu tive muito trabalho, inclusive, pra poder transformar a forma de comunicação com os artistas. Porque eu fui chamada pra participar do Festival de Inverno e quando o Roberto conversou comigo, ele falou "não Silvinha, daquele jeito lá, que vocês fazem n'A Ocupação". Assim, com cuidado, mas falando assim, é meio autogestionado. Só que não, pra UFMG eu tinha que prestar contas, eu tinha que dar um outro tipo de informação, né? Então foi um trabalho grande, mas é muito legal entender como a gente já criou umas formas de se comunicar.

Paula: É, e isso vazou, né? Pra várias outras coisas, o próprio evento Cartografias do Comum foi uma tentativa de mapear essas intervenções, essa ideia da colaboração e da autogestão enquanto forma de organização política, artística, estética e urbana, né? Foi vazando pra várias outras coisas.

Silvia: É... os GT's do Festival de Inverno da UFMG eles têm muito essa pegada. Isso também é uma ideia já dos curadores, que viram acontecer na rua. Do Festival de Inverno, né? É a Universidade tentando conversar com a rua. Naquele espaço de tempo, porque na segunda-feira já desmancharam tudo.

Paula: Bom, gente, então acho que é isso, né? Acho que tá bom, tá todo mundo já cansado (risos). Muito obrigada!

Cléssio: Valeu...

APÊNDICE B – Transcrição da Roda de Conversa #2

Local: Rua Aarão Reis, baixio do Viaduto Santa Tereza.
Data: 19 de dezembro de 2014, sexta-feira.
Presentes: Paula Bruzzi, Gabriel Murilo, Francisco Cereno, Thálita Motta, PG Rocha.
Participações: Rafael Nunes, Victor Diniz

Gabriel: Rafa, a gente está fazendo uma conversa sobre a Ocupação Cultural, senta aí pra você participar também...

Paula: Bom, a gente podia começar, né? Então, para os que não vieram na primeira Roda, a ideia é fazer algumas Rodas de Conversa pra conversar um pouco sobre o que foi A Ocupação Cultural, sobre as percepções das pessoas envolvidas nesse evento e também sobre como ele vêm se desdobrando desde então. Evento ou acontecimento, né?

Gabriel: É, não é evento...

Rafael: Bom a percepção que eu tenho é a seguinte: até na época do Duelo, assim, eu notava uma luta, da galera que organizava o Duelo, com relação à questão da segurança mesmo. Porque se formavam nichos, assim, era muito nítido, da galerinha que ficava naquele canto ali se drogando, usando crack, usando tiner, usando uma parada de coisas. Tinham vários nichos, e não foi uma ou duas vezes que a galera pediu auxílio pra Prefeitura em relação a policiamento (...), segurança mesmo, assim, algo que eles não tinham a mínima condição de administrar. Então, assim, eu vejo que é um espaço que deveria ser ocupado realmente. Mas assim, a arena não existe mais... Eu vi um projeto que eu nem sei se ele é real, mas era um projeto que tinha vidro do lado do viaduto, e quadras. Eu achei um absurdo! Ainda bem que isso não aconteceu, não sei se está pra acontecer... Mas enfim, a percepção que eu tenho é essa.

Paula: E você participou das Ocupações Culturais?

Rafael: Participei. Eu toquei com algumas bandas, toquei com Batucanto, toquei com o Iconili, é (...) nem me lembro direito se toquei com outras.

Paula: E como foi o processo de você entrar, de organizar, de fazer acontecer os shows?

Interrupção: um morador de rua oferece algo pra comer

Rafael: Em relação a esse processo (...)

Thálita: Só uma pausa. Essas frases que eles sempre chegam. Igual semana passada, o cara falou, "eu não sou playboy, eu sou sei lá o quê", sempre tem umas falas, quase rimadas e parece que deve ser repetida há anos, assim...

Rafael: (...) em relação a essa mobilização de organização, eu não participei muito não, eu vim mais toquei mesmo, sabe?

Paula: No dia, assim?

Rafael: É, no dia.

Paula: E você acha que os nichos que você falou antes se mantiveram mesmo n'A Ocupação? Ainda houve essa fragmentação, ou foi um jeito diferente de organizar?

Rafael: Eu acho que inclusive esse espaço aqui olha, [BAIXO Centro Cultural] ele proporciona um pouco isso. Desde a época do Bordello [Nelson Bordello]. Que a galera ficava aqui fora, assim. É bem diverso, assim, o público. Mas eles (...) eu não vejo que eles se misturam não, eu acho que é bem segregado. Tem interação, mas é bem segregado. Tipo esse cara que passou aqui agora mesmo, entendeu? Ele não vai parar aqui e (...), eu falo assim, de uma forma mais harmônica mesmo, sabe?

Thálita: Tem um filtro (...). Bom, mas semana passada um cara chegou e sentou do meu lado e ficou de boa aqui.

Paula: Mas ele conhecia o Gabriel, não?

Thálita: Não, não era o Rômulo. Era um outro, ele chegou e sentou entre mim e o Rômulo. E ele ficou um tempo, assim.

Paula: Ah, sim, teve um cara.

Thálita: E ele ficou bem apertadinho.

Paula: Depois ele falou, "tô passando mal" e foi embora, foi esse?

Thálita: É... porque tem infiltrações né?

Paula: E também o fato de a gente estar aqui sentado, bem informal, assim.

Gabriel: Sim. A integração com a galera daqui é um dos grandes desafios, eu acho, assim. Falar que ela é pouca, é um fato mesmo. Mas eu acho que o mais interessante é a gente pesquisar o quanto de esforço que está sendo investido pra que esse pouco vá se tornando mais, a cada dia. No Viaduto Ocupado a gente teve uma experiência que foi fantástica, assim. É um processo que demanda muita energia de fato, né? Por causa da nossa incapacidade mesmo de ver, a nossa necessidade de desconstruir um monte de coisas em nós, pra que o diálogo exista. Mas o Rômulo é uma experiência, assim, o contato com ele foi "do caralho". Ele e a Fátima se abriram pra isso, né? Estar junto no Viaduto Ocupado, foram membros do movimento ali, naquela hora, e eram pessoas que estavam ali morando no viaduto, logo antes. Mas na programação do viaduto, teve um determinado momento em que a gente parou e falou assim "não, espera aí galera! Não é só ficar ligando pras bandas que estão lá na casa deles pra poder chamar e vir tocar no Viaduto e criar um fato midiático e isso fortalecer." Não! Isso aqui é um palco público, a gente tá lutando pela democratização dele. Vamos começar a colocar a galera que tá aqui em volta na rua pra subir nesse palco, e conversar, e mostrar entre si. E aí, eu morava aqui perto, eu estava indo lá ver alguma coisa em casa e no caminho eu fui encontrando um tanto de moradores de rua, a galera que estava ali perto do abrigo, e fui perguntando pra eles, o que eles curtiam fazer. E aí uns cantavam, outros recitavam poesia e tudo. E eu fui chamando a galera, a gente foi chamando a galera... Tinha um cara ali que fazia artesanato. E aí um dia a gente foi, fez uma vaquinha, deu a grana pra ele, ele foi, comprou os materiais e voltou pra fazer uma oficina. Aí a gente criou essa programação, assim, que é uma metodologia a programação, né? Você cria uma programação pra chamar a galera e isso ser uma resistência. Mas a programação foi dos próprios moradores aqui, que estavam fazendo. E foi um esforço enorme, assim, porque o tempo é diferente, né? O modo de lidar com as ferramentas é diferente. Os afetos também, né? Tem cara que é muito sensível também, se as vezes ele tem que esperar um pouquinho porque tá na vez do outro ele já fica meio chateado, às vezes vai embora. Então, assim, eu gosto de ver essa interação como um grande desafio, e em momentos mais ou menos que outros, a gente vai tentando vencer esse desafio. Que é um desafio que é muito cotidiano também no Espaço Comum Luiz Estrela agora. Todos os pepinos que rolam lá são por causa desse mega desafio de (...) lidar com as diferenças, né? Principalmente a galera que mora lá no entorno, morador de rua, que quer estar lá junto no espaço, mas tem outra visão de organização, de mundo, de falas (...) que moram na rua, lá perto do Santa Efigênia, naquela área hospitalar ali, né? Tem uma galera que mora ali...

Paula: E vocês conseguem incorporar na programação? Já houve casos?

Gabriel: No Estrela? Consegue (...) é, consegue. Teve alguns momentos que sim. Acho que talvez o exemplo em que mais rolou, foi a integração do Vidigal, que era parceiro do Luiz Estrela, que já dormiu na rua muito. Vidigal tem casa, ele não é morador de rua oficialmente... O Luiz Estrela ele era, mais, morador de rua. Mas enfim, o Vidigal ele veio a partir daí, da rua, e de toda essa discriminação, né? De ser um morador de rua, homossexual, e que estava ali, intervindo na rua e no cotidiano de uma outra forma. A partir disso, da questão de gênero dele, e da forma como ele se coloca. Aí ele se integrou a um coletivo que estava fazendo uma residência lá e eles foram criando uma série de atividades: mostra de cinema, performance, eles fizeram uma performance lá no Maletta[196] também, e tal. Ele quase entrou pro coletivo. E lá tem uma galera, assim, que de vez em quando vai, deita lá na rede. Tá rolando reunião fica lá, aí fala alguma coisa na hora, sabe? Tem um cara que mora no Aglomerado da Serra que sempre tá lá, que se coloca como integrante do coletivo também, fala nas reuniões, e tal. Mas, assim, o desafio ele é presente mesmo, não tem nenhuma solução não.

Paula: Aqui no viaduto você sentiu isso mais forte durante o Viaduto Ocupado? Como foi isso durante a primeira Ocupação?

Gabriel: Não, na primeira teve uma atividade que foi a limpeza ali, daquele canto. Que quem puxou foi o Família [Família de Rua]. Eles já tinham feito isso outras vezes, né? Então veio muito deles, mas teve um diálogo com a galera. O PDR [integrante do Família de Rua] veio, um dia antes, falou "a gente vai trazer um caminhão amanhã, e vamos dar uma lavada (...)". E aí a galera toda se mobilizou. Então foi uma atividade em conjunto. Que a galera que tava morando ali levantou na hora, tirou os colchões, a gente trouxe vassoura... Eles arrumaram umas também, ficou todo mundo limpando junto o espaço.

Paula: Fora isso, vamos pensar, teve a oficina de grafite (...)

Gabriel: Você fala de diálogo com a galera?

Paula: É, das pessoas daqui (...). Até que ponto as pessoas que já ocupavam aqui também "ocuparam". Em que momento elas também se sentiram ocupando ali, sabe?

Gabriel: É, tem uma resistência que é, igual aquele lance que a gente estava falando, né? Da resistência incutida, né, que vem muito deles também, assim. Eles já têm, parece que eles têm dentro deles isso como dado. Como se eles não fossem bem−vindos, ou como se não fosse

[196] Edifício Arcângelo Maletta, localizado no centro de Belo Horizonte.

conveniente que eles participassem... Como se eles fossem um incômodo. Então a galera fica muito na deles mesmo assim, saca? E aí o que existe é um convite, um convite constante, e uma tentativa de desconstrução disso. Deixar eles a vontade pra que eles possam intervir. Por exemplo, na última que rolou aqui – foi antes lá da Ocupação do Isidoro – tava com tapume ainda no Viaduto (...)

Paula: Foi ali na Praça da Estação?

Gabriel: É, só que ia ser aqui no Viaduto, na beirada do tapume. E aí eu vim montar e tinha uma galera dormindo ali. Antes de fazer qualquer coisa eu cheguei e fui conversar com eles. Perguntando o que eles achavam, se eles iam curtir a ideia.... Se eles estavam a fim de fazer isso junto e tal, explicando um pouco a ideia d'A Ocupação (...). Então tem sempre esse cuidado de colocar a proposta. Porque se eles falarem que não rola, que não é isso, então não é isso. Se eles tiverem, quiserem estar junto, e vai ser a contribuição deles. Aí teve até um lance que eu pulei a grade, fui lá tentar fazer um gato da obra e tal, e deu certo. Só que tava cheio de polícia, aí eu voltei, e aí depois a polícia chegou e aí reclamou, e alguém entrou lá e (...) E tipo o cara deu muita moral, assim, ele cuidou do fio que tava lá. O policial foi perguntar pra ele, ele mentiu pro policial, não falou que eu tinha ido lá pular... Depois quando eu precisei de ir lá fazer o gato ele me emprestou o canivete dele, um "canivetásso" assim, "fodasso", "afiadásso", que é a arma de defesa dele. E aí, assim, rola esse tipo de interação. E aí em determinado momento ele chegou pra mim e falou assim "olha velho, tá chamando atenção demais pra esse cantinho nosso aqui. Não vai rolar." Aí na hora, velho, desarmamos tudo, pegamos tudo que tinha ali e fomos pra lá praquele cantinho. Aí que a gente puxou de lá. E os caras ficaram ali de boa. Eles queriam ficar na deles. Mas a intervenção no processo foi total, né? Eles foram ouvidos (...) eles tiveram a voz ali.

Thálita: É uma negociação. Não existe só uma integração, é uma negociação mesmo. Eu acho muito interessante, vocês negociaram o espaço ali. Vocês não armaram a tenda, o circo e falaram, "ó, tá ocupado", né?

Paula: É, isso é fundamental de pensar né? Porque chegar e ocupar, até que ponto você também não está intervindo (...) Tirando a invisibilidade em um momento em que a própria invisibilidade pode ser uma das armas, né? Às vezes é isso, a própria invisibilidade é o que faz eles sobreviverem.

Gabriel: Total.

Thálita: É. É e não é, né? Eu fico pensando no cobertor, nos cobertores de "mendigos". O tanto que ele é uma capa de invisibilidade. Até porque ele é muito parecido, né? Ele é "cinzão" e a cidade é "cinzona" então cria ali uma camuflagem mesmo. E a gente é que dá aquilo pra eles, não são eles que compram aquele cobertor, assim. O pior é isso. A gente dá a capa da invisibilidade. Existem milhares de cobertores, aqueles negócios que estão na moda, de oncinha, que você compra por 10 reais também, mas a gente vai e compra "o cobertor de mendigo", cinza, e dá pra eles.

Paula: E eles vão tomando a cor e a poeira...

Thálita: Você pode reparar, essa galera que vai juntando. Nossa, eu vejo muito isso. Só cobertor "de mendigo". Talvez eles comprem, né? Não, eu quero esse cobertor de oncinha. Mas o que a galera vai comprar pra dar é o "de mendigo".

Paula: Bom, eu achei legal voltar nisso, porque eu falei "esse evento", e você falou, não, não é um evento. Como isso é tratado no processo? Como ocupação, como uma manifestação artística**,** estética, cultural, política? Como vocês vêem isso? Existe uma preocupação com esses termos?

Gabriel: Existe... Bom, o meu ponto de partida, ele vem também de um outro momento, que é do Comitê Popular de Arte e Cultura, que a gente falou um pouco na outra Roda de Conversa. E o que foi tirado de lá era uma sensação de ir pra rua de uma outra forma... Era uma reunião de artistas, né? E agentes culturais da cidade... E então a construção não foi tanto de realizar um evento, mas de realizar uma outra forma de manifestar, juntos.

Paula: Tinha também aquela história que surgiu na reunião da Ocupação da Câmara, né? Que se falou sobre a necessidade de se chamar Ocupação e não evento, porque pra fazer "evento" era preciso um alvará.

Thálita: Tinha uma coisa de não−evento mesmo, não tinha?

Gabriel: Não−evento? Um nome não−evento? Talvez seja um artifício que alguém criou (...) Teve esse lance técnico, né? De que, assim, sendo uma manifestação não precisa de alvará, mas eu acho que é muito mais conceitual, sabe? Do que uma solução técnica. Eu acho que é muito a pegada de todo mundo que tava lá na Ocupação da Câmara, tanto que era o que a gente estava fazendo lá. A gente não estava fazendo eventos lá, todas as noites, a gente estava fazendo manifestações artísticas, atos artísticos. Você montar um som em frente a Câmara e

tocar o terror a madrugada toda, não é um evento isso. Eu até cancelei um evento que eu tava produzindo na mesma semana, eu falei, "não vou realizar esse evento", numa casa de shows. Liguei pras bandas e falei "galera, tá acontecendo isso e isso, não vai rolar." (Risos).

Paula: Sim, pensando no evento como ato institucionalizado, né? Porque o evento pode ser também, na perspectiva que eu falava, uma ação momentânea, uma coisa efêmera.

Gabriel: Mas um ato também, né? Tem começo, meio e fim. Uma ação direta, né? Uma ocupação. Uma ocupação também pode ter começo, meio e fim...

Paula: Um acontecimento (...)

Gabriel: (...) um acontecimento, uma manifestação, uma intervenção... Palavras que vem aí, e contemplam isso. E eu acho que isso esteve muito presente também na metodologia, sabe? Porque nunca a ideia era construir uma estrutura e convidar artistas, pra que eles pudessem mostrar o seu produto. Porque isso é um conceito de mercado, né? De evento, de produção. Então por isso querer sair da palavra evento. Porque é uma palavra muito usada no mercado, né? Produção (...) que envolve isso, essa relação de uma troca de produto, né? Aqui é a minha apresentação, aqui as pessoas que vão fruir dela, e tudo. Por mais que seja gratuito, tem eventos gratuitos que têm essa visão. E o conceito é totalmente diferente, né? O conceito é você se posicionar, politicamente, na cidade, publicamente, de uma outra forma que não seja só falando, um discurso, né? Ou levantando uma bandeira... Que seja com uma outra estética. Então uma manifestação com uma estética diferente, que não a estética da bandeira e do discurso.

Thálita: Teve uma negociação com os partidos nas Ocupações? Eles participaram?

Gabriel: Não, quem participou foram pessoas.

Thálita: Mas o partido como instituição não, né?

Gabriel: Não, porque não era um movimento de instituições, assim. Tinha instituições, coletivos que estavam presentes querendo contribuir, teve. Foi a mesma aproximação que rolou durante a Ocupação da Câmara. O pessoal tava lá presente, né? PSOL tava lá presente, né? E tinha outros também, o PSTU tava também. E, assim, o que rolou foi uma negociação também, pra galera baixar um pouco – falando mais do meu ponto de vista – baixar um pouco a necessidade de gerência deles, assim, do piloto automático, né? Não é por mal, mas tem uma necessidade de ficar tentando colocar as pautas dos partidos nas coisas que eles

participam, como pessoas. E na Ocupação isso foi muito claro pra gente, do lado de cá, que tava querendo desenvolver um outro conceito de manifestação, dialogar com a galera que já tava muito acostumada com o conceito de manifestação do discurso, né? Então a galera não via que era importante não ter um discurso às vezes. Porque o discurso ele poderia abafar a música, a performance, o filme, né? (...) As outras formas de relação e diálogo estético... E A Ocupação, a ideia dela era isso, né? Era construir esses outros canais de manifestação, essa outra estética. Então teve uma conversa muito nesse sentido, de chegar uma galera de partido querendo fazer panfleto, falando que tinha que falar no microfone, que se não ficava só uma festinha, né, um evento. Ou seja, então veio daí também essa visão, não pode ser só um evento. Essa era a crítica. Então a gente vinha falando assim, "ó, de fato, não é um evento, é uma manifestação político−cultural com uma outra estética". Só o fato de você estar tocando na rua, no espaço público, num espaço de disputa e altamente burocratizado, isso é um ato político, já tem muito conteúdo nisso. E esse é o conteúdo da Ocupação Cultural, então a gente tentava trazer essa leitura também. Tudo bem que tem um zilhão de coisas importantes pra gente fazer e um zilhão de pautas, mas a pauta da Ocupação Cultural é essa, é ela existir. O fato de ela existir já é a sua própria pauta, que é disputar esse espaço pra outras estéticas né?

Thálita: Pra mim é um ponto muito claro assim, com referência à Assembleia Popular Horizontal, né? As Assembleias tinham uma coisa que era do discurso o tempo todo, e inclusive eu lembro muito bem disso, assim, dos conflitos entre os partidos e da galera anarquista e quem era mais livre ali, que tava também querendo entender como isso se dava. Nossa, eu lembro das intervenções, eram muito imediatas, muito, quase (...) não vou falar violentas no sentido de "agressivo", mas é porque já vinha formatado, já vinha pronto, já vinha (...). E vinha assim, no momento em que a gente menos estava precisando, né? Precisando realmente de dar uma dissolvida, e vinha com papelzinho escrito, com discurso, formatadíssimo assim (!), eu achava aquilo de uma dificuldade enorme, achava aquilo difícil demais! Mas é aquilo, é um exercício democrático, então tem esse lugar também. E aí eu vejo muito A Ocupação como um contraponto a isso tudo, a essa coisa hiper−discursiva, e quase se tornando uma coisa mais quadrada, né? Mais quadrada do que deveria...

Gabriel: Foi muito legal na Copa, porque eu acho que, assim, uma das grandes contribuições da Ocupação Cultural é ela de fato fazer uma galera de militantes entenderem aos poucos essa outra estética de manifestação. Então eu acho que isso foi um desafio, né, que eu apontei, mas

eu acho que durante a Copa teve esse ganho, sabe? Foi muito doido a gente ver esse processo acontecer, as Ocupações acontecendo, as tentativas de juntar o maior número de pessoas possível pra poder, né, realizar a ação... Você tinha tanto gente envolvida n'A Ocupação Cultural quanto nos atos também puxados pela APH (...) E aí a gente viu progressivamente o enfraquecimento dos atos da APH durante a Copa, e junto a isso, pequenos grupos de artistas, que eram militantes também, puxando pequenas intervenções, com outra estética, dentro dos próprios atos. E aí isso foi crescendo. O próprio COPAC [Comitê Popular dos Atingidos pela Copa] puxou a Copelada, né? E eu acho que foi muito isso assim, uma descoberta que Belo Horizonte teve, dessa outra forma de manifestação, que foi muito coletiva e ela foi (...) acho que teve a Ocupação Cultural como epicentro, e isso foi sendo apropriado, foi sendo intensificado, né? E hoje é um negócio de BH, dos movimentos políticos de BH. Todo movimento político de BH eu acho que, hoje, abraça muito isso, essa estratégia, né?

Thálita: Desde a Praia, né? Tem esse conflito entre a manifestação em si e um discurso, geralmente a galera fica "a, isso não é político", sabe? (...)

Paula: É, acaba existindo uma certa exigência de não ficar só no lúdico, né? Às vezes existe uma crítica ao lúdico no sentido, "não, isso não é suficientemente político". E eu acho que essa história da festa *como política*, é o que acaba sendo realmente uma singularidade muito potente de BH.

Gabriel: É, exato! Eu acho que BH é, realmente, a capital disso, assim. E, durante as manifestações da Copa a galera que tinha essa resistência de ir pro lúdico, e continuava no modelo APH, foi cansando... Foi cansando, foi sendo repreendida "pra caralho", né? Foi sendo repreendida "pra caralho" e (...) em determinado momento entendeu. Falou assim, "não, espera aí galera, não é mais marcar uma manifestação no dia do jogo e ir pra esse enfrentamento, realmente a gente tem outras armas que são muito mais potentes nesse momento, né (...)". E é isso, eu acho que isso se concretiza na Ocupação da Copa, né? Que foi escolhida uma data que não era data de jogo, porque tinha pessoas que estavam a fim de assistir ao jogo, não necessariamente estavam contra o PT, na época. Porque assim, era contra o governo, né? E a coisa se misturou demais, quem tava contra o PT, quem tava contra o governo, o sistema em si, a Copa, a FIFA (...)

Chega o Francisco Cereno

Gabriel: E aí assim, esse dia foi muito debatido, “a gente faz em dia de jogo ou não faz em dia de jogo...” Porque tinha uma galera que queria ver o jogo do Brasil e se fosse no mesmo dia não ia manifestar, ia ver o jogo. Se fosse em dias separados, ia manifestar. Porque é contra a FIFA, mas não é contra o futebol. E aí foi construído esse conceito, "futebol é de todos", né? O nome foi muito pensado nesse sentido também, pra gente construir essa separação pra que todos ficassem confortáveis em manifestar nesse outro viés estético, mas ao mesmo tempo quem quiser ir ver o jogo no dia, quem quiser ser contra o PT, quem quiser ser contra a FIFA, quem quiser ser contra a Dilma (...). Cada um podia ser do jeito que fosse, ter a sua própria bandeira, mas se juntava nesse outro viés da manifestação estética.

Paula: Isso é incrível. É um encontro, né?

Gabriel: É, aí deu certo, é. As manifestações foram se esvaziando e de repente A Ocupação Cultural retomou o fôlego da galera na rua.

Paula: Eu fiquei pensando quando você falou sobre isso do “enfrentamento”. Porque às vezes nem é uma questão reativa, assim, né? Às vezes construir essas coisas de uma maneira mais ativa, do que apenas reativa, construir um novo jeito de ocupar o espaço, um novo jeito de experienciar a cidade e a praça (...) eu acho que tem muito mais potência, em certos momentos, do que uma simples “reação”. Que é o que você falou, às vezes as pautas múltiplas se encontram ali, numa coisa muito ativa e muito potente. Eu fico pensando que, por vezes, a reatividade pura e simples é muito limitada também...

Gabriel: É, quem não tá a fim de ser reativo não se identifica, né?

Paula: Claro que é preciso de uma resistência, mas a resistência precisa ser sempre só reativa?

Thálita: É, o que eu venho observando desde a Praia, mas que é muito anterior à gente, à nossa geração – talvez não tanto porque, realmente, no Brasil a nossa democracia é muito nova – mas é esse conflito entre velha esquerda, nova esquerda, entre a esquerda festiva e a esquerda "partidária", sei lá, nem sei como eles se colocam, assim, que é o lugar do corpo, o corpo não aguenta. Nosso corpo, que é um entrecruzado de misturas, de culturas e que tem uma matriz africana muito forte, uma matriz indígena muito forte, ele não tem que se submeter a uma ideia e a um formato de exercer política, ou de exercer uma esquerda igualzinho foi dito na Rússia, igualzinho os Black Blocks da Inglaterra (!) sabe? A gente tem a mania de se referenciar à esquerda totalmente europeia, e a gente esquece de que a gente

tem uma ginga, que essa ginga é potente, que essa ginga é política, que as coisas estão acontecendo o tempo todo em relação à festa, a um corpo desviante, a uma certa "bandidagem", que ela é uma prática corporal muito interessante. Então a gente esquece isso, a gente esquece que nosso corpo não aguenta esse tipo de coisa, sabe? Esse tipo de rigidez, esse tipo de embate o tempo todo (...) até porque isso afasta essa relação de aproximação da galera com a gente, sabe? Se a gente tá nesse lugar (...) porque, realmente, que corpo é esse? Que corpo militar é esse? Porque a gente tem que produzir um corpo militar? É isso que eu fico pensando o tempo todo... Isso que eu vi em Cuba (...) Por que, sabe? A gente é tão entrecruzado de coisas interessantes... E aí eu defendo a potência da festa e desse corpo em festa, sabe? Que é o que eu estou pesquisando na minha tese agora. (...) Os argentinos, igual àquele dia, Paula, em que o Santiago Cao chegou pra gente, a gente tinha acabado de falar, aí ele chegou assim: "a gente não precisa ir pra um bar, né? Porque assim, vocês são muito desfocados, vocês brasileiros" – ele é argentino – "porque vocês gostam demais de festa, e assim, às vezes eu quero conversar de política e vocês gostam de festa (...)"

Paula: E lá em Salvador, né? Em plena festa de Santa Bárbara! Não tinha nem como a gente ficar (...)

Thálita: (...) é falando, falando, e o corpo desgastado, e o corpo cansado, sabe? O corpo querendo outra coisa. É muita falta de respeito consigo mesmo. Ninguém aguenta mais (...)

Paula: É muito o não aproveitar essa fluidez da própria cidade, dos próprios acontecimentos da cidade pra conseguir fazer política, né? Tentar formatar (...)

Gabriel: É, o bar também é político...

Thálita: É, ninguém aguenta mais...

Gabriel: Ninguém aguenta mais o quê? Esse desgaste que você está falando?

Thálita: Esse desgaste, esse militarismo. A gente é jovem, a gente tem tanta coisa... A gente tem quadril, a gente mexe, a gente é pulsante, é um corpo vibrátil. Não precisa desse (...) isso é muito do homem, assim, é muito heteronormativo o padrão militar da velha esquerda, sabe? É muito.

Gabriel: Total.

Thálita: Você não visualiza uma *trans*, não visualiza um travesti, porque o corpo dele é outro. E aí? Aí tem aquele negócio que eu já li em alguns muros: "se a revolução não for travesti não é a minha revolução". Que significa o quê? Se não tiver uma multiplicidade de corpos, não é completa, não dá. "Se eu não posso dançar não é a minha revolução" da Emma Goldman lá, aquela frase. Acho perfeito, e é isso... Se eu não posso ter um (...) existir, né, pulsar de outras formas então o que eu tô fazendo aqui, repetindo a mesma coisa? E eu acho que isso é uma coisa que os argentinos ainda não entenderam, talvez porque a referência deles seja muito outra (...)

Paula: Matriz mais europeia, talvez, né?

Thálita: (...) é, exatamente. E a gente fica se sentindo menos esquerda, menos potente, menos isso em relação a Argentina.

Paula: Menos organizado também, né?

Thálita: É, meu Deus...

Paula: Claro que precisa ter uma organização, mas será que a organização precisa ser tão determinante assim?

Thálita: Tem momentos, né? As coisas tem momentos, não precisa ficar só na festa, ou só nisso...

Francisco Cereno entrou na roda

Paula: Então, a gente está conversando aqui sobre A Ocupação, em um esquema fluido mesmo... A ideia é que cada um fale um pouco sobre a sua experiência no ato, sobre como você foi afetado por ele (...) como você viveu esse processo, enfim, sobre o seu envolvimento... Conta um pouco pra gente...

Francisco: É, meu nome é Francisco, Francisco Cereno. Eu acho que tem uma semente disso que vem de antes, né? Um acúmulo, assim, de todos os movimentos, de todos os grupos, coletivos, que já têm pensado, e proposto ocupações artísticas, urbanas há muito tempo. É, teve um fato que eu gosto de lembrar, assim, que foi interessante, que logo antes das manifestações – tava na época do movimento Fica Fícus – tava tendo uns encontros do Fica Fícus, e um belo dia teve aquela coisa lá na Turquia, que a galera queria derrubar um parque na Turquia pra construir um prédio, um shopping... E nessa onda, nessa *vibe*, a gente acabou

fazendo um ato. Meio que foi de última hora assim, a gente falou "ah, vamos fazer um ato em solidariedade à Turquia", e tem tudo a ver com o Fica Fícus, por causa da questão ecológica em si, urbana, e tal. E aí nisso a gente fez um encontro muito legal na Praça Santa Tereza. Que foi algo bem espontâneo assim, de a gente ter essa ideia junto, começar a falar, outras pessoas falarem... E foi legal, foi um dia cheio de atividades. Teve vários blocos, o Pena de Pavão e Krishina tava, teve bandas, bate−papo, aí a gente fez uma Mesa Redonda, assim, muita gente falou também da Primavera Árabe, e tudo. Eu acho que, logo depois desse movimento, foi a questão da Câmara, Câmara dos Vereadores, da Ocupação da Câmara. Então isso tudo já estava muito forte já, sabe? Essa coisa da ocupação, e da importância da questão cultural nisso, dando uma liga pra todos os movimentos e ajudando nesse processo.

Paula: O GT de Arte e Cultura já existia?

Francisco: Antes do GT foi montado o Comitê de Arte e Cultura.

Gabriel: É, são duas coisas diferentes. O GT de Arte e Cultura da Câmara e o Comitê Popular de Arte e Cultura, que começou na Ocupação da Câmara e que depois continuou na Assembleia, os Comitês todos.

Thálita: Não foi o contrário não?

Francisco: Na APH ainda não tinha um GT de Cultura.

Thálita: Não tinha o GT, aí a gente foi, aglutinou e depois foi pra Câmara.

Francisco: Não, não tinha um GT com organização da Cultura.

Thálita: Não, foi isso, eles tinham feito nove, eu acho, GTs. Aí ficou faltando o de cultura, aí a gente falou "não, vamos fazer". E aí fez, depois foi pra Câmara.

Gabriel: A APH começou depois.

Paula: A APH não foi anterior à Ocupação da Câmara não? Eu acho que sim.

Francisco: Eu acho que foi depois.

Gabriel: Foi depois, acabou a Câmara e a galera queria continuar encontrando.

Francisco: É, é importante depois levantar esse histórico (...) Então assim, várias coisas se misturaram. O Comitê foi algo que a gente fez, que os artistas puxaram, aí teve um encontro

lá no bar do Xexeu, e aí a galera fez um documento, mandou isso e aquilo. E aproveitando essa conexão toda, essa galera também que já tava na Câmara, que tinha um grupo lá, as coisas foram meio que próximas, se juntando de alguma forma. E, aí nesse processo, ia sair a Ocupação da Câmara, ia sair de lá, e aí tinha a ideia de trazer, de fazer alguma coisa aqui no Viaduto... A Natacha já tinha proposto, acho que muito com você, e umas outras pessoas, que tinha um grupo de estudo lá também, e que queria fazer isso (...)

Paula: É, tinha a história da disciplina, dos alunos (...)

Francisco: (...) É... aí a disciplina também já pautava no baixo centro e tal. E aí meio que juntou tudo isso, assim. E eu lembro no início, acho que teve até uma dificuldade com o pessoal da Câmara ficar preocupado, achar que a cultura e a arte poderiam desvirtuar uma questão política, e tinha essa preocupação, "não, não é festa, é sério". E a festa é séria, e a esquerda é festiva e A Ocupação é uma grande celebração civil de estar no lugar, de se sentir dono, se sentir pertencente a esse lugar e, ao mesmo tempo, isso ser um fato político enorme, de afirmação também. Então assim... Aí no meio dessa coisa toda, desse histórico e dessa vontade toda... A Ocupação #1 começou, e dessa forma também que eu acho que foi meio desenvolvida logo na primeira Ocupação, logo na primeira já tinha essa metodologia, cada um se inscrevia via GoogleDocs, cada um bota lá o que pode fazer, o que quer, onde quer tocar, como quer tocar, com o que pode ajudar, quando... E aí criou esse sistema que ficou o sistema permanente, assim, né? Toda Ocupação as pessoas vão lá, nunca se sabe quem vai ser, mas via lá os Docs, via e−mail, você sabe quem vai estar mais ou menos e a coisa acontece. Sem uma coordenação, sem uma centralização, cada um cuidando do que acha que é certo... Às vezes delegando, "ah, essa pessoa vai ficar na parte de lixo, e vai cuidar disso, "ah, essa pessoa vai cuidar do palco porque sabe um pouco mais de técnica" e tal. Mas algo bem livre também, às vezes a pessoa fala que vai e não vai, e aí na hora alguém faz... Às vezes uma pessoa com a qual a gente estava contando que iria fazer isso não apareceu no dia e aí alguém também assume, faz... Então algo bem livre, assim, nesse sentido. E aí daí em diante acho que teve uma questão super importante (...) Eu tô falando isso lembrei de outra coisa. Eu participei dessas primeiras Ocupações, não consegui acompanhar todas, por outros motivos... Aí teve a ideia de ser descentralizado, de não ficar só no centro, de ir nos bairros, de ir nas ocupações urbanas de Belo Horizonte e nos bairros periféricos... E a coisa tomou assim, essa dimensão, que hoje eu nem sei mais quem foi da última ou quem foi da segunda ou terceira. É difícil de falar quem é quem.... Mas todo mundo é... Não é de ninguém e é de todos... Inclusive eu

estava até falando com o Gabriel, "vamos puxar uma Ocupação de Natal, e fazer um pós−ceia". Tipo assim, às vezes alguém teve essa ideia, outra ideia e puxou, e a galera colou.

Paula: E aí junta com outras pautas (...)

Francisco: (...) É, e aí junta com outras pautas. Aí teve muito legal, a pauta do Tarifa Zero.

Paula: Que já foi a terceira.

Francisco: Terceira. Antes do Tarifa Zero (...)

Gabriel: Teve no Santa Tereza.

Paula: A segunda foi aqui (...)

Gabriel: Ah é, não, a segunda foi aqui! A gente achou que ia ser menor que a primeira, lembra? Teve uns dias que a gente ficou meio desanimado, e aí foi maior ainda.

Francisco: Foi gigante.

Gabriel: Aí a quarta foi no Santa Tereza.

Francisco: Já foram sete, né?

Paula: Oito. Oito com a do Isidoro, né? A sete foi essa da Copa.

Francisco: A sexta foi Guarani−Kayowá.

Gabriel: A sexta foi na Guarani, a sétima na Copa e a oitava no Isidoro.

Thálita: E a do Barreiro?

Gabriel: A quinta.

Interrupção: dispondo as imagens impressas das Ocupações no meio da roda.

PG: Ah, essa é a segunda. Na segunda quem tocou?

Francisco: 12duoito, 7Estrelo, A Fase Rosa, Duelo de Mc's...

PG: Acho que a segunda tem o (...)

Francisco: Eu acho que vocês vieram e ajudaram aqui na parada, né?

Gabriel: Acho que era pra segurar a obra que ia rolar lá...

PG: O síndico tocou em alguma dessas aí...

Francisco: O síndico tocou na primeira, não tocou não?

PG: Não, Saravá tocou na primeira. O Síndico tocou na (...)

Francisco: Teve uma que era um palco aqui ó, que a polícia chegou, e pegou o Ninja, o grafiteiro Ninja...

Gabriel: Não, essa daí foi a primeira, foi a primeira.

Francisco: Mas tinha esse palco aqui (...)

PG: Foi, até o Dom Pepo tocou... Eu acho assim, muita gente ficou conhecendo eles (...) eu lembro, muita gente ficava "quem que é essa galera?" me perguntando, que eu tava no som na hora. E eu falava "não, também tô 'fragando' agora aí".

Gabriel: Eles falam isso mesmo.

PG: Eles falam isso? Então, legal.

Gabriel: Legal trocar ideia com o Dom Pepo.

Paula: Eu to fazendo esse levantamento, de tudo que aconteceu na primeira.

PG: Ah, não! O Síndico tocou na primeira também! Foi ali.

Paula: É até legal, deixa eu contar um pouco de como eu venho estudando isso. Porque é um desafio, também, né? Porque se o ato se propõe a ser uma outra estética de manifestação, assim, eu não quero, também, estudar isso só por via do discurso, sabe? Como estudar isso? Aí que surgiu a ideia da Roda de Conversa... Porque eu tava primeiro fazendo uma grande compilação de tudo que aparecia no Facebook, de como a coisa era nomeada, das chamadas à participação. Na primeira Ocupação, por exemplo, era assim: "Ocupe!, "Traga a sua arte", "Ocupe o espaço vago!", "Mude seus conceitos: a sala de estar é a rua", "Provoque", "Por um centro mais colorido" que era muito a *vibe* assim do FdE, né?

Gabriel: É, isso que eles falaram. Você tem pessoas que estavam colaborando com essa comunicação que elas imprimiram muito a leitura delas na forma de se comunicar. Isso não

era consenso, né? Eu mesmo discordo totalmente dessa forma de comunicar e de várias peças gráficas que rolaram. Mas só assim, só abrindo essa ressalva mesmo.

Francisco: É que como é colaborativo e todo mundo contribuiu com uma parte, o Mídia Ninja chegou junto e fez muita coisa da comunicação. Mas ao mesmo tempo, tem isso, assim, de vir com uma leitura e um discurso, que é de (...)

Gabriel: (...) de evento. Inclusive, assim, apesar de eu ter vindo do FdE, eu tenho essa crítica muito grande mesmo. Porque a galera, no ativismo deles, acaba imprimindo muito essa dinâmica, de evento, de produtividade, de resultado e tal. E que não é nada a *vibe*, assim. Mas foi um gás muito forte, muito importante... E esse registro imagético e comunicacional é muito importante, é fundamental, né? É o que é também.

Francisco: Perfura, né?

PG: Você estuda em qual linha, em qual curso?

Paula: Arquitetura e Urbanismo. A linha é teoria e experiência do espaço. O meu foco de estudo é a relação entre A Ocupação, esse tipo de manifestação, e o espaço público.. em que medida o ato redimensiona, de certa forma, o uso que as pessoas fazem do espaço...

PG: Porque como você falou, né? Acaba que dentro da Academia você acaba tendo que recorrer a referências teórico−conceituais−metodológicas que (...) É uma crise mesmo, isso aí (...)

Thálita: (...) que não dão conta.

PG: (...) é, eu já passei por isso também no mestrado. Acaba tendo que (...) porque por exemplo, a história cultural ou os estudos sociológicos mais ligados a isso eles prezam muito por extrair, observar, os conceitos que são criados dentro daquele *locus*, daquele *ethos* ali. E aí, ao mesmo tempo, ou você cria ou capta outros conceitos assim, ou então você faz isso que você estava falando que é uma limitação, né? De pegar referências teóricas, que as vezes são até, na maioria das vezes, européias, e aplicar. Isso é complicado. É super difícil.

Gabriel: Uma limitação desse lance da comunicação é o seguinte: a maioria das pessoas que estavam envolvidas na Ocupação Cultural, não viram as peças gráficas, e nem os *posts* que foram publicados. Porque quem criava as peças gráficas e os textos era um grupo que fazia

parte do todo, e que estava cuidando disso, porque o resto tinha um zilhão de outras coisas pra fazer.

Paula: Era um pouco uma divisão de tarefas assim, né?

Gabriel: Exato. Então era uma comunicação que era totalmente a visão de quem estava se dispondo a fazer isso, né? E uma coisa (...)

Paula: Eu lembro que tinha uns micro−grupos no *facebook*, de comunicação (...)

Gabriel: É, e era tudo super autônomo. Se quem estava disposto a fazer isso, quisesse imprimir essa visão e comunicar assim, ótimo. Só o nome, as peças maiores, e tal, que a gente discutia antes nas reuniões. Que aí que é um lugar que é legal, que seria massa você experimentar, que são as reuniões, presenciais, da galera, de discutir o que é. Se alguém puxar uma próxima Ocupação vai rolar. E aí quem tiver afim de ir na reunião vai. Quem já participou vai, vai trazer um pouco do que foi, vai tentar contaminar nesse sentido, mas sempre é uma nova reunião. Mas com certeza vai vir gente que já foi antes e é legal você visualizar, né?

Francisco: Uma coisa ótima, assim, e muito louca ao mesmo tempo, e transitório talvez, é que na reunião todo mundo vem, na reunião todo mundo participa, muitos artistas, muitos daqueles que, às vezes, igual a mim, não pude apresentar com meus grupos, mas estava aqui na função, na produção das coisas. Então todo mundo tá junto naquela reunião, e pensa, escolhe o local, e vota se é no local A ou no local B, se a ideia é essa ou aquela, beleza. Mas na hora de fazer a coisa, é uma outra dinâmica. Então às vezes tem um grupo gigante que chegou, fez assembleia aqui com todo mundo, aí decidiu, "não, então a gente vai fazer a próxima A Ocupação em tal lugar, que tal lugar tá interessante, porque tem que descentralizar, assim e assado". Beleza. Foi votado ali, foi feita a assembleia, todo mundo escolheu. Só que na hora de fazer, quem vai fazer são outras pessoas às vezes... Quem tava aqui votando e escolhendo não pôde, não quis, não deu... Então outras pessoas assumem aquilo, "então tá, a galera votou, vamos lá, pra tal lugar, fazer daquele jeito que foi pensado...".

PG: E essas Ocupações também, elas também estão muito ligadas a movimentos anteriores, né? Tipo, a própria comunicação, identidade visual que vocês estavam falando, e tal, até nisso eu vejo links com movimentos não tão longínquos, assim, mas que tem total conexão. Por exemplo, o primeiro Eventão na Praça da Estação. Ele cheira à Ocupação, ele é uma Ocupação.

Paula: E é chamado evento, né?

PG: Mas digamos assim, ele tinha essa característica, mas digamos, em linhas gerais e de forma simplista assim, que o estopim dele foi esse movimento também, né, que o Decreto, o famigerado Decreto na Praça da Estação, ele é na verdade como se fosse a ponta do iceberg, né? Porque tem um monte de outras coisas acontecendo no Centro, em lugares tradicionais, em que as pessoas costumeiramente se encontravam, e faziam rodas de samba, ou de choro, ou ocupação com dança, com break, enfim, uma série de ações que foram, digamos assim, gradativamente cerceadas, né? Então isso aconteceu no Centro, isso aconteceu no Santa Tereza... Eu trabalho, por exemplo, na Ventosa faz nove anos, eu não moro lá, mas eu trabalho lá há nove anos, então eu percebo que lá também isso é muito presente. Rolava muito baile na rua, muita coisa, não rola mais... A gente está até articulando isso lá de novo. Então eu acho que na verdade é um lance que rolou por causa de todas essas situações, algumas já foram citadas aqui, né? Igual, eu me aproximei da Ocupação, especificamente, por um convite do Chicão [Francisco Cereno]. Ele me ligou e falou "ou, você acha que o Saravá (...)", que é um grupo em que eu toco, "(...) anima de tocar aqui e tal". Porque também a gente já tinha feito isso no Eventão, no Terra Preta, em um monte de lugares, assim, em algumas ocupações e tal. Aí a galera sabia que se a gente estiver na pista ali sem tocar, a galera chama, e a gente quase sempre vai, sacou? E aí eu fui, estava tendo uma reunião muito boa (!), assim, porque eu, particularmente, eu vou em várias reuniões, mas eu saio na maioria delas antes que termine, porque eu não curto muito. Mas essa foi uma das que eu curti muito, assim.

Francisco: Foi onde?

PG: Lá na Câmara, vocês até citaram (...)

Francisco: Você tava lá também, não tava?

Paula: Tava.

PG: Eu por exemplo, eu cheguei chegando foi nesse dia. Que tava uma galera no barranco assim, e aí o Chicão tava com uma galera anotando, tomando nota. E a gente foi construindo ali algo que já estava em processo, né? Acho que não foi naquele dia que isso, com certeza, começou (...) mas naquele dia a galera parece que estava amarrando as coisas melhor, e tal.

Paula: Tinha o pessoal do Duelo, que queria fazer uma ação aqui no Viaduto (...)

PG: Que já tinha né, inclusive.

Francisco: Tinha uma coisa do palco deles, né? Que era um problema sério, da Prefeitura não deixar eles usaram o palco... E era um lugar que já era deles há muito tempo, e tinha sempre uma ameaça.

Paula: Tinha isso e tinha a coisa da disciplina da Natacha, e eu fazendo monografia...

Thálita: Vocês fizeram uma "cartografiazona", não foi?

Paula: É, eu fui até uma das responsáveis por fazer o mapa, eu fui na Casa FdE pra projetar na parede e conseguir desenhar um mapa daquele tamanho, e tal. Aí coloquei o mapa ali mesmo debaixo do palco...

Francisco: Sabe o que é legal, que eu tô lembrando agora? Quando a gente fez essa reunião do Comitê, que foi criado o Comitê de Arte e Cultura de Belo Horizonte (...)

Paula: Mas foi ali que foi criado?

PG: Não...

Francisco: Não, o Comitê foi criado antes.

PG: Tem a ver com as manifestações, também, com aquele contexto...

Paula: Essa reunião na Câmara já era bem no final de junho...

Francisco: É, já era pós−manifestação. Eu acho que o Comitê queria dar uma resposta, da cultura, pra essas ocupações, pra isso. Queria posicionar, assim.

Paula: Tinha uma história que o Comitê de Arte e Cultura seria uma espécie de porta−voz, não é?

Francisco: É, foi feito um documento. Só que nesse dia que a gente fez esse encontro lá, foi numa quarta−feira lá no negócio do Xexeu, como é o nome?

Gabriel: Godofredo.

Francisco: Godofredo. E aí no final daquela questão, todo mundo falou, falou, aí depois daquela falação toda tirou uns grupos. E nisso teve um grupo que ficou forte depois, que foi o grupo de Arte e Ativismo e uma galera que falou assim "não, a gente quer ir pra rua, a gente quer fazer" (...)

Paula: (...) que era a coisa dos bandeirões (...)

Gabriel: Foi o bandeirão, é, do grupo Nós Temporários. A Silvia é do Nós Temporários.

Francisco: Bandeirões e tal. E aí saiu de última hora também um grupo pra fazer um grande evento, pra poder mobilizar. Não é, Gabriel? Ao mesmo tempo que esse grupo se prontificou, e tinha um grupo que escreveu o documento, e tinha um grupo que a gente propôs no finalzinho, que foi "vamos fazer um grande evento, um ato grande, todo mundo, um ato cultural". E logo depois disso (...) lá os grupos já se (...) propuseram. Então foi meio um fim de reunião assim, "a, então tá, um grande evento pra poder ocupar, e beleza", "vamos fazer esse grande evento".

Gabriel: E a gente, "tá bom, deixa assim", já que falou, né?

PG: Eu penso também que é uma maneira de uma galera que já tá organizada em pequenos grupos, digamos assim, formar um grupo maior e se organizar melhor pra, dentre os outros vários pontos, se contrapor ao discurso do poder público de, igual eu lembro uma chamada comum que era assim "o corredor cultural já existe". Por que? Porque assim, não rola da gente ficar “de boca aberta cheia de dentes esperando a morte chegar”, em um negócio que a gente já está fazendo, sabe? Já acontece, não fere ninguém, não fere nenhum princípio constitucional, que é ocupar as ruas, as praças, com cultura, arte, com alegria... e até contestações e tal. E a gente não vai ficar aqui parado. Por isso que eu acho que juntou pessoas, apesar de que não tão diversas assim, mas super vindas de diferentes lugares e contextos e formações, pra várias causas em comum. Tipo, a gente já estava aqui, sabe? Porque você tá querendo tirar a gente? Tipo a galera nem olhava pra esse palco aí, o poder público não estava nem aí com isso, sabe? Só porque a galera começou (...) Lógico, claro que tem essa questão, igual pensando em alguns contextos, menor de idade ali, droga, isso é um problema social (!), sabe? Existe Conselho Tutelar, existe Estatuto da Criança e do Adolescente, existe uma série de outras coisas e o poder público tem que dar conta disso. Não é porque tem um movimento aqui que tá errado. Se tem problemas, flagrantes ali, então o poder público não tem que chegar e falar "não pode mais rolar isso, porque tem menor, tem drogas", não. Aí eles tem que tomar conta desse problema sem tesourar, ou tratorar, né? No linguajar da galera da polícia institucional, sem tratorar o que já existe e é pacífico, é legítimo, é constitucional, sacou? Que é se apresentar, se manifestar, se expressar...

Thálita: É uma desarticulação isso né, é muito nítido. Eles começaram a ver que o negócio começou a tomar um outro corpo (...)

Paula: Barrar o encontro, né? Desatar os "nós temporários" (risos).

PG: Uma das minhas maiores indignações é essa. Eles não olhavam pra cá, aí começou a ficar legal, bacana, "bombar", ficar "da hora", aí agora não pode mais. Aí arruma outro lugar, fica lá dois anos, fazendo um negócio legal, aí depois, “aqui não pode pisar mais.”

Francisco: Sabe o que eu acho muito interessante? Quando a gente começou a discutir essa questão da (...) eu ficava puto, cara! Eu ficava puto! Porque de certa maneira a Assembleia Horizontal ela era soberana, era a Assembleia de todos os grupos, todos, né? Então a gente tinha meio que pedir licença, e contar com o entendimento da Assembleia, que a Assembleia aceitasse A Ocupação. E por várias vezes a Assembleia falou, "não, esse negócio de festa... não é festa não, é sério, é política e tal". Então várias vezes meio que era barrado pela Assembleia, dali do discurso da época, que não entendia que ocupar era interessante. E que não entendia que além do som, da música, da arte, tinha uma questão política forte. Eu acho que depois de umas três ou quatro Ocupações que eu vi as mesmas pessoas da Assembleia, lá no meio, se jogando, né? A esquerda festiva se jogando, assim, dançando com todo mundo... Depois é que essas pessoas falaram assim "gente, vale a pena, é bom estar aqui também, é um lugar de conexão, de interação importante" (...)

Paula: E vê a potência, né?

Francisco: (...) e fortalece a gente, né? A gente se fortalece. Estar aqui na rua, mesmo com polícia, não pode ir embora, sabe? Mesmo a polícia chegando e prendendo a pessoa, a galera vai lá e tira (!) a pessoa pra fora do camburão e a polícia vai embora. Eu lembro que eram nove carros de polícia parados aqui, e a gente assim "nossa, cara, desligou, acabou, vamos fechar o som", e de repente todos os carros foram embora, e a força ficou até três da manhã (...)

PG: (...) porque tinha muita gente!

Gabriel: É, muita gente, claro!

PG: Sabe, isso que é (...)

Francisco: Eu lembro que no dia seguinte da segunda Ocupação, ou da primeira, a Prefeitura de Belo Horizonte e a Fundação de Cultura ligou pra gente, né? Ligou pro Gabriel, eu acho... "Ah, é muito legal isso que vocês estão fazendo, a gente quer fazer igual a vocês" (...)

Gabriel: É...

Francisco: (...) "vamos fazer...", querendo cooptar assim, "vamos fazer juntos, o que vocês precisam? A gente quer fazer junto".

PG: Isso é uma armadilha, isso é uma armadilha. A Belotur tá fazendo isso com o carnaval, na minha opinião.

Gabriel: Não, a Virada Cultural de BH foi construída inspirada n'A Ocupação. Dentro das capacidades deles, mas assim, o que eles fizeram foi querer se aproximar da gente, a Simone veio na segunda Ocupação, participou... Eu lembro de ter encontrado ela ali, toda feliz, do lado do palco ali, agradecendo pelo que o movimento estava fazendo pela cidade e tudo né... Então segundo eles, isso era uma coisa que eles estavam falando na época, né? Não sei se eles contam isso hoje, mas eles ficaram assim, querendo (...). E eles propõe coisas diferentes, né? Eles tentam absorver ao máximo a programação local né, e tudo... Então tem essas coisas.

Francisco: Coisas menores, né? Coisas mais descentralizadas...

Paula: Porque tem a captura mas também tem os desdobramentos, sabe? Eu acho que isso é importante, como o ato se foi desdobrando em outras coisas. O próprio Festival de Inverno da UFMG...

PG: Foi bem baseado. No Festival de Inverno eu fui em algumas coisas...

Thálita: Foi criando um imaginário, né?

PG: Foi bem baseado, não nesse modelo, né? Nesse jeito, nesse jeito de fazer. Agora, só retomando um ponto que você levantou, e você falou também que vários órgãos de imprensa e pessoas avulsas, instituições e tal, eles tentam desqualificar algumas ações disso que comumente a gente chama de "esquerda festiva", fica falando "ah, a galera faz igual (...)". Tem amigos meus que falam isso, sabe? Que eu descordo, mas é meu amigo, mas fala isso. Fala assim, "mas vocês ficam é fazendo festa, não sei o quê, tomando uma, bebendo, tocando". Eu falei, "velho (...)", desde que eu me entendo por gente eu entendo que a festa e esse tipo de movimento é uma forma de revolta, saca? Tipo assim, de alguma maneira (...)

Thálita: (...) é político, é político...

PG: (...) e aí depois, na época que eu fazia história lá na FAFICH, que eu fui ver a historiografia, não vou falar de outras áreas como antropologia não, mas a historiografia tem um acúmulo de discussão sobre essa questão (...). Tem um livro que chama, se não me engano "A Revolta é uma festa", se não me engano, Luciano Figueiredo, alguma coisa assim. O próprio Bakhtin, escreveu aquele "Cultura popular na Idade Média", então tipo assim, falando tanto no plano – eu não gosto de dividir isso não – mas tanto no plano acadêmico, quanto aqui no nosso viver cotidiano, é muito perceptível que – milhões de exemplos ao longo da história, nos quatro cantos do planeta – que uma das formas de protestar, de exercer o seu direito de cidadão, é armar um "bururu", uma festa, um movimento...

Thálita: É porque a referência dessa galera é europeia, e aí (...)

PG: (...) Claro que vai ter música, claro que vai ter artes visuais, claro que vai ter teatro... Essas linguagens artísticas são ferramentas pra isso também. Não é só pro lúdico, pro devir, pra apreciação, é pra gente transformar a realidade também, né?

Paula: Porque acaba que é muito do concreto, né? Não fica nessa abstração de tentar achar teoria e tal... Vai acontecendo no aqui e agora, e é tático, sabe?

Thálita: Mas é muito isso, essa rigidez, essa militarização, o corpo não aguenta, aí chega nos trinta anos e volta a ser coxinha, sabe? Eu tô cansada disso gente...

PG: Quer dizer, fazer protesto e política é só participar de reunião, de conselho ou vestir, igual no Brasil, verde e amarelo, e ir pra rua, quietinho, marchando todo mundo junto? Claro que não. É justamente isso que a gente tá falando, não é (...)

Francisco: Tem uma questão que é importante assim, que é o direito ao espaço público, o direito ao encontro no espaço público, o direito a manifestar no espaço público... Isso é muito político, sabe? Isso é você se afirmar, afirmar a sua identidade... E no espaço público! Por que o espaço e não dentro da sua casa e não dentro da boate? Porque é o espaço de todos, é o espaço em que todo mundo está junto, não é um espaço que criou a sua redoma, e quem pagou tanto pode entrar, não. É nosso.

Gabriel: É nosso.

Francisco: O direito a isso, sabe? O direito à festa.

PG: O direito à cidade. A usufruir dos equipamentos (...)

Thálita: Tem uma questão no Brasil que é pós−ditadura também, né? A galera não vivia muito o espaço público...

PG: (...) e o gerador é o bicho, né? O gerador é o bicho.

Gabriel: O gerador é o bicho. Viva o gerador! É o símbolo da Ocupação, é o gerador. É uma coisa totalmente autosuficiente. O gerador é o bicho! Associa e vai espalhando o trem.

Francisco: O gerador elétrico. Porque sem o gerador não tem energia elétrica. Então é aquele corre, assim. Aquela galera que vai correr atrás, depois que você conseguiu dois ou três geradores, pronto, pode acontecer! Se não, não tem.

Gabriel: Dá pra fazer algumas coisas boas, legais, sem o gerador mas (...)

PG: Dá pra fazer, dá pra fazer algumas coisas. Uma feira de publicações, por exemplo (...)

Francisco: Por exemplo, o Bordello sempre ajudou, mas (...)

PG: (...) mas música é difícil, e outras coisas também, por exemplo, se alguém vai dar alguma recado "ou, tô com uma identidade perdida aqui, e tal", o "mic" [microfone] é importante, não é só tocar também, tem outras funções...

Francisco: O gerador é a alma, né?

Gabriel: Não, o gerador é foda (...)

Francisco: É, o gerador é foda.

Gabriel: (...) Não, o gerador e os corres de gerador durante a Ocupação! Porque tipo assim, não tem pré−produção, quase não tem pré−produção a Ocupação, né? Porque não é essa a lógica do negócio. É tipo a galera se juntando, conversando, e combinando como é que vai ser. Aí começa, no dia mesmo da Ocupação, você vai buscar os negócios... Aí você leva, você chega lá, você vê que não está funcionando... Ou que tá funcionando mais ou menos... Aí você tem que achar um cara que conserta gerador, domingo, aí você acha um cara que é pescador e que sabe mexer em motor de barco, aí você leva lá, o cara abre, dá umas sopradas, assim, o trem volta a funcionar milagrosamente. Aí você chega, quando você chegou aqui aí já aconteceu um zilhão de outras coisas, já tem outros geradores lá funcionando, tá precisando

é lá do outro lado. Aí a banda que ia tocar lá já veio pra cá, os caras já reorganizaram tudo, né? E aí não veio um, mas apareceram outros na hora... É muito na hora, assim.

PG: Eu lembro de você trazendo um gerador ali, antes do Síndico. Eu não sei, foi depois da quinta Ocupação. Tipo assim, a gente ia tocar, o trem pifou na hora. E a galera no veneno, "toca aí!". E nós, "pô, o gerador deu pau". Aí você e mais alguém que estava mexendo no gerador (...) chegou a dar até aqueles tapinhas de televisão, assim, sabe? Nada! Soprou, pôs gasolina, ligou e desligou, tirou da tomada, trocou o T, aí uma hora ele "bluf". Mas foi assim, parecia que (...)

Paula: De onde eram esses geradores?

Francisco: Tem um gerador que sempre contribuiu, que é o gerador do Gambialogia, do Fred Paulino. Então sempre rolou gerador dele, que era um dos geradores bons. Outro gerador que sempre salvou, foi acho que em quase todas com esses gerador, foi o gerador do Jefinho.

Gabriel: (...) Jefinho. Que ele pegava na empresa dele, sem o patrão saber (...)

Francisco: Escondido, domingo de manhã ele pegava...

Gabriel: (...) ele só fazia vista grossa. Ele só tinha que pegar e devolver. Era um "geradorzásso", grandão assim, "pesadásso", tinha que vir três pessoas pra carregar o negócio...

Francisco: Tinha o outro gerador que era o do Bubble. Que era o gerador que usava no bloco de carnaval, o Pena de Pavão usava esse gerador, que era o gerador da Casinha, eu acho. Alguém da Casinha que ficou lá, aí eles emprestaram também. Então tinha esses figuras assim, os geradores eram quase que "entidades", assim.

Paula: Ativadores, né?

Gabriel: A gente construiu um mapa tão foda de geradores disponíveis, que sempre quando tinha uma outra parada que alguém tava fazendo, um evento, a galera geralmente ligava pra mim, pro Chico, "como que eu consigo um gerador?", na última hora, assim.

PG: Porque uma das formas de o poder "tesourar" é falando, "não vou ceder energia", sacou? Proíbe, aí você fala "então vou puxar um ponto ali de fulano".

Paula: Proíbe os bares?

Francisco: Tem. Se o bar tá dando energia tá contribuindo com uma coisa e a Prefeitura vem e fala "como assim, tá fazendo festa na rua?"

Paula: O gerador é fundamental então...

Francisco: E o gerador não tem cara. Tipo assim, a energia não é de ninguém. É da galera que fez o gerador, mas não é do bar, não é do lugar. Tipo, o Espanca ajudou muito, só que era ruim pro Espanca. Era um lugar meio assim, tinha que passar um cabo meio escondido... E era meio assim, pra não comprometer os espaços que eram parceiros, sempre.

PG: E outra, A Ocupação tem uma característica, que é criar vários ambientes, né? Entre aspas. Então, tipo assim, às vezes a gente conseguia uma tomada aqui, ali, mas do outro lado não tinha lugar pra rolar uma tomada, né?

Paula: É uma negociação mesmo, do espaço, né?

PG: Aí então tinha, vamos dizer "palco", assim, entre aspas. Na primeira tinha um aqui, um setor som aqui, um setor som lá, onde a galera anda de skate ali embaixo, um setor som ali do outro lado do passeio, é, na entrada do trem ali. E um lá na ponta já, virado pra Praça da Estação. Os que eu lembro, quer dizer, só que eu tô lembrando tinha quatro. Então quatro sons, quatro mesas, quatro vezes dois... Pelo menos oito caixas de som. Então você arruma um ponto de energia num lugar, mas no outro lugar (...)

Paula: Espera aí, onde eram?

PG: Na primeira. Que eu lembro tinha um em frente ao finado Bordello. Um embaixo do viaduto, mas não no palco (...)

Francisco: Era ali (...)

PG: (...) na viradinha da Aarão Reis ali. E outro aqui.

Francisco: Esse palco foi muito legal porque foi na hora que a gente tava aqui, que a galera chegou, o povo da (...)

Gabriel: (...) Absinto, com uma Doblô (...)

Francisco: Absinto, "ou a gente quer tocar também". Aí a gente falou assim, "mas não rola, cara". E era em palco, lotado. E eles "não, a gente trouxe tudo". Como assim? "Não a gente trouxe tudo, todos os equipamentos".

Gabriel: (...) Montaram na hora (...)

PG: Quem que tava lá, o gerador, né?

Francisco: Aí eles montaram o melhor palco, o mais legal, o que mais funcionou. Todo mundo queria tocar lá, porque tinha os melhores equipamentos.

PG: Tinha gerador?

Gabriel: Acho que tinha um sobrando. A gente acabou conseguindo dois, e alimentou. Não! A gente puxou gato daqui, e deixou o gerador lá.

PG: Tinha um ali, perto do trem.

Gabriel: Na primeira tinha ali? Não foi na segunda que tinha palco ali não?

Francisco: Tinha também.

PG: Na primeira já tinha. Não sei se era banda, mas tinha um som ali. E naquela ponta lá, da Praça da Estação, sempre teve.

Francisco: Lá não, lá não teve na primeira não.

PG: Na primeira não teve não?

Gabriel: Não, acho que não. Teve na segunda eu acho.

Francisco: Acho que foi na segunda.

PG: A primeira foi mais pra cá pra perto do Viaduto, né?

Francisco: É, nas planilhas mostra.

PG: Nas planilhas mostra todos os palcos.

Paula: Pois é, eu tenho que achar uma plataforma pra gente compartilhar esses arquivos.

Francisco: Cria um Wiki. Cria um Wiki que todo mundo pode ir lá e falar.

PG: Essa coisa do mangueirão também é muito simbólica. Tipo o gerador assim.

Francisco: Tem uma coisa muito emblemática também que eu lembrei agora, que é o papel falando que vai ter a manifestação. Então protocolava um documento no dia tal, igual quando

ocorreu a manifestação. Você falou isso, né? Que aí os policiais chegavam e diziam "quem é o responsável, o que é isso?". Aí a gente falava, "olha, não tem responsável não, mas olha só, isto daqui é uma manifestação". Aí o cara lia o documento, e não falava mais nada. Ele ia embora, e ligava, e falava "olha, os caras tem aqui um documento falando que é manifestação". E ia embora. Então como esse negócio era (...) era um documento assim, super de última de hora. Era um dia antes, pra não dar muita confusão, pra não dar bandeira... Protocolava o documento, tinha um carimbo...

PG: Protocolava onde?

Francisco: Na polícia e no PSIU ali na Prefeitura. Então é isso, legitimava, assim. Os caras não falavam nada. A polícia não tinha nada pra (...) lia aquilo e ia pra casa. Era tipo o carimbo que já selava o negócio.

PG: É, o poder do papel...

Paula: Bom, eu acho que a gente podia fazer uma rodada, e cada um comentar um pouco a respeito dessa outra forma de manifestação. O que a gente pode pontuar como pontos chaves para a construção dessa manifestação estética.

Francisco: Começou a chover você acha que a gente num pode fazer ali dentro não? [BAIXO Centro Cultural] Ele convidou, também, se a gente quiser usar ali.

Paula: Beleza, claro!

Dentro do BAIXO Centro Cultural

Paula: Eu acho legal a gente pensar a questão da construção estética dos mêmes. Porque no início era muito a coisa do FdE e depois, a partir do Tarifa Zero eu acho que não, né? (...)

Gabriel: Não, é (...)

Francisco: (...) outras pessoas assumiram o design.

Gabriel: (...) porque a Ocupação do Tarifa foi muito autônoma também. O Tarifa decidiu fazer uma Ocupação e fez, assim. Não convocou reunião aberta... Foi tudo meio na "tora".

Paula: Não teve a reunião de organização não?

Gabriel: Não, eu fiquei sabendo o que tava rolando no dia, assim.

Francisco: Teve depois.

Gabriel: Mas eu acho que é meio porque os meninos estavam afoitos, assim, sabe? Precisando emplacar a pauta das assinaturas... E como a galera do Tarifa, mais ativa, também tem um pouco dessa história de partido, eu acho que eles não tinham sacado de cara a metodologia da Ocupação, né? Meio que foi um pouco isso, assim. Mas, foi "do caralho", assim, funcionou, virou... Eu acho que eles mesmos se surpreenderam com o que rolou, porque o trem saiu do controle e aí aconteceu, de fato. Quando sai do controle, e fica autônomo, eu acho que aí é que é A Ocupação mesmo.

Paula: E essa metodologia, vocês começaram a fazer já na primeira?

Francisco: Foi na primeira, foi lá na Câmara que a gente criou essa metodologia.

Gabriel: É, foi na Câmara... Que veio também do (...) no ato da Turquia a gente já usou, né? A gente fez tabela pra montar. No da Turquia a gente montou a tabela. Na verdade assim, trabalhar com tabela aberta no Docs é uma coisa, né? Muito comum, assim, né? E vinha, vem um pouco do evento, colaborativo, e tudo. Mas como a gente começou a usar radicalmente essa parada, de deixar ela pública, pra qualquer pessoa que quiser entrar e intervir, eu acho que foi um uso radical da ferramenta.

Paula: Mas tinha uma história de que era preciso vir na reunião também, né? Que a Silvinha comentou.

Gabriel: É, teve todos esses momentos. Que foi um negócio bem experimental. Já na primeira, já na segunda e tal, nas outras, a galera (...) a gente começou a experimentar deixar isso mais restrito, né?

Francisco: O que você está falando é o seguinte, a pessoa quer participar (...) a pessoa ela quer participar, ela quer tocar, então ela tem que participar das reuniões, né? Não adianta ela querer tocar, mas não vir, não ser do processo, não ajudar com alguma coisa, não trazer os "mics"...

Paula: (...) só colocar os nomes (...)

Gabriel: É, porque aí é a lógica do evento, você vai participar do palco, apresenta e depois vai embora (...)

Francisco: Evento, é. E faz um show.

Gabriel: (...) é, e as vezes as bandas querem tocar porque "a, quero tocar porque tem um público grande, quero apresentar meu trabalho". Não é essa a lógica, né? É outra parada.

Paula: Eu acho que aqui a questão do espaço, essa questão política de ocupação da cidade, de manifestação, vai além...

Francisco: Eu acho que isso que você está falando também, da metodologia, o grande diferencial foi: de repente – são coisas já utilizadas, esses Docs, todo mundo sabe – e de repente, assim, a chamada no facebook era "você quer participar? Entra no Docs, põe lá o que você quer fazer, põe lá o se tempo, seu horário". Então era usar essa ferramenta que já é normal, e abrir ela, assim, qualquer um que quiser, basta você entrar lá e se disponibilizar, e falar dos seus horários que você pode doar, como você contribui (...)

Paula: Isso começou a rolar na primeira junto com os sub−grupos do facebook. Simultaneamente tinha esse Docs?

Francisco: Tinha. Desde o início tinha esse Docs.

Paula: E era totalmente livre? E aí na segunda que vocês começaram a limitar a quem participava das reuniões?

Francisco: Não, não, o Docs era sempre aberto.

Thálita: Mas mesmo assim, eu apresentei na primeira e na terceira, performance (...)

Gabriel: (...) porque quem participava? É quem tava nas reuniões. Não tinha isso de uma galera "eu quero participar e não vou na reunião" e a gente criar esse mecanismo, entendeu? Porque não existia antes A Ocupação! Esse desejo de a galera querer só ir tocar, só começou a existir depois da segunda, terceira, que a galera sacou que era uma boa ia trocar. Aí criou (...)

Paula: Até porque era super experimental, a primeira corria o risco de ser uma zebra total (...)

Gabriel: Exato! Então a primeira (...)

Francisco: Acho que ela tava falando da perspectiva também da música. Que era muita gente querendo tocar, e ocupava os palcos, e dava aquele trabalhão, assim, armar toda uma cena pra um tanto de músico. Porque ao mesmo tempo, tinha muitos outros artistas e colaboradores, que como ela [Thálita] falou, não participavam da reunião mas queriam contribuir de alguma

forma e era muito mais livre. Porque não dependia de palco, se não dependia de energia elétrica, a pessoa chegava e fazia.

Paula: Você [Thálita] fez sem participar da reunião? Como foi?

Thálita: É, eu fiz a primeira e a terceira sem participar, mas também porque eu não tinha muito sacado esse negócio das reuniões não. Eu achava que era uma coisa mais fechada, olha só! Eu acha que era uma coisa mais da galera que tava pirando na produção mesmo. Na época eu não tinha essa ideia de que eu tinha que ir na reunião participar, sabe?

Francisco: Eu acho que um negócio que foi determinante, nesse sentido (...)

Paula: Onde estão esses links?

Gabriel: Tá lá, eu posso te dar acesso depois...

Francisco: (...) eu acho que veio muito, essa ideia de *ter* que participar, de não ser só tocar, por causa da turma da música, que era muita gente querendo tocar, muita gente se apresentando (...)

Gabriel: (...) é porque tinha uma galera que só queria tocar, e não contribuir (...)

Paula: Contribuir no sentido de (...)

Gabriel: Porque não tinha essa visão, é, porque acabava vendo como evento. Quem quer ir só ir lá e tocar, tá vendo o negócio como evento, não tá entendendo o que é a parada.

Francisco: Foram criadas algumas regras depois, por exemplo, se você vai tocar (...)

Paula: E aí tem o negócio que até a Silvinha falou, da música que foi tomando (...)

Gabriel: Mas o que acontece, tem uma diferença de leitura interna entre nós. Por que? Algumas pessoas que estavam envolvidas, viam aquelas demandas chegar e pensavam diferente. Pensavam assim, "nossa a gente vai ter que atender esse povo todo! Como é que a gente vai fazer?" Esse era um pensamento.

Paula: Que é um pensamento de produção, né?

Gabriel: Exato, de produção. O outro pensamento, que eu gosto mais, é, "pô, que massa que tá todo mundo querendo chegar e tocar. Mas vamos avisar pra eles, que eles é que têm que montar o som, desembolar a caixa, a 'batera', o tapete, tudo!" Se eles arrumarem e trouxerem,

quanto mais melhor, né? Era mais isso, assim, então tinha que ter um processo de formação com os músicos que estavam só querendo tocar. Que era "o galera, bom demais, chega junto, mas se viabilize". E é diferente um pouco de uma galera que ficava meio desesperada "nossa, a gente não vai dar conta, vamos limitar, vamos falar que só dá pra tocar dez". Mas é um pensamento que é meio esse de produção, a gente vai fornecer uma estrutura pra dez. E não é isso.

Paula: Aí vira um evento, né.

Gabriel: É tipo, falar, "velho, vem todo mundo se viabilizando".

Paula: Porque a ideia não é uma produção feita por várias pessoas, e outras pessoas virem e usar dessa produção "colaborativa", a ideia é que cada um que use se viabilize mesmo, não é?

Gabriel: Exato.

Francisco: Eu acho que teve um negócio que aconteceu também que mostrou isso. Que aí na Ocupação que a gente não estava, que a gente não pôde participar eu acho, uma outra galera que estava, a galera falou assim "não, gente, é muito mais fácil a gente alugar o som. Vamos fazer uma vaquinha e aluga o som". E aí começaram a optar por uma maneira, ao invés de todo mundo juntar e fazer acontecer com as coisas de todo mundo, pensou−se da maneira de produção, "não, é muito mais fácil alugar, vamos fazer uma vaquinha e aluga o som". E aí não deu certo, porque fazer vaquinha não dá dinheiro, porque alugar o som dá problema, depois você tem que devolver o som tá queimado...". Então foi uma experiência boa!

Gabriel: Atrasou tudo, aí o cara foi e tirou o som antes da hora, né? Tem esses impasses que são de evento mesmo.

Paula: E aí vocês optaram por não fazer isso, de alugar por vaquinha, mas de ser emprestado?

Francisco: É, aí quando eles fizeram, eles fizeram assim, né? Eles fizeram a Ocupação 3, a galera que puxou foi (...) a gente não estava participando...

Gabriel: Que foi o Tarifa Zero... É o processo de eles se apropriarem da parada, ir exercitando e ir descobrindo como é que funciona, né? Foi "do caralho". E foi um aprendizado que foi absorvido na quarta também... A galera retomou essa ideia, "e aí, vamos alugar?", porque também é foda, o cara vem traz a caixa dele, e ninguém se responsabiliza,

queima, e ele se fode e tal... “Ó, vamos fazer um caixa? Vamos fazer um Catarse?”. Aí que veio Catarse...

Paula: Que já foi na quinta, no Barreiro, não é?

Gabriel: Exato, é. Então nesse processo do quatro, a gente absorveu esse lance (...) a gente negou o lance do aluguel, foi no colaborativo, mas sofreu um desgaste. Teve caixa que queimou na quatro, na do Santa Tereza.

Paula: É, é uma experimentação, né? De como fazer isso... E é legal porque vai usando um tanto de (...) E o Catarse deu certo, né?

Gabriel: É.

Francisco: É... Teve uma caixa de som que veio aqui que foi do Pequena Morte, uma Behringer, né? Para o piano ou baixo, sei lá. E aí queimou, cara! E aí pra consertar o negócio, a caixa toda foda, foi foda! Foi treta, não foi? Que foi uma caixa emprestada, que a energia não era boa, queimou a caixa, no final do show...

PG: Tem que ficar ligado mesmo, porque por exemplo, o que eu fiquei mais “neurado” na 1, que era o som do Saravá mixado com o som do Chicão, era que as nossas caixas que eram parecidas, nelas não pode ligar baixo, ela não aguenta. Assim, tem gente que até liga e passa, mas não pode ligar coisa grave, então assim, ela fica acendendo uma luzinha vermelha, aquilo ali, quem tiver trabalhando na Ocupação amador e tal, tem que ficar ligado na luzinha vermelha.

Paula: É um conhecimento que tem que ser construído, né? Porque, assim, pode ser que a pessoa que esteja fazendo não tenha a menor ideia...

Francisco: Normalmente as pessoas que eram os técnicos, que já tinham experiência, que vinham fazer isso aqui.

Gabriel: (...) que as vezes eram músicos também, estavam tocando na banda.

Francisco: Tem uma coisa legal também que é o seguinte. Que as vezes chegava o músico e falava “então, pra eu participar, eu tenho que contribuir, eu tenho que levar um equipamento e ajudar. Tá, eu aceito”. Aí a pessoa ia, levava o amplificador, o microfone, mas logo após o show dela, ela queria ir embora, porque ela estava cansada... E ela queria levar as coisas. Então pras outras bandas que vinham depois, o palco ia ficando cada vez mais (...)

Paula: (...) mais escasso, né?

Francisco: Mais escasso. Não tinha mais nada. Então foi falado isso, "olha, você quer participar (...)"

Gabriel: E a gente foi minimizando isso nas conversas. As reuniões tinham esse objetivo, da galera sacar o que de fato, estava acontecendo. Não era simplesmente chegar e tocar e fazer um evento, aberto a todo mundo, que era festa que você ia poder tocar e mostrar o seu som. Era um ato político, era um ato político... e era político (...)

Thálita: E você acha que as pessoas entendiam isso?

Gabriel: Os músicos, sim... E era por isso que tinha as reuniões, as reuniões eram pra isso. E no processo das reuniões a galera ia entendendo isso, e no processo da Ocupação a galera vivia isso. Então, era o processo de aprendizado também, de fazer a Ocupação e tal. Por exemplo, tem músicos hoje, bandas, que se transformaram depois disso, né? E que depois começaram a assumir esse papel de puxar e organizar, e replicar isso, essa ideia, da construção coletiva da parada.

Francisco: Muita banda cresceu nisso aí depois... Cresceu assim, deu continuidade a esse movimento de fazer evento, de fazer na rua.

Gabriel: É, exato. Não, teve ocupações, por exemplo, que você não tava, que eu não fiquei na música, eu fui pra outra (...). Já na quarta, eu já falei assim "ó galera, vocês bandas que vão organizar isso daí..."

Francisco: Eu acho que desde o início tinha o objetivo de quanto mais gente melhor. Quanto mais gente ajudando melhor. E aí também não dá pra ficar cerceando o tempo todo, limitando as pessoas e querendo falar como que é o certo. Então assim, cada vez tem a sua dinâmica, e vai fazendo e aprendendo (...)

Gabriel: É... Mas tem uma clareza que a gente sempre precisa (...) Por exemplo, lembrei de um negócio que eu lembrei enquanto você estava falando. É, até mesmo quando o cara vem e coloca a caixa dele na roda, e mesmo que ele não vá embora, é importante a galera saber também que a pessoa, ela não tá emprestando a caixa pra um "ente" que vai cuidar daquilo, né? É, tipo assim, o *ato* é ela ir, com a caixa dela, e colocar a caixa dela pra rodar, e cuidar da caixa dela! Então, assim ela é responsável (...)

Paula: Que é um pouco a lógica do próprio espaço público...

Gabriel: Exato! Exato, porque você pegar o trem, e delegar responsabilidade pro outro, e falar assim "beleza, te empresto, e tal, e ó, cuida aí!" E aí o trem vai e dá um pau e depois você vem e fala "pô, a galera da Ocupação e tal, queimou". Não tem galera da Ocupação, não tem alguém cuidando disso (...)

Francisco: (...) não, mas tinha que ter os parceiros. Por exemplo, eu tinha o compromisso de devolver o gerador. Eu assumi esse compromisso.

Gabriel: Não, tinha as amizades... Mas você, a sua ocupação, o seu ativismo na Ocupação era isso, era assumir a responsabilidade daquilo. Mas tinha gente que chegava e levava o amplificador pro palco da banda e não tinha essa clareza. Não achava alguém, "o velho, isso aqui é meu, agora eu vou ali. Você pode então cuidar aqui, pra não ligar o 220, não fazer não sei o quê, ninguém chutar, o cabo não pisar." É uma multidão, tomando cerveja, corre o risco de pisar em cabo, estourar e tudo, né? Então não é só deixar o equipamento ali.

PG: Quem tiver nessa função, igual a gente já esteve assim, por exemplo, quando eu queria fazer outra coisa ou eu tinha que ir em outro lugar, eu chegava pra uma pessoa que eu (...) aí já vem a coisa assim, de você ler a realidade de onde você está ali, né? Tipo assim, "tá, eu vou deixar isso aqui na mão de quem?" Fulano tá ali, "velho, segura a onda aí. Você, tá no seu nome? Tá, OK, então assina aqui". A gente faz isso, agora, isso que você falou a gente também faz (...)

Thálita: A, então tinha uma regulação assim?

Gabriel: Não, isso é pessoalmente. Não, isso é no nível pessoal. (...) Tipo, tá dando a entender que é uma realidade de autonomia, de responsabilidade, muito grande, de cada um que tá ali. Todo mundo tem que ser o máximo responsável possível por tudo o que tá colocando, os equipamentos que estão ali, que são seus, e principalmente, inicialmente seus, dos outros também.

Thálita: E vocês são todos músicos? Vocês três. Participaram um pouco mais como músicos?

PG: Sim.

Thálita: E vocês já se conheciam?

Gabriel: Eu nunca toquei na Ocupação. Eu nunca toquei, nem eu nem o Chico.

Francisco: Fizemos participação especial (risos).

PG: Não, eu já toquei. Eu, a princípio, eu aproximei porque eu ia tocar. Só que aí, tipo assim, eu fiz tarefa além, assim, que era tipo trazer o som do Saravá (...) na primeira.

Thálita: Mas a galera que era músico, já se conhecia ou teve gente que não conhecia ninguém (...)?

PG: Não, eu já conhecia. O Chicão eu já conheço tem muito tempo (...)

Francisco: Ou, veio muitas galeras, tipo, muita gente.

Gabriel: É, muita gente. Foi um momento de conexão de muitos grupos, culturais...

PG: Muito forte...

Thálita: E isso é muito legal, na cena musical, por exemplo, que teve essa integração maior (...)

Gabriel: E a gente se conheceu aí...

Francisco: Não, tem umas bandas hoje que eu vejo que estão fazendo eventos juntos. Tipo assim, tal grupo, convida outro grupo e outro pra fazer não sei o que lá (...) Ou seja, tem muito grupo que tá conectado aí, e eu acho que tem a ver também...

Thálita: (...) Talvez que a gente não teve, que a galera que fez performance não teve. Todo mundo meio desconectado, não rolou essa integração depois, assim. Porque eu acho que a música dá brecha pra (...)

PG: Não, na música rolou esse diálogo.

Gabriel: A música é um caso a parte...

Francisco: Demanda também um exercício grande, um envolvimento, né?

Thálita: É, olha só, toda a estrutura que tem que ter. Isso é legal, isso fortalece demais...

Gabriel: É, tem isso também, que vocês estão ouvindo tudo isso e nós sempre estivemos envolvidos na parte da música, né? Então tem isso, é legal também quem não está envolvido na parte da música, mas estava em outras linguagens, falar... Né? Enfim, tem outras leituras mesmo. Que a gente tem esse corre todo (...)

Thálita: É...

Gabriel: Tem uma menina também massa, que é a Ana Luiza, que tá viajando até, que ela também participou algumas vezes, fez umas instalações...

Thálita: Tem aquela menina do Maletta, que é esposa do cara do Maletta, que é do vegano lá, sabe? Ela participou com performance também...

Paula: É... coloca esse pessoal lá na conversa.

PG: Tem uma galera legal também que é a galera das Feiras de Publicações. Que eu acho que é uma galera que faz uma costura massa, a galera que faz a feira, assim. Olhando de fora e conversando com alguns de dentro, eu vejo que eles também têm uma pegada de costurar junto (...) porque é aquela coisa do espaço, né? Tipo assim, o músico as vezes ele tende a costurar em tal lugar, porque tipo assim, igual, vamos supor, a gente tinha que fazer três sons diferentes, exemplo, aí o Gabriel fala assim, "eu tenho dois mics, um pedestal e um XLR", no caso. Aí eu falo, "eu tenho três" (...) Sabe, essa onda? Quer dizer, já tem que ter uma prévia. Não dá pra ser totalmente, assim, chegar na hora. E eu acho que a galera da feira, por compartilhar esse negócio daquela mesona, e são várias publicações de várias pessoas e/ou coletivos, eles também já tem assim, um "groove", anterior assim, sabe?

Paula: Você tem o contato desse pessoal?

PG: Da feira? Alguns eu "frago". Eu sei (...) um que eu vejo muito, eu conheço o cara só de ver, é o cara que faz os negócios do, não sei se é azica, que faz umas coisas assim, esse eu vejo muito expondo... Tem a galera do (...) eu não sei se é Ana Rocha, que é do Polvilho, né?

Vítor: Polvilho.

PG: Eles participam também não participam? Eles eu também vejo correntemente. É, aí, o Vitor "fraga" esses trem.

Francisco: O Vitor é legal, porque ele talvez não tenha vindo muito nas Ocupações, mas sempre esteve envolvido com algumas coisas, né? Não é, Vítor, porque sempre a galera estava contribuindo de alguma forma...

Vítor: As vezes a gente fica meio de longe, mas participa também (...)

Paula: Fala um pouco Vitor, do seu envolvimento com a Ocupação...

Vítor: Ué, as Ocupações da Câmara... Você tá falando das ocupações Assembleia Popular ou só as daqui? As daqui da rua, né? Uai eu acho que foi um desdobramento das ocupações da Câmara, que foram um desdobramento de uma série de coisas que acontecem aqui em Belo Horizonte, de experimentos de ocupações do espaço público... Só que depois da Câmara, a galera conseguiu fazer algo mais radical e maior, no sentido da auto−gestão mesmo, assim. Uma coisa bem mais anárquica, mas que foi muito grande. Pelo menos (...), é isso.

Paula: Eu fiquei aqui pensando, sobre o que vocês falaram sobre o som, a própria infra−estrutura necessária, já gera uma conexão...

PG: Mas nesse contexto a gente nem é tão exigente assim, não é que tem que ter monitor pra todo mundo, não sei o quê.

Francisco: É, mas precisa de uma infra−estrutura. E sabe o que eu acho, que foi legal? A Sílvia sacou isso, e falou assim "olha, já que vocês vão estar no som, vocês entendem disso, eu vou ajudar outros grupos, as outras galeras, pra fazer uma coisa junto. Para o som não atrapalhar o bloco, o bloco não atrapalhar a performance, a banda não atrapalhar o teatro, o teatro não atrapalhar o futebol (...)

Paula: Sim, tem toda uma negociação, né?

Gabriel: Isso.

PG: É uma mediação...

PG: (...) Porque tá misturado as duas galeras, "olha, segura o palco, porque vai passar o bloco agora" (...)

Paula: Eu não te cortei, não? Sua pergunta?

Paula: Não, era só isso mesmo... Que eu fiquei pensando aqui que talvez a coisa da performance, que a Thálita está falando "não houve essa articulação", mas é uma coisa talvez mais autônoma no sentido de que ela consegue acontecer sem tanto envolvimento. A banda é muito difícil, por causa da infra−estrutura e porque você também faz som, então você tem que saber o que está ao lado, enfim, pra não atrapalhar...

Thálita: Eu fico pensando que pra eles, depois, no desdobramento, que a gente também não consegue palpar, né? É muito mais interessante... Porque eu não tive um desdobramento da

minha performance com outros performers, a gente não criou nada a partir disso... Mal conheço as pessoas que fizeram. Pra vocês é mais interessante...

Paula: Bom, eu vou tentar fazer uma lista de participantes e propor uma "rodona" de conversa, pras pessoas falarem também como elas souberam do Docs, como foi o processo.

Thálita: É, a Gilmara, sabe quem é?

Paula: Não...

Thálita: Performer também... Eu lembro dela porque ela tava numa foto da minha performance...

Paula: Pois é, as fotos são um bom documento.

PG: A, tem a galera que faz o futebol também... O futebol é uma lance legal.

Paula: O Baixo Bahia?

Francisco: Várias galeras...

PG: Eu não sei especificamente...

Francisco: Sempre tinha o futebol, menor ou (...)

PG: A Priscila Musa...

Gabriel: Na Ocupação teve na sétima, que o tema foi esse, futebol de rua. Aí teve um campeonato que a Copelada puxou com vários times.

PG: Teve queimada, na primeira ou na segunda.

Gabriel: Teve queimada.

PG: Tem outras coisas curiosas, vamos pensar...

Francisco: A Feira Grátis é ótima! Peguei um tênis, pus, serviu, deixe meu chinelo lá...

Paula: A Feira Grátis foi na primeira?

Thálita: Tinha umas sementes...

Paula: Esse é o pessoal do Troca de Mudas.

Gabriel: Teve um plantio ali na Vila Dias que foi foda também... A quatro lá foi surreal, tinha cinco palcos!

Paula: Vocês tem uma estimativa de quantas pessoas?

Gabriel: Nem sei...

Thálita: (...) Eu acho que na terceira teve a galera daquela festa "Transa", uma barraquinha bem em frente à Igreja evangélica assim (...)

Gabriel: (...) Muita coisa eu fico sabendo só depois que rolou, porque a gente fica tão imerso com o corre som, palco...

Francisco: (...) Eu acho que uma média de 50 pessoas participaram, mas no corre mesmo eram dez.

Paula: E quantas foram?

Gabriel: Umas três mil pessoas...

Thálita: Três mil?

Gabriel: Porque era o dia inteiro! Então tinha um pessoal ia embora, outro chegava...

Francisco: Foi até umas duas, três horas da manhã...

Paula: Bom, gente, acho que é isso então, né? Muito obrigada!

APÊNDICE C – Transcrição da Roda de Conversa #3

Local: Viaduto Santa Margarida
Data: 27 de janeiro de 2015, terça-feira, 19hs
Presentes: Paula Bruzzi, João Paiva, Isabela, Juliana, Pedro, David Narvaez
Participações: Glauber
Crédito das fotos e registros em vídeo: David Narvaez.

Paula: Então pessoal, eu já havia explicado um pouco para o João, essas Rodas de Conversa fazem parte da metodologia da minha pesquisa de mestrado – que como eu disse é sobre A Ocupação – e a ideia é gerar um ambiente de conversa pra discutirmos em torno a essas experiências. Depois eu vou transcrever o que for gravado, e a ideia é que todos contribuam pra edição de suas próprias falas, em um trabalho colaborativo mesmo, pode ser?

João: Beleza...

Paula: Bom, eu acho que então a gente podia fazer uma rodada primeira, e cada um contar um pouco da experiência que teve com a Ocupação, qual foi o envolvimento, quem esteve na organização, quem esteve na reunião preparatória, um pouco sobre o que motivou o movimento a vir para o Barreiro, enfim, falar um pouco do seu envolvimento e das suas considerações sobre o ato...

Juliana: É... meu nome é Juliana, tenho vinte e cinco anos, faço parte do coletivo Cabeçativa. Atualmente somos quantas pessoas, João?

João: Treze, né? Doze, treze.

Juliana: (...) Doze pessoas. A nossa ideia inicial era fazer mesmo a Batalha da Pista, né? Começou tudo com um grupinho de meninos reunidos, que curtiam o Hip Hop e não tinham como sair daqui pra ir toda sexta–feira lá no Duelo de Mc's... Aí começou pequenininho mesmo, devia ter umas cinco pessoas no início... Eram só os mais chegados mesmo, que gostavam de fazer uma rima... É, aí depois começamos com o Sarau junto com o "rolê" lá do Hip Hop e aí começamos a desembolar mesmo... "á, vamos fazer sarau também? Aí fazia uma batalha, depois fazia sarau, fazia sarau e fazia batalha... Aí ficava nesse impasse. Aí eu falei assim, "vamos começar uma coisa mais organizada?" Vamos montar um coletivo... Aí que começamos a tomar frente, eu já fazia parte de uns outros "rolês", só que do Centro mesmo, que era o Fora Lacerda, Ocupa BH, e o resto das manifestações em geral, assim, de rua... Eu colava muito com o Zion, eu até cheguei a morar com ele, que faz parte de muito "rolê",

muito “trampo” lá de ocupações, ocupa a Câmara e tal... E aí foi, “vamos desembolar? Vamos!” Começamos a fazer reunião, reunião atrás de reunião... Aí quando foi ver de dez pessoas tinha vinte vindo, de vinte pessoas cinquenta, quando a gente viu não tinha nem como contar mais quantas pessoas estavam vindo – pra Batalha da Pista...

Paula: Que era a mesma ideia do Duelo?

Juliana: É, uma batalha de Mc’s mesmo... Que era mais mesmo pra descentralizar, né? Porque todo mundo ia pro Centro, mas a galera que colava aqui curtia o mesmo “rolê” do Centro. “Vamos fazer no Barreiro?” Porque muita gente não tinha nem condição de sair daqui pra ir lá, então vamos fazer aqui, no Barreiro, tá próximo, as periferias tão aqui perto mesmo... vamos correr atrás. Só que aí o coletivo tomou uma proporção tão grande assim, que a gente nem imaginava, né? Que ia sair, assim. E aí, tipo, fizemos parceria com a Associação dos Moradores, começamos a montar uma biblioteca... queria montar uma biblioteca pública mesmo pra galera vir, trazer, doar livro... Aí não chegou. Aí um dia, alguém convidou, o Hot convidou a Belinha pra ir na reunião da Ocupação porque parece que alguém tinha citado o nome do Barreiro lá, mas ninguém conhecia o Barreiro. Que ia rolar a quinta Ocupação, em Belo Horizonte... Tava sem lugar ainda. Aí a Belinha comentou isso comigo e com o João, vamos na reunião... Fomos na reunião, lá no Luiz Estrela, chegamos lá, conhecíamos uns gatos pingados, né? (Risos) Mas ninguém sabia quem era a gente. Aí a galera tá assim “a não, vamos pro Barreiro, e tal... Mas a, como vai ser? A gente não sabe, é periferia e tal, como o pessoal vai receber...”.

Paula: Mas a ideia partiu de vocês ou partiu de outras pessoas?

Juliana: Não, partiu de lá... Só que a gente não sabe de quem. Aí o Hot [Hot Apocalipse] fez o convite pra Belinha. Aí a Belinha nos comunicou que estava acontecendo isso, aí a gente tá assim, “a, vamos lá ver o que essa galera quer? Vamos.” Aí, tipo assim (...) porque eu acho que a galera estava meio com medo mesmo... Aí quando a gente chegou lá, a gente sentiu realmente que a galera tava com medo de vir pra cá, não é?

Paula: Pra ter um apoio local...

Juliana: Eu até concordo, mas mais porque tipo assim “Barreiro e tal, “cabuloso”, a gente não conhece, é quebrada!” É ou não é? Porque o papo foi esse, não foi? Pode continuar a estória, que ela é longa...

João: Aí nós chegamos lá e a galera já estava assim. O Hot já chamou a gente porque ele ouviu a galera falando.

Paula: Quem é Hot?

Juliana: O Hot, o Mário, do Duelo de Mc's...

João: Aí, assim, o Hot eu acho que ele foi numa reunião anterior e ouviu que a galera queria fazer uma edição aqui e falou com a Isabela, com a Belinha. Aí ela foi e comunicou a gente e na outra reunião a gente foi, lá no Luiz Estrela, pra conversar com a galera. Aí chegou lá a gente de "quebradinho", igual eu te falei, a gente estava lá sentadinho, só ouvindo, e o pessoal falando... Foi aí que eles citaram o nome do Barreiro, e falaram "nó, a gente queria fazer mesmo era no Barreiro, mas não sei como que é o pessoal lá... Não sei se o pessoal vai gostar da gente, não conheço ninguém..."

Juliana: Aí o Zion tava lá nessa reunião, não tava? Aí ele falou "não, os meninos estão aí... Eles podem falar!"

João: É, o Zion e o Hot nesse dia falaram "olha os meninos aí, uai! Eles são de lá..."Aí que a gente falou, "não, velho, não tem nada a ver, pode ir pra lá. A gente quer, inclusive a gente quer fazer esse movimento lá. A gente já faz alguma coisa parecida, e vai ser (...) já falamos com eles, vai ser um honra, uma coisa muita doida a gente fazer isso lá... Aí que a gente começou a agilizar mesmo, tudo, os preparativos. A reunião seguinte já foi aqui no viaduto, e a gente fez umas três reuniões antes, né?

Paula: Alguém fez ata?

João: Fizeram ata, mas o pessoal da Ocupação mesmo.

Paula: A primeira foi no Estrela então?

João: Foi no Estrela, que foi quando eles conheceram a gente.

Juliana: A segunda já foi aqui, depois teve uma outra aqui, depois teve uma no Sarau Coletivoz, que é um sarau que é daqui do Barreiro e todo mundo ficou assim (...) Aí o outro já foi no Sarau Coletivoz, a gente achou que não ia vir ninguém porque no dia caiu um toró (!) assim, uma chuva. E tava lotado o sarau! E todo mundo lá empolgado, "nó, Ocupação no Barreiro e tal! E gente do Centro..."

Paula: O Sarau Coletivoz acontece aqui e espalhado pela cidade? Eles são itinerantes?

Juliana: Não, ele acontece aqui. O Coletivoz acontece aqui, no Barreiro. Tem mais de... Quantos anos, João?

João: Sete anos esse ano. Tem uma sede, até muito pouco tempo atrás (...) Porque assim, era um sarau de bar, de boteco, só que aí o cara fechou o boteco, aí eles tão fazendo (...)

Juliana: Era no bar do Bozó...

João: No bar do Bozó, lá no Vale do Jatobá, aí o Bozó vendeu o bar, aí eles vieram pra Associação aqui do Santa Margarida, que é nessa rua também, aqui pertinho...

Juliana: VW, Rogério Coelho, que são os organizadores do sarau...

João: Débora Del Guerra também, que é do Brigadas lá...

Paula: Aí esse pessoal estava na quarta reunião? Porque foi lá, na sede deles.

João: Foi. Eles estavam em todas porque teve um Coletivoz na Ocupação, mesmo. Aí eles ofereceram o espaço como ia (...) Porque a reunião tava sendo às quartas feiras. Aí o Coletivoz é toda primeira quarta do mês, aí a reunião ia cair justo no dia. Aí eles falaram "então vamos juntar tudo, vamos fazer a reunião lá e fazer o sarau junto".

Paula: E depois dessa reunião já foi o dia d'A Ocupação?

João: Eu acho que (...) Foi depois dessa? Eu acho que teve uma reunião depois dessa, aqui...

Juliana: É, que foi só os últimos preparativos mesmo...

João: A gente tirou até uma foto lá na pista...

Juliana: É...

Paula: Vocês têm muitos registros?

João: Eu tenho muito pouco.

Juliana: Tá mais com a galera mesmo, no facebook. No dia veio a imprensa, né João? A gente deu até entrevista... pro jornal, e tal. No dia foi muito legal. Tipo assim, nossa! A gente não esperava o tanto de gente que veio pra organização d'A Ocupação, na verdade. Vários coletivos do Barreiro, e muita gente do Barreiro, que a gente não sabia que tinha

envolvimento com os programas de, população, mesmo, né? A gente não achava que tipo assim (...) O tanto de gente que veio, assim! Vários artistas... É, o Barreiro tem tanta gente independente, tantos artistas desconhecidos, que a gente nem sabia... Aí tirou uma foto ali na arquibancada da pista, ela é grande. Essa foto tá até no ”face”. Nossa, tinha um monte de gente! Tinha gente que a gente nem imaginava que ia estar ali, tipo (risos), pra organização. No dia foi uma coisa muito correria, mas eu achei que foi uma das Ocupações mais bonitas, assim, que eu já participei de outras... Mas foi uma, tipo assim, o povo mesmo, sabe? E um tanto de criança brincando, molhando, nadando... A própria população aqui ao redor mesmo, ajudou, cedeu...

Paula: Teve participação do pessoal aqui do lado?

Juliana: Cedeu... Essa moça aqui olha, essa senhora, ela cedeu esse muro, pros meninos poderem grafitar, brincar, fazer o que quiser... Tipo assim, é dela!

João: Tem um moço ali que aluga som e iluminação, nessa casa ali, ele ofereceu som dele, luz da casa dele!

Paula: Pois é, teve algum gerador? Como foi?

Juliana: Foi colaborativo...

João: Não, foi luz da casa mesmo, com a extensão gigantesca...

Juliana: Veio um caminhão pipa! Veio caminhão pipa...

João: O mano do bar ali também, fortaleceu a água, banheiro...

Juliana: Água, banheiro... A gente foi pegando vassoura dos vizinhos pra varrer, pra manter organizado. E a gente sabe que, tipo assim, a gente tinha estipulado um horário, por causa do lugar, né? Por morar muito idoso, essa senhora mesmo tem um filho deficiente e tal. A gente sabia que não podia extrapolar por educação mesmo, por entender as necessidades das outras pessoas, né? Por respeito mesmo... E aí, assim, acabou que se estendeu, a gente achou que ia dar algum B.O. [Boletim de Ocorrência] assim... mas o policial veio, fez a vistoria local... de praxe...

Paula: Tinha algum documento?

Juliana: Tinha. Manifestação popular. Foi tirado na Prefeitura mesmo...

João: A polícia quis levar a gente...

Juliana: Quis levar, porque os meninos têm uma banda e tipo, as músicas são meio pesadas, assim, pro horário (risos). Eu não acho, né? Mas...

João: Eles estavam ali parados, na hora do show, e não curtiram muito não, mas...

Juliana: Na verdade achou que foi uma ofensa, né?

João: É, tinha dois ali, aí eles ouviram a gente falando "quatro e vinte", aí cismaram... Acharam que o pixo que tem ali, "420", já era nosso também. Porque a banda chama IP420...

Paula: Bom, conta um pouco das razões de ter sido aqui, neste viaduto. Vocês já tinham essa ideia de fazer aqui?

Juliana: A intenção seria fazer na pista, de skate, né? Porque a batalha acontece lá. A intenção era ser lá. Mas aí quando a galera veio pra cá e viu o viaduto, achou um clima mais assim, "a, não, vamos fazer lá" e tal... Vamos pegar o corredor. Queria fazer um corredor cultural, na rua. A Associação estava apoiando o movimento e ficava bem mais próximo, assim, as coisas pra gente.

Paula: A Associação é ali, ao lado da pista?

Juliana: É, e a gente pensou, justamente, em começar a intervenção lá na pista e trazer pro viaduto. Fazer tipo andando, mesmo. Ou então deixar algumas coisas lá... Acabou que a gente (...) O Bloco do Rola Moça, que é daqui do Barreiro também, o pessoal é daqui, a gente é daqui do Barreiro... Aí começou lá, e tinha uma faixa indicando, "vá até à Ocupação", e a setinha.

Paula: E deu certo?

Juliana: Rolou... A galera veio andando, fazendo o cortejo, aqui. Chegou aqui e depois teve um "sarauzão", todo mundo... Participação de muita gente... Veio gente de outros lugares, veio gente de Sabará, de Ribeirão das Neves... Contagem, Ibirité!

João: Sarzedo!

Juliana: Sarzedo...

Paula: E o pessoal desses outros lugares ajudou também na organização?

Juliana: Ajudou... Não, ajudou. Teve gente de muitos lugares que ajudou, né? Não dá pra vir todo mundo, eu até entendo, porque é muito corre. Você tem que estar compromissado com o evento, mas teve gente de tudo quanto é lugar!

João: Teve banda de tudo quanto é lugar, sabe? E as próprias bandas que foram os organizadores...

Juliana: O Uai Sound System veio...

João: Foi bem um corre coletivo mesmo, d'A Ocupação...

Juliana: Esse daqui é o Glauber também, ele é do Coletivo.

Glauber: Eu sou o Glauber, desculpa a falta de educação aí. Então, é que vai ter reunião da minha banda agora. Rolou uma falta de comunicação minha com a galera... Desculpa, foi um erro nosso. Então eu não vou poder ficar muito.

Paula: Tudo bem, não tem problema... Bom, a gente está aqui falando sobre esse processo de organização d'A Ocupação. Você participou? Como foi?

Glauber: Sim. Eu não participei tão ativamente... O processo d'A Ocupação foi bem um corre coletivo mesmo, foi cada banda ajudando, até rolou uma planilha entre os grupos, pra ver quem (...) Todo mundo podia editar a planilha com o que tinha e com o que ia precisar, sabe? O que podia salvar pro evento, de emprestar... Por exemplo, se a minha banda tinha um microfone, podia levar, emprestar. E assim foi cada um trazendo uma coisa e agregando na organização do (...)

Paula: Essa planilha já veio das outras Ocupações, né? Vocês modificaram ela?

Juliana: A, ela estava aberta.

João: Ela estava aberta pra todo mundo poder acrescentar.

Paula: E você participou como, Glauber?

João: Você tocou com a gente eu acho...

Glauber: É, eu participei com o IP420, porque eu não tava com o Iglu ainda...

Paula: E vocês acham que teve mais participação das bandas, ou o pessoal de outras linguagens artísticas participou muito também?

Juliana: Não, teve...

João: Teve o Coletivoz, né? Que foi o sarau, foi bem mais cedo... Acho que foi abrindo.

Juliana: O Bloco do Rola Moça...

João: O Bloco do Rola Moça, que abriu também. O que mais além de bandas?

Juliana: Tinha as outras intervenções que o pessoal estava fazendo... Grafite, a galera daqui do Barreiro estava fazendo estêncil, grafite... Muitas outras coisas, e as bandinhas daqui, regional mesmo... Veio gente de outros lugares, veio gente do Centro, Gustavito veio... Sempre está nas Ocupações, né? Mas teve IP420... Teve Seu Silva, que é lá de Ibirité. O que mais que teve? Teve o Uai Sound Sistem, teve os meninos lá... João?

João: Segundo round.

Juliana: Segundo round, não, teve os meninos lá, o mano Bil?

João: CDR...

Juliana: CDR Trinca mentes, que é daqui... É lá da Vila Pinho...

João: É lá do MPC...

Juliana: Do MPC.

Paula: Teve alguém fazendo performance?

Juliana: Tinha umas meninas fazendo... Como chama aquilo? Umas luminárias, umas coisas assim, né? Performance não, não teve muito não...

Paula: Teve o pessoal do Tarifa Zero, certo?

Juliana: Teve a galera do Tarifa Zero...

João: Teve a caixinha deles lá...

Juliana: Teve um bandeirão, que ele até sumiu. Que eu acho que a galera (...) Aí colocaram de frente pra estação de ônibus mesmo, pra tipo assim (...) ter visibilidade...

Paula: Quem fez esse bandeirão?

Juliana: A galera do Tarifa Zero.

Paula: E o que estava escrito mesmo?

João: R$ 2,65... Era coisa sobre a tarifa mesmo.

Juliana: A frase eu nem lembro... Quinze centavos, algo assim.

João: Tinha o negócio de pular catraca...

Juliana: Teve! A galera fazendo malabares... Pra mim é performance. É, a galera fazendo malabares, e tinha gente de tudo quanto é tipo (...)

João: Não era (...) na programação, né?

Juliana: (...) tinha o bazar do William Rosa, as meninas penduraram ali, fizeram um bazar de roupa. Pra arrecadar roupa pra ocupação do William Rosa. Então teve participação de muita gente, assim, foi muito legal.

Paula: E vocês acham que o público que veio também foi heterogêneo?

Juliana: Acho que foi, demais! Ó, tinha avó, tinha tio, tinha criança, tinha jovem, tinha "tilelê", não tinha... Tinha rapper, não tinha... Tinha gente que se considera normal, louco... Tinha gente de tudo quanto é tipo. Eu achei que foi muito, muito bacana! E todo mundo participando, assim, e curtindo, e se divertindo... E fazendo parte daquela ocupação mesmo, do espaço.

João: A única vez aqui, assim, no Barreiro, que teve um público tão (...)

Pedro: (...) heterogêneo (...)

João: (...) tão diferente, assim... Um tanto de gente (...)

Juliana: E o movimento, né? Que a gente achou que ia ser, tipo "á, os vagabundos fazendo", porque a galera fala, né? Indiretamente... Mas a galera participou mesmo, o pessoal participou! O Alvimar, que faz parte da Associação, de moradores, passou com o carro de som anunciando... Falando que ia ter uma "inundação", "inundação de gente" e tal. Foi super legal. Ele fez tipo uma vinheta, falando da Ocupação e passando aqui nas vielas, dentro ali (...) da favela mesmo... Levando pra galera, chamando o pessoal, pra vir, participar, trazer... Foi muito legal!

Isabela: Acho que o mais massa de tudo foi porque aconteceu a descentralização, né? Porque todos os movimentos, normalmente, sociais, acontecem no Centro. E dessa vez foi aqui, pra população daqui, que normalmente não (...) Como foi um público muito heterogêneo, idoso, criança, e normalmente uma galera que não vai pro Centro pra participar de uma ocupação no viaduto, e foi aqui, na casa deles, sabe? Eu trouxe amigos meus, que moram no Centro, pra participar daqui... Pela primeira vez eu não tive que ficar correndo, pagando tarifa cara (risos), pra ir pro Centro. Isso foi muito legal... Acho que foi a lição maior. E, sem contar que traz uma visibilidade pro Barreiro, né? Esses movimentos. E aí o pessoal que não está acostumado a vir aqui, aí tem uma ocupação dessas e conhece que aqui também tem arte, que aqui também tem vida. Acho que isso foi (...)

Juliana: E abriu outras portas, na verdade, A Ocupação... a gente já estava com o coletivo assim, fervendo (!), fazendo a Batalha da Pista, e todo mundo (...) confundindo as vezes até o Duelo de Mc's com a Batalha da Pista. Tinha gente que chegava no "rolé" e está assim, "vai ter Duelo de Mc's lá no Barreiro sábado?". Aí eu tô assim, "gente, não é o Duelo de Mc's, é a Batalha da Pista..." (risos) Todo mundo parava a gente lá, "vai ter Duelo de Mc's?", eu, "gente, é Batalha da Pista e tal, não é Duelo de Mc's..." Tipo assim, já estava uma visibilidade gigantesca, a gente não imaginou, nem um dia da nossa vida, achar que ia acontecer isso, né? Aí A Ocupação já veio, aí depois a galera já queria fazer outras reuniões aqui no Barreiro, aí veio a galera do Tarifa Zero querendo montar um coletivo aqui, no Barreiro, do Tarifa Zero, com a galera do Tarifa Zero mesmo... Aí vieram outras ocupações querendo fazer outras intervenções, aí veio gente de todos os lugares... Aí veio gente de outros coletivos, querendo participar do nosso coletivo... Então, tipo, foi muito bacana mesmo! Foi muito legal. E aí só foi abrindo portas, e só tem feito isso. Isso é muito importante, assim, pras comunidades. A Ocupação tinha que acontecer em todas as comunidades!

Paula: Fala um pouco de por quê você acha importante...

Juliana: Dá essa visibilidade, mostra o caráter o lugar, tipo assim, o que você tem de melhor, as vezes fica tão escondido, tão reprimido, ali, no meio... E não é mostrado pro mundo, visto, assim. E quando aquela flor desabrocha, que é igual uma flor, né? Se você não regar ali, ela não vai desabrochar. Então quando aquilo desabrocha, ela, tipo, a tendência é só crescer, só aumentar! E, tipo, sair do Centro, descentralizar, é muito importante pra essas comunidades, assim... Não só no Barreiro, mas também em Venda Nova, em Ribeirão das Neves, no Centro, no Baixo Centro, no alto do Centro, não sei... Em todos os lugares. Acaba que, tipo assim, a

gente faz as ocupações normalmente, tipo assim, não com o tema A Ocupação, mas tipo, "vamos juntar ali? Vamos fazer um duelo de Mc's, e tal? Uma banda de rock vai tocar, vai tocar rap..."

Paula: No espaço público né?

Juliana: É, e depois os meninos daqui, não é João? Fizeram, tipo assim, a gente fazia a Batalha da Pista, aí veio o Movimenta Barreiro...

Paula: Que era o subtítulo da Ocupação, né?

Juliana: É! (Risos) Aí veio o Movimenta Barreiro... Tipo, a galera mesmo (...)

Pedro: E Movimenta Barreiro ia ser o nome da Ocupação, né?

Juliana! É, foi! Foi o nome do negócio (risos)...

Paula: Alguém comentou, em outra Roda de Conversa, que em uma das reuniões em que foi discutido o nome, o pessoal ficou entre "Ocupa Barreiro" e "Movimenta Barreiro", e a galera daqui gostou mais de "Movimenta" (...)

Juliana: Movimenta...

Paula: Por que vocês acharam que seria melhor?

Juliana: Porque... Pensa em um lugar (...) parado! (Risos)

João: Exatamente! (Risos) Foi exatamente por isso.

Juliana: A intenção era ocupar a praça, mas pra quê? Pra fazer aquilo se movimentar... Aí a questão dos assalariados... Tipo assim, aqui tem movimento, mas é do empregado que sai de casa, vai trabalhar, e volta pra casa.

Paula: De passagem...

Juliana: É. Tipo, tá vendo esta praça aqui? Podia estar cheia de gente conversando, andando pra lá e pra cá... Não acontece isso! A iluminação dos espaços públicos aqui do Barreiro influencia nessa parte. É muito escuro! É justamente pro cara só ter a movimentação durante o dia... Durante a noite você não pode. Se não você é tachado de marginal, de "a toa", você está fazendo alguma coisa de errado e tal... Justamente isso, a *movimentação* causou isso, então "Movimenta Barreiro", "Barreiro, tipo, sai desse marasmo, vamos movimentar isso aí!"

Paula: Porque a população também tem uma característica assim, certo? São muitos idosos...

Juliana: É, local.

João: Principalmente o Santa Margarida aqui, eles falam que é "bairro dormitório". Que a galera trabalha na Mannesmann e vem em casa só pra dormir. Aí fica esse "trem pregado", assim, que a galera é parada, pacata, né? Eles falam pacata... Pacata é a pessoa que não reage, né? Que só fica ali parada, aceita tudo.

Paula: Passivo?

João: É... exatamente!

Paula: E como vocês acham que os movimentos de "ocupar", desse jeito, interferem nessa característica? Vocês pensam que funcionou como uma espécie pontapé para outras formas de ocupação do espaço público? Ou não?

Juliana: A, com toda a certeza. Muito mais... Não se falava (...) tem uma página no *facebook* que é "Barreiro", ela chama "Barreiro". Aí outro dia o administrador da página, que eu não sei quem é, fez um post assim "o que tem de melhor no Barreiro? Dê sua opinião", aí eu já fui lá e falei, "Batalha da Pista, Movimenta Barreiro..." As coisas de ocupação, sabe?

Isabela: O "SouBH" também. A página do facebook do "SouBH" fez. Aí está fazendo acho que com vários bairros, aí rolou do Barreiro. Aí eu coloquei a Pista (risos).

Juliana: Marcos Menino, IP420... O que tem de melhor no Barreiro? Tá cheio de gente aí, sabe?! Eu vejo muita gente saindo daqui e indo pro Centro, pra mostrar o talento, o brilho... O que a pessoa tem de melhor, sabe? Enquanto ela pode estar aqui, mostrando pra quem está aqui, realmente. Tipo, "olha, eu sei fazer isso... Vamos compartilhar? Vamos fazer junto?" Eu acho que isso é muito importante, pro local... Pra dar uma visibilidade local mesmo, e para as outras pessoas de baixa renda – que é uma região periférica, a gente sabe disso – para as outras pessoas de baixa renda, assim, entenderem que (...) elas também podem! É um espaço delas, o Barreiro é seu, é nosso! Você tem o direito de ocupar... É um direito seu ocupar. Então vamos pra praça, vamos encontrar, vamos fazer um som, vamos discutir política, vamos falar (...) qualquer coisa. Mas vamos ocupar! A gente vê que a pista sofria muito com isso, aconteciam várias coisas horríveis lá, e é um dos motivos de as pessoas não quererem vir aqui, tipo, saber que "o bicho estava pegando" e tal.

Paula: O que acontecia?

Juliana: A, muitos homicídios assim, mesmo. Porque virou "ponto de droga", mesmo. Virou venda. Aí acabou que com a Batalha da Pista (...)

Paula: A noite não era ocupado?

Juliana: Era ocupado, mas era ocupado só pra, tipo, "comércio".

João: Até que cortaram. Cortaram, não pode vender nada na rua.

Juliana: É, não pode. Teve um dia que a gente ficou até com medo de fazer a Batalha, não foi João? Não é, Pedro? "Vamos fazer a Batalha?" Aí um dos participantes do coletivo falou assim "não, galera. Não vamos fazer a Batalha porque eu fiquei sabendo disso, disso e disso, os caras vão vir aqui no horário da Batalha pra fazer isso, isso e isso". Aí a gente, "não, então não vamos fazer". Ficamos naquela, aí chegou um mano e falou assim, "não vai rolar a Batalha?!" E a gente "não, não vai rolar a Batalha não" (...)

João: E gente chegando na hora da Batalha, no dia da Batalha, sem o som na pista. Aí perguntou "e o rap? Não vai rolar o rap não?" Aí a gente falou "ô velho, nós estamos sabendo aí que vão acertar um camarada aí, não vai ter jeito não", e ele "não, uai, como assim? Vai ter rap sim! Vocês podem pegar os negócios lá que eu não vou deixar ninguém fazer nada aqui não. Vocês podem pegar, que aqui é no meu nome, garantido!"

Juliana: (...) É, "o rap é a nossa diversão! Tipo assim, o rap é a hora que a gente vem aqui pra escutar música de qualidade. Vai rolar o rap sim!" Aí a gente ficou, "vamos ou não vamos fazer? A, vamos fazer, a gente já está aqui mesmo..."

Paula: É aos sábados ou sextas?

Juliana: É nos sábados (...). E fizemos, foi lindo. Não aconteceu nada! E depois disso, nunca mais! Tipo assim, sempre tem uns loucos. Mas diminuiu pra caramba. Era pior! Era tipo o Duelo de Mc's mesmo. A gente sabia que o povo tava indo lá pra usar, pra endoidar. Passava gente na filmagem, tropeçando... Ai a gente pedindo "não, cara. Não faz o 'rolê' parar não! A gente está aqui pra ocupar, pra trazer uso pra esse espaço..." Toda vez a gente ainda levanta a bandeira, né? Tipo assim, "vamos ocupar, mas de forma (...)" – tipo assim, não sou contra, nada! A pessoa é livre pra isso. Todo mundo tem o lugar aqui pra fazer o que quiser – mas é um movimento coletivo. E vai família, vai criança… Você vê criança correndo pra lá e pra cá,

você vê neném... E a gente sabe que se a PM [Polícia Militar] chegar vai levar todo mundo. Ela não quer saber se ele não está participando, se não está vendendo... Ela não quer saber disso, ela vai chegar e vai oprimir todo mundo! E a nossa intenção é tipo, vamos fazer o duelo, vamos fazer o sarau, mas todo mundo consciente do que está fazendo, sabe? Para não prejudicar ninguém, a intenção não é prejudicar as outras pessoas. É só agregar mesmo, valores (...) e pessoas. Quanto mais pessoas tiver, melhor vai ficando. A gente sabe... No começo foi difícil, não é, João? Tem sido ainda, né?

João: Tem sido, mas melhorou muito! A última vez que teve um homicídio lá na pista foi em novembro, final de setembro mais ou menos.

Juliana: E mesmo assim, não foi no dia.

João: É, não foi em dia de batalha... Porque a gente está fazendo de quinze em quinze dias. Aí no dia que pulou, aí mataram um cara lá. Aí a gente falou, "não, vamos dar um tempo. Vamos fazer no viaduto por um tempo, pra dar uma abaixada na poeira". Aí a gente fez uma no viaduto e eu falei com um mano, o Cabral, ele está até ali. Aí ele perguntou "por que a batalha não está sendo na pista mais?" Aí eu expliquei o motivo e ele falou "não, velho, mas é o contrário. Se vocês tirarem a batalha daqui da pista que vai "alombrar" mais ainda. Porque a batalha que segura a onda da galera, que não deixa. A galera respeita tanto o movimento que no dia de rap não tem nada. Não tem nada de errado mais."

Juliana: É, pelo menos não ali, na nossa frente.

Paula: E vocês fazem na pista por quê? Por causa disso? Ou tem uma luta específica da pista?

Juliana: É, porque começou tudo lá na pista, e é a Batalha *da* Pista!

João: A pista é o "point", assim.

Juliana: É, todo mundo se concentra lá.

Paula: Tem uma negociação com a prefeitura?

João: É, porque a pista é terra de ninguém. A prefeitura não quer, era pra ser da PUC, mas a PUC também não quer, abandonou...

Juliana: Na verdade é da PUC, né?

João: É, um terreno da PUC.

Juliana: Só que ela faz descaso do espaço, tipo. Ela tinha que dar alguma coisa em troca, pra ela se infiltrar aqui, no Barreiro. Aí ela resolveu fazer a pista de skate. Aí morreu a pista velha, que era uma outra pista que tinha do lado (...) que tem do lado do Batalhão, e aí fizeram aquela pista nova. Aí teve um tanto de processos lá e tal, porque não fizeram (...) fizeram a pista de skate para os skatistas, mas os skatistas reivindicaram porque falaram que a pista não prestava... Aí fizeram, refizeram de novo e tal. Aí quando começaram esses homicídios a PUC meio que (...) descaso, é. Cortou a iluminação do lugar... Tipo assim, "vocês vão usar, mas vai ser só de dia"

Interrupção: passa o Cabral, do Movimenta Barreiro

Juliana: Aí acabaram fazendo descaso do espaço. Tava deixando entulhar lixo... Não tinha iluminação, cortaram a água, e tal. E aí ficou aquele descaso do espaço. Aí depois de muito (!) tempo agora, que tipo meio que parece que, com a movimentação no lugar, eles voltaram a fazer algumas coisas... E os skatistas têm muito peso ali no espaço, né Pedro? Os skatistas têm muito peso. A gente sabe que a gente precisa muito deles, assim.

Pedro: É, tem muita gente que anda de skate ali que é profissional, né? Patrocinados por várias marcas. Aí eles têm um nome, que a prefeitura sempre valoriza, né? Sempre dá alguma ajuda. Igual o (...), por exemplo, ele que reivindicou. Foi lá, fez um vídeo, chamou acho que um cara da prefeitura e falou assim, "olha aqui, aqui não dá pra andar", aí pegou o skate passou, arrancou uma lasca da pista, assim, sabe? "Isso aqui pode machucar, e tal". Aí eles foram e fizeram a reforma na pista, cimentou tudo de novo. Quebrou o chão todinho, quebrou e fez tudo novamente. Aí só assim mesmo pra eles fazerem as coisas.

Juliana: A gente até queria, a gente até tentou uma conversa com o reitor. A gente já tentou várias vezes conversar com o reitor da PUC, mas ele sempre está ocupado, e nunca recebeu a gente. Porque se ele cedesse um pouco de (...) como se diz? Não falo dignidade não, mas é dignidade, né? Do espaço mesmo, que é deles por direito, nós ocupamos. O espaço é deles por direito nós ocupamos. E acaba que, tipo assim, ter zelo pelo lugar, sabe? A gente que faz os mutirões de limpeza! A gente que organiza lá, o mutirão de limpeza. Pega saco de lixo, sai catando os lixos, vai varrendo...

Paula: A Batalha da Pista começou com essa luta?

Juliana: Nem foi né?

João: Ela abraçou essa luta.

Juliana: É, acabou que a gente tomou conta...

João: A Batalha começou com uma rodinha de gente, de quinze pessoas, e foi aumentando. Hoje colam cem, duzentas pessoas.

Juliana: A gente se apropriou do espaço, público, e a gente foi percebendo as dificuldades que as outras pessoas que já ocupavam o espaço, seja pra praticar esporte, ou pra jogar conversa fora (...) estavam, tipo assim, jogados... ao vento. A gente percebeu que a gente estava lá sempre, mas a gente nunca tinha noção disso, "nossa, a pista está abandonada, nossa, não tem ninguém aqui". Depois que a gente começou a fazer a Batalha da Pista, que a gente pensou, "tem que fazer outros corres", a gente foi perceber que realmente, o lugar estava abandonado. A limpeza é feita pela prefeitura de não sei quantos dias, sabe? E aí fica lá, jogada às traças. A gente faz sarau lá, a gente limpa...

Paula: Então o processo d'A Ocupação era algo que, de certa forma, vocês já vinham experimentando aqui, não é?

Juliana: É...

Interrupção: Passa um conhecido

Paula: O que vocês acham, mudou alguma coisa depois dessa experiência?

Juliana: Com certeza. A estrutura, a gente começou a estruturar melhor, né? O nosso "corre"... No começo a gente era meio desorganizado, hoje a gente já tem noção de como que funciona uma ocupação. Quais os termos políticos que a gente precisa preocupar, a gente faz nosso "corre", a gente tem nossa reunião semanal... Independentemente se a Batalha vai acontecer no sábado ou não, a nossa reunião é fixa mesmo... Foi muito importante! Só agregou.

João: a gente agregou com a nossa experiência, pro pessoal d'A Ocupação, e eles, com a experiência deles também, agregaram muito pra gente.

Paula: São parecidos, né, os contextos? Viaduto, duelo de Mc's... Bom, acho que é isso, né? Vocês querem falar mais alguma coisa?

João: Nossa, nós desembolamos! (Risos)

Paula: Bom, então ótimo. Se eu tiver alguma dúvida, eu volto a conversar com vocês.

Juliana: Claro! Eu acho assim, que seria legal, mesmo que os meninos não estejam presentes – porque é difícil mesmo, até pra galera do coletivo vir, por causa da passagem cara…

Paula: Eles não moram por aqui não?

Juliana: Eles moram na região, mas mesmo morando na região os bairros são longes, sabe? Uns dos outros... Aí tem que pegar o "busão". As vezes não vieram por causa disso, ou porque estão fazendo outros "corres", assim, pelo menos citar depois. Você passa pra ela, João, o nome da galera que faz parte do coletivo... Que também fez parte d'A Ocupação, que participou...

Paula: Beleza. Vocês têm algum vídeo d'A Ocupação?

Juliana: Tem, a Belinha fez! Você não lembra?

João: Tem que ver com ela...

Juliana: Mas aquele vídeo tá na internet, João! Tá com os meninos! A gente gravou uma parte aqui, depois editou uma parte lá, gravou outra parte com a galera lá...

Pedro: Tem aquele vídeo, chamando...

Juliana: A chamada João!

João: A, a chamada, mas do dia...

Juliana: Do dia tem! É porque está espalhado... Mas com certeza a galera que organiza a Ocupação deve ter. A Drica, a Silvinha, que teve muito ativa, a Ludmila, no dia.... Foi muito massa conhecer essas mulheres, ajudou a gente pra caramba! Essas mulheres são fodas!

João: Tem a página lá...

David: Eu queria saber, da galera moradora, aqui mesmo do entorno, teve algum retorno, eles pedindo mais, sabe? Mais eventos assim, ou mais uma coisa de encontro mesmo? Teve alguma coisa assim, ou não?

João: Eles sempre pedem... Os primeiros contatos (...) com a gente (...) o único contato de morador que a gente teve, foi da moça aqui, que chegou na gente pedindo pra gente falar quando ia ter, que ela queria vir...

Juliana: O moço ali do bar também! Ele dá moral pra caramba! Sempre fortalece... Sempre fala assim, "a, vocês têm que ir pra lá, não vai ter hoje não? Que dia vai ter? Não, vocês têm que falar! Muito legal! Se precisar de luz? Pode usar aqui, não tem problema!"

Pedro: Eu vejo uma coisa, na galera em volta aqui, que eles não sabem muito distinguir, sabe? Porque tem os eventos que são do Movimenta, outros da Batalha da Pista... E pra eles eu acho que é tudo a mesma coisa. Porque normalmente o público é sempre o mesmo. Então pra eles, eu acho, eu vejo assim (...) Porque eu acho que eles acham a mesma coisa. Por exemplo, se fez um evento aqui de uma outra galera, rolou confusão, se a gente for fazer, eles já falam "não, vocês vão fazer confusão de novo", e tal... Acho que fica meio, tudo igual assim. Eles não sabem ainda distinguir...

João: É da juventude...

Paula: E é sempre debaixo do viaduto?

Juliana: Quando está chovendo é!

João: A gente fica muito nisso, é viaduto e pista.

Paula: Porque a Associação é ali?

João: A Associação a gente usa mais pra reunião, sarau...

Paula: A Associação é forte?

João: É forte.

Juliana: É forte demais!

João: A Associação aqui do Barreiro assim, eu não vejo outra mais ativa!

Juliana: A galera do Frente Terra Libertária veio aqui, fez uma reunião com a gente e tal... Queria trazer o movimento para cá... Ela inclusive foi na Associação – no dia que vocês não puderam ir, que vocês foram ensaiar – tipo, queria montar um outro grupo aqui… e teve participação de gente que a gente nem imaginava que estaria lá, não é? De adolescente até senhor de idade mais velho, assim, que participou da Ditadura Militar... e o negócio foi pesado, e umas histórias dos senhores que moram aqui, a gente não imaginava...

Paula: Como é a forma de atuação da Associação? Reunião, mais tradicional?

Juliana: É, você tem que marcar. Você marca um horário...

João: A Associação oferece muita coisa pra comunidade assim, de cursos, essas coisas. Psicólogo...

Juliana: Ballet, capoeira...

Isabela: Tem umas oficinas pras senhoras de idade também...

Paula: Os recursos são da prefeitura?

João: Não, é o próprio (...) é um morador que ele (...) tem presidente, essas pessoas daqui e ele toma conta (...)

David: Esses cursos são em lugares fechados?

Juliana: É uma casinha, é um barracão...

João: (...) o presidente é um moço mais velho, aí o moço deixa ele organizar as coisas. Aí ele mesmo vai. Ele conhece um que dá aula de ballet, vai lá, conversa, o cara anima ser voluntário.

Juliana: Inclusive a gente teve a notícia uma vez aqui, de que o próprio espaço da Associação estava sendo (...) a prefeitura parece que ia reivindicar o local, não é João? O espaço...

João: É do lado.

Juliana: A é. Do lado. Que faz parte da Associação, né? Só que está parado.

João: Era pra ser Escola Integrada.

Juliana: Era pra ser Escola Integrada, só que aí, tá parado. A, tem umas coisas que ficam paradas mesmo... Movimenta Barreiro! (Risos)

João: Tem tudo bonitinho lá, escrito "sala de aula, banheiro, sala dos professores", mas é abandonado.

David: Eles já tentaram pegar alguma dessas oficinas e levar pra rua? Levar pra alguma comunidade, ou algum bairro próximo? Porque como você falou, tem alguns bairros que são bem mais afastados, né? Então, acho que ia ser legal...

Juliana: É, pode ser. Não, mas é porque, tipo assim, aqui tem essa Associação no Santa Margarida, mas tem outras Associações em outros bairros, entendeu? Então, tipo, tem a Associação lá no meu bairro. Que por exemplo, eu não sou tão ativa igual eu seria aqui...

Paula: E são todas autônomas?

João: Só o espaço que a prefeitura cede.

Juliana: Porque são mais de cento e cinquenta e sete bairros, não é?

João: Oitenta e duas comunidades.

Juliana: É muito bairro! Tem bairro que eu nem sabia que existia nesse Barreiro.

Paula: E aqui é um pouco o centro?

Juliana: É...

João: É, o centro do bairro. Esse pedaço do shopping...

Paula: É onde as coisas acontecem, assim, mais?

Juliana: É, porque tem a indústria, né? Aí tem o shopping, então é o centro.

Paula: Tanto que está movimentado aqui, né? (Risos) No tempo em que a gente está aqui já teve reunião de banda, skate...

Juliana: (Risos) É... geralmente quando chove. Se chover é, a galera vem pra cá. É porque era pra eles estarem lá na pista.

Paula: Mas, por exemplo, vocês usam o shopping pra fazer as reuniões, né?

João: Porque tem mesa...

Juliana: É por causa da movimentação...

Isabela: Você viu? Todo mundo vem e cumprimenta. Aí todo mundo vem e pára. A gente está centrado na reunião, a gente perde o foco...

Pedro: A gente perde o foco...

Juliana: Porque aí vem um, oferece alguma coisa pra ele... Ele vai querer entrar na roda. Aí ele vem senta na roda, fala... Pode participar se quiser participar do coletivo, ele é super bem–vindo. Mas aí eles começam a conversar outras coisas... Aí tipo, desconcentra.

Paula: Mas se tivesse mais estrutura, algumas mesas, ia ser mais fácil, né?

Juliana: É, a gente pensou em outras praças, só que o que acontece é que é muito escuro! Aí vem um grupinho de jovens assentar ali... Até no shopping eles ficam lá reparando no que a gente está fazendo! Eles ficam lá vigiando a gente... Toda segunda–feira, eles ficam lá, em cima da gente. Escutando a nossa conversa... Eles acham que a gente está tramando (...)

João: Mas agora nós vamos reunir lá no point Barreiro.

Juliana: Lá em cima, né?

João: Que é um espaço de um bairro próximo aqui. Aí é da prefeitura. Rola um monte de coisas, tem biblioteca pública...

Paula: Tipo uma Associação?

João: É, só que é bem maior...

Paula: Aí é financiado pela prefeitura?

João: É...

Paula: Legal... E tem outros movimentos que acontecem aqui, no espaço público?

Juliana: Tem o Samba da Vila! É um samba que ele é (...) coletivo. Você traz sua carne, se você não comer carne você traz seu legume, qualquer coisa... Pode pôr na churrasqueira, fazer... E o samba rola, você pode participar, você pode cantar, você pode tocar, é à vontade.

Paula: E é na rua?

Juliana: É na rua. É em frente ao bar, é do lado do bar. Aí o moço cede churrasqueira, cede tudo. Aí a bebida você compra, fica à vontade pra comprar... Mas o samba é coletivo. Se você tem um sambinha amador, profissional... Você pode ir lá, participar, sambar, cantar... É tudo coletivo, qualquer um pode vir, e a comunidade participa.

Paula: E quando começou?

Juliana: Começou (...) que dia é hoje? O próxima é dia 31. Foi uma sábado anterior a esse, que começou.

Paula: A ideia é ser todo sábado?

Juliana: De quinze em quinze dias, que a galera tá pensando em fazer...

Paula: E você acha que o movimento da pista, isso tem a ver?

Juliana: Eu acho que sim. Com certeza! Antigamente não tinha nada dessas coisas, não é, João? Para os nossos lados aqui...

João: Café de Rua ! Começou também...

Juliana: Café de Rua! Nós não falamos ainda do Café de Rua aqui... O Café de Rua começou depois que a gente começou o coletivo. As meninas se juntaram (...) juntou um grupinho, inclusive era pra gente estar mais ativo, a gente não está tanto, mas a gente anuncia lá o Café de Rua, sempre, dá o apoio... Se você tiver também, você pode trazer doações, quando você vir pra Batalha da Pista... Começa dia 26, não é, João?

Paula: E como funciona?

Juliana: O Café de Rua é assim: é um grupo de jovens, ou não, que junta doações (roupa, comida...) e leva pras pessoas do Baixo Centro. Aí elas fazem o grupinho. Todo domingo de manhã, às sete horas, eles estão lá no Centro, levando comida, roupa... E eles arrecadam aqui, pra levar pra lá... Porque aqui não tem esse indício de morador de rua...

João: São só uns gatos pingados...

Juliana: É, uns gatos pingados. Mesmo assim a galera ajuda. Aqui não tem muito, aí no Centro eles levam... Tem o apoio de muita gente.

Paula: É só a doação ou tem alguma atividade?

Juliana: Não, eles levam comida, levam panfleto, falam sobre as Brigadas Populares, as ocupações... Mas a intenção inicial mesmo é levar um pouco...

Paula: Tem comida também?

Juliana: Tem... Eles levam pão, café. A Paulinha e o Pedro que fazem... Você vai gostar de conversar com ela, ela é muito gente boa e muito ativa!

Paula: Então ótimo, gente. Muito obrigada!

João: Valeu!

APÊNDICE D – Cronologia dos Protestos no mês de junho de 2013 em Belo Horizonte

15 de junho de 2013
1º Grande Ato | "Copelada"| Praça da Savassi

17 de junho de 2013
2º Grande Ato | "I Avancê COPAC" | Praça Sete

18 de junho de 2013
1ª Sessão da Assembleia Popular Horizontal | Viaduto Santa Tereza

20 de junho de 2013
3º Grande Ato da Assembleia Popular Horizontal | Praça Sete

22 de junho de 2013
4º Grande Ato da Assembleia Popular Horizontal | Praça Sete

23 de junho de 2013
2ª Sessão da Assembleia Popular Horizontal | Viaduto Santa Tereza

24 de junho de 2013
Criação do Comitê Popular de Arte e Cultura

25 de junho de 2013
3ª Sessão da Assembleia Popular Horizontal | Viaduto Santa Tereza

26 de junho de 2013
5º Grande Ato da Assembleia Popular Horizontal | Praça Sete

27 de junho de 2013
4ª Sessão da Assembleia Popular Horizontal | Viaduto Santa Tereza

29 de junho de 2013
6º Grande Ato da Assembleia Popular Horizontal | Câmara Municipal de Belo Horizonte

29 de junho de 2013

Reunião Extraordinária da Assembleia Popular Horizontal | Câmara Municipal de Belo Horizonte

01 de julho de 2013

5ª Sessão da Assembleia Popular Horizontal | Ocupação da Câmara

02 de julho de 2013

Reunião Extraordinária da Assembleia Popular Horizontal | Câmara Municipal de Belo Horizonte

Articulação de A Ocupação #1: o Corredor Cultural já existe!

ANEXO A - Relatório Comissão de Acompanhamento Zona Cultural Praça da Estação

RELATÓRIO COMISSÃO DE ACOMPANHAMENTO
ZONA CULTURAL PRAÇA DA ESTAÇÃO



JUNHO DE 2014

FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA

PREFEITURA BELO HORIZONTE
www.pbh.gov.br

ÍNDICE

1. Histórico.....02
2. Portaria da instituição da Comissão de Acompanhamento.....06
3. Atas das reuniões públicas.....07
4. Atas das reuniões da Comissão de Acompanhamento.....33
5. Decreto.....62

1. HISTÓRICO

O Programa Zona Cultural Praça da Estação foi instituído pela Fundação Municipal de Cultura no fim de 2012 com o objetivo de potencializar o caráter cultural da região da Praça da Estação, onde já há diversos equipamentos, espaços e movimentos culturais existentes.

A Praça da Estação é uma região de importância histórica, arquitetônica, cultural e simbólica. O objetivo do programa é potencializar a região da Praça da Estação culturalmente, mantendo suas características identitárias. A zona cultural já existe, por meio dos equipamentos e espaços culturais existentes e dos eventos que ocorrem no espaço público. São premissas do programa:
- Fomentar a diversidade;
- Preservar o patrimônio cultural;
- Fomentar atividades culturais, artísticas, de lazer e entretenimento;
- Integrar a comunidade local;
- Fomentar o uso do espaço público.

As ações começaram a ser desenvolvidas, de fato, em janeiro de 2013, motivados também pelo lançamento do PAC Cidades Históricas, lançado pelo governo federal por meio do Instituto Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), que destinaria R$1,6 bilhão à 44 cidades, dentro elas Belo Horizonte, entre 2013 e 2015. O primeiro passo foi a realização do inventário da região, compreendida pela Praça da Estação e entorno, com o objetivo de conhecer as edificações, usos e atividades desenvolvidas. Foram listados todos os imóveis e elaborado um mapa, destacando o caráter cultural e a potencialidade da região. As ações e recursos pretendidos foram listadas em conjunto com a DIPC e o IPHAN-MG, contemplando restauração de edifícios públicos e intervenções em espaços públicos, e apresentados na sede do IPHAN em Brasília.

Além disso, o Conselho Deliberativo do Patrimônio Cultural do Município de Belo Horizonte (CDPCMBH) definiu como contrapartida à um projeto aprovado, a elaboração de projeto de desenho urbano para a região da Praça da Estação. Tal projeto era uma das ações listadas e entregues ao IPHAN e, caso o recurso fosse cedido à Belo Horizonte, a execução do projeto seria realizada dessa forma.

Em fevereiro, o conceito do programa foi apresentado pelo Presidente da Fundação Municipal de Cultura, Leônidas José de Oliveira, ao Conselho Municipal de Cultura (COMUC), numa primeira divulgação do que estava sendo elaborado na Assessoria de Projetos Estratégicos. O COMUC, então, montou uma comissão, presidida pelo Conselheiro Rafael Barros, para entender e participar da elaboração do programa. Após reunião com o então responsável pela Assessoria, Álvaro Sales, ficou definido que a elaboração deveria contar não só com a participação do COMUC, mas também da sociedade civil, objetivando construir um programa coletivo e participativo; ideia compartilhada e defendida pelo presidente da FMC. Dessa forma, foram realizadas duas reuniões públicas, para apresentação do conceito: uma dirigida aos equipamentos e espaços culturais da Praça da Estação e entorno, e outra aberta à sociedade civil em geral. Ambas reuniões foram realizadas em março de 2013, a primeira no Museu de Artes e Ofícios no dia 13 e a segunda na FUNARTE no dia 21, com grande número de participantes.

Após tais reuniões foi eleita uma Comissão de Acompanhamento, composta por representantes, quais sejam: FMC, arquitetos e urbanistas, COMUC, movimentos sociais, equipamentos e espaços culturais, classe artística, moradores do entorno, Câmara Municipal de Belo Horizonte, população em situação de rua, esportes urbanos e mobilidade e acessibilidade. Tal comissão foi oficializada no Diário Oficial do Município em 18 de abril de 2013, por meio da Portaria nº 023 da Fundação Municipal de Cultura.

Dessa forma, as reuniões com a Comissão de Acompanhamento se iniciaram em abril e aconteceram ao longo de 2013, totalizando 13 reuniões, no intuito de discutir mais a fundo o Programa Zona Cultural Praça da Estação, suas potencialidades, limites e marcos legais. Além disso, o programa para o projeto de desenho urbano foi elaborado pela Comissão de Acompanhamento em conjunto com o escritório de arquitetura e urbanismo, contratado pela empresa responsável pelo projeto que gerou contrapartida junto ao CDPCMBH. Tal projeto foi apresentado em maio à sociedade civil em reunião pública no espaço Centoequatro em 28 de maio de 2013 e recebeu críticas e sugestões. No entanto, quando do anúncio pelo IPHAN dos recursos

aprovados para Belo Horizonte por meio do PAC Cidades Históricas, tal projeto não foi contemplado. Foram aprovados os projetos de restauração para a área em questão:

- Elaboração de projeto e obra de restauração e adaptação da "Antiga Hospedaria" para instalação da Escola Livre de Artes/FMC e do MINC;
- Restauração do galpão sede do IPHAN/MG e do salão nobre da Casa do Conde;
- Elaboração de projeto de restauração e adaptação para novo uso de duas casas da RFFSA para o MAO - Museu de Artes e Ofícios.

Uma das demandas dessa comissão, em comum acordo com o Presidente da Fundação Municipal de Cultura, foi a definição do uso cultural da Praça da Estação e região como prioritário, sendo oficializado por meio de projeto de lei ou decreto. Dessa forma, ao longo do segundo semestre de 2013, a Comissão de Acompanhamento discutiu as questões norteadoras, diretrizes e premissas que comporiam o texto que ora se apresenta. Dois pontos importantes a serem destacados são a definição de um conselho para a região e a realização de um plano de gestão com a participação da sociedade civil.

Dentre as ações pleiteadas pela Comissão de Acompanhamento, apresenta-se:

- Implantação de políticas públicas para o atendimento à População de Rua;
- Instalação de iluminação pública onde não há;
- Transferência dos pontos de ônibus da Praça da Estação para a Rua Aarão Reis próximo ao Viaduto da Floresta e Centro de Referência da Juventude;
- Melhoria dos abrigos de ônibus;
- Construção de banheiros públicos;
- Desburocratização de uso do espaço público;
- Reformulação do decreto que regulamenta o uso da Praça da Estação;
- Ampliação do horário de funcionamento do Parque Municipal;
- Definição de Ações Culturais/Edital para o Corredor Cultural;
- Aprovação do projeto de lei que garantirá o uso cultural;
- Realização de Plano Diretor Participativo;
- Instalação da Escola Livre de Artes no prédio da Antiga Hospedaria;
- Instalação da quadra de esportes no baixio do Viaduto da Floresta;
- Instalação de ciclovia e bicicletário;

- Viabilização do Parque Urbano definido no projeto;
- Ações de melhoria da Rua Sapucaí, a saber: alargamento das calçadas, embutimento da rede elétrica e diminuição da velocidade do tráfego;
- Definição de ocupação ou uso para prédio/terreno onde havia a Igreja Evangélica, próximo a o Viaduto da Floresta;
- Alargamento das calçadas da Rua Aarão Reis e inclusão de piso para a prática do skate;
- Destinação do estacionamento da Rua Aarão Reis para mercado de uso popular;
- Destinação do estacionamento do Museu de Artes e Ofícios para o Arena da Cultura;
- Instalação de praça infantil na Rua Sapucaí.

No entanto, na última reunião de 2013, a Comissão de Acompanhamento decidiu terminar seus trabalhos e apresentar o resultado das discussões. A justificativa da maioria dos membros que se decidiu por tal tal reside no fato de que a Fundação Municipal de Cultura e Prefeitura de Belo Horizonte devem procurar os meios para realizar as ações pleiteadas, não cabendo à sociedade civil tal função. Assim, em reunião realizada no dia 06 de maio de 2014 no Gabinete da Fundação Municipal de Cultura ficou acordado entre os presentes que o relatório das atividades da Comissão de Acompanhamento – que ora se apresenta – seria entregue ao presidente da FMC e os trabalhos da comissão serão encerrados.

2. PORTARIA DA INSTITUIÇÃO DA COMISSÃO DE ACOMPANHAMENTO

PREFEITURA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE DOM Diário Oficial do Município

Quinta-feira, 18 de Abril de 2013 Ano:XIX - Edição N.: 4293

Poder Executivo

Gabinete do Prefeito - Fundação Municipal de Cultura

PORTARIA FMC Nº 023 DE 15 DE ABRIL DE 2013

Designa os membros da Comissão de Acompanhamento do Programa Corredor Cultural Estação das Artes.

O Presidente da Fundação Municipal de Cultura, no uso de suas atribuições legais e em observância à reunião pública no dia 21 de março de 2013, onde essa Comissão foi eleita pelos presentes,

RESOLVE:

Art. 1º - Designar para compor a Comissão de Acompanhamento do Programa Corredor Cultural Estação das Artes:

- Representante da Fundação Municipal de Cultura: Álvaro Américo Moreira Sales
- Representante do Conselho Municipal de Cultura: Rafael Barros Gomes
- Representante dos equipamentos e espaços culturais: Gustavo Baptista Bones Teixeira
- Representante dos movimentos sociais: Thiago Antônio Costa de Almeida
- Representante da classe artística: Henrique Alexandre de Sena
- Representante dos comerciantes: Antônio Eustáquio Pereira dos Santos
- Representante dos moradores do entorno: Andréia Costa
- Representante dos arquitetos e urbanistas: Flavio de Lemos Carsalade
- Representante dos esportes urbanos: João Francisco Emmermacher Seixas
- Representante da população em situação de rua: Jadir de Assis
- Representante da mobilidade e acessibilidade: João Paulo Alves Fonseca

Art. 2º - A Comissão será presidida por Álvaro Américo Moreira Sales, matrícula 000.233-3, da Fundação Municipal de Cultura.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Belo Horizonte, 15 de abril de 2013

Leônidas José de Oliveira

Presidente

3. ATAS DAS REUNIÕES PÚBLICAS

REUNIÃO PARA A APRESENTAÇÃO DA ZONA CULTURAL PRAÇA DA ESTAÇÃO

DATA: 13 de março de 2013
HORÁRIO: 14 horas
LOCAL: Museu de Artes e Ofícios

DISCUSSÕES E CONCLUSÕES

A reunião foi aberta pelo sr. Leônidas José de Oliveira, Presidente da Fundação Municipal de Cultura - FMC, que discorreu sucintamente sobre os três programas de tratamento especial que são desenvolvidos e administrados pela FMC hoje. O Projeto Pampulha Patrimônio Cultural da Humanidade, tem se desenvolvido no sentido requalificar a região do entorno da lagoa da Pampulha. Este projeto recebe hoje aproximadamente R$150.000.000,00 (cento e cinquenta milhões de reais) em investimentos, que têm se dividido entre ações de restauro dos bens tombados do conjunto arquitetônico projetado por Niemeyer, e ações de requalificação da lagoa e das ruas no seu entorno. Seu objetivo é viabilizar a candidatura da Pampulha ao título de Patrimônio Cultural da Humanidade.

Este projeto conta com a parceria do IPHAN e é coordenado pela diretora de Políticas Museológicas, Luciana Féres, que também é arquiteta/urbanista do IAB, especializada em patrimônio.

O segundo grande programa de tratamento espacial em andamento é a restauração dos bens tombados geridos pela FMC. Dentro deste programa tem se desenvolvido ações de preservação de imóveis de grande importância cultural para a cidade como, por exemplo, a casa que abriga o CRAV - Centro de Referência Audiovisual.

O terceiro programa é a proposta de requalificação urbana e criação de um Corredor Cultural na Praça da Estação. Foi deixado claro que este é um projeto que ainda está em construção. A ideia de instalar um Corredor Cultural na região é antiga, há aproximadamente 20 anos que se fala deste assunto na cidade. O sr. presidente considera a região uma reserva estratégica no centro da cidade e acredita que o projeto que irá se desenvolver na região deve pensar em um uso múltiplo, pois espaços de uso exclusivo não dão certo no contexto em que este projeto se desenvolve. A Praça da Estação é pulsante e já existem muitos movimentos que usam a área como espaço de manifestação.

Segundo a ideia inicial apresentada pelo presidente da FMC, o corredor cultural começaria na Casa do Conde de Santa Marinha indo até a região do Parque Municipal. Este espaço abrigaria diversos equipamentos culturais, como o Centro de Referência da Juventude e outros. Foi feito

um levantamento das edificações existentes na região, buscando encontrar locais disponíveis para abrigar os equipamentos culturais e constatou-se que há áreas hoje que estão subutilizadas e podem ser ocupadas pelo projeto.

Foi apresentado um mapa com o diagnóstico de cada imóvel mapeado. Apresentou-se a ideia inicial de fazer um alargamento das calçadas da Rua Sapucaí e melhorar sua iluminação para que ela se torne um mirante.

O sr. Leônidas explicou que o projeto de Lei que irá instituir o Corredor Cultural ainda não foi feito e que é necessário haver celeridade neste processo, pois, há a previsão de uma operação urbana para ocorrer na região. A intenção é instituir o corredor antes que a operação urbana ocorra, pois assim, havendo a previsão de recursos para esta operação, seria possível assegurar parte deles para a Praça.

Foi explicado também, que o COMUC – Conselho Municipal de Cultura indicou que os projetos deveriam ficar prontos até julho para que a FMC possa assegurar recursos no PPAG – Plano Plurianual de Ação Governamental.

O sr. Rafael Barros, representante do COMUC, após se apresentar formalmente, informou que o Conselho pediu que a discussão sobre a Praça fosse feita de forma aberta, pois esta praça já é um local de disputa e a cidade deve ajudar na orientação de seu espaço. Ele informou que a participação se dará em dois momentos: primeiramente no encontro do dia 13/03/2013 quando os espaços, grupos e movimentos culturais que ocupam a Praça são chamados a contribuir com o projeto e, depois, em um segundo momento, no dia 21/03/2013 quando haverá uma audiência pública para discutir o projeto e colher propostas.

Depois deste momento abriu-se espaço para perguntas e apresentação de sugestões.

O sr. Rafael Barros, representante do COMUC, questionou sobre o montante dos recursos destinados à região para a execução do projeto do Corredor Cultural. Qual seria o prazo disponível para a elaboração do projeto e a metodologia de construção do mesmo?

O sr. Leônidas informou que a elaboração do projeto arquitetônico básico será financiada via contrapartida. O arquiteto responsável será o sr. André Buarque. A contratação da empresa que irá fazer o projeto executivo e realizar as obras ocorrerá via RDC – Regime Diferenciado de Contratação, por se tratar de um investimento que precisa estar pronto a tempo da Copa do Mundo.

O prazo para a apresentação do projeto básico é maio deste ano. Após a entrega deste projeto, a SUDECAP irá realizar a licitação, dentro do sistema de RDC, que escolherá a empresa responsável pelas demais etapas de execução. A previsão é de um investimento de R$17.000.000,00 (dezessete milhões de reais) para a execução de todos os serviços previstos.

O sr. Flávio Carsalade, membro do IAB, professor da UFMG e membro do CDPCM/BH apresentou duas sugestões: primeiramente sugeriu que a área do Corredor fosse expandida até o viaduto da Rua Varginha, abrangendo também uma área posterior ao proposto

originalmente, que é importante e que deveria ter seu uso associado à cultura. A segunda proposta apresentada toma como referência a diferença entre o Circuito Cultural Praça da Liberdade e a Praça da Estação, sendo esta última de essência muito mais livre artisticamente. Dentro desta perspectiva, ele sugere que o projeto trate o Corredor como um espaço único, sem lotear os espaços, sugerindo ações que pensem este espaço e seus quarteirões de modo integrado.

O sr. Leônidas e os demais presentes concordaram com as propostas apresentadas. Também foi informado da intenção de se criar um Plano Diretor para a região que possa regulamentar os usos do local, após a instituição do Corredor Cultural.

A sra. Aparecida Reis, representante do MinC – Ministério da Cultura, informou que o Ministério já tem a proposta de ocupar um prédio na Praça há dois anos. Eles entendem que a presença da representação regional do MinC no prédio da antiga Hospedaria, soma na importância do Corredor e possibilita que ele esteja próximo da cultura. Ela informou que juntamente com o MinC, haverá uma representação da Fundação Palmares e uma representação da Biblioteca Nacional.

O sr. Leônidas disse que próximo ao prédio da Hospedaria, que será ocupado pelo MinC, nas docas, será instalada a Escola Livre de Artes e informou que Ministra Marta Suplicy, em visita ressente à cidade, informou que deseja instalar na região uma filial do projeto Céu das Artes.

A sra. Carem Abreu, representante da Associação Cultural eu sou Angoleiro, solicitou que seja destinado um espaço para sua Associação no Corredor Cultural. Também pediu que fossem incluídos, pelo menos, dois espaços de banheiros públicos na região.

Por fim, ela perguntou se há previsão de recursos para restaurar os prédios particulares que irão compor o corredor.

O sr. Leônidas considerou de grande importância a observação sobre os banheiros e respondeu que os recursos disponíveis agora são destinados aos prédios públicos. Posteriormente será lançado um PAC com recursos destinados aos bens particulares.

O sr. Álvaro Sales informou que o PAC 1 é somente para bens públicos, mas que no ano que vem, há indícios de que será liberado um PAC 2 em que os proprietários do prédios particulares com tombamento federal poderiam assegurar recursos para restaurá-los.

O sr. Gustavo Bones, representante do Espanca!, lembrou que o Corredor Cultural já existe, já é real. Resta, agora, torna-lo mais possível. Ele observou que, o que faz o corredor existir são as pessoas que fomentam cultura; os agentes culturais, que já atuam na região e promovem a cultura, a população de rua e a população da cidade que frequenta a região. Ele recomenda que o projeto não exclua as pessoas que já estão lá.

Sua proposta é de mudar o ponto de partida, pensando não os espaços, mas na ação cultural. Ele propõe a criação de um Centro de Referência da População de Rua e que seja feita uma

ampla discussão sobre a política de ocupação da praça. Quando a Praça abre e quando ela fecha? Quem pode usar/ocupar os espaços?

O sr. Rafael Barros, representante do COMUC, lembrou que existe um Decreto que restringe o uso da Praça e que ele deveria ser revisto.

O sr. Leônidas concordou que este Decreto precisa ser revisto e ficou de discutir esta questão na PBH.

O sr. Gustavo Bones, representante do Espanca!, retomou a palavra e afirmou que o projeto deve pensar no público alvo e não no espaço alvo. Ele ressaltou que cada espaço apresentado já é fruto de muita discussão e que é preciso aprofundar o debate sobre as ações em cada um. Os projetos para cada prédio precisam ser apresentados para a cidade.

A sra. Rosilene Guedes, presidente do IAB/MG, sugeriu que se faça um concurso para o Plano Diretor da região e colocou o IAB à disposição para ajudar no processo, orientando o trabalho a ser feito. Ela ressaltou que é preciso pensar em desenvolvimento social, meio ambiente e cultura conjuntamente.

A sra. Madu Santos, representante da Associação Cultural Odum Orixás, ressaltou a dificuldade que as entidades que trabalham com música e dança afro tem em conseguir espaços adequados para seus ensaios. Ela pediu atenção à questão da acústica dentro do projeto arquitetônico e espaços adequados para que estas associações que trabalham com música e dança possam ensaiar e se apresentar.

O sr. Marcos Martins, representante do Centro Cultural UFMG, sugere que seja feito um projeto de iluminação que contemple a Rua Guaicurus, a Rua Caetés, as imediações da Praça da Estação e os equipamentos culturais, por causa da questão da segurança.

O sr. Gelson Leite, representante o Centro de Referência da Juventude, ressalta a importância da melhoria da iluminação como questão de segurança para os frequentadores da Praça.

A sra. Mirian Lott, representante da FUNARTE, ressalta que a FUNARTE trabalha com editais de ocupação nas áreas de arte e música e, sempre tem muitas reclamações sobre a segurança e a iluminação na área do Corredor. Ela pediu que o Iphan e a Funarte, localizados na Rua Januária, também sejam contemplados com a sinalização histórica que deverá ser implantada nos equipamentos culturais e prédios históricos da cidade.

O sr. Leônidas concordou em colocar a Rua Januária no projeto de revitalização.

O sr. Rhondinelli Duque, representante da Serraria Souza Pinto, lembrou que identificar e nomear cada edifício ajuda no processo de apropriação do local, tendo em vista que as pessoas vão conhecer melhor a região.

A sra. Alice de Mello, representante do Centro Cultural UFMG, disse que eles já recebem muito visitantes, principalmente de escolas da região metropolitana e de todo o estado, para conhecer o Circuito Cultural Praça da Estação. O trabalho realizado no Centro

Cultural hoje inclui a visita à Praça e a alguns equipamentos culturais do local. Ela sugere que para fomentar o turismo e a valorização da região seria interessante incluir a Associação de Turismo nas reuniões como convidada.

O sr. Yuri Mello, representante do APC-BH, lembrou da dificuldade de circulação de pedestres na região, principalmente no Viaduto Santa Tereza. Ele pediu que seja dada atenção especial a esta questão no projeto para que as pessoas possam circular a pé na região.

O sr. Pedro Virgílio, grafiteiro e representante da Real da Rua, reclama que a reforma vai mudar a região que já é apropriado por muitas pessoas que fazem cultura e é necessário chamar quem já trabalha lá para o diálogo.

O sr. Antônio Eustáquio, representante do Ed. Central Condomínio de Lojas, fala que toda vez que ocorre algum evento de grande porte na região tudo é cercado em nome da segurança e que isso não é necessário. Ele argumenta que os tapumes impedem os comerciantes do prédio de participar e de trabalhar durante os eventos.

Ele concorda que é preciso sim incluir a população de rua e os outros atores que ocupam o local, mas que a Praça é de todos. Se queixa, principalmente, da coação que os moradores de rua causam a quem passa pela Rua Aarão Reis. Ele pede atenção à população de rua local e pede que sejam criadas condições dignas para eles.

O sr. Jadir de Assis, representante da Pastoral de Rua, acredita que devem ser pensadas ações que integrem a população de rua. Ele observa a importância de que haja a construção de um Centro de Referência da População de Rua na região para atender aos que precisam.

A sra. Joanna Ladeira, representante da ONG Pacto, lembrou que a saída do Projeto Miguilim da região, e a entrada do Centro de Referência da Juventude em seu lugar, gerou problemas para aqueles que frequentavam a instituição. Ela ressalta que é preciso pensar nas questões da territorialidade daquelas pessoas que já ocupam o local, e que as mudanças tem que ser feitas sem atropelo. Ela ressalta a importância de instalar banheiros no local.

O sr. Leonardo Cezário, representante do Duelo de MCs, lembrou que existe muita burocracia para regularizar a situação dos produtores culturais informais que promovem ações no espaço. Isso dificulta a ocupação do espaço por aqueles que vão estar lá. Foi sugerido que a política pública de ocupação do espaço seja facilitada após a revitalização da Praça e que haja infraestrutura para o produtor cultural local com banheiros, segurança, limpeza etc. Lembra que o tratamento acústico na região é importante para garantir que os eventos não incomodem os vizinhos e a segurança é um foco que precisa de atenção urgentemente.

Ele questionou o que será feito com os pontos de ônibus que hoje ocupam a Rua Aarão Reis. Ela vai ficar fechada para o trafego de carros e ficar só com a ocupação cultural? Para não excluir as pessoas que já fazem o grafite na região ele sugere pensar em uma

solução parecida com o MUSAS – Museu de Street Art de Salvador que integra a arte de rua, ou arte urbana, com a comunidade em que está inserido.

O sr. Rafael Barros, representante do COMUC, encerrou a reunião lembrando que é preciso acessar todas as áreas da PBH e do governo que tem ações para a região, agindo em conjunto para que o projeto esteja pronto até maio.

FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA - FMC

Reunião Pública – Zona Cultural Estação das Artes
Data: 21 de março de 2013
Horário: 19 horas
Local: auditório Funarte

A abertura da reunião foi realizada pelo presidente da FMC, Leônidas de Oliveira. O presidente fez esclarecimento sobre o andamento da elaboração deste projeto e informou que no dia 13 de março havia sido realizada já uma reunião com os representantes de equipamentos culturais da área e várias propostas haviam sido discutidas e seriam consideradas pelo escritório contratado para elaborar o projeto básico. Disse que estas ideias irão ser debatidas e este é um espaço para este debate. Sobre as demandas da última reunião, relativa aos banheiros, esta foi comunicada à Belotur. Apresentou a equipe que iria conduzir a reunião e informou que um dos objetivos desta reunião é a constituição de uma comissão para acompanhamento do projeto. Em seguida, agradeceu a presença do vice-prefeito, Délio Malheiros, a quem passou a palavra. O vice-prefeito Délio Malheiros cumprimentou os presentes, disse que tem, no cargo que exerce, tem a obrigação de fazer tudo para ajudar no processo que está em elaboração e discussão. Disse que quer ser um parceiro da Cultura e contribuir com a política de Cultura. Informou que esteve com a ministra da Cultura, Marta Suplicy e com outros organismos a fim de captar recursos e solucionar questões relativas aos prédios que estão na área do projeto. Também ressaltou, que a partir de sua experiência como vereador e deputado, considera importante também que a Cultura tenha mudanças na parte legislativa. Afirmou gostar de desafios e que considera este projeto mais um desafio dentre os vários que se dispões a buscar dentre suas atribuições como vice-prefeito. Informou que já foi ao Duelo de MCs e que esta é uma manifestação importante para a cidade. Em seguida, o presidente da FMC falou sobre o projeto do Viaduto Santa Teresa. Disse que este projeto já foi apresentado a grupos dos movimentos da juventude e que deve ser pensando em conjunto e articulado ao projeto do Corredor Cultural. Passou a palavra ao Diretor de Patrimônio Cultural da FMC, Carlos Henrique Bicalho que iniciou a apresentação afirmando que o projeto do Viaduto é um projeto mais antigo, que contou com a participação de skatistas e depois dos MCs. Havia sido enviado para o PAC1 e que considera louvável a participação e a contribuição destes grupos para a formulação do projeto. Carlos Henrique disse que, no entendimento dele, o Corredor Cultural já existe e que ainda que seja importante uma lei que o institua, a ideia central é fazer intervenções em alguns pontos, em lugares que não têm público, inserir circuitos de bicicletas e skates para que haja melhoria urbana que fomente a ocupação e a permanência das pessoas, que estas possam usufruir de equipamentos já existentes no local e que outros sejam criados. Há, segundo Carlos Henrique, a pretensão de se criar uma comissão com

diferentes representantes, como apontou Leônidas, pois o tônico do projeto é a diversidade. Ele disse que não se pretende elitizar e sim considerar a vocação popular do lugar. O conselheiro Rafael Barros pediu para Carlos Henrique explicar aos presentes o processo de contratação do escritório que elaborará o projeto básico. Segundo Carlos Henrique, este projeto foi definido através do mecanismo de contrapartida da política de Patrimônio. Ele disse que através desta contrapartida, foi feita a contratação do arquiteto André Buarque para elaborar o projeto. Em seguida, Rafael Barros pediu a palavra para esclarecer aos presentes a metodologia proposta para a reunião, tendo em vista a interferência dos presentes com perguntas e questionamentos. Rafael Barros disse que a metodologia terá, primeiro, a apresentação institucional, seguia pela apresentação da metodologia de acompanhamento e depois pela abertura para a fala e considerações dos presentes para que sejam feitos acertos relativos à metodologia de acompanhamento do projeto. Em seguida, foi apresentado aos presentes o arquiteto André Buarque a quem foi concedida a palavra. O arquiteto André Buarque disse que sente o espaço como os demais presentes o sentem, usa o espaço e participa de eventos no lugar. Disse que quer que haja participação e não exclusão e que seja considerado no projeto a vocação do lugar, a fim de dotá-lo de infraestrutura, sustentabilidade para que se promova a agregação de mais pessoas. Segundo André Buarque, o projeto ainda é um embrião e o principal para ele é a participação. Ele disse que quer ouvir dos presentes o que estes esperam do projeto, quer considerar o usuário do lugar e disse que sua equipe, que está presente nesta reunião, está atenta às palavras de todos. Em seguida, o diretor de Patrimônio da FMC, Carlos Henrique Bicalho apresentou mais informações sobre o projeto do Viaduto. O presidente Leônidas pediu a palavra e disse que o PAC3 contempla parte dos recursos, mas que é necessário pedir mais recursos ao MinC. Ele sugeriu que os presentes peçam, através de cartas ao MinC, mais recursos e que os presentes ajudem, através de suas manifestações a validar o projeto. Ele esclareceu aos presentes que há a sinalização de que os recursos sejam enviados em maio de 2013, também explicou que estes recursos são do PAC Cidades Históricas e não são recursos da Copa do Mundo. O diretor Carlos Henrique continuou a apresentação dos slides, apontando as ações planejadas para a área. Disse que o Conselho Municipal de Cultura constitui um grupo de acompanhamento do projeto, liderado por Rafael de Barros. Também afirmou que em 13 de março de 2013, foi realizada reunião com gestores dos equipamentos culturais da área e que foram levantadas considerações, sugestões e expectativas relativas ao projeto. Em seguida, Carlos Henrique mostrou um mapa com os equipamentos culturais já levantados na área. Um presente da plateia pediu ao diretor que ao invés de ler os slides, houvesse uma apresentação com fala mais embasada e dinâmica em função do tempo. O presidente Leônidas de Oliveira, pediu a palavra e disse que o mapa é um diagnóstico iniciado e que deverá ser complementado a partir do debate instaurado nesta reunião. O presidente Leônidas de Oliveira falou sobre as ideias já levantadas na reunião do

dia 13 de março, relativas à rua Aarão Reis. Disse também que há recursos para o projeto e pediu para o Álvaro Américo discriminasse os valores relativos às várias etapas. O presidente Leônidas de Oliveira disse que o importante nestas reuniões é definir as prioridades. Ele disse que são necessários subsídios por parte da sociedade para definir estas prioridades. Em seguida, o TNS Patrimônio Cultural da FMC, Álvaro Américo pediu a palavra para falar dos valores previstos para cada uma das ações do projeto. O presidente Leônidas disse que a sinalização turística da área vai considerar a interpretação histórica, como em outros projetos de sinalização já concebidos para a região da Pampulha e para a Praça da Liberdade e que é através do debate é que se vai ser decidido o formato para o Corredor Cultural da Praça da Estação. Apontou também a preocupação do projeto em relação ao Hotel Itatiaia, mas afirmou que o tombamento do prédio ainda não foi possível. Disse que a Serraria Sousa Pinto também está incluída no projeto, o que demanda também uma articulação com outros órgãos públicos. Em seguida, voltou-se para o mapa e perguntou aos presentes o que mais é necessário incluir no projeto, como equipamentos e espaços. Leônidas continuou informando que ontem, dia 20 de março, durante a reunião do Conselho Deliberativo do Patrimônio Cultural de Belo Horizonte houve uma petição, feita pelo vereador Arnaldo Godoy para a apreciação do projeto do viaduto e não votação dele pelos conselheiros. Neste momento, o vice-prefeito se retirou argumentando que tinha outro compromisso. O conselheiro Rafael Barros pediu para dar encaminhamento à reunião e ressaltou a importância do diálogo entre os presentes. Apresentou a proposta de metodologia e afirmou que estava ali como representante do Conselho, da sociedade civil. Rafael Barros pediu para que os demais conselheiros municipais de cultura presentes no auditório se levantassem para que os presentes pudessem conhecê-los. Os conselheiros se levantaram e Rafael de Barros os apresentou para os presentes: José Valter Dias, Caroline Craveiro, Luciana Feres, Júlio Jader, Sônia Augusto, Aníbal Macedo, Marcelli Triginelli. Rafael Barros afirmou que o Conselho Municipal de Cultura foi uma conquista da cidade. Em seguida, ele falou da realização da reunião no dia 13 de março com os gestores de equipamentos culturais da área do corredor cultural e que na ocasião muitas propostas foram registradas. Alguns presentes na plateia, que não se identificaram, se manifestaram dizendo que algumas destas propostas não haviam sido apresentadas nos slides lidos pelo diretor Carlos Henrique. O presidente Leônidas de Oliveira pediu a palavra e disse que a proposta da rua Sapucaí, que tinha sido dele, havia sido retirada e não estava no slide. O conselheiro Rafael Barros pediu aos presentes que buscassem respeitar a dinâmica acordada para a reunião para que esta fosse mais centrada. Em seguida, o conselheiro Rafael Barros pontuou a necessidade de transparência em relação aos projetos do Centro de Referência da Juventude e do Viaduto Santa Teresa. Foi informado que o conselheiro municipal de Cultura da Secretaria Municipal de Governo Gelson Antônio Leite foi convidado para falar sobre o projeto do Centro de Referência da Juventude, pois este projeto está alocado nesta secretaria

e não na FMC. Em seguida, Rafael de Barros reforçou a demanda da sociedade por esclarecimentos acerca destes projetos. Rafael de Barros continuou com a palavra, pontuando as seguintes questões: primeira, necessidade do projeto partir do pressuposto de que a Cidade possui diferentes formas de vida e se consolida em diferentes instâncias do viver; segunda, o projeto deve considerar a necessidade de construir espaço de empoderamento e terceira, que todos possam acompanhar a execução do projeto. Ele afirmou que é preciso pactuar estes três pontos. Em seguida, Rafael Barros apresentou a proposta de metodologia para composição de uma comissão de acompanhamento do projeto. Na proposta, a comissão é constituída por representantes de, pelo menos, 5 áreas (equipamentos culturais, moradores de rua, movimentos culturais, comerciantes, técnicos arquitetura/urbanismo) e complementou dizendo que é necessário incorporar uma sexta área relativa aos moradores da região, ampliando para 6 representantes. Segundo Rafael Barros, a ideia é formar uma comissão que vai se reunir com o escritório contratado para formular o projeto básico, levando as propostas de seus setores e grupos. Caberá ao escritório e à comissão construir formas de participação para ouvir as demandas dos diversos grupos e setores. Segundo Rafael Barros, está previsto para o final de abril e início de maio, outro encontro para discutir o que foi desenhado a partir das propostas e uma reunião para apresentar o pré-projeto para depois se consolidar o projeto. Ele disse que a FMC está trabalhando com um prazo até o final de maio para receber o recurso do PAC. Neste prazo, deve-se elaborar um projeto básico. Depois disso, haverá uma licitação para a continuidade do projeto e sua execução. Rafael Barros também disse que haverá uma comissão de conselheiros municipais de Cultura e técnicos da FMC acompanhamento o processo. Em seguida, abriu-se para a fala dos presentes. O vereador Arnaldo Godoy deu informe relativo ao envio à Procuradoria Geral do Município para ação para retirar a igreja da área do Corredor Cultural, pois estaria irregular. Em seguida, a arquiteta da Escola de Arquitetura da UFMG, Natacha Rena disse que está investigando políticas urbanas junto ao Real da Rua e acompanha o Duelo de MCs. Fez uma pergunta para a PBH relativa à operação urbana consorciada sobre o Vale do Arrudas. Segundo ela, não há divulgação de informações sob projeto por parte da PBH, mas ela disse que sabe que este projeto existe e que envolve bilhões de reais. Em seguida, o artista e escritor José Carlos Aragão, disse que na proposta de Comissão de Acompanhamento falta uma representação de artistas, produtores e agentes culturais que atualmente não ocupam o espaço, até porque o projeto prevê a ocupação deste corredor por outros equipamentos e ações culturais. Em seguida, a representante da associação Eu Sou Angoleiro, Karem Abreu, disse que a associação ocupa uma sala na rua da Bahia e que gostaria que a associação fosse incluída no mapa dos equipamentos e espaços culturais presentes na área do Corredor Cultural. Também disse da necessidade de se levantar outras manifestações culturais que ocorrem no local. Karem Abreu pediu que na proposta da comissão de acompanhamento houvesse a distinção das instituições e equipamentos culturais

em privados, públicos e sem fins lucrativos. Em seguida, o representante do Duelo de MCs, Tiago Monge, disse que a Família de Rua foi consultada durante elaboração do projeto do viaduto e considera muito importante a incorporação de uma área “skatável” no projeto. Disse que os slides apresentados não são nada diante do projeto, deixam de apresentar detalhes importantes. Tiago Monge disse que se preocupa com os arcos do Viaduto, ainda que haja controvérsias relativas à proposta de cobrir com material que evita o grafite, pichação. Ele sugeriu que o projeto do viaduto Santa Teresa fosse apresentado em sua totalidade, para apresentar a sua complexidade. Em seguida, a estudante de Arquitetura Ricelia disse que quer ver o que vai acontecer. Ela disse que é usuária da área e é contra o revestimento dos arcos do Viaduto. Ela disse que o pixo é apropriação da cidade e que não quer também se esquecer da questão da mobilidade. Ela disse que o projeto deve incluir ciclovias e promover o acesso aos ciclistas. Sugeriu também que o projeto não se esqueça dos moradores de rua, que não os exclua. Ela disse que o projeto pode ter áreas onde os moradores de rua façam oficinas. Em seguida, o arquiteto e professor da UFMG, Roberto Andreas disse que o prazo para se conceber o projeto desta amplitude e com muitas implicações é pequeno. Disse que o projeto pode, dependendo do formato, matar a diversidade do centro. Roberto Andreas disse que falta apresentar propostas mais claras sobre a rua Aarão Reis. Ele sugeriu que os pontos de ônibus da rua Aarão Reis não fossem retirados. Roberto Andreas também perguntou quais são os espaços que serão requalificados. Roberto Andreas disse que o projeto deve considerar que os monumentos são as pessoas, que a iluminação deve iluminar as pessoas, promovendo a conexão entre os equipamentos, entre os espaços. Também sugere que o projeto preveja o plantio de mais árvores. Roberto Andreas ressaltou que o prazo é muito pequeno e que também é importante envolver a BHTrans para se levantar as implicações para o trânsito da área. Sem seguida, o ator do Grupo Espanca, Gustavo Bones, disse que está ressabiado e que precisa refazer a relação com a FMC, pois segundo ele, na última reunião o nome do projeto era outro e agora foi apresentado outro nome. Gustavo Bonés disse que o projeto deve ser discutido em suas dimensões reais. Disse que é necessário saber os detalhes do projeto do Viaduto e também sobre o encaminhamento relativo à demolição da igreja. Também pediu informações sobre a rua Sapucaí e sobre o Centro de Referência da Juventude. Segundo Gustavo Bones, houve um pedido da apresentação destes projetos (do Viaduto e do Centro de Referência da Juventude) pelo grupo que se reuniu no dia 13 de março. A PBH, segundo ele, precisa se preparar mais para estas situações. Gustavo disse que é necessário ampliar o projeto conceitualmente no âmbito das artes, das ações culturais. Ele disse que é necessário gastar o recurso com ação cultural. Também apontou a necessidade de discutir o decreto do uso da Praça da Estação e pediu a construção de banheiros públicos, em prédios reformados, abertos vinte e quatro horas. Gustavo Bones também sugeriu a implantação de uma galeria a céu aberto para arte de rua. Em seguida, a representante do setor audiovisual, que já realizou

o festival Imagens dos Povos, Tâmara Braga fez uma crítica a projetos urbanos que desconsideram os espelhos d´água e rios, como Rio Arrudas. Sugeriu que outros projetos mais antigos para a área sejam consultados. Tâmara também disse que gostaria que a comissão de acompanhamento tivesse representação dos setores artísticos. Em seguida, Sara, da associação Curta Minas, disse que é preciso ter representantes que tenham conectividade com os setores artísticos e com entidades. Perguntou se haverá área no Corredor Cultural voltada para a dança e para outras linguagens artísticas. Em seguida, Vitor, produtor cultural, disse que a apresentação foi uma brincadeira, não foi detalhada. Vitor disse que quer uma resposta clara sobre o Centro de Referência da Juventude e sobre um outro prédio ao lado do Cabaré Gastronômico Nelson Bordello. Vitor também disse que o projeto deve considerar a especulação imobiliária que pode causar com impacto para os atuais comerciantes locais. Em seguida, João Flor de Maio, que se denominou usuário da área, disse que está impressionado com o apagamento da memória (do rio, da igreja evangélica) e disse que o projeto não pode buscar um gueto cultural. Questionou a diversidade e disse que desta forma, o projeto pode ser um dissenso. João Flor de Maio também falou que é necessário considerar a questão da microacessibilidade e perguntou por que um projeto como este não foi realizado a partir de um concurso e sim por uma licitação. João Flor de Maio sugeriu que o projeto executivo fosse feito através de um concurso. Em seguida, a jornalista Júlia disse que faria uma pergunta, disse que a efervescência cultural da cidade acontece independente da PBH e da FMC e que estes não são parceiros. Júlia disse que o título do slide “ações planejadas” deveria ser “idéias” e perguntou se o projeto já está pronto e se os presentes foram chamados para legitimá-lo. Em seguida, o skatista Leonardo sugeriu uma cadeira na comissão de acompanhamento para discutir a estrutura arquitetônica para espaços skatáveis. Ele disse que os skatistas não querem pista de skate, querem estruturas arquitetônicas onde possam skatar. Em seguida, o jornalista Israel, que possui o site Política Gutural disse que está festejando a chance de estar nesta reunião e que já um descompasso entre os anseios da gestão e os da sociedade. Disse que o prazo para formular o projeto é curto e deu a sugestão de haver a disponbilização de todo conteúdo discutido na internet, em forma de consulta pública, com orçamento, destinação. Israel disse que é importante ter outras ideias para o projeto. Israel também disse que é importante rever o que chamou de equívoco e trambolho, o Centro de Referência da Juventude. Também sugeriu que o Conselho Municipal de Cultura criasse uma instância de interlocução com a sociedade. Em seguida, J.R, bibliotecário perguntou se o projeto apresentará uma ação de leitura, para atender a este setor. Sugeriu um carro biblioteca que pode circular pelo espaço ou mesmo um espaço fixo em algum prédio. J.R. sugeriu ações voltadas para a leitura, como contação de história, e também em outras áreas como cinema aberto, teatro. Em seguida, Croif que se denominou MC e pichador, disse que há arbitrariedade na condução do projeto e disse que existem muitos pichadores na área que mesmo havendo a

revitalização e reforma do viaduto, eles vão pichar do mesmo jeito. Em seguida, o morador do Centro, Fidélis falou que o projeto está numa área de muito conflito e que a proposta está muito distante da realidade. Falou que existem conflitos entre o Museu de Artes e Ofício e a ocupação da Praça da Estação, citando que Ângela Gutierrez pediu ao prefeito Márcio Lacerda para não permitir grandes eventos na praça; conflitos entre o movimento de resistência Duelo de MCs e a Serraria Souza Pinto. Fidelis sugeriu que o viaduto fosse preparado para receber grafitti periodicamente. Em relação aos banheiros públicos, Fidelis disse que são muito necessários. Fidelis disse que a PBH não pode expulsar os moradores de rua e deve pensar em lugares para eles tomarem banho, conversar. Perguntou se há propostas para o prédio onde funciona um estacionamento e disse que é preciso rever o decreto da Praça da Estação. Em seguida, o presidente Leônidas disse que está aberto a todas as sugestões e que não pretende brigar e sim debater as questões. Disse que conhece a realidade do lugar e sabe dos conflitos e complexidade ali existentes. Em seguida, o presidente Leônidas disse que será encaminhado à Secretaria de Governo pedido de esclarecimentos sobre o projeto do Centro de Referência da Juventude e à Política Urbana pedido de esclarecimento sobre o projeto de Operação Urbana Consorciada do Vale do Arrudas. O presidente disse que houve avanço na negociação com o MinC para o PAC das Cidades Históricas e que o projeto vai buscar contemplar a diversidade e a vocação do lugar. Em seguida, seguiu-se com o processo de indicação para a comissão de acompanhamento do projeto. A primeira questão a ser deliberada foi a inclusão de representantes dos moradores da área na comissão, o que foi referendado por todos os presentes. Em seguida, a maioria foi a favor de haver 1 (um) representante dos espaços culturais, sem que houvesse a discriminação em públicos, privados e sem fins lucrativos, como havia sido proposto. Em seguida, a maioria aprovou a inclusão de 1 (um) representante dos esportes urbanos e não um representante específico do skate, como havia sido proposto. Em seguida, a maioria aprovou a inclusão de 1 (um) representante para a questão da mobilidade urbana e acessibilidade, ficando assim a composição da Comissão de Acompanhamento do projeto: 1. Representante dos Equipamentos e Espaços Culturais: Gustavo Bones; 2. Representante dos Movimentos: Tiago Monge; 3.Representante da população de Rua: será indicado pelo Fórum da População de Rua que está reunida neste momento; 4. Representante dos Comerciantes: Antônio Eustáquio, Síndico do Edifício Central; 5. Representante da Classe Artística: Alexandre de Sena; 6. Representante Arquitetos/Urbanistas: a equipe indicou Flávio Casalarde que será consultado; 7. Representante dos moradores da região: Andréia Costa (moradora da rua Sapucaí); 8. Representante dos Esportes Urbanos: Zion; 9. Representante de Mobilidade/Acessibilidade: João Flor de Maio. Ficou definido que esta comissão fará a interlocução da sociedade civil com a Fundação Municipal de Cultura e com o escritório que está elaborando o projeto. A comissão poderá criar instâncias de consulta com grupos, setores, associações para dialogar e levantar

propostas e considerações. Ficou encaminhado o agendamento de uma primeira reunião com a Comissão formada para discutir e definir mecanismos para consulta à população. Também ficou definido um encaminhamento para Secretaria de Governo para discussão do projeto do Centro de Referência da Juventude e sobre a Operação Urbana Consorciada do Vale do Arrudas. Os indicados para a comissão de acompanhamento passaram seus contatos para Álvaro Américo para posteriores procedimentos. Nada mais havendo, a reunião foi encerrada e este registro feito por mim, Caroline Craveiro.

Belo Horizonte, 21 de março de 2013

FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA

ZONA CULTURAL ESTAÇÃO DAS ARTES
Reunião Pública – 28 de maio de 2013 – 19 horas – Espaço Cultural 104
Pauta: Apresentação do projeto arquitetônico do Corredor Cultural Praça da Estação

Álvaro Américo – FMC – deu início à reunião pública. Agradeceu ao Espaço 104 pela cessão do espaço. Fez um levantamento com os presentes sobre a presença na última reunião pública sobre o projeto. Explicou que o projeto a ser apresentado faz parte de uma proposta da FMC e que já houve várias reuniões da FMC com grupos e espaços locais e com a Comissão de Acompanhamento. Ressaltou o propósito de potencializar o caráter cultural da área. Citou o mapeamento realizado para levantamento de equipamentos e ações artístico-culturais realizadas na área. Apresentou a imagem deste mapeamento. Falou que a FMC pleiteou recursos do PAC Cidades Históricas para a requalificação da área e apresentou a descrição das ações previstas nesta requalificação. Falou da proposta de uso de uma edificação situada na área para a proposta da Escola Livre de Artes e pontuou que ainda não houve resposta oficial do Ministério da Cultura sobre os recursos. Citou a visita da ministra Marta Suplicy e sua indicação positiva ao projeto. Falou das reuniões realizadas com a Comissão de Acompanhamento nos últimos dois meses. Explicou o projeto arquitetônico a ser apresentado é parte de uma proposta maior e que a discussão continuará. Este projeto deverá ser enviado ao MinC até a primeira semana de junho de 2013.

Rafael Barros – agradeceu a presença de todos. Falou da necessidade de fortalecer o processo de participação da sociedade civil. Citou a realização em 2013 de 3ª Conferência Municipal de Cultura e da elaboração do Plano Municipal de Cultura e a importância da presença e acompanhamento por parte da sociedade civil. Apresentou um memorial do que a sociedade civil, que compõem a Comissão de Acompanhamento do projeto, realizou a partir de discussões e estabelecimento de diretrizes. Destacou a importância dos trabalhos realizados pela Comissão. Agradeceu ao Alvaro Américo em atender todas as demandas da Comissão e no encaminhamento das dúvidas da Comissão. Destacou sua dedicação assim como da equipe do escritório de Arquitetura contratado para elaborar o projeto. Segundo ele, o escritório buscou incorporar ao projeto as considerações e proposições dos

integrantes da Comissão. Apresentou os conceitos que nortearam a atuação da Comissão de Acompanhamento: livre circulação, expressão e manifestação. Também falou da perspectiva de inclusão que buscaram incorporar nas proposições e que a proposta não focou apenas nas edificações, mas extrapolaram para as ações culturais, os fluxos, os usos e num conceito mais amplo de cultura. Buscou-se também dar uma atenção à população de rua, buscando-se constituir uma ação focada nesta questão. Descreveu o as reuniões realizadas entre os membros da Comissão, sem a presença da FMC e também enumerou as reuniões com a FMC e outras secretarias. Citou a publicação no DOM da portaria que institui a Comissão de Acompanhamento e também informou que o escritório de arquitetura também realizou reuniões com cada um dos membros da Comissão para tratar dos assuntos/temas específicos que cada um representa. Em seguida, apresentou os seguintes informes coletados pela Comissão durante as reuniões : sobre a operação consorciada Leste-Oeste do Vale do Arrudas que, segundo ele, há poucas informações públicas e publicizadas sobre este projeto. Informou que esta operação já conta com diagnósticos feitos por construtoras como Andrade Gutierrez e Odebretch. Também citou a apresentação do projeto para o baixio do Viaduto Santa Tereza para o qual há propostas de modificação aprovadas pelo Conselho do Patrimônio que deverão ser consideradas. Foi apresentado projeto de reforma no Mercado das Flores sob coordenação da Belotur. Sobre o Centro de Referência aos Moradores de Rua, aprovado no Orçamento Participativo, há o problema de não se ter conseguido o terreno para a construção da obra ou edificação para sua implantação. Rafael apontou que não há um projeto específico para a população de rua que habita a área do corredor cultural e que as ações públicas são as mesmas para toda a cidade. Citou também o projeto Miguilim, a reforma do Teatro Francisco Nunes, a construção do espaço multiuso no Parque Municipal, sobre a construção da plataforma do BRT. Disse que o projeto a ser apresentado destaca-se pelo perfil urbanístico, mas que é importante lista prioridades para os 20 milhões de reais do PAC Cidades Históricas. O projeto foi endossado pela Comissão de Acompanhamento, segundo ele, e que a partir dele, pretende-se ampliar a discussão sobre o Corredor Cultural junto à FMC e à PBH para outros temas que demandam, inclusive, o estabelecimento e a mudança de alguns marcos legais. Ele afirmou ser necessário assegurar critérios básicos para respeitar as diretrizes do projeto propostas pelo escritório de arquitetura e pela Comissão, garantindo, inclusive a estes o acompanhamento do processo de licitação para o projeto executivo e realização do

projeto. Em seguida, listou pontos fundamentais para a implementação do Corredor Cultural: 1- marcos legais: criação de projeto de lei que institui o Corredor Cultural com plano diretor participativo, a fim de garantir diretrizes para usos, controle arquitetônico, proteção, segurança. 2 – Concepção de plano de Ação Cultural para o Corredor Cultural, observando-se as características e especificidades da área, os perfis de públicos, os tipos de espaços, a fim de potencializar ações e usos. 3- Centro de Referência da Juventude – solicitar a paralisação da obra à PBH, sob o argumento de que não houve participação da cidade na definição desta proposta, apresenta problemas arquitetônicos em relação ao espaço onde está inserido. Segundo ele, não é tarde para se reverter este equívoco e que ele poderá ser reformulado. 4- Parque Municipal – ampliar horário de funcionamento até as 22 horas, com todas as portarias abertas. Também permitir uso de bicicletas, patins e skates. 5- Praça da Estação – revisão do decreto relativo à realização de eventos. Esta proposta, segundo ele, tem o apoio da presidência da FMC, visando simplificar o processo burocrático para liberações. 6 - População de Rua – a Comissão focou na necessidade de projetos específicos para abordagem da questão, que haja mediação dos conflitos e que a cultura possa ser um dos instrumentos para isto, para desenvolver ações específicas para esta população de rua. Citou a reunião realizada com a diretora de Ação Cultura, Simone Araújo e sobre a possibilidade de ampliação do Arena da Cultura. Em seguida, indicou que o Centro de Referência à População de Rua está inserido no projeto proposto. Sobre a questão da segurança, disse que houve reunião com representantes da Polícia Militar e que há a indicação de se formar uma segurança cidadã, com pressupostos mais humanos.

Solicitações: Solicitou uma reunião com representantes da Serraria Souza Pinto e com o Museu de Artes e Ofícios para discussão dos usos dos espaços. Também solicitou reunião com a Regional Centro-Sul para discussão sobre licenciamento para eventos. Deu exemplos de desencontros e falta de diálogo entre eventos, mudanças de locais. Disse que foi protocolado junto a SMGO, solicitação de reunião com o prefeito Márcio Lacerda para apresentar as questões relativas ao Centro Municipal de Referência da Juventude, mas que ainda não houve retorno por parte do prefeito socialista.

Gustavo Bones – disse que existe uma sinalização do interesse da FMC para estabelecer diretrizes para deduções fiscais para empreendimentos do Corredor Cultural. Informou que a Fundação Clóvis Salgado poderá ocupar espaço para o

Centro Técnico em galpões ao lado da Cemig. Também disse que a Telemig tem um prédio e o OiFuturo poderia também vir para o Corredor Cultural, na rua Itambé. Citou também um terreno atrás do Museu de Artes e Ofícios que poderá ser utilizado e que a exposição do Museu Giramundo poderia ficar na hospedaria, onde também há sinal de ser a Escola Livre de Artes. Em seguida, destacou um ponto consensual para a Comissão de Acompanhamento que é não se fechar a Praça durante os eventos, pois isto gera prejuízos para os comerciantes locais que ficam apartados do local do evento.

André - o arquiteto apresentou o projeto que, segundo ele, ainda não está pronto, pois há um prazo ainda. Explicou que o projeto está dividido em 4 áreas e passou a descrever os detalhes de cada uma delas. Informou das reuniões realizadas com outros órgãos para elaboração do projeto, (ex. CBTU) e que foram considerados todos os marcos legais de BH e da área em questão. Também disse que o projeto deve que se orientar por projetos já existentes para a área. Apresentou a proposta de parceria com a IBG para a abordagem da questão dos moradores de rua, com uso de tecnologias alternativas, contato com a SLU e também contemplando a construção do Centro de Referência para População de Rua.

Alan Lopes – parceiro do escritório de Arquitetura – disse que a tônica para o projeto foi ir além da encomenda e que a cidade precisa de mais. Falou da Geobiologia, em 3 tópicos: geometria sagrada, acupuntura da Terra e Feng Shui. Apresentou elementos do projeto que se articulam com este tópicos.

Maria Regina Machado – socióloga – Destacou que a reivindicação mais significativa da população de rua é a construção do Centro de Referência e que também há um pedido de que os moradores fosse integrados ao projeto, podendo trabalhar nas obras. Outra demanda é o projeto contemple espaços para que possam guardar seus carrinhos e seus cães de estimação. Também indicam demanda por espaços multimeios, telecentros.

Jadir – representante dos moradores de rua – Falou do espaço existente no Barro Preto para guardar carrinhos e disse que está satisfeito de ser reconhecido pelos setores artísticos que acompanham o projeto. Para ele é uma manifestação do direito da população de rua este reconhecimento como sujeitos.

Alan Lopes – falou da proposta de se construção em conjunto com capacitação das pessoas. Ressaltou o perfil ecológico e sustentável da proposta de construção do Centro de Referência do Morador de Rua.

MC Croif, MC Pichador perguntou sobre como serão resolvidas questões relativas ao barulho dos eventos.

Roberto Andreas – professor Arquitetura UFMG – disse que não acha adequado gastar recurso público para trocar a cor do piso. É necessário ver outras prioridades. Questionou a questão da "cura". Disse que numa acupuntura isto pressupõe abrir o rio, plantar mais árvores, melhorar o ambiente desta área como um todo.

Fidelis – Elogiou a apresentação e disse que o projeto apresenta coisas que poderão não acontecer, pois dependem da resolução de situação de propriedades. Citou conflitos existentes entre moradores de rua e Rotam, questionando também os prazos para as desapropriações necessárias. Disse que há o risco de se construir um equipamento onde a população de rua não irá. Em seguida, afirmou para o Alan que não há o que se curar no centro, posto não haver doença ali. O que há, segundo ele, é o descaso do poder público e é necessário levar os projetos adiante.

Jane Medeiros – jornalista e produtora cultural da UFMG – parabenizou a comissão e disse sentir-se muito bem representada. Perguntou sobre número de banheiros públicos suficientes para atender um grande número de pessoas. Em seguida, falou do bougainville que, segundo ela, tem raízes profundas e destrói calçadas. Depois perguntou também sobre o uso da pedra portuguesa, considerando-a mais onerosa e não facilita a acessibilidade. Também perguntou sobre o acesso relativo à ciclovia e á continuidade dela no espaço.

Joana - perguntou sobre o posto policial que fica embaixo do viaduto Santa Tereza e perguntou sobre modificações no projeto do Viaduto aprovadas pelo Conselho do patrimônio.

Daiane Jorge – Salve Santa Tereza – disse concordar com o Fidélis em suas colocações. Disse ter dúvidas sobre a vinda de grandes empresas para a área e que isto pode gerar um processo de exclusão. Disse ter dúvidas sobre os pontos de ônibus também, em relação às coberturas e abrigos.

Júlia – disse que apoia o Centro de Referência ao Morador de Rua longe da polícia e perguntou se os recursos do projeto cobrem esta despesa com a construção do centro.

Jessé – morador da região do Barreiro - disse que vive na região periférica da cidade e que disse que a demanda pelo Corredor Cultural é legítima, mas que os artistas da cidade merecem que haja propostas mais amplas para a cidade. Para ele, o projeto deve buscar contemplar a cidade como um todo para não ser elitista e elitizador e promover o espetáculo para a Copa do Mundo e outras obras prioritárias não são focadas, como o metrô. Se a questão do trânsito não for pensada, a cidade não acessará este Corredor. Em seguida, colocou a questão do Centro de Referência do Morador de Rua que, para ele, é simbólico ter sido pensado ao lado da SLU e da polícia.

André Buarque – falou sobre o projeto do Viaduto, com as aprovações do CMPBH e manutenção do picho e retirada de um muro.
Wedson – Movimento Nacional da População de Rua - disse que quando se pensa em polícia, não é só população de rua que fica preocupado não, todo mundo, porque a truculência vem é de todo lado mesmo, até guarda municipal às vezes chega a querer ou tentar resolver o problema das três policias, civil, militar e federal. Então, a proximidade com a polícia militar, ela deve ser encarada sim, e a se não deve nunca correr deles não. Para ele, até que a construção do batalhão deve ser atrás, para que o centro de referência seja mais à frente, para tirar um pouco dessa desconfiança, ficar até protegido até, o albergue ali estaria do lado da polícia civil e a condição de convivência deles lá poderá tranquila. Para ele, um aprende a respeitar o outro, é assim que a gente deve democraticamente enfrentar esses problemas. Colocou também a questão do horário de funcionamento do parque proposto, quando houver um show no corredor e nos possíveis trabalhos que podem surgir, para catação e reciclagem. Ele afirmou que esse circuito cultural poderá ser a porta de saída da rua e

é nisso que tem que ser considerado e que todos se unam – polícia, comerciante, governo e o que for.

Rafael Barros – pediu para falar 3 coisas rapidamente: a 1 – existência de um projeto chamado Galeria Túnel da Estação, para transformar o túnel entre a Sapucaí e a praça de estação, numa galeria que de um lado seriam expostos trabalhos de arte visual e de outro uma parede livre para intervenção livre da população. Esse projeto já existe e tomara que ele se concretize. 2- pediu para registrar um ato de desagravo que a comissão de acompanhamento, a parte da sociedade civil dessa comissão combinou de fazer hoje, que é um ato de desagravo do projeto de lei do vereador Joel Moreira Filho, do Partido Trabalhista Cristão do Brasil, que proíbe a realização de manifestações políticas no perímetro da Contorno, e restringe as manifestações apenas à Praça da Estação, transformando a praça da estação num parlatório da democracia, esse é o termo utilizado no projeto. Ele afirmou que isso é inaceitável na nossa cidade, transformar o nosso objeto de estudo aqui, que tem que ser democrático, querer restringir a manifestação política somente a esse espaço. Em 3 lugar, ressaltou ser uma posição particular dele que não tem nada a ver com prefeitura e com o resto da comissão relativa à necessidade da cidade em discutir a pichação. Sugeriu que a prefeitura realizasse um seminário para discussão deste problema colocado nas entranhas da gestão pública e que não tem a ver somente com esse governo, tem a ver com o funcionalismo público, com a formação das pessoas, não só da prefeitura, da polícia, de todas as instâncias públicas da cidade.

Priscila – disse ser arquiteta e citou a poesia lida por André Buarque no início da apresentação que fala do rio Arrudas, mas que o projeto não toca neste assunto, não há menção ao rio, nem estética nem física. Disse que a concha acústica, tem sido pouca apropriada em várias cidades, assim como os teatros de arena. Apontou que o lugar onde a concha foi proposta faz costas para a Funarte e para o edifício do Iphan. Ela sugeriu que isto fosse revisto e que o gramado que há dentro da Funarte fosse pensado como extensão da concha. Também falou da proposta de elementos pro parkour, porque embora considera ter pouco conhecimento do parkour, ela acredita que devam ser discutidos com os grupos, se há necessidade. Também falou dos formatos em curva dos bancos que parecem desconfortáveis. Em seguida, falou sobre a dimensão do projeto e se não há um risco de se repetir o modelo modernista de

projetar, pensando-se nos grandes parques, grandes espaços, se não há como pensar em ocupar de forma mais real esses espaços, até para que sejam viáveis em curtos e médios prazos.

Lou (há dúvidas quanto o nome) – disse não querer fazer nenhum comentário específico sobre o projeto e sim queria discutir a relação entre a Comissão de Acompanhamento e o projeto. Considera o Corredor Cultural algo irrelevante para Belo Horizonte, é mais um projeto que será reafirmado, mais uma ideia de que se deve intervir nas áreas centrais, com o repertório de revitalizar o centro, sempre partindo do desenho urbano que, segundo ele, passa muito por uma ideia superficial e pouco estruturante da cidade. Para ele, a presença de todos nesta reunião é para reforçar isto e a Comissão legitima isso de alguma forma. Para ele, o projeto apresentado reforça esse imaginário. Para ele, não é necessário intervir no centro, é necessário sair do centro, necessário gastar esses vinte milhões com coisas mais imaginativas e potentes em outros lugares da cidade, ao invés de trocar piso constantemente. Sugeriu que daqui há vinte anos será possível realizar a arqueologia do piso do centro, encontrando-se camadas e camadas de coisa. Reforçou que a questão que deseja discutir é estruturante nesse processo, é o processo participativo, questionou a forma como se dá a legitimação de projetos assim, valendo-se da premissa da participação. Para ele, o que se está fazendo é reproduzir a mesma cidade que a prefeitura faria sem a participação da gente. Também apontou a falta de discussão do conteúdo de ações para o Corredor Cultural, da ideia de cultura, dos conceitos de arte e cultura. Em seguida, disse que está sendo perdida a oportunidade de pensar o adensamento radical do centro, com habitação, com usos radicais e não com a construção de mais e mais vazios, mais parques, mais praças. Para ele, apesar dos esforços de todo mundo, dos arquitetos, da comissão, de todo mundo que se envolveu, acha que a gente está legitimando um modelo de cidade igualzinho o que a prefeitura faria sem a gente, isso é muito grave.

Rafael Barros – Pediu para encerrar as inscrições, em razão do tempo. Disse que há sim outras demandas e prioridades mas é necessário considerar que este recurso será empenhado na área e sendo assim é importante ressaltar as prioridades relativas às intervenções no baixio do viaduto, a construção de banheiros, a readequação de vias de acessibilidade, implementação de ciclovia, qualificar os pontos de ônibus e

potencializar o que já há. Em resposta ao Lou, disse que não hove tempo de discutir aquelas questões, mas que entende as críticas e que é necessário ver o jogo dentro da democracia representativa, de jogos políticos, com suas limitações e espaços que engessam os cidadãos, colocando-nos em situações que podem ser constrangedoras. Citou sua situação na primeira reunião pública quando assumiu um lugar no qual não acreditava. Considerou que, ao mesmo tempo, não participar desse tipo de discussão ou ignorar não seria certo. Disse que não acha que a prefeitura teria feito o mesmo projeto, que a prefeitura teria ouvido os moradores de rua, que a prefeitura teria ido debaixo do viaduto Santa Tereza, teria conversado com a galera do parkour pra entender que o parkour ocupa a cidade, mas que existem equipamentos e espaços que podem ser criados pra pratica deles, enfim, que o projeto é de alguma forma diferente, ele não é igual, acha que esse processo com todos os limites e com todas as dificuldades, com todas as questões que se colocam, ele, de alguma forma, potencializa uma série de conflitos e atritos, enfim, que estão postos aí na cidade e no modelo de política que a gente vive nele. Infelizmente, ciente de que isso aqui pode ser sim, com grandes possibilidades, um espaço de legitimação de uma coisa que não vai se concretizar, eu acho que todo mundo aqui tem essa consciência, acha que ninguém aqui é inocente, mas enfim, é um risco que a gente corre assim, é só prá não deixar de participar.

André Buarque - Sobre a questão dos decibéis, disse que não tem o controle de todas as áreas do projeto, porque grande parte delas, principalmente as que ocorrem já, esse tipo de evento onde é hoje o duelo de MC's, quer dizer, não coube ao projeto alterar aquele espaço, e é um movimento que já existe ali que usa os decibéis que já utiliza. A concha acústica foi projetada especialmente numa posição onde ela não joga esses decibéis para o bairro da Floresta que é onde tem a maior ocupação de vizinhança no local ali, quer dizer, a gente joga a maioria, já é direcionado mais pro centro onde é adotada diárias mais institucionais. Sobre as questões das trocas de piso que pareceu ser simplesmente uma maquiagem e porque trocar os pisos, porque não mantemos simplesmente os pisos da cidade como estão, a reposta é porque a gente trabalha com uma demanda, quem verdadeiramente ocupa aqueles espaços. Sobre a a pedra portuguesa é um piso que é um pouco complicado mesmo pra mobilidade, ou seja de idosos, até um cadeirante tem certa dificuldade, ele é um piso que exclui totalmente a prática do skatista, que deve se apropriar e, mesmo assim não

acredita que o projeto tenha sido simplesmente uma troca de pisos. Trata-se também, segundo ele, de um piso intertravado que permite a ciclovia. Segundo ele, não foi só uma maquiagem de calçadas, apenas da Francisco Sales até o viaduto da Floresta, foi o único local onde nos mantivemos a proporção à caixa de rua, quer dizer, deram à população com esse projeto muito mais espaço nas ruas, e uma vez que você transforma uma rua de nove metros numa rua de cinco metros, você vai ter que trocar esse material e pensou-se também no ciclista, no skatista, em todas as histórias, Não foi retirada sequer uma árvore, pelo menos dentro dos levantamentos feitos. Isto é um projeto básico, então não tem um levantamento plano altimétrico preciso da área, não retirou arvore nenhuma, teve esse cuidado e mais do que isso, criou-se uma série de locais onde podem ter gramas, canteiros, inserirmos mais, e outras, se é um desejo.Em relação ao centro de referência no parque, consideraram a resistência da vizinhança em relação a um equipamento assim. Sobre a questão dos banheiros públicos, o projeto instala cinco banheiros públicos, mas obviamente que eles não são destinados a resolver esse tipo de instalação para eventos gigantescos, pois estes eventos precisam de uma infraestrutura extra e complementar, sempre.

Leopoldo Ferreira - Disse que o banheiro vai resolver a demanda da população que o usa diariamente gente. Para um evento de dez mil pessoas, um banheiro público dimensionado para atender uma demanda diária certamente não vai resolver problema de um público de dez mil pessoas. Isso assim, eu acho que em cidade nenhuma do mundo eu nunca vi um banheiro projetado para dez mil pessoas assim. Disse que discorda quando se fala que esse espaço é vazio, porque esse espaço ele é ocupado, existe o duelo de MC's, existe as atividades que são feitas ali, também discorda que é uma praça vazia, uma revitalização de troca de piso, um simples boulevard criado. Considerou que o projeto foi construído em conjunto com a comunidade e a partir das demandas que cada representante apresentou.
André – Sobre a questão da GeoBiologia disse que defende toda arquitetura que a utiliza e disse que a produção de arquitetura contemporânea deveria contemplar. Há falta de conhecimento dos arquitetos hoje desta prática e que é algo antigo que influencia a saúde dos usuários. Quando se falou em cura, segundo ele, não se afirma que o espaço está doente.

Alan – disse que acha que há uma cura sim, mas não vê problema na palavra cura. Há ingenuidade quando se acredita que o centro de BH não precisa ser curado. Preconceito é uma doença, exclusão, para ele, é também uma doença, gente morando na rua, gente morrendo por excesso de uso de droga sendo assassinada, isto, sengundo ele, é doença. Assim também como gente sendo socialmente vista como diferente só por causa da classe social. Também citou a forma como os jovens do duelo de MCs são tratados, a falta de amor, de conexão, de união, a necessidade de separar a polícia do morador de rua... Citou a fala de Leopoldo que a geobiologia não é quem vai fazer esta cura. E também questionou a palavra "revitalização" que quando usada pode insinuar que o centro esteja morto. Falou da necessidade de ter muito espaço verde para plantar guinés, arrudas, tudo que possui energia boa.

André – em relação à pergunta sobre população de rua em proximidade com a política, disse que já haviam tocado neste tema e também sobre a previsão de custo do projeto, relativo aos 17 milhões.

Alan - disse que na questão do custo, este tipo de coisa não será o prioritário, que na verdade, isso é só um desenho (os totens), que têm um custo irrisório, mil reais é uma pedra.

André – disse que a previsão de custo da obra ainda não se tem, é uma outra etapa. O que foi encomendado era um projeto com orçamento de 17 milhões. Disse que consideraram o que ser interessante para a cidade, o que melhoraria a área. Também concordou que falta pensar o conjunto da cidade e que esta obra do corredor cultural não vai mudar toda a cidade e nem é este o objetivo. Ressaltou que foi identificada uma área com intensa vida e caráter cultural e que o serviço encomendado era fazer uma intervenção nessa área. Sobre a menção do rio Arrudas, estética e física, disse que o rio é o grande aplauso dessa história. Ele é uma referência da história da cidade e que desejaria a reabertura do rio, mas existe uma operação maior, que envolve o trânsito. Também falou que o projeto buscou criar espaços sinuosos, como se fosse um rio com piso skatável e açor azul também indica isto. Sobre a concha, disse que ela não interfere no patrimônio, é uma concha bastante baixa, o topo dela tem quase cinco metros, e é totalmente skatável com as linhas. Talvez, segundo ele, não tenha dado pra perceber direito nas imagens que ela é translúcida, tem dois rasgos laterais que são entradas pros artistas que vão atuar ali, está sendo instalada numa esquina da área onde não interfere nem no que está atrás, nem no que está do lado dela, e

lembrou que o projeto não tem domínio para propor intervenção no terreno da Funarte.

Leopoldo – disse que na verdade, a intenção é que a Funarte possa, depois, retirar o muro e que o corredor seja um corredor só articulando Funarte, Casa de Santa Marina, Praça da estação, duelo de MC, Viaduto.

André – disse que a casa do conde é um espaço onde eles mesmos fazem shows e que não há como ter uma banda tocando um Heavy Metal todo dia na concha acústica. Ele disse que propuseram uma sede de administração para o Corredor Cultural. Sobre os elementos do parkour disse que já foi respondido pela questão de demanda dos grupos.

Leopoldo – ressaltou que os elementos para prática de esportes urbanos estão espalhados ao longo do projeto.

André – como resposta ao Lou deles não consideram o local perfeito mas que não conhece outro espaço de Belo Horizonte com uma apropriação espontânea como está ocorrendo ali naquele local. Disse que quando os meninos da comissão toda os procuraram tinham um medo de que todo esse processo fosse feito e que resultasse numa troca do público ali e que levasse à região outro tipo de usuário, e que eles fossem expulsos de lá, e disse que, por isso mesmo, o projeto procurou fazer uma intervenção que, na verdade, é simples, com demolição daquilo que se acha que não está sendo utilizado pelos verdadeiros donos. Disse que o Lou falou sobre habitar o centro e disse que conhece essas teorias arquitetônicas, urbanísticas e que concordo com elas, mas acha que isso tem que ocorrer em área da União. Ressaltou que áreas verdes nunca são demais para a cidade.

Nada mais havendo, a reunião foi encerrada.

4. ATAS DA REUNIÕES DA COMISSÃO DE ACOMPANHAMENTO

FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA
ATA DE REUNIÃO
Assunto: Zona Cultural Praça da Estação **Data:** 04 de abril de 2013 **Horário**: 14:30 **Local**: Auditório - FMC **Presentes**: Álvaro Sales (FMC), Rafael Barros (COMUC), Thiago Monge (Movimentos sociais), Jadir de Assis (População de rua), Zion e Thiago de Azevedo (Esportes Urbanos), Paula Bruzzi (representando os arquitetos e urbanistas) e André Buarque, Leopoldo Curi, Maria Pozzotti, Helena Fonseca e Maria Regina Coelho (André Buarque Arquitetura)
DISCUSSÕES E CONCLUSÕES:
1 – Álvaro Sales iniciou a reunião apresentando a equipe do André Buarque Arquitetura e reiterando que o escritório foi contratado para realizar o projeto de desenho urbano que faz parte do programa Corredor Cultural Estação das Artes. O programa é maior e envolve todas as ações que serão empreendidas, dentre elas o projeto de desenho urbano, iluminação monumental dos edifícios, sinalização interpretativa e implementação da Escola Livre de Artes – pleiteadas junto ao PAC Cidades Históricas. No entanto, o programa do corredor cultural pode ser maior, pois está aberto às contribuições da comissão de acompanhamento e das reuniões públicas. 2 – O escritório André Buarque Arquitetura apresentou o escopo de trabalho e as áreas a serem trabalhadas (arquivo em anexo), bem como as ideias para a região e as limitações impostas pela legislação. Após essa apresentação, os membros da comissão de acompanhamento presentes fizeram suas ponderações. 3 – Zion apontou que a Praça da Estação é um local árido e que deveria ter sombras e mobiliário para aqueles que ali transitam. Álvaro Sales alegou que, por ser um local tombado pelo município e Estado, as intervenções precisam de autorização dos órgãos de preservação. Pediu quadras poliesportivas na região que favoreçam a prática de diversos esportes que não somente o futebol. Thiago Esteves, convidado que pratica parkour, ponderou que as intervenções a serem realizados devem ser resistentes para favorecer a prática do esporte. Zion pediu ciclovias e áreas “skatáveis”, além de uma integração maior com o Parque Municipal, que não favorece a prática de esportes e fecha ao púbico às 18h. 4 – Monge fez uma reflexão acerca da relação do patrimônio com os movimentos urbanos. Aquele não pode ser um impedimento para a ocupação do espaço público e as manifestações culturais, como o grafite, por exemplo. É preciso dialogar com esses movimentos por meio da legislação para evitar conflitos de uso e ocupação do espaço público.

5 – Jadir pediu que a população de rua fosse considerada no programa e no projeto e reivindicou um espaço para o centro de referência da população de rua. O escritório André Buarque Arquitetura se comprometeu a participar da reunião do Fórum da População de Rua no dia 08/04, para escutar o que os participantes têm a dizer.

6 – Rafael Barros apontou que há mais questões envolvidas do que apenas o desenho urbano. É preciso pensar também na ação cultural e na programação que será realizada na região. O patrimônio cultural está colocado, mas deve dialogar com as manifestações culturais existentes. O programa do corredor cultural pode quebrar paradigmas ao fazer este diálogo. Rafael relatou que os membros da comissão de acompanhamento já se reuniram informalmente e que foi feito o exercício de pensar o que está bom, o que não está bom e o que é ideal. Essas informações serão encaminhadas ao escritório André Buarque Arquitetura.

7 – O escritório André Buarque Arquitetura quer se reunir com todos os membros da comissão de acompanhamento individualmente na semana dos dias 8 a 12 de abril. Para isso, os membros deverão dialogar com os seus pares para apresentar a proposta de desenho urbano.

8 – Ao final da reunião foi definida a seguinte agenda:
. formalização da comissão de acompanhamento no Diário Oficial do Município
. reunião com os agentes públicos da Prefeitura de Belo Horizonte para apresentação das propostas para a região da Praça da Estação: em data a definir
. reunião com a comissão de acompanhamento para demandas para o programa Corredor Cultural Estação das Artes
. reunião com o escritório André Buarque Arquitetura para apresentação do estudo preliminar: início de maio
. reunião pública para apresentação do anteprojeto: segunda quinzena de maio

FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA
ATA DE REUNIÃO
Assunto: Zona Cultural Praça da Estação **Data:** 25 de abril de 2013 **Horário**: 14h00min **Local**: Auditório - FMC **Presentes**: Álvaro Sales (FMC), Rafael Barros (COMUC), Thiago Monge (Movimentos Sociais), Zion (Esportes Urbanos), Flávio Carsalade (Arquitetos e Urbanistas), João Paulo Alves Fonseca (Mobilidade e Acessibilidade), Andreia Costa (Moradores do entorno), Gustavo Bones (Equipamentos Culturais), Alexandre de Sena (Classe Artística), Antônio Eustáquio (Comerciantes), André Buarque e Maria Pozzotti (André Buarque Arquitetura), Cássio Pinheiro (FMC), Gelson Antônio Leite (SMGO), José Nelson e Luciana Nunes (SUDECAP), Thiago Esteves (SMAPU), Denise de Matos (SMAAS), Vilmar Oliveira (CMBH) e Marco Túlio Oliveira (SMSU)
DISCUSSÕES E CONCLUSÕES:
1. Abertura e esclarecimentos por Álvaro Sales para os representantes da Prefeitura de Belo Horizonte e Comissão de Acompanhamento sobre o Programa Corredor Cultural Estação das Arte. Foram realizadas duas reuniões anteriormente (uma com representantes de espaços culturais e a reunião pública), sobre o envio da proposta ao PAC Cidades Históricas e sobre a contratação do escritório do arquiteto André Buarque a partir de contrapartida do CMPCM-BH. Foi mencionada a audiência pública realizada na Câmara Municipal de Cultura em que Álvaro Sales esteve presente e onde o projeto foi discutido. Nesta reunião houve demanda da Câmara de que houvesse na Comissão de Acompanhamento um representante do legislativo. 2. O representante da Secretaria Municipal Adjunta de Planejamento Urbano, Thiago Esteves, - Apresentou o projeto de Operação Urbana elaborado a partir de estudos e diagnóstico para Belo Horizonte, destacando a área onde está situada a Praça da Estação e entorno; - Apresentou definições, conceitos e explicações do tema a partir do que está colocado no Estatuto da Cidade acerca de operação urbana; - Informou de estudos e diagnóstico já realizado sobre a área a partir de consórcio de empresas (Andrade Gutierrez e Odebrecht, dentre outras) com o dispositivo de “manifestação de interesse”. A área do estudo envolveu Calafate, Lagoinha, Barro Preto, Centro Histórico, Santa Tereza e Boulevard Arrudas; - Apresentou os problemas detectados na área: barreira da linha férrea, degradação dos espaços públicos e pequena densidade no uso residencial; - Esclareceu sobre o que é CEPAC – formas de alteração do zoneamento para viabilizar operações urbanas; - Informou a respeito da intenção de aumentar o adensamento ao longo da linha do metrô, requalificação de espaços públicos, uso habitacional/misto, prioridade para pedestre, parque linear no Boulevard Arrudas e maior número de travessias para

pedestres.

3. Os representantes da SUDECAP de Edificações, José Nelson e Luciana Nunes,
- Apresentaram o projeto para o Mercado das Flores: readequação e layout, permanência da floricultura e posto da Belotur. Tal projeto aguarda financiamento da Caixa Econômica Federal;
- Apresentaram o projeto Circuito Viaduto Santa Tereza – requalificação – atendendo à diretriz do Conselho Municipal do Patrimônio Cultural de Belo Horizonte. O projeto divide o viaduto em dois trechos e prevê a reforma dos banheiros (o uso dos banheiros deverá ser discutido e deliberado pelo órgão competente e não pela SUDECAP). Depois foram feitas discussões e esclarecimentos;
- Apresentaram o projeto do Centro de Referência da Juventude e foram feitas as seguintes considerações pelos presentes:
* Flávio Casarlade: considerar o projeto do Centro de Referência à Juventude como está é um equívoco se não houver uma proposta de integração com o lugar. O projeto apresenta um prédio com perfil privado que inibe a integração das áreas. É preciso paralisar este projeto e repensá-lo no contexto da estrutura urbana existente no local;
* Gelson (SMGO): informou que o projeto é antigo e que houve audiências públicas e consultas aos grupos interessados para discutir o projeto. O projeto também foi apresentado e aprovado no Conselho Municipal de Patrimônio Cultural de Belo Horizonte. Atualmente, o projeto está bem adiantado, com as obras já iniciadas;
* Rafael Barros: afirmou que participou de audiência pública sobre o projeto, onde foi criada comissão para acompanhá-lo, mas que o processo não foi efetivo. Apontou a articulação entre a PBH e o Estado neste projeto;
* Gustavo Bones: afirmou que a Comissão de Acompanhamento do Corredor Cultural pretende encaminhar as demandas de intervenção para estes projetos apresentados – o do Viaduto Santa Tereza e do Centro de Referência à Juventude. Ressaltou a importância de instâncias que avaliem a articulação destes projetos;
* Álvaro Sales: argumentou que o projeto do Centro de Referência da Juventude está pronto e com obras iniciadas e, por essa razão, a Comissão de Acompanhamento deveria dialogar com o que está posto e integrar com as intervenções que serão propostas nas vias;

Encaminhamento: Solicitar reunião com o Prefeito Márcio Lacerda e a Secretaria Municipal de Governo para discutir o projeto do Centro de Referência à Juventude e sua integração ao projeto do Corredor Cultural Estação das Artes. A demanda foi encaminhada ao Gabinete da FMC para providências.

4. Representante da Secretaria Municipal de Políticas Sociais, Denise Magalhães,
- Fez esclarecimentos sobre o projeto Miguilim;
- Afirmou que a Secretaria de Políticas Sociais não possui uma ação específica para a Praça da Estação, mas destacou um trabalho junto à população de rua que ocupa a área;
- Ressaltou que projetos de qualificação urbana podem afastar a população de rua

dos espaços, pois estabelecem outras formas de uso, outros tipos de público;
- Explicou a situação de um Centro de Referência à População de Rua situado na Av. Andradas e que atende uma média de 120 pessoas por dia;
- Discussão pelos presentes em torno da possibilidade de criação de um Centro de Referência ao Morador de Rua na área do Corredor Cultural:
* Gustavo Bones: a Comissão de Acompanhamento tem um consenso de que o Projeto Corredor Cultural Estação das Artes deve ter um espaço ou uma ação de referência para os moradores de rua. Estes moradores de rua também são considerados para o projeto como públicos a serem considerados em suas demandas, especificidades;
* Vilmar Oliveira: considerar o que é de interesse dos moradores de rua, se é ter um equipamento para uso ou se são ações de abordagem para esta população;
* Rafael Barros: ressaltou que o Grupo de Acompanhamento tem consenso de que o projeto deva abraçar as pessoas em situação de rua; a sugestão é de um centro de referência. Sugeriu que o programa Arena da Cultura atenda os moradores de rua;
* Denise de Matos: existe recurso do Orçamento Participativo Centro-Sul para a criação de um centro de referência para o morador de rua. O problema está sendo em definir um local para implantação do equipamento. Segundo ela, o problema maior é a "conversa com a cidade". Também ressaltou os problemas de parte da população de rua com drogas e tráfico, o que os faz serem rejeitados, vistos com temor, etc;
* Flávio Casarlade: apontou a complexidade desta questão. Considera importante considerar áreas da rede ferroviária, ver a situação atual destes espaços, rever o modelo de atendimento e abordagem desta população de rua, verificar as ações para um centro de referência à população de rua, formas de alojamento, acolhimento dos cachorros de moradores de rua. A questão das drogas e tráfico envolve ações do Estado;
* André Buarque: disse que uma demanda de alguns moradores de rua é poder trabalhar nas obras do Corredor Cultural;
* Gustavo Bones: ressaltou a importância de enfrentar esta questão dos moradores de rua, inclusive, em haver a disposição em criar projetos e ações novas que busquem tratar do assunto;
* Zion: destacou que este é um dos pontos mais importantes no projeto do Corredor cultural. Ressaltou a relação que já existe entre movimentos locais e os moradores de rua;
* Cássio Pinheiro (FMC): afirmou que este assunto é complexo e a situação é importante, pois pode servir para um debate mais qualificado com a cidade sobre o tema. Necessário considerar que há uma dinâmica própria na ocupação dos territórios da cidade pelos moradores de rua e que é fundamental ouvi-los;
* Gustavo Bones: é importante ouvir o representante dos moradores de rua que está na Comissão de Acompanhamento e que o grupo não está disposto a fazer um projeto para a Praça da Estação sem considerar esta questão, sendo necessário se pensar uma ação, um programa ou projeto voltado pra eles;
* Denise de Matos: pediu à Comissão de Acompanhamento do Corredor Cultural para entrar em contato com o Comitê de População de Rua e buscar envolvê-los na discussão do projeto;
* Antônio Eustáquio: os moradores de rua são considerados por muitos comerciantes

e clientes incômodos, pois alguns assediam transeuntes e clientes, cometem furtos, perturbam e há muitas reclamações da permanência deles na área. Para ele, é fundamental uma ação que busque tratar desta questão e o envolvimento de movimentos sociais e culturais podem contribuir muito para isto, podem ter se constituir como uma ação positiva que fortaleça as ações da assistência social;
* Álvaro Sales: ressaltou que o Centro de Referência à população de rua e ações desta natureza dependem da Secretaria Municipal de Políticas Sociais. A questão importante para a Comissão de Acompanhamento é como será a relação e a participação deste grupo de pessoas no projeto do Corredor;

5. Encaminhamentos:
- Álvaro Sales disse se reuniu com a BH Trans e que há um projeto de ciclovia na região. Haverá também uma estação de bicicletas públicas;
- Esclarecimento sobre projeto da CBTU que prevê nova estação de embarque na rua Sapucaí e o indicativo que deverá ser previsto o espaço para este projeto;
- Zion apontou a necessidade de envolver o Parque Municipal, principalmente por causa do horário de funcionamento até as 18 horas que faz com que o potencial de atividades que poderiam ser realizadas lá não seja aproveitado pela população. Necessário discutir o fechamento do parque mais tarde;
Encaminhamento: Chamar para participar das discussões representantes da Fundação Municipal de Parques e do Parque Municipal.
- Gustavo Bones elogiou a reunião, pois houve avanço pelas apresentações feitas e discussões travadas. Necessário extrapolar o trabalho deste projeto, pensando num Programa Corredor Cultural e ressaltou a questão das ações culturais para a área;
Encaminhamento: Álvaro apontou que a próxima reunião vai discutir o programa e vai além do projeto arquitetônico, contemplando o conteúdo das ações e projetos culturais. Será solicitada para a próxima reunião a presença da diretora de Ação Cultural da FMC, Simone Araújo e equipe DIAC.
- André Buarque pediu uma dilação de prazo para entrega do projeto básico. O Grupo de Acompanhamento afirmou que apóia a solicitação de dilação do prazo;
Encaminhamento: verificar possibilidade junto ao MINC de ampliar prazo para apresentação do projeto.
- Foram inseridos no Grupo de Acompanhamento como ouvintes o representante da Secretaria Adjunta Municipal de Fiscalização, Marco Túlio, a pedido do conselheiro Mozart da SMSU e será formalizada a participação de um representante do legislativo.
Encaminhamento: formalizar junto à Câmara a participação de Vilmar Oliveira ou Arnaldo Godoy como representante da Câmara Municipal de BH.

FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA
ATA DE REUNIÃO
Assunto: Zona Cultural Praça da Estação **Data:** 08 de maio de 2013 **Horário**: 14h00min **Local**: Gabinete- FMC **Presentes**: Leônidas José de Oliveira (FMC), Álvaro Sales (FMC), Simone Araújo (FMC), Luciana Féres (FMC), Carolina Andreazzi (FMC), Rafael Barros (COMUC), Zion (Esportes Urbanos), Gustavo Bones (Equipamentos Culturais), Alexandre de Sena (Classe Artística), Antônio Eustáquio (Comerciantes) e Jadri de Assis (População em situação de rua)
DISCUSSÕES E CONCLUSÕES:
1. Abertura pelo presidente da Fundação Municipal de Cultural, Leônidas José de Oliveira e esclarecimentos acerca do Centro de Referência da Juventude: o pedido de audiência foi levado ao gabinete do Prefeito, mas ainda não há retorno. Rafael Barros informou que levaria no dia 08/05, às 17h, carta pública ao Secretário de Governo, Josué Valadão, com as considerações acerca do projeto. Leônidas apontou a necessidade da criação do projeto de lei para garantir o uso cultural da região (a questão será tratada na próxima reunião da Comissão de Acompanhamento). 2. Álvaro Sales apresentou os encaminhamentos da reunião anterior: - Dilação de prazo: o escritório André Buarque Arquitetura entregará o projeto básico do Corredor Cultural Estação das Artes à Fundação Municipal de Cultural no dia 10 de junho de 2013; - Envio das apresentações digitais dos agentes públicos na reunião anterior: os responsáveis não autorizaram o envio, pois a maior parte dos projetos ainda está em fase de elaboração; - Apresentação dos agentes públicos solicitados na reunião anterior: será feita na reunião seguinte. 3. Álvaro Sales apresentou e discutiu com a Comissão de Acompanhamento a agenda: - 16 de maio (quinta-feira) às 9h: reunião da Comissão de Acompanhamento * Apresentação da Belotur, Fundação de Parques Municipais e Secretaria Municipal de Segurança * Discussão do projeto de lei com a Assessoria Jurídica (FMC) - 23 de maio: apresentação do projeto em andamento por André Buarque Arquitetura - 28 de maio: reunião pública para apresentação do projeto do Corredor Cultural Estação das Artes (104 Cultural às 19h - a confirmar) 4. Apresentação de Simone Araújo (FMC) acerca da idealização do corredor cultural, possibilidades de uso dos edifícios públicos/privados e ação cultural na região. *Rafael Barros: Museu de Artes e Ofícios é uma barreira na Praça da Estação e

deveria se abrir para o diálogo;
* Gustavo Bones: abrir os espaços públicos para a cidade, por exemplo, a Serraria Souza Pinto. Além disso, é necessário pensar em ações que possam potencializar o corredor cultural do ponto de vista do usuário, por exemplo, editais e curadorias;
* Luciana Féres: a Fundação Municipal de Cultura tem que conversar com a cidade;
*Zion: é necessária a flexibilização dos eventos e do uso do espaço público por meio do projeto de lei;
*Rafael Barros: criar um espaço cultural misto e diverso que contemple vários usos.

FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA
ATA DE REUNIÃO
Assunto: Zona Cultural Praça da Estação **Data:** 16 de maio de 2013 **Horário**: 9h00min **Local**: Auditório - FMC **Presentes**: Álvaro Sales (FMC), Thiago Monge (Movimentos Sociais), Gustavo Bones (Equipamentos Culturais), Antônio Eustáquio (Comerciantes), Major Gedir (Polícia Militar), Gelton, Eduardo e Idelane (BELOTUR), Giovana (Fundação de Parques Municipais), Liliane (FMC) e Mariana (Gabinete Vice-Prefeito)
DISCUSSÕES E CONCLUSÕES:
1. Abertura e esclarecimentos por Álvaro Sales para os representantes da Prefeitura de Belo Horizonte e Comissão de Acompanhamento sobre o Programa Corredor Cultural Estação das Artes. 2. Apresentação da BELOTUR, proferida por Gelton Pinto Coelho, relacionada aos eventos realizados na Praça da Estação e entorno: - Todos os eventos realizados devem ser aprovados pela Comissão de Monitoramento da Violência em Eventos Esportivos e Culturais (COMOVEEC), que trabalha para garantir a segurança e o conforto dos usuários nos eventos; - Para eventos de médio e grande porte, a legislação exige que seja feito o cercamento da praça. A BELOTUR, para a realização dos seus eventos, precisa fazer licitação para a contratação de alimentos e bebidas; os vencedores da licitação têm responsabilidade legal sobre o que é comercializado. Então, por razão do cercamento, os comerciantes não podem se beneficiar dos eventos de médio e grande porte. Uma solução seria a participação desses comerciantes nas licitações; - A BELOTUR prioriza nos seus eventos o acesso de todos e o transporte público, dialogando com a população e a sociedade. Além disso, fomenta eventos de rua nas praças e parques da cidade. *Encaminhamento*: chamar a Secretaria Adjunta de Administração Regional Municipal Centro-Sul para uma reunião da Comissão de Acompanhamento. Discutir a legislação vigente com a sociedade, por meio da Câmara Municipal de Belo Horizonte. Possibilidade de diferenciar os tipos de eventos e facilitar a concessão de alvarás. 3. Apresentação da Fundação de Parques Municipais a respeito do Parque Municipal: - Atualmente, não é possível que Parque Municipal abra fora do horário padrão, pois não há equipe para atender o público, mesmo que cadastrado; - A prática de esportes – skate, patins e bicicleta, por exemplo – pode trazer riscos aos usuários do parque, já que não há áreas exclusivas para tal; - As obras do anfiteatro já foram iniciadas e devem ser finalizadas até o fim de 2014. *Encaminhamento*: chamar novamente a Fundação de Parques Municipais para discutir possibilidades, desde que a Comissão de Acompanhamento formule as ideias.

4. Apresentação da Polícia Militar, proferida pelo Major Gedir:
- O poder público deve estar presente na Praça da Estação e região. Atualmente, na visão do major, apenas a Polícia Militar está presente. É necessária também a presença da SLU, SM de Políticas Sociais, BHTrans e SM Serviços Urbanos (Fiscalização), por exemplo;
- A Polícia Militar demanda um espaço na Praça da Estação para estar mais presente e gostaria de ocupar o prédio onde atualmente está o embarque do Trem da Vale ou o estacionamento ao lado.

5. Discussão do projeto de lei:
- O projeto de lei será proposto e encaminhado pelo Poder Executivo para a Câmara Municipal de Belo Horizonte. O objetivo da lei é garantir e/ou fomentar o uso cultural da região;
- É necessário citar o Plano Diretor como forma de regulamentação futura da lei.
Encaminhamento: Álvaro Sales irá elaborar uma minuta para ser apresentada e discutida na próxima reunião da Comissão de Acompanhamento.

6. Agenda:
- Próxima reunião no dia 23/05 às 14h na FMC: apresentação do projeto de desenho urbano e discussão do projeto de lei
- Reunião pública no dia 28/05 às 19h no CentoeQuatro

FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA
ATA DE REUNIÃO
Assunto: Zona Cultural Praça da Estação **Data:** 23 de maio de 2013 **Horário**: 14h00min **Local**: Auditório - FMC **Presentes**: Álvaro Sales e Caroline Craveiro (FMC), Alexandre de Sena (Classe artística), Rafael Barros (COMUC), João Paulo Fonseca (Mobilidade e acessibilidade), Andreia Costa (Moradores do entorno), Zion (Esportes urbanos), Leonardo Cezário (representando os Movimentos Sociais), Gustavo Bones (Equipamentos Culturais), Antônio Eustáquio (Comerciantes), Roseni Ferraz Oliveira e Samuel Rodrigues (representando a População em situação de rua), Natacha Renna e Paula Bruzzi (representando os Arquitetos e Urbanistas) e André Buarque, Maria Regina M.M. Coelho e Leopoldo Curi (André Buarque Arquitetura)
DISCUSSÕES E CONCLUSÕES:
1. Apresentação do projeto de desenho urbano pela equipe do escritório André Buarque Arquitetura: - Esclarecimentos sobre a área próxima ao Parque Municipal onde há uma ciclovia, mas que não está sinalizada nem balizada. O projeto propõe efetivá-la e introduzir ao longo da área os primeiros equipamentos urbanos que façam referência ao Corredor Cultural. - Esclarecimentos sobre a padronização das calçadas pela PBH que deve ser considerada para elaboração e execução do projeto. - Natacha perguntou sobre os pontos de ônibus e árvores. A equipe esclareceu que foram projetados abrigos para os pontos de ônibus e que as árvores já existentes serão mantidas e outras serão inseridas na área. - Esclarecimentos sobre propostas a serem feitas ao projeto já existente para o Baixio do Viaduto Santa Tereza, por exemplo, a inserção de um bicicletário. - Esclarecimentos sobre banheiros. O arquiteto André informou que são importantes banheiros mais expostos, para gerar vigilância e segurança. - Natacha perguntou sobre a proposta de se transformar o galpão atualmente utilizado como estacionamento pela COOFERPA em mercado de uso popular - Álvaro esclareceu que este galpão está em disputa na Justiça e que o projeto do Corredor Cultural faz uma proposta de uso, mas que a FMC não tem governabilidade e gerência sobre certos prédios e terrenos da área do Corredor Cultural. No entanto, apontou que a Comissão de Acompanhamento pode indicar prioridades e usos para

que sejam encaminhadas à PBH.

- Rafael Barros afirmou que existe tendência de que os usos sejam apropriados de forma elitista mais do que sejam garantidas ações que dialoguem com a atual realidade do local. Disse da necessidade da Comissão de Acompanhamento apresentar uma proposta de uso para os locais, considerando o aspecto popular e as características locais.

- Natacha falou da preocupação do Grupo de Acompanhamento para que não haja processo de gentrificação, que é necessário pautar os usos dos espaços para garantir direitos sociais. Importante ressaltar a necessidade dos banheiros e do Centro de Referência para a População em Situação de Rua, por exemplo.

- André Buarque ressaltou que a proposta de mercado no galpão é uma sugestão que considera os aspectos populares do local, a mineiridade dos produtos.

- Natacha afirmou que a indução de uso é um posicionamento político que não deve ser deixado de lado pela Comissão de Acompanhamento. Esta ideia foi reforçada por Gustavo Bones ao dizer que o projeto arquitetônico deve apresentar os usos sugeridos.

- Zion afirmou que qualquer tipo de intervenção urbana pode ser elitizada e que é difícil controlar isto, mas que é necessário assegurar os usos de alguns espaços pelos grupos que já ocupam e utilizam a área.

- André Buarque disse que, para elaborar o projeto, considerou todas as observações da Comissão de Acompanhamento e que não tem como decidir sobre os usos dos equipamentos existentes na área, mas que está disposto a incorporar as sugestões e indicar suas propostas.

- Rafael Barros pediu para que fossem reforçados no projeto as diretrizes de uso.

- Natacha propôs encaminhamento à PBH para tornar o estacionamento da COOFERPA um espaço de utilidade pública.

- O arquiteto André continuou a apresentação do projeto e falou dos cachepots de buganvílias que vão compor os abrigos de pontos de ônibus.

- Álvaro esclareceu que houve uma reunião com a BHTrans e que os pontos de ônibus da Praça da Estação serão mantidos, assim como a ciclovia.

- Natacha perguntou sobre a área do Museu de Artes e Ofícios, questionando sobre a propriedade desta área. Afirmou que é importante saber quem é o dono oficial da área do Museu, das casinhas, do terreno. Houve um encaminhamento para que a FMC solicite informações sobre a propriedade das áreas citadas por Natacha. Álvaro esclareceu que no terreno há 03 casas para as quais há um projeto de que sejam

utilizadas para oficinas de restauração e onde funciona um estacionamento do Museu há um projeto para um auditório.

- Rafael Barros solicitou informações sobre estes projetos.

- André continuou a apresentação do projeto e fez observações sobre a iluminação proposta para a área. Sobre os galpões da Funarte, disse que a proposta prevê a integração. Apresentou a proposta de criação de um parque urbano na área em frente à Funarte, onde estão a Polícia Militar, o Tribunal de Justiça e uma igreja. Também há nesta área uma rua já aprovada, mas não concluída. Segundo ele, o TJ e a Igreja compraram os terrenos da União e há a cessão para a PM.

- Zion afirmou que, na proposta do parque, as quadras apresentadas não contemplam as demandas.

- André continuou e disse que há um "plano B" em relação às quadras.

- André também disse que na proposta do parque, entram espaços para o Centro de Referência à População em Situação de Rua e para próprios da SLU, instaurando uma nova perspectiva de abordagem do morador de rua.

- Gustavo Bones pediu que a Comissão de Acompanhamento ressaltasse esta proposta.

- André Buarque apresentou a parte do projeto relativa à rua Sapucaí. Os arquitetos disseram que se reuniram com a CBTU para conhecimento de projetos já elaborados para a área. Fez esclarecimentos sobre a não viabilidade de se fazer um parque linear na plataforma do metrô, pois teriam que paralisar o serviço, o impacto seria grande e nem tudo que é possível é viável. As passarelas que serviriam a este parque não são, portanto, necessárias também. Sobre a conexão com o viaduto da Floresta, explicou que, antigamente, havia uma rotunda nesta área. O projeto propõe que seja feita uma praça com caráter mais familiar e bairrista neste local e serviria também como uma entrada mais oficial para a área de feira que se pensou para a Sapucaí do meio.

2. Considerações dos presentes acerca do projeto de desenho urbano apresentado:

- Natacha ressaltou a necessidade de incorporar as áreas residuais no projeto e definir o que é público e o que é privado. Também apontou sugestões para facilitar a apresentação do projeto à sociedade durante a reunião pública, para melhor esclarecer dúvidas.

- Gustavo Bones afirmou mais uma vez a necessidade do projeto atrelar-se a um posicionamento político.

- Álvaro lembrou que o projeto apresentado faz parte de um programa e que outras questões são discutidas no âmbito do programa. Lembrou a necessidade da proposta conversar com o Plano Diretor da região e outras políticas públicas.

- Natacha lembrou a necessidade de se considerar as operações urbanas.

- Rafael Barros falou que não adianta ter muitos banheiros em área de eventos esporádicos, que é necessário pensá-los em pontos de maior fluxo de pessoas.

- Natacha sugeriu a utilização de salas no Edifício Central para este fim.

- Antônio, síndico do Edifício Central, disse que isto seria viável se bem planejado e executado.

- Zion sugeriu bebedouros para a área como mobiliário urbano.

- Rafael disse que é importante não se ter o discurso de plantas com espinhos nos abrigos de pontos de ônibus, que os banheiros devem ser instaurados na Praça da Estação e na Praça Rui Barbosa, que é necessário discutir com o Museu de Artes e Ofício para que o terreno que abrigará o teatro seja convertido numa quadra. Também apontou que o projeto deve pautar os usos das edificações.

FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA
ATA DE REUNIÃO
Assunto: Zona Cultural Praça da Estação **Data:** 06 de junho de 2013 **Horário**: 14h00min **Local**: DIAC - FMC **Presentes**: Álvaro Sales e Liliane Santos (FMC), Alexandre de Sena (Classe artística), Rafael Barros (COMUC), Zion (Esportes urbanos), Leonardo Cezário (representando os Movimentos Sociais), Gustavo Bones (Equipamentos Culturais), Flávio Carsalade (Arquitetos e Urbanistas) e Roseni Ferraz Oliveira (representando a População em situação de rua)
DISCUSSÕES E CONCLUSÕES:
1. Discussão acerca da apresentação do projeto de desenho urbano em reunião pública realizada em 28 de maio de 2013, no Centoequatro. - Rafael Barros: são necessárias discussões mais amplas com a sociedade dos temas debatidos pela Comissão de Acompanhamento. Houve uma dificuldade do ponto de vista técnico em compreender o processo de produção do projeto de desenho urbano e também houve falta de tempo para discutir o projeto após a apresentação do escritório de arquitetura em reunião no dia 23 de maio. - Flávio Carsalade: discutiu a legitimidade e a representatividade da Comissão de Acompanhamento e apontou a necessidade urgente da elaboração do Plano Diretor. Apontou que, daqui em diante, a questão política é importante, bem como o convencimento do prefeito acerca do projeto apresentado. - Roseni Oliveira: apontou que não se sentiu contemplada com o projeto, mas reiterou que a questão o Centro de Referência da População em Situação de Rua é inédita. - Gustavo Bones: não concorda, em comum acordo com o restante da Comissão de Acompanhamento, com o projeto de desenho urbano apresentado, pois não contempla seus anseios. No entanto, quando for o momento de se executarem as obras, o projeto deve ser modificado. Apontou a necessidade de lançar o edital de ação cultural e a construção do plano diretor até o fim de 2013. - Álvaro Sales: apontou que, diante do cronograma exíguo de elaboração do projeto para apresentação ao PAC Cidades Históricas, o projeto de desenho urbano é autoral, mas o programa para a construção deste é da Comissão de Acompanhamento. Além disso, apenas uma pequena parte do que está apresentado será de fato implementado com os recursos advindos do PAC Cidades Históricas e, por essa razão, deve-se priorizar as ações. - Flávio Carsalade: sugeriu a priorização dos seguintes itens: Plano Diretor; priorização dos recursos; e definição de instrumentos por meio de lei para executar pequenas ações, por exemplo, horário de funcionamento do Parque Municipal. - Rafael Barros: apontou a necessidade da Comissão de Acompanhamento refletir sobre o que fazer e como fazer acerca das prioridades do projeto para a próxima reunião.

Encaminhamentos:
- Definir as prioridades para quando/se o recurso sair.
- Criar projeto de lei vinculado ao Plano de Diretor.
- Criar Programa de Ação Cultural na DIAC
- Discutir com o Secretário de Governo acerca do CRJ.
- Discutir com a Fundação de Parques Municipais acerca do Parque Municipal (horário de funcionamento, trânsito de bicicletas e patins e reabertura de portões fechados, por exemplo).
- Rever o decreto que regulamento o uso da Praça da Estação.
- Discutir o Centro de Referência da População em Situação de Rua.
- Realizar nova reunião com a Polícia Militar para discutir programas culturais e a humanização do corpo técnico.
- Realizar reunião com Museu de Artes e Ofícios.
- Realizar reunião com a Serraria Souza Pinto.
- Realizar reunião com a Regional Centro-Sul para discutir a desburocratização dos eventos.
- Realizar reunião com o Prefeito.
- Discutir a participação na Conferência Municipal de Políticas Urbanas

2. Discussão do projeto de lei que regulamento o Corredor Cultural Estação das Artes:

- Foi apresentada minuta do projeto de lei e discutido os artigos. No entanto, como os pontos exigem reflexão, acordou-se em enviar a minuta por email para que os membros da Comissão de Acompanhamento discutam com os seus pares e tragam os questionamentos para a próxima reunião do dia 20 de junho.

* Definiu-se que a Comissão de Acompanhamento reunião quinzenalmente, sempre às quintas-feiras.

FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA
ATA DE REUNIÃO
Assunto: Zona Cultural Praça da Estação **Data:** 04 de julho de 2013 **Horário**: 14h00min **Local**: NUFAC - FMC **Presentes**: Álvaro Sales (FMC), Mariana Maioline (representando a Classe artística), Rafael Barros (COMUC), Leonardo Cezário (representando os Movimentos Sociais), Gustavo Bones (Equipamentos Culturais), Flávio Carsalade (Arquitetos e Urbanistas), Andreia Costa (Moradores do Entorno), Antônio Eustáquio (Comerciantes) e Mariana Santos (Assessoria Jurídica Vice-Prefeito)
DISCUSSÕES E CONCLUSÕES:
1. Discussões iniciais: - Álvaro Sales informou que o projeto de desenho urbano feito por André Buarque Arquitetura foi entregue à FMC, mas o governo federal ainda não divulgou o resultado do PAC Cidades Históricas. Informou ainda que deve estabelecer-se ordem de prioridade para execução do projeto, já que os recursos advindos do governo federal não contemplará todas as intervenções. - Rafael Barros propôs o convite para Michele Arroyo, Superintendente do IPHAN em Minas Gerais, participar das reuniões da Comissão de Acompanhamento. O pedido foi aceito e Álvaro Sales fará o convite. 2. Discussão acerca do projeto de lei: - Foi convidada a assessora do vice-prefeito, Mariana Santos, para auxiliar nas questões jurídicas do projeto de lei que pleiteará o uso cultural do Corredor Cultural; - Fez-se a leitura dos artigos da minuta apresentada por Álvaro Sales na reunião do dia 06 de julho e discutiu-se artigo por artigo: . A sugestão de mudança do nome do programa para Território Cultural Praça da Estação, já que o conceito de território remete à ocupação do espaço e a centralidade do local deve estar no nome principal; *Encaminhamento*: o novo nome e a sua justificativa será apresentado à FMC por Álvaro Sales para aprovação; . Para o Art. 1º, será anexado ao projeto de lei um mapa para demonstrar o perímetro do corredor cultural; . Para o Art. 2º, a Comissão de Acompanhamento deverá analisar os incisos; . Para os Art. 3º a 6º, Mariana Santos proporá nova redação para ser enviada à Comissão de Acompanhamento para análise. 2. Discussão acerca das prioridades de execução do projeto de desenho urbano: - Álvaro Sales informou que a Comissão de Acompanhamento deve apresentar a ordem de prioridade de execução para apresentação à Fundação Municipal de Cultura. Apontou que o ideal seria concentrar as intervenções onde ainda não foi feito

nada ou que não sofreu intervenção recente, por exemplo, a Rua Aarão Reis próximo ao Viaduto da Floresta;
- Ficou definido entre os presentes que na próxima reunião da Comissão de Acompanhamento, todos deverão trazer as prioridades que foram discutidas com os pares.

3. Discussões finais:

- Leonardo Cezário fez um pedido de realização de reuniões públicas setoriais e também, na oportunidade, reeleger novos membros para a Comissão de Acompanhamento, caso os atuais queiram se desvincular;
- Gustavo Bones propôs as próximas agendas para discutir com a DIAC e Regional Centro-Sul;
- Agenda:
. Dia 11 de julho (quinta-feira) às 14h: reunião para discussão das prioridades de execução do projeto de desenho urbano e definição do artigo 2º do projeto de lei.
. Dia 17 de julho (quarta-feira) às 14h: discussão do projeto de lei com a presença de Mariana Santos e discussão da pauta da reunião com a DIAC.

FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA
ATA DE REUNIÃO
Assunto: Zona Cultural Praça da Estação **Data:** 17 de julho de 2013 **Horário**: 14h00min **Local**: Sala de reuniões Gabinete - FMC **Presentes**: Álvaro Sales (FMC), Gustavo Bones (Equipamentos Culturais), Andreia Costa (Moradores do Entorno) e Antônio Eustáquio (Comerciantes)
DISCUSSÕES E CONCLUSÕES:

1. Discussões iniciais:

- Álvaro Sales apresentou reportagem do Jornal O Tempo para inserir o tema do evento "A Ocupação", ocorrido Baixio do Viaduto Santa Tereza no dia 07 de julho. O evento questionou o Corredor Cultural, alegando que este já existe e corre-se o risco de expulsar os atuais frequentadores/usuários da região. Álvaro Sales apontou que, na primeira reunião pública ocorrida na FUNART, a questão da existência do Corredor Cultural foi levantada e o presidente da FMC perguntou aos participantes se deveríamos parar com o processo de construção do programa, mas tais participantes não concordaram. Assim, foi eleita a Comissão de Acompanhamento. Além disso, com relação ao processo de gentrificação, esta não é a tônica da gestão da FMC e, pela composição da Comissão de Acompanhamento, é possível perceber que a intenção é a inclusão e não a exclusão.
- Gustavo Bones afirmou que o evento já estava programado e foi uma coincidência a desocupação da CMBH. O objetivo do evento foi publicizar as questões levantadas e debatidas na Comissão de Acompanhamento, mas que não se esgotam nesta Comissão. Informou que haverá um novo evento em breve e com a mesma intenção de inverter a lógica de ocupação do espaço público, que, atualmente, necessita de alvarás.
- Gustavo Bones e Andreia Costa apontaram que seria interessante que, no perímetro do Corredor Cultural, haver uma desburocratização de uso do espaço público e que este perímetro deveria prover infraestrutura para realização de manifestações artístico-culturais e eventos.

2. Discussão das prioridades de ação no perímetro do Corredor Cultural:

- Após discussão coletiva entre os presentes acerca das prioridades de ação que envolvem também o projeto de desenho urbano desenvolvido por André Buarque Arquitetura, chegou-se ao consenso de elencar quais seriam as ações para que cada membro da Comissão de Acompanhamento definisse a ordem de prioridades junto aos seus pares.

São elas:

AÇÃO	PRIORIDADE Nº
Instalação do Centro de Referência da População de Rua	
Instalação de iluminação pública onde não há	
Transferência dos pontos de ônibus da Praça da Estação para a	

Rua Aarão Reis próximo ao Viaduto da Floresta e Centro de Referência da Juventude	
Melhoria dos abrigos de ônibus	
Construção de banheiros públicos	
Desburocratização de uso do espaço público	
Reformulação do decreto que regulamente o uso da Praça da Estação	
Ampliação do horário de funcionamento do Parque Municipal	
Viabilização do Parque Urbano definido no projeto	
Ações de melhoria da Rua Sapucaí, a saber: alargamento das calçadas, embutimento da rede elétrica e diminuição da velocidade do tráfego	
Definição de ocupação ou uso para prédio/terreno onde havia a Igreja Evangélica, próximo a o Viaduto da Floresta	
Alargamento as calçadas da Rua Aarão Reis e inclusão de piso para a prática do skate	
Destinação do estacionamento da Rua Aarão Reis para mercado de uso popular	
Destinação do estacionamento do Museu de Artes e Ofícios para o Arena da Cultura	
Instalação da Escola Livre de Artes no prédio da Antiga Hospedaria	
Instalação da quadra de esportes no baixio do Viaduto da Floresta	
Instalação de ciclovia e bicicletário	
Instalação de praça infantil na Rua Sapucaí	
Definição de Ações Culturais para o Corredor Cultural	
Aprovação do projeto de lei que garantirá o uso cultural	
Realização de Plano Diretor Participativo	

Encaminhamento: A ordem de prioridade deverá ser enviada por email para Álvaro Sales até o dia 29 de julho, segunda-feira, que compilará todas as informações e tabulará as prioridades finais.

3. Discussão do projeto de lei:

- Álvaro Sales apresentou minuta do projeto de lei (em anexo) enviado pela Assessoria Jurídica do Gabinete do Vice-Prefeito e foi feita uma discussão coletiva dos artigos:

. Artigo 1º: Álvaro Sales providenciará mapa delimitando o perímetro

. Artigo 2º: Os membros da Comissão de Acompanhamento presentes à reunião definiram os seguintes objetivos:

“I – Fomentar a diversidade;

II – Preservar o conjunto arquitetônico e paisagístico;

III – Fomentar atividades culturais, artísticas, de lazer e entretenimento;

IV – Integrar a comunidade local;

V – Fomentar o uso do espaço público”
. Artigo 3º: A sugestão da Assessoria Jurídica foi vincular os incentivos à Lei 6.498/3013 – Lei de Incentivo à Cultura –, mas os membros da Comissão de Acompanhamento presentes à reunião não concordaram. Diante da possibilidade de gentrificação incentivada pela lei, aventou-se a possibilidade de retirar o artigo.
Encaminhamento: Os membros da Comissão de Acompanhamento devem se manifestar a respeito dessa decisão enviando email para Álvaro Sales até o dia 29 de julho, segunda-feira.
. Artigo 4º: modificação para a seguinte redação:
“O Poder Público promoverá e incentivará eventos e atividades culturais, de caráter eventual ou permanente, na área cultural instituída por essa Lei.”
. Artigo 5º: modificação para a seguinte redação e retirada do parágrafo único, já que o Artigo 3º será retirado:
“O Território Cultural da Praça da Estação será regulamentado por Plano Diretor Participativo a ser elaborado e concluído em até 180 dias após a publicação dessa Lei.”

4. Definição de pauta para reunião com a Diretoria de Ação Cultural da FMC (DIAC):
- Na reunião do dia 06 de junho foi discutida a possibilidade de reunirmos novamente com os agentes públicos – sugestão aceita por todas. Diante disso, definiu-se que a primeira reunião será com a DIAC e para tal, definiu-se a pauta dessa reunião:
. Pensar na ação cultural a partir do espaço público e não somente no espaço público, ou seja, dialogar com a características do local e usuários;
. Planejar uma programação cultural ou agenda cultural específica para o Corredor Cultural da Praça da Estação;
. Prover infraestrutura para apresentações e eventos no espaço público;
. Pensar a Praça da Estação e entorno como equipamento cultural.

Encaminhamento: a reunião com a DIAC será no dia 01 de agosto, quinta-feira, às 14h na FMC. Para tal, os membros da Comissão de Acompanhamento deverão pensar em mais pontos de discussão e também quais seriam as sugestões para ações culturais no Corredor Cultural.

FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA
ATA DE REUNIÃO
Assunto: Zona Cultural Praça da Estação **Data:** 01 de agosto de 2013 **Horário**: 14h00min **Local**: Sala da DIAC - FMC **Presentes**: Álvaro Sales e Karime Cajazeiro (FMC), Gustavo Bones (Equipamentos Culturais), Andreia Costa (Moradores do Entorno), Zion (Esportes urbanos), Flávio Carsalade (Arquitetos e urbanistas) e Simone Araújo, Sônia Augusto e Alexandre (DIAC)
DISCUSSÕES E CONCLUSÕES:
1. Discussões acerca do projeto de lei - Álvaro Sales mencionou que, dentro dos artigos da minuta do projeto de lei, o único que ainda não estava fechado era o artigo referente aos incentivos fiscais. O ponto polêmico com relação à este artigo está relacionado à possibilidade de gentrificação que os incentivos somente aos empreendimentos culturais podem gerar. - Flávio Carsalade mencionou o exemplo do Polo da Moda no Barro Preto, no qual os incentivos fiscais são mencionados, mas não descritos. - Álvaro Sales enviará a proposta à Assessoria Jurídica do Gabinete do Vice-prefeito e espera ter notícias para a próxima reunião. - Zion apontou que é importante desburocratizar o espaço público. 2. Discussão de possibilidades de ação cultural no perímetro do Corredor Cultural: - Simone Araújo – Diretora da Ação Cultural da FMC (DIAC) – fez um pequeno histórico acerca do Corredor Cultural da Praça da Estação e encerrou mencionando que a edificação a ser utilizada pela DIAC será a antiga hospedaria, que abrigará a Escola Livre de Artes. - Gustavo Bones apontou que a única saída para o programa do Corredor Cultural da Praça se concretizar é investir na ação cultural, já que o recurso proveniente do PAC é pequeno com relação ao projeto de desenho urbano. Assim, é preciso planejar e publicar um edital de ação cultural e reformular o decreto que regulamenta o uso da Praça da Estação. - Simone Araújo achou a ideia interessante. - Sônia Augusto apontou que a revisão do decreto é estratégica, além de ser uma forma de reconhecimento do trabalho desenvolvido pela Comissão de Acompanhamento. - Álvaro Sales apontou que a Comissão de Acompanhamento deve se debruçar sobre o decreto para apresentar ao Leônidas José de Oliveira – presidente da FMC – uma proposta ou apresentar em reunião pública. - Zion corroborou ao dizer que é necessário focar no decreto para mostrar o que a Comissão de Acompanhamento está fazendo e potencializar o Corredor Cultural. - Sônia Augusto e Gustavo Bones apontaram que a Comissão de Acompanhamento deve pensar no edital de ação cultural e no seu conteúdo. *Encaminhamento:* próxima reunião será no dia 08 de agosto às 14h para discutir o edital, o projeto de lei, o decreto e as prioridades.

FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA
ATA DE REUNIÃO
Assunto: Zona Cultural Praça da Estação **Data:** 08 de agosto de 2013 **Horário**: 14h00min **Local**: Sala da DIAC - FMC **Presentes**: Álvaro Sales (FMC), Gustavo Bones (Equipamentos Culturais), Andreia Costa (Moradores do Entorno), Rafael Barros (representante do COMUC), Alexandre de Sena (representante da Classe artística) e Vilmar de Oliveira (representante da CMBH)
DISCUSSÕES E CONCLUSÕES:
1. Discussões iniciais - Apresentação do novo membro ouvinte da Comissão de Acompanhamento, Arnaldo Godoy, que foi representando por seu assessor Vilmar de Oliveira. - Álvaro Sales relatou sobre o Seminário realizado pelo curso de especialização em gestão cultural da UNA, que discutiu o Corredor Cultural da Praça da Estação e o Circuito Cultural da Praça da Liberdade. Neste seminário participaram além de Álvaro Sales, Gustavo Bones e Zion. - O projeto de lei que garantirá o uso cultural não foi discutido, pois a representante da Assessoria Jurídica do Gabinete do Vice-prefeito não compareceu à reunião. 2. Discussões acerca do edital de ação cultural - Foram definidos dois editais com objetivos distintos: . um para programação cultural, no qual artistas de diferentes linguagens se apresentariam no perímetro do Corredor Cultural; . outro relacionado à criação artístico-cultural, com o objetivo de criar ações a partir das características da região. - Discutiu-se que ambos os editais devem diminuir a burocracia do ponto de vista jurídico para a apresentação de propostas. Essa apresentação deverá ser feita de outras formas que não somente os formulários. - O processo e os critérios de seleção devem ser arrojados. 3. Criação de Grupos Temáticos - GTs - Dividiu-se a Comissão de Acompanhamento em duas: . uma para discutir o decreto/portaria que regulamento o uso da Praça da Estação, composta por Flávio Carsalade, Rafael Barros e Vilmar de Oliveira, além de novos membros da Comissão de Acompanhamento; . outra para discutir os editais de ação cultural, composta por Gustavo Bones, Alexandre de Sena e Andreia Costa, além de novos membros da Comissão de Acompanhamento. - Os GTs deverão realizar reuniões em paralelo para discutir os temas e propor as mudanças, no caso da revisão do decreto/portaria, e o modelo dos editais.

4. Discussão acerca das prioridades

- Foram lidas as ações elencadas em reunião realizada no dia 17 de julho, que foram divididas em alta, média e baixa prioridade, a saber:

AÇÃO	NÍVEL DE PRIORIDADE
Implantação de política pública para o atendimento à População de Rua	Alta
Instalação de iluminação pública onde não há	Alta
Transferência dos pontos de ônibus da Praça da Estação para a Rua Aarão Reis próximo ao Viaduto da Floresta e Centro de Referência da Juventude	Alta
Melhoria dos abrigos de ônibus	Média
Construção de banheiros públicos	Alta
Desburocratização de uso do espaço público	Alta
Reformulação do decreto que regulamenta o uso da Praça da Estação	Alta
Ampliação do horário de funcionamento do Parque Municipal	Alta
Definição de Ações Culturais/Edital para o Corredor Cultural	Alta
Aprovação do projeto de lei que garantirá o uso cultural	Alta
Realização de Plano Diretor Participativo	Alta
Instalação da Escola Livre de Artes no prédio da Antiga Hospedaria	Média
Instalação da quadra de esportes no baixio do Viaduto da Floresta	Média
Instalação de ciclovia e bicicletário	Média
Viabilização do Parque Urbano definido no projeto	Baixa
Ações de melhoria da Rua Sapucaí, a saber: alargamento das calçadas, embutimento da rede elétrica e diminuição da velocidade do tráfego	Baixa
Definição de ocupação ou uso para prédio/terreno onde havia a Igreja Evangélica, próximo a o Viaduto da Floresta	Baixa
Alargamento das calçadas da Rua Aarão Reis e inclusão de piso para a prática do skate	Baixa
Destinação do estacionamento da Rua Aarão Reis para mercado de uso popular	Baixa
Destinação do estacionamento do Museu de Artes e Ofícios para o Arena da Cultura	Baixa
Instalação de praça infantil na Rua Sapucaí	Baixa

Encaminhamento: próxima reunião será no dia 09 de agosto, segunda-feira, às 9h para apresentação dos trabalhos desenvolvidos pelos GTs.

FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA
ATA DE REUNIÃO
Assunto: Zona Cultural Praça da Estação **Data:** 24 de outubro de 2013 **Horário**: 14h00min **Local**: Auditório sede - FMC **Presentes**: Álvaro Sales (FMC), Gustavo Bones (Equipamentos Culturais), Andreia Costa (Moradores do Entorno), Rafael Barros (COMUC), Alexandre de Sena (Classe artística), Antônio Eustáquio (Comerciantes), Vilmar de Oliveira (representante da CMBH) e Mariana Santos (Assessoria Jurídica Vice-Prefeito)
DISCUSSÕES E CONCLUSÕES:
1. Discussões acerca do projeto de lei - Álvaro Sales fez a leitura do projeto de lei construído pela Comissão de Acompanhamento até o presente momento e informou aos presentes que, por uma demanda do Presidente da Fundação Municipal de Cultura, o texto final deverá ser finalizado até o dia 31/10/2013. Após a leitura, discutiu-se alguns pontos que precisam ser debatidos. - Incentivos fiscais: Álvaro Sales informou que esteve reunido com a Gerente de Operações Especiais Tributárias, Sandra Balbino, que informou que a Prefeitura dispõe basicamente de dois impostos para receita: IPTU e ISS. O IPTU não seria interessante, pois a isenção beneficiaria o proprietário do imóvel e não o comerciante, na maioria das vezes o locatário. Com relação à ISS, a maioria dos serviços relacionados à cultura pagam a cota mínima, que é de 2% e futuramente passará para 3% em função da elevação desta cota. Por essa razão, sugeriu a isenção das taxas: fiscalização sanitária, fiscalização de anúncio e fiscalização de funcionamento. No entanto, como a isenção seria para todos os tipos e tamanhos de estabelecimentos, a Comissão de Acompanhamento, decidiu, após discussão, retirar o artigo referente à isenção. Vilmar de Oliveira sugeriu, o que foi acatado pela maioria, que haja isenção de taxas para a realização de eventos de pequeno porte. *Encaminhamento:* Mariana Santos checará a questão da isenção das taxas para eventos. - Nome do programa: a maior parte dos presentes decidiu mudar o nome do programa para “Zona Cultural Praça da Estação”, em função do significado do termo, que se refere à *área* e está mais condizente com a proposta do programa. *Encaminhamento:* Rafael Barros enviará o conceito do termo *zona* para justificar a mudança do nome do programa. - Comitê gestor: proposta de inserir um artigo no projeto de lei que garanta a criação de um comitê gestor deliberativo e paritário (ou com maioria da sociedade civil) que acompanhará as ações no/do programa ao longo dos anos. *Encaminhamento:* Mariana Santos fará a redação do artigo. 2. Discussões acerca do edital de ação cultural - Gustavo Bones, Alexandre de Sena e Andreia Costa apresentaram o que foi discutidos pelo GT dos editais: um edital com duas áreas, . uma relacionada à programação cultural, no qual artistas de diferentes linguagens se apresentariam no perímetro do Corredor Cultural;

. outro relacionado à criação artístico-cultural, com o objetivo de criar ações a partir das características da região.
- O edital conteria um preâmbulo para apresentação do conceito e questão norteadores. As propostas seriam julgadas por uma comissão de seleção inicialmente, ou seja, o conteúdo técnico seria avaliado para determinar a ordem de classificação. As propostas classificadas dentro do número de vagas teriam um prazo para apresentarem a documentação necessária. Dessa forma, os projetos não seriam inicialmente desclassificados na análise de documentos.
- Discutiu-se as possibilidades de pagamento aos artistas, seja por cachê ou ajuda de custo, e como ficaria a montagem da infraestrutura, por exemplo. No entanto, são questões específicas que demandam diálogo com a Diretoria de Ação Cultural.
Encaminhamento: agendar reunião com a DIAC para apresentar as ideias discutidas pelo GT dos editais e pela Comissão de Acompanhamento (a sistematização do material será feita por Gustavo Bones), bem como exemplos de editais que utilizaram os princípios discutidos.
3. Discussão acerca do decreto que regulamenta o uso da Praça da Estação:
- O GT formado anteriormente por Flávio Carsalade, Rafael Barros e Vilmar de Oliveira apresentou a proposta de realização de um seminário para discussão em conjunto com a sociedade do decreto e das novas possibilidades de uso.
- Inicialmente, os membros do GT haviam solicitado que o seminário fosse organizado pela Comissão de Acompanhamento sem o apoio da Fundação Municipal de Cultura. Os convidados para compor o debate seriam os representantes do IPHAN, Ministério Público Estadual, Museu de Artes e Ofícios, Polícia Militar e Regional Centro-Sul. No entanto, ao colocar a questão para a Comissão de Acompanhamento, alguns dos membros questionaram o porquê da não participação da FMC, já que a discussão do decreto foi um ponto acordado com Leônidas José de Oliveira. Álvaro Sales disse que, caso a a FMC fosse organizar o evento, o formato teria que passar pela aprovação do instituição. Mas, que cabia à Comissão de Acompanhamento decidir a respeito, já que a FMC não poderia apoiar algo somente por apoiar.
- Diante do impasse, Rafael Barros, Vilmar de Oliveira, Gustavo Bones e Antônio Eustáquio ponderaram sobre o papel da Comissão de Acompanhamento que está se reunindo há seis meses e precisa dar um retorno à sociedade, bem como finalizar suas propostas para que o programa do corredor cultural seja implementado. Álvaro Sales ponderou que a Comissão de Acompanhamento pode ter um papel contínuo de proposição e acompanhamento e que esta é meio para que a sociedade civil participe do processo de construção e avaliação do programa, já que foi instituída para trabalhar em conjunto com a Fundação Municipal de Cultura. Os demais rebateram ao dizer que a avaliação contínua das ações será feita pela Comitê Gestor que está no projeto de lei e que garantirá a participação da sociedade civil.
Encaminhamento: Diante disso, decidiu-se que a Comissão de Acompanhamento redigirá um documento contendo tudo que foi discutido nos últimos seis meses e quais são as propostas para a concretização do programa. Este documento será entregue à Fundação Municipal de Cultura num evento público a definir, para que depois a sociedade civil possa cobrar o cumprimento das ações propostas.

FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA
ATA DE REUNIÃO
Assunto: Zona Cultural Praça da Estação **Data:** 16 de dezembro de 2013 **Horário**: 14h00min **Local**: DIAC - FMC **Presentes**: Álvaro Sales (FMC), Gustavo Bones (Equipamentos Culturais), Antônio Eustáquio (Comerciantes), João Paulo Fonseca (mobilidade e acessibilidade), Simone Araújo (FMC), Mário Moraes (FMC) e Afonso Andrade (FMC)
DISCUSSÕES E CONCLUSÕES:
Discussões acerca das possibilidades de edital(is) para o Corredor Cultural - Simone Araújo apontou que gostaria de publicar o edital em fevereiro de 2014, já que são necessários 45 dias para publicidade e recebimento das propostas. As apresentações das propostas selecionadas aconteceriam a partir de maio de 2014. O objetivo seria de fazer um edital multiáreas, com formato semelhante ao publicado para a Virada Cultural. - Gustavo Bones mencionou o problema em se falar de uma programação para a Praça da Estação, já que a PBH está direcionando o calendário de eventos e abriu edital para realização de eventos na referida praça. - Simone argumentou que os projetos seriam escolhidos por uma comissão e que o edital da Praça da Estação estariam inseridos dentro dos festivais já realizados pela FMC. - Gustavo Bones mencionou as possibilidades de editais discutidas anteriormente pela Comissão de Acompanhamento: . um edital de programação, no qual é importante uma ajuda de custo ou verba entre R$1mil e R$8mil para que os artistas possam definir o valor de suas apresentações, já incluída a infraestrutura; . outro edital com proposta de *site specific*, a partir das características do Corredor Cultural Praça da Estação, no qual o proponente especificaria o tipo de linguagem artística, o grupo social a ser trabalhado e o produto final a ser disponibilizado. - Simone Araújo argumentou que os valores mencionados são muito altos e deu o exemplo do edital Cena Música, no qual a ajuda de custo paga é de R$3.500. Simone apontou que seria interessante criar uma associação ou entidade para viabilizar a execução dos projetos. - Gustavo Bones apontou que este é o desafio de quem está no poder público e se o edital for burocrático, este não será aceito pela sociedade. - Afonso Andrade deu uma contribuição a respeito da área de HQ (história em quadrinhos). Apontou que a área de HQ não entraria neste tipo de edital, pois há uma dificuldade dos artistas se enxergarem. A sugestão seria fazer um edital por área, pois se ficar muito amplo, algumas áreas poderão ser privilegiadas em detrimento de outras. Seria interessante se o edital proporcionasse uma ação positiva por meio de criação coletiva, por exemplo, um laboratório de f*anzine* que teria um produto final. - Gustavo Bones apontou que é preciso mudar o vício das comissões de seleção das

propostas e descentralizar e diversificar o processo de seleção. A sugestão é de colocar atores da região da Praça da Estação para julgarem as propostas, do que selecionar um representante de cada área, como é feito normalmente. Além disso, o edital deveria ser lançado em audiência pública, onde seria eleita a comissão de seleção.

Encaminhamento: a DIAC analisará as ponderações para elaborar um edital.

FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA
ATA DE REUNIÃO
Assunto: Zona Cultural Praça da Estação **Data:** 06 de maio de 2014 **Horário**: 14h00min **Local**: Gabinete DIAC - FMC **Presentes**: Leônidas Oliveira (FMC), Álvaro Sales (FMC), Karime Gonçalves (FMC), Rosieli Fraga (SMAPU), Flávio Carsalade (Arquitetos e Urbanistas), Antônio Eustáquio (Comerciantes) e Alexandre de Sena (Classe Artística)
DISCUSSÕES E CONCLUSÕES:
1. Discussões acerca do projeto de lei - Álvaro Sales informou que, após parecer da Secretaria de Governo, não há necessidade de um projeto de lei para garantir o uso cultural da região da Praça da Estação, mas um decreto. Dessa forma, não será necessário passar pela Câmara Municipal de Belo Horizonte. - Leônidas apontou que gostaria da realização de um plano diretor para a região, como já havia sido apontado pelo Comissão de Acompanhamento. A representante do Secretaria Municipal de Adjunta de Planejamento Urbano, não soube informar se seria possível, por conta de legislação municipal, mas daria o retorno em breve. *Retorno*: Após consulta à SMAPU, foi informado que é possível a realização de um plano diretor para a região, já que será feito um decreto e não lei. - Decidiu-se pela utilização do termo “zona cultural”. 2. Comissão de Acompanhamento - Álvaro Sales apresentou o relatório das atividades da Comissão de Acompanhamento para a apreciação de todos. Os integrantes pediram que fosse enviada versão digital para a apreciação de todos. - Ao final da reunião ficou acordado entre os presentes que, após a apreciação e aprovação do relatório das atividades da Comissão de Acompanhamento, o documento será entregue ao presidente da FMC e os trabalhos da comissão serão encerrados.

5. DECRETO

PREFEITURA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE DOM Diário Oficial do Município

Terça-feira, 10 de Junho de 2014 Ano:XX - Edição N.: 4574

Poder Executivo

Secretaria Municipal de Governo

DECRETO Nº 15.587, DE 09 DE JUNHO DE 2014

Institui a Zona Cultural Praça da Estação

O Prefeito de Belo Horizonte, no exercício de suas atribuições legais, em especial a que lhe confere o inciso VII do art. 108 da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º - Fica instituída a área de interesse cultural denominada Zona Cultural Praça da Estação, constituída pela Praça da Estação e entorno, com delimitação definida no Anexo Único deste Decreto.

Art. 2º - São objetivos da Zona Cultural Praça da Estação:

I - fomentar a diversidade;

II - preservar e promover o conjunto arquitetônico, histórico e paisagístico;

III - fomentar atividades culturais, artísticas, de lazer e entretenimento;

IV - integrar a comunidade local e o público visitante;

V - fomentar o uso do espaço público mediante atividades compatíveis com os demais objetivos.

Art. 3º - O Poder Público promoverá e incentivará a realização de eventos, atividades e programas culturais, de caráter eventual ou permanente, na área cultural instituída por este Decreto.

Art. 4º - Fica criado o Conselho Consultivo da Zona Cultural Praça da Estação, órgão colegiado de caráter consultivo e de assessoramento, vinculado à Fundação Municipal de Cultura, composto por 6 (seis) membros e respectivos suplentes a serem

designados por portaria do Prefeito, sendo 3 (três) representantes do Poder Executivo Municipal e 3 (três) representantes da Sociedade Civil organizada com reconhecida atuação na área cultural, com as seguintes atribuições:

I - propor diretrizes voltadas ao desenvolvimento da Zona Cultural Praça da Estação;

II - promover medidas destinadas à melhoria da área cultural instituída por este Decreto;

III - opinar previamente sobre eventuais modificações relativas à área cultural instituída por este Decreto;

IV - sugerir ao Poder Executivo, com vistas a garantir o desenvolvimento da Zona Cultural Praça da Estação, alterações na delimitação da área prevista no Anexo Único deste Decreto;

V - zelar pela manutenção física e operacional da Zona Cultural Praça da Estação, requisitando aos órgãos municipais os serviços de sua competência, bem como pleiteando os serviços de competência extramunicipal;

VI - estabelecer um programa prioritário para a conservação, manutenção e recuperação de imóveis situados na área objeto do presente Decreto;

VII - monitorar o calendário de eventos da área cultural;

VIII - assessorar a elaboração do mapeamento das atividades culturais desenvolvidas na área;

IX - propor medidas de sustentabilidade para as diversas atividades culturais realizadas na área.

Art. 5º - A Zona Cultural Praça da Estação contará com um plano diretor participativo a ser elaborado em até 1 (um) ano após a publicação deste Decreto, sob a coordenação da Fundação Municipal de Cultura, assegurada a participação da Sociedade Civil.

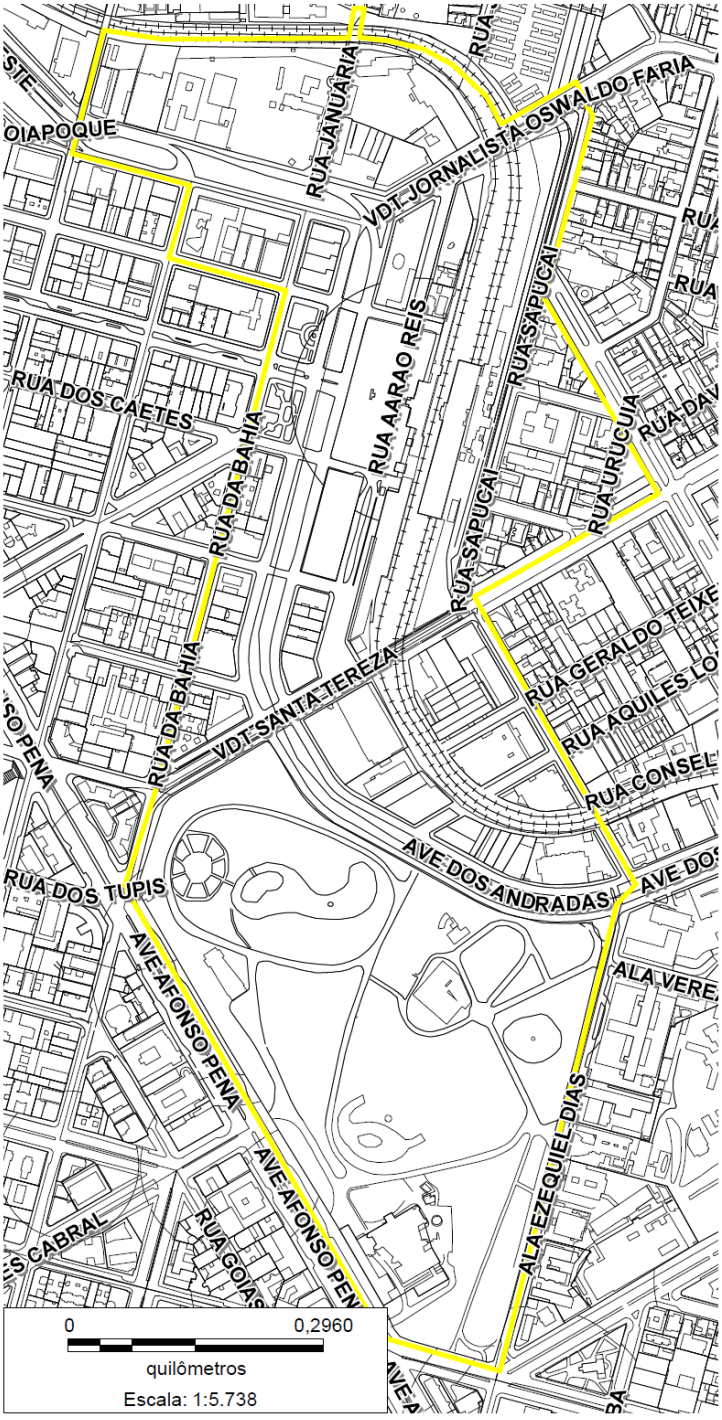
Art. 6º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Belo Horizonte, 09 de junho de 2014

Marcio Araujo de Lacerda

Prefeito de Belo Horizonte

ANEXO ÚNICO


RUA JANUÁRIA
VDT JORNALISTA OSWALDO FARIA
RUA SAPUCAÍ
RUA AARAO REIS
RUA DOS CAETES
RUA DA BAHIA
RUA URUCUIA
VDT SANTA TEREZA
RUA GERALDO TEIXE
RUA AQUILES LO
RUA CONSEL
AVE DOS ANDRADAS
RUA DOS TUPIS
AVE AFONSO PENA
ALA VERE
ALA EZEQUIEL DIAS
RUA GOIAS
0
0,2960
quilômetros
Escala: 1:5.738

FIM